

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM SOCIOLOGIA – NÚCLEO INSTITUIÇÕES E PODER
MAURO PIOLI REHBEIN**

**CURITIBA – 50 ANOS DE ELEIÇÕES MUNICIPAIS – AS FORÇAS
POLÍTICAS QUE NAS DEMOCRACIAS E NO GOVERNO MILITAR
DISPUTAM O PODER**

CURITIBA

2008

MAURO PIOLI REHBEIN

**CURITIBA – 50 ANOS DE ELEIÇÕES MUNICIPAIS – AS FORÇAS
POLÍTICAS QUE NAS DEMOCRACIAS E NO GOVERNO MILITAR
DISPUTAM O PODER**

Dissertação apresentada à Banca
Examinadora da Universidade Federal do
Paraná, como exigência parcial para
obtenção do título de Mestre em
Sociologia – Núcleo de Pesquisa
Instituições e Poder, sob a orientação do
Prof. Dr. Ricardo Costa de Oliveira.

**CURITIBA
2008**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
Rua General Carneiro, 460 - 9º andar-sala 906 Fone e Fax: 3360-5173

ATA SESSÃO DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata da Sessão Pública, de exame de dissertação para obtenção do grau de **mestre** em Sociologia, área de concentração em Cultura e Poder.

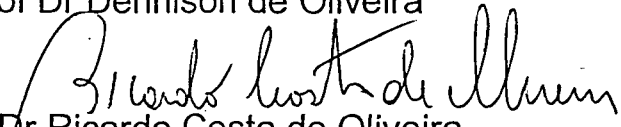
Ao(s) quatro dia(s) do mês de agosto de dois mil e oito, às quatorze horas, nas dependências do Curso de Pós-Graduação em Sociologia do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, reuniu-se a banca examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, composta pelos Professores Doutores David Fleischer (UNB), Dennison de Oliveira (UFPR) e Ricardo Costa de Oliveira -Orientador e Presidente da Banca Examinadora (UFPR), com a finalidade de julgar a dissertação do(a) candidato(a) **MAURO PIOLI REHBEIN**, intitulada "CURITIBA – 50 ANOS DE ELEIÇÕES MUNICIPAIS – AS FORÇAS POLÍTICAS QUE NAS DEMOCRACIAS E NO GOVERNO MILITAR DISPUTAM O PODER", para obtenção do grau de mestre em Sociologia. O desenvolvimento dos trabalhos seguiu o roteiro de sessão de defesa estabelecido pela coordenação do curso, com abertura, condução e encerramento da sessão solene de defesa feitos pelo orientador Dr Ricardo Costa de Oliveira. Após haver analisado o referido trabalho e argüido o(a) candidato(a), os membros da banca examinadora deliberaram pela "...APROVAÇÃO..." do(a) acadêmico(a), habilitando-o ao título de Mestre em Sociologia, linha de pesquisa "Instituições e Poder" da área de concentração em CULTURA E PODER, desde que apresente a versão definitiva da dissertação conforme regimento interno do programa. Curitiba, 04 de agosto de 2008.



Prof Dr David Fleischer



Prof Dr Dennison de Oliveira



Prof Dr Ricardo Costa de Oliveira
Orientador e presidente da banca examinadora

DEDICATÓRIA

Com amor a Malena e a Larissa,
pelos gestos e mulheres que são...

AGRADECIMENTOS

Ao professor Ricardo Costa Oliveira, Coordenador do Núcleo de Estudos Paranaenses, por ter me acolhido, incentivado e orientado neste trabalho de pesquisa.

Aos funcionários do TRE-PR, da seção de Divulgação de Resultados de Eleições, os senhores Horley Cléve Costa e Josnir Jesus da Silva, pela gentileza e colaboração em fornecerem os arquivos com os resultados das eleições sempre que solicitados, e agradecimento especial ao senhor Edson Luíz Guedes, da 2ª Zona Eleitoral, por demarcar no mapa do município de Curitiba a antiga divisão em cinco Zonas Eleitorais.

Aos funcionários e estagiários da Biblioteca Pública do Paraná, sobretudo, da Divisão Paranaense e da Divisão de Periódicos pela atenção e atendimento às minhas solicitações.

Às funcionárias do Arquivo Público do Paraná, do Setor de Acesso à Informação, Ana Paula Joukoski e Roseli Pereira Lima, e a Tatiana Dantas Marchette, da Divisão de Documentos Permanentes, por me fornecerem e me permitirem consultar o material do TRE-PR ainda não catalogado.

Agradeço ao meu sobrinho Lucas Pioli Rehbein Kürten Ihlenfeld e aos amigos Tamer Mounir Nasser e Paulo Maurício Álvares de Mello, que me ajudaram na editoração de imagens dos mapas. À revisora de texto, Karina Quadrado, e sua equipe, que me atenderam a tempo e pela qualidade dos serviços prestados.

Agradecimento especial ao professor David Verge Fleischer por me aceitar como aluno especial em suas disciplinas no curso de Pós-graduação em Ciência Política da UNB e por acompanhar o desenvolvimento do trabalho e contribuir com seu conhecimento e observações pertinentes. Agradecimento especial aos professores que participaram da banca de qualificação, Dennison de Oliveira e Angelo José da Silva, às precisas e valiosas observações e sugestões.

Finalmente, agradeço especialmente à minha tia querida, Marlene Rehbein Rodrigues, pela ajuda inestimável em ter me acolhido em sua casa em Brasília e todo apoio e carinho.

Ao CNPq pelo financiamento desta pesquisa.

RESUMO

São investigadas à luz da Sociologia Política todas as eleições municipais de Curitiba, realizadas desde 1947 até 2004, por voto direto ou indireto. As eleições ao cargo de Prefeito de Curitiba começam em 1954, com a eleição do primeiro prefeito eleito pelo voto direto, Ney Braga, e se estende até a última eleição em 2004, com Beto Richa. São nove pleitos pelo voto direto, nas duas redemocratizações, e seis referendos para nomeação no Regime Militar. As eleições proporcionais à Câmara Municipal de Vereadores iniciam em 1947 e totalizam 14 pleitos até 2004.

A dissertação está basicamente estruturada, além da introdução, em três partes, e seus respectivos capítulos, e conclusões. As partes referem-se aos três períodos histórico-políticos investigados e que abrangem a delimitação temporal de investigação. A primeira parte trata das eleições do período da Quarta República ou República Populista, compreendendo o espaço temporal de 1945-1964, período também denominado de redemocratização pós-Estado Novo. A segunda parte refere-se ao período da ditadura militar, pós-golpe de 1964, denominado de Quinta República, ou ainda, Regime Militar, 1964-1985. A terceira parte é a da Sexta República, período atual da nova redemocratização, que se iniciou em 1985 e limita-se neste trabalho até a última eleição municipal de 2004. Por fim, têm-se as conclusões, que são pertinentes às análises diacrônica e sincrônica dos processos eleitorais ao longo dos períodos propostos à investigação.

Palavras-chave: Eleições municipais, sistema eleitoral, comportamento político.

ABSTRACT

Considering the Political Sociology theory, this work analyzes all municipal elections that took place in Curitiba, from 1947 to 2004, through either direct or indirect ballot. The study about elections to Curitiba's Town Hall covers the period from 1954, when Ney Braga was the first mayor of the city directly elected, and goes until 2004, when Beto Richa got elected. There are nine direct ballots, during the two Brazilian democratization periods, and six referendums that happened during the Militar Regime. There are also 14 proportional elections, 1947 and 2004, to the Councilors Chamber.

The dissertation is basically structured in three parts, with its respective chapters and conclusions, besides the general introduction and conclusion. These three parts correspond to three historical and political periods as explained: Part 1 is about the elections in the Fourth Republic or Populist Republic, that goes from the period of 1945 to 1964, which is also known as "Post New State redemocratization". Part 2 covers the military dictatorship period, starting after 1964's coup and ending in 1985, which is known as the Fifth Republic or Militar Regime. The third part is about the Sixth Republic or the redemocratization period, started in 1985 and that, in this work, will be studied until the 2004's municipal election. After these parts, it will be presented a conclusion about a diachronic and synchronic analysis of the electoral processes investigated.

Keywords: municipal elections, electoral systems, political behavior.

LISTA DE TABELAS

2.1	CANDIDATOS ELEITOS À CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA – 1947	47
2.2	INFORMATIVO/ESTATÍSTICO – 1947	48
2.3	RESULTADOS POR ZONAS ELEITORAIS – 1947	48
2.4	DADOS E VOTAÇÕES – 1947	49
2.5	VOTAÇÃO MÉDIA E MÍNIMA DE VOTOS DOS CANDIDATOS ELEITOS À CÂMARA DE VEREADORES DE CURITIBA (QUOCIENTE ELEITORAL = 1.417) – 1947	49
2.6	CANDIDATOS ELEITOS À CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA – 1951	54
2.7	INFORMATIVO/ESTATÍSTICO – 1951	55
2.8	DADOS E VOTAÇÕES – 1951	55
2.9	VOTAÇÃO MÉDIA E MÍNIMA DE VOTOS DOS CANDIDATOS ELEITOS À CÂMARA DE VEREADORES DE CURITIBA (QUOCIENTE ELEITORAL = 1.996) – 1951	56
2.10	INFORMATIVO/ESTATÍSTICO – 1954	64
2.11	RESUMO DA VOTAÇÃO DOS CANDIDATOS – 1954	65
2.12	RESULTADO POR ZONAS ELEITORAIS – 1954	65
2.13	PERCENTUAIS POR ZONAS ELEITORAIS – % DE VOTOS RECEBIDOS PELOS CANDIDATOS DO TOTAL DE VOTOS NOMINAIS POR Z.E.	66
2.14	CANDIDATOS ELEITOS À CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA – 1955	71
2.15	INFORMATIVO/ESTATÍSTICO – 1955	72
2.16	DADOS E VOTAÇÕES – 1955	72
2.17	VOTAÇÃO MÉDIA E MÍNIMA DE VOTOS DOS CANDIDATOS ELEITOS À CÂMARA DE VEREADORES DE CURITIBA (QUOCIENTE ELEITORAL = 3.614) – 1955	73
2.18	INFORMATIVO/ESTATÍSTICO – 1958	81
2.19	RESUMO DA VOTAÇÃO DOS CANDIDATOS – 1958	81
2.20	RESULTADO POR ZONA ELEITORAL – 1958	83
2.21	PERCENTUAIS POR ZONAS ELEITORAIS – % DE VOTOS RECEBIDOS PELOS CANDIDATOS DO TOTAL DE VOTOS NOMINAIS POR Z.E.	84
2.22	CANDIDATOS ELEITOS À CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA – 1959	88
2.23	INFORMATIVO/ESTATÍSTICO – 1959	88
2.24	RESULTADOS POR ZONAS ELEITORAIS – 1959	89

2.25	DADOS E VOTAÇÕES – 1959	92
2.26	VOTAÇÃO MÉDIA E MÍNIMA DE VOTOS DOS CANDIDATOS ELEITOS À CÂMARA DE VEREADORES DE CURITIBA (QUOCIENTE ELEITORAL = 4.971) – 1959	92
2.27	PESQUISA ELEITORAL POR GRUPOS SOCIO-OCUPACIONAIS	99
2.28	DADOS ESTATÍSTICOS, RESULTADOS ELEITORAIS E ANÁLISE INFORMATIVO/ESTATÍSTICO – 1962	100
2.29	RESUMO DA VOTAÇÃO DOS CANDIDATOS – 1962	101
2.30	RESULTADO POR ZONA ELEITORAL – 1962	101
2.31	PERCENTUAIS POR ZONAS ELEITORAIS – % DE VOTOS RECEBIDOS PELOS CANDIDATOS DO TOTAL DE VOTOS NOMINAIS POR Z.E.	101
2.32	CANDIDATOS ELEITOS À CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA – 1963	106
2.33	INFORMATIVO/ESTATÍSTICO – 1963	107
2.34	DADOS E VOTAÇÕES – 1963	109
2.35	VOTAÇÃO MÉDIA E MÍNIMA DE VOTOS DOS CANDIDATOS ELEITOS À CÂMARA DE VEREADORES DE CURITIBA (QUOCIENTE ELEITORAL = 5.732) – 1963	110
4.1	CANDIDATOS ELEITOS À CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA – 1968	147
4.2	INFORMATIVO/ESTATÍSTICO – 1968	147
4.3	DADOS E VOTAÇÕES – 1968	148
4.4	VOTAÇÃO MÉDIA E MÍNIMA DE VOTOS DOS CANDIDATOS ELEITOS À CÂMARA DE VEREADORES DE CURITIBA (QUOCIENTE ELEITORAL = 8.355) – 1968	148
4.5	INFORMATIVO/ESTATÍSTICO – 1972	160
4.6	DADOS E VOTAÇÕES – 1972	161
4.7	VOTAÇÃO MÉDIA E MÍNIMA DE VOTOS DOS CANDIDATOS ELEITOS À CÂMARA DE VEREADORES DE CURITIBA (QUOCIENTE ELEITORAL = 11.057) – 1972	161
4.8	INFORMATIVO/ESTATÍSTICO – 1976	174
4.9	DADOS E VOTAÇÕES – 1976	174
4.10	VOTAÇÃO MÉDIA E MÍNIMA DE VOTOS DOS CANDIDATOS ELEITOS À CÂMARA DE VEREADORES DE CURITIBA (QUOCIENTE ELEITORAL = 15.441) – 1976	174

6.1	INFORMATIVO/ESTATÍSTICO – 1982	213
6.2	DADOS E VOTAÇÕES – 1982	213
6.3	VOTAÇÃO MÉDIA E MÍNIMA DE VOTOS DOS CANDIDATOS ELEITOS À CÂMARA DE VEREADORES DE CURITIBA (QUOCIENTE ELEITORAL = 14.161) – 1982	216
6.4	INFORMATIVO/ESTATÍSTICO – 1985	225
6.5	RESULTADO POR ZONA ELEITORAL – 1985	225
6.6	RESUMO DA VOTAÇÃO DOS CANDIDATOS - 1985	226
6.7	PESQUISA DE INTENÇÃO DE VOTOS (%) – 1985	228
6.8	PREFERÊNCIA PARTIDÁRIA (%) - 1985	230
6.9	CONHECIMENTO DO CANDIDATO (%) – 1985	230
6.10	INFORMATIVO/ESTATÍSTICO – 1988	241
6.11	RESUMO DA VOTAÇÃO DOS CANDIDATOS – 1988	241
6.12	PESQUISAS DE INTENÇÃO DE VOTO (ESTIMULADA)	243
6.13	CANDIDATOS ELEITOS À CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA – 1988	245
6.14	INFORMATIVO/ESTATÍSTICO – 1988	247
6.15	DADOS E VOTAÇÕES – 1988	248
6.16	PESQUISA DE INTENÇÃO DE VOTO PARA VEREADORES (Alvorada Pesquisa de Mercado e Opinião Pública S/C Ltda.)	250
6.17	VOTAÇÃO MÉDIA E MÍNIMA DE VOTOS DOS CANDIDATOS ELEITOS À CÂMARA DE VEREADORES DE CURITIBA (Quociente Eleitoral= 18.681) – 1988	251
6.18	INFORMATIVO/ESTATÍSTICO – 1992	261
6.19	RESUMO DA VOTAÇÃO DOS CANDIDATOS – 1992	262
6.20	DATAFOLHA GP – 1992 (PESQUISAS ESTIMULADAS)	263
6.21	PESQUISAS REALIZADAS PELO INSTITUTO GALLUP – REDE PARANAENSE DE TELEVISÃO/GAZETA DO POVO	264
6.22	CANDIDATOS ELEITOS À CAMARA MUNICIPAL DE CURITIBA – 1992	266
6.23	INFORMATVO/ESTATÍSTICO – 1992	267
6.24	DADOS E VOTAÇÕES – 1992	268
6.25	VOTAÇÃO MÉDIA E MÍNIMA DE VOTOS DOS CANDIDATOS ELEITOS À CÂMARA DE VEREADORES DE CURITIBA (Quociente Eleitoral= 20.129) – 1992	269

6.26	INFORMATIVO/ESTATÍSTICO – 1996	280
6.27	RESUMO DA VOTAÇÃO DOS CANDIDATOS ÚNICO 1º TURNO – 1996	280
6.28	RESULTADOS POR ZONAS ELEITORAIS – 1996	282
6.29	DATAFOLHA GP – 1996 (PESQUISAS ESTIMULADAS E ESPONTÂNEAS)	286
6.30	CANDIDATOS ELEITOS À CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA – 1996	288
6.31	INFORMATIVO/ESTATÍSTICO – 1996	289
6.32	DADOS E VOTAÇÕES – 1996	290
6.33	VOTAÇÃO MÉDIA E MÍNIMO DE VOTOS DOS CANDIDATOS ELEITOS À CÂMARA DE VEREADORES DE CURITIBA (Quociente Eleitoral= 21.606) – 1996	291
6.34	INFORMATIVO/ESTATÍSTICO (1º TURNO) – 2000	302
6.35	RESUMO DA VOTAÇÃO DOS CANDIDATOS NO 1º TURNO – 2000	303
6.36	RESUMO DA VOTAÇÃO DOS CANDIDATOS NO 2º TURNO – 2000	303
6.37	VOTAÇÃO NOS DOIS TURNOS DOS DOIS PRINCIPAIS CANDIDATOS – 2000	304
6.38	DATAFOLHA GP – 2000 (PESQUISAS ESTIMULADAS)	310
6.39	IBOPE / REDE GLOBO – 2000	310
6.40	INSTITUTO DATAFOLHA – PESQUISAS DE INTENÇÃO DE VOTO PARA O 2º TURNO EM % – 2000	311
6.41	CANDIDATOS ELEITOS À CAMARA MUNICIPAL DE CURITIBA – 2000	313
6.42	INFORMATIVO/ESTATÍSTICO – 2000	315
6.43	DADOS E VOTAÇÕES – 2000	315
6.44	VOTAÇÃO MÉDIA E MÍNIMO DE VOTOS DOS CANDIDATOS ELEITOS À CÂMARA DE VEREADORES DE CURITIBA (Quociente Eleitoral = 24.301) – 2000	318
6.45	INFORMATIVO/ESTATÍSTICO – 2004	327
6.46	RESUMO DA VOTAÇÃO DOS CANDIDATOS NO 1º TURNO – 2004	329
6.47	RESUMO DA VOTAÇÃO NO 2º TURNO – 2004	330
6.48	VOTAÇÃO NOS DOIS TURNOS DOS DOIS PRINCIPAIS CANDIDATOS – 2000	330
6.49	PESQUISA IBOPE – 2004 (PESQUISAS ESTIMULADAS 1º TURNO)	332
6.50	PESQUISA IBOPE – 2004 (PESQUISAS ESPONTÂNEAS 1º TURNO)	332

6.51	CANDIDATOS ELEITOS À CAMARA MUNICIPAL DE CURITIBA – 2004	340
6.52	INFORMATIVO/ESTATÍSTICO – 2004	343
6.53	DADOS E VOTAÇÕES – 2004	344
6.54	VOTAÇÃO MÉDIA E MÍNIMO DE VOTOS DOS CANDIDATOS ELEITOS À CÂMARA DE VEREADORES DE CURITIBA (Quociente Eleitoral= 24.201) – 2004	344

LISTA DE QUADROS

2.1	CANDIDATOS E COLIGAÇÕES – 1954	64
2.2	CANDIDATOS E COLIGAÇÕES – 1958	81
2.3	CANDIDATOS E COLIGAÇÕES – 1962	100
3.1	RESUMO DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE CURITIBA / 1954 – 1962	111
3.2	RESULTADOS DAS PRINCIPAIS OPÇÕES POLÍTICAS PARA VEREADORES (1947-1963)	116
3.3	DIFERENÇAS ENTRE PORCENTAGENS DE CADEIRAS (C) E VOTOS (V) DOS PRINCIPAIS PARTIDOS NA CÂMARA DE VEREADORES DE CURITIBA NO PERÍODO DA REDEMOCRATIZAÇÃO (1947 – 1963)	118
4.1	DEPUTADOS PRESENTES NA SESSÃO NA ASSEMBLEIA LEGISLTIVA	135
4.2	DEPUTADOS PRESENTES NA SESSÃO NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	143
4.3	DEPUTADOS PRESENTES NA SESSÃO NA ASSEMBLEIA LEGISLTIVA	155
4.4	CANDIDATOS ELEITOS À CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA – 1972	160
4.5	DEPUTADOS PRESENTES NA SESSÃO NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	169
4.6	CANDIDATOS ELEITOS À CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA – 1976	173
4.7	DEPUTADOS PRESENTES À SESSÃO NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	182
4.8	DEPUTADOS PRESENTES À SESSÃO NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	192
5.1	RESUMO ELEIÇÕES INDIRETAS PARA PREFEITO DE CURITIBA / 1967 – 1983	194
5.2	RESULTADOS DAS PRINCIPAIS OPÇÕES POLÍTICAS NAS ELEIÇÕES PARA VEREADORES (1968 – 1972)	198
5.3	DIFERENÇAS ENTRE PORCENTAGENS DE CADEIRAS (C) E VOTOS (V) DOS PRINCIPAIS PARTIDOS À CÂMARA DE VEREADORES DE CURITIBA NO REGIME MILITAR (1968-1976)	199
6.1	CANDIDATOS ELEITOS À CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA – 1982	212
6.2	CANDIDATOS E COLIGAÇÕES – 1985	223
6.3	CANDIDATOS E COLIGAÇÕES - 1988	239
6.4	CANDIDATOS E COLIGAÇÕES – 1992	259
6.5	CANDIDATOS E COLIGAÇÕES – 1996	278
6.6	CANDIDATOS E COLIGAÇÕES – 2000	300

7.1	RESUMO DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE CURITIBA / 1985 – 2004	346
7.2	RESULTADOS DAS PRINCIPAIS OPÇÕES POLÍTICAS NAS ELEIÇÕES PARA VEREADORES (1982-2004)	352
7.3	DIFERENÇAS ENTRE PORCENTAGENS DE CADEIRAS (C) E VOTOS (V) DOS PRINCIPAIS PARTIDOS NA CÂMARA DE VEREADORES DE CURITIBA NO PERÍODO DA REDEMOCRATIZAÇÃO 1982-2004	354
8.1	COMPOSIÇÃO PARTIDÁRIA DAS BANCADAS PARANAENES (1964- 1985)	361
8.2	MIGRAÇÕES PARTIDÁRIAS NA REDEMOCRATIZAÇÃO	366
8.3	CANDIDATOS REELEITOS 1982 - 2004	370

LISTA DE ABREVIATURAS

PARTIDOS POLÍTICOS

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

ED – Esquerda Democrática

FRT – Frente Rural Trabalhista

MTR – Movimento Trabalhista Renovador

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

PAN – Partido dos Aposentados da Nação

PC – Partido Comunista

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PDC – Partido Democrata Cristão

PDS – Partido Democrático Social

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PFL – Partido da Frente Liberal

PGT – Partido Geral dos Trabalhadores

PH – Partido Humanista

PHS – Partido Humanista da Solidariedade

PJ – Partido da Juventude

PL – Partido Libertador

PL – Partido Liberal

PMC – Partido Municipalista Comunitário

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PMN – Partido da Mobilização Nacional

PPB – Partido Progressista Brasileiro

PPS – Partido Popular Socialista

PR – Partido Republicano

PRN – Partido da Reconstrução Nacional

PRP – Partido de Representação Popular

PRP – Partido Renovador Progressista

PRT – Partido Rural Trabalhista

PRTB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSC – Partido Social Cristão
PSD – Partido Social Democrático
PSDB – Partido da Social–Democracia Brasileira
PSDC – Partido Social Democrata Cristão
PSL – Partido Social Liberal
PSP – Partido Social Progressista
PST – Partido Social Trabalhista
PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT – Partido dos Trabalhadores
PT – do B Partido Trabalhista do Brasil
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PTN – Partido Trabalhista Nacional
PTR – Partido Trabalhista Renovador
PV – Partido Verde
UDN – União Democrática Nacional

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA	iv
AGRADECIMENTOS	v
RESUMO	vi
ABSTRACT	vii
LISTA DE TABELAS	viii
LISTA DE QUADROS	xiii
LISTA DE ABREVIATURAS	xv
1. INTRODUÇÃO	22
PARTE – I	33
2. A QUARTA REPÚBLICA (1945-1964): A REDEMOCRATIZAÇÃO	33
2.1 ANTECEDENTES E A QUARTA REPÚBLICA.....	33
2.2 O SISTEMA ELEITORAL E OS CÓDIGOS ELEITORAIS NA QUARTA REPÚBLICA.....	37
2.3 A CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DO PARANÁ E AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS.....	42
2.4 AS ELEIÇÕES PROPORCIONAIS DE 1947.....	44
2.4.1 Contexto das eleições para vereadores à Câmara Municipal de Curitiba de 1947...	44
2.4.2 Análise da base de dados e dos resultados.....	47
2.5 AS ELEIÇÕES PROPORCIONAIS DE 1951.....	53
2.5.1 Contexto das eleições para vereadores à Câmara Municipal de Curitiba de 1951...	53
2.5.2 Análise da base de dados e dos resultados.....	54
2.6 A PRIMEIRA ELEIÇÃO MUNICIPAL MAJORITÁRIA DE CURITIBA – 1954	58
2.6.1 Antecedentes – A definição da data para a primeira eleição municipal de Curitiba.	58
2.6.2 Contextualização da eleição e candidatos.....	60
2.6.3 Dados estatísticos, resultados eleitorais e análise.....	64
2.6.4 Análise e hipóteses da identificação do tipo de voto.....	68
2.7 AS ELEIÇÕES PROPORCIONAIS DE 1955.....	70
2.7.1 Contexto das eleições para vereadores à Câmara Municipal de Curitiba de 1955...	70
2.7.2 Análise da base de dados e dos resultados.....	71
2.8 ELEIÇÃO MUNICIPAL MAJORITÁRIA DE CURITIBA – 1958.....	75
2.8.1 Contextualização da eleição e candidatos.....	75

2.8.2	Dados estatísticos, resultados eleitorais e análise.....	81
2.8.3	Análise e hipóteses da identificação do tipo de voto.....	84
2.9	AS ELEIÇÕES PROPORCIONAIS DE 1959.....	87
2.9.1	Contexto das eleições para vereadores à Câmara Municipal de Curitiba de 1959...	87
2.9.2	Resultados eleitorais e dados estatísticos.....	88
2.9.3	Análise da base de dados e dos resultados.....	92
2.10	ELEIÇÃO MUNICIPAL MAJORITÁRIA DE CURITIBA – 1962.....	93
2.10.1	Contextualização da eleição e candidatos.....	93
2.10.2	Dados estatísticos, resultados eleitorais e análise.....	98
2.10.3	Análise e hipóteses da identificação do tipo de voto.....	102
2.11	AS ELEIÇÕES PROPORCIONAIS DE 1963.....	105
2.11.1	Contexto das eleições para vereadores à Câmara Municipal de Curitiba de 1963...	105
2.11.2	Resultados eleitorais e dados estatísticos.....	106
2.11.3	Análise da base de dados e dos resultados	110
3	CONCLUSÕES ACERCA DAS ELEIÇÕES NA QUARTA REPÚBLICA	
	(1945 A 1964).....	111
3.1	DAS ELEIÇÕES PARA PREFEITO (1954 -1962).....	111
3.2	DAS ELEIÇÕES PARA VEREADOR (1947-1963).....	113
	PARTE – II	119
4	A QUINTA REPÚBLICA (1964-1985): O REGIME MILITAR.....	119
4.1	O SISTEMA ELEITORAL E OS CÓDIGOS ELEITORAIS NO REGIME MILITAR DE 1964 A 1985.....	123
4.2	INDICAÇÃO, REFERENDO E NOMEAÇÃO DO PREFEITO IVO ARZUA PEREIRA EM 1966.....	130
4.3	INDICAÇÃO, REFERENDO E NOMEAÇÃO DO PREFEITO OMAR SABBAG EM 1967.....	138
4.4	AS ELEIÇÕES PROPORCIONAIS DE 1968.....	145
4.4.1	Contexto das eleições para vereadores à Câmara Municipal de Curitiba de 1968..	145
4.4.2	Análise da base de dados e dos resultados eleitorais.....	147
4.5	INDICAÇÃO, REFERENDO E NOMEAÇÃO DO PREFEITO JAIME LERNER EM 1971.....	150
4.6	AS ELEIÇÕES PROPORCIONAIS DE 1972.....	158
4.6.1	Contexto das eleições para vereadores à Câmara Municipal de Curitiba de 1972..	158

4.6.2	Análise da base de dados e dos resultados eleitorais.....	160
4.7	INDICAÇÃO, REFERENDO E NOMEAÇÃO DO PREFEITO SAUL RAIZ EM 1975.....	163
4.8	AS ELEIÇÕES PROPORCIONAIS DE 1976.....	171
4.8.1	Contexto das eleições para vereadores à Câmara Municipal de Curitiba de 1976....	171
4.8.2	Análise da base de dados e dos resultados eleitorais.....	173
4.9	INDICAÇÃO, REFERENDO E NOMEAÇÃO DO PREFEITO JAIME LERNER EM 1979.....	176
4.10	INDICAÇÃO, REFERENDO E NOMEAÇÃO DO PREFEITO MAURÍCIO FRUET EM 1983.....	185
5	CONCLUSÕES ACERCA DOS REFERENDOS PARA PREFEITOS E ELEIÇÕES À CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA NO REGIME MILITAR (1964 A 1985).....	194
5.1	REFERENDOS PARA PREFEITOS (1966 – 1983).....	194
5.2	AS ELEIÇÕES PARA VEREADORES (1968-1976).....	196
	PARTE – III	200
6	A SEXTA REPÚBLICA (1985-2004): A NOVA REDEMOCRATIZAÇÃO....	200
6.1	O SISTEMA ELEITORAL E O CÓDIGO ELEITORAL NA SEXTA REPÚBLICA A PARTIR DE 1985.....	204
6.2	AS ELEIÇÕES PROPORCIONAIS DE 1982.....	209
6.2.1	Contexto das eleições para vereadores à Câmara Municipal de Curitiba de 1982....	209
6.2.2	Análise da base de dados e dos resultados	212
6.3	ELEIÇÃO MUNICIPAL MAJORITÁRIA DE CURITIBA – 1985.....	216
6.3.1	Contextualização da eleição e candidatos.....	216
6.3.2	Dados estatísticos, resultados eleitorais e análise.....	224
6.3.3	Evolução dos candidatos nas pesquisas de intenção de voto.....	228
6.3.4	Análise e hipóteses da identificação do tipo de voto.....	230
6.4	ELEIÇÃO MUNICIPAL MAJORITÁRIA DE CURITIBA – 1988.....	231
6.4.1	Contextualização da eleição e candidatos.....	231
6.4.2	Dados estatísticos, resultados eleitorais e análise.....	239
6.4.3	Evolução dos candidatos nas pesquisas de intenção de voto.....	242
6.4.4	Análise e hipótese da identificação do tipo de voto.....	243
6.5	AS ELEIÇÕES PROPORCIONAIS DE 1988.....	245

6.5.1	Análise da base de dados e dos resultados	245
6.6	ELEIÇÃO MUNICIPAL MAJORITÁRIA DE CURITIBA – 1992.....	253
6.6.1	Contextualização da eleição e candidatos.....	253
6.6.2	Dados estatísticos, resultados eleitorais e análise.....	260
6.6.3	Evolução dos candidatos nas pesquisas de intenção de voto.....	262
6.6.4	Análise e hipóteses da identificação do tipo de voto.....	264
6.7	AS ELEIÇÕES PROPORCIONAIS DE 1992.....	266
6.7.1	Análise da base de dados e dos resultados	266
6.8	ELEIÇÃO MUNICIPAL MAJORITÁRIA DE CURITIBA – 1996.....	271
6.8.1	Contextualização da eleição e candidatos.....	271
6.8.2	Dados estatísticos, resultados eleitorais e análise.....	278
6.8.3	Evolução dos candidatos nas pesquisas de intenção de voto.....	285
6.8.4	Análise e hipóteses da identificação do tipo de voto.....	286
6.9	AS ELEIÇÕES PROPORCIONAIS DE 1996.....	288
6.9.1	Análise da base de dados e dos resultados.....	288
6.10	ELEIÇÃO MUNICIPAL MAJORITÁRIA DE CURITIBA – 2000.....	293
6.10.1	Contextualização da eleição e candidatos.....	293
6.10.2	Dados estatísticos, resultados eleitorais e análise.....	301
6.10.3	Evolução dos candidatos nas pesquisas de intenção de voto.....	307
6.10.4	Análise e hipóteses da identificação do tipo de voto.....	309
6.11	AS ELEIÇÕES PROPORCIONAIS DE 2000.....	311
6.11.1	Análise da base de dados e dos resultados.....	311
6.12	ELEIÇÃO MUNICIPAL MAJORITÁRIA DE CURITIBA – 2004.....	318
6.12.1	Contextualização da Eleição e Candidatos	318
6.12.2	Dados estatísticos, resultados eleitorais e análise.....	326
6.12.3	Evolução dos candidatos nas pesquisas de intenção de voto.....	329
6.12.4	Análise e hipóteses da identificação do tipo de voto.....	332
6.13	ELEIÇÕES PROPORCIONAIS PARA VEREADORES 2004	336
7	CONCLUSÕES ACERCA DAS ELEIÇÕES NA REDEMOCRATIZAÇÃO (1985 A 2004).....	345
7.1	AS ELEIÇÕES MAJORITÁRIAS (1985-2004).....	345
7.2	AS ELEIÇÕES PROPORCIONAIS (1982-2004).....	350
8	CONCLUSÕES FINAIS.....	355

8.1	CONCLUSÕES ACERCA DAS ELEIÇÕES NA QUARTA REPÚBLICA (1945 A 1964).....	355
8.1.1	As eleições majoritárias (1954 -1962).....	355
8.1.2	As eleições proporcionais (1947-1963).....	356
8.2.	CONCLUSÕES ACERCA DOS REFERENDOS PARA PREFEITOS E ELEIÇÕES À CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA NO REGIME MILITAR (1964 A 1985).....	358
8.2.1	Referendos para prefeitos (1966-1983).....	358
8.2.2	As eleições proporcionais (1968-1976).....	361
8.3	CONCLUSÕES ACERCA DAS ELEIÇÕES NA REDEMOCRATIZAÇÃO (1985 A 2004).....	362
8.3.1	As eleições majoritárias (1985-2004).....	362
8.3.2	As eleições proporcionais (1982-2004).....	364
	REFERÊNCIAS	372

1 INTRODUÇÃO

No ano de 2004 se deu o jubileu da primeira eleição municipal para prefeito de Curitiba, com a eleição de Ney Braga, pelo voto direto em 1954. Até então não havia sido realizada nenhuma pesquisa sociológica no Paraná demonstrando o que ocorreu politicamente nos processos eleitorais municipais até as eleições de 2004; muito menos há uma literatura regional específica que investigue as eleições municipais curitibanas nessa extensão. Portanto, dos meados do século XX à primeira eleição municipal do século XXI, a de 2004, justifica-se uma investigação à luz da Sociologia Política e da Ciência Política para demonstrar, com a análise dos resultados eleitorais, o que foi determinante nas escolhas, pelo voto direto ou referendo, dos prefeitos eleitos e nomeados, e o desempenho dos partidos políticos e dos atores eleitos nos processos eleitorais proporcionais à Câmara Municipal de Vereadores de Curitiba. Com essa demonstração é possível perceber o percurso dos atores ao longo dos períodos e a dinâmica das eleições, permitindo assim, compreender os resultados e a correlação desses fatos, ao longo da história, na atual conjuntura política da Capital e do Estado paranaenses.

A análise comparada das eleições e indicações a prefeito na capital paranaense contribui com mais elementos e informações à compreensão da formação de grupos políticos hegemônicos, das dinâmicas e dos comportamentos políticos eleitorais, e da orientação do voto do eleitor curitibano, bem como da política paranaense e das trajetórias dos partidos políticos, atores e suas disputas pelo poder executivo municipal e, por conseguinte, um estudo também sobre o desenvolvimento da cultura política eleitoral curitibana.

Para avaliação do período da Quarta República (1946-1964), utilizar-se-á a principal tese de Maria do Carmo Campello de Souza (1990) sobre a crise político-partidária que os partidos conservadores – UDN, PSD e PR – estavam sofrendo, perdendo espaço para os partidos reformistas/populistas, e o PTB seria o partido mais fortalecido com isso, em razão das mudanças socioeconômicas, por conta dos processos de industrialização e urbanização que ocorreram durante o período.

O declínio dos partidos conservadores (PSD, UDN e PR) e a consequente dispersão eleitoral teriam induzido em médio prazo o realinhamento do sistema partidário. Outras duas teses passíveis de verificação são a do aumento do número de votos brancos e nulos – que expressariam o desinteresse ou protesto do eleitorado contra o sistema eleitoral-partidário –, e a dispersão da força eleitoral dos três maiores partidos (PSD, UDN e PTB), proporcionando uma situação de incerteza eleitoral. Outra tese da autora é a do aumento das coligações e

proporções de eleitos, mas que não se aplica a essas eleições, porque não houve coligações para as eleições proporcionais à Câmara Municipal de Vereadores de Curitiba, em razão dessas eleições ocorrerem isoladas das demais.

A questão que se coloca é se houve o realinhamento partidário nas eleições municipais de Curitiba, e se foi possível constatar essa tese a partir dos resultados eleitorais nas eleições majoritárias e proporcionais. Portanto, aplicar-se-á a análise a partir dos resultados das eleições municipais de Curitiba desse período as teses propostas e afirmadas pela autora.

As teses de Campello de Souza se fundamentam em análises de eleições à Câmara dos Deputados (de 1945 a 1962) e presidenciais. A autora tem por base dados analisados por Gláucio Soares, para ratificar sua tese do realinhamento das forças partidárias, e que se resumem em três constatações: os pequenos partidos ideológicos cresciam significativamente nas regiões mais desenvolvidas e em grandes centros; o PTB de base exclusivamente urbana, nos grandes Estados, ampliava sua representação em estados menos desenvolvidos, porém com população operária ou urbana considerável; com a concorrência do PTB e dos partidos pequenos, os partidos conservadores tradicionais (PSD, UDN e PR) foram obrigados a buscarem suas bases “naturais”.

Campello de Souza vai concluir que as eleições legislativas conduziram de forma progressiva a um realinhamento das forças partidárias. Tais eleições teriam demonstrado de forma gradativa as tendências da mudança social e econômica do eleitorado, em função das mudanças na composição ocupacional da sociedade como consequência das mudanças da estrutura produtiva e da urbanização.

Os resultados verificados das eleições municipais de Curitiba demonstraram que houve o realinhamento partidário e os dois partidos mais fortes na Câmara Municipal de Curitiba foram o PTB e o PSD, não obstante, este último ser um dos partidos tradicionais conservadores. Ficou evidenciado o declínio dos partidos conservadores com a redução das suas representações ao longo do período. O percentual de votos brancos e nulos foi expressivo, sobretudo, nas eleições majoritárias, atingindo os maiores índices.

Há consonância entre as autoras Campello de Souza (1990) e Maria D’Alva Kinzo (1988) em relação ao realinhamento partidário que se esboça no final da Quarta República e que tem seus efeitos nas composições partidárias da ARENA e MDB após a golpe de 1964 pelos militares. Os dois grandes partidos nacionais criados no regime democrático de 1945, estruturados com o sistema de interventorias, os que estavam na liderança formaram o PSD e os que foram excluídos formaram a UDN. Esses dois grandes partidos vão compor as

oligarquias, da qual Ney Braga herdara, porém, tido como sangue novo, na composição oligárquica no Paraná.

Segundo Kinzo, havia duas clivagens dividindo os partidos da Quarta República no começo da década de 1960, uma era ideológica e a outra era produto das lutas entre as facções oligárquicas para obter o controle da máquina governamental. Para a autora, essa clivagem teria um impacto no sistema político após o golpe de 1964, e no realinhamento partidário ocorrido em 1966.

Para a investigação do período da Quinta República (1964-1985), do Regime Militar, aplicar-se-ão as afirmações de Maria D’Alva Gil Kinzo (1988) acerca do desempenho eleitoral do MDB nas eleições à Câmara Federal, que serão tomadas e projetadas nas eleições municipais de Curitiba. O objetivo é verificar se as afirmações da autora quanto ao desempenho do MDB no nível municipal, sobretudo, no seu legislativo, são aplicáveis.

Os militares não participaram do golpe como um grupo coeso, com ideologias e políticas claras. No início do Regime, destacam-se dois grupos distintos dentro das Forças Armadas e que foram atuantes até o final do período. Têm-se de um lado os chamados moderados, com diversas facções, porém o que mais se destacou, porque dominou o primeiro governo revolucionário, foi o grupo liderado pelo General Castello Branco, que representava a Escola Superior de Guerra (ESG). Segundo Kinzo (1988), este grupo teria sido caracterizado por Alfred Stepan como “liberal internacionalista”. O outro grupo de militares, formado no interior das Forças Armadas, conhecido como a “linha dura”, não compartilhavam as ideias e diretrizes defendidas pelos intelectuais da ESG, opunham-se à linha branda e legalista seguida pelo governo Castello Branco. Tal grupo era composto por nacionalistas autoritários e que eram contrários à política econômico-financeira do governo, porque acreditavam que o governo assim agravaria a dependência estrangeira do Brasil; funcionava como forte grupo de pressão durante os governos militares, este grupo cumpriria com um papel importante como “detonador de crises”, tal como a que levou a extinção do pluripartidarismo. Este grupo que se encarregou dos Inquéritos Policiais Militares (IPM), responsável pelos ditos “expurgos revolucionários”, entenda-se aí o “terrorismo” político da ditadura. O dilema das Forças Armadas, como instituição e governo, era escolher um chefe de Estado que fosse aceito por todos e não provocasse a desintegração institucional que poderia resultar de conflitos intramilitares. Por isso surgiu o regime híbrido¹.

¹ Poderes institucionais com poderes arbitrários do executivo

A autora defende a tese de que a extinção do pluripartidarismo em 1965, a instituição do sistema bipartidário em 1966 e a dissolução deste em 1979 foram tentativas fracassadas do regime militar-autoritário brasileiro de se institucionalizar como sistema híbrido.

As afirmações feitas por Kinzo são pertinentes às principais características do desempenho do MDB nas eleições realizadas durante o bipartidarismo. Para tanto, a autora se utiliza de dados eleitorais, precisamente, resultados eleitorais e pesquisas de comportamento eleitoral, para explicar as tendências no período de 1966 a 1978. Em síntese, são três grandes tendências no período da ditadura militar, a saber: 1) o declínio do apoio eleitoral à ARENA, e consequentemente fortalecimento da oposição – o MDB –, sobretudo nas áreas mais urbanizadas e industrializadas do país; 2) a existência de diferentes bases socioeconômicas no apoio aos partidos – o MDB teria uma forte adesão do eleitorado nas áreas mais pobres dos grandes centros; com os dados que se dispõem dos pleitos no regime militar não foi possível constatar ou demonstrar essa afirmação, pois seria necessário no mínimo ter os resultados das votações por Zonas Eleitorais ou pesquisas de intenção de voto segmentadas por condições sócio-econômicas; e por fim, 3) o nascimento de uma identificação partidária entre os eleitores.

O aspecto que interessa demonstrar nesse período investigado é o MDB e o voto urbano, em razão de se tratar das eleições municipais da capital paranaense. O primeiro fato é o declínio do MDB nas eleições de 1966 e 1970, explicado pelas significativas proporções de votos nulos e brancos registrados nos pleitos. A grande mudança houve nas eleições de 1974, na qual o MDB venceu a ARENA no Senado Federal e aumentou significativamente em votos e em representações nas demais instituições. Em contrapartida, nessas mesmas eleições ocorreu o declínio da ARENA. A força eleitoral da oposição se localizaria no Sul e Sudeste do país, há clivagem, mas não regional, mas sim no nível de urbanização e industrialização, que seriam fortes nessas regiões, e que influenciaria em grande parte o eleitorado. A condição contrária também seria verdadeira para a situação (ARENA).

Para Kinzo, esse padrão que surgiu com o bipartidarismo repetia uma tendência que já estava em andamento no pluripartidarismo antes do golpe militar. Trata-se do enfraquecimento do partido governista, tal qual foi para os partidos conservadores, e o fortalecimento da oposição, como ocorreu com os partidos trabalhistas e reformistas. Essa tendência foi reforçada pelo processo crescente de urbanização e industrialização que se deram no Brasil pós-1964, reforçando aquela tendência eleitoral da penetração dos partidos reformistas e trabalhistas em municípios dominados por partidos conservadores, o que se

passou com o MDB, entretanto, o partido da oposição não conseguiu conquistar espaço nos primeiros anos da ditadura por falta de credibilidade como oposição.

Somente a partir da eleição de 1974 que o MDB resgatou o voto oposicionista. Com o declínio da ARENA e ascensão do MDB, os votos começaram a expressar a insatisfação e a desaprovação da situação do país, por isso as eleições tomaram o caráter plebiscitário.

De fato é possível constatar essas tendências e as características do desempenho do MDB nas eleições municipais proporcionais e nos referendos para aprovação das indicações dos governadores para o cargo de prefeito de Curitiba. Das seis nomeações para prefeito, a última foi do peemedebista Maurício Fruet, indicado pelo governador José Richa (PMDB), eleito pelo voto direto já na fase de transição (1983), de abertura política. Nas eleições à Câmara Municipal de Curitiba, o desempenho eleitoral do MDB demonstra bem o percentual decrescente até 1972 e depois o seu crescimento nas eleições de 1976, com o consequente declínio da ARENA. O MDB só colheria os frutos efetivamente após a extinção do bipartidarismo, nas eleições gerais de 1982, com a nova sigla PMDB.

Em função das constantes reeleições e sucessões nas eleições municipais de Curitiba, aplicar-se-á, para avaliar o terceiro período o da atual Redemocratização, a máxima de Robert Michels da “lei de ferro da oligarquia” e, para a verificação das reeleições far-se-á uso de parte do trabalho de Leôncio Martins Rodrigues (2002).

Interessa trabalhar com esses autores para verificar, por meio dos processos eleitorais e resultados, como o grupo político de Lerner se constitui numa oligarquia na prefeitura de Curitiba e na Câmara Municipal. Os problemas de organização e coesão partidária são tratados com destaque por Robert Michels.

Na Redemocratização, os atores políticos que compõem são os prefeitos eleitos e reeleitos e a elite de vereadores da Câmara Municipal de Curitiba, que são delimitados pelos vereadores reeleitos, ou seja, os que acumularam dois ou mais mandatos subsequentes ou intercalados na continuidade daquele período da redemocratização (1982-2004). São os candidatos-vereadores que conseguiram via migrações, ou estabilidade, partidárias e eleitorado se reelegerem. Portanto, o enfoque neste exercício será na trajetória partidária e no comportamento político visando à reeleição, e não na composição social dos reeleitos, em razão de não dispormos em boa parte dos dados sócio-ocupacionais dos candidatos nas eleições proporcionais municipais de Curitiba, visto que tais dados só começaram a ser divulgados pelo TRE na eleição de 2004. As ideologias serão tomadas, *a priori*, pela localização ideológica dos partidos, conforme classificação proposta mais à frente, de origem dos candidatos e, *a posteriori*, pelas suas trajetórias partidárias.

O comportamento político dessa oligarquia será acompanhado a partir dos processos eleitorais, por meio dos resultados das eleições e do desempenho dos partidos, e principalmente, das trajetórias de migrações dos candidatos pelos partidos que se reelegeram. Neste período investigado, os mandatos pertenciam aos candidatos eleitos e não aos partidos. Da trajetória partidária, dos candidatos migrantes, será verificada também a coerência nas direções ideológicas das migrações ao longo do eixo ideológico direita-centro-esquerda e a estabilidade e permanência da classe dirigente.

As reeleições demonstram uma variável importante: o cálculo que o candidato faz de suas chances de se eleger no jogo do mercado eleitoral. Portanto, a partir do acompanhamento e da identificação das composições atores/partidos – limitado à origem e às migrações partidárias dos atores trânsfugas, como enfoca o autor, e não das ocupações socioprofissionais –, será possível constatar se elas ocorrem dentro dos mesmos blocos ideológicos, como aponta Schmitt (apud RODRIGUES, 2002), e se fazem parte de um cálculo racional na possibilidade de obtenção de êxito na reeleição, ou seja, na carreira política (MELO apud RODRIGUES, 2002). Para Rodrigues, embora as taxas de migrações partidárias sejam elevadas no Brasil, o que dão um caráter de inconsistência programática dos partidos, as migrações partidárias não seriam aleatórias, mas uma das variáveis que influenciaria seria a de tipo ideológico, o que distinguiria os partidos.

Para Robert Michels (1982), a democracia está ameaçada. Se analisarmos a sociologia dos partidos políticos, o primeiro fator relevante é a organização destes no que diz respeito aos candidatos que por eles concorrem nos pleitos. Dessa forma, entende-se que a categoria política de organização resulta das ações dos atores para atingir determinados objetivos e modos de dominação. Para Michels, a organização implica na tendência à oligarquia, ou seja, conduz ao poder, e este é conservador. O fenômeno da reeleição vai de encontro com a formação de um grupo oligárquico e principalmente de uma hegemonia no jogo eleitoral tanto na conquista dos votos, em relação aos adversários políticos, quanto na participação dos partidos governantes sobre os representados. Não obstante, muitos candidatos se reelegerem com votações expressivas. Vale lembrar que não entra em questão neste momento, conforme o propósito, o reconhecimento e a veneração das massas aos candidatos reeleitos.

Michels ressalta que o principal campo de ação dos partidos está nas movimentações partidárias em recrutar novos membros, que, por sua vez, organizam as massas eleitorais. Assim, tem-se partidos e candidatos promissores eleitoralmente e a resultante partidos e atores governantes, que de posse dos instrumentos do poder, farão de tudo para conservá-lo. Mosca, citado por Michels, aponta a falsidade da legenda parlamentar, posto que elas não

representariam a vontade popular, pois terminadas as eleições, e principalmente em se tratando do caso brasileiro em que os candidatos eleitos são donos do mandato e não o partido (no período investigado), termina também o poder dos eleitores sobre os eleitos.

Michels se fundamenta, para trabalhar a questão da oligarquia, na lei sociológica que rege os partidos políticos, que se resume assim: a organização é a fonte de onde nasce a dominação dos eleitos sobre os eleitores, dos mandatários sobre os mandantes, dos delegados sobre os que delegam. “Quem diz organização, diz oligarquia” (BAUDOUIN, 2000, p. 222). As oligarquias são consequências das organizações nas democracias. Na democracia os partidos políticos produzem o seu contrário, a oligarquia, pois as elites dirigentes se apropriam do poder.

Portanto, a superioridade é criada pelo processo de organização, e esta se opõe à democracia, assim, não há democracia sem organização, fundamental para a representação. Então, para Michels, um dos efeitos negativos da profissionalização na política é a reeleição, desta forma, as migrações constituem uma forma de organização no sistema partidário onde ocorrem arranjos que resultam em eleições e, sobretudo, reeleições.

O objeto de estudo desta pesquisa são os processos eleitorais majoritários e proporcionais, as eleições propriamente ditas, e a partir destes processos é que se investigam os problemas pertinentes às questões propostas. Da investigação no campo político, mais precisamente dos processos eleitorais, compreendendo os períodos de campanhas, consideram-se alguns eixos, ou fatores, que demarcam o objeto. São eles: os sistemas eleitorais vigentes nas três formas de governo, as regras eleitorais; os atores, que são os partidos e os candidatos; as eleições e seus resultados e, finalmente, o comportamento eleitoral do curitibano como hipótese cultural política.

Ao estudar o primeiro fator, que são os sistemas eleitorais nas três formas de governo, nas democracias e na ditadura, estes serão apresentados objetivamente, definidos e caracterizados conforme a evolução das regras eleitorais. Não são objeto de estudo desta pesquisa nem a democracia e nem a ditadura no Paraná. Tratar-se-á da dinâmica e configuração das eleições e indicações que marcaram e marcam a política paranaense nos períodos propostos.

Ao segundo fator, os atores, os partidos, candidatos e indicados (prefeitos e vereadores), interessa identificá-los e apresentá-los, com suas respectivas identificações ideológicas e características eleitorais, e, sobretudo, os atores que protagonizaram os pleitos.

O terceiro fator são as eleições municipais de Curitiba, majoritárias e proporcionais, e compreende a análise dos processos eleitorais e seus resultados oficiais, disponíveis no TRE-PR, e os elementos do sistema eleitoral.

Por fim, o quarto fator, são os eleitores. Os resultados eleitorais permitem estudar e analisar a cultura do comportamento eleitoral do curitibano, sob a óptica da Sociologia Política, mapear os resultados e a tipologia do voto, demonstrar suas vicissitudes eleitorais, sua evolução e características nos últimos 50 anos.

Quanto à bibliografia, a busca foi direcionada para obras específicas dentro da Sociologia Política e da Ciência Política e que tratassem e avaliassem o recorte *stricto sensu* das eleições municipais, conforme as formas de governo e os sistemas eleitorais brasileiros vigentes nos períodos investigados. As fontes de consulta, jornais paranaenses, para contextualizar o processo eleitoral, e os arquivos dos resultados eleitorais do TRE-PR caracterizaram-se como fontes primárias. Não foram poucas as dificuldades encontradas na obtenção das informações fundamentais contidas nessas fontes, porque parte delas foi extraviada e se tratava de resultados e dados estratégicos para a compreensão dos fatos, necessários para a análise dos processos eleitorais. Um exemplo significativo foi o sumiço dos resultados, por Zonas Eleitorais, dos pleitos de 1988 e 1992.

Quanto aos sistemas eleitorais que vigoraram nos três períodos investigados, e o que ainda vige na atual democracia, são aqui tratados de forma descritiva e objetiva. Portanto, apresentam-se os sistemas eleitorais, identificam-se as principais leis e mudanças no Código Eleitoral, que vigoraram e caracterizaram as regras eleitorais nos três períodos propostos. Não está em questão investigar as origens dos regimes políticos, embora pareça necessário mencionar alguns elementos pertinentes à história da política brasileira.

Com este percurso torna-se possível demonstrar a evolução do Código Eleitoral brasileiro e os casuísmos que alteraram os processos políticos e a legislação eleitoral (ou sistema eleitoral) às vésperas de cada pleito. As regras eleitorais vão importar na dimensão das eleições municipais e, sobretudo, no que esses sistemas eleitorais proporcionaram como efeitos em termos de resultados nas eleições. A literatura utilizada é específica sobre o sistema eleitoral brasileiro e os autores utilizados foram fundamentais, como David Verge Fleischer, Walter Costa Porto, Jairo César Marconi Nicolau e Edgar Costa.

Destaca-se de D. Fleischer, dentre outras obras aqui utilizadas, “Da Distensão à Abertura – As Eleições de 1982” (1988), que contribui com a apresentação das eleições e partidos durante o regime militar e a eleição geral de 1982 e suas consequências políticas. O texto de Fleischer, “Manipulações casuísticas do sistema eleitoral durante o período militar,

ou como usualmente o feitiço se volta contra o feiticeiro” (1994), demonstra bem os efeitos casuísticos nos processos eleitorais durante o regime militar. De Walter Costa Porto “O Voto no Brasil – Da Colônia à sexta República” (2002), o autor faz um percurso demonstrando a evolução do sistema eleitoral brasileiro, fundamentando-se nos Códigos Eleitorais. Com Jairo Nicolau tem-se a “História do Voto no Brasil” (2002) e “Sistema Eleitoral” (2004), duas obras que contribuem para o entendimento dos sistemas eleitorais, proporcional e majoritário. O autor Edgar Costa, ex-presidente do TSE, em “A Legislação Eleitoral Brasileira” (1964) apresenta os códigos eleitorais e comentários pertinentes à época.

A investigação dos sistemas eleitorais majoritários e proporcionais e as leis que qualificam os Códigos Eleitorais justificam-se, em função dos resultados dos pleitos e das consequências políticas, produzidos por meio das eleições. Enfim, a apresentação e análise dos processos eleitorais contribuem com o entendimento da dinâmica e dos resultados dos pleitos ao longo dos períodos propostos. Ainda dentro do tema sistema eleitoral aparecem algumas informações pertinentes ao sistema partidário brasileiro. Os autores-referência foram Rogério Schmitt com “Partidos Políticos no Brasil (1945-2000)” (2000), Olavo Brasil de Lima Jr., com “Partidos Políticos Brasileiros 45 a 64” (1983) e David Fleischer, com o artigo, “O Pluripartidarismo no Brasil: dimensões sócio-econômicas e regionais do recrutamento legislativo, 1946-1967” (1986), da Revista de Ciência Política (vol. 24, 1981). São autores que delineiam o sistema partidário brasileiro.

A literatura que trata especificamente da política paranaense, esta mais escassa, aparece baseada em obras publicadas nos últimos anos, sendo, portanto, uma literatura moderna, voltada à história política recente do Paraná. Parte-se da obra “O Silêncio dos Vencedores – Genealogia, Classe Dominante e Estado no Paraná” (2001), de Ricardo Costa Oliveira. A partir desta tese pode-se compreender, além da história política do Paraná, como se dão e se organizam as relações políticas de poder na classe dominante paranaense. O livro “A Construção do Paraná Moderno – Políticos e Políticas no Governo do Paraná de 1930 a 1980” (2004), organizado por Ricardo Costa Oliveira, traz dois trabalhos importantes para a compreensão da política paranaense moderna. São textos de Jefferson de Oliveira Salles e José Pedro Kunhavalik e que passam pelo Lupionismo, o Bentismo e o Neyismo. E “Análise dos Parlamentares Paranaenses na entrada do século XXI” (2002), serve como referência biográfica ou prosopográfica dos políticos contemporâneos. Estas obras discutem e apresentam as classes políticas dominantes no Paraná proporcionando o entendimento da estrutura de poder no Estado e a dita hereditariedade política, por gene ou por afinidade/interesse político, mostrando a identidade política paranaense. Assim, tornam-se

mais viáveis e profícuos a avaliação e o entendimento dos destinos políticos que as disputas eleitorais determinaram nos últimos 50 anos na história política do Estado do Paraná. Sylvio Sebastiani, autor de “Por dentro do MDB – Paraná” (1992), apresenta a história e as relações entre as duas legendas, situação e oposição, Arena e MDB, no regime militar no Paraná. Milton Ivan Heller e Maria L. A. Dulce com “Memórias de 1964 no Paraná” (2000), ilustram como foi a transição política para o regime militar no Paraná e contribuem muito na descrição e análise dos fatos históricos e, principalmente, dos atores que participaram da política paranaense durante o Regime Militar. O livro de Pedro Washington de Almeida, “Paraná político de cabo a rabo” (1999), também proporciona um panorama da política paranaense moderna e dos fatos políticos eleitorais pontuais.

A literatura sobre o comportamento eleitoral brasileiro refere-se, sobretudo, a estudos e análises de eleições presidenciais. As explicações acerca da tipologia do voto estão concentradas em duas obras atuais. O primeiro, de autoria de André Singer, de título “Esquerda e Direita no Eleitorado Brasileiro” (1999), analisa o comportamento eleitoral sob a ótica das três grandes escolas, a sociológica, a psicossociológica e a econômica (ou escolha racional). Aqui a ideologia é o elemento conceitual e referencial utilizado pelo autor para explicar o comportamento do eleitor. O segundo livro, de autoria de Yan de Souza Carreirão, “A Decisão do Voto nas Eleições Presidenciais Brasileiras”, (2002), analisa e avalia o comportamento do eleitor sob alguns aspectos específicos. São eles: a imagem do candidato, a sofisticação política do eleitorado (alta ou baixa), a identificação ideológica e o desempenho (ou aspecto econômico). O tema do comportamento eleitoral terá, então, uma abordagem tipológica. Será com as hipóteses dos comportamentos eleitorais propostos por esses autores que se desenvolverão os estudos e as análises que definirão como hipótese de cultura de comportamento eleitoral nas eleições municipais, e as respectivas propostas de tipologia do voto. Este trabalho, no que se propõe, não tem como objetivo por à prova as teses levantadas pelos autores, mas fazer simplesmente a aplicação ou a referência desses modelos, e nem afirmar teses de soberania do eleitor na escolha.

A sociologia eleitoral será estudada através de indicadores de análise dos processos eleitorais e dos comportamentos manifestados pelos eleitores curitibanos em cada pleito. A fundamentação e cálculo dos dados estatísticos, bem como sua utilização enquanto indicadores, terão como referência a obra de Irene D. Sotillos e Lourdes López Nieto, “*Comportamiento Político, Partidos y Grupos de Presion – Sociologia Electoral*” (2003). Essa literatura permitirá a definição e o cálculo de indicadores como, competitividade eleitoral e índices de proporcionalidade, necessários à análise estatística dos resultados

eleitorais. Também apresenta o estudo das eleições comparadas na perspectiva temporal e seus eixos determinantes, tais como, as eleições (resultados), os atores e as regras das eleições. Os métodos aplicados nesses estudos para avaliação das eleições não foram até então empregados nos estudos e investigações das eleições no Brasil; ao menos não foi encontrada nenhuma obra publicada com tais critérios. O objetivo aqui é adotar novas formas de avaliar e enriquecer a avaliação da sociologia eleitoral brasileira. São utilizados dados estatísticos e números, dos quais dispomos de igual maneira, nos resultados eleitorais.

Um dos aspectos a serem analisados neste trabalho é o de padrões de competição eleitoral apresentados por Kinzo, Borin e Martins no texto “Padrões de Competição Eleitoral na disputa para a Câmara Paulista” (Novos Estudos, nº 65, CEBRAP, 2003), verificando-se as chances eleitorais dos candidatos a vereadores. Para tanto, utilizar-se-á a relação entre votação média e votação mínima dos eleitos. Esses dados indicam a variabilidade, a incerteza e a imprevisibilidade das chances dos candidatos se elegerem por partido e ou coligação.

Vale lembrar que não foram investigados nesta pesquisa o financiamento das campanhas eleitorais, por se tratar de um tema muito específico, e que redobraría o trabalho por ser de difícil acesso, portanto, como sugeriu o professor Ricardo, o financiamento das campanhas ficaria no “silêncio dos vencedores”.

PARTE – I

2 A QUARTA REPÚBLICA (1945-1964): A REDEMOCRATIZAÇÃO

2.1 ANTECEDENTES E A QUARTA REPÚBLICA

Em linhas gerais na história política paranaense, os períodos que antecederam a Quarta República foram dominados por, basicamente, duas forças políticas. Os herdeiros desse capital político continuaram com novas formações de grupos políticos e sucessores a disputar o poder nos pleitos dos governos municipal e estadual.

Para entender como se configuraram essas forças políticas na redemocratização faz-se necessário resgatar objetivamente, nomeando e identificando, tais forças no final da República Velha, no Estado Novo e na transição para a redemocratização. São basicamente dois grupos políticos que dominam o cenário da política paranaense e as disputas eleitorais.

As famílias Camargo e Munhoz da Rocha praticamente governaram o Estado de 1916 até a Revolução de 30, e foram afastadas do poder do Estado com a interventoria, em 1932, e com o Estado Novo de Getúlio Vargas em 1937. Caetano Munhoz da Rocha foi o 1º Vice-Presidente do Estado e posteriormente presidente por dois mandatos, em 1920 e em 1928. O seu filho Bento Munhoz da Rocha Netto, casado com a filha de Affonso Alves de Camargo, que foi presidente do Paraná entre 1916 e 1920, foi o herdeiro político dessa oligarquia; este foi eleito governador do Estado retomando o poder somente nas eleições gerais de 03 de outubro de 1950. Bento Munhoz estava vinculado à burguesia industrial, comercial e financeira, que fora destituída na Revolução de 30, mas que retornou à política concentrando-se na UDN e em menor número no PR. (KUNHAVALIK, 2004).

O outro grupo político tinha como representante o empresário Moysés Ville Lupion de Tróia, herdeiro do legado político de Manoel Ribas. Este foi interventor do Paraná em 1932, governador de 1935 a 1937, novamente nomeado interventor em 1937 por Getúlio Vargas, cargo em que permaneceu até 1945. Manoel Ribas conseguiu eleger seu sucessor Moysés Lupion, pelo PSD, com o apoio da UDN, nas eleições gerais de 19 de janeiro de 1947, quando derrotou Munhoz da Rocha Netto (UDN). A força política de Moysés Lupion, concentrada principalmente na legenda do PSD, era composta por burgueses, proprietários de terra e comerciantes nos campos gerais (KUNHAVALIK, 2004). Moysés Lupion e Bento Munhoz foram dois grandes adversários políticos no período da Quarta República (KUNHAVALIK, 2004).

Este primeiro período investigado, que compreende os anos de 1945 até 1964, é o da redemocratização denominado de Quarta República, ou também de República Populista, porque teria sido até então o único período em que o país experimentara um sistema de participação política de massas e, em especial, de luta operária sindical. O Estado Novo (1937-1945) foi criado com o golpe de Getúlio Dorneles Vargas, quando das eleições para presidente em 1937, e terminou, em 29 de outubro de 1945, com a renúncia deste, por pressão dos militares. Nesta mesma data assumiu a Presidência da República, José Linhares, convocado pelos militares. O então presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Clotário de Macedo Portugal, assumira o governo do Estado. O Brasil resgatara a sua democracia. As eleições que ocorreriam em maio de 1946 foram antecipadas para o dia 02 de dezembro de 1945 e tiveram início as eleições da República Populista, com a eleição do candidato situacionista, general Eurico Gaspar Dutra, pelo PSD, que derrotou o udenista brigadeiro Eduardo Gomes. Dutra teve a sua candidatura lançada pelo governador de Minas Gerais, Benedito Valadares, e foi apoiado de última hora por Getúlio Vargas, este último eleito deputado federal e senador nessas mesmas eleições.

Com o novo governo e com a Assembleia Constituinte, em 18 de setembro de 1946, foi promulgada a quarta Constituição que previa novas regras e datas para as eleições. Então, a 19 de janeiro de 1947 têm-se eleições para governadores, senador e suplente, e deputados estaduais. O governador eleito do Paraná em 1947 foi Moysés Wille Lupion de Tróia (1947-1951), pela coligação UDN-PSD-PTB e PRP. Empossado a 11 de março de 1947, derrotou o rival udenista Bento Munhoz da Rocha Netto.

Nas eleições gerais de 03 de outubro de 1950, Getúlio Vargas, pelo PTB-PSD, retorna ao poder sendo eleito Presidente da República pelo voto popular, sendo seu vice, João Café Filho, pelo PSP. No Paraná Bento Munhoz da Rocha Neto é eleito governador do Estado pela UDN (1951-1955), coligação UDN-PR-PST-PRP e PL, a 03 de outubro de 1950. Munhoz da Rocha não teria aderido às tentativas de golpe contra Getúlio (HELLER; DUARTE, 2000). Este se suicidara em 24 de agosto de 1954 e o vice João Café Filho assume a presidência.

Moysés Lupion foi eleito novamente governador em 03 de outubro de 1955 (1956-1960), pelo PSD, coligado com o PDC e o PTN. O PSD coligado com o PTB elegeu a Presidência da República o candidato Juscelino Kubitschek de Oliveira e o vice-presidente, João Goulart; o governo desenvolvimentista de JK tinha como slogan “cinquenta anos em cinco”.

O terceiro governador do Estado do Paraná no período, eleito a 03 de outubro de 1960, foi Ney Braga, candidato pelo PDC, coligado com o PL, em dobradinha com Jânio Quadros

(PDC), eleito a presidente da República. Ney Braga derrotava o petebista Nelson Maculan e o pessedista, Plínio Franco Ferreira da Costa.

Os principais atores, os prefeitos eleitos pelo voto popular, a partir das eleições de 1954, no período da Quarta República, são:

- Ney Amintas de Barros Braga (1955-1958);
- Iberê de Mattos (1959-1962);
- Ivo Arzua Pereira (1963-1966).

Os prefeitos interinos que assumiram após a primeira eleição de 1954 foram os vereadores eleitos nos pleitos de 1947, 1951, 1955 e de 1958: Elias Karam (1958), Edmundo Leinig Saporski (1958) e Erondy Silvério (1961-1962).

Antes da Constituição de 1947 os prefeitos eram nomeados, no entanto, mesmo depois da promulgação desta, continuaram as nomeações em razão do estabelecido, quanto às eleições, na Carta Magna do Paraná de julho de 1947. Os prefeitos de Curitiba nomeados pelo Governo do Estado no período até as eleições municipais de 1954 foram: Alexandre Beltrão (1943-1945 e 1945-1946), João Macedo de Souza (1945, 1946 e 1947), Alô Ticoulat Guimarães (1945), Algacyr Munhoz Mader (1946), Raul de Azevedo Macedo (1946), João Kracik Neto (1947), Angelo Ferrario Lopes (1947), Ney Leprevost (1948-1949), Antenor Pamphilo dos Santos (1948), Lineu Ferreira do Amaral (1949 e 1959), Amâncio Moro (1951), Ernani Santiago de Oliveira (1950 e 1951), Wallace Tadeu de Mello e Silva (1951), Erasto Gaertner (1951, 1952, 1953), Mário Afonso Alves de Camargo (1952), Milton Anselmo da Silva (1953), José Luiz Guerra Rêgo (1951 e 1953) e Augusto Toaldo Túlio em 1954 (OLIVEIRA, 2001).

A sequência de eleições municipais da Capital paranaense, na Quarta República, inicia-se com as eleições de vereadores à Câmara Municipal de Curitiba em 16 de novembro de 1947, data e eleição determinadas pela Constituição do Paraná, razão pela qual não ocorreram simultaneamente às eleições gerais de 19 de janeiro de 1947. Sete dos nove partidos que concorreram ao pleito conquistaram as 20 cadeiras. Esse pleito teve a primeira mulher eleita vereadora, a curitibana Maria Olympia Carneiro Mochel.

O segundo pleito ocorreu a 22 de julho de 1951, foram as eleições para vereadores; a primeira eleição para prefeito de Curitiba ocorreu somente a 03 de outubro de 1954; as eleições para a terceira Legislatura à Câmara Municipal em 03 de outubro de 1955; a segunda eleição para prefeito a 03 de outubro de 1958; eleições para vereadores para a quarta

Legislatura, a 04 de outubro de 1959; a terceira e última eleição para prefeito, anterior ao regime militar, a 07 de outubro de 1962, e as últimas eleições para vereadores neste período de redemocratização em 06 de outubro de 1963. Os vereadores tiveram seus mandatos prorrogados por um ano pelo governo militar e o prefeito foi referendado para novo mandato. Para governo do Estado, Paulo Cruz Pimentel, pelo PTN, já no regime militar, foi o último a ser eleito pelo voto popular em 03 de outubro de 1965, derrotando o candidato Bento Munhoz da Rocha Netto, que concorria pela coligação PR-PSP-PTB e PRP.

Ney Braga, eleito deputado federal, pelo PDC, foi o mais bem votado dos candidatos do Paraná nas eleições de 03 de outubro de 1958. Eleito governador do Estado do Paraná nas eleições de 03 de outubro de 1960, pela coligação PDC-PL, foi o governador da fase inicial da ditadura militar. Nesse período foi Ministro da Agricultura do governo Castelo Branco em 1964, nomeado governador do Estado (1979-1982). Ney Braga concorreu à única vaga para senador pelo PDS em 15 de novembro de 1982, porém perdeu para o peemedebista Álvaro Fernandes Dias. Uma dentre muitas das ações do governo municipal de Ney Braga que merece destaque no âmbito municipal neste período foi a criação do Departamento de Planejamento Urbano, que mais tarde o prefeito Ivo Arzua transformaria em IPPUC, que se tornaria uma verdadeira forja de prefeitos para Curitiba.

Um dos principais adversários políticos de Ney Braga, nas eleições municipais da Quarta República, foi o médico Wallace Thadeu de Mello e Silva, pai do atual governador do Estado do Paraná, Roberto Requião de Mello e Silva (reeleito em 2006). Wallace Thadeu era filho do coronel sergipano Wallace de Mello e Silva, camarista em Curitiba e deputado estadual, que veio para o Paraná com seu pai José Justiniano de Mello e Silva, este era secretário de governo de Lamenha Lins em 1876 (OLIVEIRA, 2001).

Outros atores políticos que neste período de redemocratização iniciam e/ou participam da vida política de Curitiba e do Paraná e que merecem destaque foram, o candidato a vereador de Curitiba, advogado Constante Eugenio Fruet, pelo PSD, nas eleições de 16 de novembro de 1947 e nas eleições de 1951, e que não se elegeu em nenhum dos pleitos. Este, curitibano, filho de Constante Fruet e Lucia Bardelli Fruet, era pai do ex-prefeito e um dos principais candidatos à Prefeitura de Curitiba pelo PMDB, na década de 1980 e início da de 1990, Maurício Roslindo Fruet, e avô do deputado federal Gustavo Fruet. Outra figura importante é a de Vidal Vanhoni, – pai de Ângelo Carlos Vanhoni (deputado federal pelo PT), candidato do PT a prefeito de Curitiba, com importante papel nas polarizações nas últimas eleições municipais da atual democracia – que como candidato, pela coligação PSD-PTB, nas eleições de 15 de novembro de 1951, foi eleito vereador da Câmara Municipal de Paranaguá.

Posteriormente candidatou-se a deputado estadual na eleição geral de 1954, pelo PSD, na qual não foi eleito. Conseguiu se eleger em três de outubro de 1958, pela mesma legenda.

2.2 O SISTEMA ELEITORAL E OS CÓDIGOS ELEITORAIS NA QUARTA REPÚBLICA

Têm-se aqui descritos os principais aspectos dos Códigos Eleitorais e sistemas eleitorais que vigoraram e configuraram as regras que determinaram as eleições no período investigado. O Código Eleitoral de fevereiro de 1932, que havia ampliado o sufrágio incluindo as mulheres, apresentou mudanças significativas com a Constituinte de 1934, reduziu a idade eleitoral para 18 anos, aumentou a representação funcional de 40 a 50 deputados, instituiu a redução das bancadas maiores: um deputado para cada 150.000 habitantes até 20, e a partir de 20, um deputado para cada 250.000. No Código Eleitoral de 1935, a distribuição das “sobras” (na representação proporcional) passou a ser o sistema de “maiores médias” (FLEISCHER, 1995).

Quando o Congresso se recusa aprovar sucessivos pedidos de “estado de sítio” e Getúlio Vargas perde o controle da campanha presidencial em 1937, o regime fecha o Congresso e decreta o Estado Novo em novembro de 1937. No Brasil o período da redemocratização (1945 a 1964), inicia seus processos eleitorais pelo sistema eleitoral de maioria simples, com as eleições para presidente da República e para uma nova Assembleia Constituinte a dois de dezembro de 1945, regidas pela Lei Constitucional nº 9, de 28 de fevereiro daquele ano, e decreto-lei nº 7.586, de 28 de maio do mesmo ano. Embora Vargas e seus interventores estaduais tenham sido depostos dois meses antes das eleições, o processo de organização das eleições foi tutelado por seu governo (FLEISCHER, 1988). O sistema de maioria simples ou maioria relativa é aquele no qual o candidato que recebeu o maior número de votos vence, seja qual for a margem de diferença de votos, e mesmo que seja inferior à soma dos votos recebidos pelos demais candidatos (PORTO, 2000).

O PSD elegeu o general Eurico Gaspar Dutra a presidente da República em 02 de dezembro de 1945, e ainda 53% da Assembleia Constituinte de 1946 – e assim controlou a elaboração da nova Carta. O vice-presidente, o senador Nereu de Oliveira Ramos foi eleito a 19 de setembro de 1946, dia seguinte ao da promulgação da Carta, pelo Colégio Eleitoral (Assembleia). A Carta de 1946 não dizia taxativamente que a eleição do presidente da República deve ser por maioria absoluta (PORTO, 2002); entretanto, foi mantido o sistema de representação proporcional para deputados federais, estaduais e vereadores.

A fórmula para determinar as bancadas estaduais na Câmara Baixa foi a de serem distribuídas numa proporção direta à população de cada Estado. A Constituinte optou por um sistema desigual de representação, que favorecia os Estados menores e menos desenvolvidos (que comandavam uma maioria dentro do PSD), com faixas regressivas de população e uma representação mínima de sete deputados (FLEISCHER, 1988).

O decreto-lei nº. 7.586 regulou o alistamento eleitoral, a qualificação e a inscrição dos eleitores, e as eleições para o segundo período presidencial e de governadores de estado. Regulamentou também as eleições para o Parlamento e Assembleias Legislativas, previstas no art. 4º da Lei Constituinte. Esse decreto-lei nº 7.586, transitório e com caráter de emergência, era inferior ao seu modelo (a lei nº 48 de 1935) e vigorou com pequenas modificações até o advento da lei nº 1.164 de 24 de julho de 1950, que aprovou o novo Código Eleitoral.

Nas eleições proporcionais, segundo o art. 48 do decreto-lei nº 7.586, os lugares não preenchidos (as sobras) com a aplicação do quociente eleitoral e dos quocientes partidários seriam destinados ao partido que tivesse alcançado maior número de votos, respeitando a ordem de votação nominal de seus candidatos. A fórmula de Assis Brasil, pelo Código de 1932, era a da repartição pelo maior resto, (seriam os votos que sobram na distribuição proporcional – o partido que obtivesse o maior média levava as vagas). Com a reforma de 1935, passou-se à repartição pela maior média (PORTO, 2002). Os quocientes partidários foram calculados sobre a soma dos votos nominais dados aos candidatos de cada chapa (FLEISCHER, 1988).

Com o decreto-lei nº. 7.586 os partidos políticos detinham o monopólio na apresentação dos candidatos. Segundo Porto (2002), a convicção de Agamenon Magalhães que se propalou era a de que se tentava um terceiro sistema fundado na preponderância de um partido, ou seja, o partido que obtivesse o maior número de cadeiras recebia as vagas não preenchidas pelo quociente eleitoral e quociente partidário, garantindo assim a estabilidade governamental. Os partidos políticos brasileiros começaram a nascer quando foi editada a Lei Agamenon Magalhães em maio de 1945. Para se ter o registro era necessário obter um mínimo de dez mil assinaturas em cinco ou mais circunscrições eleitorais (Estados). Essa lei acabou com as candidaturas avulsas. Para concorrer a cargos públicos eletivos os candidatos deveriam estar filiados a um partido (SOUZA, 2005).

A modificação que merece destaque e que vigorou somente nas eleições de 1945 e de 1946, porém não mais a partir de 1947, previa que os partidos registrassem seus candidatos na ordem de preferência deliberada pelos seus diretórios (art. 8 e parágrafo único). Assim, o

eleitor votaria somente na legenda partidária; haveria uma cédula única, oficial, em que seriam mencionados, um a um, em linhas sucessivas, em ordem variada, os partidos que registraram candidatos (art. 9º)[...] Portanto, seriam eleitos da lista em cada partido, na ordem em que tivessem sido registrados, quantos indicasse o quociente partidário (art. 10). Era a primeira vez no Brasil que seria utilizado o sistema eleitoral proporcional de lista (“bloqueada”), com escolha plurinominal (PORTO, 2002, p. 295).

Nas eleições de 16 de janeiro de 1947 a lei nº 5, de 14 de dezembro de 1946, revigoreu o decreto-lei nº 7.586, restaurando o sistema que previa cédula sem legenda.

As eleições eram para governadores, assembleias estaduais, 12 deputados federais adicionais, um terceiro senador em cada Estado, e para prefeitos e vereadores municipais (FLEISCHER, 1988). As eleições municipais ficaram submetidas à Constituição Estadual de 1947. No caso específico do Paraná a Constituição Estadual previa, para Curitiba, somente eleições para a Câmara Municipal de Vereadores, que ocorreram a 15 de novembro de 1947, e não para prefeito. Os prefeitos da Capital continuaram sendo indicados pelo governador.

De 1945 a 1948 foi concedido registro provisório a 31 partidos que efetuaram seus pedidos ao TSE. A partir de 1946, o registro provisório não foi mais concedido e o registro inicial foi transformado em definitivo. Na prática, somente 14 partidos efetivamente se organizaram em nível nacional. Com a proibição de atuação do PCB (Partido Comunista do Brasil) em 1947, esse número caiu para 13. Os partidos políticos organizados no período de 1945 a 1965 foram os seguintes: UDN, PSD, PTB, PSP, PR, PRP, PSB, PL, PDC, PTN, PRT, PST e MTR. Os principais partidos em termos eleitorais no período foram: UDN, PSD e PTB. A UDN surgiu a partir de um movimento que tinha como objetivo derrubar a ditadura do Estado Novo e Getúlio Vargas (SOUZA, 2005).

O Código Eleitoral aprovado pela lei nº 1.164 de 24 de julho de 1950 recebeu muitas modificações, destacando-se a extinção do processo de alistamento *ex-officio*², instituído pelo art. 22 do decreto-lei nº 7.586, e a adoção do processo de Hondt para cálculos da representação proporcional, revogando o princípio vigente segundo o qual as sobras seriam atribuídas ao partido que tivesse alcançado maior número de votos. A partir de então, as sobras seriam distribuídas entre os partidos que atingissem o quociente eleitoral; segundo Fleischer (1988) este fator seria o mínimo de 5% para sobrevivência dos partidos pequenos; como nunca foi levado à risca, facilitou a pluralização do sistema partidário de sete, em 1946, para 13 em 1964.

² Por obrigação e regimento.

Para entender os cálculos do sistema proporcional: primeiro tem-se o Quociente Eleitoral³ (Q. E.), que é o número dos votos válidos dividido pelo número de cadeiras oferecidas, o que será igual ao número de votos mínimos para conquista de cadeira; em segundo, o Quociente Partidário (Q. P.), que é a soma dos votos válidos do partido dividido pelo Quociente Eleitoral, que será igual ao número de cadeiras conquistadas; portanto, na distribuição proporcional das sobras (vagas não-preenchidas pelo Q. P.), aplicam-se as regras da fórmula Hondt⁴ para os partidos que atingiram o Quociente Eleitoral: “dividir-se-á o número de votos válidos atribuídos a cada partido pelo número de lugares por ele já obtidos, mais um, cabendo ao partido que apresentar maior média dos lugares a preencher; repetir-se-á a operação para a distribuição de cada um dos outros lugares” (PORTO, 2002, p. 297). Esta regra está em vigor, porém os votos em branco foram excluídos da contabilização dos votos válidos a partir de 1998.

As primeiras eleições gerais após essa Constituição (em 1950) foram realizadas, em síntese, dentro das seguintes regras para registro eleitoral e realização das eleições: 1) criação da Justiça Eleitoral em todo o país; 2) voto compulsório, universal e secreto. Restrito a cidadãos alfabetizados e com idade superior a 18 anos; 3) duas fórmulas eleitorais: o princípio majoritário para as eleições presidenciais, para governador, senador e prefeito, e o princípio proporcional para a Câmara dos Deputados, Assembleias Estaduais e Câmaras Municipais; 4) mantiveram a exigência de 10 mil eleitores distribuídos em pelo menos cinco Estados para criação do partido. As modificações de 1950 também tornaram o voto obrigatório até a idade de 70 anos, e mantiveram a exclusão dos analfabetos e o voto direto e secreto (FLEISCHER, 1988).

Em todos os Estados ficou definido o tempo de quatro anos para os cargos legislativos municipais e foram proibidos os sucessivos mandatos, as reeleições de prefeitos, governadores e presidentes. Agora as exigências legais para determinar o domicílio eleitoral para eleitores e candidatos eram definidas (e vigoradas) pelos tribunais eleitorais. Os candidatos foram proibidos de concorrer em mais de um Estado, mas candidaturas simultâneas para deputado, senador e/ou governador no mesmo Estado ainda eram permitidas. Pelas normas da desincompatibilização um governador que quisesse candidatar-se a um cargo legislativo (deputado ou senador) teria que renunciar a seu cargo executivo seis meses antes

³ O Quociente Eleitoral é a chamada quota Hare, atribuído ao inglês Thomas Hare, proposto em 1857, designado como “Procedimento do Boletim Uninominal com Substitutos ou com Transferência de Sufrágios à Escolha dos Eleitores”. Tal método também fora desenvolvido por Paul Andrea e empregado na lei dinamarquesa de 1855. Segundo consta Hare não sabia da existência do método e de seu uso na Dinamarca (PORTO, 2000).

⁴ O belga Victor D’Hondt (1841-1901) propôs o método que resolveu o problema das sobras, distribuindo proporcionalmente as cadeiras (PORTO, 2000).

do pleito, e por isto alguns concorriam a cargos legislativos em outros Estados enquanto completavam seus mandatos como governador. Em 1958, por exemplo, o governador paulista, Jânio Quadros, foi eleito deputado federal pelo PTB no Paraná sem precisar renunciar a seu mandato, e assim ajudou a eleger seu sucessor, Carvalho Pinto. Outro exemplo é o do então governador gaúcho, Leonel Brizola, que conseguiu a mesma façanha em 1962, quando se elegeu deputado federal pelo recém-criado Estado da Guanabara; não obstante desempenhar até o fim seu mandato de governador do Rio Grande do Sul, ele não conseguiu eleger o seu sucessor (FLEISCHER, 1988).

Outra modificação relevante no Código Eleitoral de 1950 foi a introdução da “cédula única de votação”. A reforma foi feita em 1954, porém vigorou somente a partir da eleição presidencial de 03 de outubro de 1955 e, em função dos resultados observados, a cédula foi adotada pela lei nº 2.962, de 30 de novembro de 1956, nas demais eleições majoritárias e em 1962 nos pleitos proporcionais (lei nº 4.109 de 27 de julho de 1962). Segundo Porto (2002) a cédula oficial garantiria a liberdade e o sigilo de voto e exigiria reflexão do eleitor ao dar seu voto. A cédula trouxe para as eleições de 1962, e por um curto período de tempo (26 dias), o chamado “voto colorido” (lei nº 4.115 de 22 de agosto de 1962). Válida para eleições proporcionais (deputados federais, estaduais e vereadores) a cédula era encimada pela sigla de cada partido ou coligação com cores escolhidas pelos partidos por ordem de registro e mantidas para as eleições subsequentes (PORTO, 2002).

Antes, como não havia uma cédula oficial, cada partido ou candidato imprimia suas próprias cédulas, separadamente, para cada cargo. O eleitor comparecia ao local de votação trazendo quantas cédulas quisesse e as colocava em um envelope próprio fornecido pela Justiça Eleitoral (SOUZA, 2005).

Uma alteração de destaque, de sugestão do então presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Edgard Costa, no processo eleitoral brasileiro foi a criação da “folha individual de votação”, pela lei nº 2.550 de 1955, que fixava o eleitor na mesma seção eleitoral, evitando assim fraudes com títulos falsos ou de 2ª via. A “folha individual de votação” passava a ser o legítimo “Título Eleitoral”, assim denominado com a lei nº 2.550. Antes eram os candidatos que forneciam as cédulas.

No Brasil a lista aberta⁵ é usada no pleito proporcional desde 1945, durante a República de 1946 o voto era conferido ao candidato, já que não existia a possibilidade de

⁵ Lista Aberta - forma de representação proporcional por lista, na qual os eleitores podem expressar suas preferências tanto por um partido como por um ou mais dos candidatos desse partido (IDEA, 2006). No caso do Brasil, o eleitor dispõe somente de um voto, que pode ser de legenda ou no candidato.

votar apenas na legenda. As coligações parlamentares foram permitidas nas eleições entre 1950 e 1962 e proibidas durante o governo militar. A proibição foi fixada pelo Código Eleitoral (Lei nº 4.737) de julho de 1965 (MACHADO, 2005). Segundo Machado uma das singularidades do sistema eleitoral brasileiro que afeta o funcionamento da representação proporcional é a formação de uma única lista de candidatos, quando diferentes partidos estão coligados. Cada partido recebe as cadeiras proporcionalmente à sua contribuição para a votação final da coligação e ocupa as cadeiras com os nomes mais votados da lista. Em contrapartida, segundo Fleischer (1988) o sistema partidário foi severamente comprometido pela legislação eleitoral que permitia coligações e alianças eleitorais a ponto de, em 1962, quase no final do período, uns 47% dos 409 deputados federais terem sido eleitos desta forma. No Brasil, não existe cálculo intracoligação para distribuir assentos legislativos (NICOLAU, 2004).

Para finalizar o período da redemocratização, como aponta Fleischer (1988), a combinação da super-representação dos Estados menores, e menos desenvolvidos (mais conservadores), e a não coincidência das eleições legislativas com a presidencial, distanciaram o Executivo do Legislativo. A consequência, no início dos anos 60, foi um virtual impasse institucional entre o presidente Jânio Quadros, que tomou posse em janeiro de 1961, e um Congresso eleito em novembro de 1958. Este impasse também prejudicou seu sucessor, João Goulart (1961-1964). Em meio à crise o Plebiscito (ou referendo: presidencialismo ou parlamentarismo?) de 06 de janeiro de 1963 foi disposto pela lei complementar nº 2 de 16 de setembro de 1962. O Parlamentarismo foi adotado por meio da emenda constitucional nº 4, baixada a 2 de setembro de 1961, denominada Ato Adicional e que instituía o sistema parlamentarista de governo no Brasil. 76,97% do eleitorado responderam não ao Ato Adicional.

2.3 A CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DO PARANÁ E AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS

As primeiras eleições municipais da redemocratização pós-Estado Novo no Paraná ocorreram no dia 15 de novembro de 1947. As eleições aconteceram em conformidade com a Constituição do Estado do Paraná de 1947, promulgada a 12 de julho daquele ano. As eleições municipais eram a última etapa da efetivação da democracia eleitoral.

O Artigo 124 da Constituição Estadual previa que as eleições para prefeito e vereadores fossem simultâneas e que a destes seriam pelo sistema proporcional, além dos mandatos serem de quatro anos. Para elegibilidade os candidatos a prefeito e a vereadores

deveriam ser brasileiros, estar no exercício dos direitos políticos e serem maiores de 21 anos (Art. 125). O número de vereadores foi pré-fixado por lei, em proporção que não excedesse um para cada três mil habitantes, não podendo ser inferior a nove e nem superior a 20 (Art. 126). Os prefeitos e vereadores eleitos gozavam das mesmas imunidades asseguradas aos deputados pela Constituição Estadual (Art.128).

O Artigo 4º das disposições constitucionais transitórias determinava que as eleições fossem realizadas no primeiro domingo após 120 dias contados da promulgação desta e, com parágrafo único, estabelecia que não haveria eleição para prefeito nos municípios referidos no Artigo. 127. Este determinava que o prefeito da Capital do Estado e dos municípios de estâncias hidrominerais naturais (“quando beneficiadas pelo Estado ou pela União, e os daqueles que de lei federal nos termos da Constituição da República, declarar bases ou portos militares de excepcional importância para a defesa externa do País”) e outras condições de segurança nacional, fossem nomeados pelo Governador. Por esta razão não houve eleição para prefeito de Curitiba até o ano de 1954.

O Artigo 6º desta disposição transitória da Constituição Estadual já determinava o número de cadeiras para vereadores na primeira legislatura. O número para Curitiba ficou fixado em 20;

15 cadeiras para Ponta Grossa, Paranaguá e Londrina; e 12 cadeiras para os municípios de Antonina, Apucarana, Bandeirantes, Cornélio Procopio, Cambará, Campo Largo, Castro, Guarapuava, Irati, Jacarezinho, Jaguariaiva, Lapa, São José dos Pinhais, Santo Antonio da Platina, Sertanópolis, Rio Negro, Reserva, Tibagi e União da Vitória; e 9 nos demais municípios (PARANÁ, 1947).

Os vereadores eleitos, diplomados, foram convocados em 15 dias por um Juiz designado pela Justiça Eleitoral, para realizar a primeira sessão de instalação da Câmara Municipal, na qual seria promovida a eleição da mesa dirigente, de um presidente e de dois secretários (Art. 7º). Em parágrafo único, os prefeitos tomariam posse na mesma data da instalação da Câmara.

Destaca-se, do Artigo 5º, da inelegibilidade para o cargo de prefeito, a importância que determinados cargos tinham e que foram previstos no decurso de prazo da Constituição (Art. 5º). São eles

os que, até 12 meses antes da eleição, houverem exercido, no Estado, embora interinamente, as funções de Interventor, Secretário de Estado ou de Comandante da Polícia Militar; os que, até seis meses antes da eleição, houverem exercido, no Município, o cargo de prefeito ou delegado de polícia; e os que, nos dois meses antes da eleição houverem exercido o cargo de secretário ou de tesoureiro das prefeituras. (PRANÁ, 1947, art. 5º)

Quando da instalação do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, após a queda do Estado Novo, em 07 de junho de 1945, na terceira sessão ordinária foi definido o projeto da divisão do Estado em 40 Zonas Eleitorais, sendo as quatro primeiras as da Comarca de Curitiba (1ª, 2ª, 3ª e 4ª). A 2ª Zona Eleitoral compreendia Curitiba, Rio Branco do Sul e Colombo, já a 3ª Zona Eleitoral, compreendia Curitiba, Piraquara, Timbú e Campina Grande do Sul.

2.4 AS ELEIÇÕES PROPORCIONAIS DE 1947

2.4.1 Contexto das eleições para vereadores à Câmara Municipal de Curitiba de 1947

Para a análise das eleições proporcionais vale lembrar algumas informações sobre os partidos políticos. Com o fim do Estado Novo e o começo da Quarta República (1945-1965) tem-se o multipartidarismo. Os registros provisórios dos partidos políticos concedidos pelo TSE entre os anos de 1945 e 1948 foram, a partir de 1946, definitivos. Efetivamente 14 partidos se organizaram em nível nacional (SOUZA, 2005). Os partidos que se organizaram no período da Quarta República, em especial no Paraná foram: UDN (União Democrática Nacional); PSD (Partido Social Democrata), PTB (Partido Trabalhista Brasileiro); PSP⁶ (Partido Social Progressista); PR (Partido Republicano); PRP (Partido de Representação Popular); PSB⁷ (Partido Socialista Brasileiro); PL (Partido Libertador); PDC (Partido Democrata Cristão); PTN (Partido Trabalhista Nacional); PRT⁸ (Partido Republicano Trabalhista); PST⁹ (Partido Social Trabalhista); e o PCB (Partido Comunista do Brasil), que teve o seu registro cancelado em 1947 e que passou a denominar-se PCB (Partido Comunista Brasileiro) em 1961 na clandestinidade (IPARDES, 1989).

Os três partidos políticos mais importantes são: UDN, PSD e PTB. Dois deles, os partidos PTB e PSD, foram criados por Getúlio Vargas de cima para baixo, adaptando a máquina política e administrativa do Estado Novo às novas condições competitivas da redemocratização a partir de 1945 (LAMOUNIER, 1986). O PSD, o principal partido do novo sistema, majoritário desde o início, apresentava-se como partido de centro, moderado e

⁶ O PSP seria a fusão ocorrida em 1946 dos Partidos PRP (Partido Republicano Progressista), PAN (Partido Agrário Nacional) e PPS (Partido Popular Sindicalista).

⁷ PSB antes das eleições de 1947 denominava-se ED (Esquerda Democrática).

⁸ PRT teve o nome alterado em 1948; antes se denominava PRD (Partido Republicano Democrático), e em 1950 foi alterado novamente para PRT (Partido Rural Trabalhista).

⁹ PST antes de 1947 denominava-se PPB (Partido Proletário Brasileiro).

moderador. Criado por Vargas em 1945, surgiu a partir dos interventores estaduais e municipais que chegaram ao poder com o golpe de 1930, e tornou-se um prolongamento partidário, com extensa base eleitoral, do Estado Novo Getulista. A UDN, que configurava uma oposição liberal, à direita, teve a sua origem num movimento que objetivava derrubar Vargas, associada aos militares conservadores, para fazer frente à hegemonia do PSD. E o PTB, partido trabalhista com posição mais agressiva, nacionalista e reformista (SOUZA, 2005; LAMOUNIER, 1986).

Na Quarta República havia eleições quase todos os anos, em função dos diferentes mandatos terem sido iniciados em tempos diferentes, com durações diferentes. A 05 de janeiro de 1946 houve eleição para presidente da República, com a vitória do general Eurico Gaspar Dutra eleito pelo PSD. O Paraná confirmou a eleição de dois senadores pelo PSD, Flávio Carvalho Guimarães e Roberto Glasser, e de nove deputados federais, ficando a bancada paranaense composta da seguinte forma: o PSD com seis deputados¹⁰, a UDN com dois, Bento Munhoz e Erasto Gaertner, e o PTB com uma cadeira, preenchida por Getúlio Dorneles Vargas, eleito pelo Paraná.

Em 19 de janeiro de 1947 ocorreram as primeiras eleições daquele ano, no Paraná, para senador e suplentes, governador e deputados estaduais (37 vagas). O governador eleito foi Moysés Wille Lupion de Tróia, pela coligação UDN-PSD-PTB-PR, que derrotou o candidato Bento Munhoz da Rocha Netto, pela UDN. O senador Arthur Ferreira dos Santos foi eleito pela mesma coligação e derrotou o futuro candidato a prefeito de Curitiba, Roberto Barrozo, pelo PSP. Foram eleitos três suplentes de senadores. A bancada estadual ficou assim composta: PC do B (uma cadeira); PR (três cadeiras); PRP (duas cadeiras); PSD (18 cadeiras); PSP (uma cadeira); PTB (seis cadeiras); e UDN (seis cadeiras). O PSD tornou-se majoritário tanto no Congresso quanto na Assembleia Legislativa do Paraná, ocupando 18 das 37 cadeiras. O cargo de prefeito ainda era indicado pelo governador do Estado.

O eleitorado de Curitiba era de 45.740 eleitores. Curitiba era dividida em quatro Zonas Eleitorais, duas linhas que se cruzavam formando os quadrantes (as ruas principais que formavam as linhas eram: o primeiro percurso Nilo Peçanha – Trajano Reis – Marechal Floriano, o segundo percurso pelas ruas Vicente Machado – João Pessoa – XV de Novembro). No primeiro quadrante acima à esquerda a 1ª Zona Eleitoral, à direita a 2ª, na parte inferior no terceiro quadrante, à esquerda a 4ª Zona e à direita a 3ª (COMPOSIÇÃO SOCIAL..., 1962, p. 3). (Vide mapa da eleição municipal de 1954).

¹⁰ São eles: Fernando Flores, José Munhoz de Melo, Lauro Sodré Lopes, João Aguiar, Aramis Athayde e João Teófilo Gomy Júnior (TRE-PR, 50 Anos, p. 24, s/d).

As eleições para vereadores ao Paço da Liberdade, assim denominada a Câmara Municipal de Curitiba, pois se localizava na Praça da Liberdade naquela época, ocorreram num segundo momento, em 15 de novembro de 1947, decorridos os 120 dias da promulgação da Constituição Estadual. Os mandatos dos vereadores são de quatro anos. Essas eleições à Primeira Legislatura marcavam a penúltima etapa da efetivação da democracia na esfera municipal, pois assegurava, com os vereadores eleitos, “parte” da autonomia do município, que se tornaria completa com a eleição do prefeito. O prefeito de Curitiba em exercício era o engenheiro civil Angelo Lopes, que solicitou ao governador do Estado sua exoneração em função da instalação da Câmara de Vereadores; assim o governo teria a liberdade de organizar a administração municipal.

Nessa primeira eleição à Câmara Municipal de Curitiba, da Quarta República, pelo sistema de representação proporcional, com lista aberta, à semelhança das eleições para a Câmara de Deputados e Assembleia Legislativa Estadual, determinava o código eleitoral que as vagas que sobrassem fossem destinadas ao partido majoritário, ou seja, àquele que recebeu o maior número de votos e, por conseguinte, de cadeiras indicadas pelo quociente eleitoral e quociente partidário recebia as sobras, ainda não era aplicado o método D’Hondt, com a distribuição proporcional das sobras entre os partidos que tivessem alcançado o quociente eleitoral. Concorreram neste pleito nove partidos (PTB, PSD, UDN, PR, PST, PL, PRP, PSP e PSB). Os partidos apresentaram listas abertas com 20 candidatos cada, com exceção do PSB que apresentou 19 candidatos. A posse dos vereadores eleitos ocorreu a 19 de dezembro de 1947. Os presidentes da Câmara de Vereadores nessa legislatura foram: João Kracik Netto (1947), Ubiratan Mattos Peixoto (1948), Roberto Barrozo (1949) e Ernani Santiago de Oliveira (1950) (MARTINS, 1999).

O presidente do TRE-PR era o Desembargador Antonio Leopoldo dos Santos. O TRE, naquela época, situado na Praça Carlos Gomes, recomendava que os eleitores escolhessem e levassem a cédula preenchida. No local de votação o eleitor recebia uma senha e quando chegasse a sua vez apresentava o título de eleitor, assinava a folha de votação em duas vias e recebia do presidente uma sobrecarta (envelope) com a qual se dirigia à cabine. Fechada a cortina da cabine o eleitor colocava a cédula dentro da sobrecarta, no caso de Curitiba, uma cédula para vereador. Era proibido oferecer cédulas onde funcionasse a mesa, e nas suas mediações, dentro de um raio de cem metros. Dentre as garantias eleitorais, 48h antes e até 24h depois da eleição ficava proibida a propaganda política, mediante radiodifusão, alto falante, comícios e/ou reuniões públicas.

Segundo as instruções do TRE, os votos em branco eram considerados os envelopes que não contivessem nenhuma cédula, que contivessem papéis em branco ou “com dizeres estranhos à eleição” (Art. 19, da Resolução 2.207). Os votos válidos eram as somas dos votos nominais dos candidatos ou legendas, e os votos em branco. Os votos de legenda eram considerados a soma de todos os votos dados aos candidatos com os votos puramente de legenda (TRE-PR, 1947).

TABELA 2.1 – CANDIDATOS ELEITOS À CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA – 1947

PARTIDOS	CANDIDATOS ELEITOS	VOTAÇÃO	% VOTOS VÁL.*	% VOTOS COMP.*	SITUAÇÃO
PTB	Roberto Barrozo	2.431	8,58	8,44	Eleito
PTB	Amancio Moro	407	1,44	1,14	Eleito
PTB	Myltho Anselmo da Silva	438	1,55	1,52	Eleito
PTB	Antonio Augusto Staben	311	1,10	1,08	Eleito
PTB	João Stival	306	1,08	1,06	Eleito
PTB	Ubiratan Peixoto de Mattos	284	1,00	0,99	Eleito
PTB	João Kracik Netto	267	0,94	0,93	Eleito
PTB	Laudemiro do Valle (Lico)	241	0,85	0,84	Eleito
PTB	Oswaldo Nascimento Bittencourt	209	0,74	0,73	Eleito
PSD	Antenor Pamphilo dos Santos	668	2,36	2,32	Eleito
PSD	Gaspar Duarte Vellozo	633	2,23	2,20	Eleito
PSD	Sezinando das Chagas Lima	396	1,40	1,37	Eleito
UDN	Odilon Mäder (Eng°Civil)	731	2,58	2,54	Eleito
UDN	Adeodato Arnaldo Volpi	562	1,98	1,95	Eleito
UDN	Edwino Donato Tempski	407	1,44	1,41	Eleito
PR	Ernani Santiago de Oliveira (Losso)	347	1,22	1,20	Eleito
PR	Joaquim de Almeida Peixoto	346	1,22	1,20	Eleito
PST	Maria Olympia Carneiro	436	1,54	1,51	Eleita
PRP	Lauro Esmanhotto	569	2,01	1,98	Eleito
PL	João Pereira de Macedo	342	1,21	1,19	Eleito

FONTE: TRE-PR.

2.4.2 Análise da base de dados e dos resultados

A Câmara Municipal de Vereadores de Curitiba seria composta de 20 cadeiras. As bancadas ficaram com a seguinte composição: o PTB com nove cadeiras, o PSD e a UDN

com três cada, o PR com duas, os partidos PST, PL e PRP ficaram com uma cadeira cada. A Câmara começa pluripartidária, sendo que os quatro partidos mais fortes que ficaram com a maioria das vagas, coligados (UDN–PSD–PTB–PR) contribuíram com a eleição de Moysés Lupion (PSD) ao governo.

Embora o sistema proporcional desta eleição não utilize o método D’Hondt, manter-se-ão os dados padrões para demonstrar as diferenças na evolução do sistema eleitoral. Serão avaliados comparativamente os seguintes índices: abstenção, mobilização eleitoral, competitividade eleitoral, votos brancos e nulos, competitividade eleitoral, eleitorado, além da votação média e mínima para indicar a variabilidade das chances eleitorais de um candidato se eleger e a incerteza e imprevisibilidade que esse sistema de competição gera (KINZO, BORIN, MARTINS, 2003).

TABELA 2.2 – INFORMATIVO/ESTATÍSTICO – 1947

Eleitores Aptos Totalizados	46.949	100 %
Nº de Candidatos Proporcionais	179	100 %
Vagas (A)	20	100 %
Quociente	1.417	(B+C+D)/A
Votos Válidos (B+C+D)	28.350 ¹¹	98,38 %
Votos de Legenda	27.454	96,84 %
Votos Nominais (C)	27.454	95,27 %
Votos Brancos (D)	896	1,96 %
Votos Nulos	463	1,61 %
Comparecimento / Apurados	28.817	61,34%
Abstenção	18.132	38,62%
Seções Totalizadas	133	100%

FONTE: TRE-PR (Arquivo Público)

TABELA 2.3 – RESULTADOS POR ZONAS ELEITORAIS – 1947

PARTIDOS	1ª z.e. 31 urnas	2ª z.e. 37 seções	3ª z.e. 31 seções	4ª z.e. 34 urnas	Total
PTB	1584	1469	1192	1757	6002
PSD	1321	1036	1269	1450	5076
UDN	947	884	1155	1605	4591
PR	841	766	646	997	3250

¹¹ Conta-se menos 4 sobrecartas da 2ª z.e., por isso a diferença de 4 votos; soma-se 27.608 de Curitiba com 1.209 de outras seções que é igual a 28.817 ou (45.740 + 1.209 = 46.949).

TABELA 2.3 – RESULTADOS POR ZONAS ELEITORAIS – 1947 (continuação)

PARTIDOS	1ª z.e. 31 urnas	2ª z.e. 37 seções	3ª z.e. 31 seções	4ª z.e. 34 urnas	Total
PST	514	644	640	721	2519
PRP	684	528	302	558	2072
PL	594	627	369	541	2131
PSP	469	282	222	357	1330
PSB	141	65	101	176	483

FONTE: TRE-PR.

TABELA 2.4 – DADOS E VOTAÇÕES – 1947

Coligações Legendas	Nº Cand.	Votos Nominais Partidos**	% Vál. Nom.*	Votos Legenda*	% Leg.*	Cadeiras	Votos Totais TRE	% Válidos *
PTB	20	5.973	21,76	29	0,48	09	6002	21,17
PSD	20	5.075	18,48	1	0,02	03	5076	17,90
UDN	20	4.583	16,69	8	0,17	03	4591	16,19
PR	20	3.228	11,76	22	0,68	02	3250	11,46
PST	20	2.510	9,14	9	0,36	01	2519	8,89
PL	20	2.121	7,73	10	0,47	01	2131	7,52
PRP	20	2.032	7,40	40	1,93	01	2072	7,31
PSP	20	1.328	4,84	2	0,15	-	1330	4,69
PSB	19	475	1,73	8	1,65	-	483	1,70

FONTE: TRE-PR, Jornais GP.

NOTA: * Calculados neste trabalho

** O PREFEITO... 1947, capa e p. 6.

TABELA 2.5 – VOTAÇÃO MÉDIA E MÍNIMA DE VOTOS DOS CANDIDATOS ELEITOS À CÂMARA DE VEREADORES DE CURITIBA (QUOCIENTE ELEITORAL = 1.417) – 1947

Partidos	Cadeiras	Votação Média (Eleitos)*	Mínimo de Votos dos Eleitos	Distância entre Média dos eleitos e Mínimo (%)*	Proporção Mínimo Votos => Q.E. (%)*
PTB	09	542	208	42,71	14,68
PSD	03	564	540	110,89	38,11
UDN	03	531,67	398	81,73	28,09
PR	02	348	348	71,46	24,56
PST	01	440	440	90,36	31,05

TABELA 2.5 – VOTAÇÃO MÉDIA E MÍNIMA DE VOTOS DOS CANDIDATOS ELEITOS À CÂMARA DE VEREADORES DE CURITIBA (QUOCIENTE ELEITORAL = 1.417) – 1947 (continuação)

Partidos	Cadeiras	Votação Média (Eleitos)*	Mínimo de Votos dos Eleitos	Distância entre Média dos eleitos e Mínimo (%)*	Proporção Mínimo Votos => Q.E. (%)*
PL	01	440	440	90,36	31,05
PRP	01	543	543	111,51	38,32
Total/Média	20	486,95			

O eleitorado era de 46.949 cidadãos (vide Tabelas 2.1, 2.2, 2.3, 2.4 e 2.5). Nove partidos registraram candidaturas, num total de 179 candidatos, mas somente sete partidos compõem a Câmara Municipal. A votação nominal/legenda foi a terceira mais baixa do período, 96,84%. O jornal Gazeta do Povo anunciava acentuada abstenção de eleitores no pleito de domingo do dia 15 de novembro de 1947. O índice de abstenção foi o maior obtido dos pleitos municipais na Quarta República; atingiu 39,64%. Segundo os depoimentos dos Juízes eleitorais e presidentes das juntas apuradoras (1ª Zona Eleitoral, Aluizio Garcia da Costa Barros; 2ª Zona Eleitoral, Segismundo Gradowski; 3ª Zona Eleitoral, Eduardo Xavier da Veiga e 4ª Zona Eleitoral, Ozório Natel da Costa), o alto índice de abstenção nesse pleito, foi devido à falta de compreensão dos eleitores de seus deveres cívicos o que fez com que a maioria dos faltosos fosse absenteísta embora deixar de votar, sem justificar, incorresse em crime segundo o decreto-lei nº 7.586 de 1945, Artigo 123, nº. 2. Em contrapartida, a mobilização eleitoral, que é o comparecimento de eleitores às urnas, foi de 63%, a mais baixa registrada no período.

Os votos em branco, com 1,96%, e os votos nulos, com 1,61% dos votos válidos foram os segundos menores índices do período. Estes eram percentuais muito baixos, e isto queria dizer que os eleitores que votaram estavam com os votos direcionados aos candidatos, não desperdiçaram o voto e nem protestaram expressivamente. A competitividade eleitoral, medida pela diferença em pontos percentuais dos votos válidos dos dois partidos mais votados, foi de 3,27 pontos percentuais, a segunda mais baixa do período. Isto mostra que o eleitorado não estava tão entusiasmado com a eleição, e que os partidos ainda não estavam despertando nos eleitores rivalidades mais acirradas.

Como era de se esperar, os três partidos mais importantes – PSD, UDN e PTB – detiveram os melhores desempenhos. Porém, fica evidente nesse primeiro pleito proporcional

que o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) foi significativamente privilegiado pelo código eleitoral que regia esse sistema proporcional a partir de 1946. O PTB ficou com 45% das cadeiras da Câmara Municipal de Curitiba, foi a maior bancada, conquistou quatro cadeiras pelo quociente partidário e cinco por ser majoritário (TRE-PR, Ata de Apuração Final, 1947). Como o código eleitoral previa que as sobras ficassem com o partido majoritário o PTB elegeu mais cinco vereadores, conforme a sequência de votação nominal obtidas pelos seus candidatos. Esse sistema de sobras alocadas ao partido que obteve a maior votação, gerou aberrações.

A média dos eleitos do PSD são superiores as do PTB, enquanto o voto mínimo do PTB é eleito com 42,71% da média dos eleitos, o PSD tem o seu voto mínimo acima da média (110,89%), e a UDN com 81,73%. Esse sistema “proporcional” alijava os candidatos remanescentes das chances de se elegerem pela distribuição das sobras. Em consequência desse sistema eleitoral o PTB elegeu cinco candidatos com votações inferiores em relação aos demais partidos. Por exemplo, Oswaldo Bittencourt foi o candidato eleito com a menor votação, 209 votos.

O PTB obteve o maior índice de votos válidos, 21,17%, e a segunda maior votação em legenda, apenas 29 votos. O eleitorado não tinha a cultura política de votar em legenda e também não era estimulado, por isso os votos de legenda são inexpressivos nesse período.

Roberto Barrozo, eleito pelo PTB, com 2.431 votos, foi o vereador mais bem votado desse primeiro pleito. Atingiu 5,7% dos votos que obteve em janeiro de 1947, quando concorreu ao Senado, pelo PSP; havia feito 42.990 votos, mas perdeu para Arthur Ferreira dos Santos, pela coligação UDN-PSD-PTB-PRP. Barrozo seria candidato a prefeito em 1954. Roberto Barrozo Filho também foi candidato pelo PTB nesse mesmo pleito, mas não obteve êxito.

O primeiro da lista de suplentes do PTB, e que assumiu logo em seguida, foi o médico Wallace Tadeu de Mello e Silva, que obteve 172 votos, médico, convocado ainda no ano de 1947 (MARTINS, 1999). Segundo constata-se nos Livros de Atas da Câmara Municipal Curitiba o vereador teve participação intensa. Das três mulheres candidatas uma era do PTB, Olga da Silva Blaster, que não se elegeu.

Os partidos rivais, PSD e UDN, ficaram cada um com três cadeiras, detendo cada um, 15% da representação na Câmara. Foram os partidos mais prejudicados pelo sistema de sobras acumuladas ao partido majoritário. O PSD ficou com a segunda melhor votação nominal, 17,90%, e recebeu apenas um voto de legenda. O partido teve a segunda maior proporção de voto mínimo em relação ao quociente eleitoral, 38,11%.

A UDN, com o terceiro melhor desempenho, 16,90% dos votos válidos, tinha como um de seus candidatos o então acadêmico de Engenharia Abílio Ribeiro, que não se elegeu, mas foi candidato a prefeito em 1962. A UDN ficou com a votação mínima de 81,73% da média dos eleitos e 28,09% da proporção do quociente eleitoral.

O PR, com 11,46% dos votos válidos, elegeu dois candidatos, ficando com 10% da bancada de vereadores. Um dos eleitos foi o curitibano Ernani Santiago de Oliveira (nascido a 20 de setembro de 1913) que viria a ser prefeito de Curitiba em 1954. Nomeado pelo governo quando da candidatura de Ney Braga, foi presidente da Câmara de Vereadores em 1950 (MARTINS, 1999). O PR teve 22 votos de legenda. A distância entre a votação mínima e a média dos eleitos ficou em 71,46% e a proporção do voto mínimo, em relação ao quociente eleitoral, foi de 24,56%.

Os partidos PST, PL e PRP elegeram um candidato cada e ficaram com 5% de representação na Câmara. O PST apresentou duas candidatas, a professora Maria Olympia Carneiro Mochel e, a também professora, Tenente Maria da Conceição Suarez, enfermeira integrada à FEB e que esteve na Itália na Segunda Guerra Mundial (A PARTICIPAÇÃO..., 1947, p. 5). A curitibana professora Maria Olympia Carneiro Mochel (nascida a 09 de janeiro de 1926) além de ser a única candidata eleita do partido, foi a primeira mulher vereadora de Curitiba eleita pelo voto direto. O PL elegeu o engenheiro civil João Pereira de Macedo, que seria candidato a prefeito em 1958. O PRP ficou acima da média dos eleitos, o candidato Lauro Esmanhoto com 569 votos, ficou 11,51% acima da média dos eleitos, e também ficou com a maior proporção dessa eleição de votos mínimos em relação ao quociente eleitoral, 38,32%. O PL, com 7,52% dos votos válidos, e o PST, com 8,89%, ambos atingiram 90,36% dos votos mínimos em relação à média dos eleitos e 31,05% do quociente eleitoral.

Os partidos PSP e PSB não atingiram o quociente eleitoral e, portanto, não elegeram candidatos.

Quanto ao desempenho dos partidos nas Zonas Eleitorais, o PTB foi vitorioso em três Zonas Eleitorais, nas 1ª, 2ª e 4ª, perdendo somente na 3ª Zona Eleitoral para o PSD, zona que se revelaria um reduto eleitoral petebista. O PSD ficou em segundo lugar na 1ª e na 2ª Zonas Eleitorais. A UDN foi o terceiro partido mais bem votado, ultrapassou em votos o PSD somente na 4ª Zona Eleitoral.

A bancada da Câmara Municipal de Vereadores, composta majoritariamente pelo PTB, indicou uma reação e oposição deste partido, iniciada oportunamente pela esfera municipal, ao partido governista o PSD, que detinha seis das nove vagas da bancada paranaense no Congresso Federal e 18 cadeiras das 37 na Assembleia Legislativa Estadual.

2.5 AS ELEIÇÕES PROPORCIONAIS DE 1951

2.5.1 Contexto das eleições para vereadores à Câmara Municipal de Curitiba de 1951

Nas eleições gerais de 03 de outubro de 1950, Getúlio Vargas foi eleito presidente da República, com a coligação PTB–PSP, e João Café Filho como vice-presidente (PSP). Bento Munhoz da Rocha Netto foi eleito governador do Paraná pela coligação UDN–PR–PST–PRP–PL, derrotando o ex-prefeito de Curitiba, Angelo Ferrario Lopes (PSD). Esta mesma coligação elegeu o senador Othon Mäder e o suplente José Augusto Gomes de Faria. Para a Câmara dos Deputados as 9 cadeiras da bancada paranaense ficaram igualmente divididas entre o PSD, a coligação UDN–PR–PST–PRP–PL e a coligação PTB–PSP. Na Assembleia Legislativa as 44 cadeiras ficaram divididas assim: o partido majoritário PSD com 16 cadeiras; o PTB com 11; a UDN com oito; a coligação PR–PST–PL com seis; o PSP com duas e o PRP com uma.

As eleições para a segunda Legislatura de vereadores à Câmara Municipal de Curitiba ocorreram no dia 22 de julho de 1951 e a posse dos eleitos foi a 19 de dezembro daquele ano. O prefeito era o Dr. José Luiz Guerra Rêgo, nomeado pelo governador do Estado, Bento Munhoz. Os presidentes da Câmara Municipal de Vereadores de Curitiba nessa segunda legislatura foram: Myltho Anselmo da Silva (1951), Mario Affonso Alves de Camargo (1952) (MARTINS, 1999), e Roberto Barrozo Filho (1954).

Nessas eleições foram dez partidos que disputaram as eleições (PSD, PR, UDN, PTB, PST, PSP, PL, PRP, PTN e PSB), com 218 candidatos a vereadores. A Câmara Municipal Legislativa ficou distribuída mais proporcionalmente, composta da seguinte forma: o PTB conquistou cinco cadeiras; o PR ficou com quatro; o PSD e a UDN ficaram com três cadeiras cada; o PST e o PSP ficaram com duas cada e o PL ficou com uma. Somente três candidatos foram reeleitos.

O grande destaque no sistema eleitoral foi o Código Eleitoral (Lei nº. 1.164) que sofreu alterações a partir de julho de 1950. O método D'Hondt foi adotado para a distribuição das sobras no cálculo da representação proporcional. Lembrando, os votos válidos obtidos pelo partido são divididos pelo número de vagas já obtidas pelo partido (pelo quociente partidário), mais um, que será igual a uma média, o partido que obtiver a maior média leva a vaga, e assim sucessivamente até distribuir todas as vagas (COSTA, 1964). Embora as

coligações tenham sido permitidas para parlamentares a partir de 1950, nesse pleito não houve oficialmente nenhuma coligação.

2.5.2 Análise da base de dados e dos resultados

TABELA 2.6 – CANDIDATOS ELEITOS À CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA – 1951

PARTIDOS	CANDIDATOS ELEITOS	VOTAÇÃO	% VOTOS VÁL.*	% VOTOS COMP.*	SITUAÇÃO
PTB	Myltho Anselmo da Silva	900	2,25	2,21	Reeleito
PTB	Washington Mansur	657	1,65	1,61	Eleito
PTB	João Stival	619	1,55	1,52	Reeleito
PTB	Lourival Portella Natel	578	1,45	1,42	Eleito
PTB	Dilo de Oliveira Godoy	429	1,08	1,05	Eleito Méd. quinta
PR	Mario Affonso Alves de Camargo	784	1,96	1,93	Eleito
PR	Minotti Caprilhone	594	1,49	1,46	Eleito
PR	Antonio Giacomassi	532	1,33	1,31	Eleito
PR	Dorgelo Antonio Biazeto	482	1,21	1,18	Eleito Méd. quarta
PSD	Augusto Toaldo Tulio	577	1,45	1,42	Eleito
PSD	Eladio Prados Molina	534	1,34	1,31	Eleito
PSD	Máximo Pinheiro Lima	525	1,32	1,29	Eleito Méd. sexta
UDN	Adeodato Arnaldo Volpi	514	1,29	1,26	Reeleito
UDN	Ângelo Burbello	448	1,12	1,10	Eleito
UDN	Elias Karan	393	0,98	0,97	Eleito Méd. terceira
PSP	Boanerges Marquesi Sobrinho	431	1,08	1,06	Eleito
PSP	Arlindo Ribas de Oliveira	337	0,84	0,83	Eleito Méd. 1ª
PST	Edward de Menezes Caldas	323	0,81	0,79	Eleito
PST	Roberto Barrozo Filho	301	0,75	0,74	Eleito Méd. 2ª
PL	Felipe Aristides Simão	402	1,01	0,99	Eleito

TABELA 2.7 – INFORMATIVO/ESTATÍSTICO – 1951

Eleitores Aptos Totalizados	63.967	100 %
Nº. de Candidatos	218	100 %
Proporcionais		
Vagas (A)	20	100 %
Quociente Eleitoral	1.996	(B+C+D) / A
Votos Válidos (B+C+D)	39.924	98,01 %
Votos de Legenda (B)	38.974	97,62 %
Eleitores Aptos Totalizados	63.967	100 %
Votos Nominais (C)	38.974	95,68 %
Votos Brancos/Proporcionais (D)	950	2,33 %
Votos Nulos / Proporcionais	811	1,99 %
Comparecimento / Apurados	40.735	63,68 %
Abstenção	23.232	36,32 %
Seções Totalizadas	175	100%
FONTE: TRE-PR.		

TABELA 2.8 – DADOS E VOTAÇÕES – 1951

Coligações Legendas	Nº Cand.*	Votos Nominais Partidos*	% Vál. Nom.*	Votos de Legenda	% Leg.*	Cadeiras	Votos Totais	% Válidos *
PSD	26	-	-	-	-	03	4.952	12,40
PR	26	-	-	-	-	04	6.891	17,26
UDN	26	-	-	-	-	03	5.178	12,97
PTB	26	-	-	-	-	05	8.490	21,27
PST	26	-	-	-	-	02	3.502	8,77
PSP	26	-	-	-	-	02	3.877	9,71
PL	19	-	-	-	-	01	2.299	5,76
PRP	19	-	-	-	-	-	1.874	4,69
PTN	19	-	-	-	-	-	1.745	4,37
PSB	05	-	-	-	-	-	166	0,42

FONTE: TRE-PR.

NOTA: * Calculados ou contados neste trabalho

TABELA 2.9 – VOTAÇÃO MÉDIA E MÍNIMA DE VOTOS DOS CANDIDATOS ELEITOS À CÂMARA DE VEREADORES DE CURITIBA (QUOCIENTE ELEITORAL = 1.996) – 1951

Partidos	Cadeiras	Votação Média (Eleitos)*	Mínimo de Votos dos Eleitos	Distância entre Média e Mínimo (%)*	Proporção Mínimo Votos => Q.E. (%)*
PSD	03	545,33	525	110,37	26,30
PR	04	598	482	101,33	24,15
UDN	03	451,67	393	82,62	19,69
PTB	05	636,6	429	90,19	21,49
PST	02	312	301	63,28	15,08
PSP	02	384	337	70,85	16,88
PL	01	402	402	84,51	20,14
Total/Média	20	475,66			

NOTA: * Calculados neste trabalho.

Com 63.967 eleitores e 218 candidatos disputando o mesmo número de vagas (vide Tabelas 2.6, 2.7, 2.8 e 2.9); obviamente aumentou o quociente eleitoral. Este foi para 1.996 tornando, em tese, mais difícil a eleição. Embora com um partido a mais nesse pleito, totalizando nove, sete foram os partidos que tiveram seus representantes eleitos. Nesta eleição foi registrada a segunda maior votação nominal/legenda do período, 97,62%. Com a aplicação do método D'Hondt a Câmara fica com a distribuição proporcionalmente mais justa; portanto as diferenças de cadeiras são menores entre os partidos, e não há aberrações nas composições das diferentes bancadas.

A mobilização eleitoral teve um ligeiro aumento ficando em 63,68% de comparecimento. Consequentemente o índice de abstenção diminuiu, ficando em 36,32%. Assim mesmo esses índices continuam demonstrando que o eleitorado estava pouco entusiasmado com as eleições.

Os votos em branco aumentaram, foram para 2,33%. O número de votos nulos também aumentou atingindo 1,99% dos votos válidos. O índice de competitividade eleitoral desse pleito foi o que mais chamou atenção, pois ficou em 4,01 pontos percentuais. Essa diferença entre os partidos mais bem votados demonstra que foi o pleito menos competitivo à Câmara Municipal de Curitiba da Quarta República.

O PTB novamente foi majoritário. Embora tenha reduzido a sua bancada em quatro cadeiras em relação às eleições de 1947, ficou com a maior votação, 21,27% dos votos

válidos e, com a distribuição ganhou uma cadeira, ficando com cinco representantes na bancada municipal. Das três reeleições desse pleito, duas são do PTB: do funcionário público estadual Myltho Anselmo da Silva, que foi o candidato mais bem votado, com 900 votos, 2,25% dos votos válidos, e o advogado João Stival. Com relação à distância entre a média dos eleitos e a votação mínima, o PTB ficou com 90,19%, a terceira melhor média. De outra forma, o instrutor candidato Dilo de Oliveira Godoy com a menor votação do partido se elegeu com 21,49% do quociente eleitoral.

A segunda maior bancada ficou com o PR, atingiu 17,26% dos votos válidos, ficando com quatro cadeiras, sendo uma pela distribuição. Aumentou em 50% sua bancada neste pleito e não teve nenhuma reeleição. Fica acima da “média dos eleitos e mínimo de votos”, 101,33% e, conseqüentemente, fica também com a segunda melhor proporção de votos mínimos em relação quociente eleitoral, 24,15%. Caetano Munhoz da Rocha Filho era candidato a vereador pelo PR, mas não se elegeu.

A UDN teve a terceira melhor votação, 12,97% dos votos válidos, ficando com três cadeiras, sendo uma delas pela distribuição, na qual se elegeu o advogado Elias Karan. Este já havia se candidato a deputado estadual em janeiro de 1947, pela UDN, e não foi eleito. O partido obteve uma reeleição, do candidato vereador e serventuário da justiça Adeodato Volpi. Comparando com o pleito anterior o desempenho da UDN foi salvo pela distribuição, recebendo mais uma cadeira na terceira maior média, mantendo assim o mesmo número de vereadores, três. A votação mínima ficou em 82,62% da média dos eleitos e 19,69% da proporção do quociente eleitoral.

O PSD ficou em quarto lugar em votos válidos, 12,40%. Obteve três cadeiras sendo uma pela distribuição das sobras, o que favoreceu o partido a manter a sua bancada de três representantes. Em relação à distância entre a média dos eleitos e o mínimo de votos, o PSD ficou com o maior índice, 110,37%, acima da média; por conseguinte foi o que mais se aproximou com a votação mínima do quociente eleitoral, 26,30%. Isto quer dizer que seus candidatos eleitos foram bem votados, indicando que as chances de se elegerem foram mais difíceis.

O PSP ficou com a quinta melhor votação, 9,71%. Conquistou pela primeira vez duas cadeiras na Câmara Municipal, sendo uma delas pela distribuição das sobras. Obteve 70,85% da diferença entre voto mínimo e a média dos eleitos, e o seu mínimo de votos se elegeu com 16,88% do quociente eleitoral. Foi o segundo partido que mais obteve vantagem nessa distribuição.

O PST, que também conquistou duas cadeiras, uma pela redistribuição, atingiu 8,77% dos votos válidos. Seu candidato eleito com a menor votação, o advogado Barrozo Filho, foi o que obteve a maior vantagem, pois se elegeu com a maior distância entre mínimo de votos e a média dos eleitos, 63,28%, se elegendo com 15,08% do quociente eleitoral. Foi o partido que levou mais vantagem nessa ocasião.

O PL conquistou com 5,76% dos votos válidos uma cadeira, mantendo assim a representação na Câmara. Foi o único partido que não entrou na distribuição em razão do seu resultado. O candidato eleito, integrante da FEB, químico industrial, Felipe Aristides Simão, atingiu 84,51% da média dos eleitos e 20,14% do quociente eleitoral.

Os demais partidos PRP, PTN e PSB não atingiram o quociente eleitoral: o PRP perdeu a representação conquistada em 1947, o PSB continuou com fraco desempenho e o PTN foi estreante.

Essa configuração da Câmara Municipal nesses dois primeiros pleitos e os desempenhos do PTB, comparando com as bancadas paranaenses no cenário estadual e federal das eleições de 1950, a saber, no Congresso com as cadeiras igualmente distribuídas entre os partidos e coligações, e na Assembleia Legislativa os três partidos mais fortes do período detêm o maior número de vagas, o PSD com uma, o PTB com 11, e a UDN com oito, pode-se afirmar que o eleitorado curitibano estava mais propenso a votar no PTB. Em outras palavras, mais getulista.

2.6 A PRIMEIRA ELEIÇÃO MUNICIPAL MAJORITÁRIA DE CURITIBA – 1954

2.6.1 Antecedentes – A definição da data para a primeira eleição municipal de Curitiba

Conforme o TSE, a resolução nº 3.354 de 31 de janeiro de 1950 fixava a data de 03 de outubro de 1950 para eleições de Presidente e Vice-presidente da República, governadores, senadores, deputados federais e estaduais, em razão de que os mandatos simultaneamente terminariam em 31 de janeiro de 1951. Entretanto, o TSE determinava que fossem realizadas eleições para os mandatos dos prefeitos e vice-prefeitos e vereadores municipais que também expirariam em 31 de janeiro de 1951. Recomendava, porém que os Tribunais Regionais Eleitorais informassem e sugerissem datas para as eleições municipais.

As eleições gerais ocorreram conforme o previsto, mas apenas para vereadores. Como ainda cabia ao governador indicar o prefeito, faltava estender a democracia com as eleições

municipais a prefeito da Capital e dos municípios de segurança nacional, conforme previa a Constituição, mais tarde retomado pelo AI-2 no Regime Militar.

Em 1952, a Assembleia Legislativa do Paraná, com o apoio e influência do governador do Estado, Bento Munhoz da Rocha Netto, aprovou uma emenda à Constituição Estadual prevendo eleição direta para o cargo de prefeito da Capital. A princípio a eleição teria sido marcada pelo TRE-PR para o dia 18 de outubro de 1953. A Assembleia Legislativa muda a data para 1954, porque em 1953 o Estado do Paraná comemorava o seu primeiro centenário de emancipação política. Então, o procurador do TRE-PR entrou com recurso junto ao TSE, que determinou que as eleições se realizassem em 1954 (KUNHAVALIK, 2004). Curitiba em 1954 completava o centenário de elevação à Capital do Estado do Paraná, pela Lei nº. 1 de 26 de julho de 1854. Havia concorrido com duas outras cidades que requisitavam o privilégio de tornar-se Capital, Paranaguá e Guarapuava. A escolha de Curitiba foi do presidente Zacarias de Góes e Vasconcellos (NO LEGISLATIVO..., 1954, p. 7). Curitiba, como as demais capitais brasileiras, tinha seus prefeitos sucessivamente nomeados pelos governos estaduais e também uma relação de dependência na sua administração.

Tendo como base a Constituição Estadual, o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná a princípio havia decidido remarcar a primeira eleição municipal para prefeito de Curitiba para o dia 16 de maio de 1954. O Presidente do TRE-PR, o Desembargador Eduardo Xavier da Veiga, segundo votação da sexta sessão ordinária, realizada no dia 16 de janeiro de 1954, resolveu que as eleições seriam realizadas no dia 3 de outubro de 1954, em consonância com as determinações do TSE, juntamente com as eleições para os cargos de senadores e deputados federais e estaduais. O motivo apresentado foi econômico, seria o de evitar gastos com duas eleições no mesmo ano, conforme declarou o Juiz Desembargador Antonio Gomes Junior, e que, de acordo, votaram os juízes Osório Natel da Costa e Edgar Linhares Filho.

Os juízes Joaquim Ferreira Guimarães e José Severino Pereira Ramos votaram contra, em razão da possibilidade de fraude eleitoral, uma vez que nas eleições legislativas estaduais e federais os eleitores poderiam votar em qualquer Zona Eleitoral do Estado; em contrapartida, para a eleição municipal só poderiam votar os eleitores do município, portanto poderiam ocorrer casos em que não fossem possíveis as identificações dos municípios dos eleitores.

A Justiça Eleitoral Paranaense fora criada em 1932. À época, o interventor do Paraná era Manoel Ribas, e ainda em seu governo os Tribunais Eleitorais foram extintos por Getúlio Vargas em 10 de novembro de 1937 quando fechou o parlamento e instituiu o Estado Novo. No entanto, ele mesmo restaurou-os pelo Decreto-lei nº 7.586 a 28 de maio de 1945. O TRE

do Paraná fora instalado a 07 de junho de 1947. O Paraná fora dividido em 40 Zonas Eleitorais, ficando Curitiba com quatro Zonas Eleitorais (1ª, 2ª, 3ª e 4ª).

2.6.2 Contextualização da eleição e candidatos

O cenário político nacional estava assaz conturbado, o presidente da república Getúlio Vargas, eleito pelo PTB, se suicidara em 24 de agosto de 1954, no Palácio do Catete no Rio de Janeiro, e o vice-presidente João Café Filho, do PSP, assumira a Presidência. O governador do Estado do Paraná era de Bento Munhoz da Rocha Netto, eleito em 03 de outubro de 1950, o Paraná tinha comemorado em 1953 o seu primeiro centenário de emancipação política. Em 1954 Curitiba, a cidade Universitária, completava o centenário de elevação à Capital do Estado.

A eleição para o primeiro prefeito de Curitiba eleito pelo voto direto, significando a autonomia municipal, ocorreu simultaneamente às eleições para escolher dois senadores, 14 deputados federais e 45 deputados estaduais. Os eleitores tinham cinco votos nessas eleições.

Nas eleições de 1954 foram eleitos para o Senado pelo PSD, Alô Ticoulat Guimarães, e o suplente Gaspar Duarte Velloso. Para o Congresso a composição ficou assim: PSD e PTB com quatro representantes, a UDN com três, o PR com dois e o PSP com um. Na Assembleia Legislativa Estadual ficou: PSD e PTB com 11 cada; UDN com oito; PSP e PR com sete cada e PDC com um representante.

O prefeito de Curitiba em 1953 era Erasto Gaertner, da UDN, médico, jornalista, funcionário público (Correios) e professor da Faculdade de Medicina do Paraná, deputado federal por dois mandatos (1946-1951 e 1951), o segundo mandato como suplente, Coronel-médico nas Revoluções de 1930 e 1932, deputado estadual (1935-1937) (FLEISCHER, 1981). Gaertner seria o candidato natural do governador Bento Munhoz; mas estava com sérios problemas de saúde e faleceu naquele mesmo ano. Então, Bento Munhoz indicou José Luiz Guerra Rêgo, do PR, para assumir a Prefeitura. Este, julgando-se candidato natural, pediu exoneração em março de 1954 para candidatar-se a prefeito. Criou-se então um impasse entre o Governo e a Câmara Municipal, porque o presidente da Câmara, Roberto Barrozo Filho, deveria assumir a Prefeitura, mas como seu pai Roberto Barrozo queria candidatar-se ao cargo de prefeito, aquele acabou não assumindo e indicando ao cargo Augusto Toaldo Túlio, do PSD. Entrementes, o governador do Estado Bento Munhoz da Rocha Netto, no dia 31 de março de 1954 nomeia para prefeito da Capital o Sr. Ernani Santiago de Oliveira, do PR, empossado no dia 1º de abril. O impasse foi resolvido em sessão na Câmara Municipal de

Vereadores, com 10 votos favoráveis ao Governo e cinco votos contra. A candidatura de Guerra Rêgo era sustentada por Marins Camargo, do PR, ex-Vice-presidente do Paraná (1924-1928). Por outro lado, Bento Munhoz defendia a candidatura de Ney Braga. Em função de Guerra Rêgo ter insistido na candidatura pelo PR, Bento Munhoz procura e negocia com major Luiz Carlos Pereira Tourinho, presidente regional do PSP, o cargo de diretor do DER em troca do apoio ao governo e lançam a candidatura de Ney Braga pelo PSP (KUNHAVALIK, 2004).

O governo de Bento Munhoz era acusado pela imprensa de ter por tradição indicar familiares para cargos eletivos e nomeações políticas. Assim, como lhe coube indicar o ministro da Saúde Pública, Aramis Taborda de Athayde, médico, professor e militar, tinha como candidato para a eleição de 1954 a prefeito da Capital do Estado o seu cunhado, o Major Ney Aminthas de Barros Braga, que ocupava o cargo de Chefe da Polícia Militar do Paraná, desde 1952, a convite do governador, do qual teve todo o apoio. Ney Braga tinha formação militar, estudou na Escola Militar do Realengo e no Estado Maior do Exército. Munhoz da Rocha já havia indicado anteriormente dois de seus parentes, um cunhado e um primo, Paulo Camargo e Rui Alves de Camargo. Ney Braga nasceu na Lapa-PR, a 25 de julho de 1919, filho de Antonio Lacerda Braga e Semiramis Barros Braga.

Ney Braga ganhara tempo com as mudanças de datas da realização da eleição e preparara a sua imagem para a campanha; o cargo de chefe da Polícia Militar proporcionava-lhe visibilidade e uma boa imagem, esse cargo atualmente equivaleria ao de Secretário de Segurança Pública do Estado.

A oposição acusava o prefeito em exercício, Ernani Santiago de Oliveira, nomeado pelo governador, de prestar todo apoio, com a máquina da prefeitura, ao candidato do governo. Portanto, o Major Ney Braga seria o candidato oficial do governo e da prefeitura de Curitiba. O jornal Gazeta do Povo chegou acusá-lo de solicitar à Câmara Municipal de Vereadores verba suplementar de mais de 18 milhões de cruzeiros e que esta estaria relacionada à campanha do candidato oficial (18 MILHÕES..., 1954, p. 3, 1954). Além do maciço apoio da prefeitura e suas secretarias, e da Chefatura da Polícia, Ney Braga tinha o apoio efetivo de três vereadores, os petebistas Myltho Anselmo da Silva e João Stival, e de Edward de Menezes Caldas do PST. Outros aliados assinaram um manifesto apoiando sua candidatura. Foram eles: Menotti Caprillhone (PR), Mario Affonso Alves de Camargo (PR), Antonio Giacomassi (PR), Dorgelo Antonio Biazetto (PR), Washington Mansur (PTB), Dilo de Oliveira Godoy (PTB), Ângelo Burbello (UDN), Boanerges Marquesi Sobrinho (PSP), Sebastião Darcanchy, e Jurandyr Azevedo e Silva (KUNHAVALIK, 2004).

Ney Braga concorreu à Prefeitura pela coligação PSP–PR, mas não chegou a se filiar a nenhum dos partidos (KUNHAVALIK, 2004). Ganhou as eleições com 29,96% dos votos válidos. Ney Braga chegou a declarar que não tinha nenhum programa de governo definido quando assumiu a prefeitura de Curitiba, seriam apenas algumas ideias que foram se consolidando no decorrer da campanha (BRAGA, 1996; apud KUNHAVALIK, 2004).

Em campanha Ney Braga explorou a pavimentação da estrada Curitiba – Santa Felicidade. Para Rubens Requião a campanha de Ney Braga era da “república-velha”, justamente porque representava aquelas lideranças e estilo. Foi nessa gestão que Ney Braga criou o Departamento de Planejamento e Urbanismo. Um dos integrantes à época era Saul Raiz, futuro prefeito nomeado no regime militar.

O candidato do PST que visava o Palácio São Francisco (Prefeitura de Curitiba) era o Dr. Wallace Thadeu de Mello e Silva, médico, vereador suplente pelo PTB, e que fora convocado em 1947. Wallace de Mello, como era citado nas atas da Câmara Municipal de Curitiba de 1948, ficou como suplente de vereador pelo PTB nas eleições de 16 de novembro de 1947. Convocado no mesmo ano, logo assumiu a vaga tendo uma forte participação na Câmara Municipal. Foi prefeito de Curitiba no ano de 1951, e seria o principal rival de Ney Braga no pleito de 1954, ficando em segundo lugar na classificação com 18,92% dos votos válidos. De acordo com Kunhavalik (2004), Wallace Thadeu tinha o apoio da maioria do funcionalismo público, sobretudo da prefeitura. A candidatura do PST era apoiada também por Jayme Furtado de Melo, Waldemar Daros e Nelson Jordão. Segundo Rubens Requião, a campanha de Wallace tinha como bandeira a questão tributária.

O candidato João Cid de Macedo Portugal, pelo PDC, era filho do desembargador Clotário de Macedo Portugal, ex-governador do Estado, quando da queda do Estado Novo de Vargas. João Cid de Macedo Portugal tinha o apoio do clero, que passou apoiar Ney Braga em função de obras do governo privilegiando paróquias (KUNHAVALIK, 2004).

O candidato Alfredo Pinheiro Junior, pelo PSD, jornalista e advogado, não apoiava o governo de Café Filho, fazia uma campanha oposicionista ao governo Munhoz da Rocha e ao seu candidato Ney Braga. Pinheiro Junior tinha como bandeira a luta contra a “corrupção que se apoderou da cidade”. Seu bordão era: o candidato civil, curitibano e de oposição. Fazia oposição a Ney Braga, que era militar, lapeano e da situação. A caravana do PSD era liderada por Moysés Lupion, candidato a senador, com lema de campanha de recuperação político-administrativa, em dobradinha com o correligionário Alô Ticoulat Guimarães, ambos foram eleitos, percorriam os bairros e arrabaldes de Curitiba nos comícios com Pinheiro Júnior. Este

era também apoiado continuamente pelos vereadores pessedistas candidatos a deputados estaduais, Máximo Pinheiro Lima e Antenor Pânfilo dos Santos.

A candidatura do industrial Amâncio Moro, pelo PL, apregoava um discurso contra a corrupção e as promessas. Moro em sua campanha tinha por objetivo passar uma imagem de tradição, trabalho, independência e honestidade, além de apresentar soluções para os problemas de telefonia. Amâncio Moro foi vereador eleito pelo PTB em 1947 e prefeito em 1951. Estava muito ligado às questões esportivas.

O Candidato do PTB, Estevam Ribeiro de Souza Neto, advogado e getulista, tinha como bordão “os inimigos de Getúlio Vargas são os inimigos da Pátria e dos trabalhadores”. Para ele Curitiba crescia sozinha, ou seja, sem governo municipal.

Embora a UDN estivesse coligada ao governo Bento Munhoz, lançara a candidatura de Manoel de Freitas Valle Aranha, não obstante Bento Munhoz conseguira articular parte do apoio deste partido. Segundo Kunhavalik (2004, p. 250) integrantes da UDN tentaram minar a candidatura de Manoel Aranha em prol da de Ney Braga. Manoel Aranha tinha em seu programa de governo dado mais atenção aos esportes e à construção do estádio municipal.

O candidato e ex-vereador Roberto Barrozo, pelo PTN, nascido no Rio de Janeiro – Distrito Federal, filho de Ayres Ferreira Barrozo e dona Catharina Pleus Barrozo (TRE-PR APPR, cx. 374), era jornalista (dirigiu o jornal “Diário da Tarde”), professor e advogado, foi deputado federal como suplente (1951-1952) pelo PTB, e líder do PST na Câmara em 1952. Barrozo foi advogado da Prefeitura de Paranaguá e Inspetor Federal do Ensino Secundário no Paraná, Chefe de Polícia e secretário do Interior e Justiça do Estado por duas vezes no governo de Manoel Ribas (FLEISCHER, 1981).

Os vinte vereadores que compunham a Câmara Municipal de Curitiba em 1954 eram os vereadores eleitos no pleito de 22 de julho de 1951. A composição partidária da Câmara em 1955 ficou com as seguintes siglas: Partido Social Progressista (três cadeiras), Partido Republicano (uma cadeira), União Democrática Nacional (três cadeiras), Partido Democrata Cristão (duas cadeiras), Partido Social Democrático (quatro cadeiras), Partido Trabalhista Brasileiro (três cadeiras), Partido Republicano Trabalhista (uma cadeira) e Partido Libertador (uma cadeira) (PARANÁ Eleitoral, 1955, nº 3).

As cédulas ainda eram distribuídas pelos partidos e candidatos, os eleitores podiam levá-las preenchidas de casa e colocá-las na sobrecarta na cabine e depois depositá-la na urna. O Tribunal Superior Eleitoral recomendava aos eleitores nos jornais que a cédula deveria ser da cor branca e retangular, nas medidas aproximadas de 7 x 10 cm, dobráveis para que coubessem na sobrecarta oficial. Era permitido o uso de cédulas impressas, mimeografadas ou

datilografadas, mas não manuscritas. Quem não votasse poderia sofrer as penalidades previstas no artigo 175 do Código Eleitoral, que previa desde detenção, de um a seis meses, e multas de Cr\$ 500,00 a Cr\$ 5.000,00.

Segundo a Divisão de Fiscalização da Prefeitura de Curitiba, o prefeito de Curitiba, tendo em vista a Resolução nº 3.282, de 29 de setembro de 1949 do TSE e o disposto no Decreto Municipal nº 139, de 22 de julho de 1946, resolveu aprovar algumas medidas regulamentando as propagandas eleitorais no município. Portanto, ficava proibida a colocação de faixas em lugares públicos e, em especial, na Rua 15 de Novembro, Avenida João Pessoa, Rua Barão do Rio Branco e nas Praças Ozório, Tiradentes, Generoso Marques e Zacarias. Também ficava vedada a colocação de cartazes ou inscrições a tinta nos edifícios e monumentos públicos. A Lei Orgânica dos Municípios determinava em seu artigo nº 44 que o prefeito eleito tomaria posse em sessão da Câmara, dentro de 15 dias da proclamação de sua eleição.

2.6.3 Dados estatísticos, resultados eleitorais e análise

QUADRO 2.1 – CANDIDATOS E COLIGAÇÕES – 1954

Nº de Ordem	Candidatos a Prefeito	Partidos e ou Coligações
1	ALFREDO PINHEIRO JUNIOR	PSD
2	AMANCIO MORO	PL
3	ESTEVAM RIBEIRO DE SOUZA NETO	PTB
4	JOÃO CID DE MACEDO PORTUGAL	PDC
5	MANOEL DE FREITAS VALLE ARANHA	UDN
6	NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA	PSP – PR
7	ROBERTO BARROZO	PTN
8	WALLACE THADEU DE MELLO E SILVA	PST

TABELA 2.10 – INFORMATIVO/ESTATÍSTICO – 1954

Eleitores Aptos Totalizados*	97.240	100 %
Votos Válidos**	63.302	98,58 %
Votos Nominais**	61.168	95,26 %
Votos em Branco	2.134	3,32 %
Votos Nulos	908	1,41 %

TABELA 2.10 – INFORMATIVO/ESTATÍSTICO – 1954 (continuação)

Comparecimento	64.210	66,03 %
Abstenção	33.030	33,97 %
Seções Totalizadas	258	100%

FONTE: PARA PREFEITO, 1954, capa e p. 7.

**Calculados neste trabalho.

TABELA 2.11 – RESUMO DA VOTAÇÃO DOS CANDIDATOS – 1954

CANDIDATOS	PARTIDO E OU COLIGAÇÃO	QTD. VOTOS	CLAS.	% VAL.*	% COMP.*
Ney Braga	PSP – PR	18.327	1º	29,96	28,54
Wallace Thadeu de Mello e Silva	PST	11.576	2º	18,92	18,03
Alfredo Pinheiro Junior	PSD	11.070	3º	18,10	17,24
Estevam Ribeiro de Souza Neto	PTB	8.007	4º	13,09	12,47
Amâncio Moro	PL	5.213	5º	8,52	8,12
João Cid Portugal	PDC	4.567	6º	7,47	7,11
Roberto Barrozo	PTN	1.307	7º	2,14	2,04
Manoel Aranha	UDN	1.101	8º	1,80	1,71

NOTA: * Calculados neste trabalho.

TABELA 2.12 – RESULTADO POR ZONAS ELEITORAIS – 1954

Votação por Zonas Eleitorais	1ª	2ª	3ª	4ª
CANDIDATOS	61 seções	68 seções	57 seções	72 seções
Ney Braga	4.787	4.106	3.857	5.577
Wallace T. Mello e Silva	2.250	2.324	3.079	3.923
Pinheiro Junior	2.811	2.628	2.178	3.453
Ribeiro de Souza Neto	1.356	1.928	2.056	2.667
Amâncio Moro	1.243	2.114	826	1.030
João Cid Portugal	1.474	947	803	1.343
Roberto Barrozo	267	328	270	442
Manoel Aranha	322	211	218	350

FONTE: TRE-PR

TABELA 2.13 – PERCENTUAIS POR ZONAS ELEITORAIS – % de votos recebidos pelos candidatos do total de votos nominais por Z.E.

Zonas Eleitorais CANDIDATOS	1ª Z.E. %	2ª Z.E. %	3ª Z.E. %	4ª Z.E. %
Ney Braga	32,99	28,15	29,03	29,69
Wallace T. Mello e Silva	15,51	15,93	23,17	20,88
Pinheiro Junior	19,37	18,02	16,39	18,38
Ribeiro de Souza Neto	9,35	13,22	15,47	14,20
Amâncio Moro	8,57	14,49	6,22	5,48
João Cid Portugal	10,16	6,49	6,04	7,15
Roberto Barrozo	1,84	2,25	2,03	2,35
Manoel Aranha	2,22	1,45	1,64	1,86

Essa primeira eleição majoritária ao executivo municipal de Curitiba pós-Estado Novo começa com o maior índice de abstenção dos três pleitos majoritários ao executivo municipal da Capital, 33,97 % (vide Quadro 2.1; Tabelas 2.10, 2.12 e 2.13; e Mapa 2.1). Entretanto, é menor que os índices registrados nos pleitos proporcionais de 1947 e 1951, que ao longo das eleições foram reduzindo. Esse índice de abstenção demonstra que o eleitorado não se demonstrava tão empolgado e participativo. Uma das possíveis causas da abstenção nessa eleição foi devido ao desinteresse do eleitor com a participação democrática, em função das democracias interrompidas e pelo excesso de eleições.

Os votos em branco começam com o índice de 3,32% e os votos nulos com 1,14%, o menor índice registrado no período. Esses dois índices baixos se justificam em oposição ao de abstenção que foi elevadíssimo, ou seja, quem compareceu, foi com a cédula já direcionada. Como as cédulas poderiam vir preenchidas, assim evitariam-se as manifestações escritas de recados de insatisfações dos eleitores.

Por outro lado, tem-se a menor mobilização eleitoral do período, 66,03% de comparecimento. O prefeito Ney Braga foi eleito com 29,96% dos votos válidos, 28,54% dos votos dos que compareceram para votar. Em relação ao total de eleitores aptos, o candidato eleito teve 18,85% dos votos. Essa é a vantagem que o sistema eleitoral majoritário por maioria simples oferece, ou seja, o mais votado vence independentemente do percentual obtido.

Nas contas de Frederico Faria Oliveira (COMO SE DEVE..., 1954, p. 3) na análise que fez do pleito de três de outubro, Ney Braga teria sido eleito com apenas 1/3 dos eleitores e se os petebistas apoiassem o amigo Wallace Thadeu de Mello e Silva, cujos votos somados ao

de Estevam Ribeiro de Souza Neto deixariam longe o candidato oficial. Portanto, o ex-chefe de polícia teria vencido pela dispersão de votos, o que implica também no fato de que a oposição não conseguiu, e talvez não tivesse a intenção de, formar um bloco de oposição ao governo.

Ney Braga, com a coligação PSP-PR, venceu todos os candidatos nas quatro zonas eleitorais. Obteve o maior percentual de votos válidos na 1ª zona (32,99%), a mais conservadora. Alfredo Pinheiro Junior (PSD) e Wallace de Mello, onde um ganhou o outro perdeu: Pinheiro Jr. teve mais aceitação nas 1ª e 2ª Zonas Eleitorais, atingindo respectivamente 19,37% e 18,02% dos votos nominais daquelas zonas, as mais conservadoras, nas quais o candidato Wallace perdeu, e índices menores nas 3ª e 4ª Zonas Eleitorais, (15,51% e 15,93%), as mais proletarizadas. Por sua vez, Wallace de Mello (PST) foi melhor nas 3ª e 4ª Zonas Eleitorais, atingindo 23,17% e 20,88%. Foram estas as Zonas Eleitorais que permitiram Wallace ficar mais próximo do seu principal oponente, Ney Braga, distando apenas 5,86 pontos percentuais. A maior votação de Wallace foi na 3ª Zona Eleitoral, onde se encontra a Vila Oficinas, dos ferroviários. Classe organizada e forte na época. Isto quer dizer que o Dr. Wallace tinha mais aceitação nas regiões mais podres da cidade de Curitiba. O petebista Ribeiro de Souza Netto tem também a quarta melhor votação na 3ª Zona Eleitoral (15,47%).

Observa-se que o número de ordem dos candidatos na cédula não favoreceu em nada aos candidatos, tanto que o sexto nome, Ney Braga, e o último da cédula, Wallace, ficaram este em segundo e aquele em primeiro.

Os 11,04 pontos percentuais de diferença entre o primeiro colocado, Ney Braga, e o segundo, Wallace de Mello, demonstram o ambiente de baixa competitividade eleitoral entre os candidatos nesse pleito. O fato demonstrou a preferência dos eleitores pelo candidato situacionista, apoiado pelos governos Estadual e Municipal.

Nesta eleição não há registros de pesquisas eleitorais, portanto, não foi possível analisar a evolução dos candidatos nas pesquisas de intenção de voto, bem como a flutuação do eleitorado e as tendências ao longo do período de campanha eleitoral.

O PSD foi o grande campeão nessas eleições, conquistou as duas vagas ao Senado, com Lupion e Alô Ticoulat Guimarães, este último conquista ainda uma das vagas de suplente, a outra ficou com Gaspar Duarte Velloso. Nas eleições proporcionais, para a Câmara o PSD e o PTB ficaram empatados, elegendo quatro deputados federais cada, já na Assembleia Legislativa Estadual, o PSD ficou com a segunda maior bancada, 10 cadeiras, perdendo somente para o PTB que ficou com 11 cadeiras.

2.6.4 Análise e hipóteses da identificação do tipo de voto

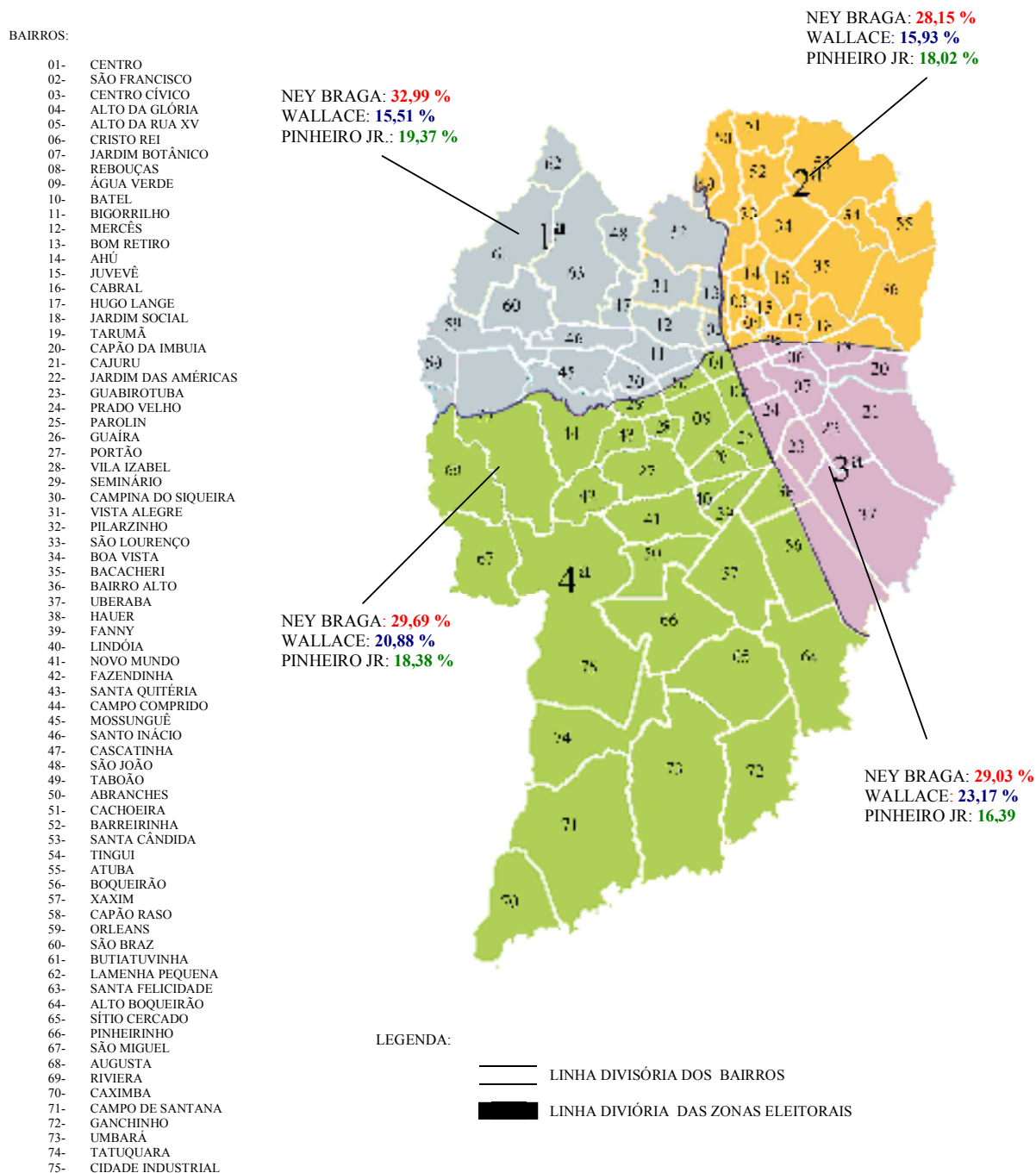
Para as três eleições majoritárias ao executivo municipal de Curitiba no período da Quarta República foram utilizadas as teses de comportamento eleitoral de Carreirão (2002) e Singer (2002) como referência à tipologia do voto. Como não foram encontradas pesquisas de intenção de voto de Institutos conceituados para esses fins ou reconhecidos como oficiais, fez-se uso dos resultados e da contextualização política para sugerir hipóteses da orientação do voto do eleitor curitibano para esses pleitos, demonstrando o direcionamento do voto no período de campanha eleitoral.

Com a ampla margem de vantagem obtida pelo candidato eleito Ney Braga sobre os demais candidatos, considerando o sistema de maioria simples que vigorou no período, pode-se afirmar que ser o candidato dos governos do Estado, Bento Munhoz, e do Município, Ernani Santiago de Oliveira, teve seu peso decisivo.

Outro fator a ser considerado na hipótese de opção do eleitorado era a imagem positiva que Ney Braga havia construído nos dois anos da Chefatura da Polícia Militar do Paraná, cargo que proporcionava visibilidade política, e que teve a oportunidade de construí-la com as mudanças de datas para a eleição municipal. Portanto, as qualidades pessoais do candidato Ney Braga entraram em jogo, pois não havia referencial de administrações políticas em cargos eletivos, mas a da administração da Polícia Militar do Paraná, o que não o isentou de uma imagem política. Sua candidatura foi avulsa, Ney Braga embora tivesse se coligado ao PSP e ao PR, partidos governistas, optou por ficar sem partido, portanto, a imagem partidária ou o peso da legenda neste caso não foram decisivos.

Outro aspecto a ser considerado é que Ney Braga era um dos candidatos que não havia concorrido anteriormente a cargos políticos eletivos. Wallace de Mello já havia sido vereador pelo PTB e prefeito interino, e Amâncio Moro, que fora eleito também vereador pelo PTB em 1947 e prefeito interino, já eram conhecidos como administradores; Alfredo Pinheiro Junior (PSD) tinha sido eleito deputado federal em janeiro de 1947, Roberto Barroso foi eleito vereador pelo PTB em 1947 e deputado federal (1951-1955), e João Cid Portugal, Manoel Aranha, e Estevam Ribeiro de Souza Neto, em princípio, sem mandatos anteriores. Portanto, Ney Braga não tinha a sua imagem desgastada com pleitos anteriores nos legislativos municipal, estadual e federal, e mesmo na administração da prefeitura.

MAPA 2.1 – RESULTADO DAS PRINCIPAIS OPÇÕES POLÍTICAS DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE CURITIBA EM 1954 – DISTRIBUÍDOS POR ZONAS ELEITORAIS



Observação: Todos os mapas apresentados nesse trabalho têm como fonte IPPUC, 2004.

2.7 AS ELEIÇÕES PROPORCIONAIS DE 1955

2.7.1 Contexto das Eleições para Vereadores à Câmara Municipal de Curitiba de 1955

Essas eleições à Câmara Municipal de Vereadores de Curitiba ocorreram a três de outubro de 1955, um ano após a eleição do prefeito Ney Braga (PDC). As eleições para Prefeito de Curitiba e para a Câmara Municipal não ocorrem simultaneamente. As eleições proporcionais continuavam sendo realizadas a cada quatro anos. Essas eleições de 1955 ocorreram ao mesmo tempo em que as eleições a presidente da República e vice-presidente, e a governador do Estado, em função do término dos mandatos.

No cenário nacional Juscelino Kubitschek de Oliveira (JK) é eleito presidente da República, e João Goulart a vice-presidente, pela coligação PSD-PTB. No Paraná, JK não teria sido eleito, mas sim Adhemar de Barros (PSP), em contrapartida, o candidato a vice-presidente João Goulart recebeu mais votos que os candidatos a presidente em Curitiba, este perdeu somente na 1ª Zona Eleitoral para Milton Campos (UDN).

Para governador do Estado do Paraná foi eleito Moysés Lupion, pelo PSD, invicto nas quatro Zonas Eleitorais de Curitiba, deixando em segundo lugar o candidato Mario Baptista de Barros da coligação PTB-PR, em terceiro Othon Mäder da UDN, em quarto Luiz Carlos Pereira Tourinho pelo PSP – o futuro candidato a prefeito de Curitiba, e na lanterna Carlos Amorety Osório do PSB.

Resgatando, em 1954 a Câmara dos Deputados havia ficado com a seguinte composição: o PSD e PTB com quatro cada, a UDN com três, o PR com duas e o PSP com uma. Para a Assembleia Legislativa a composição ficou: PSD e PTB com onze cada, UDN oito, PSP e PR com sete cada, e PDC, uma.

A composição da Câmara Municipal dessa terceira legislatura em 1955 ficou multipartidária com as seguintes siglas: Partido Social Democrático (quatro cadeiras), Partido Trabalhista Brasileiro (três cadeiras), Partido Social Progressista (três cadeiras), Partido Republicano (três cadeiras), União Democrática Nacional (três cadeiras), Partido Democrata Cristão (duas cadeiras), Partido Republicano Trabalhista (uma cadeira) e Partido Libertador (uma cadeira). A posse dos vereadores ocorreu a 19.12.1955.

A cédula única entrou em vigor nessas eleições, porém somente para os cargos de presidente e vice-presidente da República. Para as eleições proporcionais continuavam as cédulas comuns fornecidas pelos candidatos e partidos.

Os presidentes da Câmara Municipal nesta legislatura foram: Felipe Aristides Simão – PL (1955 e 1958), Sebastião Penteado Darcanchy – PR (1957), e José Maria de Azevedo – PSD (1959) (MARTINS, 1999).

2.7.2 Análise da base de dados e dos resultados

TABELA 2.14 – CANDIDATOS ELEITOS À CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA – 1955

PARTIDOS	CANDIDATOS ELEITOS	VOTAÇÃO	% VOTOS VÁL.*	% VOTOS COMP.*	SITUAÇÃO
PSP	Vicente Capriglione	633	0,88	0,87	Eleito
PSP	Ondino Ruy Camargo de Loyola	594	0,82	0,82	Eleito
PSP	Ivo Moro	539	0,75	0,74	Eleito Méd. 6 ^a
PR	Dorgelo Antonio Biazetto	1014	1,40	1,39	Reeleito
PR	Sebastião Penteado Darcanchy	663	0,92	0,91	Eleito
PR	Minotti Caprilhone	600	0,83	0,83	Reeleito Méd. 5 ^a
UDN	Antonio Domakoski	1203	1,66	1,65	Eleito
UDN	Elias Karam	943	1,31	1,30	Reeleito Méd. 1 ^a
UDN	Jurandyr de Azevedo e Silva	519	0,72	0,71	Eleito Méd. 8 ^a
PDC	Edmundo Leining Saporski	770	1,07	1,06	Eleito
PDC	Yrlan Cavet	678	0,94	0,93	Eleito Méd.. 2 ^a
PSD	Antenor Pamphilo dos Santos	859	1,19	1,18	Reeleito
PSD	Maximo Pinheiro Lima	766	1,06	1,05	Reeleito
PSD	José Maria de Azevedo	698	0,97	0,96	Eleito Méd. 3 ^a
PSD	Erondy Silvério	692	0,96	0,95	Eleito Méd. 7 ^a
PTB	Myltho Anselmo da Silva	771	1,07	1,06	Reeleito
PTB	Victorio José Roda	764	1,06	1,05	Eleito Méd. 4 ^a
PTB	João Stival	655	0,91	0,90	Reeleito
PRT	João Gasparim Filho	570	0,79	0,78	Eleito
PL	Felipe Aristides Simão	777	1,08	1,07	Reeleito

NOTA: * Calculados neste trabalho, inclusive as redistribuições das sobras.

TABELA 2.15 – INFORMATIVO/ESTATÍSTICO – 1955

Eleitores Aptos Totalizados	95.599	100 %
Nº de Candidatos Proporcionais	285	100 %
Vagas (A)	20	100 %
Quociente Eleitoral	3.614	(B+C+D)/A
Votos Válidos (B+C+D)	72.280	99,35 %
Votos de Legenda (B)	69.583	96,27 %
Votos Nominais (C)	69.583	96,27 %
Votos Brancos/Proporcionais (D)	2.697	3,73 %
Votos Nulos / Proporcionais	471	0,65 %
Comparecimento / Apurados	72.751	76,10 %
Abstenção	22.848	23,90 %
Seções Totalizadas	-	-

FONTE: TRE-PR.

TABELA 2.16 – DADOS E VOTAÇÕES – 1955

Coligações Legendas	Nº Cand.	Votos Nominais Partidos*	% Vál. Nom.*	Votos de Legenda	% Leg.*	Cadeiras	Votos Totais *	% Válidos *
PSP	26	8.000	11,07	2	0,003	03	8.002	11,07
PR	25	8.598	11,90	3	0,004	03	8.701	12,04
UDN	24	7.061	9,77	1	0,001	03	7.062	9,77
PDC	26	6.755	9,35	0	-	02	6.755	9,35
PSD	26	10.085	13,95	3	0,004	04	10.088	13,96
PTB	26	9.283	12,84	9	0,013	03	9.292	12,86
PRT	19	4.337	6,00	1	0,001	01	4.338	6,00
PL	26	3.923	5,43	4	0,006	01	3.927	5,43
PRP	26	3.581	4,95	0	-	-	3.581	4,95
PTN	20	3.408	4,72	1	0,001	-	3.409	4,72
PST	24	3.268	4,52	1	0,001	-	3.269	4,52
PSB	17	1.159	1,60	0	-	-	1.159	1,60

FONTE: TRE-PR.

NOTA: * Calculados neste trabalho.

TABELA 2.17 – VOTAÇÃO MÉDIA E MÍNIMA DE VOTOS DOS CANDIDATOS ELEITOS À CÂMARA DE VEREADORES DE CURITIBA (QUOCIENTE ELEITORAL = 3.614) – 1955

Partidos	Cadeiras	Votação Média (Eleitos)*	Mínimo de Votos dos Eleitos	Distância entre Média dos eleitos e Mínimo (%)*	Proporção Mínimo Votos => Q.E. (%)*
PSP	03	588,67	539	74,46	14,91
PR	03	759	600	82,89	16,60
UDN	03	888,33	519	71,70	14,36
PDC	02	724	678	93,67	18,76
PSD	04	753,75	692	95,61	19,15
PTB	03	730	655	90,49	18,12
PRT	01	570	570	78,45	15,77
PL	01	777	777	107,34	21,50
Total/Média		723,84			

FONTE: TRE-PR.

NOTA: * Calculados neste trabalho.

Para essas eleições de 1955, o eleitorado de Curitiba praticamente dobrou em relação ao de 1947, foi para 95.599 eleitores (vide Tabelas 2.14, 2.15, 2.16 e 2.17). O número de partidos que registraram candidaturas para essas eleições aumentou para doze, foi o maior registrado no período, aumentando assim o número de candidatos, 285. Este fato implica num quociente eleitoral maior, dificultando a eleição dos candidatos, não obstante, nessas eleições as reeleições foram sete. Esse pleito registrou também a segunda mais baixa votação nominal/legenda do período, 96,27%.

A mobilização eleitoral aumentou em relação aos pleitos anteriores, foi para 76,10%, por conseguinte, diminuiu a abstenção para 23,9%, considerada uma taxa ainda alta. Os votos em branco aumentaram para 3,73%, foi o segundo maior registro no período, e os votos nulos tiveram o índice mais baixo já registrado, 0,65%, possivelmente porque os eleitores não quiseram desperdiçar seus votos. Estes índices ficam mais claros quando correlacionados à competitividade eleitoral, foi o pleito mais competitivo do período, a diferença entre os dois partidos mais votados ficou em 1,1 pontos percentuais.

Quanto ao desempenho dos partidos, o PSD obteve a maior votação, 13,96% dos votos válidos, conquistando quatro vagas, uma a mais que em 1951, sendo duas delas pela redistribuição, elegendo o advogado, José Maria de Azevedo, e o empresário do ramo de

transporte coletivo e comerciante, Erondy Silvério. Com relação ao voto mínimo, o candidato eleito com 692 votos, Erondy Silvério eleito na 7ª redistribuição, o PSD obtém a menor distância entre a média dos eleitos e, por conseguinte, a segunda maior proporção do quociente eleitoral. Três candidatos tentaram a reeleição, os médicos Antenor Pamphilo dos Santos e Maximo Pinheiro Lima obtiveram êxito, e Eladio Prados Molina, este não se elegeu.

Um dos candidatos que não se elegeu a vereador pelo PSD, ficando como 11º na lista de suplentes foi o advogado Constante Eugênio Fruet. .

O PTB, com 12,86% dos votos válidos, conquistou três cadeiras, sendo uma pela melhor média na quarta redistribuição, elegendo com voto mínimo o advogado João Stival, com 655 votos. Portanto, o candidato se elegeu com 90,49% da média dos eleitos e atingiu 18,12% da proporção do quociente eleitoral. O PTB perdeu duas cadeiras nessa eleição. Dois de seus vereadores tentaram se reeleger, mas não conseguiram – Washington Mansur e Dilo de Oliveira Godoy.

O PR, com terceiro melhor percentual de votos válidos, 12,04%, perdeu uma vaga em relação ao pleito anterior, conquistou três cadeiras, sendo uma pela média na 5ª redistribuição, elegendo o funcionário público estadual, Minotti Caprilhone. O PR teve o segundo candidato mais bem votado no pleito, o funcionário público federal aposentado Dorgelo A. Biazetto, com 1.014 votos nominais. O voto mínimo ficou com 82,89% da média dos eleitos e 16,60% do quociente eleitoral. Dois candidatos do Partido Republicano tentaram a reeleição, mas não conseguiram, a saber, o médico Mario Affonso A. de Camargo e o industrial Antonio Giacomassi.

O PSP cresceu em mais uma cadeira, ficando com três, atingiu o quarto melhor desempenho, 11,07% dos votos válidos. Uma das vagas foi conquistada pela média na 6ª rodada, sufragando o advogado Ivo Moro, com 539 votos, que equivalem a 74,46% da média dos eleitos e 14,91% do quociente eleitoral. Os dois vereadores, o advogado Arlindo Ribas de Oliveira e o funcionário público Boanerges Marquesi Sobrinho não se elegeram, porém aquele ficou em primeiro na suplência.

A UDN manteve as três cadeiras, com 9,77% dos votos válidos, elegeu o comerciante Antonio Domakoski com a maior votação nominal desse pleito, 1203 votos. Obteve duas eleições pelas maiores médias, uma reeleição, a do advogado Elias Karam, e a do servidor da Justiça, Jurandyr de Azevedo e Silva. A votação mínima foi a mais distante da média dos eleitos, 71,10%, ou seja, o partido teve o seu candidato eleito com a votação mínima ficando com a proporção do quociente eleitoral de 14,36%. A UDN ficou com os dois extremos de votação a máxima e a mínima, levou vantagem na redistribuição.

O PDC estreou nas eleições à Câmara Municipal fazendo 9,35% dos votos, conquistando duas vagas, elegendo o funcionário público Edmundo Leinig Saporski, e, pela média, na 2ª rodada, o comerciante Yrlan Cavet, este com a votação mínima de 678 votos. A votação mínima atingiu 93,67% da média dos eleitos e 18,76% do quociente eleitoral. O candidato Carlos Alberto Moro ficou com o primeiro lugar da lista de suplentes do PDC, ele seria o futuro candidato a prefeito em 1962.

O também estreante PRT nas eleições à Câmara Municipal conquistou uma cadeira com 6% dos votos válidos. O candidato João Gasparin Filho, eleito com 570 votos, o que corresponde a 78,45% da média dos eleitos e 15,77% do quociente eleitoral.

Por fim, o PL, até então o lanterninha nos três pleitos decorridos, permanece com uma única vaga desde o pleito de 1947, com a reeleição do Químico Industrial Felipe Aristides Simão, que seria futuro candidato a prefeito. A votação do candidato ficou acima da média dos eleitos (107,34%), isto quer dizer que ele teve a maior votação do mínimo de votos, atingindo a proporção do quociente eleitoral de 21,50%, ou seja, levou desvantagem em relação aos demais. Os partidos PRP, PTN, PST e PSB não atingiram o quociente eleitoral. O PST perdeu as duas representações, os outros três partidos não elegeram nenhum candidato nessas duas últimas eleições.

Um dos fatos que levou esse pleito a tornar-se mais competitivo foi a participação dos partidos que se coligaram na eleição do prefeito Ney Braga (PSP-PR), então situacionistas, e a entrada do PDC, além da concorrência com os partidos mais fortes e governistas PSD, PTB e UDN.

2.8 ELEIÇÃO MUNICIPAL MAJORITÁRIA DE CURITIBA – 1958

2.8.1 Contextualização da eleição e candidatos

O ano de 1958 previa eleições para três de outubro para um terço do Senado e também para vice-senador; para Câmara dos Deputados Federais (14 vagas no Paraná) e Assembleias Legislativas (45 cadeiras no Paraná); e, para alguns estados, eleições para governador, vice-governador e prefeitos.

No cenário nacional, o presidente da República era Juscelino Kubitschek de Oliveira, eleito pela coligação PSD-PTB em 1955, e o vice-presidente João Goulart. O governador do Estado do Paraná era Moysés Lupion (PSD), eleito pela coligação PSD-PDC-PTN nas últimas eleições gerais. O prefeito de Curitiba era Ney Braga, que estava licenciado, porque

era candidato a deputado federal e estava em campanha. O prefeito em exercício no período eleitoral foi o vice-presidente da Câmara, o vereador Elias Karam, da UDN.

Curitiba era tida como cidade progressista, em função do seu alto nível intelectual, seu elevado padrão social e econômico, sobretudo pelo crescimento ocorrido na década de mil novecentos e cinquenta, inclusive o estado do Paraná foi um dos poucos estados brasileiros que aumentou o número de eleitores qualificados. Curitiba havia conquistado o 1º lugar no concurso “Municípios Brasileiros de Maior Progresso”, em 24 de setembro de 1958, mérito atribuído à notável administração do prefeito Ney Braga. O Diploma foi entregue ao prefeito em exercício Elias Karam pelo presidente da República. A condição de progressista de Curitiba se fundamentava, sobretudo na melhoria das linhas de transporte urbano, muitas construções, grandes obras, a moderna Estação Rodoviária, Escolas, Supermercado, avenidas asfaltadas, situação privilegiada de suas praças e jardins e novos núcleos populacionais. O Mercado Municipal foi inaugurado em pleno período eleitoral a dois de agosto de 1958. A Câmara Municipal, presidida por Edmundo Leinig Saporski (PDC), em sessão de 24 de setembro 1958, reconheceu a contribuição que Bento Munhoz deu a Curitiba enquanto governador do Estado.

Ney Braga, agora filiado ao PDC, teve êxito em sua gestão municipal e, na campanha, obteve 57.099 votos (TRE-PR, Resultados das Eleições Gerais de 1958), foi o segundo candidato mais bem votado a deputado federal no Paraná, perdendo somente para Jânio Quadros (PTB) que também havia se candidatado pelo Paraná. Entretanto, Ney Braga foi o candidato mais bem votado ao Congresso no colégio eleitoral de Curitiba, Plínio Salgado (PRP) em segundo, e Jânio Quadros (PTB) em terceiro. Foi no período que antecedeu essa eleição que Ney Braga rompeu com o seu ex-cunhado, Bento Munhoz, porque ambos candidataram-se a deputado federal.

Bento Munhoz queria que Ney fosse candidato ao Legislativo Estadual, assim não concorreria com ele. Esse teria sido o motivo pelo qual Ney Braga não ingressou no PR, mas sim no PDC buscando independência política (KUNHAVALIK, 2004). Ney Braga estava em plena ascensão política e tornava-se uma ameaça como puxador de votos. Bento Munhoz também foi eleito, pela coligação UDN-PR-PSP, porém com (17.199 votos) uma média bem inferior a de Ney Braga. Além de Curitiba, Lapa seria o seu segundo reduto eleitoral de Ney Braga.

Ney Braga, com receio de que seu partido não atingisse o quociente eleitoral, tentou negociar a sua entrada na Frente Democrática, porém a condição era que largasse Simão e

apoiasse a candidatura Tourinho. Ney não aceitou tal condição e intransigência dos líderes da Frente Democrática.

O candidato a prefeito Felipe Aristides Simão, pela coligação PL–PDC, era vereador e presidente da Câmara Municipal, licenciado para campanha. Aristides Simão era curitibano, nascido no Ahú de Cima em 1917, filho dos libaneses Antonio Simão e Maria Deud, formado em engenharia Química pela Escola Superior de Química. Simão foi convocado na Segunda Guerra Mundial, quando estagiava como aspirante no 3º RAM em 1941, e em agosto de 1944 embarcou para Itália, participando das tomadas de Monte Castelo e Montese, no seu regresso foi promovido a Capitão. Herói de guerra, foi presidente da LPE (Legião Paranaense de Expedicionários) três vezes. Foi candidato a vereador em 1947, com uma campanha de 10 dias, não se elegeu; foi eleito vereador em 1951 pelo PL e reeleito em 1955, era adepto ao parlamentarismo.

Segundo Kunhavalik (2004), o candidato de Ney Braga seria o vereador udenista Adeodato Volpi. A UDN não autorizou Volpi a sair candidato pelo PDC, embora este tenha se desligado da UDN. Ney Braga decidiu então pela candidatura de Aristides Simão do PL. Este foi eleito vereador primeiramente nas eleições de 1951, ficando em último lugar com 402 votos e reeleito em 1955, ainda pelo PL, com apenas 777 votos, ficando novamente em último lugar. Como não era puxador de votos, foi eleito pelos resultados obtidos pelo partido. Apesar de ter sido o candidato oficial da Câmara, Simão não foi apoiado por 5/6 da casa. Aristides Simão ficou em segundo lugar com 29,76% dos votos válidos. O candidato de Ney Braga teria perdido porque não recebera o apoio do PR de Bento Munhoz.

O candidato a prefeito general Iberê de Mattos, pelo PTB, tinha o apoio do vice-presidente da República, João Goulart (Jango), que presidia Diretório Nacional do PTB, veio a Curitiba e participou de comícios (O PARANÁ DE..., 1958, p. 5), além, é claro, do presidente do partido no Estado, o líder petebista do Paraná, o mineiro Abilon de Souza Naves, candidato ao Senado. Este foi o mais bem votado em Curitiba ao Senado, ficou com aproximadamente o dobro de votos (44.610) em relação aos outros dois candidatos, Paula Soares Netto (UDN) e Munhoz de Mello (PSD) (RESULTADO FINAL..., 1958, p. 6). O Comitê Feminino do PTB, presidido pela Sr^a. Donaide Simão Gribegi (CRISTO REI..., 1958, p. 5), parecia ser o mais organizado e atuante do gênero. O PST embora coligado ao PSD que apoiava Wallace, também apoiava Naves e Iberê. O candidato Iberê tinha todo o apoio dos ferroviários, pois foi Diretor da RVPSC (Rede de Viação Paraná-Santa Catarina).

O candidato do PTB era atacado pela crítica oposicionista, acusado de ser contra o monopólio estatal do petróleo e de ter teses anti-nacionalistas que seriam contraditórias ao

antigo governo de Vargas e fundador do PTB. O PTB também era acusado de fazer acordo com comunistas, desmentidos os boatos por Jango e Souza Naves em comícios. Por outro lado, o governo de Lupion (PSD) era acusado de proteger as companhias de terras no sudoeste paranaense que estavam despojando os posseiros das terras que estes cultivavam. O correligionário Jânio Quadros, em comício em Curitiba, era candidato a deputado federal pelo Paraná, recebeu uma vassoura de Iberê em comício de campanha.

O carioca Iberê de Mattos era engenheiro civil, ex-diretor da RVPSC, professor da Escola Técnica do Exército, executor de grandes projetos e autor de traçados de estradas¹². Iberê foi o candidato que apresentou a melhor plataforma de governo, em síntese: seria uma administração revolucionária, com reestruturação dos serviços públicos municipais e administração participativa, Conselho de Bairros, Trens de subúrbio (o que gerou muitas críticas dos concorrentes), circulação de ônibus entre bairros, Banco da Prefeitura (financiar as obras), telefones residenciais e postos públicos, mercado nos bairros, Hospital Municipal, Escolas Municipais e alfabetização de adultos, propôs transformar o Capão da Imbuia em Parque Municipal, com características de Jardim Botânico, e suspender temporariamente as execuções judiciais para cobrança de impostos atrasados, para dar tempo aos inadimplentes. Privilegiava os esportes, Estádio de Bairros, para diversos esportes além de futebol, regularizaria os terrenos nos quais os clubes treinavam, e prometia estudar a possibilidade da construção do Estádio Municipal.

Iberê de Mattos era casado com a senhora Enoê Tourinho de Mattos, que era irmã do também candidato a prefeito o coronel Luiz Carlos Pereira Tourinho (PSP). O prefeito eleito Iberê de Mattos (PTB) tomou posse no dia 15 de novembro de 1958. O PTB elegeu a maior bancada federal, seis cadeiras, e ficou com a segunda maior bancada no Legislativo Estadual, 13 cadeiras.

O candidato Wallace Thadeu de Mello e Silva, pelo PSD, coligado com o PST, foi convidado a candidatar-se a prefeito por Pinheiro Jr., presidente do Diretório Municipal do PSD e ex-candidato a prefeito. O partido apostava em Wallace pelo resultado obtido no pleito anterior à Prefeitura, a segunda posição, além do prestígio nas zonas suburbanas, o que poderia caracterizar uma verdadeira ameaça ao candidato de Ney Braga. Em oposição a Ney Braga e seu candidato, Wallace fazia uma campanha crítica apresentando um quadro trágico

¹² O estilo político de administração na Prefeitura de Curitiba de Iberê de Mattos teria levado à esquerda o PTB no Paraná, que estava mais para o sindicalismo e o prividencialismo preconizados por Souza Naves e com o apoio do ponta-grossense Leo de Almeida Neves, membro do PTB, funcionário autárquico, nomeado para a CREA Sul (Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil). Disponível em: <<http://walmormarcellino.blogspot.com/2008/08/algumas-informaes-sobre-curitiba.html>>.

dos problemas básicos de urbanismo de Curitiba, sobretudo dos problemas suburbanos dos quais tinha conhecimento e estudos, em razão da crise do vertiginoso crescimento, tais como estradas, pavimentação, luz, água, esgoto, aproveitamento do lixo, feiras-livres, adubo aos agricultores, etc. Se fosse eleito, “seria o prefeito dos bairros”. Wallace era apoiado por José Munhoz de Mello (PSD), desembargador candidato ao Senado. Wallace de Mello tinha o apoio de Plínio Salgado, presidente do PRP e candidato a deputado federal pelo Paraná, foi eleito. Plínio Salgado (PRP) era também candidato a presidente quando Juscelino Kubitschek (PSD-PTB) foi eleito. Outro candidato a suplente de senador era o presidente do PSP, Adhemar de Barros, que também fora candidato a presidente na última eleição.

Embora o PSD tenha sido nesse pleito o grande vencedor no Paraná na Assembleia Legislativa, Palácio Rio Branco, ficando com a maior bancada com 17 cadeiras, o seu candidato a prefeito Wallace de Mello ficou em quarto lugar com 12,88% dos votos válidos. O PSD teve a sua imagem maculada neste pleito por sofrer a denuncia do PTB por ter falsificado cédulas oficiais já assinaladas com os nomes dos candidatos. Um dos candidatos a deputado Estadual pelo PSD era Vidal Vanhoni e foi eleito.

O candidato do PSP, o curitibano coronel Luiz Carlos Pereira Tourinho, filho do Tenente-coronel Plínio Alves Tourinho e Ester Pereira Tourinho, também estudou na Escola Militar do Realengo e cursou engenharia na UFPR. Tourinho concorreu a deputado Estadual em 1950 pelo PSP, mas não foi eleito, e em 1954 a deputado federal pelo mesmo partido, foi o mais bem votado do Paraná. Tourinho fazia oposição ao governo, pois também foi candidato a governador no último pleito em 1955 (FLEISCHER, 1981), ficando em terceiro lugar. Tourinho era o candidato da Frente Democrática do Paraná (UDN-PR-PSP), que incluía Bento Munhoz; lembrando, Luiz Carlos Tourinho e o candidato eleito a prefeito, Iberê de Mattos, eram cunhados.

O candidato João Pereira de Macedo, pelo PRT, o engenheiro civil, antigo funcionário da Prefeitura e ex-vereador de Curitiba, pelo PL, foi eleito em 1947, ocupando a última vaga com 342 votos. O candidato Macedo da Linha Moral Cristã, apoiado pela Frente Trabalhista Cristã (PRP-PTN-PRT) que concorria à Assembleia Estadual, pretendia, se eleito, governar a capital do Paraná com uma equipe de técnicos em administração municipal, queria realizar o máximo e não fazer promessas.

O eleitor curitibano tinha direito a cinco votos, sendo um para senador e um para suplente de senador, um para deputado federal, um para deputado estadual e um para prefeito da capital. Pela primeira vez votaram os cegos no Paraná, os recursos utilizados foram

mecânicos, de fixação dos nomes dos candidatos nas cédulas, ficava a critério do eleitor trazer as cédulas preenchidas ou eram fornecidas pela mesa.

A novidade para essas eleições eram as cédulas únicas. Para essas eleições o TRE emitiu cédulas oficiais, mas somente para os cargos de senador, suplente de senador e prefeito, já para deputados estaduais e federais, eram as cédulas comuns e continuavam sendo ofertadas pelos partidos e candidatos, os eleitores poderiam obtê-las nos diretórios e em diversos endereços divulgados pelos candidatos. Além é claro de estarem espalhadas pelas cabines eleitorais.

As cédulas únicas oficiais eram entregues pelo presidente da mesa no ato de votar. As cédulas eram separadas, uma para senador e suplente, e a outra para prefeito, o eleitor teria de ir duas vezes à urna para depositar a sobrecarta com os votos. A cédula para prefeito vinha com os nomes dos candidatos na ordem do registro da candidatura, portanto, o primeiro da lista e número um era Iberê de Mattos, o segundo, Wallace Thadeu de Mello e Silva, o terceiro, Luiz Carlos Pereira Tourinho, em quarto, Felipe Aristides Simão, e por último, em quinto, o candidato João Pereira de Macedo. Depois de depositar a primeira sobrecarta com as duas cédulas únicas, o eleitor voltava à cabine para colocar na sobrecarta as outras cédulas para deputados estadual e federal (COMO VOTAR..., 1958, p. 2).

Foi constatado que os votos nulos, principalmente na escolha dos candidatos ao senado e à prefeitura de Curitiba, ocorreram em função dos eleitores não terem sabido utilizar as cédulas únicas, prejudicando os votos dados aos candidatos.

Houve atrasos na votação, por todo o país em função das filas e demora na votação. Esses problemas foram atribuídos ao excesso de burocracia na hora de votar, com duas cédulas diferentes e ir duas vezes à urna. Houve conflito no bairro da Água Verde, quase uma revolta na Escola de Agronomia: eleitores revoltados com a demora rasgaram as senhas e foram embora sem votar, sujeitando-se às penalidades. Eleitores com pouca instrução levavam até 10 minutos para votar. Muitos presidentes de mesa arbitrariamente fizeram os eleitores irem às urnas apenas uma vez com todas as cédulas, medida que deu certo (NUNCA DUVIDEI..., 1958, p. 6).

2.8.2 Dados estatísticos, resultados eleitorais e análise

QUADRO 2.2 – CANDIDATOS E COLIGAÇÕES – 1958

Candidatos a Prefeito (Partidos)	Partidos e ou Coligações
IBERÊ DE MATTOS	PTB
WALLACE THADEU DE MELLO E SILVA	PDS – PST
LUIZ CARLOS PEREIRA TOURINHO	PSP – UDN
FELIPE ARISTIDES SIMÃO	PL – PDC
JOÃO PEREIRA DE MACEDO	PRT

TABELA 2.18 – INFORMATIVO/ESTATÍSTICO – 1958

Eleitores Aptos Totalizados	104.213	(Eleitorado)
Votos Válidos (B + N)	92.807	95,74 %
Votos Nominais (N)	89.683	92,52 %
Votos Brancos (B)	3.124	3,37 %
Votos Nulos	4.126	4,26 %
Comparecimento	96.933	93,01 %
Abstenção	7.280	6,98 %
Seções Totalizadas	389	100%

FONTE: TRE-PR.

TABELA 2.19 – RESUMO DA VOTAÇÃO DOS CANDIDATOS – 1958

Candidato	Partido	Coligação	Qtd. Votos	Class.	% val.*	% Comp.*
IBERÊ DE MATTOS	PTB		32.313	1º	34,82	33,33
FELIPE ARISTIDES SIMÃO		PL – PDC	26.691	2º	28,76	27,53
LUIZ CARLOS PEREIRA TOURINHO		PSP – UDN	16.690	3º	17,98	17,22
WALLACE THADEU DE MELLO E SILVA		PSD – PST	11.554	4º	12,45	11,92
JOÃO PEREIRA DE MACEDO	PRT		2.435	5º	2,62	2,51

FONTE: TRE-PR

NOTA: * Calculados neste trabalho.

Foi o pleito majoritário mais competitivo da Quarta República (vide Quadro 2.2,; Tabelas 2.1, 2.18, 2.19, 2.20 e 2.21; e Mapa 2.2). Esse pleito obteve os melhores índices no

período, foi a maior mobilização eleitoral dos curitibanos, 93,01% de comparecimento, e a menor taxa de abstenção registrada, 6,98%. Consequentemente esse pleito registrou a maior competitividade eleitoral do período, ficou em 6,06 pontos percentuais de diferença entre os votos válidos obtidos pelo primeiro classificado e o segundo. Isto quer dizer que a disputa ficou mais concentrada nos candidatos, de Ney Braga, Aristides Simão, e no candidato petebista da oposição Iberê de Mattos. Esses índices indicam que o eleitorado votou pela mudança.

Os votos em branco apresentaram o índice de 3,37%, permaneceu quase estável em relação ao pleito anterior. Em contrapartida, os votos nulos aumentaram nesse pleito para 4,26%. Os votos nulos, além dos protestos, podem ser atribuídos à utilização das cédulas únicas oficiais. Nessas eleições foram utilizados os dois tipos de cédulas, as cédulas comuns já vinham preenchidas pelos candidatos e partidos, a cédula oficial não.

Iberê de Mattos (PTB) foi eleito com 36,03% dos votos válidos no sistema de maioria simples, favorecido pelo sistema eleitoral, vitorioso nas 2ª, 3ª e 4ª Zonas Eleitorais, perdendo somente na 1ª zona, para Aristides Simão. Sua maior votação foi na 3ª zona, atingiu 45,33% dos votos nominais, justamente onde se localizam os ferroviários, e o seu segundo melhor resultado foi na 4ª zona, com 34,65%, onde estariam as classes proletárias de Curitiba, não obstante incluir o bairro mais rico da Capital, o Batel; na 2ª zona obtém 35,48% dos votos nominais, em contrapartida, na 1ª zona foi onde Iberê obteve a menor votação (27,51%) e perdeu para Simão que fez 34,64%, seriam as zonas mais conservadoras, pois havia uma concentração maior das classes média e rica. Nenhum outro candidato superou os resultados obtidos por Iberê e Simão nas quatro Zonas Eleitorais. Os bairros teriam dado a vitória a Iberê, assim como o centro antigo da cidade, a 1ª zona, mais conservadora, teria dado a vitória a Simão, porque o major Ney Braga teria privilegiado o centro da cidade e não os bairros em sua administração, justamente onde o candidato petebista intensificou sua campanha (BAIRROS DERAM..., 1958, p. 9).

A disputa ficou mais concentrada, e não necessariamente polarizada, entre os dois candidatos, o situacionista Simão (PL-PDC), que tinha o apoio do prefeito Major Ney Braga (PDC), e na oposição estava o PTB representada por Iberê com o apoio do líder petebista do Paraná candidato ao Senado, Souza Naves. Embora Ney Braga desfrutasse de muito prestígio, resultado de sua gestão municipal, não conseguiu emplacar o seu sucessor, entretanto fora nessas eleições o segundo candidato a deputado federal mais bem votado, obteve 57.099 votos, ficando atrás somente de Jânio Quadros (PTB) que obteve 78.810 votos.

O PTB foi o grande vencedor dessas eleições, além de conquistar a Prefeitura da Capital do Estado, das 14 cadeiras para a Câmara conquistou seis cadeiras, a maior bancada do Paraná. Ao pleito uninominal ao Senado, elegeu os petebistas Souza Naves e o suplente Nelson Maculan. O PTB ficou com a segunda maior bancada na Assembleia Legislativa, 13 cadeiras das 45, perdendo somente para o PSD, a maior agremiação do Paraná naquela época, que ficou com 17 cadeiras. Esse resultado foi um “não” aos governos do estado e ao municipal. O PTB representava, senão, todo o legado político de Getúlio Vargas, em oposição à direita, aos conservadores.

Quanto às pesquisas eleitorais, houve nesse pleito uma enquete realizada por Radar Publicidade e Controle Limitada (SEGUIRÁ ADHEMAR ..., 1958, p. 2 e 4), iniciativa do Jornal Gazeta do Povo, que divulgava os boletins¹³ (PRÉVIA ELEITORAL..., 1958, p. 4), que tinha como um dos seus diretores o Sr. Pinheiro Jr.¹⁴, que foi quem alavancou a candidatura de Wallace de Mello no PSD, do qual era presidente regional. A enquete (Prévia Eleitoral) publicada periodicamente naquele jornal (Gazeta do Povo), dava como favorito Wallace de Mello, portanto a utilização dessa pesquisa ficou inviável porque estava comprometida politicamente. Fato que comprovou a situação é que os resultados da eleição municipal comparados com os da pesquisa mostraram as posições dos candidatos Wallace e Iberê invertidas: Wallace que aparecia em primeiro e Iberê em quarto nas pesquisas, no fim, este acabou em primeiro e aquele em quarto lugar na classificação final. Então, poder-se-ia sugerir que o eleitorado de Wallace teria migrado para Iberê. Como foi realizada somente essa pesquisa, não há parâmetros para avaliá-la e considerá-la.

TABELA 2.20 – RESULTADO POR ZONA ELEITORAL – 1958

ZONAS ELEITORAIS	1ª	2ª	terceira	quarta
CANDIDATOS	86 seções	86 seções	104 seções	113 seções
IBERÊ DE MATTOS	5.493	7.403	10.574	8.843
FELIPE ARISTIDES SIMÃO	6.918	6.287	5.754	7.732
LUIZ CARLOS PEREIRA TOURINHO	4.016	4.036	3.908	4.730
WALLACE THADEU DE MELLO E SILVA	2.932	2.266	2.717	3.639
JOÃO PEREIRA DE MACEDO	610	873	375	577

FONTE: TRE-PR (Arquivo Público)

¹³ Foram divulgados 60 Boletins, 5233 entrevistados (Gazeta do Povo, p. 4, 14.09.1958).

¹⁴ Gazeta do Povo, propriedade da Empresa Gráfica Paranaense Limitada, diretores: Dr. de Plácido e Silva e Pinheiro Junior (Gazeta do Povo, p. 09, 10.1958).

TABELA 2.21 – PERCENTUAIS POR ZONAS ELEITORAIS – % DE VOTOS RECEBIDOS PELOS CANDIDATOS DO TOTAL DE VOTOS NOMINAIS POR Z.E.

PERCENTUAIS POR ZONAS ELEITORAIS*				
Zonas Eleitorais	1ª Z.E. %	2ª Z.E. %	3ª Z.E. %	4ª Z.E. %
CANDIDATOS				
IBERÊ DE MATTOS	27,51	35,48	45,33	34,65
ARISTIDES SIMÃO	34,64	30,13	24,66	30,3
TOURINHO	20,11	19,34	16,75	18,53
WALLACE MELLO	14,68	10,86	11,65	14,26
JOÃO MACEDO	3,05	4,18	1,61	2,26

2.8.3 Análise e hipóteses da identificação do tipo de voto

O eleitorado curitibano votou no PTB e este partido, segundo Singer (2002), posicionava-se no centro-esquerda no espectro ideológico na Quarta República. O PTB em Curitiba, nessas eleições de 1958, fez oposição aos governos municipal e estadual, a situação era composta por partidos de centro-direita. Então, o eleitorado curitibano teria votado na oposição, o que sugere um voto ideológico, sobretudo, pela configuração expressa no mapa eleitoral municipal de Curitiba, pelos resultados obtidos nas Zonas Eleitorais considerando as suas características populacionais, os adversários políticos e a força sindical dos ferroviários. O petebista Iberê de Mattos foi vitorioso em três das quatro Zonas Eleitorais perdeu somente na 1ª Zona Eleitoral, a mais conservadora, que pela sua condição populacional, esta elegeria Simão. Essas diferenças dos resultados e das composições das Zonas Eleitorais indicam a hipótese da direção do voto, no PTB, no centro-esquerda, na oposição.

A super-votação que Iberê recebeu na 3ª Zona Eleitoral, onde se localiza o bairro dos ferroviários, foi um indicativo da mobilização de uma classe de trabalhadores, identificados ao ex-Diretor da RVPSC. Era o momento do PTB no Paraná, tanto que havia eleito a maior bancada federal do Paraná e a segunda maior para a Assembleia Legislativa. O bom desempenho do PTB nas eleições paranaenses e na Capital do Estado (SARTORI, apud CARREIRÃO, 2002) demonstra que a imagem partidária do PTB exerceu influência no eleitorado. Essa imagem poderia estar associada à figura simbólica de Getúlio Vargas e condensada no trabalhismo.

O candidato Aristides Simão, que contava com o apoio da máquina da prefeitura – de Ney Braga –, embora não tivesse o capital político suficiente ainda para eleger o seu candidato, chegou em segundo lugar, não configurando ameaça, mas com um bom resultado.

Outro fator que pesou na derrota do candidato do governo municipal foi a ruptura política de Ney Braga com Bento Munhoz, aquele buscando a independência política, o PR de Bento não apoiaria Simão. Simão não seria um simples azarão. O candidato que teve o apoio do partido do governo do Estado, Wallace, não atraiu os eleitores do PSD, ficando em quarto lugar, praticamente manteve o mesmo resultado obtido em 1954, demonstrando um eleitorado cativo, porém limitado. Lupion estava com a imagem desgastada por conta dos posseiros no sudoeste paranaense e das fraudes das cédulas pelo PSD, fatos que foram relevantes na campanha e no resultado eleitoral de Wallace.

MAPA 2.2 – RESULTADO DAS PRINCIPAIS OPÇÕES POLÍTICAS DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE CURITIBA EM 1958 – DISTRIBUÍDOS POR ZONAS ELEITORAIS

BAIRROS:

- 01- CENTRO
- 02- SÃO FRANCISCO
- 03- CENTRO CÍVICO
- 04- ALTO DA GLÓRIA
- 05- ALTO DA RUA XV
- 06- CRISTO REI
- 07- JARDIM BOTÂNICO
- 08- REBOUÇAS
- 09- ÁGUA VERDE
- 10- BATEL
- 11- BIGORRILHO
- 12- MERCÊS
- 13- BOM RETIRO
- 14- AHÚ
- 15- JUVENVÊ
- 16- CABRAL
- 17- HUGO LANGE
- 18- JARDIM SOCIAL
- 19- TARUMÃ
- 20- CAPÃO DA IMBUÍTA
- 21- CAJURU
- 22- JARDIM DAS AMÉRICAS
- 23- GUABIOTUBA
- 24- PRADO VELHO
- 25- PAROLIN
- 26- GUAÍRA
- 27- PORTÃO
- 28- VILA IZABEL
- 29- SEMINÁRIO
- 30- CAMPINA DO SIQUEIRA
- 31- VISTA ALEGRE
- 32- PILARZINHO
- 33- SÃO LOURENÇO
- 34- BOA VISTA
- 35- BACACHERI
- 36- BAIRRO ALTO
- 37- UBERABA
- 38- HAUER
- 39- FANNY
- 40- LINDÓIA
- 41- NOVO MUNDO
- 42- FAZENDINHA
- 43- SANTA QUITÉRIA
- 44- CAMPO COMPRIDO
- 45- MOSSUNGUÊ
- 46- SANTO INÁCIO
- 47- CASCATINHA
- 48- SÃO JOÃO
- 49- TABOÃO
- 50- ABRANCHES
- 51- CACHOEIRA
- 52- BARREIRINHA
- 53- SANTA CÂNDIDA
- 54- TINGUI
- 55- ATUBA
- 56- BOQUEIRÃO
- 57- XAXIM
- 58- CAPÃO RASO
- 59- ORLEANS
- 60- SÃO BRAZ
- 61- BUTIATUVINHA
- 62- LAMENHA PEQUENA
- 63- SANTA FELICIDADE
- 64- ALTO BOQUEIRÃO
- 65- SÍTIO CERCADO
- 66- PINHEIRINHO
- 67- SÃO MIGUEL
- 68- AUGUSTA
- 69- RIVIERA
- 70- CAXIMBA
- 71- CAMPO DE SANTANA
- 72- GANCHINHO
- 73- UMBARÁ
- 74- TATUQUARA
- 75- CIDADE INDUSTRIAL

IBERÊ: 27,51 %
SIMÃO: 34,64 %
TOURINHO: 20,11 %

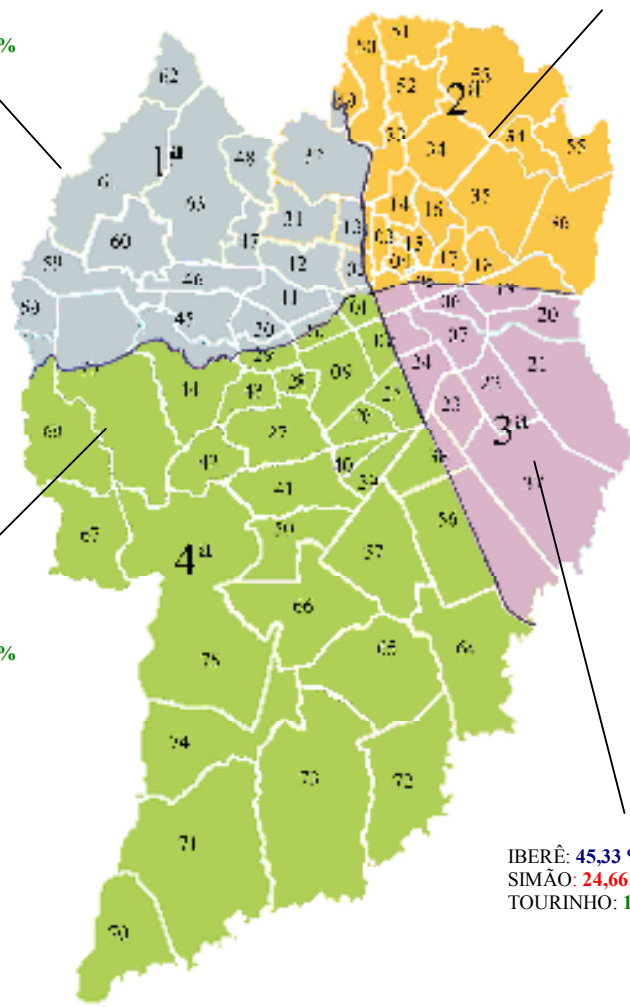
IBERÊ: 35,48 %
SIMÃO: 30,13 %
TOURINHO: 19,34 %

IBERÊ: 34,65 %
SIMÃO: 30,30 %
TOURINHO: 18,53 %

IBERÊ: 45,33 %
SIMÃO: 24,66 %
TOURINHO: 16,75 %

LEGENDA:

- LINHA DIVISÓRIA DOS BAIRROS
- LINHA DIVISÓRIA DAS ZONAS ELEITORAIS



2.9 AS ELEIÇÕES PROPORCIONAIS DE 1959

2.9.1 Contexto das eleições para vereadores à Câmara Municipal de Curitiba de 1959

As eleições para prefeito e vereadores seriam realizadas em 114 municípios, Curitiba seria a exceção, com eleições somente à Câmara Municipal. As eleições para a Quarta Legislatura dos edis do Paço do Rosário, assim designada a Câmara Municipal de Curitiba, em novo endereço situava-se na Rua do Rosário, ocorreram a quatro de outubro de 1959. A posse dos vereadores eleitos foi em 19 de dezembro de 1959.

As eleições gerais de 1958 deixaram a seguinte configuração partidária nas representações: o PTB conseguiu eleger para o executivo municipal Iberê de Mattos; a vaga de senador e suplente, Souza Naves e Nelson Maculan; para a Câmara dos Deputados estava com seis das quatorze representações; o PDS com quatro; UDN-PR-PSP com duas; PDC e PRP com uma cada; e na Assembleia Legislativa o PDS estava com a maior bancada, dezessete cadeiras; o PTB com treze; UDN-PR com sete, PSP com quatro, e o PDC com três. Na Câmara Municipal, o PSD tinha quatro vereadores e o PTB, PSP e a UDN estavam com três representações cada um, o PDC com duas, e o PL com uma. Na esfera Estadual e municipal o PSD estava majoritário.

O governador do Estado era Moysés Lupion (PSD), eleito em 1955. O partido governista, o PSD, partido conservador da elite curitibana manteve-se majoritário nessas duas últimas eleições proporcionais municipais. Ney Braga (PDC), deputado federal, visitava municípios em campanha mais ao governo do Estado do que municipal aos correligionários e coligados. A maioria dos vereadores fazia oposição ao prefeito Iberê de Mattos (PTB).

Os presidentes da Câmara Municipal nessa legislatura foram: Aristides Athayde (1959), Erondy Silvério (1961, 1962 e 1963) (MARTINS, 1999).

Segundo o presidente do TRE-PR, desembargador Segismundo Gradowski, a propaganda eleitoral regulada pelo TSE foi encerrada no dia dois de outubro. Continuavam o sistema de senhas e as cédulas comuns para as eleições proporcionais, os eleitores poderiam levá-las de casa ou pegá-las nas ruas ou nas cabines.

Esperava-se que os prefeitos escolhidos nessas eleições decidissem o pleito de 1960 ao governo do Estado.

2.9.2 Resultados eleitorais e dados estatísticos

TABELA 2.22 – CANDIDATOS ELEITOS À CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA – 1959

PARTIDOS	CANDIDATOS ELEITOS	VOTAÇÃO	% VOTOS VÁL.*	% VOTOS COMP.*	SITUAÇÃO
PSD	Erondy Silvério	2.699	2,71	2,67	Reeleito
PSD	Marcos Bertoldi	2.367	2,38	2,34	Eleito
PSD	Guilherme Cléo Biasi	1.858	1,87	1,84	Eleito
PSD	José Maria de Azevedo	1.662	1,67	1,64	Reeleito
PSD	Maria Clara Brandão Tesserolli	940	0,95	0,93	Eleita Méd. 4ª
PTB	Dr. Carlos Alberto Moro	1.756	1,77	1,74	Eleito
PTB	Aldo Schmind	1.558	1,57	1,54	Eleito
PTB	Aristides Athayde Jr.	1.111	1,12	1,10	Eleito
PTB	Victorio José Roda	1.021	1,03	1,01	Reeleito Méd. 1ª
PDC	Washington Mansur	921	0,93	0,91	Eleito
PDC	Domingos Primo Moro	859	0,86	0,85	Eleito
PDC	Léllis Antonio Correa	846	0,85	0,84	Eleito Méd. 5ª
PR	Sebastião Penteado Darcanchy	1.145	1,15	1,13	Reeleito
PR	Menotti Caprilhone	802	0,81	0,79	Reeleito Méd. 6ª
PL	Felipe Aristides Simão	1.935	1,95	1,92	Reeleito
PL	Diógenes Dacheux D'Stori	818	0,82	0,81	Eleito Méd. 2ª
PSP	Arlindo Ribas de Oliveira	886	0,89	0,88	Eleito
PSP	Ivo Moro	809	0,81	0,80	Reeleito Méd. 3ª
PRT	Igo Iwant Losso	833	0,84	0,82	Eleito
UDN	Elias Karam	1.344	1,35	1,33	Reeleito

FONTE: TRE-PR.

TABELA 2.23 – INFORMATIVO/ESTATÍSTICO – 1959

Eleitores Aptos Totalizados	115.261	100 %
Nº de Candidatos	264	100 %
Proporcionais		
Vagas (A)	20	100 %
Quociente Eleitoral	4.971	(B+C+D)/A
Eleitores Aptos Totalizados	115.261	100 %
Votos Válidos (B+C+D)	99.438	98,39 %

TABELA 2.23 – INFORMATIVO/ESTATÍSTICO – 1959 (continuação)

Votos de Legenda (B)	97.636	98,18 %
Votos puramente de Legenda	55	0,055 %
Votos Nominais (C)	97.581	98,13 %
Votos Brancos (D)	1.747	1,76 %
Votos Nulos	1.629	1,61 %
Comparecimento / Apurados	101.067	87,68 %
Abstenção	14.194	12,31 %
Seções Totalizadas	534*	100%

FONTE: TRE cx369 APPR e VÊSPERAS DE PLEITO..., 1959, p. 7.

TABELA 2.24 – RESULTADOS POR ZONAS ELEITORAIS – 1959

PARTIDOS	1ª z.e. 31 urnas	2ª z.e. 37 seções	3ª z.e. 31 seções*	4ª z.e. 34 urnas	Total seções
PSD	4858	4310	5216	6089	20.473
PTB	3787	3984	5372	4490	17.633
PDC	2558	2827	3703	3372	12.160
PR	1915	2151	1644	1939	7.649
PL	1903	2138	2176	2168	8.385
PSP	1413	2118	1681	3117	8.329
PRT	1153	1697	1606	1630	6.086
UDN	1708	1734	1611	1558	6.611
PRP	994	922	799	1113	3.828
PTN	498	508	1500	1400	3.906
PST	481	771	619	760	2.631

FONTE: TRE-PR

NOTA:* A terceira Z.E. foi deduzida da diferença do total e das demais Z.E.

A nova bancada da Câmara Municipal ficou assim distribuída: PSD (cinco cadeiras), PTB (quatro cadeiras), PDC (três cadeiras), PR (duas cadeiras), PL (duas cadeiras), PSP (duas cadeiras), PRT (uma cadeira) e UDN (uma cadeira) (vide Tabelas 2.22, 2.23, 2.24, 2.25 e 2.26).

Para essas eleições proporcionais de 1959 à Câmara Municipal da Capital, registrou-se o segundo maior número de partidos políticos: foram 11, com 264 candidatos inscritos; sete partidos conseguiram eleger representantes. O número de reeleições foi o maior do período, totalizando oito. O eleitorado de Curitiba atingia 115.261 eleitores. Consequentemente, aumentou o quociente eleitoral e a dificuldade de se eleger.

Foi a maior mobilização eleitoral do período da Quarta República. O comparecimento foi de 87,68% e a abstenção foi a mais baixa registrada no período, 12,31%. Pela primeira vez no período os votos em branco também foram os mais baixos até então registrados, 1,76%, e os votos nulos ficaram em 1,61%, o segundo menor percentual. A competitividade eleitoral foi a terceira maior registrada, a diferença entre os percentuais de votos válidos entre os dois partidos mais votados foi 2,86 pontos percentuais. Estes dados demonstram que o eleitor curitibano estava mais motivado ao exercício da democracia e cidadania nessas eleições, pois atingiu a maior votação em legenda/nominal do período, 98,18%.

A Câmara ficou distribuída da seguinte forma: o PSD com cinco cadeiras, o PTB com quatro, o PDC com três, o PR, PL, PSP com duas cada, e o PRT e a UDN com um representante cada.

O PSD obteve o melhor desempenho eleitoral 20,59% dos votos válidos, conquistou cinco cadeiras, aumentou em uma em relação à legislatura anterior. Seus candidatos foram na sua maioria os mais bem votados, ficando com a maior média dos eleitos. Registrou somente duas reeleições de Erondy Silvério, o mais bem votado pleito com 2.699 votos, e José Maria de Azevedo. Obteve uma vaga na 4ª redistribuição pela maior média, elegendo a única vereadora do pleito, a professora Maria Clara Brandão Tesserolli, com 940 votos, a segunda mulher eleita a Câmara Municipal na Quarta República, um de seus sonhos era pleitear os direitos da mulher. Este mínimo de votos equivale a segunda menor distância da média dos eleitos, 78,99%, e a proporção de 18,91% do quociente eleitoral. O PSD foi vitorioso em três Zonas Eleitorais, 1ª, 2ª e 4ª, perdeu somente na terceira para o PTB. O vereador eleito Marcos Bertoldi, o segundo mais bem votado, com 2367votos, tentou a reeleição pela mesma legenda em 1963, mas não conseguiu.

O PTB, com o segundo melhor desempenho, 17,73% dos votos válidos, ganhou uma cadeira a mais, ficando com quatro, sendo uma na primeira redistribuição pela média, que foi a única reeleição, a de Victorio José Roda. A votação mínima distou 85,99% da média dos eleitos, isto é, foi o segundo resultado mais próximo da média; e atingiu a proporção do quociente eleitoral em 20,54%, também a segunda mais alta desse pleito. Nessa leva, foi eleito a vereador Carlos Alberto Moro, que foi candidato a prefeito em 1962. Tentaram a reeleição pelo PTB, mas não conseguiram, João Stival, e os candidatos transfugas Antonio Domakoski (ex-UDN), Antonio Giacomassi (ex-PR) e Vicente Caprilhone (ex-PSP). O PTB só ultrapassou o PSD na 3ª Zona Eleitoral, demonstrando que a região que compõe a 3ª Zona Eleitoral seria o reduto petebista.

O partido do deputado federal Ney Braga, o PDC (como reflexo da administração de Ney Braga), obteve o terceiro melhor desempenho, 12,23% dos votos, ampliou de duas para três cadeiras, com a maior média na 5ª redistribuição. Léllis Antonio Correa, com a votação mínima dos eleitos do partido, atingiu 71,09% da média geral dos eleitos, e 17,02% da proporção do quociente eleitoral. Tentaram a reeleição o ex-prefeito interino Edmundo Leinig Saporski e o ex-petebista Augusto Staben, vereador na Primeira Legislatura, e o ex-peelista Ondino R. Camargo Loyola, mas não conseguiram se eleger.

O PR perdeu uma representação. Com 7,69% dos votos válidos, ficou com duas cadeiras, com as reeleições de Sebastião Darcanchy e Menotti Carpilhone, este último eleito na 6ª redistribuição da maior média; dentre os eleitos este foi com a menor votação, com apenas 67,39% da média dos eleitos e a menor proporção do quociente eleitoral, 16,13%. Tentaram reeleição o ex-pessetista Edward de Menezes Caldas e o ex-pedecista Irlan Cavet.

O PL desta vez obteve duas cadeiras com 8,43% dos votos, a reeleição do ex-candidato a prefeito Felipe Aristides Simão e, pela segunda média, Diógenes D'Stori. A votação mínima ficou 68,74% da média dos eleitos e a proporção do mínimo de votos em relação ao quociente eleitoral foi de 16,46%.

O PSP também perdeu uma representação, ficou com duas vagas, atingindo 3,38% dos votos válidos. Obteve uma reeleição a de Ivo Moro, na 3ª redistribuição pela maior média, este mínimo de votos ficou com 67,98% da média dos eleitos e 16,27% do quociente eleitoral.

O PRT e a UDN obtiveram apenas uma cadeira cada, não conseguiram média na distribuição das sobras. A UDN perdeu duas representações, reelegeu Elias Karam. O PRT permaneceu com uma representação.

Este foi um dos pleitos mais movimentados do período, a Câmara Municipal ficou pluripartidária, senão fragmentada. Embora o PSD não tenha eleito prefeito na capital do estado nesse período, mas tenha reinado na Câmara Municipal nesses dois últimos pleitos, das cento e treze eleições municipais em 1959 no Paraná, o PTB ficou com quarenta prefeituras, o PSD trinta e duas, a UDN quatorze, o PDC onze, o PR com quatro, PSP três, PTN duas, e o PRP com uma. (EM 113..., 1963, p. 3). Isso demonstrou que o PSD estava enfraquecendo.

TABELA 2.25 – DADOS E VOTAÇÕES – 1959

Coligações Legendas	Nº Cand.	Votos Nominais Partidos**	% Vál. Nom.*	Votos de Legenda*	% Leg.*	Cadeiras	Votos Totais *	% Válidos *
PSD	26	20.458	20,57	15	0,015	05	20.473	20,59
PTB	26	17.610	17,71	23	0,023	04	17.633	17,73
PDC	26	12.156	12,23	4	0,004	03	12.160	12,23
PR	21	7.648	7,69	1	0,001	02	7.649	7,69
PL	26	8.380	8,43	5	0,005	02	8.385	8,43
PSP	26	8.327	8,37	2	0,002	02	8.329	8,38
PRT	24	6.086	6,12	0	-	01	6.086	6,12
UDN	21	6.610	6,65	1	0,001	01	6.611	6,65
PRP	26	3.826	3,85	2	-	-	3.828	3,85
PTN	20	3.904	3,93	2	-	-	3.906	3,93
PST	22	2.631	2,65	0	-	-	2.631	2,65

FONTE: TRE-PR.

NOTA: * Calculados neste trabalho

** TRE-PR, Mapa de Apuração.

2.9.3 Análise da base de dados e dos resultados

TABELA 2.26 – VOTAÇÃO MÉDIA E MÍNIMA DE VOTOS DOS CANDIDATOS ELEITOS À CÂMARA DE VEREADORES DE CURITIBA (QUOCIENTE ELEITORAL = 4.971) – 1959

Partidos	Cadeiras	Votação Média (Eleitos)*	Mínimo de Votos dos Eleitos	Distância entre Média e Mínimo (%)*	Proporção Mínimo Votos => Q.E. (%)*
PSD	05	1.905	940	78,99	18,91
PTB	04	1.362	1.021	85,80	20,54
PDC	03	875,33	846	71,09	17,02
PR	02	974	802	67,39	16,13
PL	02	1.377	818	68,74	16,46
PSP	02	847,5	809	67,98	16,27
PRT	01	833	833	70,00	16,76
UDN	01	1.344	1.344	112,94	27,04
Total/Média	20	1.190			

1.10 ELEIÇÃO MUNICIPAL MAJORITÁRIA DE CURITIBA – 1962

1.10.1 Contextualização da eleição e candidatos

As eleições gerais de sete de outubro de 1962 foram para senadores, duas vagas, deputados federais e deputados estaduais, governadores e vice-governadores, e, em alguns Estados, para prefeitos e vice-prefeitos, vereadores e Juiz de Paz, este último apenas em dois Estados. No Paraná a eleição para o executivo municipal foi para a Capital e para mais cinco municípios do interior do Estado, Toledo, Jundiá do Sul, Janiópolis, Terra Roxa e Kaloré, para estas seriam realizadas também eleições para vereadores. Esta foi a última eleição de prefeito de Curitiba no Período da Quarta República, a partir de 1964 com o golpe militar os prefeitos voltariam a ser nomeados pelos governadores.

O Brasil passava por uma crise política sem precedentes, o presidente Jânio Quadros (PDC), eleito a três de outubro de 1960, havia renunciado em 25 de agosto de 1961, a causa seria um impasse institucional entre o presidente e um Congresso eleito em 1958; o vice João Goulart (PTB) assumiu a Presidência da República, mas não reverteu esse quadro nessas eleições de 1962, acabou sofrendo também as consequências desse impasse (FLEISCHER, 1994).

O sistema parlamentarista foi instituído pela Emenda Constitucional nº. 4, de dois de setembro de 1961 por pressão do deputado Ranieri Mazzilli e dos três ministros das pastas militares, ao Presidente em exercício, quando João Goulart se encontrava em visita na China (PORTO, 2002). O primeiro ministro naquela ocasião era Francisco Brochado da Rocha, que sucedeu Tancredo Neves (PSD), aquele foi indicado em julho de 1962 pelo presidente da República e aceito pela Câmara dos Deputados depois de intenso debate (IBERÊ DIZ..., 1962, p. 3). Antes mesmo das eleições em outubro, Brochado da Rocha demite-se do cargo. No jornal Gazeta do Povo de 06.09.1962, comentava-se da ameaça de “golpe” militar, tal como na Argentina e Peru. O efêmero e oportuno regime parlamentarista durou até o referendo realizado em seis de janeiro de 1963, voltando assim o sistema presidencialista.

O Distrito Federal agora era Brasília. Juscelino Kubistchek fazia campanha para os deputados do PSD, e para este a saída pacífica para a crise seria a aliança do PTB com o PSD. Estes dois partidos eram tradicionalmente rivais há 17 anos.

O governador do Estado do Paraná era Ney Braga, eleito em três de outubro de 1960, pela coligação PDC–PL, manifestava-se favorável ao Plebiscito e a volta ao sistema presidencialista. O seu governo se sustentava na base PDC–UDN–PTB–PTN, o chamado

“quadrilátero situacionista”. O governador Ney Braga se manifestou favorável ao Plebiscito e a volta ao sistema presidencialista. O correto seria Referendo, porque já vigorava o sistema parlamentarista, o Plebiscito seria primeiro uma consulta popular para uma mudança futura, por julgar ser melhor para a solução dos problemas nacionais, o custo de vida alto e a crise do abastecimento assolavam a população brasileira. No início da década de 1960 já era perceptível a despedida do Lupionismo e do Bentismo na política paranaense.

O ex-governador Moysés Lupion (PSD) era candidato ao Senado, sua candidatura representava oposição ao governo (sua vitória representaria a derrota do situacionismo), apoiava o candidato a prefeito o correligionário Abílio Ribeiro. Bento Munhoz da Rocha Netto, candidato da Mobilização Agrária ao Senado (representava a ideia de um parlamento), não caracterizava oposição ao governo estadual, em virtude dos partidos que o apoiavam. Nem Bento Munhoz (PR) e nem Moysés Lupion (PSD) são eleitos senadores neste pleito de 1962 e, por outro lado, inversamente proporcional ao ocaso dos herdeiros da República Velha, a toda se constituía o Neyismo. Ney Braga apoiara as candidaturas ao Senado de Amaury de Oliveira e Silva (PTB) e Adolpho de Oliveira Franco (UDN), ambos eleitos.

Nessas eleições à Câmara dos Deputados, o número de representantes do Paraná havia ampliado para vinte e cinco, o PDC elegeu seis representantes; a coligação PTN–PDC–UDN elegeu nove, e o PTB ficou com a maior fatia, elegendo dez deputados. Na Assembleia Legislativa ficaram o PDC e o principal partido oposicionista, o PTB, majoritários, com doze cadeiras cada; a UDN com oito; o PSD com sete e a coligação PRP–PTN–PST–PR–PSP–MRT com seis cadeiras. O partido de Ney Braga, PDC, foi o grande vitorioso nessas eleições.

Ney Braga era o líder político de maior prestígio do Paraná. Já se encontravam no seu governo o engenheiro Saul Raiz, nomeado prefeito de Curitiba no Regime Militar, que ocupava o cargo de Diretor Geral do Departamento de Estradas e Rodagem, e Paulo Cruz Pimentel, secretário da Agricultura do governo Ney Braga.

O prefeito de Curitiba era o petebista General Iberê de Mattos, que se licenciou (desincompatibilização) para a campanha de sua candidatura a deputado estadual, sendo o prefeito interino durante o período eleitoral o vereador pessedista presidente da Câmara Municipal Erondy Silvério. Na Câmara quem assumiu a presidência foi o vereador Arlindo Ribas de Oliveira (PSP).

As preferências do eleitorado na eleição majoritária em geral foram ditadas quase que exclusivamente pelas pessoas dos candidatos e não necessariamente pelas legendas que representavam. Ivo Arzua estava na condição de governista, era o favorito. Carlos Alberto Moro, candidato do PTB, era do partido mais forte na Capital. Abílio Ribeiro tinha

possibilidades, não obstante tinha a cobertura partidária mais fraca do pleito, mas tinha grande número de amigos e prestígio entre a juventude, sobretudo esportiva. O candidato do governador Ney Braga era Ivo Arzua Pereira, este tinha todo o apoio da máquina da Prefeitura, estava nas mãos do PL, que por sua vez estava coligado ao governo do Estado. Segundo o Jornalista W. Marcelino¹⁵ para a sucessão de Iberê o PTB estaria dividido entre dois nomes fortes Moro e Arzua. Carlos Alberto Moro, era tido como “emplumado”, sofisticado, não atendia as expectativas de parte do partido, e Ivo Arzua, que teria sido militante petebista, era visto por seus correligionários como um engenheiro “progressista e socialista”. Entretanto, Ney Braga a tempo recrutou Arzua para o PDC, apropriando-se de sua candidatura. O candidato do PDC, o engenheiro Ivo Arzua Pereira, era ex-superintendente da Administração do Porto de Paranaguá, assessor de racionalização do trabalho da Secretaria da Fazenda, professor da Escola de Engenharia da Universidade do Paraná, diretor técnico do Departamento de Água e Energia Elétrica, ex-diretor administrativo do Departamento de Estradas de Rodagem, presidente do Instituto de Engenharia do Paraná. Além de ser candidato da situação, a candidatura de Arzua teve os diversos apoios. Adeodato Volpi, presidente do PDC Municipal, que teria sido primeiramente o candidato a prefeito e depois retirado a sua candidatura em benefício a Ivo Arzua, que também obteve apoio, dentre os mais significativos, do ex-candidato a prefeito e secretário do Trabalho e Assistência Social, Felipe Aristides Simão, do PL, e do deputado estadual Paulo Affonso Alves de Camargo, presidente do Diretório Municipal do PR, candidato à reeleição pela “Frentinha” (Frente Rural Cristã Trabalhista), e que foi reeleito, e também o apoio do PTN. O candidato a deputado federal José Richa, pelo PDC, mesmo partido de Ney Braga, com a Aliança (UDN-PDC-PTN), pai do prefeito de Curitiba Carlos Alberto Richa (2004-2008 e 2009-2012), representava a nova geração de políticos, líder universitário, ex-presidente da UPE, em campanha pelos bairros de Curitiba, o maior colégio eleitoral do Estado, também apoiava em campanha Ivo Arzua. José Richa foi eleito com a sexta melhor votação a deputado federal no Paraná.

Ivo Arzua, em campanha nos bairros, priorizou visitas ao reduto onde Ney Braga venceu todos os pleitos, Vila Oficinas, no Cajuru. Ivo Arzua levava o estigma de situacionista, tinha como ponto principal de sua futura administração reformular a organização administrativa da Prefeitura e a descentralização dos serviços de engenharia que

¹⁵ Estas informações precisas e pontuais que contribuem com esta pesquisa foram fornecidas gentilmente pelo jornalista Walmor Marcelino, e podem ser encontradas em seu Blog no endereço eletrônico disponível em: <<http://walmormarcelino.blogspot.com/2008/08/algumas-informaes-sobre-curitiba.html>>.

seria fundamental para a execução do plano a que se propunha a executar. Ivo Arzua tinha o apoio da máquina da Prefeitura e do Estado, era o candidato do governador Ney Braga.

Às vésperas do pleito foi utilizado o artifício de noticiar o aumento da tarifa do transporte coletivo para prejudicar o candidato da situação. Do Paço da Liberdade, o prefeito Erondy Silvério em nota oficial desmentiu o noticiário divulgado na edição do jornal Tribuna do Paraná.

O candidato do prefeito General Iberê de Mattos (PTB) era o correligionário vereador Carlos Alberto Moro, advogado, filho de Amâncio Moro, ex-prefeito (1951) e ex-vereador (1947-1951). Na crítica do udenista Francisco Magalhães Filho, Moro era um excelente orador, porque fora orador de sua turma da Faculdade de Direito, orador de sua turma no CPOR, orador de entidades estudantis (IBERÊ..., 1962, p. 4). Moro havia disputado com Rubens de Mello Braga na convenção do PTB a candidatura a prefeito. O petebista tinha o apoio do Movimento Irmãs, composto por duas mil senhoras, e pelo Movimento Municipalista de Curitiba liderado pelo curitibano General Raul Gomes Pereira, que preconizavam candidatos que fossem curitibanos. O ex-governador e candidato ao Senado Bento Munhoz (PR) apoiava a candidatura de Moro em troca do apoio do diretório petebista de Curitiba. A chamada “Frentinha”, composta pelos partidos PRP–PTN–PST–PR–PSP–MTR, em tese teria apoiado a candidatura de Carlos Moro, e para tanto teria sido negociada a retirada da candidatura do vereador Sebastião Penteado Darcanchy do PR. Tal negociação teria sido feita por Paulo Camargo, que tinha trâmite com o governo do Estado. Os perrepistas (PRP) tinham aversão a Ney Braga e a Ivo Arzua. A Frentinha não disputou as eleições para a Câmara Federal, portanto os seus candidatos ficaram liberados para disputarem pela agremiação que desejassem.

O PTB estava perdido, faltava união nas hostes trabalhistas, em razão da perda da grande liderança do PTB no Paraná, o mineiro Abilon de Souza Naves, eleito senador em quatro de outubro de 1959 e falecido a 12 de dezembro daquele mesmo ano. Iberê, preso à sua gestão política administrativa da Prefeitura, não fez sucessor e não conseguiu estabelecer uma estratégia política efetiva e mais ambiciosa para o partido na Capital e no Estado do Paraná¹⁶.

A campanha de Alberto Moro, com comícios em fábricas, não configurou uma oposição radical ao governo e à situação, em função do vínculo de boa parte do elenco do

¹⁶ Ver em Walmor Marcelino, disponível em: <<http://walmormarcellino.blogspot.com/2008/08/algumas-informaes-sobre-curitiba.html>>.

PTB com o governo paranaense. Moro também recebeu apoio do PSP e do presidente regional do PRP, Zagonel Passos.

O candidato do PSD, o engenheiro Abílio Ribeiro, acumulava em seu currículo os seguintes cargos: ex-diretor do Departamento de Água e Esgotos, no governo de Moysés Lupion; ex-diretor do Banco do Estado, na gestão Joaquim Peixoto-João Simões; membro do Conselho da Caixa de Habitação Popular (segundo F. Magalhães Filho, aquele estaria comprometido com o grupo que o cercava). Abílio Ribeiro não oficializou coligações, mas teve o apoio do PST. Sua candidatura era anti-governamental e anti-situacionismo estadual, fazia campanha principalmente na região central da cidade. Uma ala de seu partido foi contra a sua candidatura e apoiou outro candidato.

Nesta eleição, os paranaenses utilizaram a cédula única. Os eleitores deveriam marcar com uma cruz nos quadriláteros em dois dos cinco nomes na cédula e escrever nas linhas destinadas a deputado federal e estadual os nomes dos candidatos e abaixo os seus respectivos números e legendas. Se o eleitor errasse o número, o que prevaleceria seria o nome do candidato. Depois de o eleitor dobrar a cédula e depositá-la na urna, retornava à Mesa para receber a outra cédula única, para prefeito de Curitiba, a cédula continha os nomes dos candidatos por ordem de registro de candidatura, o procedimento era o mesmo.

Havia uma luta nos bastidores da política para conseguir o primeiro lugar na cédula única. Em princípio a sequência dos nomes dos candidatos ofertados na cédula seria de acordo com a ordem de inscrição da candidatura. Quem ficou com o primeiro nome da lista a candidato a prefeito foi Ivo Arzua, entretanto, o primeiro nome a ser registrado teria sido o do Sr. Léo de Almeida Neves, pelo PTB, que não chegou a concorrer, substituído posteriormente pelo nome de Carlos Alberto Moro, que ficou em segundo lugar na cédula. Estimava-se que segundo estatísticas a primeira colocação proporcionava uma vantagem de 5 a 10% do total do número de votantes no pleito. Curitiba era o maior colégio eleitoral do Estado, a 3ª e 4ª Zonas Eleitorais eram as com maiores números de eleitores qualificados. Portanto, eram intensas as campanhas eleitorais para todos os cargos na Capital. Ficou evidente que a mobilização em geral era em torno das eleições para governo em 1965. Os partidos políticos tinham no total duas horas diárias para propaganda eleitoral em emissoras de televisão e rádio, por 60 dias.

O ex-prefeito e vereador Elias Karam udenista e o ex-candidato à Prefeitura o petebista Luiz Carlos Pereira Tourinho foram candidatos a deputado estadual, porém não foram eleitos. Já os candidatos a deputado estadual, Aníbal Khury (a reeleição) pela

“Frentinha”, o segundo mais bem votado, e os pedecistas João Mansur, eleito, e Vidal Vanhoni, que não conseguiu se eleger (este último fora expulso do PSD).

2.10.2 Dados estatísticos, resultados eleitorais e análise

Essa foi a terceira e última eleição para prefeito de Curitiba na Quarta República. Ainda no sistema de maioria simples Ivo Arzua (PDC) ganhou o pleito com 47,38% dos votos válidos (vide Quadro 2.3; Tabelas 2.27, 2.28, 2.29, 2.30 e 2.31; e Mapa 2.3). Os outros dois candidatos se somados os votos válidos ficariam com 53,62%. Ou seja, mais da metade do eleitorado que compareceu não votou em Arzua, é o grau de representatividade que o sistema de maioria simples proporciona.

A abstenção caiu significativamente comparada com o primeiro pleito, ficou em 16,90%, foi a mais baixa registrada dos três pleitos. Consequentemente a mobilização eleitoral foi a mais expressiva do período, atingiu 83,10%. Isso demonstra que o eleitorado ficou ao longo das três eleições mais participativo, porque as eleições municipais tornaram-se mais importantes e competitivas, tomando o ritmo e a dinâmica das outras eleições.

Os votos em branco ficaram em 3,47% um ligeiro aumento em relação ao índice de 1954. Já os votos nulos aumentaram para 6,69%, foi o maior do período, (este índice foi atribuído à dificuldade que os eleitores encontraram com a inovação da cédula única), além é claro dos recados escritos nas cédulas pelos eleitores insatisfeitos com os candidatos.

Os três candidatos eram estreantes no pleito majoritário, portanto o eleitorado não tinha avaliações dos candidatos no executivo, em função disso os apoios políticos foram fundamentais nas campanhas e decisivos.

A diferença entre os percentuais obtidos, pelo primeiro colocado, Arzua (47,38%), e o segundo, Moro (36,96%), é de 10,42 pontos percentuais, essa distância caracteriza baixa competitividade eleitoral. Este índice sobe porque Ney Braga está mais implicado na candidatura de Arzua e a sua trajetória política está em plena ascensão, demonstrando com isso que o eleitorado está satisfeito com o governo dele.

No jornal Diário do Paraná, Primeiro Caderno, no Fórum Político (1962, p. 3) tem-se uma demonstração de como se divide o eleitorado da Capital paranaense, nas quatro Zonas Eleitorais, e como são configuradas na constatação político-social. As 1ª e 2ª Zonas Eleitorais, que ficam na parte norte da cidade, sendo esta dividida hipoteticamente em duas (norte-sul) em razão das linhas divisórias das Zonas Eleitorais, localiza-se a predominância de moradias das classes média e abastada. A 1ª Zona Eleitoral predomina a classe média, com a gradação

pobre-médio-rico, da periferia para o centro, no entanto, residem muitos proletários. Nas 3ª e 4ª Zonas Eleitorais, parte sul da cidade, estão as classes proletárias “ou em vias de proletarização”. Porém, na 4ª Zona Eleitoral fica o Batel, o bairro mais rico da cidade.

Para o cálculo dos candidatos à Prefeitura, a hipótese era de que na 2ª Zona Eleitoral, com 34.422 eleitores, mesmo com Bacacheri e Vila Tingüi, e a Rua Riachuelo, Ivo Arzua ficaria em primeiro lugar, seguido de Moro e, em terceiro, Abílio. A 3ª Zona Eleitoral, o segundo maior subcolégio eleitoral (39.347), dos bairros Capanema, Cajuru, Bordinhon, etc., era a fortaleza do PTB (porque Iberê de Mattos havia ganhado naquela zona no pleito municipal anterior), portanto Moro ficou em primeiro, Arzua, em segundo, e Abílio em terceiro. A 4ª Zona Eleitoral, dos bairros do Portão, Novo Mundo, Vila Lindóia, Vl. Izabel, Vl. Guaira, Vl. Fany, Xaxim, Santa Quitéria, Seminário, Barigüi, mas também o Batel e o Jardim Centenário, configurava o subcolégio da Capital que reunira o maior eleitorado (40.660), caracterizava um campo aberto para os três candidatos. Nesta Zona Eleitoral Arzua obteria decisiva votação, Moro acreditava que venceria e Abílio esperava obter uma boa votação, e por ser atleticano (Clube Atlético Paranaense) talvez lhe pesasse a favor, mas Ney Braga também era um torcedor ilustre do clube. A 1ª Zona Eleitoral, a com menor número de eleitores (31.200), com a predominância da classe média, dentre pobres e ricos, ficaria difícil uma previsão.

Uma enquête realizada pelo jornal Gazeta do Povo (1962, p. 3) visava conhecer as tendências do eleitorado nas eleições para prefeito e senadores. Aqui, far-se-á uso dos dados e resultados às candidaturas à Prefeitura. Os votantes foram distribuídos em três grupos: “grupo A” – profissionais liberais, tais como médicos, advogados, engenheiros, industriais, comerciantes, estudantes, etc. (a elite); “grupo B” – inclui as classes funcionais, funcionários públicos, militares, etc.; “grupo C” – todas as classes trabalhistas tais como operários, comerciários, ferroviários, etc.; “grupo D” – os eleitores independentes de posição social. Os resultados ficaram assim:

TABELA 2.27 – PESQUISA ELEITORAL POR GRUPOS SOCIO-OCUPACIONAIS

Grupos	ABÍLIO	MORO	IVO
A	18	23	30
B	2	5	3
C	9	5	3
D	3	6	5

FONTE: Gazeta do Povo, 1962.

Com esta descrição objetiva das Zonas Eleitorais de Curitiba é possível fazer análises coerentes nos três pleitos majoritários municipais. As informações ali contidas se confirmam nos resultados da eleição.

Ivo Arzua foi vitorioso em três Zonas Eleitorais, na 1ª, 2ª e na 4ª, perdendo somente na 3ª Zona Eleitoral que era o reduto petebista da classe dos ferroviários. Na eleição para governador em 1960, Ney Braga perdeu para Nelson Maculan (PTB) somente na terceira Zona Eleitoral. Ali o petebista Carlos Alberto Moro ultrapassou Arzua em 583 votos. Moro ficou com 43,55% dos votos nominais daquela Zona Eleitoral e Arzua com 41,55%. Este fato comprovou a tese de que a 3ª Zona Eleitoral era a fortaleza do PTB (ou da esquerda). Na 1ª zona, considerada conservadora por concentrar a classe média e parte de ricos e pobres, estes mais na periferia dos bairros, Arzua foi insuperável, atingiu maioria absoluta, o seu melhor desempenho 51,35% dos votos nominais, em contrapartida, Moro fez o seu menor desempenho 32,65%. Nas descrições das zonas, o jornalista levantava a hipótese de que Ivo Arzua ganhou na 2ª Zona Eleitoral, em razão da predominância das classes sociais que ali habitavam e assim aconteceu, Arzua ficou com 48,76% dos votos e Moro com 37,24, e Abílio em terceiro com 14%. A quarta Zona Eleitoral seria um campo aberto de batalha para os três candidatos, por ser o subcolégio de Curitiba com o maior eleitorado, 40.163 eleitores, equivalente a 27,78% do eleitorado da Capital. Portanto, todos ali teriam chances, porém a direção do voto do curitibano correspondeu à tendência: Arzua em primeiro com 48,7%, Moro em segundo com 33,8%, e Abílio fez aí o seu melhor desempenho com 17,5% dos votos nominais daquela Zona Eleitoral.

QUADRO 2.3 – CANDIDATOS E COLIGAÇÕES – 1962

Candidatos a Prefeito (Partidos)	Partidos e Coligações
IVO ARZUA PEREIRA	PDC– UDN – PL
CARLOS ALBERTO MORO	PTB
ABILIO RIBEIRO	PSD

TABELA 2.28 – DADOS ESTATÍSTICOS, RESULTADOS ELEITORAIS E ANÁLISE INFORMATIVO/ESTATÍSTICO – 1962

Eleitores Aptos Totalizados	144.571	100 %
Votos Válidos	112.921	93,30 %
Votos Nominais	108.721	89,83 %
Votos Brancos	4.200	3,47 %

TABELA 2.28 – DADOS ESTATÍSTICOS, RESULTADOS ELEITORAIS E ANÁLISE INFORMATIVO/ESTATÍSTICO – 1962 (continuação)

Votos Nulos	8.102	6,69 %
Comparecimento	121.023	83,71 %
Abstenção	23.548	16,29 %
Seções Totalizadas	626	100%

FONTE: TRE-PR e COMPOSIÇÃO SOCIAL..., 1962, p. 3.

NOTAS: * Calculado neste trabalho.

** São 119.141 de votantes de Curitiba mais 1.882 de outras seções.

TABELA 2.29 – RESUMO DA VOTAÇÃO DOS CANDIDATOS – 1962

Nº	Candidato	Partido	Coligação	Qtd. Votos	Class.	% Val.	% Comp.
	IVO ARZUA PEREIRA	PDC	PDC– UDN e PL	51.511	1º	45,62	42,56
	CARLOS ALBERTO MORO	PTB	-	40.187	2º	35,59	33,21
	ABILIO RIBEIRO	PSD	-	17.023	3º	15,07	14,06

TABELA 2.30 – RESULTADO POR ZONA ELEITORAL – 1962

ZONAS ELEITORAIS	1ª	2ª	3ª	4ª
CANDIDATOS	124 seções	112 seções	207 seções	183 seções
IVO ARZUA PEREIRA	12.253	12.403	12.106	14.749
CARLOS ALBERTO MORO	7.791	9.472	12.689	10.235
ABILIO RIBEIRO	3.819	3.561	4.343	5.300

FONTE: TRE-PR.

TABELA 2.31 – PERCENTUAIS POR ZONAS ELEITORAIS – % DE VOTOS RECEBIDOS PELOS CANDIDATOS DO TOTAL DE VOTOS NOMINAIS POR Z.E.

Zonas Eleitorais	1ª Z.E. %	2ª Z.E. %	3ª Z.E. %	4ª Z.E. %
CANDIDATOS				
IVO ARZUA	51,35	48,76	41,55	48,7
CARLOS A. MORO	32,65	37,24	43,55	33,8
ABILIO RIBEIRO	16	14	14,9	17,5

2.10.3 Análise e hipóteses da identificação do tipo de voto

Ney Braga desfrutava de enorme prestígio político, tinha sido eleito nas três eleições que disputou, primeiro como prefeito em 1954, depois como deputado federal em 1958, e a última como governador do Estado do Paraná em 1960. Não foi encontrado nos jornais de grande circulação no Paraná nenhuma pesquisa de avaliação de desempenho do governo feitas por Institutos tradicionais, talvez mesmo não fossem realizadas ainda, mas decerto as realizações do prefeito e depois governador foram marcantes para Curitiba e para o Paraná. Portanto, o candidato indicado por Ney Braga a prefeito de Curitiba, Ivo Arzua Pereira, tinha o privilégio de tal aval. A imagem política que Ney Braga construiu nesses mandatos já era suficientemente forte para avalizar outros candidatos. Outro aspecto que é considerável, embora não se tenha nenhuma avaliação de desempenho, o fato de o candidato do governo ser aceito pelo eleitorado confirma a satisfação deste com o desempenho do governo. Caso contrário, o eleitor votaria na oposição (CARREIRÃO, 2002). Dessa forma, um dos fatores decisivos na orientação do voto dos eleitores para prefeito de Curitiba foi a avaliação de desempenho do governador Ney Braga, sejam das suas administrações dos executivos municipal e ou estadual.

Ivo Arzua não tinha atributos políticos pessoais que lhe impedissem de concorrer ou que lhe proporcionasse junto ao eleitorado uma imagem negativa, ou seja, ele estava destituído da imagem do político, que nunca foi das melhores na opinião popular. Os outros dois candidatos tinham o apoio, Moro – de Bento Munhoz, e Abílio – de Moysés Lupion, dois ex-governadores e ex-senadores que estavam em declínio político, senão em queda livre. Fato foi que nenhum se elegeu naquelas eleições de 1962.

Portanto, a eleição de Ivo Arzua a prefeito significava a continuidade às obras e ou administração de Ney Braga, senão, a aprovação de seu governo. Esse traço parece se firmar enquanto característica do eleitorado curitibano, a continuidade.

Para W. Marcelino, Ney Braga ao entrar no PDC teria assumido uma imagem política da democracia cristã, esta se fundamentaria nos princípios político-filosóficos cristãos dos italianos Alcide de Gaspari e de Aldo Moro. E a aproximação de Ney Braga ao Padre jesuíta Pierre Teilhard de Chardin, cientista e teólogo, teria lhe rendido uma imagem de “não-conservador” e “progressista”; e mais a doutrina social do padre Louis-Joseph Lebret (dirigiu o Plano Diretor de São Paulo em 1957, pela Sagmacs – Sociedade para Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais), voltada a ações econômicas e humanistas, associada ao plano Agache de urbanismo (Alfredo Agache, arquiteto, de grande atuação no

Rio de Janeiro, que propôs em 1942 o primeiro plano para Curitiba), dava a Administração dos governos de Braga as perspectivas de urbanismo e de desenvolvimento social. (MARCELINO, 2008; OLIVEIRA, 2002).

MAPA 2.3 – RESULTADO DAS PRINCIPAIS OPÇÕES POLÍTICAS DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE CURITIBA EM 1962 – DISTRIBUÍDOS POR ZONAS ELEITORAIS

BAIRROS:

- 01- CENTRO
- 02- SÃO FRANCISCO
- 03- CENTRO CÍVICO
- 04- ALTO DA GLÓRIA
- 05- ALTO DA RUA XV
- 06- CRISTO REI
- 07- JARDIM BOTÂNICO
- 08- REBOUÇAS
- 09- ÁGUA VERDE
- 10- BATEL
- 11- BIGORRILHO
- 12- MERCÊS
- 13- BOM RETIRO
- 14- AHÚ
- 15- JUVENVÊ
- 16- CABRAL
- 17- HUGO LANGE
- 18- JARDIM SOCIAL
- 19- TARUMÁ
- 20- CAPÃO DA IMBUIA
- 21- CAJURU
- 22- JARDIM DAS AMÉRICAS
- 23- GUABIROTUBA
- 24- PRADO VELHO
- 25- PAROLIN
- 26- GUAÍRA
- 27- PORTÃO
- 28- VILA IZABEL
- 29- SEMINÁRIO
- 30- CAMPINA DO SIQUEIRA
- 31- VISTA ALEGRE
- 32- PILARZINHO
- 33- SÃO LOURENÇO
- 34- BOA VISTA
- 35- BACACHERI
- 36- BAIRRO ALTO
- 37- UBERABA
- 38- HAUER
- 39- FANNY
- 40- LINDÓIA
- 41- NOVO MUNDO
- 42- FAZENDINHA
- 43- SANTA QUITÉRIA
- 44- CAMPO COMPRIDO
- 45- MOSSUNGUÊ
- 46- SANTO INÁCIO
- 47- CASCATINHA
- 48- SÃO JOÃO
- 49- TABOÃO
- 50- ABRANCHES
- 51- CACHOEIRA
- 52- BARREIRINHA
- 53- SANTA CÂNDIDA
- 54- TINGUI
- 55- ATUBA
- 56- BOQUEIRÃO
- 57- XAXIM
- 58- CAPÃO RASO
- 59- ORLEANS
- 60- SÃO BRAZ
- 61- BUTIATUVINHA
- 62- LAMENHA PEQUENA
- 63- SANTA FELICIDADE
- 64- ALTO BOQUEIRÃO
- 65- SÍTIO CERCADO
- 66- PINHEIRINHO
- 67- SÃO MIGUEL
- 68- AUGUSTA
- 69- RIVIERA
- 70- CAXIMBA
- 71- CAMPO DE SANTANA
- 72- GANCHINHO
- 73- UMBARÁ
- 74- TATUQUARA
- 75- CIDADE INDUSTRIAL

IVO ARZUA: 51,35 %
MORO: 32,65%
ABÍLIO RIBEIRO: 16,00 %

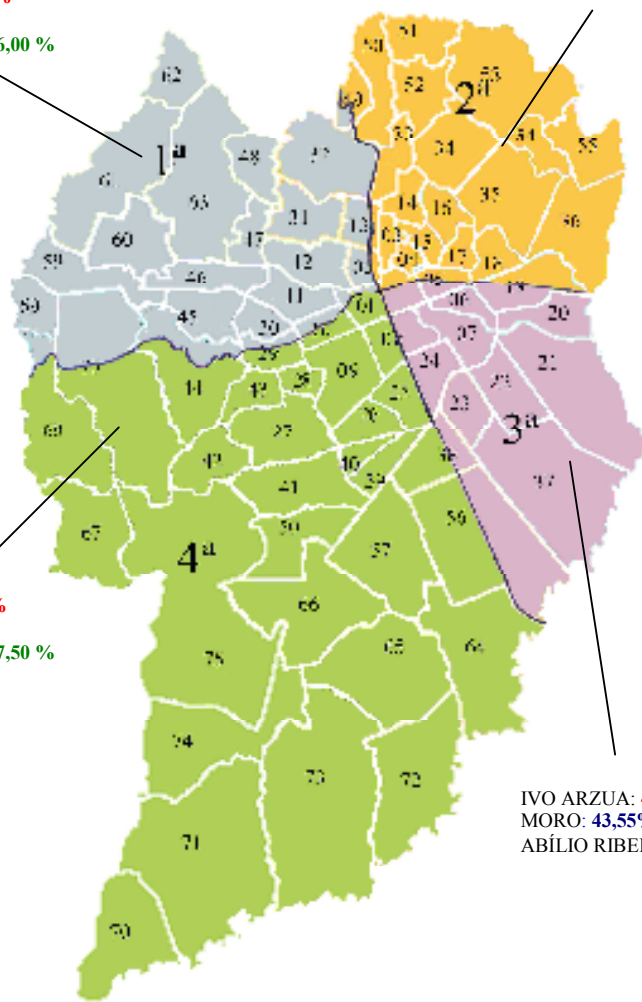
IVO ARZUA: 48,76 %
MORO: 37,24 %
ABÍLIO RIBEIRO: 14,00 %

IVO ARZUA: 48,70%
MORO: 33,80%
ABÍLIO RIBEIRO: 17,50 %

IVO ARZUA: 41,55 %
MORO: 43,55%
ABÍLIO RIBEIRO: 14,90 %

LEGENDA:

- LINHA DIVISÓRIA DOS BAIRROS
- LINHA DIVISÓRIA DAS ZONAS ELEITORAIS



2.11 AS ELEIÇÕES PROPORCIONAIS DE 1963

2.11.1 Contexto das eleições para vereadores à Câmara Municipal de Curitiba de 1963

O cenário nacional estava politicamente conturbado, o Brasil passava por uma crise política sem precedentes. João Goulart (PTB) era o Presidente da República, que consegue submeter a forma de governo parlamentarista ao plebiscito a seis de janeiro de 1963, o presidencialismo é restabelecido, pondo fim ao curto e conturbado período de parlamentarismo que viveu o Brasil. Em outubro seriam realizadas as eleições municipais em 118 municípios paranaenses, sendo que na Capital do Estado seria apenas para renovação da Câmara Municipal de Vereadores. Foram as últimas eleições municipais antes do golpe militar de abril de 1964 instituindo o Regime Militar e na sequência o bipartidarismo.

O governador do Estado do Paraná era Ney Braga, eleito em três de outubro de 1960 pela coligação PDC–PL, desfrutava de grande prestígio político e tornava-se forte puxador de votos. Nas eleições de 1962, Ney Braga e o seu partido PDC foram os grandes vitoriosos. O líder político do Paraná conseguiu emplacar seu candidato a prefeito Ivo Arzua, com a coligação PDC–UDN–PL, na Câmara dos Deputados o PDC conquistou seis representações, a coligação PTN–PDC–UDN nove, e o PTB elegeu 10 deputados. Na Assembleia Legislativa o PDC e o PTB com 12 cadeiras cada, a UDN oito, o PSD sete e a coligação PRP–PTN–PST–PR–PSP–MRT com seis cadeiras.

Os dois partidos mais fortes daquele momento político do Paraná, o PDC e o PTB, como não poderiam ser diferentes, acabaram transferindo para a esfera municipal essa disputa política. Nesse pleito de seis de outubro de 1963, o PDC e o PTB ficaram empatados com quatro cadeiras cada; o PSD com três; os partidos PL, UDN e PTN com duas cadeiras cada, e o PR e FRT (a “Frentinha”) com uma representação cada. A posse dos vereadores eleitos foi realizada em 19.12.1962.

Os presidentes da Câmara Municipal de Vereadores de Curitiba na Quinta Legislatura foram: Elias Karam (1963), Erondy Silvério (1965 e 1966), Acyr Hafez José (1967 e 1968) (MARTINS, 1999).

2.11.2 Resultados eleitorais e dados estatísticos

TABELA 2.32 – CANDIDATOS ELEITOS À CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA – 1963

PARTIDOS	CANDIDATOS ELEITOS	VOTAÇÃO	%	%	SITUAÇÃO
			VOTOS VÁL.*	VOTOS COMP.*	
PSD	Erondy Silvério	2.508	2,19	2,08	Reeleito
PSD	Manoel Cursino dias Paredes	1.923	1,68	1,59	Eleito
PSD	José Maria de Azevedo	1.542	1,34	1,28	Reeleito Méd. 3ª
PTB	Dino Gasparin	2.300	2,01	1,90	Eleito
PTB	Flavio Horizonte da Costa	1.685	1,47	1,39	Eleito
PTB	Arlindo Ribas de Oliveira	1.569	1,37	1,30	Reeleito
PTB	Elias Jorge	1.502	1,31	1,24	Eleito Méd. 5ª
PDC	Rosalino Maziotti	2.446	2,13	2,02	Eleito
PDC	Fabiano Braga Cortes	2.067	1,80	1,71	Eleito
PDC	Luciano Leprete Frega	1.311	1,14	1,08	Eleito
PDC	Feliciano Berlamino Schier	1.105	0,96	0,91	Eleito Méd. 1ª
PSP	Ivo Moro	998	0,87	0,83	Reeleito
PL	João Derosso	1.275	1,11	1,05	Eleito
PL	Alvir Jareski	1.197	1,04	0,99	Eleito Méd. 2ª
UDN	Elias Karam	1.740	1,52	1,44	Reeleito
UDN	Jobar Cassou	1.336	1,17	1,11	Eleito Méd. 6ª
PR	Menotti Caprilhone	1.114	0,97	0,92	Reeleito
FRT	Carlos de Vince Losso	1.379	1,20	1,14	Eleito
PTN	Acyr Hafez José	1.707	1,49	1,41	Eleito
PTN	João Lothario Betega	1.105	0,96	0,91	Eleito Méd. 4ª

TABELA 2.33 – INFORMATIVO/ESTATÍSTICO – 1963

Eleitores Aptos Totalizados	155.505	100 %
Nº de Candidatos	223	100 %
Vagas (A)	20	100 %
Eleitores Aptos Totalizados	155.505	100 %
Quociente Eleitoral	5.732	(B+C+D)/A
Votos Válidos (B+C+D)	114.652	94,86 %
Votos de Legenda	110.228	96,14 %
Votos puramente de Legenda (B)*	488	0,43 %
Votos Nominais (C)*	109.747	95,72 %
Votos Brancos/Proporcionais (D)	4.424	3,86 %
Votos Nulos / Proporcionais	6.213	5,14 %
Comparecimento / Apurados	120.865**	77,72 %
Abstenção	34.640	22,28 %
Seções Totalizadas	725	100 %

FONTE: TRE-PR (APPR).

* Calculados para este trabalho.

** São 120.167 de Curitiba, mais 698 votantes de outras seções.

A Câmara Municipal foi composta da seguinte forma: PTB e PDC com quatro cadeiras cada; o PSD com três; o PL, PTN e UDN com duas cada, e o PR, PSP e FRT (A Frentinha) com uma cadeira cada (vide Tabelas 2.32, 2.33, 2.34 e 2.35)

O eleitorado curitibano para as eleições de 1963 era de 155.505 eleitores. Foram nove partidos que concorreram, com o total de 223 candidatos disputando as 20 vagas de vereadores, e todos conquistaram seu quinhão. Houve seis reeleições. Foi a mais baixa votação nominal/legenda da Quarta República nas eleições municipais da Capital do Estado, 96,14%.

A mobilização eleitoral foi inferior à eleição anterior, mas superior às demais, ficando em 77,72%, portanto a abstenção foi de 22,28%. Os votos em branco foram os maiores registrados no período, 3,86% e a porcentagem de votos nulos foi a mais alta registrada 5,14%. Mesmo com esses índices elevados essa eleição apresentou a segunda maior competitividade eleitoral, 1,58 pontos percentuais de diferença entre os partidos mais bem votados, a saber, entre PDC e PTB.

O desempenho do partido governista, PDC, este cresceu em número de cadeiras a partir das eleições de 1955, teve o melhor desempenho eleitoral dessas eleições com 21.467 votos válidos, conquistando quatro cadeiras na Câmara Municipal, sendo uma pela maior

média na primeira redistribuição. Nesta vaga foi eleito Feliciano Schier com o voto mínimo de 1.105 votos, dentre os eleitos do partido, com essa votação ficou com 75,58% da média dos eleitos, e com a proporção de 19,28% do quociente eleitoral. Esse candidato teria sido o que levou mais vantagem nesse pleito pelo sistema proporcional, juntamente com o candidato do PTN eleito pelas sobras. O PDC não teve nenhuma reeleição, apresenta uma bancada renovada. O ex-vereador e ex-petebista João Stival tentou a reeleição pelo PDC, mas ficou em segundo na suplência.

O partido oposicionista, PTB, obteve o segundo melhor desempenho com 17,14% dos votos válidos, conquistou também quatro vagas, mantendo o número de representantes, a última vaga foi pela média na 5ª redistribuição, elegendo Elias Jorge com a votação de 1.502 votos. Esta votação mínima ficou acima da média dos eleitos (102,73%), e com o a maior proporção do quociente eleitoral, 26,20%, o que implicou em desvantagem ao PTB nas chances de um candidato se eleger pelas sobras, ou seja, este eleito com a votação mínima do partido ficou com uma média alta em relação aos outros partidos para conseguir se eleger. O PTB teve uma reeleição a de Arlindo Ribas de Oliveira, e os candidatos-vereadores Victorio José Roda e Aldo Schmind tentaram a reeleição, mas ficaram com as respectivas suplências quarta e quinta.

O PSD embora tenha obtido a terceira melhor votação, com 13,46% dos votos válidos, perdeu duas cadeiras, ficou com três, uma conquistada na terceira maior média, reelegendo José Maria de Azevedo, com a votação mínima do partido de 1.542 votos. Com essa média ficou com 99,31% da média dos eleitos e a proporção de 25,33% do quociente eleitoral, portanto este candidato apresentou a segunda menor chance de se eleger. Outra reeleição foi a do candidato-vereador Erondy Silvério, o mais bem votado desse pleito. Dos que tentaram a reeleição, a professora Maria Clara Brandão Tesserolli ficou com primeira suplência e Marcos Bertoldi ficou com a quinta. O trãnsfuga Guilherme Cléo Biassi tentou a reeleição pelo PTN, ficou em primeiro na lista de suplentes.

A UDN, obtendo 8,26% dos votos, ganhou mais uma representação na última redistribuição, ficando com duas, elegendo nesta o securitário Jobar Cassou com 1.336 votos. Este mínimo de votos foi 91,38% da média dos eleitos e 23,31% do quociente eleitoral. Elias Karam foi reeleito e Jurandir de Azevedo e Silva ficou com o 6º lugar na suplência.

O PL manteve as duas cadeiras, com 9,07% dos votos, obteve a última vaga na segunda redistribuição, elegendo Alvir Jareski com 81,87% da média dos eleitos e a proporção do quociente eleitoral de 20,88%. A outra vaga ficou com João Derosso, personagem que faria história nas reeleições à Câmara Municipal. O primeiro da lista de

suplentes do PL foi Luiz Renato Malucelli. Diógenes Dacheux Stori tentou a reeleição pela FRT, ficando na segunda posição da suplência.

O PTN pela primeira vez elegeu representantes à Câmara de Vereadores de Curitiba, com 8,75% dos votos válidos. A segunda vaga foi obtida na 4ª maior média, elegendo João Lothario Betega, com 75,58% da média dos eleitos e a proporção de 19,28% do quociente eleitoral. Esses dois índices foram iguais aos do PDC, porque coincidiu a votação mínima dos dois candidatos dos partidos, porém a maior vantagem, guardada a proporção, foi do PTN, que só havia eleito um candidato pelo quociente partidário, enquanto o PDC, três.

Os partidos PSP, PR e FRT não tiveram média para receber vagas na distribuição das sobras. Pelo PSP se reelegeu Ivo Moro, com a menor votação do pleito (998 votos). Dois ex-vereadores tentaram reeleição por este partido, Edward de Menezes Caldas (o “Carioca”), ficando na segunda posição na lista de suplência, e Boanerges Marquesi Sobrinho (ambos eleitos em 1951). Pelo PR também se reelegeu Menotti Caprilhone. E por fim, pela FRT, foi eleito Carlos de Vince Losso.

Na concorrência entre os partidos mais fortes do Paraná, o partido governista PDC, com todo o apoio das máquinas dos governos, do Estado, com Ney Braga e da prefeitura, com Ivo Arzua, levou vantagem nessas eleições. Embora o PDC tenha ficado empatado com PTB em número de cadeiras nas bancadas, o seu desempenho nas urnas é ligeiramente superior ao do PTB. O PDC cresceu com o seu líder político Ney Braga, ampliou suas representações ficando majoritário juntamente com o PTB nessas eleições. O PTB se manteve estável, em contrapartida o PSD e o PR perderam representações e a UDN deu o seu último suspiro conquistando uma cadeira a mais.

TABELA 2.34 – DADOS E VOTAÇÕES – 1963

Coligações Legendas	Nº Cand.	Votos Nominais Partidos*	% Vál. Nom.*	Votos de Legenda*	% Leg.*	Cadeiras	Votos Totais	% Válidos*
PSD	26	15.399	13,43	38	0,033	03	15.437	13,46
PTB	26	19.508	17,02	140	0,122	04	19.648	17,14
PTN	26	10.020	8,74	8	0,007	02	10.028	8,75
PDC	26	21.388	18,66	79	0,069	04	21.467	18,72
PSP	26	8.029**	7,00	-	-	01	8.029**	7,00
PL	22	10.395	9,07	4	0,003	02	10.399	9,07
UDN	19	9.254	8,07	213	0,186	02	9.467	8,26

TABELA 2.34 – DADOS E VOTAÇÕES – 1963 (continuação)

Coligações Legendas	Nº Cand.	Votos Nominais Partidos*	% Vál. Nom.*	Votos de Legenda*	% Leg.*	Cadeiras	Votos Totais	% Válidos*
PR	26	8.120	7,08	3	0,003	01	8.123	7,08
FRT	26	7.634	6,66	3	0,003	01	7.637	6,66

FONTE: TRE-PR

NOTA: * Calculados neste trabalho

** recalculado para este trabalho

2.11.3 Análise da base de dados e dos resultados

TABELA 2.35 – VOTAÇÃO MÉDIA E MÍNIMA DE VOTOS DOS CANDIDATOS ELEITOS À CÂMARA DE VEREADORES DE CURITIBA (QUOCIENTE ELEITORAL = 5.732) – 1963

Partidos	Cadeiras	Votação Média (Eleitos)*	Mínimo de Votos dos Eleitos	Distância entre Média e Mínimo (%)*	Proporção Mínimo Votos => Q.E. (%)*
PSD	03	1.991	1.452	99,31	25,33
PTN	02	1.406	1.105	75,58	19,28
PTB	04	1.764	1.502	102,73	26,20
PDC	04	1.732	1.105	75,58	19,28
PSP	01	998	998	68,26	17,41
PL	02	1.236	1.197	81,87	20,88
UDN	02	1.538	1.336	91,38	23,31
PR	01	1.114	1.114	76,20	19,43
FRT	01	1.379	1.379	94,32	24,06
Total/Média	20	1.462			

3. CONCLUSÕES ACERCA DAS ELEIÇÕES NA QUARTA REPÚBLICA (1945 A 1964)

3.1 AS ELEIÇÕES PARA PREFEITOS (1954 -1962)

QUADRO 3.1 – RESUMO DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE CURITIBA / 1954 – 1962

ANO	1954	1958	1962
Prefeitos eleitos	NEY BRAGA	IBERÊ DE MATTOS	IVO ARZUA
Partidos	Coligação PSP–PR	PTB	PDC
Evolução do eleitorado	97.240	104.213	144.571
Votos	29,96	34,82	45,62
Válidos %			
Mobilização Eleitoral %	66,03	93,01	83,71
Competitividade Eleitoral	11,04	6,06	10,42
Abstenção %	33,97	6,98	16,29
Votos em Branco %	3,32	3,37	3,47
Votos Nulos %	1,14	4,26	6,69
Hipóteses Comportamento Eleitoral	Candidato dos governos municipal e Estadual; Imagem positiva do candidato;	Voto na oposição (centro-esquerda), voto ideológico; imagem partidária	Candidato do governo Ney Braga, e sua avaliação de desempenho; continuidade;

FONTE: TRE-PR.

Nas três eleições para prefeito de Curitiba que ocorreram na Quarta República, o que caracterizou o sistema eleitoral foi a regra da eleição pela maioria simples, um sistema democrático ainda frouxo de acordo com as votações obtidas pelos eleitos. Ney Braga, o primeiro a ser eleito pelo voto direto atingiu apenas 29,96% dos votos válidos em 1954, o petebista Iberê de Mattos, atingiu 34,82% em 1958, e o pedecista Ivo Arzua, com 45,62% dos votos em 1962, foi o que obteve a maior votação do período. Os três candidatos eleitos a prefeito não atingiram percentuais que ultrapassassem os 50% mais um. Embora a regra não fosse de maioria absoluta, isso quer dizer claramente que os três prefeitos eleitos na redemocratização não representaram nem a metade dos eleitores, o que caracterizou ainda uma democracia frouxa (vide Quadro Resumo 5.5.), em termos de representação.

Em 1954, Ney Braga teria sido eleito pela dispersão de votos entre os partidos, se o PTB tivesse se mobilizado poderia ter ganhado as eleições; Ney Braga não se filiou ao PR, partido do governador e cunhado, Bento Munhoz, preferiu ficar sem filiação partidária e

candidatar-se pela coligação PPS-PR. Nenhum dos partidos conservadores (PSD e UDN), com exceção do PR que estava coligado, conseguiu emplacar o seu candidato a prefeito sem coligações.

Observa-se que, na eleição de 1954, os principais partidos não atraíram os eleitores; ao contrário os partidos progressistas PSP e PST foram os dois primeiros colocados, o PSD obteve a terceira posição. Entretanto, o que pesou na determinação do voto, foram as imagens dos candidatos, tanto de Ney Braga, pela coligação PSP-PR, quanto de Wallace de Mello, PST; estes estariam em legendas pouco expressivas. Embora o PR de Bento Munhoz tivesse força no Paraná, e fosse o partido governista naquele momento e tenha tido sua parcela de influência, não era a legenda mais forte no Paraná e no Brasil. Ney Braga venceu nas quatro Zonas Eleitorais, mas foi na terceira Zona Eleitoral que recebeu menos votos e onde o expetebista, Wallace de Mello, pelo PST, fez a menor diferença de votos válidos, 5,86 pontos percentuais em relação a Ney Braga. Esse fato demonstra o destaque da base eleitoral do PTB (ou da esquerda) e a dificuldade dos candidatos da situação ou da direita em conquistar votos naquela Zona Eleitoral que concentrava os ferroviários. Por outro lado, as 1ª e 2ª Zonas Eleitorais, registravam a superioridade dos conservadores, da direita. A 4ª Zona Eleitoral, a maior delas, e que concentrava e concentra os bairros mais pobres, tornou-se um reduto decisivo entre os principais candidatos.

Ficou evidente nessas eleições para prefeito de Curitiba, no período investigado, o surgimento do político Ney Braga, com a sua vitória na primeira eleição pelo voto direto para prefeito da Capital paranaense em 1954, com o apoio do então cunhado, governador Bento Munhoz da Rocha Netto.

Nas eleições de 1958, evidencia-se a ascensão do PTB, com a vitória do prefeito Iberê de Mattos, sem coligação. Foi o pleito com a maior competitividade eleitoral do período, os partidos conservadores. O PDS, coligado com o PST, e a UDN, coligada com PSP-PR, este último não oficialmente, não conseguiram eleger seus candidatos. A eleição do candidato do PTB, Iberê de Mattos, representou a mudança no governo municipal, senão a sua alternância no poder. Foi o efeito da onda getulista após o suicídio. O pleito caracterizou-se, em termos de comportamento eleitoral e resultados, pelas maiores mobilização e competitividade eleitorais, e, em contrapartida, pelo menor índice de abstenção registrado no período. O eleitorado votou na oposição aos governos conservadores de Moysés Lupion (PDS), que apoiava o candidato Wallace de Mello, e do prefeito licenciado, Ney Braga, e seu candidato Aristides Simão (PDC-PL). Nesse pleito confirma-se a superioridade do PTB, enquanto oposição e esquerda, sobretudo, na terceira Zona Eleitoral de Curitiba e sua votação

expressiva na 4ª Zona Eleitoral, na região sul de Curitiba, com população economicamente mais desfavorecida.

Em 1962, Ney Braga conseguiu eleger o seu candidato Ivo Arzua pelo PDC, coligado com a UDN e PL, com a maior votação obtida no período, 45,62% dos votos válidos. A eleição de Ivo Arzua demonstrou e significou a determinação e o poder de Ney Braga na política paranaense na Quarta República. Ney Braga finaliza o período consagrado como um líder político paranaense, o que teria repercussões nos períodos subsequentes. O crescimento de partidos “ideológicos”, como o PDC, no Paraná deveu-se à participação de Ney Braga e de Jânio Quadros.

A condição de incerteza eleitoral levou os partidos tradicionais a se coligarem nas eleições majoritárias, os três pleitos para prefeito coincidiram com eleições para o Senado, Câmara de Deputados e Assembleia Legislativa estadual, mas as coligações não mantiveram as mesmas composições.

Dos principais partidos somente o PTB ganhou uma eleição sozinho (1958), nas outras duas eleições os prefeitos foram eleitos com coligações, com vitórias indiretas para os partidos conservadores, o PR coligado com o PSP (1954) e a UDN coligada com o PDC e PL em 1962. Ou seja, com os resultados das eleições para prefeito de Curitiba pode-se confirmar que os partidos conservadores tradicionais não obtiveram vitórias diretas. Com os resultados eleitorais fica evidente a dispersão eleitoral entre os três principais partidos (PSD, UDN e PTB) e pode ser incluído no caso do Paraná, mais precisamente em Curitiba, o PDC, que em princípio seria um partido ideológico, mas que vai, com Ney Braga, se realinhar a dois partidos conservadores, primeiramente ao PL e posteriormente à UDN nas eleições.

O PTB foi o partido que marcou uma alternância, embora relativa, pois foram somente três pleitos, não demarcando um ciclo mais efetivo, constante; essas eleições demonstraram, porém, o nascimento e a consagração política de Ney Braga, pelo PDC. Portanto, tem-se a ausência de vitória no âmbito do executivo municipal dos dois principais partidos conservadores (PSD e UDN) e o último suspiro do PR em 1954, em função do apoio do governador Bento Munhoz, e a vitória do PTB registrando o crescimento do partido trabalhista na capital paranaense.

3.2 DAS ELEIÇÕES PARA VEREADORES (1947-1963)

Nas eleições de 1947 à Câmara Municipal de Vereadores de Curitiba observa-se que o PTB já sai vitorioso nas urnas, com quatro cadeiras conquistadas pelo quociente partidário e,

por ser majoritário, ficou com mais cinco vagas que sobraram, de acordo com o sistema eleitoral vigente. (Acompanhar os desempenhos dos partidos nos Quadros 3.2 e 3.3).

No pleito de 1951 o PTB manteve a sua hegemonia eleitoral, obteve o maior número de cadeiras pelo sistema mais justo ou democrático de distribuição de sobras pela maior média, ficou com cinco vereadores eleitos. Nas eleições seguintes o PTB ficou em segundo lugar, perdendo para o PSD, ficou registrado o declínio do partido em 1955 (a distorção que agravaria o declínio se deveu em razão do sistema e sobras aplicado em 1947), quando conquista apenas três cadeiras, e ampliando para quatro em 1959, repetindo esse resultado nas eleições de 1963, quando empatou com o PDC de Ney Braga, que tinha elegido Ivo Arzua em 1962, com quatro representações cada partido. Não obstante o leve declínio de representações, o PTB permaneceu como o partido mais bem votado do período. Levou vantagem em todos os pleitos nas distribuições proporcionais pelas médias. Nos dois primeiros pleitos do período, o PTB foi superior em votação aos partidos tradicionais conservadores, ao PSD, à UDN e ao PR, nas três últimas eleições ficou em segundo lugar na votação, perdendo para o PSD e, em 1963, para o PDC.

O PSD de Moysés Lupion ficou em segundo lugar na conquista de cadeiras, 18 representações no total, e foi também o segundo partido mais bem votado no período; registra um leve crescimento no período, obteve três cadeiras em 1947, mantém as três representações em 1951, amplia para quatro, em 1955, e cinco, em 1959, momento que teria sido o seu auge na Câmara Municipal de Curitiba, nesses pleitos obtém as maiores vantagens na diferença entre cadeiras e votos na distribuição das sobras (6,04 pontos percentuais); em 1963 cai novamente para três vereadores eleitos.

A UDN ficou em terceiro lugar com 12 cadeiras conquistadas no período, não obstante, ter sido o quinto partido mais bem votado; conquistou três cadeiras em 1947, permanecendo com esse número até as eleições de 1955, quando atinge a maior vantagem na diferença entre votos e cadeiras, e demonstrando seu declínio conquistando apenas uma cadeira em 1959, e o último suspiro em 1963 obteve duas representações.

O PR, partido do governador Bento Munhoz da Rocha Netto, considerado um partido forte no Paraná, o quarto melhor em votação, também obteve um total de 12 representações no período ficando empatado com a UDN, na eleição de 1947 ficou com duas vagas, dobrou suas representações em 1951, partido governista, pois Bento havia sido eleito em 1950. A partir de 1955 o PR entra em declínio, conquista três cadeiras e em 1959, cai para duas, e em 1963, para uma. Entretanto, levou vantagem na diferença entre cadeiras e votos na maioria dos pleitos, ficou com saldo negativo, na diferença entre cadeiras e votos, somente em 1963.

O PDC de Ney Braga, partido que disputou somente três das cinco eleições municipais proporcionais, ficou com a quarta posição no *ranking* de representações com um total de nove vereadores eleitos no período, o partido obteve a terceira melhor votação ao longo do período; entra nas disputas em 1955 conquistando duas vagas e tem um ligeiro crescimento, demonstrando trajetória de ascensão, conquista três cadeiras em 1959, e quatro em 1963, depois da eleição de Arzua em 1962. Também registrou pequenas vantagens na diferença entre cadeiras e votos no sistema proporcional.

Os demais partidos, o PSP ficou com a quinta posição, elegeu oito vereadores no período, e ficou como o sexto mais bem votado no período, começou com duas representações em 1951, amplia para três em 1955 e a partir daí declina elegendo apenas um vereador nas eleições de 1963. O PL que conquistou sete representações ao longo das eleições, ficou em sétimo na classificação de votação, nos pleitos de 1947, 1951 e 1955 obteve somente uma cadeira em cada, e nos pleitos de 1959 e 1963 ampliou para duas em cada. O PST conquistou apenas três cadeiras em duas eleições, uma em 1947 e duas em 1951. Nas eleições de 1955 e 1959 não atingiu o quociente eleitoral e em 1963 já nem participou. Os partidos menores, PRP, PRT, PTN e FRT foram os últimos colocados em representações e votação. O PRP participou de quatro eleições conquistou apenas uma vaga em 1947. O PRT participou das eleições de 1955 e 1959, elegeu apenas um vereador em cada uma. O PTN participou de quatro eleições, mas elegeu somente um representante em 1963. O FRT concorreu apenas em 1963 e elegeu um vereador.

QUADRO 3.2 – RESULTADOS DAS PRINCIPAIS OPÇÕES POLÍTICAS PARA VEREADORES (1947-1963)

Eleições	1947			1951			1955			1959			1963			Σ cadeiras
	Votação	Vv%	C	Votação	Vv%	C	votação	Vv%	C	votação	Vv%	C	votação	Vv%	C	
PTB	6.002	21,17	09	8.490	21,27	05	9.292	12,86	03	17.633	17,73	04	19.648	17,14	04	27
PSD	5.076	17,90	03	4.952	12,40	03	10.088	13,96	04	20.473	20,59	05	15.437	13,46	03	18
UDN	4.591	16,19	03	5.178	12,97	03	7.062	9,77	03	6.611	6,65	01	9.467	8,26	02	12
PR	3.250	11,46	02	6.891	17,26	04	8.701	12,04	03	7.649	7,69	02	8.123	7,08	01	12
PST	2.519	8,89	01	3.502	8,77	02	3.269	4,52	-	2.631	2,65	-	-	-	-	03
PL	2.131	7,52	01	2.299	5,76	01	3.927	5,43	01	8.385	8,43	02	10.399	9,07	02	07
PRP	2.072	7,31	01	1.874	4,69	-	3.581	4,95	-	3.828	3,85	-	-	-	-	01
PSP	1.330	4,69	-	3.877	9,71	02	8.002	11,07	03	8.329	8,38	02	8.029	7,00	01	08
PDC	-	-	-	-	-	-	6.755	9,35	02	12.160	12,23	03	21.467	18,72	04	09
PRT	-	-	-	-	-	-	4.338	6,00	01	6.086	6,12	01	-	-	-	02
PTN	-	-	-	1.745	4,37	-	3.409	4,72	-	3.906	3,93	-	10.028	8,75	02	02
FRT	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.637	6,66	01	01
Vot. Vál.	28.350 (98,38%)			39.924 (98,01%)			72.280 (99,35%)			99.438 (98,39%)			114.652 (94,86%)			Vot. Vál.
Censo	46.949			63.967			95.599			115.261			155.505			Censo
Quociente Eleitoral	1.417			1.996			3.614			4.971			5.732			Quociente Eleitoral
V. Brancos%	1,96			2,33			3,73			1,76			3,86			V. Brancos%
V Nulos%	1,61			1,99			0,65			1,61			5,14			V Nulos%
Mob. Eleitoral%	63,00			63,68			76,10			87,68			77,72			Mob. Eleitoral%
Nº de Candidatos	179			218			285			264			223			Nº de Candidatos

QUADRO 3.2 – RESULTADOS DAS PRINCIPAIS OPÇÕES POLÍTICAS PARA VEREADORES (1947 -1963) (continuação)

Eleições	1947			1951			1955			1959			1963			Σ cadeiras
	Votação	Vv%	C	Votação	Vv%	C	votação	Vv%	C	votação	Vv%	C	votação	Vv%	C	
Abstenção%	39,64			36,32			23,90			12,31			22,28			Abstenção%
Competitividade eleitoral	3,27			4,01			1,10			2,86			1,58			Competitividade eleitoral
V. Nominais%	95,27			95,68			96,27			98,13			95,72			V. Nominais%
V. Legenda%	0,46									0,055			0,43			V. Legenda%
Vagas	20			20			20			20			20			Vagas

FONTE: TRE-PR

QUADRO 3.3 – DIFERENÇAS ENTRE PORCENTAGENS DE CADEIRAS (C) E VOTOS (V) DOS PRINCIPAIS PARTIDOS NA CÂMARA DE VEREADORES DE CURITIBA NO PERÍODO DA REDEMOCRATIZAÇÃO (1947 – 1963)

Partidos	1947			1951			1955			1959			1963		
	C % *	V %	C-V *	C % *	V %	C-V *	C % *	V %	C-V *	C % *	V %	C-V *	C % *	V %	C-V *
PTB	45,00	21,17	23,83	25,00	21,27	3,73	15,00	12,86	2,14	20,00	17,73	2,27	20,00	17,14	2,86
PSD	15,00	17,90	-2,9	15,00	12,40	2,60	20,00	13,96	6,04	25,00	20,59	4,41	15,00	13,46	1,54
UDN	15,00	16,19	-1,19	15,00	12,97	2,03	15,00	9,77	5,23	5,00	6,65	-1,65	10,00	8,26	1,74
PR	10,00	11,46	-1,46	20,00	17,26	2,74	15,00	12,04	2,96	10,00	7,69	2,31	5,00	7,08	-2,08
PST	5,00	8,89	-3,89	10,00	8,77	1,23	-	4,52	-	-	2,65	-	-	-	-
PL	5,00	7,52	-2,52	5,00	5,76	-0,76	5,00	5,43	-0,43	10,00	8,43	1,57	10,00	9,07	0,93
PRP	5,00	7,31	-2,31	-	4,69	-	-	4,95	-	-	3,85	-	-	-	-
PSP	-	4,69	-	10,00	9,71	0,29	15,00	11,07	3,93	10,00	8,38	1,62	5,00	7,00	-2,00
PTN	-	-	-	-	4,37	-	-	4,72	-	-	3,93	-	10,00	8,75	1,25
PDC	-	-	-	-	-	-	10,00	9,35	0,65	15,00	12,23	2,77	20,00	18,72	1,28
PRT	-	-	-	-	-	-	5,00	6,00	-1,00	5,00	6,12	-1,12	-	-	-
FRT	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5,00	6,66	-1,66

FONTE: TRE-PR

NOTA: * Calculados neste trabalho

PARTE – II

4 A QUINTA REPÚBLICA (1964-1985): O REGIME MILITAR

O segundo período denominado de Regime Militar, ou Ditadura pós-64, compreende os anos de 1964 a 1985. Em 31 de março de 1964, cai o regime democrático no Brasil por meio de um golpe militar, apoiado pela ala conservadora da classe política dominante do País interessada em ampliar o poder na esfera política.

Jânio Quadros, eleito presidente da República pelo PDC a 3 de outubro de 1960, renunciou e seu vice, João Goulart, eleito pelo PTB, assumiu a presidência., Jango foi deposto pelo Movimento Cívico de Reabilitação Nacional, liderado pelo governador mineiro José Magalhães Pinto, “contra as ameaças à legalidade promovidas pelo presidente da República” (HELLER; DUARTE, 2000), na data do golpe. O marechal Castello Branco foi eleito pelo Congresso Nacional o primeiro presidente dessa ditadura.

A ditadura militar baixou os Atos Institucionais que mudaram as dinâmicas e formas das eleições e os destinos dos políticos. No dia 9 de abril de 1964 foi baixado o Ato Institucional número 1 (AI-1), resultando em cassações de deputados e ministros, suspensão por 10 anos dos direitos políticos e suspensão da Constituição da República por seis meses. A eleição do Presidente da República seria indireta pelo Colégio Eleitoral. Em 30 de setembro de 1964 a UNE foi extinta.

Em 28 de outubro de 1965, é divulgado o AI-2, que seria quase uma Constituição pela sua complexidade e determinação, extinguindo os partidos políticos. Houve conflitos entre o governo militar e a ala civil conservadora que apoiou o golpe, o que levou o governo militar a decretar o AI-2, impondo o bipartidarismo, aos moldes americano e britânico, organizados conforme o Ato Complementar nº. 4. Assim, foram criadas as “organizações provisórias”, a ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro). O primeiro de apoio ao governo – seria o braço político do Exército –, e o segundo de oposição – esse sistema vigorou de 1965 até dezembro de 1979. O AI-2 permitia apenas criação de “organizações provisórias” e não partidos. Em 24 de março de 1966 o MDB e a ARENA foram reconhecidos como organizações políticas pelo TSE (CARVALHO JR., 2007). A 5 de fevereiro 1966, o presidente Humberto de Alencar Castello Branco baixou o AI-3, criando as eleições indiretas para governador e vice-governador de Estado, que seriam executadas pelo Colégio Eleitoral estadual. A maioria dos políticos procurou se acomodar em uma das

duas legendas, ARENA e MDB. Evidentemente o partido governista, a ARENA, acabou acolhendo a maioria dos políticos de linha conservadora nas diferentes esferas do poder público, tanto que nas eleições para vereadores em 15 de novembro de 1968 a ARENA ficou com 14 cadeiras e o MDB com 7. A ARENA teve todas as benesses da máquina pública, o governo militar foi generoso com seus asseclas, em contrapartida para o MDB, que era minoria e fazia uma oposição consentida, segundo Lamounier (1986), os recursos eram poucos.

Em 13 de dezembro de 1968, o presidente Arthur da Costa e Silva, ex-Ministro da Guerra e que sucedeu Castello Branco em 3 de outubro de 1966, assinou o AI-5 e o Ato Complementar nº. 38, autorizando o presidente a decretar o recesso do Congresso Nacional por tempo indeterminado e a fechar Assembleias Estaduais e Câmaras de Vereadores, com o objetivo de manter a ordem preservando a “revolução” de 31 de março de 1964. O que seria um grande retrocesso na República (HELLER; DUARTE, 2000).

Ney Aminthas de Barros Braga, nascido na Lapa, foi o primeiro prefeito eleito da Capital do Estado do Paraná e que tivera papel importante durante o regime militar. Chegou a ir à TV Paraná, no dia 29 de março de 1964, portanto data anterior ao golpe, dia do aniversário de Curitiba, e declarar que “as forças armadas estão aí para defender o regime democrático e a legalidade com que sempre defenderam a República” (HELLER; DUARTE, 2000).

Ney Braga que fora eleito governador do Paraná, nas eleições de 3 de outubro de 1960 (1961-1965), ainda no conturbado regime democrático, fez uma campanha de caça a Moysés Lupion, prometendo levá-lo à cadeia por atos de corrupção em seu governo. Lupion foi cassado quando do AI-2.

Entretanto, Ney Braga, de formação militar, que obteve o posto de general do exército em 1963, ocupara por conquista os mais importantes cargos políticos e estratégicos do governo do Paraná. Na ocasião do golpe militar, Ney Braga, homem de confiança do regime, tornou-se o principal articulador da ARENA no Paraná, liderando a composição de forças entre as antigas siglas PDC, PSD, UDN e outros conservadores (MOSQUERA, 2006). Paulo Cruz Pimentel, indicado por Ney Braga, foi eleito governador do Estado a 3 de outubro de 1965, pelo PTN, derrotando Bento Munhoz da Rocha Netto, pela coligação PR, PSP, PTB e PRP. Ney Braga havia rompido politicamente em 1958 com Bento Munhoz e as diferenças se exacerbaram por ocasião da eleição de Pimentel.

Em novembro de 1965, antes do término de seu mandato, Ney Braga foi nomeado Ministro da Agricultura pelo presidente marechal Humberto de Castello Branco, tendo assim uma projeção política nacional. O vice de Ney Braga, Affonso Alves de Camargo Neto, não tomou posse porque fora considerado de esquerda pelos militares. Dessa maneira, quem assumiu o governo foi Algacyr Guimarães, tendo como vice o Secretário da Viação Alípio Ayres de Carvalho. Segundo Skidmore (1988), Ney Braga e outros ministros nomeados foram convidados por Castello Branco, em um esforço para mostrar seu perfil democrático; então, escolheu, entre seus pares aqueles que haviam sido bem sucedidos em disputas eleitorais. Na tentativa de afastar a candidatura de Costa e Silva, Castello Branco havia pensado em alguns nomes, sendo o primeiro de Carlos Lacerda, e o nome de Ney Braga estaria nessa lista.

Ney Braga foi governador do Estado do Paraná pela segunda vez por nomeação dos militares em 1978. Teve papel importante e decisivo na história política paranaense como construtor do Paraná moderno, empreendendo políticas e criando empresas estatais que contribuiriam em muito com o desenvolvimento econômico do Estado, e como um dos principais atores na organização política durante o regime militar. Homem de confiança do regime militar, foi contemplado com a presidência da Itaipu Binacional em 1985.

O último governador do Estado eleito pelo voto direto no regime militar, Paulo Cruz Pimentel, que era o candidato preferido dos militares, venceu Bento Munhoz da Rocha Netto, apesar deste ter vencido Pimentel nas 4 zonas eleitorais de Curitiba, demonstrando a força de sua base eleitoral na Capital e a rejeição desta ao candidato do Regime. A partir de então, os governadores eram eleitos pela Assembleia Legislativa, indicados pelo governo militar ao diretório da ARENA. O primeiro prefeito nomeado por ato governamental e ratificado pela Assembleia Legislativa foi Ivo Arzua Pereira em 1966.

Durante o regime militar, conforme o AI-3, os prefeitos de capitais, estâncias hidrominerais e municípios considerados áreas de segurança nacional não eram eleitos pelo voto popular. Não houve, portanto, eleição para prefeito de Curitiba, somente as nomeações pelo governo do Estado e ratificadas pela Assembleia Legislativa, no total de seis. Os prefeitos nomeados pelo governo militar foram:

- Ivo Arzua Pereira (1966-1967)
- Omar Sabbag (1967-1970)

- Jaime Lerner (1971-1975 e 1979-1983)
- Saul Raiz (1975-1979)
- Maurício Roslindo Fruet (1983-1986)

Com exceção da nomeação de Maurício Fruet (PMDB), as anteriores foram em consonância com o governo militar e seus representantes situacionistas da ARENA. A nomeação de Maurício Fruet, que foi a última do período ditatorial, foi feita por José Richa (PMDB) – eleito governador do Estado do Paraná em 1982 pelo partido oposicionista, durante a fase de transição do governo militar para a redemocratização. José Richa pertencia ao grupo político de Ney Braga e se elegeu deputado federal pela coligação PTN-PDC-UDN nas eleições de 7 de outubro de 1962, alinhado politicamente com Ney Braga e com Jânio Quadros. Richa se afastou de Ney Braga quando este apoiara Pimentel, contra o pedecista Affonso Camargo; em 1966, José Richa fora reeleito pelo MDB e em 1972 foi eleito prefeito de Londrina. Em 1978, eleito senador pelo Paraná (KUNHAVALIK, 2004).

O código que organiza o serviço eleitoral, as eleições e estabelece o que seriam os possíveis crimes eleitorais, e que vigora ainda hoje, foi criado em 1965. Para tanto, o cidadão eleitor deveria ser maior de 18 anos de idade e alfabetizado.

As eleições municipais, que a princípio estavam previstas para 1965, aconteceram apenas para algumas cidades do interior do Estado, e para o Governo, mas não para Curitiba. Os mandatos dos vereadores e do prefeito eleitos no regime democrático foram prorrogados no início da ditadura. As eleições para vereadores da Câmara Municipal de Curitiba ocorreram em 15 de novembro de 1968, acrescentando uma cadeira na Câmara, passando a 21. Entre as eleições de 15 de novembro de 1972 e de 15 de novembro de 1976, ainda na forma do bipartidarismo, e nas eleições gerais de 15 de novembro de 1982, o número de cadeiras aumentou para 33, isso ocorreu durante a tímida forma pluripartidária durante a transição. Dos 5 partidos (PDS, PDT, PT, PTB e PMDB), somente 2 elegeram candidatos em função do voto vinculado: o PDS, partido sucessor da ARENA, que ficou com 11 cadeiras, e o PMDB, sucessor do MDB, que ficou com 22 cadeiras. Os demais partidos obtiveram votações inexpressivas. O Partido dos Trabalhadores estreava, seu presidente era Luis Inácio Lula da Silva.

Em 15 de março de 1985, João Baptista Figueiredo deixou o Palácio do Planalto, “pela porta dos fundos”, segundo Fleischer, e encerrara então o regime militar instaurado com o golpe em 1964.

4.1 O SISTEMA ELEITORAL E OS CÓDIGOS ELEITORAIS NO REGIME MILITAR DE 1964 A 1985

Após o golpe militar em 31 de março de 1964, com a instituição da ditadura, foram baixados os Atos Institucionais que mudaram as dinâmicas e formas das eleições e os destinos dos políticos da nação. No dia 9 de abril de 1964 foi baixado o primeiro Ato Institucional (AI-1), firmado pelo Comando Supremo da “Revolução”, legitimando as Forças Armadas como o supremo poder político da nação. A facção mais moderada e internacionalista, liderada pelo presidente Castello Branco, prevaleceu com a opção de fazer intervenções ligeiras que seriam suficientes para reorientar o sistema ao ponto de devolver o poder aos civis em 1966, após a eleição de 1965. Isso porque a revolução de 1964 supostamente teria sido feita para “preservar a democracia”; o novo governo se esforçou por manter uma aparência de democracia representativa.

Deputados, funcionários públicos, ministros foram cassados, militares perderam seus cargos e tiveram seus direitos políticos suspensos por 10 anos, e a Constituição da República foi suspensa por 6 meses. Normas rigorosas para inelegibilidade de candidatos foram decretadas, como parentesco consanguíneo até o quarto grau com ocupantes de cargos executivos, corrupção econômica ou política, entre outras. O expurgo inicial não facilitou as relações entre o governo Castello Branco e o Congresso Nacional, porque no sistema de representação proporcional em vigor, os suplentes que assumiram imediatamente as vagas dos deputados cassados, muitos deles estavam mais revoltosos do que os próprios titulares (FLEISCHER, 1988).

As eleições do presidente da República e do vice-presidente seriam, a partir de então, indireta pelo Colégio Eleitoral (senadores, deputados federais ou estaduais). O Colégio Eleitoral era definido nos artigos 72 e 75 da Constituição, formava o corpo de eleitores, mediante voto nominal em sessão pública (PORTO, 2002).

O novo presidente, Humberto de Alencar Castello Branco, e seu vice, José Maria Alkmin foram a 11 de abril de 1964 “devidamente” eleitos pelo Congresso Nacional, e embora este fosse privado de algumas prerrogativas institucionais e legislativas, continuou aberto e funcionando, bem como as eleições foram realizadas nos prazos previstos (FLEISCHER, 1988).

No início de 1965, o governo se convenceu de que o cumprimento do cronograma eleitoral era impossível e remarcou a próxima eleição presidencial para

1966, alienando assim boa parte dos líderes civis da Revolução que eram candidatos em potencial. Apesar de um ambiente muito negativo, em parte criado pela recessão econômica deflacionária, o governo manteve seu compromisso de realizar as eleições diretas para governadores em 11 Estados em outubro de 1965. Como as eleições não aconteceram em todos os Estados, isso evitou que o governo militar sofresse um massacre eleitoral.

Para Fleischer (1995), embora o Brasil acumulasse uma diversificada experiência de engenharia política e eleitoral, as modificações nesse campo se tornaram mais frequentes, mas elaboradas por técnicos pouco experientes. Tais práticas muitas vezes produziram efeitos inesperados ou contrários ao desejado, por isso exigindo indefinidamente outros casuísmos. As principais modificações no Código Eleitoral de 1965 foram: 1) proibição de coligações partidárias para as eleições proporcionais; 2) proibição de um candidato a aspirar cargos diferentes na mesma circunscrição e na mesma eleição; 3) proibição de um candidato de se candidatar em mais de uma circunscrição na mesma eleição; 4) implantação do sistema de identificação numérica de partidos e candidatos.

O AI-3 reorganizaria o calendário eleitoral para 1966, as eleições ocorreriam nessa ordem: a 3 de setembro, eleição indireta de 12 governadores pelas respectivas Assembleias Legislativas; a 3 de outubro, indireta do Presidente da República pelo Congresso Nacional; e a 15 de novembro, eleições diretas para deputados federais e estaduais, senadores, prefeitos e vereadores (FLEISCHER, 1995).

Portanto, em função da perda de controle político e para evitar conflitos entre o governo militar e a ala civil conservadora que apoiou o golpe, o presidente decretou o AI-2, impondo o bipartidarismo, conforme o Ato Complementar nº. 4. A partir daquele momento foram criados a ARENA e o MDB, o primeiro de apoio ao governo – seria o braço político do Exército –, e o segundo, de oposição, que vigorou de 1965 até dezembro de 1979. Segundo Fleischer (1988), o MDB nascia com o temor da violência, das cassações. Em 24 de março de 1966 o MDB e a ARENA foram reconhecidos como organizações políticas pelo TSE. Em seguida o AI-3, de 5 de fevereiro 1966, extinguiu o sistema pluripartidário, estabeleceu eleições indiretas para os cargos de presidente da República e governador (pelo Congresso Nacional e as respectivas Assembleias Estaduais) e reabriu uma segunda fase de cassações. Para agravar mais a situação, o governo perdeu controle do processo sucessório, quando o ministro do Exército se firmou como candidato de maior consenso dentro das Forças Armadas.

A 3 de outubro de 1966 o Congresso Nacional elegeu para presidente o General Arthur da Costa e Silva e para vice-presidente o Deputado Pedro Aleixo. Em agosto de 1969, o presidente Costa e Silva sofreu uma trombose, e seu vice-presidente civil, Pedro Aleixo (ex-UDN/MG), foi impedido de assumir a Presidência por uma junta militar que reinou até outubro, quando o Congresso foi convocado para referendar a “eleição” do general Médici para um mandato novo. Os engenheiros políticos do governo Médici procederam a modificações no sistema eleitoral que aparentemente beneficiariam o governo, porém, mais tarde, tais modificações “se voltariam contra os feiticeiros para abalar a estabilidade do regime” (FLEISCHER, 1988).

Três foram as principais medidas apresentadas. A primeira medida consertou parcialmente as desigualdades na representação dos Estados impostas pela Carta de 1946, usando como base o eleitorado de cada Estado e não a população para calcular as bancadas estaduais além de reduzir drasticamente a Câmara dos Deputados de 409 para 310. Segundo Fleischer (1988), a bancada do Paraná que estava com 25 cadeiras em 1967, ficou com 23 em 1971, perdendo 8%.

A segunda medida foi ditar um “mandato tampão” de 2 anos para prefeitos e vereadores eleitos em 1970 com o objetivo de defasar os pleitos de 1972, 1976 e 1980, e das eleições aos legislativos estadual e nacional em 1974, 1978 e 1982. Segundo o mesmo autor, o efeito desejado era o de separar a política local da nacional naquelas eleições.

A terceira medida foi a introdução do “voto vinculado”, obrigando o eleitor a escolher candidatos para deputado estadual e federal do mesmo partido para não invalidar seu voto. Aqui, o efeito desejado era o de impedir acordos políticos ou “dobradinhas” entre candidatos a deputados federal e estadual de partidos diferentes (mas talvez do mesmo ex-partido), considerados “imorais” pelos engenheiros eleitorais no pleito de 1966, e também para tentar fortalecer a organização e fidelidade partidária nos Estados.

Finalmente, na tentativa de sufocar a “vocação oposicionista” nas cidades maiores, em função da eleição do Brigadeiro Faria Lima a prefeito de São Paulo pela UDN, em 8 de abril de 1965 o governo militar baixou a Emenda Constitucional n  12, que previa que os prefeitos das capitais e de outras cidades designadas “ reas de segurança nacional”, passariam a ser nomeados pelos governadores com a tutela de Brasília (FLEISCHER, 1994 e 1996). Os governadores eram escolhidos a dedo pelo

governo federal e os prefeitos pelos governadores, porém referendados pelas respectivas Assembleias Legislativas, nas quais a Arena detinha as maiorias.

A Constituição de 1967 foi elaborada em 44 dias pelos membros do Congresso Nacional (de 12 de dezembro de 1966 a 24 de janeiro de 1967). A nova Carta Magna para o Brasil começou a vigorar em de 15 de março de 1967.

Algumas características quanto à representação dos estados permaneceram as mesmas da Constituição de 1946, a saber: mantiveram a bancada mínima para os pequenos estados e territórios, e as faixas regressivas conforme a população de outras unidades maiores. Novas linhas reduziram severamente as bancadas da Câmara de Deputados (de 409 para 276); a eleição presidencial foi mantida por via indireta, pelo Colégio Eleitoral (composto de membros do Congresso Nacional e delegados das Assembleias Estaduais), com mandato de 4 anos; as eleições parlamentares mantiveram os mandatos de 4 e 8 anos para deputados e senadores; seguiram também com o artifício de sublegenda para senadores e o mesmo sistema de representação proporcional para deputados; as eleições municipais mantiveram a eleição indireta para prefeitos de capitais e das estâncias hidrominerais (indicados pelo governador e aprovados pela Assembleia Legislativa) e os municípios designados como de segurança nacional (nomeados pelo presidente da República). Mantiveram também a eleição com sublegenda para prefeitos e a representação proporcional para os vereadores. Preconizava as eleições municipais defasadas em 2 anos das eleições estaduais e nacionais; o domicílio eleitoral foi parcialmente ampliado, para governador 2 anos de domicílio entre os 4 antes do sufrágio; para prefeito 2 anos dos últimos 4 no Estado, assim como um dos últimos 2 no respectivo município (FLEISCHER, 1995).

Com a Emenda nº. 1, de 1969 (após a Constituição de 1967) é que a fidelidade partidária se traduziria em termos rigorosos: perderia o mandato (chamado de “mandato imperativo”), quem, por atitudes ou pelo voto, se opuser às diretrizes legitimamente estabelecidas pelos órgãos de direção partidária ou deixar o Partido sob cuja legenda foi eleito (PORTO, 2002).

As medidas de liberalização inicial ou “descompressão”, entre 1974 e 1978, que seriam lentas e graduais, tinham como objetivo equilibrar o sistema bipartidário e, no máximo recuperaria a sua posição de 1966, acreditava-se que realizando eleições mais livres e num clima menos repressivo daria maior legitimidade ao governo militar. As medidas incluíram: 1) manutenção do eleitorado como base para calcular as bancadas estaduais; 2) aumento do número de cadeiras na Câmara de 310 para 364 cadeiras; 3)

acesso amplo de todos os candidatos à nova rede integrada de televisão via Embratel em nível estadual; 4) a proibição de sublegenda para o Senado; 5) instituição da “candidatura nata” para deputado federal e estadual e para senador; 6) manutenção de um ambiente político mais livre para desenvolver as campanhas.

Estas tendências se confirmaram para as cidades maiores com as eleições municipais de 1976, embora os candidatos não tivessem o mesmo acesso livre à TV como em 1974, por causa das restrições da “Lei Falcão”. As eleições de 1974 foram o divisor de águas, e daí em diante, o MDB se legitimou como partido de oposição e como representante da classe trabalhadora (SOARES, 1988).

O governo precisou de mais estratégias eleitorais para tentar evitar o crescimento da oposição (MDB) nas eleições de 1978 (FLEISCHER, 1988 e 1995). Para tanto, os engenheiros políticos de plantão foram convocados a modificar o sistema eleitoral a fim de garantir maiorias para a ARENA no Congresso e a eleição de governadores pela ARENA nos Estados tidos como importantes para a segurança nacional.

O presidente Ernesto Geisel, eleito a 15 de janeiro de 1974 pelo Colégio Eleitoral, usando seus poderes arbitrários do AI-5, colocou o Congresso em recesso na primeira quinzena de abril de 1977 e decretou um “pacote” de mudanças constitucionais. O famoso “Pacote de Abril” previa, primeiramente, eleição indireta para governadores mantida para 1978, pelo “Colégio Eleitoral” de cada Estado que abria uma representação dos municípios além daquela dos deputados estaduais. Segundo Fleischer (1988), a ARENA controlava a vasta maioria dos governos municipais. Esta fórmula esvaziava as maiorias do MDB nas Assembleias, com exceção do Rio de Janeiro, onde a oposição controlava a maioria dos governos municipais. Em segundo, o dilema da eleição de 2 vagas para o Senado foi resolvido por tornar uma delas indireta - a criação do senador “biônico” que seria eleito pelo mesmo “Colégio Eleitoral” dos governadores. Para a outra vaga de eleição direta, ressuscitou-se a sublegenda, para facultar à ARENA somar melhor as suas facções internas. Em terceiro, o cálculo da representação dos estados na Câmara voltou a ser baseado na população destes. Em quarto, reduziu o *quorum* constitucional de 2 terços à maioria simples, pois assim o MDB não poderia mais impedir emendas à Constituição. A consequência mais imediata deste casuismo foi a aprovação do divórcio no segundo semestre de 1977 e, finalmente, a “Lei Falcão” de 1976, a proibição de acesso livre dos candidatos à TV foi mantida.

Na nova fase do governo militar, com mais liberalização ou “abertura” (1979 a 1984),

com uma série de medidas rápidas, o governo conseguiu arrancar as bandeiras mais importantes das mãos da oposição nesta segunda fase da liberalização política denominada “abertura”: uma anistia geral; a extinção do bipartidarismo; a eleição direta dos governadores em 1982; um programa de desburocratização e desestatização; tentativas de melhorar a política salarial; e certa complacência em relação à onda de greves que varreu o país (SOARES, 1988, p. 76).

O fim do bipartidarismo – a estratégia, inicialmente, funcionou: o PDS obteve mais filiados do que a decadente ARENA tinha, e o MDB se dissolveu entre o PMDB, o PP, o PDT, o PT e o PTB (SOARES, 1988).

As modificações referentes à autonomia municipal foram sugeridas pelo presidente João Figueiredo em proposta de emenda à Constituição, enviada ao Congresso em 10 de maio de 1982, que teria sugerido também o voto distrital misto (PORTO, 2002).

No governo de João Baptista Figueiredo, as pesquisas de opinião eleitoral do Sistema Nacional de Informação (SNI) demonstraram que, apesar da coincidência das eleições federais, estaduais e municipais em 1982, a cotação do PDS nos Estados caía a cada mês. Novamente os engenheiros políticos foram convocados para “mudar as regras do jogo”. O resultado foi o “Pacote de Novembro” (1981), que foi aprovado por decurso de prazo em janeiro de 1982. As modificações incluíram o “voto vinculado” e a proibição de coligações eleitorais, mas curiosamente não adotaram a sublegenda para o cargo de governador. O objetivo era “dividir para conquistar”; o efeito foi contrário, pois o PP se incorporou ao PMDB.

Foi lançado mais um “pacote” com as seis mudanças casuísticas descritas abaixo.

- 1) Abertura para “novas filiações partidárias”, permitindo a “revoadá” dos candidatos;
- 2) Manutenção do compromisso acertado com os três pequenos partidos no início de 1982 e adiamento da aplicação dos “critérios” para a sobrevivência de partidos marginais até depois do pleito de 1986;
- 3) Ampliação na Câmara do número de deputados de 420 para 479, o que fortaleceu ligeiramente as prerrogativas parlamentares;

- 4) As eleições municipais foram novamente defasadas das demais com um outro mandato de seis anos, até 1988.
- 5) Elevação, por parte do governo, do *quorum* constitucional novamente a 2 terços (tinha sido rebaixado à maioria absoluta pelo “Pacote de Abril” em 1977) com o objetivo de manter sua posição majoritária no Congresso e Colégio Eleitoral.;
- 6) Adiamento da reunião do Colégio Eleitoral presidencial de outubro de 1984 para janeiro de 1985, com alteração de sua composição. Foram mantidas as participações dos deputados federais e senadores (inclusive os “biônicos”), mas o número de delegados escolhidos por cada Assembleia Legislativa passou a ser seis por Estado, ao invés de ser um número proporcional à população de cada Estado, como era na eleição do presidente Figueiredo em 1978. (FLEISCHER, 1988).

O PDS conseguiu mobilizar 222 deputados e 34 senadores para aprovar este “Pacote” a 24 de junho daquele ano, sem lançar mão do artifício do decurso de prazo. O Congresso estudou a confecção de uma cédula que diferenciase os partidos por cores, foi o modelo “oficial” adotado pelo TSE para as eleições de novembro. O Executivo impôs seu próprio modelo, atropelando os Poderes Legislativo e Judiciário, proibiu o voto de legenda e obrigou o eleitor a escrever os nomes e/ou números dos seus candidatos aos seis cargos em disputa numa cédula padronizada. A estratégia era supostamente que estas exigências complicassem a tarefa do eleitor, resultando em altos índices de cédulas invalidadas entre a população menos escolarizada, favorecendo assim o partido do governo. Aproveitando as suas maiorias reconstituídas no Congresso, o PDS referendou este último casuísmo em agosto.

Nas eleições de 1982 o voto vinculado deu vitória total ao PDS nos pleitos bipartidários da Região Nordeste; no entanto, em outros estados, o PMDB pulverizou o PDS no nível municipal por causa do efeito *coattails* “de cima para baixo”, exatamente o inverso do resultado projetado pelos “engenheiros políticos”. O voto vinculado impede o eleitor de votar numa chapa composta por candidatos de partidos diferentes. Caso não houvesse candidato do partido preferido que fosse satisfatório para um determinado cargo, a única alternativa seria votar em branco para aquele cargo (SOARES, 1988).

De acordo com Fleischer a combinação de um sistema eleitoral fraco, formado por partidos políticos ainda não bem-institucionalizados, com um eleitorado cada vez

mais incoercível, sobretudo nos grandes centros e na região Centro-Sul, ao longo destes 21 anos de ditadura, quase sempre serviu para “virar o feitiço contra o feitiço”.

No Estado do Paraná, nas eleições de 1982, a máquina Ney Braga (PDS) foi virtualmente eliminada, pois o PMDB subiu de 14 para 183 prefeitos; em contrapartida o PDS reduziu-se a 127 prefeituras (FLEISCHER, 1995).

4.2 INDICAÇÃO, REFERENDO E NOMEAÇÃO DO PREFEITO IVO ARZUA PEREIRA EM 1966

O governador do Estado do Paraná era Paulo Cruz Pimentel, eleito em 3 de outubro de 1965 pelo PTN, tendo derrotado Bento Munhoz da Rocha Netto pela coligação PR–PSP–PTB–PRP. Com o advento do golpe militar, não houve eleições diretas para presidente da República naquele ano. O mandato do general Castello Branco havia sido prorrogado por um ano, conforme Emenda Constitucional de 22 de julho de 1964.

O presidente da República, eleito pelo voto indireto a 3 de outubro de 1966, era o general Arthur da Costa e Silva e o vice-presidente, Deputado Pedro Aleixo, foram eleitos pelo Colégio Eleitoral (Congresso Nacional) (PORTO, 2002). Assim começavam os anos mais difíceis para a política brasileira, ondas de cassações, extinção de partidos políticos, criação do bipartidarismo, ARENA e MDB, e a instituição dos Atos Institucionais mais repressores e perversos.

A composição política do Paraná nas eleições de 15 de novembro de 1966, que fora realizada com o voto vinculado – o eleitor não poderia votar em diferentes partidos para os diferentes cargos, ficou assim: Ney Braga foi eleito para a única vaga ao Senado pela ARENA; a Câmara Federal ficou com 20 deputados da ARENA e somente 5 deputados representando o MDB. A Assembleia Legislativa ficou com oito deputados do MDB e a ARENA com 37 cadeiras. A ARENA foi a grande vitoriosa nessas eleições, ficou com aproximadamente 80% das cadeiras. O referendo ratificando o nome de Ivo Arzua, no entanto, foi realizado com os deputados eleitos em 1962.

Quanto aos partidos, nesse período os deputados eleitos tiveram que “optar”, após a extinção dos velhos partidos, pelas duas agremiações. Alguns, entretanto, ficaram por mais tempo sem partido. O partido do governo (ARENA) recebeu a adesão da UDN puritana, do oportunismo do PSD, e parte de PSP, PDC e outros pequenos partidos. Para o MDB, enquanto oposição, aderiram a maior parte dos integrantes do

PTB e pequena parte de outros partidos, porém a oposição foi bastante enfraquecida pelas cassações de vários dos seus integrantes (ORGANIZAÇÃO..., 1966, p. 9).

A Câmara Municipal de Vereadores era composta por 20 representantes. Com as eleições em 1966, 2 vereadores foram eleitos deputados estaduais – Erondy Silvério e Fabiano Braga Cortes – que assumindo os seus novos postos reduziram o número de vereadores para 18, pois os suplentes, *a priori*, não poderiam assumir em razão do Ato Complementar nº 14, em seu artigo 1º, que dispunha que aos membros das Câmaras Federais, Estaduais e Municipais que renunciassem a seus mandatos, não seriam dados substitutos (ATO REDUZ..., 1966, p. 6). Porém, os suplentes dos respectivos vereadores foram convocados – João Stival e Maria Clara Brandão Tesseroli. Não foi possível definir a divisão partidária das bancadas na Câmara Municipal em razão das mudanças ocorridas naquele momento político.

A 15 de novembro de 1966 terminava o mandato de 4 anos do prefeito Ivo Arzua Pereira, eleito pelo voto direto nas eleições gerais de 7 de outubro de 1962, pelo antigo PDC, candidato e partido de Ney Braga. Portanto, a 16 de novembro de 1966 o vereador Erondy Silvério (do antigo PSD), presidente da Câmara Municipal de Curitiba, assumia a Prefeitura pela quinta vez; este havia concorrido e fora eleito a deputado estadual pela ARENA naquela eleição de 1966. A substituição do prefeito cujo mandato havia expirado era feita pelo presidente da Câmara Municipal de Vereadores, conforme a Constituição de 1946, na inexistência do vice-prefeito.

O governador do Estado tinha 48 horas após o término do mandato do prefeito para enviar à Assembleia Legislativa a Mensagem indicando o nome do prefeito para, *ad referendum*, aprovar ou não a indicação. A preocupação estava em não ter *quorum* para o referendo em razão das eleições gerais terem ocorrido naquele dia 15 de novembro, pois os deputados estaduais, eleitos ou não, ainda não tinham retornado de suas regiões e, portanto, não havia prazo para a Assembleia deliberar. O Referendo seria de acordo com o Ato Institucional nº 3, este determinava que os prefeitos das Capitais fossem nomeados, e tais nomeações deveriam receber ratificações das Assembleias Legislativas, e regulamentado pela Lei estadual nº 5.410, de outubro de 1966.

Quanto ao procedimento do referendo da indicação do nome para prefeito de Curitiba, por parte do governador do Estado, em síntese, iniciava-se com a Mensagem enviada do governador para a Assembleia Legislativa do Estado, esta constituía uma Comissão Especial para avaliar a indicação, o currículo e realizar a entrevista inquisitória com o indicado. Posteriormente, a Comissão emitia um parecer favorável ou

não. Em sessão especial a Assembleia deliberava, em discussão única. Os oradores tinham tempo limitado para discursar e para apartes, se concedidos; na sequência procedia-se, em escrutínio secreto, a votação. Eram 2 cédulas, uma com “sim” outra com “não”, uma estratégia dos militares de tentar fechar o resultado dentro do desejado. Após o resultado, a Assembleia comunicava o governador no prazo de até 24 horas.

A Mensagem, de acordo com o que dispunha o Artigo 4º do Ato Institucional nº 3, de 5 de fevereiro de 1966, e nos termos da Lei nº 5.410, de 20 de outubro do mesmo ano, fazia com que o governador submetesse à apreciação da Assembleia Legislativa a indicação do nome do prefeito da Capital.

O governador Paulo Pimentel havia nomeado Ivo Arzua Pereira a prefeito de Curitiba no dia 17 de novembro, e pedido o referendo à Assembleia para a indicação. A Mensagem foi encaminhada à Assembleia Legislativa naquele mesmo dia. Pimentel havia declarado que o prefeito não lhe devia nada, e que pedia apenas que continuasse o seu trabalho em benefício do povo. A indicação teria sido feita após consultas a vários setores da opinião pública e da Assembleia. Declarou ainda que teria procurado um homem identificado com o seu governo e que tivesse como orientação o trabalho. Nas palavras do governador, “nesta hora decisiva em que o povo consagra o governador do Estado em magistral pronunciamento eleitoral, não poderia o governador deixar de escolher exatamente aquele homem que o povo deseja na Prefeitura de Curitiba” (PAULO RECONDUZ..., 1966, capa). O nome indicado para ele teria trânsito livre no Legislativo, portanto seria facilmente aprovado.

Num primeiro momento as declarações à imprensa indicavam que Paulo Pimentel teria optado por indicar Arzua porque seria a solução para conservar intacta a filosofia de ação e a estrutura executiva que o ex-prefeito criara. Com isto, garantiria a política administrativa, e assim não haveria crise de transição com a permanência dele. Era o reconhecimento de sua obra; portanto, se faria justiça e daria continuidade a ela.

Segundo o jornal o Estado do Paraná, de 17 de novembro de 1966, foi realizada uma pesquisa pelo instituto IBOPE, a pedido do governador do Estado Paulo Pimentel. A pesquisa demonstrou que 82% da população declarou que estava satisfeita com a administração do prefeito Ivo Arzua. Foi a primeira vez no Paraná, e durante o regime militar, que o governador do Estado aplicou o dispositivo institucional que lhe atribuía a escolha do prefeito de Curitiba.

O engenheiro Ivo Arzua Pereira, nascido a 29 de abril de 1925, em Palmeira/PR, foi o 31º prefeito nomeado da Capital. Por nomeação governamental era o 48º Chefe do

Executivo Municipal na história de Curitiba. A Capital do Paraná teve somente três prefeitos eleitos, até então, pelo voto direto e Arzua era um deles. O engenheiro civil João Moreira Garcez teria sido o prefeito que mais tempo ficou no cargo – foram 2 períodos, de 1920 a 1928 e de 1938 a 1940 –, seguido pelos prefeitos nomeados Luiz Antonio Xavier, 1900 a 1908, e o engenheiro Cândido Ferreira de Abreu, o primeiro prefeito de Curitiba, de 1893 – 1894 e 1913 a 1916. O último prefeito a ser nomeado foi Ernani Santiago de Oliveira em 1954 (OLIVEIRA, 2001).

O prefeito Ivo Arzua entregou o cargo no dia 16 de novembro, em lágrimas, ao vereador Erondy Silvério, aquele não teria conseguido terminar de ler o discurso por estar muito emocionado, concluído pelo então vereador Fabiano Braga Cortes. Essa teria sido a mais emocionante transmissão de cargo ocorrida até então no Paço da Liberdade. Saul Raiz, diretor do DER, um dos futuros prefeitos que foi nomeado, estava presente prestigiando a solenidade.

O primeiro ato assinado pelo prefeito Erondy Silvério, em conformidade com o possível destino do referendo, foi a revogação do decreto 2.195, baixado por Arzua no dia 15 de novembro, na sua saída, que dispensava todos os ocupantes de cargos com gratificações, diretores e assessores da gestão de 1963-1966. Portanto, manteve-os em seus cargos justificando pela capacidade e eficiência da equipe na administração municipal (ERONDY CONSERVA..., 1966, p. 9).

Após receber a Mensagem governamental 57/66 que indicava Ivo Arzua para o cargo de prefeito de Curitiba, foram marcados pela Assembleia dia e hora para inquirição do engenheiro indicado, em sessão exclusiva da Comissão, em caráter reservado (ASSEMBLEIA VOTA..., 1966, p. 3). A Comissão Especial incumbida de opinar sobre a Mensagem governamental foi composta pelas indicações das lideranças. O deputado Renato Bueno, pela ARENA, indicou 4 deputados da ARENA – Armando Queiroz, presidente; Paulo Poli, vice-presidente; Mattos Leão, relator; e Arnaldo Busato. Já o líder do MDB, Joaquim Neia de Oliveira se auto indicou para a única vaga.

Foi a primeira vez, a 23 de novembro de 1966, que um ex-prefeito e aspirante ao cargo compareceu à Assembleia Legislativa para se submeter às indagações a respeito de seu programa de administração. Arzua teria falado de seu Plano Diretor de Curitiba, elaborado em sua gestão anterior, e dos programas administrativos que pretendia executar. Declarou também que não havia déficit orçamentário municipal. Os deputados que participaram dessa sabatina foram Armando Queiroz, Mattos Leão, Paulo Poli,

Joaquim Néia, Dino Veiga, o presidente da Comissão Antonio Ruppel e o 1º secretário da Mesa, Aníbal Khoury. O relator foi o deputado Mattos Leão.

Ivo Arzua teria causado boa impressão aos deputados ao ser sabatinado, no dia 23 de novembro. No mesmo dia da sabatina, Ivo Arzua, em sessão solene na Câmara Municipal de Vereadores, sob a presidência do vereador Fabiano Braga Cortes, parente de Ney Braga, recebeu o título de Cidadão Honorário de Curitiba. A iniciativa da homenagem foi do vereador Erondy Silvério, aprovada por unanimidade na Câmara, o que, segundo o autor da matéria (IVO [PALMEIRENSE]..., 1966, p. 3) seria uma forma de agradecer a Arzua aos serviços prestados à Cidade de Curitiba. Naquele momento tal ato não era menos político do que um simples reconhecimento.

O Referendo teria ocorrido no dia 29 de novembro. Falaram 10 oradores. Dos deputados presentes, 26 eram da ARENA, 3 do MDB e 2 sem partido.

Os oradores foram unânimes em elogiar a obra urbanística do ex-prefeito Ivo Arzua, embora fizessem ressalvas ao cancelamento da autonomia na escolha dos prefeitos das capitais. O primeiro orador, o deputado Sinval Martins, apoiava a indicação em nome do MDB, embora lamentasse que a consulta não fosse pelo regime de eleição direta. O deputado Edgar Távora criticou o processo de escolha e essa legislação de decretos-leis e atos institucionais que desfiguravam o regime democrático. O deputado Arthur de Souza apenas congratulou-se com a população de Curitiba pela indicação de Ivo Arzua. Vargas de Oliveira e Túlio Vargas deram apoio total à escolha em nome da ARENA. O deputado Paulo Poli pediu ao prefeito indicado que agora dedicasse sua administração aos bairros da Capital, reivindicação da população dos bairros de Curitiba que parecia perpassar as décadas e as diferentes administrações. Armando Queiroz criticou o processo de escolha e a demissibilidade do nomeado, porque prejudicaria o rendimento da administração da cidade. O deputado Rubens Requião declarou que não podia deixar de registrar que a Assembleia era levada pela legalidade revolucionária, a tirar do povo os direitos da soberania popular de eleger livremente os seus administradores, porque aquela indicação se realizava sob os escombros da nossa democracia. Leovegildo Sales, ao contrário de Paulo Poli, defendeu a gestão municipal quanto às realizações nos bairros e citou as grandes avenidas e o Centro Comercial do bairro Portão. O último orador, o então deputado Haroldo Leon Peres, que seria o futuro governador nomeado do Estado do Paraná, apenas desejou que Ivo Arzua fosse tão profícuo na nova gestão quanto o foi na anterior.

Para a votação, cada parlamentar recebia um envelope contendo 2 cédulas a seu dispor, uma com “sim” e outra com “não”, para indicar o apoio ou a reprovação da indicação. O resultado da votação apurado pela Mesa da Casa foi: 25 votos a favor, 5 votos contra e 1 voto em branco. Os 5 votos contra a continuidade de Arzua não foram contra o nome do prefeito, mas sim em protesto ao sistema de escolha pela eleição indireta.

No quadro a seguir (4.1), pretende-se demonstrar a composição da Assembleia Legislativa, com os nomes dos deputados eleitos em 1962 e os possíveis suplentes, no período do Referendo. Entretanto, como não há Anais da Assembleia Legislativa deste período (pois foram queimados em incêndio espontâneo no órgão na década de 1980), faltam informações sobre os deputados ausentes e dos que ainda teriam obtido o privilégio da suplência, bem como as suas novas orientações partidárias. Como também a votação era secreta, não seria possível determinar os votos dos deputados, embora, seja possível inferir, pelo resultado. Portanto, os dados que estão em negrito são corretos.

QUADRO 4.1 – DEPUTADOS PRESENTES NA SESSÃO NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DEPUTADOS	PARTIDOS DE ORIGEM	NOVOS PARTIDOS	VOTAÇÕES 29.11.1966
ANTONIO FERREIRA RUPPEL	PDC		VOTOU
JOÃO MANSUR	PDC	ARENA	VOTOU
NILSON BAPTISTA RIBAS	PDC	-	-
JOÃO ANTÔNIO BRAGA CORTES	PDC	-	VOTOU
ARMANDO QUEIROZ DE MORAES	PDC	-	VOTOU
IOSIO ANTONIO UENO	PDC	-	-
BENEDITO PINTO DIAS	PDC	-	-
ARNALDO FAIVRO BUSATO	PDC	-	VOTOU
ODILON TÚLIO VARGAS	PDC	-	VOTOU
AGOSTINHO JOSÉ RODRIGUES	PDC	-	-
RENATO LOURES BUENO	PDC	-	VOTOU
JOSÉ AFONSO	PDC	-	-
ANÍBAL KHURY	PRP*/PTN/PST/PR/PSP/MTR	-	VOTOU
PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO	PRP*/PTN/PST/PR/PSP/MTR	-	VOTOU
		SEM	
EDGAR TÁVORA	PRP*/PTN/PST/PR/PSP/MTR	PARTIDO	VOTOU
IGO IWANT LOSSO	PRP*/PTN/PST/PR/PSP/MTR	-	-
		-	-
AMADEU PUPPI	PRP*/PTN/PST/PR/PSP/MTR		

QUADRO 4.1 – DEPUTADOS PRESENTES NA SESSÃO NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA (continuação)

DEPUTADOS	PARTIDOS DE ORIGEM	NOVOS PARTIDOS	VOTAÇÕES 29.11.1966
OLIVIO BELICH	PRP*/PTN/PST/PR/PSP/MTR	-	VOTOU
JOÃO DE MATTOS LEÃO	PSD	-	-
EMÍLIO HUMBERTO CARAZZAI	PSD	-	-
EGON PUDELL	PSD	-	VOTOU
JOSÉ VAZ DE CARVALHO	PSD	-	-
ERNESTO MORO REDESCHI	PSD	-	VOTOU
DINO VEIGA	PSD	-	-
		SEM PARTIDO	VOTOU
LEOVEGILDO SALLES	PSD		
MOACYR JULIO SILVESTRI	PTB	-	VOTOU
LUIZ ALBERTO DALCANALE	PTB	-	-
JORGE MIGUEL NASSAR	PTB	-	-
SILVINO LOPES DE OLIVEIRA	PTB	-	-
MIGUEL DINIZO	PTB	MDB	VOTOU
MARINO PEREIRA	PTB	MDB	VOTOU
JOAQUIM NÉIA DE OLIVEIRA	PTB	MDB	VOTOU
MIRAN PIRIH	PTB	MDB	VOTOU
LEON NAVES BARCELLOS	PTB	-	-
WALTER ALBERTO PECOITS	PTB	-	-
EURICO BATISTA ROSAS	PTB	-	VOTOU
PIRATAN ARAÚJO	PTB	-	VOTOU
JOSÉ JUSTINO FILGUEIRAS ALVES		-	VOTOU
PEREIRA	UDN		
HAROLDO LEON PERES	UDN	-	VOTOU
FRANCISCO ESCORSIN	UDN	-	VOTOU
PAULO POLI	UDN	-	VOTOU
JOÃO VARGAS DE OLIVEIRA	UDN	-	VOTOU
RUBENS REQUIÃO	UDN	-	VOTOU
HORÁCIO VARGAS	UDN	-	-
ALMIR MOREIRA PASSO	UDN	-	-
SINVAL MARTINS	-	MDB	VOTOU
ARTHUR DE SOUZA	-	-	VOTOU
LAURO SOARES MULLER	-	-	-
PERCY SCHREINER	-	-	VOTOU

FONTE: ASSEMBLEIA APROVA..., 1966, p. 3.

* Os nomes dos deputados que estão negritos foram confirmados os mandatos e a votação.

O governador Paulo Pimentel empossou o prefeito Ivo Arzua no dia 1º de dezembro de 1966, no Palácio do Iguaçu. O presidente da Assembleia Legislativa, na ocasião da posse, era o deputado Egon Pudell. A leitura do termo de posse foi feita pelo Chefe da Casa Civil, Cândido Martins de Oliveira. Na manhã do dia 2 de dezembro,

Arzua prestou juramento na Câmara Municipal perante a Comissão Executiva, e à noite, na Prefeitura, ocorreu a transmissão do cargo pelo prefeito interino Erondy Silvério.

Como essas nomeações não tinham apelo popular, era comum no regime militar organizarem-se passeatas de apoio para mobilização da opinião pública; logo, tentou-se realizar uma passeata no dia 2. Naquele dia, porém, caiu uma chuva muito forte, inviabilizando a movimentação que estava prevista para as 18h30min. Participariam do evento e o estavam promovendo, a Liga Cívica de Integração Democrática, a União Feminina e as classes produtoras do Estado, por meio da Associação Comercial, Federação do Comércio e Federação das Indústrias.

Momentos antes da posse, Arzua teria admitido ao secretário Adeodato Volpi que talvez não cumprisse os 4 anos do mandato, em função do convite que teria recebido para participar do governo Costa e Silva. No discurso de posse, Arzua afirmou que foi cumprida apenas a primeira etapa do Plano Diretor e que agora partiria para um segundo impulso, com o decisivo apoio do governador Paulo Pimentel.

O governador Paulo Pimentel teria sido politicamente assertivo na escolha de Ivo Arzua à Prefeitura de Curitiba, primeiro porque pesquisou – como divulgou a imprensa – a pesquisa realizada pelo IBOPE, não obstante os dados técnicos e metodológicos da pesquisa não terem sido divulgados, mas apenas o resultado de 82% da população que aprovava o nome do prefeito Arzua para a continuidade. Atendia assim, por amostragem, a vontade popular, uma vez que Ivo Arzua havia sido eleito na última eleição pelo voto direto dos curitibanos para prefeito. Em segundo, dando continuidade com Ivo Arzua, que fora o candidato de Ney Braga à Prefeitura em 1962, agradaria a este, o político de maior destaque no Paraná, eleito senador, pela ARENA, com votação expressiva em Curitiba, e a seu grupo político, além de seus eleitores.

Optando politicamente pelo continuísmo, Pimentel não desagradaria a ninguém. A opção da indicação em termos técnicos e administrativos também foi precisa, pois Arzua desfrutava de prestígio por sua excelente administração e experiência. Ivo Arzua recebera convite para integrar o governo do presidente Costa e Silva, portanto sua estada na Prefeitura seria breve, o que implicaria em uma indicação também politicamente oportuna. Costa e Silva ficou impressionado com o desempenho do prefeito Arzua principalmente pela criação da Vila Nossa Senhora dos Pinhais, como política de habitação. Outro aspecto, não menos importante, diz respeito aos gestos políticos: o governador Paulo Pimentel teria sido incumbido pela ARENA para indicar na convenção para as eleições daquele ano, em nome desta agremiação, o candidato

que disputaria a vaga ao Senado. Pimentel teria indicado Ney Braga para ser o candidato situacionista, em consideração à atenção especial que recebera deste em sua campanha a governador do Estado em 1965. Ivo Arzua também, juntamente com Ney Braga, teria se engajado a partir de maio daquele ano na campanha de Pimentel. Ney Braga e Arzua teriam sido peças-chave na campanha que elegeu Paulo Pimentel a governador do Estado. É fato eleitoral que Paulo Pimentel perdeu, nas 4 zonas eleitorais de Curitiba, para Bento Munhoz da Rocha Netto na disputa ao governo do Estado em 1965, tendo sido eleito com o voto do interior do Estado. Seria a reconciliação de Pimentel com os eleitores de Curitiba. Ney Braga, antes de viajar com Saul Raiz para Israel, convidados pelo governo daquele País, visitou o Palácio do Iguaçu para manifestar o seu agradecimento a Paulo Pimentel pelo apoio que havia recebido naquela última eleição.

4.3 INDICAÇÃO, REFERENDO E NOMEAÇÃO DO PREFEITO OMAR SABBAG EM 1967

Ainda no governo de Paulo Pimentel foi realizada a segunda indicação, à Assembleia Legislativa, do nome para prefeito de Curitiba, em função da saída do prefeito Ivo Arzua, convidado a ocupar o cargo de Ministro da Agricultura no governo do presidente Marechal Arthur da Costa e Silva.

A composição política do Paraná se alterou com a posse dos eleitos nas eleições de 15 de novembro de 1966. Relembrando, na Assembleia Legislativa Estadual ficou a ARENA majoritária com 37 cadeiras e o MDB com oito deputados. O deputado João Mansur era o presidente da Assembleia; Nelson Buffara era o vice-presidente; Erondy Silvério, o 1º secretário; Jorge Nassar, o 2º secretário; Igo Losso, o 3º secretário; e Wilson Fortes o 4º secretário.

No dia 15 de março de 1967, a Assembleia iniciava a Sexta Legislatura. Foram renovados aproximadamente 50% dos membros, e também estreava uma nova bancada oposicionista do MDB.

A Câmara Municipal de Vereadores era composta pelos mesmos vereadores; em contrapartida, as bancadas não estavam ainda bem definidas. Há, porém, registro de que a ARENA tinha 18 dos 20 vereadores; logo o prefeito nomeado encontraria um ambiente favorável à apreciação de suas iniciativas. Entretanto, os vereadores foram privilegiados com a prorrogação dos mandatos para 5 anos, pois com o Ato

Complementar nº. 37 o presidente Castello Branco, na véspera de transmitir o cargo a Costa e Silva, postergou o término dos mandatos eletivos municipais que se encerrariam até janeiro de 1969.

O deputado Aníbal Khury, em plenário, esclareceu os fundamentos legais das nomeações. No Ato Complementar nº 33, de 19 de janeiro de 1967, constava que a atribuição de nomear e exonerar interventores nas Prefeituras Municipais nos casos previstos nos Atos Complementares (vale dizer de conformidade com o disposto nos Atos nº 5 e 8, pois são só esses 2 que tratam de tal assunto) foi transferida para a esfera da competência dos governadores de Estado.

O então futuro ministro da Agricultura, Ivo Arzua Pereira, apresentou o pedido de demissão ao governador no dia 13 de março de 1967 e no dia seguinte transmitiu o cargo de prefeito ao vereador, presidente da Câmara de Vereadores, Acyr Hafez José, que assumiu interinamente até a posse de Omar Sabbag. Os auxiliares de Ivo Arzua teriam colocado seus cargos à disposição do futuro prefeito. Arzua se despediu do povo curitibano e paranaense por meio de um programa gravado para televisão e rádio, horário cedido à ARENA, que foi transmitido naquela noite. Ivo Arzua assumiu o Ministério da Agricultura no dia 17 de março daquele ano.

Essa teria sido a única sucessão para prefeito de Curitiba no regime militar em que vários nomes de supostos candidatos teriam sido cogitados ou sugeridos ao governador Paulo Pimentel, ou senão, pensados por ele mesmo. Segundo líderes situacionistas, devido ao número de pretendentes, Paulo Pimentel previa para ocupar o cargo de prefeito um técnico, sem vínculo político, – seriam engenheiros que não estavam vinculados à Prefeitura, porém com sólidas ligações com ele. Assim, surgiram rumores e certa pressão por determinados círculos políticos em torno dos nomes dos engenheiros: Ayrton Cornelsen, ex-diretor do DER do Paraná, havia cuidado do projeto do Autódromo Internacional, Omar Sabbag, delegado do Departamento Nacional de Obras e Saneamento, estaria colaborando com o governo estadual nos problemas de saneamento, e Carlos Alberto Moro, Secretário da Educação e Cultura, indicado pelo presidente da Assembleia Legislativa. Outro nome que circulou foi o do coronel Alide Zenedin, advogado e engenheiro, diretor do Departamento de Trânsito. Este teria advogado para a sua administração a colaboração do DST sob a jurisdição da Prefeitura. O governo teria mais interesse em conservá-los em seus cargos por conta dos desempenhos e programas de governo que estavam em andamento.

Outros nomes na lista de pretendentes, que integravam o governo e eram figuras de destaque foram Saul Raiz, secretário de Viação e Obras; Pedro Viriato Parigot de Souza, que estava na COPEL; e Algacyr Guimarães. Além da indicação do Ministro Arzua, o engenheiro Raimundo Bruno Marussig, que estava sendo preparado para o cargo, havia chefiado o Departamento de Obras nos últimos 4 anos, estava coordenando a Comissão Municipal de Saneamento e teria sido nomeado como chefe de gabinete do prefeito.

Saul Raiz era apoiado pelo grupo político de Ney Braga quando Pimentel declarou que não tinha interesse em dispensar nenhum dos seus secretários; o grupo neyista direcionou o interesse para Algacyr Guimarães. O grupo de Ivo Arzua instava a favor de Raimundo Marussig. Para aliviar a pressão a solução seria buscar o equilíbrio.

Paulo Pimentel indicou o nome de Omar Sabbag no dia 13 de março de 1967. Omar Sabbag teria ficado emocionado e declarado que tentaria fazer de tudo para corresponder a imensa confiança. Sabbag seria o 49º prefeito de Curitiba e o 32º nomeado. Entretanto a Mensagem de indicação só seria enviada no dia 15.

A Mensagem nº 7/67, indicando Omar Sabbag para Prefeitura Municipal de Curitiba, foi entregue pelo Secretário do Interior e Justiça, João de Mattos Leão, ao deputado João Mansur, presidente da Assembleia. A Mensagem foi acompanhada do currículo do candidato.

O engenheiro Omar Sabbag nasceu em Curitiba a 04 de setembro de 1923, filho de Zake e Maria Gebran Sabbag, que eram do comércio e indústria locais. Sabbag era casado com Branca Casagrande Sabbag. Formado na Escola de Engenharia da Universidade do Paraná em 1947, fez um curso de um ano de pós-graduação na Universidade de Harvard (Massachusetts) em 1953 e galgou o grau de mestre em Ciências de Engenharia Sanitária. Em 1950 havia estabelecido contrato com o Departamento de Água e Esgotos, à qual pertenceu até o dia da nomeação. Na década de 1950 foi professor da Escola de Engenharia da Universidade do Paraná. Em 1961 foi assessor do secretário de Viação e Obras Públicas do Paraná, sendo posteriormente o chefe da assessoria. Foi o primeiro diretor técnico da Sanepar até assumir o Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) em julho de 1964.

O governador Pimentel estudou, determinou critérios e justificou a sua escolha; não obstante fossem conhecedores profundos dos problemas da Capital, deixou de escolher entre os seus secretários de Estado para não desmontar a máquina administrativa, pois estes estavam exercendo funções imprescindíveis para que as obras

planejadas fossem concretizadas. Desejava que fosse alguém desvinculado de qualquer grupo político e que não fosse apontado por nenhuma das agremiações políticas do Estado.

O presidente da Assembleia, o deputado João Mansur, no dia 15 de março, designou os deputados para compor a Comissão Especial que deveria opinar a respeito da Mensagem da indicação de Omar Sabbag para prefeito. Assim ficou composta: da ARENA, os deputados Armando Queiroz de Moraes, Paulo Poli, Abrão Miguel e Jorge Nassar, e pelo MDB, o deputado Alencar Furtado. O MDB divulgou nota declarando que o deputado Alencar Furtado não participaria da Comissão Especial, em razão da posição assumida pelo partido em relação à indicação do governador, portanto, declinaria do nome indicado pela presidência da Casa. Em obediência à linha nacional adotada pelo partido quando se manifestou contra a eleição indireta do presidente da República e da nomeação dos prefeitos das Capitais pelos governadores de Estado com o consentimento das Assembleias, o MDB também não participaria da votação em plenário da indicação de Sabbag. A bancada do MDB não alegou nada contra Omar Sabbag, mas em defesa da tese das eleições diretas coerentemente, absteve-se de votar. Com isto, o problema de aprovação de Sabbag ficava entregue aos 37 representantes da bancada situacionista da ARENA.

Embora a aprovação de Omar Sabbag já fosse prevista, porque a maioria da bancada arenista era de amigos políticos e pessoais do governador, a indicação causou surpresa à bancada da situação. Ivo Arzua ficou decepcionado, pois seu candidato era o engenheiro Marussig, que o ministro aproveitaria nomeando-o como a segunda autoridade da Pasta. Para Arzua, a atitude de Pimentel seria de algum ressentimento, achava que alguns amigos seus poderiam estar articulando a não aprovação de Sabbag. A ARENA já havia demonstrado sinais de falta de unidade como instrumento político do governo quando da eleição da Mesa da Assembleia, que tiveram votos contra, poucos, mas significativos. Com a indicação de Sabbag, Pimentel demonstrava independência na solução da sucessão da Prefeitura.

O governador Paulo Pimentel contou com 2 articuladores da Mensagem de indicação, o Secretário do Interior e Justiça, João Mattos de Leão, e o deputado líder da bancada situacionista, Túlio Vargas, que mantiveram contatos com os deputados arenistas, coordenando a votação. A Comissão Especial para avaliação do nome indicado se reuniu no dia 16 de março de 1967. Em Parecer, esta teria decidido por abrir mão de sabatinar o candidato Omar Sabbag, com o mesmo argumento do governador

Pimentel, alegando que o indicado tinha larga folha de serviços prestados ao Paraná e que isto seria a sua melhor credencial para obter da Assembleia a unânime anuência do seu nome. A Comissão solicitou que a matéria fosse deliberada com urgência e declarou ainda que o indicado era um cidadão dedicado, detentor de vasta experiência com os problemas da administração, com cultura generalizada e conhecedor dos problemas das comunidades metropolitanas modernas.

Em sessão especial, presidida pelo deputado João Mansur, no dia 17 de março, ocorreu o Referendo da indicação de Omar Sabbag para prefeito. O deputado Valmor Giavarina, líder do MDB, fez o pronunciamento em nome da bancada emedebista justificando a posição do partido. Reconheceu os méritos do indicado e convidou os companheiros de partido a se retirarem da Casa, porque não entendia normalidade democrática sem o voto direto do povo para eleger seus dirigentes, de acordo com manifesto do MDB, que propugnava pela participação do popular na escolha do presidente da República e dos prefeitos das Capitais. Portanto, o partido não participaria do Referendo porque seria coerente com a tese partidária. O Deputado Túlio Vargas, líder da ARENA, reprovou a retirada do MDB. Afirmou que tal atitude não era a forma democrática de demonstrar a sua luta em favor das eleições diretas, porque o modo de escolha de prefeitos estava estabelecido em preceitos constitucionais e que a tese de eleições diretas não era privilégio da oposição, mas da ARENA também, conforme havia pronunciado o governador Paulo Pimentel, em Brasília, na posse do presidente, “ser um intransigente batalhador na luta para devolver ao povo o direito de votar” (ELEIÇÃO SEM..., 1967, p. 3).

A Assembleia Legislativa homologou a indicação de Sabbag. O resultado (vide Quadro 4.2) do referendo foi: dos 35 votos da ARENA, 33 votaram “sim”, e 2 votos foram em branco. Não houve nenhum voto contra a indicação do governador Paulo Pimentel. O resultado foi repassado a Pimentel no mesmo dia por João Mansur, Túlio Vargas e outros membros da Assembleia. O governador Pimentel baixou o decreto de nomeação do prefeito Omar Sabbag no dia 18 de março, dia em que o prefeito nomeado se encontrava no Rio de Janeiro onde entregava o cargo de Diretor do Departamento Nacional de Obras de Saneamento no Paraná.

QUADRO 4.2 – DEPUTADOS PRESENTES NA SESSÃO NA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA

DEPUTADOS*	PARTIDOS	VOTAÇÕES 17.03.1967**
JACINTHO SIMÕES	MDB	AUSENTOU-SE
JOSÉ ALENCAR FURTADO	MDB	AUSENTOU-SE
VALMOR SANTOS GIAVARINA	MDB	AUSENTOU-SE
SILVIO BARROS	MDB	AUSENTOU-SE
SINVAL MARTINS ARAUJO	MDB	AUSENTOU-SE
NELSON BUFFARA	MDB	AUSENTOU-SE
LÁZARO SERVO	MDB	AUSENTOU-SE
EURICO BATISTA ROSAS	MDB	AUSENTOU-SE
ODILON TÚLIO VARGAS	ARENA	VOTOU
ROBERTO GALVANI	ARENA	VOTOU
IVO THOMAZONI	ARENA	VOTOU
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA	VOTOU
WILSON FIGUEIREDO FORTES	ARENA	VOTOU
ARMANDO QUEIROZ DE MORAIS	ARENA	AUSENTE
DAVID FEDERMANN	ARENA	VOTOU
PAULO POLI	ARENA	VOTOU
ARTHUR GOTUZZO DE SOUZA	ARENA	VOTOU
BENEDITO PINTO DIAS	ARENA	VOTOU
GABRIEL MANOEL	ARENA	VOTOU
JORGE MIGUEL NASSAR	ARENA	VOTOU
OLAVO GARCIA FERREIRA DA SILVA	ARENA	VOTOU
FRANCISCO ESCORSIN	ARENA	VOTOU
JOÃO LEOPOLDO JACOMEL	ARENA	VOTOU
ERONDY SILVÉRIO	ARENA	VOTOU
CONSTANTINO JOÃO KOTZIAS	ARENA	VOTOU
OLIVIO BELICH	ARENA	VOTOU
JORGE SATO	ARENA	VOTOU
ABRAHÃO MIGUEL	ARENA	VOTOU
PAULO CAMARGO	ARENA	VOTOU
IGO IWANT LOSSO	ARENA	VOTOU
LUIZ RENATO MALUCELLI	ARENA	VOTOU
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA	VOTOU
OVÍDIO LUIZ FRANZONI	ARENA	VOTOU
RENATO LOURES BUENO	ARENA	AUSENTE
MAMÉDIO SEME SCAFF	ARENA	VOTOU
FUAD NACLI	ARENA	VOTOU

QUADRO 4.2 – DEPUTADOS PRESENTES NA SESSÃO NA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA (continuação)

DEPUTADOS*	PARTIDOS	VOTAÇÕES 17.03.1967**
HAROLDO BIANCHI	ARENA	VOTOU
MIRAN PIRIH	ARENA	VOTOU
EMÍLIO HUMBERTO CARAZZAI	ARENA	VOTOU
MIGUEL DINIZO	ARENA	VOTOU
ARNALDO FAIVRO BUSATO	ARENA	VOTOU
ANIBAL KHURY	ARENA	VOTOU
LUIZ CARLOS CANTINHO CRUZ	ARENA	VOTOU
AMADEU PUPPI	ARENA	VOTOU
JOÃO MANSUR	ARENA	VOTOU

FONTE: TRE-PR e SEM NENHUM..., 1967, p. 3.

O prefeito nomeado Omar Sabbag tomou posse no dia 22 de março. No Palácio Iguçu, Paulo Pimentel, em seu discurso, transferia a Sabbag a atribuição de conquistar definitivamente o povo da Capital com trabalho, dedicação, espírito de sacrifício e com grandes empreendimentos. Na Prefeitura, o cargo foi transmitido pelo vereador, prefeito interino, Acyr Hafez José. Este que ficou 9 dias no Executivo Municipal, optou por não receber da Prefeitura e ficar com os vencimentos de presidente da Câmara. Sabbag discursou informalmente, não prometendo milagres e afirmando sua intenção de trabalhar com energia, não submisso a injunções que distorçam os rumos mais sadios da Administração. Na Câmara Municipal, onde Sabbag prestou juramento, a solenidade de posse foi presidida pelo vereador Manoel Dias Paredes. O prefeito Omar Sabbag não chegou a divulgar na sua posse as diretrizes e os planos para Curitiba. Ele prometia fazê-lo após tomar conhecimento da administração e dos problemas da Capital e depois de conversar com o governador do Estado sobre o assunto.

O fato de Ivo Arzua ter sido sabatinado, mesmo com experiência comprovada no cargo, e Omar Sabbag, que nunca havia exercido o cargo de prefeito, não passar pela sabatina, demonstrara claramente o caráter político da aprovação pelos membros da Comissão Especial, todos arenistas, uma vez que o único representante do MDB se recusou a participar. Para todos os efeitos, o nome do prefeito indicado foi uma escolha livre do governo, que aproveitou a oportunidade para indicar alguém apolítico e que não estivesse comprometido com os grupos políticos. Isto teria transformado o Referendo da Assembleia em um teste de prestígio do governador Paulo Pimentel diante da maioria

situacionista. Pimentel teria optado por solução de neutralidade política na indicação de um candidato apartidário; assim estaria livre de compromissos com os diferentes grupos políticos, podendo ter maior autonomia na administração municipal.

4.4 AS ELEIÇÕES PROPORCIONAIS DE 1968

4.4.1 Contexto das eleições para vereadores à Câmara Municipal de Curitiba de 1968

O governador do Estado do Paraná era Paulo Pimentel, eleito na última eleição pelo extinto PTN ainda no sistema pluripartidário em 1965, apoiado pelo regime militar. Este governo nomeou 2 prefeitos, sendo o último, e que estava ocupando o cargo de prefeito de Curitiba em 1968, Omar Sabbag.

A Câmara Municipal na transição da Quarta para a Quinta República manteve os mandatos dos vereadores eleitos em 1963, não obstante ser extinto o pluripartidarismo e os vereadores terem de se acomodar nas duas agremiações criadas com AI-2.

A bancada da Assembleia Legislativa era a eleita em 1966 já pelas duas legendas, ARENA e MDB. A ARENA detinha 37 cadeiras e o MDB, 8. Na Câmara dos Deputados a ARENA detinha 20 cadeiras e o MDB apenas 5. As eleições municipais para vereadores continuaram desencontradas com a eleição para prefeito, que neste período eram indicados e referendados logo após a posse dos governadores, também, nomeados. Os senadores eram Ney Braga pela ARENA, eleito em 1966; Amaury de Oliveira Silva, ex-PTB; e Adolpho de Oliveira Franco, ex-UDN, eleitos em 1962.

As eleições proporcionais para a Câmara Municipal de Curitiba ocorreram a 15 de novembro de 1968. Foram realizadas eleições simultaneamente em 205 municípios no Paraná dos 285, sendo em 198 para prefeitos, vice-prefeitos e vereadores, os 7 restantes somente para vereadores. A ARENA além de concorrer em todos os municípios, concorreu sozinha em 121 deles, com as sublegendas, o MDB concorreu em 77 (PLEITO..., 1968, p. 3).

O Diretório Municipal do MDB, presidido por Léo de Almeida Neves e secretariado por Sylvio Sebastiani, divulgava em outubro de 1968 as bandeiras reivindicatórias do MDB nas primeiras eleições para vereadores de Curitiba: eleição pelo voto direto para prefeito das capitais; eleição pelo voto direto do presidente da República; aumento salarial para os trabalhadores; aumento de vencimentos para os servidores públicos em geral; liberdade de manifestação de pensamento, inclusive, para

estudantes; redemocratização total do Brasil; redução de impostos; restabelecimento do progresso econômico; afirmação da soberania nacional; equitativa distribuição das riquezas produzidas para a obtenção da Justiça Social (SEBASTIANI, p. 18-9, 1992).

A ARENA tinha a preocupação com a ameaça das candidaturas emedebistas nas principais¹⁷ cidades do Estado, sobretudo, do norte do Paraná, Londrina e Maringá, nas quais o MDB acabou vencendo – chegou a realizar uma pesquisa com o IBOPE¹⁸, divulgada parcialmente nos jornais –, em razão da possibilidade de eleições governamentais, o que não ocorreria. Segundo esta mesma pesquisa, os nomes cogitados para o governo seriam o de Ney Braga, que detinha 31,3% da preferência do eleitorado, e o de Paulo Pimentel, em vantagem, com 34,8%. O prefeito Omar Sabbag contava com 60% de satisfação pelos entrevistados. A preocupação maior era com Curitiba, o maior colégio eleitoral do Estado. Portanto, as eleições de novembro de 1968 seriam consideradas prévias para as eleições de 1970. O eleitorado curitibano era considerado frio; em contrapartida, no interior do Estado, em alguns municípios foram registrados episódios de violência nas campanhas, com um total de 14 mortos.

As vagas na Câmara Municipal foram ampliadas de, uma cadeira no regime militar, para 21 cadeiras; a situação tentava assim aumentar as chances do partido do governo em garantir a sua maioria. Os vereadores estavam sujeitos aos dispositivos Constitucionais de fidelidade partidária, assim como os senadores e deputados estaduais e federais.

A Sexta Legislatura da Câmara Municipal tinha na primeira Comissão Executiva eleita, após a posse em 31 de janeiro de 1969, Acyr Hafez José como presidente; Nobutero Matsuda, 1º vice-presidente; João Derosso, 2º vice-presidente; como 1º secretário João Bettega; e, 2º secretário, Edgar Pimentel (MARTINS, 1999).

¹⁷ Dentre os principais municípios estavam, além de Londrina e Maringá, Ponta Grossa, Paranavaí, Cascavel e União da Vitória, pontos-chave no panorama político estadual (MDB PODE..., 1968, p. 3).

¹⁸ A pesquisa de opinião pública realizada pelo Ibope teria entrevistado 3.100 pessoas nos principais municípios do Estado (OPINIÃO..., 1968, p. 3).

4.4.2 Análise da base de dados e dos resultados eleitorais

TABELA 4.1 – CANDIDATOS ELEITOS À CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA – 1968

PARTIDOS	CANDIDATOS ELEITOS	VOTAÇÃO	% VOTOS VÁL.*	% VOTOS COMP.*	SITUAÇÃO
ARENA	João Derosso	8.455	4,82	4,39	REELEITO
ARENA	Acyr Hafez José	7.777	4,43	4,04	REELEITO
ARENA	Ezequias Losso	5.899	3,36	3,06	ELEITO
ARENA	João Batista Alberto Gnoato	3.703	2,11	1,92	ELEITO
ARENA	João Mauro Lothário Pereira Bettega	3.702	2,11	1,92	REELEITO
ARENA	Oatre Brambilla	3.702	2,11	1,92	ELEITO
ARENA	Sydnei Lima Santos	3.349	1,91	1,74	ELEITO
ARENA	Menotti Caprilhone	3.101	1,77	1,61	REELEITO
ARENA	Elias Jorge	2.879	1,64	1,49	REELEITO
ARENA	Nobutero Matsuda	2.722	1,55	1,41	ELEITO
ARENA	Edgar Felipe Dantas Pimentel	2.655	1,51	1,38	ELEITO
ARENA	Eugênio Bim	2.645	1,51	1,37	ELEITO
ARENA	Horácio Rodrigues Sobrinho	2.636	1,50	1,37	Eleito 1ª méd.
ARENA	Miguel Nasser Filho	2.630	1,50	1,36	Eleito 2ª méd.
MDB	Adhail Sprenger Passos	5.782	3,29	3,00	ELEITO
MDB	Maurício Roslindo Fruet	4.742	2,70	2,46	ELEITO
MDB	Enéas Eugênio Pereira Faria	4.123	2,35	2,14	ELEITO
MDB	Adalberto Daros	3.453	1,97	1,79	ELEITO
MDB	Arlindo Ribas de Oliveira	2.870	1,63	1,49	REELEITO
MDB	Aroldi Armstrong	2.758	1,57	1,43	ELEITO
MDB	Admar Bertolli	2.319	1,32	1,20	ELEITO

TABELA 4.2 – INFORMATIVO/ESTATÍSTICO – 1968

Eleitores Aptos Totalizados	233.467	100 %
Nº de Candidatos	84	100 %
Proporcionais		
Vagas (A)	21	100 %
Quociente Eleitoral	8.355	(B+C+D)/A
Votos Válidos (B+C+D)	175.474	91,11 %
Votos de Legenda (B)	3.282*	1,87 %
Votos Nominais (C)	165.945*	94,57 %

TABELA 4.2 – INFORMATIVO/ESTATÍSTICO – 1968 (continuação)

Votos Brancos / Proporcionais (D)	6.247	3,56 %
Votos Nulos / Proporcionais	17.117	8,89 %
Comparecimento / Apurados	192.591	82,49 %
Abstenção	40.876*	17,51%
Seções Totalizadas	935	100%

FONTE: TRE-PR.

TABELA 4.3 – DADOS E VOTAÇÕES – 1968

Coligações Legendas	Nº Cand.	Votos Nominais Partidos*	% Vál. Nom.*	Votos de Legenda*	% Leg.*	Cadeiras	Votos Totais	% Válidos *
ARENA	42	106.933	60,94	772	0,44	14	107.705	61,34
MDB	42	59.012	33,63	2.510	1,43	07	61.522	35,06

FONTE: TRE-PR

NOTA: * Calculados neste trabalho.

TABELA 4.4 – VOTAÇÃO MÉDIA E MÍNIMA DE VOTOS DOS CANDIDATOS ELEITOS À CÂMARA DE VEREADORES DE CURITIBA (QUOCIENTE ELEITORAL = 8.355) – 1968

Partidos	Cadeiras	Votação Média (Eleitos)*	Mínimo de Votos dos Eleitos	Distância entre Média e Mínimo (%)	Proporção Mínimo Votos => Q.E. (%)
ARENA	14	3.989,64	2.630	65,92	31,49
MDB	07	3.721	2.319	62,32	27,76
Total/Média	21	3.855,32			

A primeira eleição à Câmara Municipal de Curitiba no regime militar, com o sistema do bipartidarismo, ficou com a seguinte composição: o partido da situação, ARENA, majoritária com 14 cadeiras, e a oposição, o MDB, com sete representações.

O eleitorado curitibano para as eleições de 1968 era de 233.467 eleitores (vide Tabelas 4.2, 4.3, 4.4 e 4.5). 84 candidatos disputaram as 21 cadeiras nessas eleições, sendo 42 de cada partido. A mobilização eleitoral foi a mais baixa do período da ditadura, 82,49% de comparecimento; em contrapartida registrou o maior índice de abstenção 17,51%. A insatisfação do eleitorado também ficou manifesta no maior índice de votos nulos do período, 8,89%, e 3,56% de votos em branco.

Portanto, com esses índices o pleito registrou também os dois mais baixos percentuais de votos válidos, 91,11%, e de votos de legenda, 1,87%. Este ainda era de

se esperar em função de ser a primeira eleição municipal com as duas legendas. No entanto, a votação nominal se manteve praticamente estável no período, iniciando nesse pleito com 94,57% dos votos.

A competitividade eleitoral entre os dois partidos ficou em 26,28 pontos percentuais de diferença, caracterizando uma baixa competitividade, ou seja, a ARENA, partido do governo militar, ditadura e cassações, demonstrou reinar no início do período. Ao MDB, oposição, seja ela consentida, coube a minoria, ainda intimidada pelas ações repressoras do governo.

A ARENA iniciava o período com uma bancada de nove vereadores novos. Com o quociente partidário, a ARENA conquistou 12 cadeiras, obteve mais duas pela distribuição das sobras, elegendo Horácio Rodrigues Sobrinho pela primeira maior média, e Miguel Nasser Filho, na segunda média. Assim, mesmo essas duas vagas ocupadas obtiveram maior número de votos em relação às duas últimas ocupadas pelo MDB. Pela ARENA se reelegeram cinco vereadores, João Derosso – o único candidato a atingir o quociente eleitoral, o mais bem votado do pleito, com 8.455 votos –, e Menotti Caprilhone – ambos estavam no extinto PL; o ex-prefeito interino, Acyr Hafez José, e João Bettega – também ambos do extinto PTN; e o ex-petebista Elias Jorge. A ARENA ficou com a distância entre a votação mínima e a média dos eleitos do partido de 65,95%, pouco superior ao MDB e a proporção da votação mínima em relação ao quociente eleitoral ficou em 31,49%.

O MDB obteve sete cadeiras com o quociente partidário, nenhuma pela distribuição das sobras. Foram sete vereadores estreantes com exceção de Arlindo Ribas de Oliveira, ex-PTB, vereador reeleito pela terceira vez. O MDB começava na ditadura com uma bancada praticamente nova. Naquele pleito Maurício Roslindo Fruet, que seria o futuro prefeito de Curitiba (1983), foi eleito deputado estadual com a segunda maior média do partido. Em terceiro lugar estaria o seu futuro concorrente à prefeitura de Curitiba (1988), o vereador eleito Enéas Eugênio Pereira Faria. A legenda ficou com a distância entre o mínimo e a média dos eleitos do partido de 62,32%, que seria o equivalente da proporção do quociente eleitoral de 27,76%. Essa votação mínima foi obtida pelo vereador Admar Bertolli, com 2.319 votos. Havia ficado como suplente pelo MDB o futuro candidato a prefeitura de Curitiba (1988), Osvaldo Buskei, na 23ª posição na classificação.

A votação mínima das legendas demonstra que a ARENA precisou de mais votos para eleger o seu candidato com menor votação, enquanto que o MDB elegeu o seu candidato com uma proporção menor.

A ARENA foi a grande vencedora no Paraná, não obstante o MDB ter conquistado cidades importantes demonstrando sinais de crescimento. A oposição conquistou 28 municípios, embora tenha perdido a maioria desses, por conta da migração dos prefeitos eleitos para o partido do governo; mas ainda assim permaneceu com alguns municípios importantes.

4.5 INDICAÇÃO, REFERENDO E NOMEAÇÃO DO PREFEITO JAIME LERNER EM 1971

O Presidente da República era Emílio Garrastazu Médici, eleito pelo Colégio Eleitoral em 25 de outubro de 1969, com 293 votos e 75 abstenções (PORTO, 2002). A ditadura militar comemorava o 7º aniversário da “Revolução Democrática” e fazia o balanço das mudanças no nível nacional.

A 1º de fevereiro de 1971 foram empossados, em Brasília, para a Sétima Legislatura após a queda do Estado Novo, dois senadores eleitos pelo Paraná, Francisco Accioly R. da Costa Filho e João de Mattos Leão – ambos da ARENA –, Ney Braga também era senador eleito em 1966; e 23 deputados federais, sendo 19 da ARENA (nove reeleitos), e quatro do MDB, um reeleito. Em Curitiba foram empossados 47 deputados à Assembleia Legislativa Estadual, eleitos a 15 de novembro de 1970. A composição da Assembleia Legislativa era a seguinte: 38 deputados pela ARENA, sendo 21 reeleições, e nove pelo MDB, somente uma reeleição. O Congresso Nacional começava a se organizar elegendo sua Comissão Executiva e sua Mesa Diretora (ENCERRADO..., 1971, p. 3).

Em 15 de março de 1971, o presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, Wilson Figueiredo Fortes (ARENA), em sessão solene empossava o governador Haroldo Leon Peres, nascido no Rio de Janeiro a 2 de maio de 1928, advogado, com 42 anos (HAROLDO..., 1971, p.11), e o vice-governador, o professor e engenheiro Pedro Viriato Parigot de Souza, diretor presidente da Copel nas duas últimas administrações estaduais, com a presença de um representante do presidente da República, o general José Campos de Aragão (DIÁRIO..., nº 2553, 1971, p.1 e 4). O governador e o vice foram eleitos a 3 de outubro de 1970 pela Assembleia Legislativa do Paraná. Os

governadores foram escolhidos a dedo pelo governo federal e, em eleições indiretas, referendados pelos Colégios Eleitorais das respectivas Assembleias Legislativas dos Estados (FLEISCHER, 1988). Leon Peres foi eleito deputado federal pela ARENA em 1966, deputado estadual em 1958, pela UDN-PR, reeleito pela UDN em 1962 (IPARDES, 1989). O governador Paulo Pimentel, o único chefe do Executivo dos eleitos a ficar no governo até o final do mandato, e o vice Plínio Franco Ferreira da Costa, passaram os cargos uma hora depois no Palácio Iguaçu (PARANÁ..., 1971, capa).

O prefeito era Omar Sabbag, também nomeado, entregou a 16 de março o cargo de prefeito ao presidente da Câmara Municipal, o vereador Edgar Dantas Pimentel, que exerceria a função de prefeito de Curitiba interinamente até a designação do novo sucessor à Prefeitura de Curitiba pelo governador do Estado (SABBAG E PREFEITURA, 1971, p. 3).

A Câmara Municipal de Vereadores estava composta pelos eleitos em 1968, estes terminariam seus mandatos em 1972, quando seriam realizadas as eleições. Em fevereiro de 1971, a Câmara Municipal indicava e elegia a sua Comissão Executiva e seguia o critério orientado pelo governador eleito Haroldo Leon Peres, que indicava numa eleição prévia os nomes dos vereadores, para o MDB foram oferecidos apenas dois cargos. Para líder da ARENA foi indicado o vereador João Batista Gnoato, a quem coube a coordenação da eleição e a indicação dos dois suplentes arenistas à Comissão Executiva (PLEITO DE HOJE, 1971, p. 3). A bancada de vereadores estava assim dividida: dos 21 vereadores, 14 eram da ARENA, e sete do MDB. O MDB foi contemplado com dois postos na Comissão Executiva, a segunda vice-presidência e a segunda secretaria, com Ademar Bertoli e Enéas Faria respectivamente. O presidente da Câmara de Vereadores foi reeleito, o vereador Edgar Dantas Pimentel, e 1º vice, Horácio Rodrigues Sobrinho, e 1º secretário, Eugênio Bim (OPOSIÇÃO TEM..., 1971, p. 3).

O governador do Estado do Paraná, Haroldo Leon Peres, no dia 16 de março de 1971, indicou o nome do jovem curitibano com 33 anos, engenheiro e arquiteto, Jaime Lerner, para ocupar o cargo de prefeito de Curitiba, em obediência ao Artigo 15, § 1º, alínea b da Constituição Estadual.

Na primeira Sessão Legislativa da Sétima Legislatura, realizada a 18 de março de 1971, com 47 deputados presentes, presidida pelo deputado Wilson Fortes, (1º vice-presidente, Antonio Costa; 2ª vice-presidente, Nelson Buffara; 1º secretário, Ivo

Tomazoni; 2º secretário, Quielse Crisóstomo; 3º secretário, Domício Scaramella; e 4º secretário, Rosário Pitelli), foi lido o Ofício de 16 de março de 1971, do governador do Estado, Leon Peres, convocando a Assembleia a reunir-se extraordinariamente até 30 de março para apreciar suas primeiras demandas, sendo a primeira a indicação do nome de Jaime Lerner para ocupar o cargo de Prefeito Municipal de Curitiba, conforme o Artigo nº 104, Inciso I (da Carta Estadual e regulamentado a Lei nº 5.410 de 1966) e submetendo à Assembleia Legislativa a aprovação do nome indicado a Prefeito de Curitiba. Neste ofício, o governador justificou a alta qualificação do indicado e anexou o *curriculum vitae* para apreciação dos deputados (DIÁRIO..., nº 2554, 1971, p. 1).

Jaime Lerner, nascido a 17 de dezembro de 1937, em Curitiba, formou-se em engenharia civil pela Escola de Engenharia da Universidade Federal do Paraná em 1960 e em Arquitetura, pela mesma instituição, em 1964. Destaca-se, no seu vasto currículo e experiência, que Lerner participou da criação do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC) (1965), e também havia participado na definição e no desenvolvimento das diretrizes básicas do Plano Diretor para Curitiba (1966-1969) (Id., *ibid.*, p. 2), instituição formadora de futuros prefeitos de Curitiba. Jaime Lerner lecionava Arquitetura na UFPR, com vários prêmios internacionais na sua especialidade, com especialização na França em Urbanismo e Planejamento Regional, foi diretor-presidente do IPPUC, ocupava na ocasião o cargo de presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil e primeiro vice-presidente da Associação dos Municípios do Paraná.

Apresentado o currículo de Jaime Lerner aos deputados, depois conforme a ordem da pauta, o líder da ARENA, o deputado João Mansur, indicou os deputados correligionários Acyr José, Borsari Neto, Erondy Silvério e Arthur de Souza para compor a Comissão Especial que apreciaria a indicação do nome de Jaime Lerner para prefeito de Curitiba. O líder do MDB, o deputado Nivaldo Kruger, indicou do seu partido o deputado Sebastião Rodrigues de Souza para a mesma Comissão (DIÁRIO..., nº 2554, 1971, p. 3).

Essa Comissão Especial reuniu-se e emitiu uma Ata, conforme prevista na forma da Resolução 2-66 (de 05.10.1966), para opinarem a respeito da Mensagem 2-71 (do nome indicado em 16 de março de 1971 pelo governador). A Comissão escolheu os deputados Acyr José, como presidente, e Arthur de Souza, como relator da matéria. O presidente fez um resumo da personalidade do arquiteto Jaime Lerner e de seus conhecimentos técnicos, informações suficientes para que a Comissão Especial abrisse

mão de suas prerrogativas de convidar Jaime Lerner para sabatiná-lo. O único representante do MDB nesta Comissão, o deputado Sebastião Rodrigues de Souza Júnior, declarou que o MDB não fazia nenhuma restrição ao nome de Jaime Lerner, vendo este com as melhores qualificações para desempenhar a função de prefeito. Entretanto, o deputado Sebastião Rodrigues de Souza Júnior, coerente com as resoluções admitidas por seu partido (a bancada emedebista se reuniu no dia 17 de março para decidir a posição em relação à indicação), teceu críticas ao modo como vinham sendo feitas as nomeações dos prefeitos das Capitais, que deveriam ser sufragados pelo povo em voto direto e secreto, abstendo-se, portanto, sua bancada de votar em plenário. Em seguida o deputado relator faria o parecer para que a matéria fosse votada dentro dos prazos determinados. A Comissão se reuniu novamente no dia seguinte para opinar sobre o Parecer do relator. O Parecer da Comissão Especial foi favorável, mesmo com a oposição do MDB representada por Sebastião Rodrigues (Id., *ibid.*, p. 8). Sebastião Rodrigues Júnior foi um dos deputados estaduais mais combativos ao governo de Leon Peres em plenário, o que contribuiu com a derrubada deste governo. Leon Peres era acusado de corrupção e foi obrigado a se afastar do cargo de governador ainda no ano de 1971. Rodrigues Júnior foi eleito deputado federal pelo Paraná em 1974 (1978 e 1982), pelo MDB e PMDB respectivamente (IPARDES, 1989).

Na Ata da 2ª sessão Legislativa (DIÁRIO..., nº. 2555, 1971, p.1), consta que Igo Losso requeria ao presidente da Casa, Wilson Fortes, uma comitiva de sete deputados para convidar Jaime Lerner a visitar a Assembleia e expor o seu programa administrativo que propusera para Curitiba. A Comissão para entrevistá-lo foi designada pelo presidente da Casa, a saber: Igo Losso, Acyr José, Erondy Silvério, Maurício Fruet e Arthur de Souza. Depois de lido o Parecer da Comissão Especial pelo deputado Acyr José, foi concedida a palavra aos oradores, deputados: Arthur de Souza (ARENA), Nivaldo Kruger (MDB), Muggiatti Filho (MDB), Igo Losso (ARENA), Antonio Belinati (MDB), Maurício Fruet (MDB).

Destaca-se que Arthur de Souza (ARENA), que embora tivesse elogiado a atuação do deputado Sebastião Rodrigues de Souza Júnior na Comissão Especial, declarou que o MDB se abstendo faria restrições em plenário.

O MDB enquanto oposição era praticamente excluído das decisões da Assembleia, em razão do seu número de representantes ser menor e a legenda situacionista monopolizar as decisões. Uma segunda onda de cassações naquele momento inibia qualquer manifestação política mais contundente e crítica da oposição.

Em plenário Nivaldo Kruger (MDB) em seu discurso, proclamou a decisão do MDB de abster-se na ratificação da indicação, chamou a atenção para a restauração da plena democracia e justificou a atitude dos deputados do MDB. Colocou que não se tratava de desconsideração à pessoa do candidato proposto Jaime Lerner, mas sim coerência com os objetivos democráticos do MDB, em prol de eleição direta, pelo voto direto e universal para os cargos eletivos. O deputado declarou que o voto do MDB seria “em branco”, uma forma de abstenção como protesto e desaprovação de um processo injusto e antidemocrático, e que a questão de segurança nacional, pública, que justificava a nomeação de prefeitos de capitais, seria uma desculpa para manter a estreita relação de dependência política da Prefeitura com o governo do Estado. Kruger observou que quem representaria melhor Curitiba seriam os seus eleitores e não os deputados eleitos por várias regiões do Estado. O deputado lançava a questão: “por que a uns a autonomia e a outros a tutela?” Para este, citando o ministro do STF, Temístocles Cavalcanti, a nomeação do prefeito seria uma forma da desfiguração da redução da autonomia municipal.

O deputado Antonio Casemiro Belinati (MDB) lembrou que Jaime Lerner fazia parte da Administração de Omar Sabbag. O Deputado Acyr José lembrou também que Jaime Lerner participou da elaboração e fixação do plano diretor da Capital do Estado, obtendo assim, a sua consagração.

O deputado emedebista Maurício Fruet, que seria o prefeito de Curitiba nomeado em 1983, pelo governador eleito José Richa, também homenageou o prefeito Omar Sabbag, que estava adoecido. Fruet solicitou ao governo que compreendesse os problemas e interesses de Curitiba e liberasse as verbas orçamentárias que eram recolhidas pela Assembleia, e que o governo desse a devida cobertura à Capital do Estado para a realização das obras necessárias.

O deputado Muggiatti Filho (MDB) inconformado com a posição declarada do MDB em relação ao referendo, insistia nas críticas ao MDB invocando o regimento interno e a sua concepção particular de democracia.

Em seguida à discussão o Presidente da Casa convocou os deputados para submeter a indicação ao Referendo. O primeiro-secretário, deputado Ivo Tomazoni, fez a chamada dos deputados para votarem, em escrutínio secreto, o Referendo. Votaram 47 deputados. O regimento interno, Art. 154, diz da obrigatoriedade do deputado votar quando presente à sessão.

A Comissão Escrutinadora foi composta pelos deputados Maurício Fruet, Xenofonte Villanueva e Antonio Maciel. O resultado da votação foi de 38 “sim” e nove votos em branco (vide quadro 4.3). Em seguida, a Presidência declarou aprovado o nome de Jaime Lerner para a Prefeitura Municipal de Curitiba (Id., *ibid.*, p. 4).

Não obstante, a votação ter sido unânime da ARENA referendando o nome de Lerner, o deputado arenista Cândido Manoel Martins de Oliveira, pretendia fazer uma declaração de voto em contrário, protestando o sistema de nomeação dos prefeitos das Capitais, comungava com o MDB a eleição direta.

Jaime Lerner foi nomeado, pelo governador do Estado, prefeito de Curitiba a 22 de março de 1971 e empossado dois dias depois, a 24 de março, em cerimônia no Palácio Iguaçu. Neste mesmo dia Lerner assumiu a Prefeitura no Palácio 29 de Março prometendo humanizar a cidade.

Embora o voto fosse secreto, não foi nem segredo de polichinelo, porque o MDB deixou abertamente declarado o seu protesto. Basta verificar no quadro abaixo a relação dos deputados e a votação.

QUADRO 4.3 – DEPUTADOS PRESENTES NA SESSÃO NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DEPUTADOS	PARTIDO	Votação 19.03.1971
ACYR HAFZ JOSÉ	ARENA	SIM
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA	SIM
ÁLVARO FERNANDES DIAS	MDB	BRANCO
ANTONIO FRANCO PEREIRA DA COSTA F.	ARENA	SIM
ANTONIO CASEMIRO BELINATI	MDB	BRANCO
ANTÔNIO LOPES JÚNIOR	ARENA	SIM
ANTONIO DOS SANTOS MACIEL FILHO	ARENA	SIM
ARIZONE MENDES DE ARAÚJO	ARENA	SIM
ARMANDO QUEIROZ DE MORAES	ARENA	SIM
ARTHUR GOTUZZO DE SOUZA	ARENA	SIM
BASÍLIO ZANUSSO	ARENA	SIM
FRANCISCO BORSARI NETO	ARENA	SIM
CÂNDIDO MANOEL MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA	SIM
DAVID FEDERMANN	ARENA	SIM

QUADRO 4.3 – DEPUTADOS PRESENTES NA SESSÃO NA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA (continuação)

DEPUTADOS	PARTIDO	Votação 19.03.1971
DOMÍCIO SCARAMELLA	MDB	BRANCO
EMÍLIO HUMBERTO CARAZZAI	ARENA	SIM
ERONDY SILVÉRIO	ARENA	SIM
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA	SIM
FRANCISCO ESCORSIN	ARENA	SIM
FUAD NACLI	ARENA	SIM
GABRIEL MANOEL	ARENA	SIM
GILBERTO R. CARVALHO	ARENA	SIM
HÉLIO MANFRINATO	MDB	BRANCO
IGO IWANT LOSSO	ARENA	SIM
IVO THOMAZONI	ARENA	SIM
JOÃO CALIL FADEL	ARENA	SIM
JOÃO MANSUR	ARENA	SIM
JORGE SATO	ARENA	SIM
JOSÉ LÁZARO DUMONT	ARENA	SIM
JOÃO LEOPOLDO JACOMEL	ARENA	SIM
MARCIANO BARANIUK	ARENA	SIM
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET	MDB	BRANCO
JOSÉ MUGGIATTI FILHO	MDB	BRANCO
NELSON BUFFARA	MDB	BRANCO
NIVALDO KRUGER	MDB	BRANCO
ODILON D. REINHARDT	ARENA	SIM
OVÍDIO (divino) LUIZ FRANZONI	ARENA	SIM
PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO	ARENA	SIM
PAULO POLI	ARENA	SIM
BENEDITO PINTO DIAS	ARENA	SIM
QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA	ARENA	SIM
ROGÉRIO PITELLI	ARENA	SIM
SEBASTIÃO DE S. RODRIGUES JÚNIOR	MDB	BRANCO
OSWALDO DOS SANTOS LIMA	ARENA	SIM
WILSON FIGUEIREDO FORTES	ARENA	SIM
WILSON BRANDÃO	ARENA	SIM
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA	SIM

FONTE: ANAIS..., 1971.

O governador Haroldo Leon Peres era deputado federal quando foi indicado pelo presidente Médici ao diretório da ARENA paranaense e eleito pela Assembleia Legislativa. Era um dos vice-líderes da sua bancada e, como diz a literatura, era homem da “revolução”. Não foi um parlamentar brilhante, criticava Ney Braga, foi o algoz de Pimentel, e ao romper com seus antecessores criou inimigos políticos dos quais não poderia se defender, além de desprezar a Assembleia Legislativa. Um dos deputados estaduais mais combativos da oposição ao governo Leon Peres foi o emedebista Sebastião Rodrigues Júnior, representante eleito pelo sudoeste paranaense, região onde se formaram várias lideranças políticas no Paraná. Haroldo foi obrigado a renunciar com oito meses de mandato, a 23 de novembro de 1971, assumindo o governo o vice Parigot de Souza. Este faleceu antes de terminar o mandato. Então, a Assembleia Legislativa elegeu para governador o deputado federal Emílio Hoffmann Gomes (DUARTE; HELLER, 2000).

Leon Peres tinha residência em Maringá, no norte do Paraná. Fato é que o governador indicado começou a cair, mostrando sinais de fraqueza mesmo antes de assumir o governo. Em mudança para a Capital, seu amigo Glover Duarte, diretor do Banco Nacional, passou uma lista de arrecadação entre empresários, com o objetivo de adquirir uma mansão no bairro Juvevê para o futuro governador. Essa casa teria sido “doada” por Gilberto Buffara, irmão do deputado estadual Nelson Buffara (MDB); assim o moralista começava a dar sinais de fraqueza (DUARTE; HELLER, 2000).

Pode-se constatar na composição do secretariado do governo Leon Peres, que a média das idades de seu *staff* era de 46,5 anos, sendo Jaime Lerner o mais novo prefeito nomeado de Curitiba (SECRETÁRIOS..., 1971, p. 6). O que isso significava? Pois bem, Haroldo Leon Peres não indicou para o secretariado do seu governo personagens que tivessem fortes laços políticos no Paraná. Não indicou porque não pôde, em função da sua fraca base política e por não ter apoio dos tradicionais grupos políticos do Paraná, tanto que teve de compor o seu governo com novos atores, não desmerecendo e nem desqualificando a capacidade destes. Apesar de Haroldo Leon Peres ter sido eleito deputado estadual por dois mandatos e um à Câmara Federal, ele era um *outsider* da política paranaense, e, sobretudo, do centro político da Capital.

Portanto, o governador indicado recorreu a administradores novos e também novos no cenário político paranaense. Assim, entram em cena determinados atores da política paranaense, proporcionando revelações políticas, como o protagonista deste capítulo. Jaime Lerner não surge do nada. Era um jovem de 33 anos de idade indicado

para ser prefeito da Capital, apartidário, e um técnico em urbanismo. E foi a partir dessa administração política no executivo municipal que Jaime Lerner tornou-se um dos maiores protagonistas da política paranaense, atingindo o posto máximo do Estado na década de 1990, sendo eleito governador do Estado do Paraná em 1994 e reeleito em 1998, acompanhando os governos de Fernando Henrique Cardoso.

4.6 AS ELEIÇÕES PROPORCIONAIS DE 1972

4.6.1 Contexto das eleições para vereadores à Câmara Municipal de Curitiba de 1972

O governador do Estado era Pedro Viriato Parigot de Souza, vice de Haroldo Leon Peres, indicado pelo presidente da República, general Emílio Garrastazu Médici, e que fora destituído do cargo de governador em 1971, por não ter apoio político regional (OLIVEIRA, 2001). O prefeito de Curitiba era Jaime Lerner, no seu primeiro mandato, nomeado em 1971 por Leon Peres. A Assembleia Legislativa estava composta pelos deputados eleitos em 1970, sendo originalmente 38 da ARENA e nove do MDB. A Câmara dos Deputados com 19 representantes da ARENA e 4 do MDB. Os senadores eram todos arenistas, João de Mattos Leão, Francisco Accioly Rodrigues da Costa Filho e Ney Braga.

Pela primeira vez as eleições municipais ocorriam em todo o País. No Paraná seriam realizadas eleições em 288 municípios, sendo em 275 para prefeitos e vereadores e em 13 somente para vereadores, como em Curitiba, considerados áreas de segurança nacional. O MDB concorreu apenas em 83 dos municípios.

As campanhas eleitorais municipais tinham todo o apoio dos deputados estaduais e federais nas suas regiões de origem e no caso do partido do governo, ainda o apoio do próprio governador do Estado, que viajava em campanha.

O sistema de votação continuava com senha, numerada, organizando as filas, o eleitor recebia do presidente da Mesa a cédula única, na cabine indevassável preenchê-la com o nome do candidato, número e legenda, para não ser anulada. No recinto havia uma listagem com todos os dados necessários dos candidatos. Somente as pessoas que sabiam ler e escrever eram qualificadas e poderiam se alistar e votar.

Os vereadores eleitos nesse pleito de 15 de novembro foram proclamados no dia 27 de novembro de 1972, diplomados a 16 de dezembro de 1972 e tomaram posse a 31 de janeiro de 1973. A primeira Comissão Executiva da Sétima Legislatura que tomou

posse a 2 de fevereiro de 1973 ficou assim composta: Edgar Dantas Pimentel, presidente; Adhail Sprenger Passos, 1º vice-presidente; João Derosso, 2º vice-presidente; Ruy Teixeira, 1º secretário; e Adalberto Daros, 2º secretário (MARTINS, 1999).

Para o governo e seu partido, a ARENA, os resultados das eleições eram tidos como forma de avaliação de aprovação ou desaprovação pelo povo brasileiro do programa administrativo da “Revolução”. Há que se considerar na ampla vitória do partido do governo que em muitos municípios a oposição não apresentou candidatos, não concorreu. Portanto, a vitória da ARENA deve ser percebida e avaliada dentre os municípios em que houve realmente a disputa entre as duas legendas.

A Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná (Famepar) promovia cursos¹⁹ de organização e funcionamento de Câmaras Municipais e Legislação Municipal para os vereadores eleitos.

José Richa, pelo MDB, foi eleito²⁰ prefeito de Londrina nessas eleições de 1972 graças à sublegenda, tendo como vice-prefeito Manoel Barros de Azevedo.

A bancada emedebista de vereadores ficou com 11 cadeiras, superou a arenista por uma. O senador Ney Braga era contra a sublegenda, porque esta incitava concorrência e dissensões internas, e favorecia que candidatos arenistas apoiassem candidatos da oposição. Para esses casos, o senador sugeria a expulsão de arenistas, visando a união do partido para fortalecê-lo.

Embora o MDB tenha enfraquecido na Capital do Estado, perdendo uma cadeira na Câmara de Vereadores, conquistou cidades importantes no interior do Estado, demonstrando sinais de fortalecimento. Londrina foi o melhor exemplo.

¹⁹ O curso de Legislação Municipal versava sobre “A Constituição do Brasil e do Paraná e Município; A lei Orgânica dos Municípios; Noções de Técnica Legislativa; Regimento Interno da Câmara; ? Administrativa; Câmara Modelo; O Decreto-Lei 201 e os Vereadores; e Debates e Avaliação”. O curso de Organização e Funcionamento das Câmaras Municipais tinha como programa: “A Câmara Municipal – Composição e Atribuições; Atribuição dos Vereadores; Composição; Situações Diversas; Matérias Administrativas; Vereadores; Serviços Administrativos da Câmara; Anexação de Territórios; Vereador Servidor Público; Planos Diretores; e Debates Conjuntos e Avaliação” (FAMEPAR JÁ..., 1972, s/p).

²⁰ José Richa venceu pela soma das três sublegendas do MDB que concorreram à Prefeitura de Londrina, somando as votações dos outros candidatos Antonio Belinati e Álvaro Dias, que superaram, no entanto, o candidato mais votado José Hosken de Novaes, da ARENA (PRIMEIROS RESULTADOS..., s/p).

4.6.2 Análise da base de dados e dos resultados eleitorais

QUADRO 4.4 – CANDIDATOS ELEITOS À CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA – 1972

PARTIDOS	CANDIDATOS ELEITOS	VOTAÇÃO	% VOTOS VÁL.*	% VOTOS COMP.*	SITUAÇÃO
ARENA	Ezequias Losso	11.327	4,88	4,53	REELEITO
ARENA	João Derosso	10.587	4,56	4,23	REELEITO
ARENA	Edgar Felipe Dantas Pimentel	9.151	3,94	3,94	REELEITO
ARENA	Donato Gulín	8.361	3,60	3,34	ELEITO
ARENA	Ivanir Ivay Stival	7.195	3,10	2,88	ELEITO
ARENA	Ruy Carneiro Teixeira	6.081	2,62	2,43	ELEITO
ARENA	Alvim Jareski	5.798	2,50	2,32	REELEITO
ARENA	Manoel Cursino Dias Paredes	5.221	2,25	2,09	REELEITO
ARENA	Eugênio Bim	5.206	2,24	2,08	REELEITO
ARENA	Alexandre Sferelli	4.940	2,13	1,97	REELEITO
ARENA	João Batista Alfredo Gnoato	4.938	2,13	1,97	REELEITO
ARENA	João Queiroz Maciel	4.923	2,12	1,97	ELEITO
ARENA	José Gorski	4.448	1,91	1,78	ELEITO
ARENA	Menotti Caprilhone	4.442	1,91	1,78	REELEITO
ARENA	Oatre Brambilla	3.981	1,71	1,59	Reel. 1ª méd.
MDB	Enéas Eugênio Pereira Faria	8.119	3,50	3,25	REELEITO
MDB	Admar Bertolli	4.645	2,00	1,86	REELEITO
MDB	Adhail Sprenger Passos	4.400	1,89	1,76	REELEITO
MDB	Amadeu Luiz De Mio Geara	3.507	1,51	1,40	ELEITO
MDB	Adalberto Daros	3.505	1,51	1,40	REELEITO
MDB	Arlindo Ribas de Oliveira	3.121	1,34	1,25	Reel. 2ª méd.

FONTE: TRE-PR.

TABELA 4.5 – INFORMATIVO/ESTATÍSTICO – 1972

Eleitores Aptos Totalizados	293.976	100 %
Nº. de Candidatos Proporcionais	79	100 %
Vagas (A)	21	100 %
Quociente Eleitoral*	11.057	(B+C+D)/A
Votos Válidos (B+C+D)	232.208	92,86 %
Votos de Legenda (B)*	4.754	2,05 %

TABELA 4.5 – INFORMATIVO/ESTATÍSTICO – 1972 (continuação)

Votos Nominais (C)*	216.738	93,34 %
Votos Brancos / Proporcionais (D)	10.716	4,61 %
Votos Nulos / Proporcionais	17.850	7,14 %
Comparecimento / Apurados	250.058	85,06 %
Abstenção	43.918	14,94 %
Seções Totalizadas	982	100 %

* Calculado neste trabalho.

TABELA 4.6 – DADOS E VOTAÇÕES – 1972

Coligações Legendas	Nº Cand.	Votos Nominais Partidos*	% Vál. Nom.*	Votos de Legenda	% Leg.*	Cadeiras	Votos Totais	% Válidos *
ARENA	42	158.495	68,26	1.966	0,85	15	160.461	69,10
MDB	37	58.243	25,08	2.788	1,20	06	61.031	26,28

FONTE: TRE-PR

NOTA: * Calculados neste trabalho

TABELA 4.7 – VOTAÇÃO MÉDIA E MÍNIMA DE VOTOS DOS CANDIDATOS ELEITOS À CÂMARA DE VEREADORES DE CURITIBA (QUOCIENTE ELEITORAL = 11.057) – 1972

Partidos	Cadeiras	Votação Média (Eleitos)	Mínimo de Votos dos Eleitos	Distância entre Média e Mínimo (%)	Proporção Mínimo Votos => Q.E. (%)
ARENA	15	6.439,93	3.981	61,82	36,00
MDB	06	4.549,5	3.121	68,60	28,23
Total/Média	21	5.494,72			

Das 21 vagas, a ARENA, com 42 candidatos, elegeu 15 vereadores, atingindo a sua maior conquista na bancada municipal no período (vide Quadro 4.4, Tabelas 4.5, 4.6 e 4.7). Em contrapartida, o MDB, com 37 candidatos, elegeu apenas seis representantes. Foi a menor conquista do partido durante o regime militar. Foi o pleito com o maior índice de reeleições do período, 71,43%, sendo 10 delas da ARENA e cinco do MDB. A ARENA ganhou uma cadeira e, conseqüentemente o MDB perdeu uma.

As eleições à Câmara Municipal de Curitiba registraram os seguintes índices: um colégio eleitoral de 293.976 eleitores – um aumento de 26% do eleitorado em relação ao pleito anterior de 1968 –, com 92,86% dos votos válidos e 2,05% dos votos de legenda, sendo a menor votação nominal do período, 93,34%. A mobilização eleitoral foi a maior do período, ficou com 85,06% de comparecimento. Já o índice de abstenção foi o menor do período, 14,94%. Com essa participação maior do eleitorado, esse pleito também registrou a maior taxa de votos em branco, 4,61%, e os votos nulos ficaram em 7,14%.

A competitividade eleitoral foi a mais baixa dos três pleitos, a diferença entre os percentuais de votos obtidos pelas duas legendas é de 42,82 pontos percentuais. Essa distância de votação entre os dois partidos demonstra claramente a superioridade do partido do governo no pleito em relação à oposição. Não obstante, a votação mínima do candidato eleito da ARENA, o último a ser eleito, ficou em 61,82% dos votos da média dos eleitos, e esse mesmo mínimo corresponde à proporção de 36% do quociente eleitoral. Números inferiores aos obtidos no pleito anterior de 1968.

Com relação às reeleições da ARENA, 11 candidatos tentaram e 10 conseguiram, foram: Ezequias Losso, o mais bem votado dos candidatos; João Derosso com a segunda maior votação; Edgar Felipe Dantas Pimentel, o terceiro mais bem votado do pleito; Eugênio Bim, João Batista Alfredo Gnoato e Alexandre Sferelli, que assumiu como suplente no mandato anterior; Oatre Brambilla, reeleito na primeira divisão das sobras; e Menotti Caprilhone, reeleito para o seu sexto mandato; os candidatos com segundos mandatos foram Alvim Jareski, eleito pelo PL em 1963; e Manoel Cursino Dias Paredes, também eleito em 1963 pelo PSD.

O MDB praticamente reelegeu pela primeira vez a bancada toda, o estreante foi o candidato Amadeu Luiz de Mio Geara. O candidato que obteve a votação mínima foi Arlindo Ribas de Oliveira, reeleito na segunda distribuição da maior média, com 68,60% da média dos eleitos do partido, superior à média atingida no pleito anterior, melhorou a proporção entre mínimo e quociente eleitoral, ficando com 28,23%. Enéas Faria, futuro candidato a prefeito, reeleito, foi o mais bem votado do MDB.

Os votos mínimos em relação às médias dos eleitos e às proporções do quociente eleitoral demonstraram que o MDB precisou de menos votos para eleger um candidato que a ARENA.

A ARENA com toda a máquina do governo conseguiu nesse pleito manter a sua hegemonia na Câmara Municipal com as 15 vagas conquistadas. O MDB, com certo

otimismo, tentava ampliar as representações, mas acabou perdendo uma cadeira, ficando com seis.

4.7 INDICAÇÃO, REFERENDO E NOMEAÇÃO DO PREFEITO SAUL RAIZ EM 1975

Em 1975, o presidente da República era o general Ernesto Geisel, eleito em eleição indireta pelo Colégio Eleitoral, a 15 de janeiro de 1974, com 400 votos contra 76 de Ulysses Guimarães. Geisel, presidente da Petrobras e irmão do ministro do Exército, foi indicado pelo grupo castelista (PORTO, 2002).

O governador do Estado do Paraná era o paulista, cafeicultor e pecuarista Jayme Canet Junior (OLIVEIRA, 2001). Indicado pelo presidente Geisel e aprovado pela Assembleia Legislativa do Paraná, era o vice-governador de Emílio Hoffmann Gomes, de quem recebeu o cargo. Ex-presidente do Banco do Estado do Paraná, assumiu o cargo de vice a 11 de agosto de 1973, para completar o mandato iniciado em 1970. O governador Canet Jr., nascido a 19 de janeiro de 1925 em Ourinhos, São Paulo, filiado à ARENA, eleito indiretamente a 3 de outubro de 1974, e o vice-governador, o advogado, agricultor e contador, Octávio Cesário Pereira Júnior, nascido a 07 de fevereiro de 1926, em Itajaí, Santa Catarina, assumiram o governo a 15 de março de 1975. Octávio Pereira Júnior, ex-deputado federal, teria sido chefe do gabinete quando Ney Braga foi ministro da Agricultura. O então ministro da Educação e Cultura, Ney Braga, representando o presidente Ernesto Geisel na posse do governador, estava confiante na administração de Canet Junior.

Nas últimas eleições de 15 de novembro de 1974 à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o MDB conquistou 25 cadeiras das 54, e a ARENA ficou com 29. O MDB deu um salto, de 19,15% das cadeiras conquistadas em 1970 para 46,30% em 1974, e a ARENA caiu, com resultado inversamente proporcional, mesmo ficando majoritária. Na Câmara Federal cada partido ficou com 15 cadeiras. E das duas vagas ao Senado, o MDB elegeu Francisco Leite Chaves, e a ARENA, João Mansur. A grande virada foi do MDB, o vencedor naquelas eleições. As votações dos deputados eleitos do MDB, tanto no nível estadual quanto federal, foram superiores às votações dos deputados da ARENA. Em Curitiba, o maior colégio eleitoral do Estado, a ARENA recebeu 24,2% dos votos e o MDB obteve 75,8% (ANAIIS..., nº 21, Ano I, p. 4, 04.04.1975). Esses resultados demonstraram a expressão popular com a ascensão da

representação do MDB, enquanto oposição. O MDB lutava em favor da plena democracia, com eleições diretas para cargos eletivos, demonstrava com a sua abstenção as práticas da ditadura com as eleições indiretas e as respectivas nomeações de prefeitos e governadores.

A Câmara Municipal estava composta pela bancada eleita em 1972, sendo 15 cadeiras da ARENA e seis do MDB. Entretanto, a bancada emedebista considerava que o futuro prefeito deveria discutir com os edis as linhas mestras de sua administração.

O prefeito Jaime Lerner a 5 de março, juntamente com o governador Emílio Gomes, inaugurou oficialmente a Cidade Industrial de Curitiba. Lerner, em discurso, agradeceu aos engenheiros da Companhia de Urbanização de Curitiba (URBS), Cassio Taniguchi – futuro prefeito de Curitiba (1996 e 2000) –, e Francisco Macedo (CIDADE..., 1975, p. 9). Lerner deixou a Prefeitura de Curitiba no dia 25 de março, e repassou o cargo para o vereador, presidente da Câmara de Vereadores, o engenheiro, empresário do ramo de transporte coletivo em Curitiba, professor da Faculdade de Engenharia da Universidade Federal do Paraná e advogado Donato Gulin. Jaime Lerner foi indicado pelo governador do Estado do Rio de Janeiro, o almirante Faria Lima, à Coordenadoria da Região do Grande Rio, em razão de sua capacidade urbanística e suas inovações na administração em Curitiba.

Os deputados estaduais do MDB, em reunião com toda a bancada, presidida pelo líder José Muggiati Filho (presidente regional do partido), decidiram manter a posição de abstenção, em conformidade com a linha ideológica do partido, na indicação do prefeito de Curitiba. A Comissão de redação dessa declaração foi composta pelos deputados Fidelcino Tolentino, Oswaldo Macedo, Adalberto Daros, Enéas Faria, Deni Schwartz e Maurício Fruet.

Diferentemente de Jaime Lerner, Saul Raiz foi submetido ao debate na Assembleia, a chamada “sabatina”. Foi entrevistado pelos deputados situacionistas, 23 dos 29 deputados da ARENA, no dia 14 de março. O MDB não se fez presente.

Havia três deputados arenistas que estariam relutando em aprovar o nome de Saul Raiz para prefeito de Curitiba, a saber: Luiz Roberto Soares, Fuad Nacle e Accioly Neto. O deputado Accioly Neto havia declarado ao noticiário que seria contra a aprovação do nome indicado, ressaltando que não era contra o engenheiro Saul Raiz, mas contra as eleições indiretas e por não ter sido consultado previamente. Por conta disso, o governador Jayme Canet solicitou que o presidente da ARENA no Paraná, Accioly Filho, conversasse com o seu filho Accioly Neto, para reverter a situação.

O governador Canet enviou a Mensagem que indicou o nome do engenheiro Saul Raiz para prefeito de Curitiba à Assembleia Legislativa no dia 24 de março, entregue pelo chefe da Casa Civil Armando Queiroz de Moraes ao deputado Paulo Camargo; a Mensagem foi enviada somente depois de entendimentos com o presidente regional da ARENA, senador Accioly Filho, e com as lideranças do partido e a bancada estadual.

A reunião da Comissão Executiva da ARENA, sob a presidência do senador Accioly Filho, divulgou nota que, atenta ao problema político da indicação do prefeito de Curitiba, recomendava aos seus deputados a aprovação do nome do engenheiro Saul Raiz. Esta recomendação foi reforçada em reunião da bancada, liderada pelo deputado Ivo Thomazoni, mas que não contou com a presença de todos os parlamentares.

Na 1ª Sessão Legislativa da Oitava Legislatura, a 31 de março de 1975, a Mesa presidida pelo deputado Paulo Camargo (ARENA) e secretariada pelos deputados Aguinaldo Pereira Lima (ARENA) e Maurício Fruet (MDB) comunicava à Casa que havia recebido a mensagem 16/75 do governador do Estado propondo o nome de Saul Raiz para o cargo de prefeito municipal de Curitiba. Foi apresentado o currículo do indicado: Saul Raiz, com 45 anos de idade, nascido a 19 de janeiro de 1930, em Curitiba, Paraná, filho de Leizor Raiz e Flora Raiz; engenheiro civil, formado pela Faculdade de Engenharia da Universidade Federal do Paraná; curso de Urbanismo na França, e estágio no Ministério de Reconstrução do governo francês e nos escritórios de Planejamento Urbano. Do extenso currículo de Saul Raiz, destaca-se que ele trabalhou na Prefeitura de Curitiba durante a gestão de Ney Braga, que ocupou o cargo de diretor do Departamento de Urbanismo quando da elaboração do Plano Diretor de Curitiba e quando esta recebeu o título, do Instituto Brasileiro de Administração Municipal, de a cidade mais progressista do País em 1958. Foi diretor do Departamento de Estradas de Rodagem (DER) no governo de Ney Braga; também foi nomeado juiz do Tribunal de Contas em 1964. Em 1965-1966, Saul Raiz foi nomeado secretário de Estado dos Negócios de Viação e Obras Públicas do Estado do Paraná. De 1967 a 1975, Raiz assumiu a direção de várias empresas privadas; o destaque maior está na divisão de cerâmica das indústrias Klabin,.

A Comissão Especial que opinaria a respeito da Mensagem da indicação do governador para o nome do candidato a prefeito, foi constituída pela Mesa da Casa de acordo com o artigo nº 2 da Resolução nº 2/66 de 5 de outubro de 1966. A Comissão foi composta por cinco membros assegurando a representação proporcional. Desta vez

foram indicados, pelos líderes dos partidos, três representantes da ARENA e dois do MDB. O deputado Ivo Thomazoni, líder da ARENA, indicou para integrarem a Comissão Especial: Quielse Crisóstomo da Silva, Basílio Zanusso e Egon Pudell. O líder da bancada do MDB, Muggiati Filho, indicou os deputados Enéas Faria e Adalberto Daros.

Na Ata daquele dia de 31 de março ficou resolvido por eleição que o deputado Quielse Crisóstomo da Silva seria o presidente da Comissão Especial; este indicou o deputado Egon Pudell para ser o relator e para secretariar, a funcionária da Casa, Teresinha B. de Moura e Claro (ANAIIS..., nº 18, p. 11, Ano I, 01.04.1975).

Embora não tenha constado em ata, mas relatado na imprensa, o deputado Adalberto Daros, em requerimento à Mesa Diretora da Assembleia, chamou atenção à participação do deputado Alfredo Gulin, da ARENA, na votação para aprovação do prefeito, em razão do grau de parentesco deste com o prefeito interino, Donato Gulin, e a sua vinculação à empresa de transporte coletivo na Capital. O líder Ivo Thomazoni contornando o problema, explicou que Alfredo Gulin estaria desvinculado da Direção da empresa e que o atual prefeito exercia o cargo em caráter transitório.

O deputado Otássio Pereira, MDB, embora reconhecesse a capacidade do engenheiro Saul Raiz, contabilizou que tal eleição representaria apenas 24% dos curitibanos, que foram os votos recebidos pela ARENA, e que este prefeito não teria apenas a oposição dos deputados e vereadores do MDB, mas de 75,8% dos eleitores curitibanos que votaram no MDB nas últimas eleições. O deputado foi irônico ao parabenizar as autoridades governamentais, quando enalteceu a figura do candidato indicado a prefeito, porém observando que o indicado era um jovem de 45 anos aposentado pelo Tribunal de Contas do Estado, desde o ano de 1966.

Os deputados do MDB Adalberto Daros e Enéas Faria, que compunham a Comissão Especial, entregaram no dia 3 de abril o voto em separado sobre a matéria. Eles se queixaram que não havia um plano de trabalho, não se alinhavam prioridades e não se definiu um conceito administrativo.

Consta na Ata da Sessão Especial do dia 4 de abril de 1975, presidida por Paulo Camargo e secretariada por Aguinaldo Pereira Lima e Maurício Fruet, destinada a deliberar sobre a indicação do nome de Saul Raiz pelo governador Jayme Canet Junior para prefeito de Curitiba, que dos 54 deputados, dois estavam ausentes, Domício Scaramella e Del Ciel. Portanto, havia número legal para proceder à sessão e à votação em conformidade com a Resolução nº 2/66, Lei nº 5.410 e dispositivos pertinentes. Os

oradores inscritos foram os deputados Ezequias Losso, Muggiati Filho e Ivo Thomazoni.

Ezequias Losso, acatando a recomendação, destacou a filiação de Saul Raiz à ARENA, e que essa indicação seria legítima em razão deste partido ser majoritário tanto na Assembleia como na Câmara Municipal. Também, Saul Raiz estaria em consonância e aceleraria o empreendimento da recém inaugurada Cidade Industrial de Curitiba pelo prefeito Jaime Lerner, atendendo os anseios da Cidade.

O deputado Muggiati Filho, representando o MDB, firmado por toda a bancada dos deputados deste partido, fez a declaração de abstenção à votação referente à Mensagem 16/75. Novamente o MDB se absteve em gesto de protesto às indicações e nomeações, pontuando que a democracia tinha como pressuposto a eleição direta, com voto secreto, candidatos livremente escolhidos pelos partidos legalmente constituídos e com os direitos assegurados pela República, que seria sinônimo de lei, visto que o MDB condenava eleição indireta a qualquer cargo eletivo. E mais, como já estava constitucionalmente assegurada a eleição pelo voto direto do povo para governador do Estado para o ano de 1978, tal prática deveria se estender aos demais cargos em coerência com a vontade do povo. Declarou ainda o deputado que a nomeação do prefeito pelo governador fere o dispositivo inicial da Carta Magna “Todo poder emana do povo e em seu nome é exercido”. Em plenário, Muggiati Filho chamava a atenção dos deputados quanto às indicações: o presidente da República indicava o governador e a Assembleia Legislativa o sancionava e o fiscalizava; agora o governador indica o prefeito à Assembleia e esta o sanciona, mas quem o fiscalizaria seria a Câmara dos Vereadores que nem sequer o ouviu. Isto posto, tudo indica que estas indicações não expressavam a vontade popular. Para Muggiati Filho nas últimas eleições Curitiba teria rechaçado “os dispositivos vigentes mutiladores da nossa soberania”; em resumo para o deputado, representando o partido, votar significaria violar a soberania do povo (ANAIIS..., nº 21, Ano I, p. 1 e 2, 04.04.1975). Portanto, tal violação coube à ARENA que detinha a maioria na Assembleia Legislativa.

O deputado Ivo Thomazoni declarava, pela ARENA, a homologação do nome indicado para prefeito de Curitiba, no exercício da prerrogativa Constitucional da nova ordem implantada pela Revolução de 1964, em caráter temporário, e que esta prática de democracia ainda não era entendida. Afirmava também que na condição de representantes escolhidos pelo povo lhes era conferido o poder de definição do nome

indicado para prefeito; em seu discurso o deputado ratifica a “Revolução” e segue em consonância ao Partido (Id., *ibid.*, p. 3).

Na votação (vide Quadro 4.5), os deputados do MDB, à medida que foram sendo chamados pela Mesa para votar, foram declarando a abstenção em conformidade com a declaração do líder do partido. Foram convidados pelo presidente a compor a Comissão Escrutinadora os deputados Ivo Thomazoni, Maurício Fruet e Gabriel Manoel. O nome de Saul Raiz para prefeito de Curitiba foi aprovado com a seguinte votação: dos 29 deputados da ARENA, 28 votaram “sim” e um voto em branco (Id., *ibid.*, p. 5).

O voto em branco da ARENA causou surpresa e polêmica no meio político e houve especulações em torno do nome do parlamentar que teria quebrado a coesão da bancada situacionista. O voto em branco foi interpretado como infidelidade partidária. Não obstante, tenha sido uma forma de medir forças com o governo e demonstrar a importância que o partido representava numa bancada majoritária, porém com restrita maioria, limitada em número, o que poderia favorecer a oposição, complicando assim o governo.

A bancada arenista estadual estava em ebulição. Segundo a coluna Notas Políticas do jornal Gazeta do Povo de 25 de março de 1975, havia duas teses para a crise desencadeada entre a bancada arenista e o governo. Alguns fatos e teses vieram à tona. Entre os fatos que desencadearam a crise política entre a bancada arenista e o governo do Paraná, estava a insatisfação da ARENA com sua representação no governo, pois desejavam mais prestígio, talvez assumindo possíveis secretarias. Cabe lembrar que três deputados que eram contra a indicação de Saul Raiz não tinham sido eleitos pela cidade de Curitiba, mas de outras regiões do Estado. Outro fato seriam as eleições partidárias que se realizariam em agosto, para o futuro presidente da ARENA regional. Nos dias que antecederam o Referendo o governador do Estado e o presidente regional da ARENA fizeram o acordo de que, o governador manteria entendimentos com as lideranças arenistas do Paraná, percebendo e escutando as diferenças partidárias da legenda. E por consenso, fixaria um nome que atendesse os interesses políticos dos diversos agrupamentos, dirigiria a ARENA estadual com apoio integral de todos os próceres partidários.

As teses eram essencialmente formuladas por alguns deputados nos bastidores e que serviriam para consolidar as relações entre governo e o seu partido ARENA, a de aproveitamento de deputados estaduais em Secretarias (Secretarias Extraordinárias previstas pela reforma administrativa), sendo o critério de escolha o regional, e as

regiões privilegiadas seriam a Norte, Oeste e Sudoeste. Tais secretarias cuidariam exclusivamente de assuntos políticos e o secretário seria o elo entre os deputados e o governo. Tal função era realizada e acumulada pelo Chefe da Casa Civil. A outra tese tinha como base a presença de políticos nas posições administrativas de segundo e terceiro escalão. A bancada arenista considerava-se marginalizada do conjunto administrativo do Estado.

A eleição de Saul Raiz a prefeito de Curitiba foi utilizada pela bancada estadual da ARENA para conquistar mais espaço político no governo. Foi uma eleição do “sim, senhor”, mas “queremos mais”.

A posse do prefeito Saul Raiz ocorreu a 8 de abril em sessão solene na Câmara Municipal, transmitida pelo presidente da Casa, o vereador João Queiroz Maciel, e no Palácio 29 de Março, com a presença do governador Canet Jr.. O prefeito recebeu o cargo do vereador, prefeito interino, Donato Gulin. No discurso de posse Raiz disse que bairros teriam atenção prioritária. Como efeito da crise do partido do governo, vários deputados não compareceram à posse de Saul Raiz.

QUADRO 4.5 – DEPUTADOS PRESENTES NA SESSÃO NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DEPUTADOS	PARTIDO	Votação 04.04.1975
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA	VOTOU
IVO THOMAZONI	ARENA	VOTOU
FRANCISCO ESCORSIN	ARENA	VOTOU
LUIZ ALBERTO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA	VOTOU
LUIZ ROBERTO NOGUEIRA SOARES	ARENA	VOTOU
GABRIEL MANOEL	ARENA	VOTOU
WILSON FIGUEIREDO FORTES	ARENA	VOTOU
ARAGÃO DE MATTOS LEÃO FILHO	ARENA	VOTOU
JOSÉ LAZARO DUMONT	ARENA	VOTOU
IVAN SANTOS RUPPEL	ARENA	VOTOU
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA	VOTOU
DAVID FEDERMANN	ARENA	VOTOU
WERNER WANDERER	ARENA	VOTOU
FUAD NACLI	ARENA	VOTOU
FRANCISCO ACCIOLY RODRIGUES DA COSTA NETO	ARENA	VOTOU
LUIS GABRIEL GUIMARÃES SAMPAIO	ARENA	VOTOU

QUADRO 4.5 – DEPUTADOS PRESENTES NA SESSÃO NA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA (continuação)

DEPUTADOS	PARTIDO	Votação 04.04.1975
JURANDIR AVAHE MESSIAS	ARENA	VOTOU
QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA	ARENA	VOTOU
ALFREDO GULIN	ARENA	VOTOU
JORGE SATO	ARENA	VOTOU
DÁCIO LEONEL DE QUADROS	ARENA	VOTOU
PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO	ARENA	VOTOU
GILBERTO REZENDE DE CARVALHO	ARENA	VOTOU
EZEQUIAS LOSSO	ARENA	VOTOU
JOÃO LEOPOLDO JACOMEL	ARENA	VOTOU
EGON PUDELL	ARENA	VOTOU
JOÃO CIONI NETTO	ARENA	VOTOU
BASILIO ZANUSSO	ARENA	VOTOU
ROSÁRIO PITELLI	ARENA	VOTOU
ENÉAS EUGÊNIO PEREIRA FARIA	MDB	ABSTEVE-SE
OSWALDO EVANGELISTA DE MACEDO	MDB	ABSTEVE-SE
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET	MDB	ABSTEVE-SE
JOSÉ ANTONIO DEL CIEL	MDB	AUSENTE
DENY LINEU SCHWARTZ	MDB	ABSTEVE-SE
LUIZ CARLOS STANISLAWZUK	MDB	ABSTEVE-SE
ERNESTO DALL'OGGIO	MDB	ABSTEVE-SE
JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI	MDB	ABSTEVE-SE
NELSON BUFFARA	MDB	ABSTEVE-SE
NILSO ROMEU SGUAREZZI	MDB	ABSTEVE-SE
FIDELCINO TOLENTINO	MDB	AUSENTE
WALDENÍCIO BARBALHO	MDB	ABSTEVE-SE
DOMÍCIO SCARAMELLA	MDB	AUSENTE
JOSÉ MUGGIATI FILHO	MDB	ABSTEVE-SE
ADALBERTO DAROS	MDB	ABSTEVE-SE
TRAJANO BASTOS DE OLIVEIRA	MDB	ABSTEVE-SE
HÉLIO MANFRINATO	MDB	ABSTEVE-SE
ANTÔNIO FACCI	MDB	VOTOU
EDILSON ALENCAR BARBOSA	MDB	ABSTEVE-SE
BENEDITO LUCIO MACHADO	MDB	ABSTEVE-SE
JAYME RODRIGUES DE CARVALHO	MDB	ABSTEVE-SE
OSÓRIO VALTER PIETRANGELO	MDB	ABSTEVE-SE

QUADRO 4.5 – DEPUTADOS PRESENTES NA SESSÃO NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA (continuação)

DEPUTADOS	PARTIDO	Votação 04.04.1975
LINEU MANSANI TURRA	MDB	ABSTEVE-SE
OTÁSSIO PEREIRA DA SILVA	MDB	ABSTEVE-SE
ERNESTO GNOATTO	MDB	ABSTEVE-SE

FONTE: ANAIS..., 1975.

4.8 AS ELEIÇÕES PROPORCIONAIS DE 1976

4.8.1 Contexto das eleições para vereadores à Câmara Municipal de Curitiba de 1976

Foram realizadas, em 1976, eleições para prefeitos, vice-prefeitos e vereadores em 290 municípios do Paraná. Esta foi a última eleição municipal para vereadores em Curitiba no sistema de bipartidarismo no regime militar. Os vereadores eleitos para a Oitava Legislatura da Câmara Municipal de Curitiba em 15 de novembro teriam seus mandatos finalizados, a princípio, em 1980; estes, porém, tiveram seus mandatos prorrogados até 1982, com a criação casuística da Legislatura Especial de dois anos (1981-1982). Com o fim do bipartidarismo, a partir de 1979, foi retomado, timidamente o pluripartidarismo. E os vereadores desta legislatura tiveram que se acomodar, nessa fase de transição política, nas novas legendas. Foram cinco partidos: PMDB, PDS, PTB, PT e PDT. A maioria situacionista aderiu à legenda que representava a própria ARENA, o PDS. O MDB esvaziou-se; a princípio teria ficado com apenas três vereadores. Mas esse quadro sofreu mudanças radicais até o final daquela legislatura especial.

Em 1976, o governador do Estado do Paraná era Jayme Canet Junior e o prefeito, o engenheiro Saul Raiz, referendado pela Assembleia legislativa em 1975. O que mudava significativamente no cenário estadual eram as novas composições da Assembleia Legislativa, da bancada da Câmara dos Deputados e do Senado eleitas a 15 de novembro de 1974. Foi a eleição da virada, de grande crescimento do MDB no Paraná. Para a Assembleia Legislativa foram eleitos 29 deputados da ARENA e 25 do MDB; na Câmara dos Deputados as bancadas ficaram empatadas com 15 representações cada e, para senador, foi eleito o emedebista Francisco Leite Chaves. Apesar dos casuísmos dos engenheiros políticos do regime militar aumentando o número de vagas

nas Casas a manobra não foi suficiente para segurar o crescimento do MDB, da oposição. Apesar disso, as 21 vagas para vereadores foram mantidas.

Segundo a análise que Manoel de Oliveira Franco Sobrinho (1976) faz das eleições de 1974, que é pertinente na análise das eleições de 1976, conclui-se que aquela foi um acontecimento eleitoral inédito no processo político e histórico paranaense. Alguns aspectos que se destacaram dessa análise, e que aqui são abordados, foram os fatores político, econômico e psicológico. O fator político foi o apoio dado pelos eleitores ao aprovar, nas urnas, o governo militar e seu partido, a ARENA. O fator psicológico apareceu na desconfiança do eleitor quanto às propostas de soluções do partido situacionista. É que as constantes mudanças de governantes no Paraná, na primeira metade da década de 1970, demonstravam instabilidade e deixavam o eleitor desconfiado. Também o fator econômico, pois as soluções propostas não resolveram o problema da inflação e a consequente perda salarial. Diante desses aspectos o eleitor sufragou o MDB, esvaziando a ARENA, numa demonstração de contestação às políticas do governo e de clara oposição ao sistema. Em Curitiba o MDB foi vitorioso. Não houve equilíbrio entre os partidos. Para se ter uma ideia, o candidato ao Senado pelo MDB, o até então desconhecido, Francisco Leite Chaves, foi vitorioso nas quatro zonas eleitorais da Capital paranaense, superando em muito o candidato da situação e conhecido do eleitor, João Mansur. Tais números surpreenderam o governo. Observa-se que no Paraná o MDB nem sequer tinha completado as suas chapas de candidatos para as eleições proporcionais. Os governistas revolucionários que se colocavam como salvadores daquela ordem instalada desde abril de 1964 perdiam espaço para a oposição. A ARENA confiava num falso crescimento, com casuísmos eleitorais e toda a repressão. Em síntese, votar contra a ARENA era votar contra o governo e seus representantes. Esse governo já era conhecido, mas o MDB era a novidade. Portanto, para o referido autor, o que o eleitorado queria era legitimar mudanças por meio do voto.

E foi no embalo das eleições de 1974 que os pleitos à Câmara Municipal de Curitiba apresentaram o melhor desempenho para o MDB, apesar da ARENA continuar majoritária, mas com uma divisão de cadeiras mais próxima de um equilíbrio.

A posse dos vereadores se deu a 1º de fevereiro de 1977. A primeira Comissão Executiva eleita foi: João Batista Gnoato, presidente; João Derosso, 1º vice-presidente; Antonio Marchalek, 2º vice-presidente; José Domingos, 1º secretário e Carvalho Chaves, 2º secretário. Para a Legislatura Especial (1981-1982), a Comissão Executiva

que tomou posse no dia 2 de fevereiro de 1981 ficou assim composta: Presidente, Donato Gulin; 1º vice-presidente, Jorge Yamawaki, 2º vice-presidente, Luiz Gil Leão, 1º secretário, Ivanir Stival, e 2º secretário, Eugênio Bim (MARTINS, 1999).

4.8.2 Análise da base de dados e dos resultados eleitorais

QUADRO 4.6 – CANDIDATOS ELEITOS À CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA – 1976

PARTIDOS	CANDIDATOS ELEITOS	VOTAÇÃO	% VÁL.*	% VOTOS COMP.*	SITUAÇÃO
ARENA	João Derosso	9.358	2,88	2,76	REELEITO
ARENA	Airton Ravaglio Cordeiro	8.387	2,59	2,47	ELEITO
ARENA	Donato Gulin	7.900	2,44	2,33	REELEITO
ARENA	José Domingos Borges Teixeira	6.922	2,13	2,04	REELEITO
ARENA	Jeferson Weigert Wanderley	6.784	2,09	2,00	ELEITO
ARENA	Santiago Losso	5.879	1,81	1,73	ELEITO
ARENA	Luiz Gil de Leão Filho	5.601	1,73	1,65	ELEITO
ARENA	João Queiroz Maciel	5.463	1,68	1,61	REELEITO
ARENA	Ivanir Ivai Stival	5.175	1,59	1,52	REELEITO
ARENA	José Gorski	4.658	1,44	1,37	REELEITO
ARENA	Luiz Fernando Correa Kuster	4.374	1,35	1,29	ELEITO
ARENA	João Baptista Alberto Gnoato	3.919	1,21	1,15	Reel. 1ª méd.
MDB	Amadeu Luiz de Mio Geara	10.241	3,16	3,02	REELEITO
MDB	Ivan Ribas	7.747	2,39	2,28	ELEITO
MDB	Adhail Sprenger Passos	5.216	1,61	1,54	REELEITO
MDB	Cleiton Caldeira	4.700	1,45	1,38	ELEITO
MDB	Admar Bertolli	4.620	1,42	1,36	REELEITO
MDB	Everaldo Silva	4.321	1,33	1,27	ELEITO
MDB	Mario Celso Puglielli da Cunha	4.294	1,32	1,26	ELEITO
MDB	Antonio Lubomir Marchalek	3.709	1,14	1,09	ELEITO
MDB	Lauro de Carvalho Chaves	3.704	1,14	1,09	Eleito 2ª méd.

TABELA 4.8 – INFORMATIVO/ESTATÍSTICO – 1976

Eleitores Aptos Totalizados	400.590	100 %
Nº de Candidatos	125	100 %
Proporcionais		
Vagas (A)	21	100 %
Quociente Eleitoral	15.441	(B+C+D)/A
Votos Válidos (B+C+D)	324.275	95,50 %
Votos de Legenda (B)	10.388	3,20 %
Votos Nominais (C)	307.035	94,68 %
Votos Brancos / Proporcionais (D)	6.852	2,11 %
Votos Nulos / Proporcionais	15.288	4,50 %
Comparecimento / Apurados	339.563	84,76 %
Abstenção	61.027	15,23 %
Seções Totalizadas	1.161	100%

FONTE: TRE-PR.

TABELA 4.9 – DADOS E VOTAÇÕES – 1976

Coligações Legendas	Nº Cand.	Votos Nominais Partidos*	% Vál. Nom.*	Votos de Legenda	% Leg.*	Cadeiras	Votos Totais	% Válidos *
ARENA	62	170.626	52,62	3.304	1,02	12	173.930	53,64
MDB	63	136.409	42,07	7.084	2,18	9	143.493	44,25

FONTE: TER-PR.

NOTA: * Calculados neste trabalho

TABELA 4.10 – VOTAÇÃO MÉDIA E MÍNIMA DE VOTOS DOS CANDIDATOS ELEITOS À CÂMARA DE VEREADORES DE CURITIBA (QUOCIENTE ELEITORAL = 15.441) – 1976

Partidos	Cadeiras	Votação Média (Eleitos)*	Mínimo de Votos dos Eleitos	Distância entre Média e Mínimo (%)*	Proporção Mínimo Votos => Q.E. (%)*
ARENA	12	6.201,67	3.919	63,19	25,38
MDB	9	5.394,67	3.704	68,66	23,99
Total/Média	21	5.798,17			

Essas eram as últimas eleições municipais pelo sistema do bipartidarismo no regime militar. O MDB já mostrava a sua força política nas urnas, a ARENA, sua

queda. Das 21 vagas da Câmara Municipal de Curitiba a ARENA conquistou 12, perdendo duas, e o MDB conquistou nove, três a mais que no pleito anterior (vide Quadro 4.6, tabelas 4.8, 4.9 e 4.10). Foi o segundo maior índice de reeleições, 47,62%, sendo sete da ARENA e três do MDB.

A mobilização eleitoral foi de 84,76% e a abstenção de 15,23%, índices muito próximos do pleito anterior. Foram registrados os mais baixos índices do período de voto em branco, 2,11%, e de votos nulos, 4,5%. Isto demonstrou que os votos foram mais bem aproveitados pelos eleitores curitibanos. Ficou demonstrada também que a competitividade eleitoral foi a mais alta do período do regime militar, pois a distância dos percentuais de votos válidos entre os dois partidos foi de 9,39 pontos percentuais. Esta é uma das características que marca as mudanças políticas nas urnas.

O quociente eleitoral, quase o dobro do quociente do primeiro pleito, atingiu 15.441, exigindo mais dos candidatos, pois a concorrência teria aumentado com 125 candidatos inscritos, sendo que o número de vagas na Câmara permaneceu estável no período e o eleitorado chegou a 400.590 eleitores. Assim mesmo este pleito obteve os maiores índices em relação às eleições anteriores: 94,68% de votos nominais, 3,20% de votos de legenda, e, por fim, 95,5% de votos válidos.

A ARENA reelegeu sete vereadores. Foram eles: João Derosso, reeleito pela quarta vez e mais uma vez como o segundo mais bem votado do pleito; Donato Gulin, pela segunda vez, este foi prefeito interino (1975); José Domingos Borges Teixeira, teria ficado como primeiro suplente na eleição anterior e assumido o cargo naquela gestão. Os reeleitos para o segundo mandato foram João Queiroz Maciel, Ivanir Ivai Stival e José Gorski. João Baptista Alberto Gnoato foi reeleito pela terceira vez na primeira distribuição pela maior média e foi eleito com a votação mínima, ou seja, atingiu 63,19% da média dos eleitos do partido, com a proporção de 25,38% do quociente eleitoral.

Dos reeleitos pelo MDB o mais bem votado do pleito foi Amadeu de Mio Geara, ex-radialista e jornalista esportivo. Os vereadores eleitos para o terceiro mandato foram Adhail Sprenger Passos, engenheiro civil e professor universitário da Universidade Federal do Paraná, e Admar Bertolli, que migraria para o PDS. O vereador Lauro de Carvalho Chaves que ficou como primeiro suplente nos pleitos de 1968 e 1972, e fora convocado em 1971 e 1975 elegeu-se com votação mínima; seus 3.704 votos fizeram 68,66% da votação média dos eleitos do partido, na proporção de 23,99% do quociente eleitoral.

A ARENA continuou majoritária na Câmara Municipal de Curitiba, mas o gosto de vitória foi para o MDB que, ainda sob o efeito das eleições de 1974, aumentou sua representação em três cadeiras, atingindo 44 e obtendo 25% dos votos válidos.

Em suma, vale registrar que o MDB defendia o municipalismo, porque entendia ser importante, para a democratização da sociedade, a participação dos cidadãos em todos os níveis. Para tanto, era indispensável para o município ter autonomia, sobretudo, autonomia política fundada nos princípios democráticos, e que permitisse eleger pelo voto direto e universal, prefeito e vereadores, bem como usufruir da arrecadação que lhe competia, mas transferida para o governo federal. O MDB repelia as nomeações de prefeitos pelo governador do Estado, bem demonstrado nas posições do MDB nos referendos para prefeito de Curitiba. Para o MDB o povo era cerceado do seu direito de voto nas Capitais. A crítica apontava exatamente para o ponto fraco do governo: os ditos “democratas”, que por não terem o apoio popular apelavam para a forma de nomeação. O município era a única instância do poder executivo ao qual o MDB tinha acesso via eleições, excetuando as cidades ditas de “segurança nacional”. Era nesse nicho que o MDB investia politicamente nas administrações que promovessem a participação popular e a democracia.

4.9 INDICAÇÃO, REFERENDO E NOMEAÇÃO DO PREFEITO JAIME LERNER EM 1979

O presidente da República era João Baptista de Oliveira Figueiredo, eleito pelo Colégio Eleitoral a 15 de outubro de 1978, com 61% dos votos, derrotando Euler Bentes Monteiro, empossado em 15 de março de 1979 para mandato de seis anos (PORTO, 2002). Figueiredo anunciava em seu discurso de posse o combate à inflação, a reconciliação política e a democracia. Trazia o signo da abertura; mas enfrentaria um cenário político, econômico e social de dificuldades. Estavam em questão os direitos humanos, a liberdade de imprensa, a questão social, inflação, *déficit* na balança de pagamentos, “pacote de abril”, e divergências de cúpula; assumia o cargo com reformas políticas em andamento, prometendo maior diálogo com a sociedade civil e sua condução a rumos democráticos.

O governador do Estado do Paraná era Ney Aminthas de Barros Braga que voltava ao Palácio Iguaçu, eleito pelo voto indireto em 1978. O cargo lhe foi transmitido pelo governador Jayme Canet Junior. Em seu discurso de posse Ney Braga

frisou que trabalharia pela democracia e para promover justiça social. O prefeito de Curitiba era Saul Raiz.

As eleições ocorridas em 15 de novembro de 1978 resultaram na Câmara Federal em 19 cadeiras para a ARENA e 15 para o MDB. Na Assembleia Legislativa Estadual (que passou de 54 para 58 vagas) a ARENA conquistou 34 cadeiras e o MDB, 24. A posse dos deputados estaduais ocorreu no dia 1º de fevereiro de 1979. No Senado a vaga uninominal foi conquistada pelo ex-prefeito de Londrina, José Richa, do MDB. Mas, sem sombra de dúvida, a ARENA foi a grande vitoriosa do último pleito. Para a Câmara Municipal não houve eleições. Os vereadores da bancada que foi composta em 1976, tiveram seus mandatos prorrogados até as eleições de 1982, mantendo-se a ARENA majoritária com 12 cadeiras e o MDB com nove.

A 15 de março de 1979 o presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, o deputado Fabiano Braga Cortes empossou, em sessão solene, o governador Ney Aminthas de Barros Braga, e o vice-governador José Hosken de Novaes (Anais da Assembleia, nº 11, Ano V, 15.03.1979). Este último, nascido em Carangolas – MG, foi advogado, ex-prefeito de Londrina, procurador no governo Bento Munhoz e companheiro de Ney Braga na noite de deposição do presidente João Goulart.

Houve muitas especulações com a saída de Saul Raiz. Os prefeitos nomeados ficaram muito melindráveis ao entregar o cargo no final do mandato. Havia uma necessidade de se criar fatos políticos e provocar uma situação de negociação. Segundo noticiou-se, Ney Braga teria recebido um telefonema do gabinete do presidente Ernesto Geisel, possivelmente do ministro Golbery do Couto e Silva, que lhe havia solicitado a liberação de Saul, pois Israel Klabin havia condicionado a aceitação da Prefeitura do Rio de Janeiro à disposição de Saul para retornar à direção de suas empresas. Saul Raiz alegava que era um compromisso pessoal com o amigo Israel Klabin e que agora era convocando a retornar às suas atividades empresariais.

Da impossibilidade da reeleição, para o vereador Everaldo Silva, Ney Braga teria estudado o problema e definido que realmente era impossível, por ser inconstitucional, a permanência de Saul Raiz como prefeito de Curitiba. Ainda segundo o vereador emedebista, o impedimento se dava inicialmente através do artigo 151 da Constituição, parágrafo único, inciso quarto, alínea A, depois ratificado pela Lei Complementar nº. 5, de 29 de abril de 1970, Artigo 2º, que tem o seguinte texto: “não podem ser reeleitos os que no período imediatamente anterior à eleição hajam exercido os cargos de Presidente, vice-presidente da República, governador e vice-governador, e

prefeito e vice-prefeito, inclusive os nomeados pelos governadores dos Estados e dos territórios” (MDB TAMBÉM..., 1979, p. 6).

Após negociada politicamente a saída de Saul Raiz, Ney Braga teria convidado Jaime Lerner e anunciado oficialmente a escolha do nome do ex-prefeito para substituir Raiz na Prefeitura no dia nove de fevereiro. Jaime Lerner que teria sido, nos últimos quatro anos, relegado ao ostracismo político, teria tecido críticas ao regime político e à forma de escolha dos prefeitos das Capitais, e foi inclusive criticado na Câmara Municipal pela bancada da própria ARENA, se encontrava ministrando um curso de pós-graduação na Universidade de Berkeley, na Califórnia, e chegou a declarar que “Curitiba era um programa de vida” e que tinha ficado emocionado pelo convite. Segundo a imprensa, para pessoas do círculo de Jaime Lerner, Ney Braga desejava realizar um governo modelo no País, e nada teria sido mais acertado que a escolha de Lerner o que também seria uma forma de reconciliação política de Ney Braga com a cidade. Jaime Lerner teria sido responsável por grandes transformações urbanísticas em Curitiba (criação das vias estruturais, o fechamento das ruas centrais, reservadas para pedestres etc). Mas num viés mais político, Jaime Lerner, durante o seu primeiro mandato como prefeito de Curitiba, teria prestigiado muitos nomes da ala neyista, até mesmo alguns que teriam sido preteridos na administração estadual. Alguns nomes especulados pela imprensa foram: Lubomir Ficinski, presidente do IPPUC; Euro Brandão e Osires Stenghel Guimarães, à época secretário de transportes, embora Ney Braga não tenha citado nenhum deles à imprensa.

Jaime Lerner só retornou ao Brasil poucos dias antes do término do mandato de Saul Raiz, muito próximo da posse. Seus assessores, assim nomeados pelo jornal, Cássio Taniguchi e Nireu José Teixeira, declararam à imprensa que Lerner não viria à posse de Ney Braga numa tentativa de rebater as críticas de que ele que não teria dado atenção aos bairros em sua gestão anterior.

O MDB apostava na aprovação da emenda “Mauro Benevides”, em discussão no Congresso Nacional, que pretendia recuperar para as Capitais de todo o País a autonomia política com a oportunidade de eleição direta para as Prefeituras Municipais. O partido foi surpreendido pela decisão de Jaime Lerner em aceitar o convite do governador Ney Braga, pois estava em curso uma negociação entre o partido e o candidato. Antes de viajar para os Estados Unidos, Lerner havia feito contatos com a direção regional do MDB do Paraná, demonstrando intenções de filiar-se àquela legenda, assim que retornasse da viagem. Antes de embarcar Lerner teria feito contato

com o senador José Richa, reafirmando sua intenção. Tais contatos com o MDB foram mantidos através do senador, do presidente do MDB, Euclides Scalco, e dos deputados Deni Schwartz e Nilso Sguarezzi. O MDB tinha em Lerner um trunfo caso ocorressem eleições diretas para prefeito, em função do destaque e prestígio que este desfrutava como prefeito em consequência da sua administração municipal. A direção do MDB articulava para que no retorno do ex-prefeito Lerner, ainda no aeroporto a sua filiação ao partido fosse tomado como um ato político. Scalco e Richa não teriam acreditado num primeiro momento, ironizando as notícias publicadas, que Lerner teria aceito o convite do governador Ney Braga. Mas a decepção para estes dirigentes emedebistas foi tão grande, que aparentemente não conseguiram encontrar explicações para a mudança de atitude do ex-prefeito. Euclides Scalco, no entanto, teria solicitado ao deputado federal Sebastião Rodrigues de Souza Júnior que o acompanhasse na conversa com Lerner sobre a filiação antes de sua viagem aos Estados Unidos, mas o deputado se recusou.

Sobre a possível filiação ao MDB, Jaime Lerner disse que não houve compromissos, e que também havia conversado com políticos situacionistas, porque se falava muito em reformulação partidária. E teria afirmado que pretendia continuar o diálogo com políticos dos dois partidos, e que uma filiação a algum partido dependeria de estudos. Lerner também negou que em sua gestão anterior não tenha atendido os bairros e deu como exemplo o sistema de transportes, a implantação da CIC, criação de áreas verdes e pavimentação de 300 quilômetros de vias.

Lerner teria afirmado em entrevista coletiva, no dia 21 de março, que era favorável à escolha dos prefeitos por eleição direta e que acreditava no processo de reabertura política. Disse ainda que ao aceitar o convite do governador teria sido por uma questão de coerência também com o partido no qual estava sustentada sua indicação e que seu posicionamento político dependeria de estudar o quadro que ora se apresentava. Em seu discurso afirmava que daria continuidade às obras de Raiz prometendo dar ao povo participação nas decisões.

Na ata da 12ª sessão ordinária realizada no dia 20 de março, o presidente da Assembleia Legislativa, Braga Cortes, e os secretários Domício Scaramella e Edilson Alencar, solicitaram aos líderes das bancadas que indicassem os deputados para compor a Comissão Especial, que apreciaria a resolução nº 40/79, Mensagem Governamental. Por meio desta o governador submeteria à Assembleia a aprovação do nome do engenheiro e arquiteto Jaime Lerner para ocupar o cargo de prefeito de Curitiba. O líder

da ARENA, o deputado Erondy Silvério, indicou os deputados: Airton Cordeiro, José Domingos Teixeira e Ezequias Losso. O líder da bancada do MDB, deputado Nilso Sguarezzi, indicou Nestor Baptista e Mario Celso (ANAIS da Assembleia, nº 14, Ano V, 20.03.1979).

Nesta mesma ata consta o Parecer da Comissão Especial, na qual Airton Cordeiro foi o presidente e o deputado José Domingos, o relator. Consta ainda que o nome do arquiteto Jaime Lerner, proposto pelo governador do Estado, dispensava as tentativas de justificá-lo porque tudo que já tinha sido dito ou se dissesse ficaria aquém dos seus méritos pessoais e técnicos. A Casa já havia considerado e aprovado anteriormente o currículo de Jaime Lerner. E que, agora, com a magnífica administração municipal e a projeção internacional como fruto da sua capacidade, a Casa não só aprovava como aplaudia a indicação de Jaime Lerner. Portanto a Comissão deu seu parecer favorável à aprovação do arquiteto Lerner para uma nova administração municipal. Os representantes do MDB, Nestor Baptista e Mario Celso, fizeram a declaração de voto obedecendo aos preceitos partidários, que defendiam eleições diretas e, em especial para Capitais, e também consideraram a Comissão parte do processo indireto, e que, portanto, sem qualquer demérito ao nome indicado de Jaime Lerner, eles se abstiveram de proferir o voto. As proposições foram relatadas à Mesa e encaminhadas para os fins da Resolução nº 2/66.

Na Ata da 14ª sessão ordinária, realizada a 22 de março de 1979, consta que o presidente da Casa, Fabiano Braga Cortes, havia declarado que a reunião de caráter especial, era destinada à deliberação da Assembleia pela indicação, para a Prefeitura de Curitiba, de Jaime Lerner, pelo governador do Estado, conforme a Constituição, a Lei nº. 5.410. O Parecer da Comissão Especial foi favorável pela maioria. Para aprovação do nome indicado era necessária a maioria absoluta, que corresponderia a 30 deputados favoráveis. Apresentado o currículo de Jaime Lerner, o presidente abriu a sessão para discussões. Manifestaram-se os deputados: Nilso Sguarezzi, do MDB e Erondy Silvério da ARENA.

Nilso Sguarezzi declarou pelo MDB que sua bancada se faria ausente nesse referendo. O discurso do deputado Sguarezzi em síntese trouxe a defesa do processo de eleições diretas, apontou que isso não seria exclusividade do MDB, mas do programa também da ARENA, não obstante esta fazer do seu programa, letra morta. Criticou a ARENA e o governo que falam em Democracia e Liberdade, mas que praticam o continuísmo e vivem da exceção. Pregam a reconciliação, mas prendem e sequestram os

que reivindicam direitos; dizem-se democratas convictos, mas não se perturbam em se confessar filhos do casuísmo. Em fidelidade à democracia o MDB repelia a forma processual utilizada, e não o conteúdo, ou seja, discordava da nomeação e não da pessoa. O gesto, a ausência dos parlamentares, não era desrespeito ao ilustre paranaense, mas o brado necessário e histórico daqueles que buscavam o Estado de Direito. Para demonstrar o apreço a Jaime Lerner, o deputado Nilso Sguarezzi lembrou o seu protesto, pronunciado a 5 de maio de 1975, contra o governo Faria Lima, por ter exonerado Jaime Lerner, logo depois que este teria assumido a Coordenação da Região do Grande Rio. E para finalizar, como porta-voz do povo curitibano e paranaense registrava o protesto, porque não se referendava o nome do prefeito, mas sim se maculava a autonomia Constitucional do Município de Curitiba. Assim, se justificou a ausência do MDB (ANAIIS..., nº 16, Ano V, 22. 03.1979).

O pronunciamento de Erondy Silvério da ARENA foi uma crítica muito perspicaz à atitude política tomada pela bancada do MDB, a de estar ausente na votação. O deputado do partido governista reconheceu em seu discurso a posição do MDB como oposição e reação ao sistema de escolha dos prefeitos das capitais. Entretanto, Erondy Silvério trouxe à tona o caso do MDB do Rio de Janeiro, que detendo a maioria não se eximiu em referendar o prefeito indicado pelo governador do partido, Chagas Freitas. Portanto, o MDB teria duas atitudes, dois conceitos. Observa que a ARENA também objetiva a democracia plena com as eleições diretas dos prefeitos das capitais. No entanto, os instrumentos para escolha dos prefeitos de capitais estavam predeterminados em lei, e que não estaria na competência legiferante dos deputados estaduais alterar o dispositivo implantado em 1966. E que ao aceitar concorrer a um mandato parlamentar, automaticamente aceitaria as regras. Na tentativa de traçar paralelos, comparando os partidos, o deputado ressalta que a democracia plena também seria uma luta da ARENA, e que esta também condenava o arbítrio, a violência, as torturas dos presos políticos, mas que não se deveria esquecer dos brasileiros assassinados por atos terroristas no cumprimento do dever. Finalizando, o deputado Erondy Silvério que defendeu as eleições indiretas para prefeitos das Capitais em função da dependência tributária dos municípios e pela sintonia com o governo Federal, cumprimenta e felicita o governador pela indicação. E conclui que a votação não é da ARENA, nem de Ney Braga e Jaime Lerner, mas do povo de Curitiba, Capital do Estado do Paraná (ANAIIS..., nº 16, Ano V, p. 4-6, 22. 03.1979).

Após os pronunciamentos dos oradores o presidente da Casa, Fabiano Braga Cortes, deu início à votação, com o primeiro secretário chamando os deputados. A Comissão de Apuração foi formada pelos deputados João Mansur e Lázaro Dumont. Dos 58 deputados votaram 34 deputados da ARENA, sendo que 33 votaram “sim” e um voto “não”. Assim, o presidente da Assembleia declarou aprovado o nome de Jaime Lerner, indicado pelo governador do Estado, para prefeito de Curitiba.

A votação foi com dois tipos de cédulas, uma com “Sim” e outra com “Não”. Como as cédulas com “não” ficaram na banca, foi surpresa quando na contagem apareceu um “não”, sendo que alguns dos deputados fizeram questão de mostrar o voto (Quielse Crisóstomo, que estava em guerra com Erondy Silvério). No quadro dos deputados (4.7) e seus respectivos votos, não foi possível nomear o voto contrário à indicação de Jaime Lerner, pois o autor do voto permaneceu no seu direito de sigilo. Apesar das especulações e até insinuações apresentadas pelos jornais, tentando indicar o possível autor, no campo da votação constava apenas que haviam votado.

QUADRO 4.7 – DEPUTADOS PRESENTES À SESSÃO NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DEPUTADOS	PARTIDO	Votação 22.03.1979
IVO THOMAZONI	ARENA	VOTOU
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA	VOTOU
LUIZ ALBERTO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA	VOTOU
ROSÁRIO PITELLI	ARENA	VOTOU
JOÃO ELISIO FERRAZ DE CAMPOS	ARENA	VOTOU
ERONDY SILVÉRIO	ARENA	VOTOU
WERNER WANDERER	ARENA	VOTOU
FRANCISCO ESCORSIN	ARENA	VOTOU
QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA	ARENA	VOTOU
JOSÉ LAZARO DUMONT	ARENA	VOTOU
AIRTON RAVAGLIO CORDEIRO	ARENA	VOTOU
JURANDIR AVAHE MESSIAS	ARENA	VOTOU
GILBERTO REZENDE DE CARVALHO	ARENA	VOTOU
GABRIEL MANOEL	ARENA	VOTOU
AUGUSTO DE OLIVEIRA CARNEIRO	ARENA	VOTOU
DAVID FEDERMANN	ARENA	VOTOU
DAVID NATANIEL CHERIEGATE	ARENA	VOTOU

QUADRO 4.7 – DEPUTADOS PRESENTES À SESSÃO NA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA (continuação)

DEPUTADOS	PARTIDO	Votação 22.03.1979
BASÍLIO ZANUSSO	ARENA	VOTOU
FLORIVALDO PALÁCIOS	ARENA	VOTOU
FUAD NACLI	ARENA	VOTOU
EZEQUIAS LOSSO	ARENA	VOTOU
JOÃO MANSUR	ARENA	VOTOU
WILSON FIGUEIREDO FORTES	ARENA	VOTOU
LEÔNIDAS FERREIRA CHAVES	ARENA	VOTOU
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA	VOTOU
JOSÉ DOMINGOS BORGES TEIXEIRA	ARENA	VOTOU
EGON PUDELL	ARENA	VOTOU
RUBEN VALDUGA	ARENA	VOTOU
BENEDITO PINTO DIAS	ARENA	VOTOU
DÁCIO LEONEL DE QUADROS	ARENA	VOTOU
PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO	ARENA	VOTOU
TUGUIO SETOGUTTE	ARENA	VOTOU
TÉRCIO ALVES ALBUQUERQUE	ARENA	VOTOU
CYRO MARTINS suplente de LUIZ ROBERTO NOGUEIRA SOARES	ARENA	VOTOU
DENI LINEU SCHWARTZ	MDB	AUSENTOU-SE
FIDELCINO TOLENTINO	MDB	AUSENTOU-SE
		Leu o manifesto do
NILSO ROMEU SGUAREZZI	MDB	MDB
JOSÉ ANTONIO DEL CIEL	MDB	AUSENTOU-SE
TRAJANO BASTOS DE OLIVEIRA	MDB	AUSENTOU-SE
WALDYR ORTÊNCIO PUGLIESI	MDB	AUSENTOU-SE
NESTOR BAPTISTA	MDB	AUSENTOU-SE
JOSÉ TAVARES DA SILVA NETO	MDB	AUSENTOU-SE
ANTONIO ROMERO FILHO	MDB	AUSENTOU-SE
CARLOS JERÔNIMO ZANLORENZI	MDB	AUSENTOU-SE
ADALBERTO DAROS	MDB	AUSENTOU-SE
NELTON MIGUEL FRIEDRICH	MDB	AUSENTOU-SE
DARCY DEITOS	MDB	AUSENTOU-SE
EDILSON ALENCAR BARBOSA	MDB	AUSENTOU-SE
ANTONIO FACCI	MDB	AUSENTOU-SE
NELSON BUFFARA	MDB	AUSENTOU-SE

QUADRO 4.7 – DEPUTADOS PRESENTES À SESSÃO NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA (continuação)

DEPUTADOS	PARTIDO	Votação 22.03.1979
LINEU MANSANI TURRA	MDB	AUSENTOU-SE
NELSON FIORI LUIZ MALAGUIDO	MDB	AUSENTOU-SE
JOSÉ TADEU LUCIO MACHADO	MDB	AUSENTOU-SE
JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI	MDB	AUSENTOU-SE
MÁRIO CELSO PUGLIELLI DA CUNHA	MDB	AUSENTOU-SE
RENATO BERNARDI	MDB	AUSENTOU-SE
GERNOTE GILBERTO KIRINUS	MDB	AUSENTOU-SE
DOMÍCIO SCARAMELLA	MDB	AUSENTOU-SE

FONTE: ANAIS..., 1979.

A posse de Jaime Lerner ocorreu no dia 26 de março de 1979, no Palácio Iguaçu, conduzida pelo governador Ney Braga. Posteriormente, em Sessão Extraordinária no Palácio Rio Branco, dirigida pelo presidente da Câmara, Donato Gulin, o prefeito prestou juramento perante os 21 vereadores. Na Prefeitura Jaime Lerner recebeu o cargo do prefeito Saul Raiz. Lerner fez seu pronunciamento abordando as principais diretrizes de sua administração. Declarou que o governo exigia uma satisfação daquele deputado que teria, por qualquer razão votado contra, como se estivesse dirigindo-se a um chefe de gabinete ou a um subalterno.

Ney Braga não havia ficado surpreso com o voto contra na indicação de Lerner. Para ele não havia surpresa em política, embora tenha declarado que não gostaria que um correligionário se acobertasse no anonimato para votar contra a decisão partidária, pois se julgava aberto ao diálogo, não se justificando, portanto, tal atitude.

O deputado emedebista Deni Schwartz teria acusado o governador Ney Braga de ter tratado deputados da ARENA como subalternos, no episódio da votação da Mensagem, na indicação de Lerner a prefeito de Curitiba. Ele se referia às notícias da irritação do governador quando soube que um arenista havia votado contra, e que foram veiculadas nos jornais da Capital. Tal colocação do deputado teria provocado grande agitação na bancada arenista da Assembleia Legislativa.

O voto contra Lerner gerou uma crise na bancada arenista e o governador Ney Braga irritado queria saber quem teria sido a “ovelha-negra” da bancada arenista. O líder da bancada arenista, Erondy Silvério, escolhido por Ney Braga, previa pelo menos

dois nomes que poderiam ter votado contra. Este chegou a confidenciar que já sabia quem havia optado pelo “não”, mas não quis revelar o nome.

Embora Erondy Silvério tenha insinuado o nome do deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira como sendo o autor do polêmico voto, não foi possível determiná-lo porque o momento foi propício para as perseguições e desavenças internas. Mas o deputado Luiz Alberto Martins reuniu a imprensa e fez críticas a Erondy. Martins teria afirmado, devolvendo a acusação ao líder da bancada e empresário de transportes coletivos em Curitiba, que não teria votado contra, mas sim um empresário de ônibus, que teve seus interesses contrariados na primeira gestão de Lerner. Outro deputado da ARENA teria levantado a hipótese de que o único voto contra Lerner teria sido uma manobra política de grupo arenista ligado a Ney Braga para “queimar” alguns companheiros em razão de disputas políticas de comando, e o voto contra teria assim sido argumento para acusá-los de infidelidade.

Ney Braga teria conversado pessoalmente com os deputados na tentativa de promover a pacificação da bancada e para que não persistissem diferenças que pudessem prejudicar a unidade do Partido após o referendo do nome de Jaime Lerner para prefeito, pois surgiram fissuras na bancada da ARENA.

4.10 INDICAÇÃO, REFERENDO E NOMEAÇÃO DO PREFEITO MAURÍCIO FRUET EM 1983

O presidente da República ainda era o general João Baptista Figueiredo e o Brasil passava pela fase de transição de abertura política. O governador do Estado do Paraná era José Richa, PMDB, eleito nas eleições diretas a 15 de novembro de 1982, que contaram com cinco partidos políticos (PMDB, PDS, PTB, PT e PDT). Richa derrotou o candidato da antiga situação, Saul Raiz, que concorrera pelo PDS. Álvaro Dias, do PMDB foi eleito senador, derrotando Ney Braga que concorreu pelo PDS. Na Câmara Federal os parlamentares paranaenses ficaram assim distribuídos: o PMDB, majoritário, com 29 representações e o PDS com 14 cadeiras; os demais partidos não atingiram o quociente eleitoral, teriam sido prejudicados pelo casuísmo do voto vinculado. Na Assembleia Legislativa do Paraná as bancadas ficaram distribuídas entre os dois partidos mais fortes, o PMDB ficou majoritário, com 34 cadeiras, e o PDS, com 24. Para a Câmara Municipal de Vereadores de Curitiba o MDB conquistou 22 cadeiras e o PDS 11.

O governador eleito José Richa (PMDB) e o vice João Elísio Ferraz de Campos tomaram posse no dia 15 de março de 1983, quando o cargo foi transmitido pelo governador em exercício, Hosken de Novaes, além dos novos secretários de Estado e chefes da Casa Civil e Militar, em cerimônia no Palácio do Iguaçu. Dos 22 novos governadores, nove foram do PMDB, 12 do PDS e um do PDT. (NOVOS GOVERNADORES..., 1983, capa).

Richa tinha primeiramente como indicação à Prefeitura da capital do Estado o nome do deputado Adhail Sprenger Passos, que declinou em razão de que Maurício Fruet teria o apoio das lideranças do partido na Capital (FRUET ASSUME..., 1983, p. 6). Para tanto, o governador José Richa anunciou a indicação do nome do deputado federal Maurício Fruet para prefeito de Curitiba no dia 11 de março, primeiramente em reunião com as lideranças do PMDB. Richa consultou os líderes e companheiros do partido, os diretórios partidários, deputados e segmentos da sociedade, chegando à conclusão de que havia consenso em torno do nome de Maurício Fruet. Afirmou que mesmo lhe cabendo a faculdade de indicar o novo prefeito, porque a lei não lhe permitia fazer diferente, continuaria a luta pela eleição pelo voto direto para o executivo municipal. O governador ressaltou as qualidades de Fruet, sua atuação na imprensa, na representação popular e na participação comunitária, além, é claro, o fato de Fruet ter sido o deputado federal mais bem votado (142.268 votos) naquele pleito de 1982 no Paraná. O deputado fez o seu pronunciamento agradecendo e reiterando a luta pelas eleições diretas para prefeito. Para a vaga de Fruet na Câmara dos deputados assumiu o primeiro suplente, Dilson Fanchin do PMDB de Ponta Grossa. (FRUET ASSUME..., 1983, p. 6; PARA JOSÉ RICH A..., 1983, p. 6).

Na Ata da 10ª Sessão Ordinária de 17 de março de 1983, da 10ª Legislatura, presidida pelo deputado Trajano Bastos, e secretariada pelos deputados Gernote Kirinus e Nelson Buffara, consta a leitura da Mensagem nº. 41/83, como prerrogativa do governador do Estado, José Richa, que nos termos dos Artigos 22, Inciso IX e 108, Inciso I, da Constituição Estadual, indicava o nome do deputado federal Maurício Roslindo Fruet para ocupar o cargo de Prefeito Municipal de Curitiba. Na própria mensagem Richa justificava a indicação. Pelo fato de o nome do deputado atender os interesses da coletividade, porque ter sido eleito em vários pleitos, por ter sido o mais bem votado nesta cidade e em todo o Paraná, e por este ter prestado serviços à causa pública como vereador na Câmara Municipal de Curitiba, deputado estadual e deputado federal, o que lhe conferia o perfil de homem público de primeira grandeza. E seguia o

currículo do candidato para apreciação da Assembleia Legislativa. Alguns dados relevantes da carreira política do deputado Maurício Fruet: curitibano, nascido a 12 de agosto de 1939, advogado, jornalista e radialista; foi vereador em Curitiba (1968-1970); líder da bancada do MDB na Câmara Municipal de Curitiba em 1969; deputado estadual por duas legislaturas (1970 e 1978); líder na Assembleia Legislativa em 1973; deputado federal (1978). Foi presidente do MDB de Curitiba (1970/1974); secretário Geral do MDB/PR (1979); membro do Diretório Nacional do MDB (1974/1979); vice-presidente da Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados (1979); coordenador do PMDB Nacional nas áreas de Informática, Minas e Energia; autor de inúmeros projetos de lei, com destaque ao que propõe o ressarcimento ao Estado do Paraná por áreas inundadas pela construção da hidrelétrica de Itaipu; presidente do Comitê Nacional Pró-Autonomia Municipal e secretário geral do Comitê Nacional em Defesa dos Aposentados (ANAIS..., Ano IX, nº 15, 17.03.1983).

Após a leitura do currículo do nome indicado o presidente da Casa, Trajano Bastos, solicitou aos líderes dos partidos que fizessem as indicações dos membros para compor a Comissão Especial que apreciaria a indicação. O líder da bancada do PMDB, o deputado Rubens Bueno indicou, agora com a maioria, para a Comissão Especial três deputados: Ervin Bonkoski, Aníbal Khury e Roberto Requião. O líder do PDS indicou dois deputados: Airton Cordeiro e Erondy Silvério.

A Comissão Especial foi presidida por Ervin Bonkoski e o relator foi Aníbal Khury. A arguição do candidato, deputado Maurício Fruet, ficou marcada para dia 22 de março às 9 horas na sala do Plenarinho. Todos os deputados foram convidados por Bonkoski para participar do evento (ANAIS..., Ano IX, nº 17, 21.03.1983).

Na sessão do dia 22 de março o presidente da Comissão Especial entregou ao presidente da Casa o projeto de Resolução nº 03/83, ex-Proposição nº 39/83, referente a indicação do deputado federal Maurício Fruet ao cargo de Prefeito de Curitiba. O presidente da Casa, o deputado Werner Wanderer, com base na Resolução 266, no seu artigo terceiro, marcou Sessão Especial para o dia 24 de março para apreciação do nome de Fruet para prefeito. O próprio presidente da Casa, Werner Wanderer, apresentou requerimento solicitando ao deputado Maurício Fruet, Presidente do Comitê Nacional para a Autonomia dos Municípios (CONAM), que renunciasse ao cargo. O deputado Aníbal Khury chamou a atenção que tal requerimento parecia antirregimental e que tal ato deveria partir da vontade do deputado. Tal observação foi acatada e o presidente retirou o requerimento (ANAIS..., nº18, Ano IX, 22.03.1983).

Na Ata da Sessão Especial, destinada à deliberação da Assembleia sobre o nome do Deputado Maurício Roslindo Fruet, indicado pelo governador do Estado para Prefeito de Curitiba, realizada no dia 24 de março consta, como presidente o deputado Trajano Bastos, secretariado pelos deputados Gernote Kirinus e Werner Wanderer e a presença dos 58 deputados. A aprovação do nome indicado ocorreria com a maioria absoluta de votos da Assembleia, que seria de, no mínimo, 30 votos favoráveis. A Comissão Especial, em conformidade com as normas estabelecidas pela Lei nº. 5.410, de 20 de outubro de 1966, com a nova redação dada ao Art. 1º, da Lei nº. 6.305, de agosto de 1972, apresentou o parecer, favorável por unanimidade. Os pareceres foram emitidos no dia 21 de março; segundo o presidente e o relator da Comissão Especial, Ervin Bonkoski e Aníbal Khury, o deputado federal Maurício Fruet preenchia todos os requisitos legais, morais ou de competência, o que o credenciava à elevada apreciação da Assembleia Legislativa. Em voto separado, os deputados Aírton Cordeiro e Erondy Silvério, apresentaram o parecer concordando com a qualificação do deputado Maurício Fruet, reconhecendo a passagem deste na Assembleia como motivo de reconhecimento de seu mérito. E reiteraram as posições políticas de votar no referendo do nome indicado e de defesa às eleições diretas para os Prefeitos das Capitais brasileiras. Feito isso, os oradores inscritos começaram a se pronunciar. Foram eles: Nestor Baptista, Luiz Gabriel Sampaio, Tércio Albuquerque, Roberto Requião, Erondy Silvério, Ferrari Jr., Osvaldo Alencar Furtado, Donato Gulin, Nilso Sguarezzi, interrompidos pelos vários participantes que promoveram discussões com apartes concedidos.

Com a inversão dos papéis, oposição e situação, o PDS, transfiguração da legenda ARENA, tomou a posição partidária de abster-se na votação da indicação de Maurício Fruet, PMDB, para prefeito de Curitiba, em atitude semelhante à atitude do antigo MDB nas indicações anteriores. E o PMDB, agora situação, indicou e referendou a indicação do governador eleito pelo PMDB, José Richa. Os pronunciamentos dos deputados do PDS não atacavam o nome do deputado indicado, ao contrário, a figura do deputado Maurício Fruet era preservada, senão enaltecida, tal qual o antigo MDB não se opunha aos indicados anteriormente; atacavam, sim, a atitude do PMDB em referendar o nome indicado. Seria uma forma de revanche do PDS às atitudes de abstenção do antigo MDB, quando das indicações da ARENA. Mas cabe destacar que as atitudes são distintas, o que pode ser observado nas sínteses de alguns dos pronunciamentos e apartes, tão insistentes e fervorosos, no momento agitado e polêmico da votação. Os destaques nos pronunciamentos dos oradores resumiram-se em alguns pontos políticos.

Os pedessistas resgataram os discursos e posicionamentos políticos dos emedebistas dos referendos anteriores, na tentativa de demonstrar as incoerências do atual PMDB. E os peemedebistas se defenderam dizendo que tal incoerência se dava ao poderem fazer diferente, em razão das leis criadas e sustentadas pela ARENA, que era governista na ditadura militar, ainda vigorarem.

O primeiro orador, o deputado Nestor Baptista (PMDB), observou que a aprovação de Maurício Fruet a prefeito de Curitiba ainda seria pelo voto indireto, visto que a legislação inspirada nos casuísmos impedia a eleição pelo voto direto. Porém, o deputado Maurício Fruet tinha respaldo popular por ter sido eleito pelo voto direto nas últimas eleições e, na condição de presidente da CONAM, traria para a Prefeitura de Curitiba a luta pelas eleições diretas para prefeitos das Capitais e Municípios de segurança nacional.

O segundo orador, o deputado Luiz Gabriel Sampaio (PDS) criticou o PMDB com o dito popular “faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço”. Para ele o PMDB, partido oposicionista, teria agora enquanto situação, perdido a sua ideologia. E parafraseava o deputado Nilso Sguarezzi, quando do pronunciamento em 1979 no referendo de Lerner, isentando o nome do indicado, porém condenando a forma de escolha do prefeito, numa tentativa de demonstrar as atitudes de conveniência do MDB.

O deputado Tércio Albuquerque, PDS, exigindo coerência do PMDB, também trouxe criticamente pronunciamentos e posições tomados pelo antigo MDB. A frase de campanha, “Richa eleito, eleição para Prefeito”, transformada pelo deputado em “Richa empossado, prefeito nomeado” ilustrava a crítica. Tais pronunciamentos causaram celeuma entre os deputados e inúmeros apartes foram solicitados pelos deputados do PMDB. As rivalidades se afloraram e os ataques foram contínuos.

O deputado Roberto Requião, PMDB, com a palavra, apresentou um relatório minucioso e crítico a respeito dos dados estatísticos das condições dos bairros do município de Curitiba, nas áreas de habitação, saúde, saneamento, educação, e economia (distribuição de renda, inflação), como resultado das administrações anteriores de Curitiba durante o regime militar.

Erondy Silvério (PDS) declarou, pelo partido, que gostariam de votar a favor de Maurício Fruet, pelas qualidades do indicado, mas que sua bancada havia tomado a decisão, na manhã daquele dia, que o PDS não sufragaria o nome de Fruet. Em nome dele e de Airton Cordeiro, em resposta ao relatório exposto por Requião, desejavam que Fruet realizasse a reversão daquelas expectativas e dos erros cometidos. E solicitou à

Mesa uma cópia do relatório de Requião para dali quatro anos cobrar os resultados, numa comparação com os erros cometidos por Jaime Lerner e Saul Raiz, que projetaram Curitiba como uma das capitais modelo do País.

O deputado Ferrari Júnior, PMDB, deixou muito claro em seu pronunciamento que essa forma de se homologar o prefeito, não tinha sido feita pelo PMDB. Era lei do governo federal, apresentada e defendida pela bancada do PDS. E que a diferença entre eles era que o PMDB gostaria que o povo realmente participasse votando. Relembrou a triste sina do PDS, que outrora tinha elegido de forma indireta o governador Ney Braga; este mais tarde saiu às ruas para pedir votos e foi derrotado nas eleições; Saul Raiz nomeado prefeito de Curitiba, ao concorrer ao governo foi derrotado também. E que o PMDB, em contrapartida, elegia um prefeito que fora eleito pelo voto do povo na última eleição. Maurício Fruet tinha uma história de mandatos por eleições diretas: vereador, deputado estadual, deputado federal. Nesta última eleição Fruet havia sido o deputado federal mais bem votado do Paraná. Esses fatos demonstravam o que era a democracia que o PMDB pregava.

O pronunciamento do deputado Osvaldo Alencar Furtado (PMDB) acusou o PDS de ter sustentado, não a democracia ou a liberdade, mas sim, sustentado politicamente, o regime de aviltamento da condição do ser humano, citando exemplos como o assassinato de Wladimir Herzog, e de Edson Luiz (no restaurante Calabouço, na Guanabara).

Nilso Sguarezzi, PMDB, se dizia constrangido pela incoerência do atual momento ser comparado aos seus discursos no tocante às ilegítimas nomeações de prefeitos, lembrados pelos pedessistas. Mas frisou que não cobrassem coerência do PMDB, porque o constrangimento que passavam naquele momento era porque o PDS não tinha tido coragem e postura, no contexto nacional, de protestar contra a eleição indireta, de apresentar solução e de estimular o partido a votar, no Congresso Nacional, a emenda “Benevides”. O constrangimento era por não ser possível ver o povo exercer o poder do voto. Tal cobrança de coerência do PMDB pelo PDS procederia se houvesse ações que promovessem eleições diretas (ANAIS..., nº 20, Ano IX, 24.03.1983).

O presidente da Casa, Trajano Bastos, deu início à votação. Para tanto compôs a seguinte Comissão: deputados Nilso Sguarezzi, Luiz Alberto de Oliveira e Aníbal Khury. Votaram 51 deputados, com 17 votos em branco e 34 votos pelo “sim” (vide Quadro 4.8). Deixaram de votar sete deputados, totalizando 58 deputados. Com esse resultado foi declarado aprovado o nome do deputado Federal Maurício Fruet, indicado

pelo governador do Paraná, José Richa, para o cargo de Prefeito Municipal de Curitiba (ANAIIS..., nº 20, Ano IX, 24.03.1983).

O que o governador José Richa fez ao nomear prefeito de Curitiba, Maurício Fruet, o deputado federal mais bem votado do Paraná nas eleições de 1982, foi escolher um candidato que tinha aceitação do povo curitibano e paranaense, ou seja, um lídimo representante do povo, engajado nas questões da municipalidade. Fruet era curitibano, já tinha sido vereador, deputado estadual, e naquele momento, deputado federal.

A posse do prefeito peemedebista Maurício Fruet ocorreu no dia 04 de abril de 1983, quando fez o juramento solene na Câmara Municipal e depois foi conduzido ao Palácio 29 de Março, para transmissão do cargo, em carreata dos taxistas organizada pelo vereador Haziél Pereira, homenagem da classe (MOTORISTAS FARÃO..., 1983, p. 8). Nas três últimas semanas o cargo de prefeito foi exercido interinamente pelo vereador Moacir Tosin, em razão de o prefeito Jaime Lerner ter renunciado logo após a posse do governador José Richa.

Em seu discurso de posse Maurício Fruet declarava que, depois de três gestões de “técnicos”, não prometia grandes obras, mas um governo voltado para o povo. Reconheceu o equipamento urbano de Curitiba desenvolvido, mas a sua prioridade seriam os bairros onde se localiza a maioria da população e dos problemas, dos esquecidos e desconsiderados nos planos, a Curitiba da desigualdade social. Falou do respeito a ser retomado à Câmara Municipal de Vereadores, sufocada pela repressão no processo autoritário. Ainda em discurso, Fruet anunciou seus planos e programas para a população de Curitiba e as mudanças na forma de administração.

QUADRO 4.8 – DEPUTADOS PRESENTES À SESSÃO NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DEPUTADOS	PARTIDO	Votação 24.03.1983
ERVIN BONKOSKI	PMDB	SIM
HERMAS EURIDES BRANDÃO	PMDB	SIM
NILSO ROMEU SGUAREZI	PMDB	SIM
DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR	PMDB	SIM
PAULO FURIATTI	PMDB	SIM
ANIBAL KHURY	PMDB	SIM
JOSÉ TADEU BENTO FRANCA	PMDB	SIM

QUADRO 4.8 – DEPUTADOS PRESENTES À SESSÃO NA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA (continuação)

DEPUTADOS	PARTIDO	Votação 24.03.1983
ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO	PMDB	SIM
ROBERTO REQUIÃO DE MELLO E SILVA	PMDB	SIM
NESTOR BAPTISTA	PMDB	SIM
NELSON GUIMARÃES VASCONCELLOS	PMDB	SIM
ACIR PEPES MEZZADRI	PMDB	SIM
RUBENS BUENO	PMDB	SIM
AMÉLIA DE ALMEIDA HRUSCHKA	PMDB	SIM
LUIZ CARLOS CAITO QUINTANA	PMDB	SIM
ANTONIO MARTINS ANNIBELLI	PMDB	SIM
SABINO BRASIL NUNES DE CAMPOS	PMDB	SIM
EDUARDO FERREIRA BAGGIO	PMDB	SIM
IRONDI MANTOVANI PUGLIESI	PMDB	SIM
GERNOTE GILBERTO KIRINUS	PMDB	SIM
JOSÉ TADEU LÚCIO MACHADO	PMDB	SIM
MÁRIO PEREIRA	PMDB	SIM
TRAJANO BASTOS DE OLIVEIRA	PMDB	SIM
NELSON FIORI LUIZ MALAGUIDO	PMDB	SIM
ARLEIR TILLFRID FERRARI JUNIOR	PMDB	SIM
EDMAR LUIZ COSTA	PMDB	SIM
DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO	PMDB	SIM
OSVALDO ALENCAR FURTADO	PMDB	SIM
MÁRCIO JOSÉ DE ALMEIDA	PMDB	SIM
ADHAIL SPRENGER PASSOS	PMDB	SIM
ORLANDO PESSUTI	PMDB	SIM
SÉRGIO SPADA	PMDB	SIM
HOMERO MORINOBU OGUIDO	PMDB	SIM
JOSÉ ANTONIO FONSECA	PMDB	SIM
LUIZ ALBERTO MARTINS DE OLIVEIRA	PDS	EM BRANCO
AIRTON RAVAGLIO CORDEIRO	PDS	EM BRANCO
ERONDY SILVÉRIO	PDS	EM BRANCO
LUIZ GABRIEL GUIMARÃES SAMPAIO	PDS	EM BRANCO
FRANCISCO ESCORSIN	PDS	EM BRANCO
DONATO GULIN	PDS	EM BRANCO
WERNER WANDERER	PDS	EM BRANCO
EZEQUIAS LOSSO	PDS	EM BRANCO

QUADRO 4.8 – DEPUTADOS PRESENTES À SESSÃO NA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA (continuação)

DEPUTADOS	PARTIDO	Votação 24.03.1983
TÉRCIO ALVES DE ALBUQUERQUE	PDS	EM BRANCO
TUGUIO SETOGUTTE	PDS	EM BRANCO
IVAN DE AZEVEDO GUBERT	PDS	EM BRANCO
BASÍLIO ZANUSSO	PDS	AUSENTE
AUGUSTO DE OLIVEIRA CARNEIRO	PDS	EM BRANCO
WILSON FIGUEIREDO FORTES	PDS	AUSENTE
JORGE AMIN MAIA FILHO	PDS	EM BRANCO
LEÔNIDAS FERREIRA CHAVES	PDS	AUSENTE
GILBERTO REZENDE DE CARVALHO	PDS	EM BRANCO
NELSON BUFFARA	PDS	AUSENTE
EDGARD RIBEIRO PIMENTEL	PDS	AUSENTE
ODENI VILLACA MONGRUEL	PDS	EM BRANCO
QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA	PDS	EM BRANCO
PÉRICLES PACHECO DA SILVA	PDS	AUSENTE
FUAD NACLI	PDS	AUSENTE
GABRIEL MANOEL	PDS	EM BRANCO
FONTE: ANAIS..., 1983..		

5 CONCLUSÕES ACERCA DOS REFERENDOS PARA PREFEITOS E ELEIÇÕES À CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA NO REGIME MILITAR (1964 A 1985)

5.1 REFERENDOS PARA PREFEITOS

QUADRO 5.1 - RESUMO ELEIÇÕES INDIRETAS PARA PREFEITO DE CURITIBA / 1967 – 1983

ANO	1966	1967	1971	1975	1979	1983
Prefeitos	IVO ARZUA	OMAR	JAIME	SAUL	JAIME	MAURÍCIO
Referendados		SABBAG	LERNER	RAIZ	LERNER	FRUET
Partidos	Arena	Arena	Arena	Arena	Arena	PMDB
Número de Deputados	45	45	47	54	58	58
Votação da ARENA (PDS em 1983)	25 “sim”, 01 em branco	33 “sim”, 02 em branco e 02 ausentes	38 “sim”	28 “sim” e 01 em branco	33 “sim” e 01 “não”	17 em branco e 07 ausentes
Votação do MDB (PMDB em 1983)	05 “não”	08 ausentaram-se	09 em branco	21 abstenções	24 ausentaram-se	34 “sim”
Governadores	Indicação do governador eleito Paulo Pimentel (não mexer no prefeito eleito indicado por Ney Braga)	Indicação do governador Paulo Pimentel (pela neutralidade)	Indicação do governador nomeado Haroldo Leon Peres (sem apoio político de Pimentel e Braga)	Indicação do governador nomeado Jayme Canet Jr. (com apoio do Ministro Ney Braga); negociação arenista para mais espaço político no governo	Indicação do governador nomeado Ney Braga	Indicação do governador eleito pelo voto direto José Richa

Foram seis referendos para prefeito de Curitiba durante a ditadura (vide Quadro 5.1). O partido governista, a ARENA, dominou todo o período do sistema do bipartidarismo no Regime Militar, somente na fase de transição do Regime, com a abertura política, extinção do bipartidarismo e a retomada do pluripartidarismo, o herdeiro do MDB, o então PMDB, chegou ao poder executivo municipal com a indicação, referendo e nomeação do deputado federal Maurício Fruet.

A ARENA nomeou cinco dos prefeitos. Até a terceira nomeação, a de Jaime Lerner em 1971, o que chamava atenção era o posicionamento do MDB, abstendo-se das votações. A partir das eleições à Câmara de Deputados e à Assembleia Legislativa de 1974, pleito “plebiscitário”, assim eram consideradas as eleições durante o Regime, pois o governo avaliava a sua aprovação ou não por meio das eleições, a Arena começou apresentar crises nas suas aprovações em plenária dos nomes indicados. Em 1975 a aprovação do nome de Saul Raiz, sucessor de Lerner, serviu para negociações entre ARENA e governo, sob a ameaça do crescimento do MDB, a ARENA demandava mais participação no governo.

Com o retorno de Ney Braga, nomeado governador em 1978, Lerner retornara à Prefeitura, para o seu segundo mandato em 1979. Novamente tinha-se um impasse entre ARENA e governo, Ney Braga tinha deputados arenistas contrariados com a indicação de Lerner como foi demonstrado, por interesses empresariais.

Foi nesse período que Jaime Lerner se consolidara como prefeito e urbanista, durante o Regime Militar. Dando continuidade e implementando o plano diretor para Curitiba. Jaime Lerner quando foi nomeado em 1971 era ex-diretor-presidente do IPPUC, ex-membro do grupo de acompanhamento da Serete. Ressalva-se que não entra em questão a investigação do planejamento urbano e nem as políticas públicas aplicadas ou prometidas pelos candidatos eleitos a prefeito de Curitiba. Entretanto, cabe lembrar que o fenômeno curitibano de urbanização não se restringe a um único grupo: o dos urbanistas. Com Dennison de Oliveira (2002), pode-se desmitificar Curitiba como cidade modelo. No campo urbano se encontram diferentes interesses, os dos urbanistas e dos empresários, com interesses em atividades capitalistas (OLIVEIRA, 2002, p. 33-5). Segundo o autor, Lerner, usando-se da posição obtida, imediatamente nomeou para todas as funções relevantes na administração os seus companheiros do IPPUC. Assim, eles assumiram os postos-chave do poder público na Prefeitura Municipal de Curitiba, por conseguinte assumiram lugares no conselho Deliberativo do IPPUC (id., p. 100, 2002). Tem-se aí uma ideia de como surge uma liderança política

O que marcou desde o primeiro referendo foi a participação do MDB enquanto oposição. O MDB em manifesto de oposição, aprovado em reunião pelo Diretório Nacional e do Comitê Executivo do partido declarava e definia como meta do partido a luta pelo restabelecimento do sistema democrático-representativo, com eleições diretas em todos os níveis e autonomia legislativa e judiciária, além de criticar as práticas antidemocráticas do governo e sua política econômica que assolava o país. Em 5 dos seis referendos realizados no sistema do bipartidarismo, o MDB expressou o seu manifesto e absteve-se em plenária nas votações para aprovação dos indicados para prefeito de Curitiba, em prol da democracia e da eleição de prefeito pelo voto direto. O MDB foi coerente com seu manifesto e sua linha ideológica.

Entretanto, quando o MDB venceu as eleições de 1982, os papéis se inverteram, porém o MDB manteve a sua linha ideológica e de reivindicações para eleições diretas para prefeitos de Capitais e Estâncias Hidrominerais e de segurança nacional. O fato de o MDB indicar e referendar o prefeito peemedebista Maurício Fruet, não significou que o partido concordava com a legislação que a ARENA, que estava no poder, pouco ou quase nada combateu, ao contrário, esta se acomodou e usufruiu de tal prerrogativa. O MDB seguiu a lei, como afirmou o governador eleito José Richa, ao indicar Fruet.

5.2 AS ELEIÇÕES PARA VEREADORES (1968-1976)

As análises e conclusões dos desempenhos dos partidos políticos durante o Regime Militar se restringiram a ARENA e ao MDB, ficaram de fora os partidos criados com a abertura política que se iniciava a partir da extinção das 2 legendas em 1979 que caracterizaram o sistema partidário da ditadura. Os novos partidos criados a partir de então para as eleições de 1982 foram avaliados juntamente com o período da Redemocratização, por serem considerados parte do novo pluripartidarismo com características, regras e sistema partidário diferentes. Nesse período Militar foram avaliadas três eleições proporcionais à Câmara Municipal de Vereadores de Curitiba, a saber, os pleitos de 1968, 1972 e 1976, a ARENA teria recebido muitos dos candidatos dos partidos conservadores tradicionais e o MDB teria recebido candidatos, principalmente, do PTB; e seis referendos para aprovações pela Assembleia Legislativa Estadual dos nomes indicados pelos governadores do Estado. (Acompanhar os desempenhos dos partidos nos quadros 5.2 e 5.3).

De 1968 para 1976 o eleitorado curitibano quase que dobrou, o quociente eleitoral acompanhou proporcionalmente, dificultando as chances de se eleger. Indiscutivelmente a ARENA foi majoritária nos três pleitos, na diferença entre cadeiras e votos válidos obtidos levou vantagem nas três distribuições das sobras pela maior média, registrado a maior delas na primeira eleição em 1968, (+5,33 pontos), elegendo 2 candidatos pela média. Em 1972, a vantagem é reduzida para 2,33 pontos, e em 1976 sobe para 3,5 pontos. Em contrapartida, o MDB registrou a maior desvantagem de -1,73 pontos na distribuição das sobras em 1968, ou seja, não elegeu nenhum candidato pela média; registra um saldo positivo em 1972 (+2,29 pontos), quando elege um candidato pela segunda maior média, e em 1976, este candidato teria sido eleito com a menor proporção de votos mínimos em relação ao quociente eleitoral (28,23%).

Em 1968, no auge das cassações aos resistentes à “revolução”, nas eleições proporcionais para vereadores à Câmara Municipal de Curitiba foram registradas as menores taxas de votos válidos, 91,11%, de mobilização eleitoral, 82,49%, e de comparecimento, portanto, a maior abstenção do período, 17,51%; e o maior índice de votos nulos, 8,89%, e a menor votação em legenda, 1,87%.

A ARENA inicia essas eleições elegendo 14 vereadores, com 61% dos votos válidos; obteve na diferença entre cadeiras e votos válidos a maior vantagem do período, 5,33 pontos; elegeu o candidato com o mínimo de votos com a proporção do quociente eleitoral de 31,49%.

O MDB elegeu um terço da bancada, sete vereadores, com 35% dos votos válidos, no outro extremo, em relação ao partido governista, obteve um saldo negativo na diferença entre cadeiras e votos, -1,73 pontos. O partido, nessa primeira eleição começou em baixa como oposição consentida e sob a ameaça da cassação.

No pleito de 1972 os índices que chamaram atenção foram, a redução dos votos nulos, que caiu para 7,14%, e o aumento dos votos em branco, 4,61%; a maior mobilização eleitoral no período, atingiu 85,06%, consequentemente, a menor abstenção, 14,94%; e a mais baixa competitividade eleitoral entre as 2 legendas, 42,82 pontos percentuais.

ARENA atingiu o seu melhor desempenho eleitoral nessas eleições, 69,10% dos votos válidos, que lhe rendem 15 representações na Câmara Municipal. No demonstrativo da proporcionalidade, na diferença entre cadeiras e votos, a vantagem ficou em 2,33 pontos, reduziu em razão da eleição da maioria pelo quociente partidário e somente um pela distribuição pela maior média. Em contrapartida o MDB teve o seu

pior desempenho, 26,28% dos votos válidos e perdeu uma representação, ficando com seis cadeiras, sendo uma pela maior média, o que deu a vantagem de 2,29 pontos na proporcionalidade, muito próxima a obtida pela ARENA.

Nas eleições de 1976, registraram-se os seguintes resultados: os menores índices de votos brancos e nulos, 2,11% e 4,50%, respectivamente; a maior competitividade eleitoral entre as legendas, 9,39 pontos percentuais; e o maior registro de votos válidos, 95,50%, e a maior votação nominal dos três pleitos, 94,68% (vide Quadros 5.2 e 5.3).

Nesse terceiro e último pleito no sistema do bipartidarismo, a ARENA registrou o seu declínio conquistando 12 cadeiras com 53,64% dos votos válidos, mas assim mesmo a legenda obteve a vantagem de 3,5 pontos entre cadeiras e votos. O MDB tem a sua primeira ascensão, o que significou uma vitória, elegeu nove vereadores com 44,25% dos votos válidos, não obstante ter ficado negativo na diferença entre cadeiras e votos, -1,39 pontos.

Os votos de legenda não foram suficientemente significativos, mas o MDB liderou nos três pleitos, em 1968 obteve 1,43% finalizando em 1976 com 2,18% de votos de legenda em relação ao total de votos válidos. A ARENA ficou com apenas 0,44% em 1968 e atingiu 1,02% em 1976.

Como não houve a eleição para vereadores prevista para 1980, os vereadores tiveram um mandato especial, prorrogados até 1982. Esta última eleição representou o marco da queda da Arena e da ascensão do MDB.

QUADRO 5.2 - RESULTADOS DAS PRINCIPAIS OPÇÕES POLÍTICAS NAS ELEIÇÕES PARA VEREADORES (1968 – 1972)

Eleições Partidos	1968			1972			1976		
	Votação	Vv%	C	Votação	Vv%	C	Votação	Vv%	C
ARENA	107.705	61,34	14	160.461	69,19	15	173.930	53,64	12
MDB	61.522	35,06	07	61.031	26,28	06	143.493	44,25	09
Vot.Vál.	175.474 (91,11%)			232.208 (92,86%)			324.275 (95,50%)		
Censo	233.467			293.976			400.590		
Quociente Eleitoral	8.355			11.507			15.441		
V. Brancos%	3,56			4,61			2,11		
V Nulos%	8,89			7,14			4,50		
Mob. Eleitoral%	82,49			85,06			84,76		
Nº de Candidatos	84			79			125		

QUADRO 5.2 - RESULTADOS DAS PRINCIPAIS OPÇÕES POLÍTICAS NAS ELEIÇÕES PARA VEREADORES (1968 – 1972) (continuação)

Eleições	1968	1972	1976
Abstenção%	17,51	14,94	15,23
Competitividade eleitoral	26,28	42,82	9,39
V. Nominais%	94,57	93,34	94,68
V. Legenda%	1,87	2,05	3,20
Vagas	21	21	21

FONTE: TRE-PR.

QUADRO 5.3 - DIFERENÇAS ENTRE PORCENTAGENS DE CADEIRAS (C) E VOTOS (V) DOS PRINCIPAIS PARTIDOS À CÂMARA DE VEREADORES DE CURITIBA NO REGIME MILITAR (1968-1976)

PARTIDOS	1968			1972			1976		
	C %	V%	C-V%	C %	V%	C-V%	C %	V%	C-V%
ARENA	66,67	61,34	5,33	71,43	69,10	2,33	57,14	53,64	3,5
MDB	33,33	35,06	-1,73	28,57	26,28	2,29	42,86	44,25	-1,39

* Calculados neste trabalho.

PARTE – III

6 A SEXTA REPÚBLICA (1985-2004): A NOVA REDEMOCRATIZAÇÃO

O terceiro período é o da Redemocratização, que iniciou em 1985 e seguiu até 2004 nesta pesquisa. O Brasil em 1985 saiu definitivamente do regime militar; o general João Baptista Figueiredo deixou a Presidência da República e Tancredo de Almeida Neves, pelo PMDB, por eleição indireta pelo Colégio Eleitoral, assumiria a Presidência da República. Começava a redemocratização, nascia a Nova República. Entretanto, na véspera da posse, Tancredo Neves adoeceu, foi internado e com a sua morte em 21 de abril de 1985, o vice José Ribamar Ferreira de Araújo (José Sarney), deixou de ser interino e assumiu a Presidência da República. Foi um difícil recomeço para a democracia brasileira.

Com a Nova República deu-se início às eleições diretas para prefeitos das capitais, lembrando que as eleições para vereadores não foram interrompidas no regime militar. A última eleição direta para prefeito eleito pelo voto popular em Curitiba fora a 7 de outubro de 1962, com a eleição de Ivo Arzua Pereira pela coligação PDC-UDN-PL. O prefeito de Curitiba em exercício, em 1985, era Maurício Fruet (PMDB), que não tinha sido eleito pelo voto do povo, e sim indicado para o cargo pelo então governador eleito José Richa, do PMDB, nas eleições de 15 de novembro de 1982.

O primeiro pleito da redemocratização para eleição de prefeito de Curitiba foi a 15 de novembro de 1985. Foi a primeira e única vez em que Roberto Requião e Jaime Lerner se enfrentaram diretamente numa eleição municipal. Em 1998 eles se enfrentaram novamente, mas disputando o cargo de governador do Estado do Paraná, quando Lerner se reelegeu. Jaime Lerner fora por duas vezes prefeito biônico, ou seja, indicado e nomeado durante o regime militar. Embora fosse candidato do PDT, representava o grupo político que foi situação no regime militar e que era apoiado por políticos conservadores, o PDS e o PFL – partidos originados da extinta ARENA. Roberto Requião de Mello e Silva, pelo PMDB, era pela primeira vez candidato à Prefeitura de Curitiba; este representava o partido que fazia a oposição no regime militar (MDB) e que deu início à representação na Nova República.

Nesse período de transição do regime militar para a redemocratização, o PMDB era o partido da situação no Paraná e seus representantes foram eleitos como forma de resposta do

eleitorado reprovando a ditadura. Requião tinha o apoio da máquina, então constituída pelos peemedebistas Maurício Fruet, prefeito, e os eleitos em 1982, senador Álvaro Dias e José Richa, governador do Estado do Paraná. Richa que licenciou-se do governo para se dedicar intensamente à campanha de Requião, favoreceu-o e muito, e fez forte oposição a Leonel Brizola – PDT, governador do Rio de Janeiro e candidato à Presidência da República, que estava apoiando o “correligionário” Jaime Lerner. Os discursos dos peemedebistas combatiam o retorno da velha guarda que deu origem ao regime militar e aos que se beneficiaram com ele; tinham, portanto, a vantagem de abrir as frentes com as bandeiras da democracia e da mudança, contra o regresso da ditadura.

O principal candidato da oposição, o pedetista Jaime Lerner, coligado com o PFL, foi prefeito de Curitiba nomeado por Haroldo Leon Peres (ARENA), em 1971, e por Ney Braga (PDS), em 1979. Desfrutava de prestígio como arquiteto e urbanista, seu discurso era de crítica ao uso da máquina pelo PMDB e, em sua campanha Coração Curitibano, suas propostas abrangiam habitação e emprego. Lerner era da geração de prefeitos com perfil técnico, no caso dele, arquiteto, e de engenheiros, perfil que prevalece, e não por acaso, mas por uma característica constitucional de um grupo político, até os dias de hoje. Lerner é um representante do grupo político de Ney Braga e que ocupou o espaço político deixado por este, por circunstâncias de organização e continuidade, pela transferência da representação política e ideológica daquele grupo. Kunhavalik (2004) é incisivo, “Lerner formou-se politicamente na escola do neyismo e no período da ditadura militar, tendo sua projeção política sido feita pelas mãos de Ney Braga”.

O candidato a prefeito, Roberto Requião de Mello e Silva, deputado estadual eleito pelo PMDB em 1982 – filho do médico Wallace Thadeu de Mello e Silva, que foi prefeito de Curitiba em 1951, nomeado quando era vereador, e que perdeu a eleição de 1954 para Ney Braga (OLIVEIRA, 2001) – foi o primeiro prefeito eleito do período da redemocratização; numa disputa acirrada, derrotou Jaime Lerner, o candidato da oposição que representava a direita. Como aponta Oliveira (2001) Requião deixava claro e lembrava, quando do resultado da eleição e de sua vitória, que seu pai Wallace de Mello havia perdido para Ney Braga as eleições de 1954 para prefeito de Curitiba.

Outros candidatos à prefeitura, representando a velha guarda política paranaense, conservadora e de direita, Paulo Pimentel e Ivo Arzua, candidatos pelo PDS e PDC, ficaram em

terceiro lugar, possivelmente atrapalhando a eleição de Lerner que representava a nova geração de tal grupo político.

O PT, conhecido que era como o partido das greves e movimentos, é a exceção dos partidos; tinha sua origem nas bases, diferentemente dos demais partidos oriundos, na sua maioria, das extintas legendas ARENA e MDB criadas em novembro de 1965.

Em dezembro de 1979 é sancionada a Lei n. 6.767, extinguindo o bipartidarismo (ARENA–MDB) imposto pelo regime militar para manter uma fachada de representatividade democrática. Segundo Lamounier (1986), o MDB fazia uma oposição consentida. Com a nova lei havia 180 dias para que novos partidos se organizassem. Durante a transição do autoritarismo para a democracia, período de 1979 a 1985, houve um pluripartidarismo restrito, com as regras permitindo o funcionamento de cinco partidos, criados em 1980 e que obtiveram os registros definitivos ainda no regime autoritário, a saber: PMDB, PDS, PTB, PDT e PT. Mas somente a partir de 1985 é que houve a liberdade plena – que caracterizou intensa fragmentação partidária (Singer, 2000). A Emenda Constitucional n. 25, promulgada em maio de 1985, favoreceu garantindo a reorganização dos partidos que foram cassados, indeferidos e ou cancelados, e permitiu que tais partidos em formação apresentassem candidatos às eleições municipais em novembro de 1985 (NICOLAU, 1996).

Nas eleições gerais de 1982, o pluripartidarismo ficou restrito às super-representações que tiveram os partidos herdeiros da ARENA e do MDB; seria a sobrevida artificial do bipartidarismo (LIMA JR., 1997). Consequentemente as demais legendas ficaram sub-representadas. O PMDB estava colhendo os frutos dos 20 anos de “oposição”, havia conquistado 22 cadeiras contra 11 do PDS. Nas eleições para vereadores em 1988, a primeira do período, e com o pluripartidarismo mais consolidado, o PMDB perdeu dez cadeiras, mas continuou com a maioria, 12 cadeiras, em decorrência das migrações partidárias e dos partidos estreantes que entraram em cena apoiando a direita; O PTB com cinco cadeiras, o PDT com seis, o PFL com três e o PL com quatro. O único partido representando a esquerda foi o PT, com três cadeiras.

As eleições municipais majoritárias dos anos de 1985 e 1988 tinham, como regra, um único turno e mandato (Nicolau, 1998); não era possível concorrer à reeleição. Foi no ano de 1985 em que os analfabetos ganharam o direito de votar (BRASIL, 1985).

Os atores políticos, prefeitos eleitos a partir das eleições de 1985 na redemocratização são:

- Roberto Requião de Melo e Silva (1986-1989) pelo PMDB.
- Jaime Lerner (1989-1992) pelo PDT.
- Rafael Greca de Macedo (1993-1996) pelo PDT.
- Cássio Taniguchi (1997-2000 e 2001-2004) pelo PDT e PFL.
- Carlos Alberto Richa (2005, até os dias de hoje) pelo PSDB.

Neste período da redemocratização ocorreram seis pleitos majoritários, sendo os dois últimos com dois turnos cada e cinco proporcionais. A primeira eleição para o cargo de prefeito foi a 15 de novembro de 1985; não houve eleições para vereadores, mantiveram-se os mesmos vereadores eleitos em 1982. As eleições proporcionais à Câmara Municipal de Curitiba ocorrem pela primeira vez, no referido período, em 15 de novembro de 1988, quando as eleições majoritárias e proporcionais foram realizadas simultaneamente. Daí seguem as eleições de 03 de outubro de 1992, de 03 de outubro de 1996, as de 2000, o primeiro turno no dia 1º de outubro e o segundo, no dia 29, e as de 2004, o primeiro turno a 03 de outubro e o segundo, no dia 31 do mesmo mês.

Com a redemocratização, as eleições municipais majoritárias de Curitiba ficaram polarizadas entre as duas personalidades políticas que escrevem a nova história política das eleições no Paraná e que se consolidaram, a partir de então, como as novas lideranças representativas de dois grupos políticos, que se constituíram, ao longo dos períodos aqui propostos, por ações e organizações políticas nas disputas travadas na Quarta República e as articulações no Regime Militar pela manutenção do poder. De um lado, no atual período, o grupo de Jaime Lerner, representando a direita paranaense, e de outro, o de Roberto Requião de Mello e Silva, representando a posição centro-esquerda.

Posto isto, as disputas políticas dos dois grandes representantes e rivais políticos, Requião e Lerner, se estenderam às eleições de governador de Estado. Como Requião não deixou sucessores, proporcionou aos asseclas de Lerner se elegerem e se reelegerem com certa facilidade ao cargo de prefeito; também abriu espaço para a esquerda, com o candidato Ângelo Carlos Vanhoni, do PT, crescer e polarizar as eleições com os sucessores de Jaime Lerner, sobretudo nas duas últimas eleições em função do crescimento da esquerda e a eleição do presidente petista Luis Inácio Lula da Silva em 2002 e reeleito em 2006. Vanhoni – nascido em Paranaguá, filho de

Vidal Vanhoni, já visto na Quarta República – foi eleito vereador pelo PT na primeira eleição proporcional à Câmara Municipal de Curitiba em 1988, reeleito em 1992. Elegeu-se deputado Estadual em 1994, reeleito em 1998 (OLIVEIRA, 2002) e em 2002, e eleito deputado federal em 2006 pelo PT.

6.1 O SISTEMA ELEITORAL E O CÓDIGO ELEITORAL NA SEXTA REPÚBLICA A PARTIR DE 1985

Neste período as legislações dos pleitos municipais são mais específicas na literatura. Por isso, foi oportuno deter-se às legislações pertinentes à pesquisa. Este período não faz nenhuma exceção à regra, pois novamente em cada eleição têm-se os casuísmos devidamente aprovados pelo Congresso Nacional. Segundo Fleischer (1995) os casuísmos continuaram mesmo com o retorno dos governos civis em 1985. O Pacote eleitoral em setembro de 1993 e setembro de 1995 caracterizou mero casuísmo, alterando o processo político e o sistema eleitoral na tentativa de produzir certas consequências. Entretanto, com o início do governo civil, as forças vitoriosas, principalmente o PMDB, começaram a pressionar o governo para fazer as mudanças políticas que descaracterizassem o autoritarismo do regime militar. As demandas eram: reduzir o mandato do presidente para quatro anos; mudanças nas leis de segurança nacional, imprensa e greve; restabelecer os poderes e prerrogativas do Congresso Nacional; as readmissões dos que foram cassados (militares e civis) aos seus setores com todas as vantagens acumuladas; restabelecer eleições diretas para presidente da República; eleições para substituir os prefeitos biônicos das capitais e cidades designadas de segurança nacional; abertura do sistema político a novos partidos políticos e inclusive os comunistas; restabelecer a representação política do Distrito Federal; abolir a lei da fidelidade partidária; instaurar o voto do analfabeto; e principalmente convocar uma Assembleia Constituinte para restaurar o Estado de Direito no Brasil (FLEISCHER, 1995).

A lei n. 7.332, de 1º de julho de 1985, estabeleceu normas para a realização das eleições municipais de novembro daquele ano. A partir desta lei cinco novos partidos foram organizados: PCB, PC do B, PL, PSB e PDC. Restabeleceram-se eleições diretas para presidente e foi reduzida a idade mínima para candidaturas, para deputados, de 21 para 18 anos (FLEISCHER, 1995).

A Emenda Constitucional n. 25, de 15 de maio de 1985, veio com o art. 18, disciplinar o alistamento e o voto pelos analfabetos, embora os considerasse inelegíveis para cargos públicos. A legislação que regulou a eleição municipal daquele ano estabeleceu que o requerimento para

alistamento eleitoral e a assinatura no dia da eleição seriam feitos para os analfabetos por intermédio da impressão digital do polegar direito. Apenas 65 mil analfabetos (0,3% do total) se cadastraram para votar naquele pleito. A Constituição de 1988 confirmou o direito de sufrágio para os analfabetos, mas tornou facultativo tanto o alistamento quanto o sufrágio destes. Os analfabetos continuaram sem poder concorrer a qualquer cargo. Por conta da não obrigatoriedade do registro e do voto para os analfabetos, é razoável imaginar que eles estejam sub-representados no total de eleitores (NICOLAU, 2002; PORTO, 2002).

A Constituição de 1988 tentou corrigir esse quadro de inovações em leis episódicas que regulam cada eleição e que se esgotam com seu cumprimento (casuísmos): “a lei que alterar o processo eleitoral só entrará em vigor um ano após sua promulgação”. A redação foi corrigida (emenda apresentada pelo senador Josaphat Marinho) e promulgada em 14 de setembro de 1993, determinando: “a lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência”. (PORTO, 2002, p. 376)

As eleições municipais de 15 de novembro de 1988 ocorreram 35 dias após a Constituição ser promulgada. Era a primeira vez desde 1962 que ocorriam coligações eleitorais para eleições proporcionais municipais. Estas seriam uma prévia para a eleição presidencial de 1989. A Lei 7.454, de dezembro de 1985, estabeleceu que as coligações voltassem a ser permitidas para deputado federal, estadual e vereador (MACHADO, 2005). O governo Sarney e os partidos que o apoiavam foram colocados à prova popular. Nas eleições proporcionais utilizou-se o sistema proporcional (D’Hondt) com lista aberta para eleger deputados federais e estaduais e vereadores, com a distribuição proporcional das sobras entre os partidos que tivessem alcançado o quociente eleitoral. As principais mudanças para as eleições municipais de 1988 foram: aumentou o sufrágio para incluir os soldados e cabos (Forças Armadas e Polícia Militar); foi ampliado o registro de eleitores, incluindo os jovens de 16 e 17 anos, com voto facultativo, porém sendo inelegíveis; aumentou a idade mínima para ser deputado federal de 18 para 21 anos, porém manteve 18 anos para deputado estadual e vereador; e a partir de 1990 a data das eleições seria o 03 de outubro e não o 15 de novembro. Promulgava o prazo de um ano antes das eleições (“decurso de prazo” – CF/1988, art. 16) para a realização de possíveis mudanças legislativas eleitorais. Para municípios com mais de 200 mil eleitores as eleições para prefeito haveria segundo turno se nenhum dos candidatos obtivesse a maioria absoluta dos votos (excluindo os

nulos e brancos); não obstante a eleição de 1988 foi excetuada desta disposição. Para a eleição municipal de 1988 as “Disposições Transitoriais” da nova Constituição reduziram a possibilidade de mudança de domicílio eleitoral a quatro meses para os candidatos e suspenderam os dispositivos legais de inelegibilidade para parentes dos atuais prefeitos (eleitos em 1982 ou 1985). A impossibilidade de reeleição permitiu que muitos prefeitos egessem seus parentes. O grande derrotado nessa eleição foi o PMDB, que controlava 73 dos 100 maiores municípios, mas em 1989 ficou com 20 (FLEISCHER, 1995).

Para Fleischer (1995) as principais consequências políticas no primeiro momento da redemocratização foram: a grande aliança conservadora suprapartidária durante a Constituinte; a decisão dos progressistas do PMDB de organizar o PSDB em junho de 1988; e as derrotas humilhantes do PMDB em 1988, 1989 e 1990.

A Lei n. 8.214, de 24 de julho de 1991, dispôs as normas para a realização das eleições municipais de 3 de outubro de 1992. Essas eleições municipais ocorreram cinco dias após a Câmara federal ter decidido, com chamada nominal, transmitida em rede nacional de televisão, a favor da admissibilidade e finalmente a 30/31 de dezembro o Senado presidido pelo Presidente do Superior Tribunal Federal (STF) votou o *impeachment* de Collor (FLEISCHER, 1995). Era a primeira eleição para prefeito com a possibilidade de dois turnos no período da redemocratização; caía o veto de 1988 do ex-presidente Sarney. O sistema eleitoral majoritário era de 50% mais um do total dos votos válidos.

As eleições gerais de 3 de outubro de 1994 foram disciplinadas pela Lei n. 8.713, de 30/09/1993. Esta teve pouco impacto sobre o sufrágio que elegeu presidente da República a Fernando Henrique Cardoso, pelo PSDB. Depois da edição da lei dos partidos, era sancionada a Lei n. 9.100, de 29 de setembro de 1995, para regulação das normas para as eleições municipais de 03 de outubro de 1996. O Congresso sofreu pressão em relação ao calendário das eleições de 1996, pois os prefeitos queriam prorrogar os mandatos por dois anos para coincidir com as eleições gerais (mandato tampão com direito a reeleição) - Comissão de Legislação Eleitoral, relator deputado João de Almeida – PMDB/BA, Lei n. 9100 de 02 de outubro.

As principais mudanças foram quanto às pesquisas, antes proibidas de fazer conjecturas ou previsões conforme o Art. 48, § 5º; Também as sobras de campanha podiam ficar com o respectivo partido; o horário gratuito em rádio e televisão voltou a permitir imagens externas, com dois blocos de 30 minutos cada um (antes eram dois blocos de 60 min), outros 30 minutos

foram divididos em pequenas inserções de 30 segundos a um minuto cada uma; diferentemente das últimas cinco eleições, as emissoras de rádio e televisão não mais poderiam descontar do imposto de renda as perdas ocasionadas por concessão do horário eleitoral gratuito; voltou a ser autorizado o uso de artistas nas propagandas, proibido em 1994, e a permissão da realização de *showmícios*; o uso da máquina passou a permitir que candidatos participassem de inaugurações de obras públicas e tivessem sua imagem vinculada ao lançamento de programas patrocinados pelo poder público.

Outras mudanças importantes se instalaram. Quanto ao número de candidatos, partidos e coligações podem lançar de uma a duas vezes o número de cadeiras nas disputas proporcionais; partidos maiores lançam mais candidatos. Com relação às cotas para mulheres, cada partido pode lançar até 20% de candidatos a mais se este número for de mulheres (art. 11, § 3º), o que obriga os partidos a lançar uma cota para mulheres dentro da porcentagem determinada ao partido. Os cartazes estão proibidos à exibição em postes, viadutos, passarelas e outros bens públicos. No controle das contribuições, os bônus eleitorais emitidos e a troca de doações foram substituídos por recibos.

No tocante ao controle de gastos foi mantida a exigência da identificação dos financiadores de campanhas na prestação de contas dos candidatos para fiscalização da Justiça Eleitoral; os partidos ou candidatos não têm a obrigação de manter uma conta bancária única vinculada à campanha em municípios com menos de 50 mil eleitores. A Justiça Eleitoral pode fazer cortes parciais das contas durante a campanha. Para os limites de contribuições foi mantido o limite de 10% da renda anual para pessoas físicas; as empresas podem contribuir com até 1% de sua renda bruta de 1995 (até o limite de US\$ 221 mil) e nenhuma contribuição pode ultrapassar os 2% da arrecadação de impostos do município em 1995 (são limites muito elevados para eleições municipais) (FLEISCHER, 1995; PORTO, 2002).

Entre o dia 30 de junho e 3 de outubro de 1996, os governos federal e estadual não puderam fazer transferências voluntárias de recursos para os municípios (as não previstas previamente). Quanto à cassação de registro, um candidato terá sua candidatura cassada se apoiar o candidato de outro partido; foram eliminados desta nova lei dois artigos que previam cassação do mandato em casos de aplicação irregular de recursos de campanha ou crime eleitoral.

Ainda em 1995, tem-se as seguintes mudanças para as eleições de 1996: a indicação de membros de mesa foi mantida pela justiça eleitoral; o domicílio eleitoral ficou até o dia 15 de

dezembro de 1995, constituindo período muito curto, permitindo “casuísmos de última hora”, e a filiação partidária também ficou para até 15 de dezembro de 1995. Isso obrigava aos candidatos a escolher seu partido definitivamente, cinco meses antes das convenções municipais que elegeriam os candidatos (FLEISCHER, 1995). O pleito municipal de 1996 se deu com a estreia do voto eletrônico.

Segundo Porto (2002) a Lei n. 9.504, de 30 de setembro de 1997, veio estabelecer normas para as eleições seguintes. Lei permanente, como se pretendeu, sua falha foi a de não ter procurado inserir seus preceitos no Código Eleitoral, deixando, assim, de contribuir para o enxugamento e a racionalização dos restos que disciplinam a matéria. Uma de suas mais relevantes disposições, como já se viu, foi a de não mais se computar os votos em branco na fixação do quociente eleitoral para as eleições proporcionais. E seu principal mérito – sobretudo em razão da possibilidade da reeleição aos postos do Executivo – foi o da cuidadosa indicação das condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas eleitorais, visando àquelas que venham afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais. Dela quem? não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos (art. 37, §1º). Pela nova Lei n. 9.504, a infração a tal dispositivo passou a configurar abuso de autoridade, sujeito ao cancelamento do registro do candidato. Difícil é o TSE distinguir entre promoção pessoal e informação publicada sobre os atos administrativos.

Quanto à reserva de vagas a mulheres nas eleições proporcionais, a nova lei trouxe melhor redação que a anterior. Agora se diz que cada partido ou coligação “deverá reservar o mínimo de trinta por cento e o máximo de setenta por cento para candidaturas de cada sexo”. (art. 10, §3º). A lei atual (para as eleições de 2000), com melhor redação, diz que partidos e coligações devem reservar o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo. Mas nesta eleição de 2000, a cota mínima de mulheres não foi atingida; as candidaturas de mulheres às Câmaras de vereadores representaram somente 19,14%. Foram eleitas 7.001 mulheres, apenas 11,61% dos diplomados (PORTO, 2002).

A Lei n. 9.504 de 1997 estabelece que, havendo coligação no pleito majoritário, nenhum partido que a integre pode participar de coligação, na eleição proporcional, com outra legenda que não faça parte da coligação formada no pleito majoritário. Na propaganda para a eleição majoritária, a coligação deve mostrar as legendas que a integram. Já na propaganda para o pleito proporcional, cada partido deve usar apenas a sua legenda sob o nome da coligação.

Anteriormente, pela Lei n. 8.713 de 1993, as coligações nas eleições proporcionais só podiam ocorrer se formadas pelos mesmos partidos no pleito majoritário. O pleito proporcional de 1994 seguiu essa regra. Outra mudança, introduzida e colocada em prática a partir de 1998, foi de que os votos em branco deixaram de ser contados para o cálculo do quociente eleitoral (MACHADO, 2005).

A eleição municipal majoritária de 2000 é a primeira que possibilita ao prefeito candidatar-se à reeleição, para um único período subsequente, por meio da Emenda Constitucional nº 16 votada pelo Congresso Nacional e promulgada em 4 de junho de 1997, aos moldes americanos. Benefício estendido aos governadores e prefeitos, promovido pelo Presidente da República FHC que pretendia a reeleição em 1998.

A grande novidade para as eleições de 2002 foi lançada pelo próprio TSE, impondo a chamada *verticalização* nas coligações entre as alianças partidárias para as eleições presidenciais e os pleitos proporcionais (deputado federal e estadual). Para alguns cientistas políticos o TSE teria desrespeitado o “decurso de prazo”. A *verticalização* seria uma tentativa de estabelecer “simetria”, consistência entre as alianças partidárias; assim, as coligações para Presidente teriam que ser reproduzidas nos 27 estados nas eleições para deputado federal e estadual. Entretanto, a *verticalização* não se aplicou às coligações majoritárias (governador e senador) (FLEISCHER, 2007).

6.2 AS ELEIÇÕES PROPORCIONAIS DE 1982

6.2.1 Contexto das eleições para vereadores à Câmara Municipal de Curitiba de 1982

Como as eleições gerais de 1982 já faziam parte da abertura política e foram realizadas com o novo sistema partidário, retomado do pluripartidarismo, e eleitoral, com o voto direto para governador, as eleições proporcionais à Câmara Municipal de Vereadores de Curitiba foram investigadas e analisadas comparativamente com as eleições realizadas na redemocratização, a partir de 1985, na Sexta República.

As eleições gerais de 15 de novembro de 1982 marcavam o retorno ao sistema democrático. José Richa foi eleito governador do Paraná pelo voto direto ainda no período de transição do Regime Militar, pelo PMDB, tendo derrotado o candidato de Ney Braga, do PDS, o ex-prefeito Saul Raiz. Ney Braga era o governador nomeado em 1979, e seu vice era Hosken de

Novaes. Braga (PDS) pretendia se candidatar a presidente da República, mas declarou que com sua derrota para a vaga ao Senado, para Álvaro Dias – PMDB, seu sonho havia acabado. Ou seja, Ney Braga fora derrotado duas vezes nesse pleito. Embora houvesse cinco partidos concorrendo às eleições somente os dois partidos PMDB e PDS, herdeiros diretos dos respectivos MDB e ARENA, elegeram candidatos.

As três vagas do Senado estavam, a partir de então, com o PMDB, Álvaro Dias, e os dois ex-progressistas, incorporados ao PMDB, Enéas Faria, que entrou na vaga de Richa, e Affonso Camargo, este, senador biônico indicado em 1978. À Câmara dos Deputados a bancada do PMDB elegeu 20 representantes, enquanto a bancada do PDS elegeu 14. Na Assembleia Legislativa o PMDB também foi majoritário, elegendo 34 deputados, e o PDS caiu para 24 cadeiras. Roberto Requião, o primeiro prefeito eleito (1985) pelo voto direto com a redemocratização, foi eleito deputado Estadual pela primeira vez naquele pleito de 1982. Segundo Fleischer (1995), a máquina eleitoral de Ney Braga (PDS) sofreu muitas baixas. O PMDB no Paraná que detinha apenas 14 prefeituras, desta vez conquistou 183, e o PDS ficou reduzido a 127. O presidente João Baptista Figueiredo veio ao Paraná fazer campanha para o PDS; para o presidente as eleições de 1982 teriam um caráter plebiscitário, o seu governo estava sendo avaliado.

Vê-se que a reação do eleitorado paranaense votando na oposição, no início da abertura política, foi implacável com o herdeiro do partido governista da ditadura. Tal comportamento político demonstrava que o eleitorado não aprovava mais o Regime Militar e a sua “democracia”.

Para as eleições de 1982, seis novos partidos teriam sido criados, organizados no Congresso e registrados no TSE. Essa reforma partidária para restabelecer o pluripartidarismo seria parte da estratégia dos militares para controlar a transição de abertura política; visava-se uma fragmentação partidária com o objetivo de favorecer o partido sucessor da ARENA, o PDS, mas o feitiço virou contra o feiticeiro como demonstrou Fleischer (1994). O Partido Progressista foi incorporado pelo PMDB. O Partido Democrático Social (PDS), sucessor da ARENA, recebeu a maioria dos ex-integrantes do partido governista do regime militar. O MDB acrescentou “Partido” na sigla e permaneceu praticamente com a mesma composição. O Partido Progressista (PP) reuniu dissidentes da ARENA e moderados do MDB; Tancredo Neves e Magalhães Pinto teriam sido seus fundadores. O Partido dos Trabalhadores (PT) surgiu do novo sindicalismo paulista nos anos 1970. Este partido era o único que não tinha políticos tradicionais.

Diferentemente dos partidos tradicionais o PT, como o PCB, surgiu das classes trabalhadoras e não das instituições políticas. A disputa pelo já conhecido Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) de Vargas ficou com Ivete Vargas que representava a ala moderada, e o grupo reformista representado por Leonel Brizola acabou fundando o Partido Democrático Trabalhista (PDT) (SCHMITT, 2000).

Embora as eleições municipais tenham sido realizadas simultaneamente às eleições gerais, o voto foi vinculado, isto é, o eleitor deveria votar em candidatos do mesmo partido, caso contrário teria o voto anulado; portanto as coligações teriam ficado proibidas. Curitiba já contava com cinco zonas eleitorais pois foi criada a Zona Eleitoral 145^a, que resultou da divisão da 4^a zona eleitoral. Outro fator importante foi o aumento de vagas na Câmara Municipal; a partir deste pleito são 33 cadeiras. Os vereadores desta legislatura foram privilegiados com o mandato de seis anos, que encerrou somente em 1988.

Para a Nona Legislatura à Câmara Municipal de Curitiba o MDB também ficou majoritário, com 22 representações, e o PDS, com 11 vereadores. A posse dos vereadores eleitos ocorreu no dia primeiro de fevereiro de 1983. Ficou assim a composição da primeira Comissão Executiva: Presidente, Moacir Tosin; 1º vice-presidente, Lauro de Carvalho Chaves; 2º vice-presidente, Algaci Túlio; 1º secretário, Waldir Rocha D'Angelis; 2º secretário, José Gorski (MARTINS, 1999).

O prefeito de Curitiba era Jaime Lerner. Este fazia campanha para o PDS e para a sua renomeação, indicado por Ney Braga, e seu mandato estaria encerrado assim que o governador eleito tomasse posse e nomeasse o novo prefeito. Este foi o último prefeito nomeado no Regime Militar. Saul Raiz candidato ao governo anunciava em seu discurso de campanha que o prefeito que ele nomearia para Curitiba seria novamente Jaime Lerner. Mas o candidato a deputado federal mais bem votado do PMDB, Maurício Fruet, foi indicado e nomeado prefeito de Curitiba pelo governador eleito José Richa. O governo do PMDB tinha em suas diretrizes e campanha a restauração da democracia sob o princípio da justiça social respeitando as liberdades individuais.

6.2.2 Análise da base de dados e dos resultados

QUADRO 6.1 – CANDIDATOS ELEITOS À CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA – 1982

PARTIDOS	CANDIDATOS ELEITOS	VOTAÇÃO	%	%	SITUAÇÃO
			VOTOS VÁL.*	VOTOS COMP.*	
PDS	Algaci Ormário Tulio	11.683	2,50	2,42	ELEITO
PDS	João Derosso	6.099	1,31	1,26	REELEITO
PDS	Rosa Maria Chiamulera	5.444	1,16	1,13	ELEITA
PDS	Ivanir Ivay Stival	5.205	1,11	1,08	REELEITO
PDS	Rafael Valdomiro Grecca de Macedo	5.024	1,08	1,04	ELEITO
PDS	José Gorski	4.972	1,06	1,03	REELEITO
PDS	Santiago Losso	4.970	1,06	1,03	REELEITO
PDS	Jefferson Weigert Wanderlei	4.596	0,98	0,95	REELEITO
PDS	Jairo Marcelino da Silva	4.042	0,86	0,84	ELEITO
PDS	Luiz Carlos Betenhauser	3.962	0,85	0,82	Eleito 2ª méd.
PDS	João Queiroz Maciel	3.900	0,83	0,81	Reel. 5ª méd.
PMDB	Moacir Tosin	8.768	1,88	1,82	REELEITO
PMDB	José Maria de Paula Correa	8.154	1,74	1,69	ELEITO
PMDB	Rubens Antonio Alves	7.999	1,71	1,66	ELEITO
PMDB	Waldir Rocha D'Angelis	6.865	1,47	1,42	ELEITO
PMDB	Mauro Rafael Moraes e Silva	6.744	1,44	1,40	ELEITO
PMDB	Luiz Gil de Leão Filho	6.558	1,40	1,36	REELEITO
PMDB	Alípio Santos Leal Neto	6.515	1,39	1,35	ELEITO
PMDB	Tito Zeglin	6.485	1,39	1,34	ELEITO
PMDB	Aziz Abdala Domingos	6.374	1,36	1,32	ELEITO
PMDB	Hasiel da S. Pereira Filho	5.537	1,18	1,15	ELEITO
PMDB	Ivan Ribas	5.404	1,16	1,12	REELEITO
PMDB	Lauro de Carvalho Chaves	5.017	1,07	1,04	REELEITO
PMDB	Emílio Mauro Barbosa	4.940	1,06	1,02	ELEITO
PMDB	Jorge Luiz Bernardi	4.849	1,04	1,01	ELEITO
PMDB	Neivo Antonio Beraldin	4.523	0,97	0,94	ELEITO
PMDB	Sidgley Antonio Claudino	4.432	0,94	0,92	ELEITO
PMDB	Sady Ricardo dos Santos Neto	4.296	0,92	0,89	ELEITO
PMDB	Horácio Rodrigues Sobrinho	4.268	0,91	0,88	REELEITO
PMDB	José Severino Silva Felinto	4.186	0,90	0,87	Eleito 1ª méd.

QUADRO 6.1 – CANDIDATOS ELEITOS À CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA – 1982
(continuação)

PARTIDOS	CANDIDATOS ELEITOS	VOTAÇÃO	%	%	SITUAÇÃO
			VOTOS VÁL.*	VOTOS COMP	
PMDB	Marlene Zanin	4.057	0,87	0,84	Eleito 3ª méd.
PMDB	Wenceslau Svoboda	4.026	0,86	0,83	Eleito 4ª méd.
PMDB	Edson Antonio Muhlmann	3.988	0,85	0,83	Eleito 6ª méd.

TABELA 6.1– INFORMATIVO/ESTATÍSTICO – 1982

Eleitores Aptos Totalizados	581.088	100 %
Nº de Candidatos Proporcionais	357	100 %
Vagas (A)	33	100 %
Quociente Eleitoral	14.101	(B+C+D)/A
Votos Válidos (B+C+D)	465.336	96,88 %
Votos de Legenda (B)	1.200	0,26 %
Votos Nominais (C)	421.225	90,13 %
Votos Brancos/Proporcionais (D)	42.911	9,18 %
Votos Nulos / Proporcionais	15.062	3,12 %
Comparecimento / Apurados	482.398	83,02 %
Abstenção	98.690	16,98 %
Seções Totalizadas	1.750	100%

FONTE: TRE-PR.

TABELA 6.2 – DADOS E VOTAÇÕES – 1982

Coligações	Nº	Votos	% Vál.	Votos de	%	Cadeiras	Votos	%
Legendas	Cand.	Nominais Partidos*	Nom. *	Legenda	Leg.*		Totais	Válidos *
PDS	80	136.918	29,30	453	0,096	11	137.371	29,39
PMDB	99	266.676	56,64	679	0,145	22	267.355	57,21
PTB	67	12.596	2,70	41	0,008	-	12.637	2,70
PT	58	4.632	0,99	21	0,004	-	4.653	1,00
PDT	53	2.403	0,51	6	0,001	-	2.409	0,52

FONTE: TRE-PR.

NOTA: * Calculados neste trabalho.

O eleitorado curitibano registrava 581.088 eleitores, e as 33 vagas da Câmara Municipal geraram um quociente eleitoral de 14.161. Dos cinco partidos registrados com candidaturas o PMDB foi o que apresentou mais candidatos e também levou a maior votação nominal (vide Quadro 6.1, Tabelas 6.1, 6.2 e 6.3).

Essa primeira eleição à Câmara Municipal, no processo de abertura política, polarizou os votos entre PMDB e PDS, não obstante o desequilíbrio de votos recebidos. Apresentou índices atípicos em relação aos demais pleitos do período da redemocratização. A mobilização eleitoral foi de 83,02% de comparecimento, a mais baixa registrada no período. Em contrapartida, o índice de abstenção foi o mais alto do período, 16,98%. Os votos em branco registraram também o maior índice, 9,18%; já os votos nulos ficaram em 3,12%, o segundo mais baixo do período. Soma-se a esses índices também os votos nominais que atingiram 90,13%, o maior percentual no período, e os de legenda que foram os mais baixos, inexpressivos 0,26%.

Os contrastes entre esses tipos de votos demonstram que o eleitorado queria votar, e votou nos candidatos e não em partidos políticos. As legendas não chamaram a atenção do eleitorado no início da abertura política. A competitividade eleitoral nessa primeira eleição municipal com o novo pluripartidarismo ficou em 27,82 pontos percentuais, ou seja, a mais baixa competitividade entre os maiores partidos, que foram os herdeiros do bipartidarismo, naquele primeiro momento de transição, a saber, o PMDB e o PDS.

O PMDB, que incorporou o Partido Progressista, foi o grande vencedor nessas eleições à Câmara Municipal de Curitiba. Conquistou, com 57,21% dos votos válidos, 22 cadeiras, o dobro do seu maior concorrente o PDS. A nova bancada do PMDB que era de 77% de estreantes, obteve apenas cinco reeleições. O candidato Moacir Tosin que ocupara o cargo de vereador por suplência na legislatura anterior, foi reeleito e o peemedebista mais bem votado desse pleito. Os vereadores reeleitos para o segundo mandato foram os três ex-progressistas na Legislatura Especial, Luiz Gil de Leão Filho, também ex-ARENA, Ivan Ribas, e o vereador Lauro de Carvalho Chaves, que ocupou o cargo por duas vezes por suplência. O quinto eleito para um novo mandato, Horácio Rodrigues Sobrinho, ex-ARENA, eleito em 1968, ficou com a sexta posição de suplentes em 1972, porém não fora convocado. A votação mínima dos eleitos do PMDB ficou com o vereador Edson Antonio Muhlmann, eleito com 3.988 votos na última divisão das sobras, na sexta maior média. Esta votação mínima ficou em 70,76% da média dos eleitos do partido e 28,16% da proporção do quociente eleitoral.

O sucessor da extinta ARENA, o PDS, com 29,39% dos votos válidos, conquistou 11 cadeiras, sendo seis delas com reeleições. Os ex-arenistas reeleitos foram João Derosso (quarto mandato), Ivanir Ivay Stival, José Gorski, e João Queiroz Maciel para o terceiro mandato;, Santiago Losso e Jefferson Weigert Wanderlei para o segundo mandato. O vereador João Queiroz Maciel foi eleito pela quinta maior média e o último a ser classificado pelo PDS com 3.900 votos. Essa votação mínima ficou em 71,62% da média dos eleitos do partido e em 27,54% da proporção do quociente eleitoral.

Do grupo político de Jaime Lerner foram eleitos vereadores pelo PDS, Algaci Túlio, o mais bem votado daquele pleito à Câmara Municipal, que viria a ser o vice-prefeito de Lerner em 1988 e, Rafael Greca de Macedo, futuro prefeito de Curitiba (1992).

Os demais partidos, PT, PTB e PDT não atingiram o quociente eleitoral. Fica registrado o retorno do PTB e as estreias do PT e do PDT. Os três partidos receberam votações distintas, porém inexpressivas, em função dos partidos herdeiros das legendas do bipartidarismo concentrarem atores já conhecidos do eleitorado, orientando assim a escolha dos eleitores. Assim mesmo o PTB paranaense, não obstante ser naquela época presidido pelo ex-emedebista Adalberto Daros, não teve um bom desempenho.

Embora o PMDB tenha sido o grande vencedor deste pleito de 1982, esse primeiro processo eleitoral municipal ficou marcado por resultados que contrastam, em muito, com os demais pleitos da redemocratização. Os percentuais obtidos nas categorias de avaliação do pleito foram muito próximos das eleições realizadas no regime militar, ou seja, o eleitorado, não obstante a parcial abertura política, ainda estava no ritmo do comportamento eleitoral da ditadura. Tanto que as preferências do eleitorado foram para as duas legendas que representaram a situação e a oposição daquele regime, com grande vantagem para o PMDB, demonstrando a insatisfação com aquele governo e a vontade de mudar. Segundo o deputado emedebista Aníbal Khury, o voto vinculado que seria para favorecer o PDS teria efeito contrário no Paraná. Foi o que ocorreu pois o PMDB ganhou em todos os níveis.

TABELA 6.3 – VOTAÇÃO MÉDIA E MÍNIMA DE VOTOS DOS CANDIDATOS ELEITOS À CÂMARA DE VEREADORES DE CURITIBA (QUOCIENTE ELEITORAL = 14.161) – 1982

Partidos	Cadeiras	Votação Média (Eleitos)*	Mínimo de Votos dos Eleitos	Distância entre Média e Mínimo (%)*	Proporção Mínimo de Votos => Q.E. (%)*
PDS	11	5.445,18	3.900	71,62	27,54
PMDB	22	5.635,68	3.988	70,76	28,16
PTB	-	-	-	-	-
PT	-	-	-	-	-
PDT	-	-	-	-	-
Total/Média	33	5.540,43			

NOTA: * Calculados neste trabalho.

6.3 ELEIÇÃO MUNICIPAL MAJORITÁRIA DE CURITIBA – 1985

6.3.1 Contextualização da eleição e candidatos

Em 1985, com o fim da ditadura militar, deu-se início à Nova República com a redemocratização e as eleições municipais para as capitais e outros municípios que eram considerados áreas de segurança nacional. No Paraná foram realizadas eleições na capital e em doze outros municípios²¹. A última eleição direta para prefeito em Curitiba fora em 1962, com a eleição de Ivo Arzua Pereira pela coligação PDC-PTN-PL-UDN.

As eleições de 1985 ao ‘Palácio 29 de Março’ foram celebradas em 15 de novembro. O mandato era curto, de apenas três anos, os políticos estavam se preparando para as eleições de 1986, ao governo do Estado, ao Senado e à Câmara Federal e à Assembleia Legislativa. Curitiba tinha somente cinco Zonas Eleitorais e, nessa época, a segunda zona eleitoral era a que tinha o maior número de eleitores em Curitiba. O período de campanha começara oficialmente no dia 15 de agosto, os programas do TRE começaram a partir do dia 15 de setembro; foram apenas três meses de campanha.

²¹ Eleições para Capitais (C), áreas de segurança nacional (ASN), estâncias hidrominerais (EH), territórios (T) e municípios novos (MN). Os 13 municípios foram: Curitiba (C), Barracão, Capanema, Foz do Iguaçu, Guaíra, Marechal Cândido Rondon, Medianeira, Pérola do Oeste, Planalto, Santa Helena, Santo Antonio do Sudoeste e São Miguel do Iguaçu, todos (ASN); e São José das Palmeiras (MN) (TRE-PR, 1985).

As eleições municipais dos anos de 1985 e 1988 tiveram como regra um único turno e mandato (NICOLAU, 1998), ou seja, não era possível concorrer à reeleição. O prefeito em exercício de Curitiba em 1985 era Maurício Fruet (PMDB), nomeado pelo governador José Richa, após ser referendado pela Assembleia Legislativa conforme mandava o regime ditatorial.

Com o cenário da redemocratização, a eleição municipal majoritária de Curitiba ficou polarizada entre as duas personalidades políticas que escrevem a nova história política das eleições no Paraná e que se consolidaram, a partir de então, como as novas lideranças de dois grupos políticos distintos e rivais: de um lado, o grupo de Jaime Lerner, e de outro, o do peemedebista Roberto Requião de Mello e Silva. Foi a primeira e única vez, até então, no período da redemocratização que Roberto Requião e Jaime Lerner se enfrentaram diretamente em uma eleição Municipal. Nessa eleição de 1985, a polarização das campanhas se deu entre uma imagem “tecnocrata”, de Lerner, que nunca havia ocupado cargo por meio de uma eleição direta, contra Requião, um candidato com uma imagem de “representante do povo”, porque tinha sido eleito deputado pelo voto direto em 1982 (OLIVEIRA, D. 2002).

Lerner, duas vezes prefeito biônico durante o regime militar, e representava aquele grupo político, embora estivesse filiado ao PDT, era apoiado por políticos do PDS e PFL – partidos originados da antiga ARENA, que dava sustentação política ao regime ditatorial. Lerner teria sido o primeiro a lançar sua candidatura em junho daquele ano. Entretanto, foi o último a oficializar para ganhar tempo com as negociações com o PFL para decidir quem seria o seu vice na chapa. Parte da Frente Liberal estava propensa a apoiar Requião. Lerner teria apostado no “mito” que teria criado por ser prefeito de Curitiba por duas vezes (FIM DO JEJUM..., 1985, p. 2).

Roberto Requião (PMDB) era pela primeira vez candidato à Prefeitura de Curitiba, representava o partido que fez oposição no Regime Militar e que deu início à Nova República. Em 1998 eles se enfrentaram novamente, mas disputando o cargo de governador do Estado, quando Lerner se reelegeu.

Nesse período de transição da redemocratização, o PMDB era o partido da situação no Paraná. Requião tinha o apoio da máquina, o prefeito Maurício Fruet, o senador Álvaro Dias, o governador do Estado José Richa e seu vice, João Elízio Ferraz de Campos. Richa se licenciou do governo e assumiu a coordenação da campanha de Requião, favorecendo-o muito. Richa achava que seu governo seria julgado nessas eleições municipais. Também fez forte oposição a Leonel

Brizola (PDT), governador do Rio de Janeiro e candidato à Presidência da República, que estava apoiando Lerner. Os discursos dos peemedebistas combatiam o retorno da velha guarda que deu origem ao Regime Militar e aos que se beneficiaram com ele, tinham a vantagem de abrir as frentes com a bandeira da democracia, da mudança, contra o regresso à ditadura. Pimentel, com Arzua, e Lerner eram as forças do passado que queriam retornar.

O principal candidato da oposição era o “pedetista” Jaime Lerner, ex-prefeito de Curitiba, geração de prefeitos engenheiros (perfil técnico) no governo militar. Foi nomeado por Leon Peres (ARENA), em 1971, e por Ney Braga (PDS), em 1979. Ney Braga por sua vez representava as classes dominantes e conservadoras do Estado do Paraná; Wallace Thadeu de Mello e Silva, pai de Roberto Requião, foi prefeito em 1951 (nomeado), perdeu a eleição de 1954 para Ney Braga (OLIVEIRA, 2001). Brizola veio dar apoio a Lerner participando no comício deste pois teria penetração no eleitorado das faixas das classes C, D e E da população. Greca era quem estava organizando o comício, chamado de “Arrancada da vitória”. O animador foi o radialista Luiz Carlos Martins (GRECA DIZ..., 1985, p. 3). O comício teve outros animadores também. Foram Cláudio Ribeiro, Canário, Algaci Túlio, J. Pedro e Antonio Pascal. Brizola, no palanque, fazendo provocação, perguntava a Richa, “cadê as diretas?” (BRIZOLA, NA BOCA MALDITA..., 1985, p. 3). Nesta mesma linha de raciocínio de campanha, o ex-pedessista, o vereador Algaci Túlio, era tido pelo comitê de Lerner como um candidato que poderia atrair os votos dos pobres, em razão da sua popularidade por ser radialista (COMITÊ DE LERNER..., 1985, p. 3). Lerner teve ainda o apoio dos Ministros Aureliano Chaves, das Minas e Energia, e Marco Maciel, da Educação, de Ney Braga, presidente da Itaipu Binacional à época, do ex-peemedebista, o vereador Emílio Mauro e do deputado Péricles Pacheco (PFL). A coordenação do Movimento Popular Jaime Lerner Pró Curitiba estava com Rafael Greca, Amadeu Geara e Fabiano Braga Côrtes (LERNER CONDENA..., 1985, p. 3).

Lerner desfrutava de prestígio como arquiteto e urbanista. Seu discurso era de crítica ao uso da máquina pelo PMDB e, em sua campanha denominada Coração Curitiba, suas propostas abrangiam habitação e emprego. A proposta para o transporte coletivo era a entrada da linha do ônibus expresso na CIC e novas linhas de interbairros (DINAMIZAÇÃO..., 1985, p. 3). Quanto ao emprego, refutava as críticas à CIC, e queria atrair novas empresas para gerar mais empregos em Curitiba (PÉRICLES..., 1985, p. 3). Jaime Lerner saiu com 63% de aceitação, resultado de suas administrações anteriores.

Requião atacava o correligionário, radialista e deputado estadual, Erwin Bonkoski, alegando que este era “explorador” da Santa (pois organizava romarias à Nossa Senhora de Guadalupe e pretendia lançar candidatura à Prefeitura de Curitiba). Bonkoski acabou desistindo.

Segundo Washington (1999), Requião teve apoio, na linha de frente de sua candidatura, dos amigos, Edison Feltrin, Lineu Thomaz, Pastor Agenor Dias da Silva, e nos bastidores de Fábio Campana, Luiz Carlos Romanelli e outros, como Haziél Pereira. Agenor Dias presidia a 145ª zona eleitoral, a que tinha a segunda maior densidade de eleitores. Por ironia do destino, aquela zona eleitoral tornou-se uma base eleitoral do PMDB à época, pois era onde se concentrava o maior fluxo migratório de trabalhadores atraídos pela CIC. Enfim, Requião disputou nas convenções com Amadeu Gears, apoiado pela parte mais conservadora do PMDB, oriunda do antigo PP. O governador José Richa manteve-se neutro até a finalização da escolha do candidato na convenção, Requião não estaria nas suas primeiras opções. Embora o PMDB tenha ficado dividido, Richa logo assumiu a postura do “velho MDB de guerra” (bordão de Requião) e saiu à luta. O grupo mais agressivo, que apoiava Requião, acabou vencendo no embate interno o grupo de Gears. Requião venceu numa difícil convenção do PMDB, no dia 28 de julho. Quase causou divisões internas no partido, pois derrotara Amadeu Gears, que insatisfeito saiu do partido e declarou adesão à candidatura de Jaime Lerner (FIM DO JEJUM..., 1985, p. 2). Richa, Fruet, Aníbal Khury e Requião faziam campanha, em horários estratégicos, nos terminais rodoviários dos bairros de Curitiba; Requião teve o apoio de deputados que pediram votos por ele como Acyr Mezzadri, Antonio Aníbel, e vereadores. Também dos presidentes da Copel e da Cohapar (RICHA, COM ANÍBAL..., 1985, p. 3). Requião também contava com o apoio do presidente da Câmara de Vereadores, Horácio Rodrigues. Até Aécio Neves Cunha, neto de Tancredo Neves esteve no palanque no comício na Boca Maldita em Curitiba dando apoio a Requião (NETO DE TANCREDO..., 1985, p. 7). Alguns prefeitos peemedebistas do interior vieram à Capital apoiar Requião em caravanas, uma vez que não coincidiam as eleições. Os vereadores dissidentes do PMDB, Moacir Tosin, Luiz Gil Leão, Aziz Domingos, Lauro Carvalho Chaves, que teriam fundado posteriormente o PL, apoiaram Jaime Lerner (WASHINGTON, 1999).

Requião foi eleito numa disputa acirrada com 45,48% dos votos válidos (nominais) contra 41,70% dos votos de Lerner. Uma diferença de 18.864 votos. Lerner superou Requião em três zonas eleitorais; a diferença que deu a vitória a Requião estava na 145ª Zona Eleitoral, justamente onde se concentravam as classes mais carentes de Curitiba.

O candidato Paulo Pimentel (PDS), com o seu vice na chapa, Ivo Arzua, fizeram uma campanha de denúncias de corrupção nos governos, mas não tiveram êxito e amargaram um distante terceiro lugar com 4,86% dos votos. O candidato do PT, Edésio Passos, ficou em quarto lugar com 2,85% dos votos. O PT ainda era conhecido como o partido das greves e movimentos; entretanto, constituía a exceção dos partidos quanto à sua origem.

Aspectos que marcaram o pleito foram as lutas dos grupos políticos rivais, partidárias e pessoais, travadas no passado e durante o Regime Militar, que se concentraram a partir das eleições de 1985 em dois atores políticos bem definidos que disputavam o poder político no Paraná, Requião e Lerner, e deste com os seus representantes até as eleições de 2006 e 2008. Outro aspecto importante nessa eleição de 1985, em termos de comportamento eleitoral, foi o êxito do PMDB que se deveu ao fato de que esta legenda estava colhendo os frutos dos 20 anos de “oposição”, enquanto MDB, durante a ditadura.

Um dos episódios de campanha que marcou negativamente essa eleição, e que chamou atenção, foi o do panfleto que seria apócrifo. Mas descobriu-se depois que teria sido atribuído ao ex-assessor de Lerner, o publicitário Joaquim Zeferino do Nascimento. Tal panfleto teria conteúdo racista contra os judeus. O acusado teria isentado Lerner, mas teria envolvido o ex-prefeito Saul Raiz, atribuindo falsamente a ele a autoria do panfleto. Este teria afastado Nascimento da campanha de Lerner pois havia suspeita de que o assessor fosse um espião (MENDONÇA, 1985, , p. 8; DESMASCARANDO, 1985, p. 3). Foi uma estratégia mal sucedida que tornou-se um imbróglio político de campanha.

O quadro de candidatos era composto por diferentes perfis. Pelo PMDB, o deputado estadual Roberto Requião de Mello e Silva, filho de Wallace Thadeu de Mello e Silva, médico e ex-prefeito interino da Capital, formado em Direito pela UFPR, em Jornalismo pela UCP e Planejamento Urbano pela FGV. Um dos fundadores do PMDB de Curitiba, atribuiu sua candidatura a uma disputa familiar, posto que seu pai perdera a eleição de 1954 justamente para Ney Braga (OLIVEIRA, 2001), que apoiava Lerner. O candidato a vice-prefeito, o correligionário e deputado estadual, eleito em 1982, era Adhail Sprenger Passos, nascido em Guarapuava, formado em Engenharia Civil e Economia pela UFPR; ex-vereador, ajudou também na fundação do MDB e PMDB. Adhail Passos, em seu discurso falava do resgate da dívida social contraída pelas administrações passadas com a população da periferia da cidade. (PROPOSTA DEMOCRÁTICA..., 1985, p. 3).

Uma situação política que causou grande desconforto ao PMDB naquela eleição foi o apoio recebido do PCB. A candidatura de Requião e Passos estava tendo apoio de partidos que saíram da clandestinidade, após o fim da ditadura militar, como o do Partido Comunista Brasileiro, que retirara a candidatura de Marcelo Jugend, para unir-se ao PMDB contra as “forças do retrocesso”, referindo-se aos conservadores, herdeiros do partido que dera sustentação política ao regime militar (PMDB NÃO TEME, 1985, p. 3). Tal apoio incomodava Álvaro Dias, que era o presidente regional do PMDB no Paraná. Este achava que os partidos clandestinos deveriam preservar sua identidade e ocupar seus espaços. Para o deputado Paulo Furiatti, o PCB que não tinha votos, acabaria tirando votos do PMDB; esse apoio teria sido um “presente de grego” para o líder do PMDB na Assembleia, Caito Quinta que classificou como apoio inoportuno. O PMDB divulgou uma nota nas suas cinco zonais dizendo que o apoio do PCB era “estranho, inoportuno e inaceitável” e que tal apoio seria dispensável tanto político quanto eleitoralmente (“PARTIDÃO”..., 1985, p. 3; PMDB NÃO RECEBE..., 1985, p. 3).

O candidato do PDT, o ex-prefeito de Curitiba Jaime Lerner, formado em Engenharia Civil e Arquitetura pela UFPR, especialista em Planejamento Urbano, fez estágio no Ministério de Reconstrução da França; participou da criação e estruturação do IPPUC, trabalhou na definição das diretrizes básicas do Plano Diretor de Curitiba e coordenou a elaboração de programas para a cidade. O candidato a vice-prefeito na chapa com Lerner era o empresário Fernando Fontana.

Paulo Pimentel (PDS), ex-governador do Paraná (1966-1971), paulista de Avaré, graduado em Direito pela UFSP, radicado no Paraná há 32 anos naquela ocasião, presidente de três empresas de televisão e dois jornais (O Estado do Paraná e Tribuna do Paraná), em 1961 foi indicado Secretário da Agricultura do governo Ney Braga e eleito governador do Estado em 1965. Eleito deputado federal em 1978, seria o mais bem votado daquele pleito (PAULO: 32 ANOS..., 1985, p. 3), se elegeu com 128.267 votos pela Arena. Pimentel em seu jornal fazia sua propaganda de seus feitos quando governador. Em seu programa de governo constava que isentaria os pobres do IPTU (A LONGA JORNADA..., 1985, p. 8). Entretanto, o forte da campanha de Pimentel era o seu vice, o ex-prefeito Ivo Arzua, engenheiro civil e ex-prefeito de Curitiba (1962-1967), a quem foram creditadas as primeiras reformas urbanas de Curitiba. Arzua, último prefeito eleito antes do golpe militar de 1964, foi diretor presidente da Telepar e superintendente do IPE (ARZUA: EXTENSA FOLHA..., 1985, p. 3). Seriam dois representantes

da República Populista e do período de domínio político de Ney Braga. Paulo Pimentel teria imposto sua candidatura ao PDS. O presidente Regional do PDS era o deputado Airton Cordeiro; posto que, a legenda não tinha candidato, Pimentel fora abandonado pelos pedessistas e desferiu ataques ao governador Richa, este por sua vez se defendera quando se licenciou para assumir a campanha de Requião (FIM DO JEJUM..., 1985, p. 2).

O candidato do Partido dos Trabalhadores, Edésio Passos, formou-se em Direito pela UFPR. Era jornalista profissional e fundador nacional do Partido dos Trabalhadores. O vice era o correligionário Lafaiete Neves. Edésio era o prócer mais forte do Partido dos Trabalhadores no Paraná, por isso seu nome fora escolhido (FIM DO JEJUM..., 1985, p. 2). Com uma campanha sem recursos, em seu discurso o candidato contrastava as diferenças entre o centro de Curitiba e a periferia da cidade, com suas carências e crescimento desordenado, demonstrando o desequilíbrio social e urbano (PT EDÉSIO PASSOS, 1985, p. 3). O slogan da campanha era “Nós somos o teu povo” (MENDONÇA, 1985a, p. 4). Passos queria uma administração participativa nas decisões sobre as obras públicas e construí-las, o Estado e o Município seriam grandes empregadores (PT EDÉSIO PASSOS, 1985, p. 3). No panfleto de final de campanha do PT, oito pontos eram destacados: “controle popular sobre a Prefeitura; administrações regionais e conselhos populares; ocupação do solo urbano contra a especulação imobiliária; direito à habitação; mutirões para construção da casa própria sem BNH; luta contra o desemprego, criação de novos empregos com recursos municipais; municipalização do transporte coletivo, tarifas condizentes com os recursos da população trabalhadora; garantia de abastecimento de alimentos essenciais à população pobre; garantia efetiva do uso dos direitos dos serviços sociais (educação, creches, saúde, cultura, lazer, esporte)” (A LONGA JORNADA..., 1985, p. 8).

A primeira candidata mulher do período à prefeitura de Curitiba, Ellíria Timm, pelo Partido Humanista, gaúcha de Passo Fundo, contava com 37 anos, era técnica em Enfermagem, graduada em Comunicação Social pela UCP, estudante de Psicologia na Faculdade Tuiuti, funcionária do extinto Inamps e da Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha. Como vice, Valéria Oliveira, PH. A candidata do PH fundamentara o seu programa de governo no cooperativismo (A LONGA JORNADA..., 1985, p. 8).

Bento Ilceu Chimelli, candidato pelo PTB, utiliza o nome artístico-político “Bento Benelli”, era empresário; seu vice na chapa era Júlio Rocha Xavier. Chimelli teria causado uma crise no partido e a sua candidatura fora impugnada pelo TRE, mas aprovada pelo TSE (FIM DO

JEJUM..., 1985, p. 2). Sua plataforma se resumiu no último dia de campanha na televisão em dois pontos: distribuição de sacola de alimentos a favelados e construção de ponte na área pobre de Curitiba (ALLEA JACTA EST..., 1985, p. 4). O candidato do PTB, Benelli, julgando-se homem do povo, trouxe no seu discurso de campanha o legado político de Getúlio Vargas (A LONGA JORNADA..., 1985, p. 8).

O candidato do PDC, Newton Bonin, natural de Curitiba, um jovem com 25 anos de idade na época, primeira eleição, responsável pela agremiação do partido no Paraná. O vice era o pedecista Décio Amaral. Bonin sabia que não tinha chances, mas se considerava satisfeito pela organização e estruturação de diretórios do partido. Ele teria conseguido o comando da agremiação porque teria falado diretamente com o secretário geral do PDC, Osvaldo Gomes, em Brasília (DEPOIS DE 23 ANOS..., 1985, p. 3).

QUADRO 6.2 – CANDIDATOS E COLIGAÇÕES – 1985

Candidatos a Prefeito e Vice (Partidos)	PARTIDOS	COLIGAÇÕES
Roberto Requião de Mello e Silva	PMDB	-
Adhail Sprenger Passos		
Jaime Lerner – PDT	PDT e PFL	PDT e PFL
Francisco Fernando Fontana - PFL		
Paulo Cruz Pimentel – PDS	PDS	PDS e PSC
Ivo Arzua Pereira – PDS		
Edésio Franco Passos – PT	PT	-
Lafaiete Neves – PT		
Newton Bonin – PDC	PDC	-
Décio do Amaral – PDC		
Bento Ilceu Chimelli – PTB	PTB	-
Júlio Rocha Xavier – PTB		
Ellíria Timm – PH	PH	-
Valéria Filomena de Oliveira – PH		

FONTE: TRE-PR e DEPOIS DE 23 ANOS, 1985, p. 3.

6.3.2 Dados estatísticos, resultados eleitorais e análise

Essa primeira eleição para prefeito da capital paranaense pós-1964 obteve o maior índice de abstenção de todos os pleitos majoritários do período da redemocratização, 16,71%. Isso implica na mais baixa mobilização eleitoral do período, 83,29%. Percentuais quase ultrapassados nas eleições de 2000. Em contrapartida foram os menores percentuais no mesmo período estudado, de votos brancos, 0,97%, e nulos, 2,92%. Entende-se que esses extremos no comportamento eleitoral sejam consequências das mudanças radicais no sistema político eleitoral do país.

Lerner venceu Requião em três das cinco Zonas Eleitorais (1^a, 2^a e 4^a), em contrapartida, Requião venceu nas Zonas Eleitorais 3^a e 145^a. Com o resultado apertado, vê-se que a população estava dividida entre o perfil técnico e conservador de Lerner (Arquiteto e Urbanista) e o perfil da mudança de Requião (da renovação democrática).

Nessa primeira eleição municipal de Curitiba após o fim do período de transição política, considera-se a conjuntura política, os efeitos que os anos de ditadura surtiram sobre os eleitores, partidos e o sistema político em geral. Cotejando a evolução das pesquisas de intenção de voto com os resultados oficiais das eleições, percebe-se claramente que há uma transferência de votos tanto de Lerner (PDT), quanto de Pimentel (PDS) para o candidato Roberto Requião do PMDB; temos, portanto, um ambiente com volatilidade eleitoral por parte dos eleitores. À medida que Lerner e Pimentel perdiam pontos nas pesquisas, Requião ganhou pontos, além de contar com a flutuação dos indecisos em sua direção. Portanto, houve alterações nas bases de apoios dos eleitores. Essa instabilidade contribuiu com a competitividade, dando indícios de possíveis mudanças. Já a pequena distância de vantagem (3,78 pontos percentuais) dos votos obtidos por Requião sobre Lerner demonstrou um ambiente com alta competitividade eleitoral que se deu nesse pleito.

Outro fenômeno que contribuiu e muito com essa competitividade foram os atores, Lerner e Requião, envolvidos nos processos eleitorais. Estas figuras a partir de então se consagram como duas grandes lideranças políticas no Paraná.

TABELA 6.4 – INFORMATIVO/ESTATÍSTICO – 1985

Eleitores Aptos Totalizados	624.303	(Eleitorado)
Votos Nominais	499.687	96,10%
Votos Brancos/ Majoritárias	5.067	0,97%
Votos Nulos / Majoritárias	15.205	2,92%
Comparecimento	519.959	83,29%
Abstenção	104.344	16,71%
Seções Totalizadas	976	100%

FONTE: TRE-PR.

TABELA 6.5 - RESULTADO POR ZONA ELEITORAL - 1985²²

ÚNICO TURNO (votos nominais por Z.E.)					
ZONAS CANDIDATOS	1ª	2ª	3ª	4ª	145ª
Roberto Requião	38.787	45.366	46.208	41.512	55.375
Jaime Lerner	42.524	45.862	40.963	44.622	34.413
Roberto Requião	39,83	41,99	44,48	40,54	51,12
Jaime Lerner	43,67	42,46	39,43	43,58	31,78

FONTE: TRE-PR

²² Fonte: TRE-PR. O município de Curitiba nas eleições de 1985 a 1992, no período estudado, estava dividido ainda em cinco Zonas Eleitorais (1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 145ª). As divisões eram feitas por ruas; a linha limite entre a 3ª e 145ª Zonas Eleitorais iniciava na Avenida Marechal Floriano Peixoto, esquina com a Rua XV de Novembro, e seguia até o fim da avenida e limite do município; a linha limite entre a 145ª e 4ª Zonas Eleitorais iniciava na Avenida da República?, esquina com a Avenida Marechal Floriano Peixoto e seguia pela Rua Orlando Padilha dos Santos, seguindo pelas linhas de delimitação entre os bairros Portão e Novo Mundo, Novo Mundo e Fazendinha, continuando na Avenida Orestes Thá e Rua João Bettega; a linha limite entre 3ª e 2ª Zonas Eleitorais iniciava na Rua XV de Novembro, esquina com Avenida Marechal Floriano Peixoto, seguindo pela Avenida Victor Ferreira do Amaral até o fim; a linha limite entre a 2ª e 1ª Zonas Eleitorais iniciava na Avenida Marechal Floriano Peixoto, esquina com a Rua XV de Novembro e seguia pela Rua do Rosário, Rua Trajano Reis, Rua Nilo Peçanha e continuava na Rua Eugenio Flor até o fim; a linha limite entre a 1ª e 4ª Zonas Eleitorais iniciava na Rua XV de Novembro, esquina com a Avenida Marechal Floriano Peixoto, seguia na Rua Comendador Araújo, Avenida do Batel, Rua Gonçalves Dias, Avenida Nossa Senhora Aparecida, Rua José Naves da Cunha e Rua Eduardo Sprada até o fim da rua/bairro.

TABELA 6.6 - RESUMO DA VOTAÇÃO DOS CANDIDATOS - 1985

Nº	Candidato	Partido	Coligação	Qtd. Votos	Class.	% val.	% Comp.
15	Roberto Requião	PMDB		227.248	1º	45,48	43,70
12	Jaime Lerner	PDT	PDT e PFL	208.384	2º	41,70	40,08
11	Paulo Pimentel	PDS	PDS e PSC	24.269	3º	4,86	4,68
13	Edésio Passos	PT		14.264	4º	2,85	2,74
17	Newton Bonin	PDC		11.337	5º	2,27	2,18
14	Bento Chimelli	PTB		10.489	6º	2,10	2,02
19	Ellíria Timm	PH		3.696	7º	0,74	0,71

FONTE: TRE-PR.

MAPA 6.1 – RESULTADO DAS PRINCIPAIS OPÇÕES POLÍTICAS DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE CURITIBA EM 1985 - DISTRIBUÍDOS POR ZONAS ELEITORAIS

BAIRROS:

- 01- CENTRO
- 02- SÃO FRANCISCO
- 03- CENTRO CÍVICO
- 04- ALTO DA GLÓRIA
- 05- ALTO DA RUA XV
- 06- CRISTO REI
- 07- JARDIM BOTÂNICO
- 08- REBOUÇAS
- 09- ÁGUA VERDE
- 10- BATEL
- 11- BIGORRILHO
- 12- MERCÊS
- 13- BOM RETIRO
- 14- AHU
- 15- JUVENVÊ
- 16- CABRAL
- 17- HUGO LANGE
- 18- JARDIM SOCIAL
- 19- TARUMÃ
- 20- CAPÃO DA IMBUIA
- 21- CAJURU
- 22- JARDIM DAS AMÉRICAS
- 23- GUABIROTUBA
- 24- PRADO VELHO
- 25- PAROLIN
- 26- GUAÍRA
- 27- PORTÃO
- 28- VILA IZABEL
- 29- SEMINÁRIO
- 30- CAMPINA DO SIQUEIRA
- 31- VISTA ALEGRE
- 32- PILARZINHO
- 33- SÃO LOURENÇO
- 34- BOA VISTA
- 35- BACACHERI
- 36- BAIRRO ALTO
- 37- UBERABA
- 38- HAUER
- 39- FANNY
- 40- LINDÓIA
- 41- NOVO MUNDO
- 42- FAZENDINHA
- 43- SANTA QUITÉRIA
- 44- CAMPO COMPRIDO
- 45- MOSSUNGUÊ
- 46- SANTO INÁCIO
- 47- CASCATINHA
- 48- SÃO JOÃO
- 49- TABOÃO
- 50- ABRANCHES
- 51- CACHOEIRA
- 52- BARREIRINHA
- 53- SANTA CÂNDIDA
- 54- TINGUI
- 55- ATUBA
- 56- BOQUEIRÃO
- 57- XAXIM
- 58- CAPÃO RASO
- 59- ORLEANS
- 60- SÃO BRAZ
- 61- BUTIATUVINHA
- 62- LAMENHA PEQUENA
- 63- SANTA FELICIDADE
- 64- ALTO BOQUEIRÃO
- 65- SÍTIO CERCADO
- 66- PINHEIRINHO
- 67- SÃO MIGUEL
- 68- AUGUSTA
- 69- RIVIERA
- 70- CAXIMBA
- 71- CAMPO DE SANTANA
- 72- GANCHINHO
- 73- UMBARÁ
- 74- TATUQUARA
- 75- CIDADE INDUSTRIAL

LERNER : 43,67 %
 REQUIÃO: 39,83 %
 OUTROS: 16,50 %

LERNER : 42,46 %
 REQUIÃO: 41,99 %
 OUTROS: 15,55 %

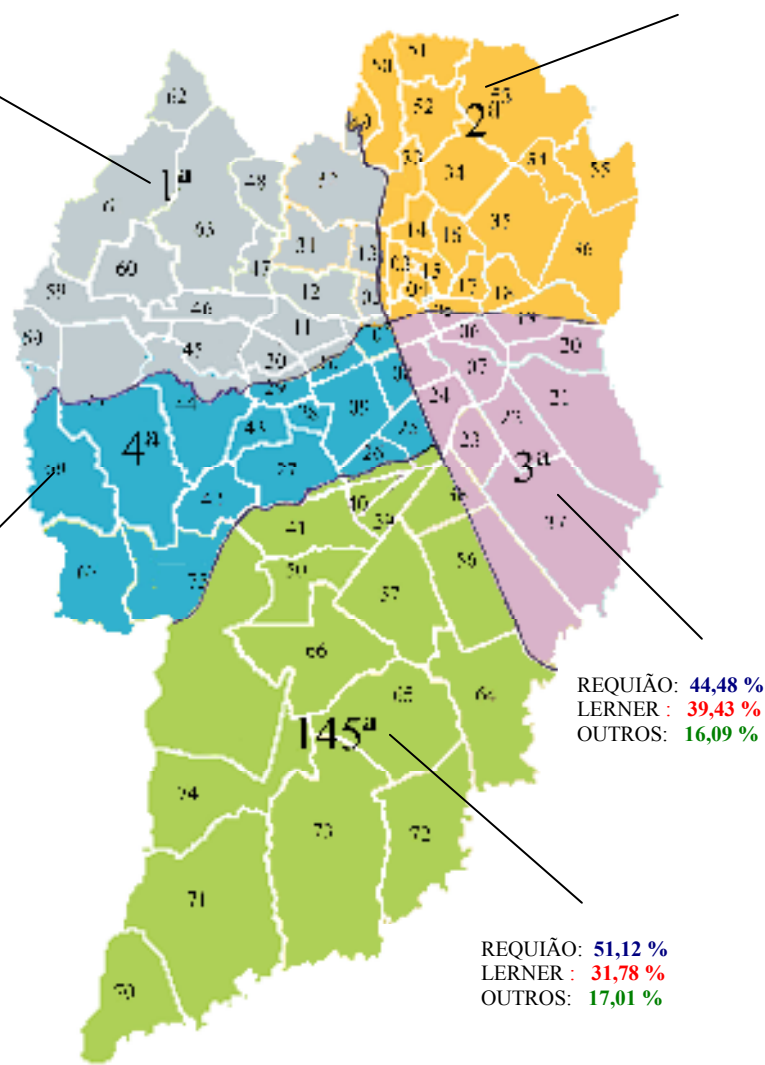
LERNER : 43,58 %
 REQUIÃO: 40,54 %
 OUTROS: 15,88 %

REQUIÃO: 44,48 %
 LERNER : 39,43 %
 OUTROS: 16,09 %

REQUIÃO: 51,12 %
 LERNER : 31,78 %
 OUTROS: 17,01 %

LEGENDA:

- LINHA DIVISÓRIA DOS BAIRROS
- LINHA DIVISÓRIA DAS ZONAS ELEITORAIS



6.3.3 Evolução dos candidatos nas pesquisas de intenção de voto

A revista *Veja* (n. 898, 20.11.85) diz que Requião e Lerner teriam chegado ao último dia “virtualmente empatados nas pesquisas de opinião”. As pesquisas do Instituto Gallup, que foram tomadas como referência, mostraram a vantagem do candidato peemedebista Roberto Requião de cinco pontos percentuais sobre Jaime Lerner, candidato do PDT.

Lerner começou na frente, com 40% das intenções (ver tabela 6.7), caiu três pontos e se estabilizou. Requião apareceu nas pesquisas com 18% e cresceu até atingir 42% das intenções de voto. Esses resultados de Requião demonstraram ao longo das pesquisas que, à medida que diminuiu o percentual de indecisos, aumentou o percentual de Requião, ou seja aqueles flutuaram na direção do peemedebista. Outra constatação é a migração dos eleitores de Pimentel para Requião. Em razão das candidaturas incertas e muito disputadas do PMDB, Requião só iniciou sua campanha após a convenção em agosto, tanto que a sua candidatura que era conhecida por 46% do eleitorado, em outubro chegou a 91%.

Os demais candidatos pontuaram juntos 3% em média. O candidato do PT, Edésio Passos, ficou estável em quarto lugar nas pesquisas com 1%.

TABELA 6.7 – PESQUISA DE INTENÇÃO DE VOTOS (%) – 1985

CANDIDATOS	PARTIDOS	Gallup / Rede Globo 16-19/08/85	Gallup / Rede Globo 13-15/09/85	Gallup / Rede Globo 04-06/10/85	Gallup / Rede Globo 19-20/10/85
Jaime Lerner	PDT	40	38	37	37
Roberto Requião	PMDB	18	26	37	42
Paulo Pimentel	PDS	16	13	6	6
Edésio Passos	PT	1		1	
Bento Chimelli	PTB				3
Newton Bonin	PDC	1		2	
Ellíria Timm	PH				
Branços		3	5	3	5
Indecisos		21	16	14	7

FONTE: CURITIBANOS DÃO 40%..., 1985, p. 10; LERNER 1º. (38%)..., 1985, p. 12; REPERCUTE O EMPATE..., 1985, p. 13; REQUIÃO COLOCA..., 1985, p. 13.

As pesquisas de intenção de voto do Instituto Gallup divulgadas no jornal *Gazeta do Povo* (realizadas nas datas supracitadas) permitem traçar o perfil aproximado dos eleitores de

Lerner e Requião. Uma vez que a eleição foi definida por Zonas Eleitorais, interessa saber o perfil do eleitor para associá-lo às respectivas regiões eleitorais.

O perfil dos eleitores fica mais definido com a pesquisa mais próxima do pleito. As evoluções dos números e percentuais nas pesquisas no decorrer do período eleitoral expressam as seguintes características (CURITIBANOS DÃO 40%..., 1985, p. 10; LERNER 1º. (38%)..., 1985, p. 12; REPERCUTE O EMPATE..., 1985, p. 13; REQUIÃO COLOCA..., 1985, p. 13.): para Requião, o número de eleitores cresceu onde a densidade eleitoral é maior (mais significativa), embora já tivesse altos índices nas classes econômicas D e E, o crescimento foi expressivo, saiu de 41% em setembro para 46% no final de outubro; Lerner, é superior a Requião nas classes A e B, classes com baixa densidade eleitoral. Na classe A aumentou de 8% para 17%, classe pouco expressiva nas urnas; na classe B o índice caiu um pouco, ficando com 24%.

Na classe C, Requião e Lerner ficaram praticamente estáveis e empatados; fenômenos que se repetem com outros índices intermediários nas classificações (idade e escolaridade) são em geral muito equilibrados. É nos extremos dos quesitos para traçar o perfil que as diferenças se exacerbam.

Quanto à escolaridade, os eleitores de Requião, 47% têm Primeiro Grau, 39% com Segundo Grau completo e 14 % com Curso Superior. Os eleitores de Lerner, 26% dos eleitores têm Primeiro Grau, 52% têm o Segundo Grau e 22% têm Curso Superior.

No item faixa etária Lerner lidera com 45% dos jovens (18-29 anos de idade), nessa faixa Requião tem 38% das intenções. A faixa dos 30-49 os dois candidatos marcam 39%. Dos 50 anos ou mais, Requião lidera com 23%, Lerner fica com 16%. Pode-se considerar que os eleitores mais novos não pesaram a ditadura militar; por outro lado, os mais velhos consideraram a oposição feita pelo antigo MDB, hoje PMDB. A verificação da preferência partidária é suficiente para demonstrar o quanto o PMDB é popular ao eleitorado, chegou a 37%. Já o PDT não passou dos 4% e o PT manteve-se estável em 2% (REQUIÃO..., 1985, p. 13).

TABELA 6.8 - PREFERÊNCIA PARTIDÁRIA (%) - 1985

PARTIDOS	Gallup 16-19/08/85	Gallup 13-15/09/85	Gallup 04-06/10/85	Gallup 19-20/10/85
PMDB	34	32	36	37
PDT	2	4	4	4
PDS	4	5	3	3
PT	2	-	-	2

FONTE: CURITIBANOS DÃO 40%..., 1985, p. 10; LERNER 1º. (38%)..., 1985, p. 12; REPERCUTE O EMPATE..., 1985, p. 13; REQUIÃO COLOCA..., 1985, p. 13.

TABELA 6.9 - CONHECIMENTO DO CANDIDATO (%) - 1985

CANDIDATOS	Gallup 16-19/08/85	Gallup 13-15/09/85	Gallup 04-06/10/85	Gallup 19-20/10/85
Roberto Requião - PMDB	46	73	91	91
Jaime Lerner - PDT	50	76	88	88
Paulo Pimentel - PDS	48	64	66	57
Edésio Passos - PT				18

FONTE: CURITIBANOS DÃO 40%..., 1985, p. 10; LERNER 1º. (38%)..., 1985, p. 12; REPERCUTE O EMPATE..., 1985, p. 13; REQUIÃO COLOCA..., 1985, p. 13.

6.3.4 Análise e hipóteses da identificação do tipo de voto

Cabe lembrar que não se trata, na identificação do voto, de afirmar teorias da supremacia da escolha do eleitor. Os resultados eleitorais são efeitos das campanhas eleitorais, dos candidatos e partidos, e, sobretudo dos grupos políticos governistas e grupos econômicos que os apóiam.

Com a análise dos dados da eleição municipal de 1985 em Curitiba, quando da polarização ocorrida entre o candidato Roberto Requião (PMDB) e o candidato Jaime Lerner (PDT), podemos concluir que o que determinou a eleição de Requião a prefeito foi o partido, PMDB e o perfil dos eleitores. Quanto a Jaime Lerner (PDT), os fatores determinantes na votação foram o perfil do próprio candidato e o desempenho passado. A grande briga ficou entre os governadores de seus candidatos, Richa lutando por Requião e Brizola, por Lerner.

Os fatores que orientaram o comportamento eleitoral do curitibano nos levam às hipóteses a seguir. A hipótese da preferência partidária: o PMDB, continuação do velho MDB, tinha os maiores índices de preferência entre o eleitorado, liderou nas pesquisas do Instituto Gallup todo o período de campanha e fechou com 37%; o partido de Lerner, o PDT, tinha baixa

preferência entre os eleitores e fechou com apenas 4%. O apoio de Brizola não demonstrou influência na preferência partidária nas pesquisas para o PDT. O PMDB carregou consigo todas as imagens partidárias do MDB, que fez a “oposição” no regime militar mantendo sua característica de partido do “povo”. O perfil dos eleitores de Requião foi decisivo; preferido, sobretudo nas classes D e E, venceu Lerner em duas Zonas Eleitorais, a 3ª e a 145ª, as com maiores densidades eleitorais (eleitores dos bairros periféricos da cidade e de baixa escolaridade). A grande expectativa do eleitorado era a democracia e o velho MDB, extinto em 1979, era teoricamente o lídimo representante da oposição que reivindicava a dita democracia no governo militar. Os outros partidos de esquerda ou direita, ainda eram pouco difundidos na época, menores e com baixa influência, com exceção do PT que era forte em São Paulo. O partido de Jaime Lerner, PDT, sustentado por Leonel Brizola, e sua coligação com o PFL, tinha políticos que fizeram parte da “sustentação parlamentar ao regime militar” (ARENA), ou que se beneficiaram com os militares.

Requião era a novidade na eleição para o executivo. Pimentel e Lerner já eram conhecidos como administradores. Requião era menos conhecido que Lerner pelo eleitorado, só ultrapassou Lerner, em números, no último mês de campanha.

Requião, por sua vez, representava o regime democrático, era o defensor da democracia *versus* Lerner, ex-prefeito do regime militar.

Quanto aos votos no candidato Jaime Lerner, sugerimos a hipótese de avaliação de desempenho, votos pelo desempenho nas administrações passadas (que pode ser entendido tanto no sentido de retrospectção, quanto de prospecção), e a cultura do voto conservador do eleitorado curitibano.

6.4 A ELEIÇÃO MUNICIPAL MAJORITÁRIA DE CURITIBA – 1988

6.4.1 Contextualização da eleição e candidatos

As eleições de gerais de 15 de novembro de 1986 que antecederam as de 1988, configuraram o seguinte quadro político partidário no Paraná: os herdeiros da oposição na ditadura mantiveram-se fortes no pós-transição política, fizeram majorias nas diferentes bancadas, e os herdeiros situacionistas na ditadura foram reduzidos e fragmentados em partidos

conservadores e de direita naquele início de redemocratização. Álvaro Dias fora eleito governador pelo PMDB coligado com o PND, derrotando Alencar Furtado pela coligação PDT-PFL-PMB-PJ. As duas vagas ao Senado federal foram conquistadas por José Richa e Affonso Alves de Camargo Netto, ambos pela coligação PMDB-PND; estes teriam derrotado os candidatos mais expressivos da concorrência, Amadeu Luiz De Mío Geara e Fabiano Braga Côrtes, ambos pela coligação PDT-PFL-PMB-PJ. Das 30 vagas à Câmara federal de deputados o PDT elegeu um representante, Aírton Cordeiro; o PFL elegeu cinco deputados; e o PMDB-PND elegeu 24 deputados. Na Assembleia Legislativa do Paraná as 54 vagas ficaram assim distribuídas: o PMDB, coligado com o PND, ficou majoritário com 37 deputados eleitos, o PFL com oito cadeiras, o PDT com cinco, o PTB com duas, o PT e o PDS com um representante cada (TRE-PR, 1986). O PMDB tornara-se o partido hegemônico, cedeu aos descaminhos políticos de Sarney, tornando-se um alvo fácil à oposição.

Nas eleições de 1988 ainda vigorava a regra de um único turno (NICOLAU, 1998). Durante o período eleitoral, o cenário político no Brasil era o da Constituinte e o deputado Ulysses Guimarães, PMDB, presidia a Assembleia Nacional Constituinte. A Nova Constituição, Constituição Cidadã, foi promulgada no dia 05 de outubro de 1988.

As eleições municipais de 1988 se realizaram no dia 15 de novembro. Essa eleição majoritária à Prefeitura de Curitiba foi atípica. Embora a eleição tenha ficado polarizada entre os dois candidatos ex-prefeitos, Lerner e Fruet, a sucessão do prefeito Roberto Requião foi a mais conturbada e o período de campanha eleitoral teve dois momentos bem distintos. No primeiro momento tinha-se uma composição de candidatos e as campanhas transcorriam aparentemente normais. O candidato do PMDB, Maurício Fruet, liderava as pesquisas de intenção de voto com 36,7%, percentuais que lhe davam certa margem de liderança na disputa, o que poderia encaminhá-lo à vitória. Algaci Túlio, candidato do PDT, mantinha-se estável na segunda posição com aproximadamente 20% e, em terceiro lugar, vinha o candidato do PTB, Enéas Faria, com 15%.

No segundo momento, na reta final de campanha, em novembro, entrou oficialmente em cena o candidato Jaime Lerner (PDT), mudando todo o cenário e os rumos da eleição. Algaci Túlio renunciou a sua candidatura e passou a vice na chapa de Lerner e a campanha relâmpago de 12 dias”, com a volta do “Coração Curitibano”, conquistou o eleitorado. A chamada “campanha dos doze dias” com os *slogans* “Agora sim – Jaime Lerner”, “Jaime Lerner, com certeza”, foram

criados por Sérgio Mercer, ex-presidente da Fundação Cultural e publicitário responsável pela campanha de 1985 de Lerner, foi ele também quem criou o slogan em 1985, “O coração curitibano” (WASHINGTON, 1999).

Jaime Lerner, que teve o apoio do presidente do partido e ex-governador Leonel Brizola, fora eleito com 57% dos votos nominais em uma campanha que fez história.

Jaime Lerner, prefeito biônico de Curitiba por duas vezes no período do governo militar, vinha de uma disputa acirrada em 1985, a qual perdera para Requião e para o PMDB. O arquiteto já desfrutava de prestígio nacional e internacional como prefeito de Curitiba.

Jaime Lerner teve o apoio de dois ex-governadores do Estado do Paraná, Jayme Canet, embora este estivesse ainda filiado ao PMDB, apoiava os amigos que estavam em partidos que apoiavam Lerner (JAYME CANET..., 1988, p. 3), e Ney Braga que apoiara e votara em Lerner apesar de Brizola, e comparara a euforia e movimentação política daquela eleição com a de 1954, quando fora eleito prefeito de Curitiba, derrotando o pai de Requião, Wallace de Mello (NEY: SIM..., 1988, p. 3).

Segundo relato jornalístico do deputado estadual do PMDB, Aníbal Khury, primeiro-secretário da Assembleia Legislativa, Lerner estava em campanha há 12 anos, e tinha o perfil técnico que a população curitibana queria, e Enéas Faria contribuiria com Lerner por ter os votos concentrados na periferia da cidade, justamente onde a participação de Lerner seria mais restrita (LERNER..., 1988, p. 2).

O PMDB era o partido da situação pós-regime militar, Álvaro Dias, governador do Estado, Roberto Requião, o prefeito de Curitiba e José Sarney, o Presidente da República. Requião visava à eleição a governador do Estado em 1990, e para Álvaro Fernandes Dias, pesava em sua imagem o episódio da greve dos professores, quando estes manifestantes foram agredidos por policiais militares. A inflação absurda castigava o país e o fracasso do Plano Cruzado no governo Sarney resultava naturalmente em uma forte rejeição do eleitorado ao PMDB. Os esforços de tentar firmar-se como oposição a Sarney e desvincular do partido a imagem negativa do presidente não foram suficientes.

A estratégia de Lerner foi, com certo grau de risco, criar a grande expectativa no eleitorado com a postergação de sua candidatura, utilizando-se do impedimento da transferência de domicílio eleitoral (falta de interstício, prazo de um ano), do Rio de Janeiro para Curitiba, em função dos prazos legais. No tempo certo, foi autorizada a transferência por decisão, mais política

do que legal, pelo TSE. Teria pesado na decisão do TSE o parecer do ministro Oscar Corrêa; este teria sido condescendente, por ser amigo de integrantes dos grupos udenistas cariocas e catarinenses, os Bornhausen, Padre Godinho, Carlos Lacerda e do paranaense Jorge Khury (WASHINGTON, 1999). Rafael Greca, amigo de Dom Pedro Fedalto, conseguiu com a ajuda deste que a rádio Clube Paranaense, cobrisse o julgamento, criando assim o clima de expectativa no eleitorado curitibano (idem, 1999, p. 82). Mesmo sem o título de eleitor o TRE concedera a Jaime Lerner a 11 de novembro um alvará inédito; com este o candidato poderia votar em separado e em qualquer seção eleitoral da cidade (TRE DECIDE..., 1988, p. 5).

Com a campanha muito curta, Lerner poupou-se, dentre muitas coisas, do desgaste que sua imagem poderia sofrer durante esta. Algaci Túlio que tinha o seu programa de governo para Curitiba feito pelo próprio Jaime Lerner, fazia campanha “indiretamente” pró-Lerner. Os partidos PTB e PFL, com os respectivos candidatos, Enéas Faria – que ocupava o terceiro lugar nas pesquisas –, e Airton Cordeiro – em quarto lugar –, renunciaram às suas candidaturas, aliando-se ao candidato Jaime Lerner, fortalecendo assim a oposição ao PMDB.

As desistências dos candidatos do PTB e PFL renderam ao candidato do PT, Claus Germer, a sua ascensão ao terceiro lugar na disputa, 6,29%. O PT, com baixa pontuação, mas com resultado significativo, ficou em posição intermediária entre os partidos que polarizaram e os partidos com pontuações inexpressivas.

No PTB havia duas correntes de pensamento. Por um lado, os que acreditavam que Enéas Faria tiraria votos do PMDB e, por outro, a dos que estavam cientes de que a disputa ficaria polarizada entre os candidatos pedetista e peemedebista. Entretanto, outro fator pesaria mais na decisão de Enéas Faria de apoiar Lerner: os principais responsáveis pelo financiamento de sua campanha participaram do processo de viabilização da candidatura de Jaime Lerner.

Embora o PSDB não tenha tido candidaturas nessas eleições em Curitiba - o partido teria lançado candidatos a vereador e a prefeito somente no município de Piraquara -, teria dado apoio a Lerner, tanto que o ex-ministro Deni Lineu Schwartz, teria pedido transferência de domicílio eleitoral de Francisco Beltrão para Curitiba com o intuito de se lançar candidato a vice-prefeito de Lerner (LERNER, O CANDIDATO..., 1988, p. 3).

Os candidatos em geral estavam com suas imagens desgastadas pelos ataques políticos nas campanhas. Lerner, enquanto oposição em uma campanha de combate ao PMDB, e com discurso direcionado principalmente às questões de moradia e ecologia, foi aos bairros fazer

campanha. A Zona Eleitoral 145^a, região Sul de Curitiba – a maior zona eleitoral do Estado do Paraná – a mais visada pelo candidato pedetista, pois ali era o reduto do PMDB, teria sido o principal alvo dos programas de governo de Lerner, que fazia frontal campanha para derrotar o PMDB. Os programas divulgados em campanha por Lerner e que chamaram a atenção dos eleitores foram, num discurso de integração de Curitiba, “Cada Família Um Lote” e “Mercado Popular de Material de Construção”, além dele anunciar que queria o Bonde Elétrico em Curitiba (LERNER REAFIRMA..., 1988, p. 3).

Jaime Lerner entrou em jogo com uma campanha de apelo afetivo (seu amor por Curitiba) e como uma “esperança” aos eleitores, virando o jogo e obtendo a vitória histórica sobre o PMDB de Requião. Essa vitória de Lerner lhe garantiu o poder político no Estado do Paraná até 2002.

O presidente do Diretório Regional do PDT no Paraná, o ex-deputado federal Amadeu Luiz De Mío Gears, era quase um porta-voz de Lerner. Este contara com o apoio dos amigos, assim chamados e nomeados pela imprensa, em momento de mobilização política para verificar o apoio e convocados por ele no dia 1º de novembro a opinar. A saber, dentre empresários e políticos que atuaram com ele nas administrações anteriores, eram: o empresário Sergio Bronfmann; arquiteto Angel Bernal; o advogado Ronaldo Schulmann; Antonio Carlos Bettega; Cássio Taniguchi, ex-presidente da Urbs e do IPPUC; o deputado federal e ex-peemedebista Tadeu França; o líder do PDT na Assembleia Legislativa, Rafael Greca; Gears, Mercer, e Algaci Túlio, que manifestara sua renúncia em favor de Lerner; Margarita Sansone, Carlos Marassi, Aroldo Murá, um dos fundadores da Fundação Cultural de Curitiba; Nireu Teixeira, ex-chefe de gabinete de Lerner na Prefeitura; Eduardo Rocha Virmond, ex-conselheiro da Fundação Cultural; o empresário Oriovisto Guimarães; Abraão Assad, arquiteto responsável pelos projetos de equipamentos urbanos nas administrações de Lerner (TRINTA AMIGOS...; TARDE DE CATARSE...; E LERNER PEDIU..., 1988, p. 2).

As inaugurações de obras da Prefeitura, feitas por Requião, às vésperas das eleições não foram suficientes para manter o candidato peemedebista Fruet na liderança.

O quadro de candidatos teve alterações na cédula eleitoral com a entrada do candidato Jaime Lerner, pelo PDT. Primeiramente, tinha-se uma configuração de candidatos. Contavam as seguintes candidaturas: pelo PDT, o deputado estadual Algaci Túlio e como vice, o promotor público Ronaldo Botelho; pelo PTB, da coligação “União das Oposições” (PTB-PDC-PDS), o

ex-senador Enéas Faria e como vice, o deputado federal Ervin Bonkoski; e pelo PFL, o deputado federal, Airton Cordeiro e o vice, Reinhold Stephanes Júnior. Esses candidatos acabaram renunciando as suas candidaturas em favor de Jaime Lerner, uniram-se participando da coligação “União das Oposições” juntamente com outros partidos e, portanto, não constam no quadro de candidatos. As renúncias ficaram a cargo de Ney Braga, a de Airton Cordeiro (PFL), e, de José Eduardo Andrade Vieira e Jayme Canet Júnior, a de Enéas Faria (PTB).

O candidato Enéas Eugênio Pereira Faria, pelo PTB, estava coligado com o PDS. Enéas tentou a vaga ao Senado em 1978 pelo MDB, contribuiu com os votos recebidos para que Richa (MDB) se elegeisse; mais tarde, em 1982, foi eleito deputado federal pelo PMDB. O seu candidato a vice-prefeito na chapa era o deputado federal, Ervin Bonkoski, eleito em 1986 pela coligação PMDB-PND, eleito também deputado estadual pelo PMDB em 1982, sendo o mais bem votado da categoria no Estado, com 104.616 votos.

O candidato Airton Ravaglio Cordeiro, pelo PFL, fora eleito deputado federal pelo PDT, nas eleições de 15 de novembro de 1986. Airton Cordeiro fora líder, pela Arena, do ex-prefeito Saul Raiz na Câmara Municipal de Curitiba, e não escondia sua satisfação e elogios à administração do prefeito Raiz e das obras de Lerner. Airton teria deixado o PDS e migrado para o PDT convidado por Lerner, presidente do Diretório Regional do partido na época (LERNER, O CANDIDATO..., 1988, p. 3). O coordenador de sua campanha era Cleto de Assis. O seu vice na chapa era Reinhold Stephanes Júnior (PFL). Os ex-candidatos que renunciaram e seus vices se comprometeram em continuar na campanha em prol de Lerner. (PARA FORTALECER LERNER..., 1988, p. 3).

O quadro de candidatos e coligações oficial a partir da entrada do candidato Jaime Lerner ficou definido como segue abaixo.

O PDT, com o engenheiro civil e arquiteto Jaime Lerner, ex-prefeito durante o Regime Militar, e, como vice, o radialista e deputado estadual Algaci Túlio. Jaime Lerner, nascido em Curitiba a 17 de dezembro de 1937, filho de Félix e Elza Lerner, casado com Fani Lerner, e pai de duas filhas, Andréa e Ilana. Lembrando, formado pela UFPR em 1964, consultor de urbanismo das Nações Unidas, prestou assessoria ao governo do Estado e à Prefeitura do Rio de Janeiro, em transporte de massas e revitalização do centro da cidade. Foi membro da Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana, ex-presidente da Fundação para Desenvolvimento da

Região Metropolitana do Rio de Janeiro, e ex-conselheiro do Banco Nacional da Habitação (OS CANDIDATOS..., 1988, p. 34-5).

O PMDB tinha como candidato o ex-prefeito de Curitiba, indicado à Prefeitura por José Richa em 1983, o deputado federal Maurício Roslindo Fruet, que concorria pela Frente Popular de Curitiba (PMDB-PSB-PCB-PSD-PC do B-PJ); foi eleito deputado federal pelo PMDB em 1986, o mais bem votado do pleito no Paraná, com 98.945 votos. Maurício Fruet, nascido em Curitiba a 12 de agosto de 1939, filho de Constante Fruet e Geni Fruet, casado com Ivete Bonato Fruet, tinha três filhos, Cláudio, Gustavo e Eleonora; formado em Direito pela UFPR em 1962, atuou como repórter de rádio e televisão (Rádio Marumbi, Emissora Paranaense e TV Paranaense) e foi secretário de redação do Jornal Diário da Tarde (OS CANDIDATOS..., 1988, p. 34-5). Foi eleito vereador em Curitiba em 1968, deputado estadual em 1970, reeleito em 1974, e eleito e reeleito deputado federal em 1978, 1982, 1986. O coordenador de campanha de Fruet era Ricardo MacDonald Ghisi, a assessoria de imprensa estava com Hugo Santana (CAMPANHA DE FRUET..., 1988, p. 3). O seu candidato a vice-prefeito era o correligionário, vereador José Maria de Paula Correa, eleito em 1982 com a terceira melhor votação daquele pleito, e a segunda melhor do partido, com 8.154 votos.

A coligação PT-PV lançou o candidato petista Claus Magno Germer, e para vice-prefeito, Gilberto Carvalho, presidente regional do PT. Claus Germer, catarinense de Blumenau, com 44 anos na época, era engenheiro agrônomo, graduado pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, e professor de economia na UFPR, consultor do Iparde e ex-secretário de Estado da Agricultura (1983-1986) (CLAUS ABRE..., 1988, p. 5). Germer concorreu a deputado federal pelo PT em 1986, sem sucesso. Uma das principais propostas de programa de governo para Germer seria fazer a revisão do estatuto dos funcionários públicos e professores municipais, reformulando o quadro de carreira que estava desatualizado em comparação ao mercado de trabalho e melhorando as perspectivas de ascensão funcional (CLAUS GERMER REVÊ..., 1988, p. 5). Habitação, transporte coletivo e saneamento básico eram os pontos-chave do programa do candidato petista. Uma de suas bandeiras era democratizar a Prefeitura, acabando com privilégios na municipalidade. Para Germer a população não estava escolhendo nem um partido nem um candidato, mas entrando no jogo dos grupos econômicos (CLAUS NÃO CONTESTA..., 1988, p. 5).

A candidata do PH, que concorria à Prefeitura pela segunda vez, a presidente do partido, Elliria Timm, nascida a 03 de outubro de 1948, formada Técnica de Enfermagem em 1972, no que atuava profissionalmente, era formada em Comunicação Social pela PUC-PR (1981) e terceiranista do curso de Psicologia na Faculdade Tuiuti do Paraná. Funcionária pública do INAMPS e da Fundação Caetano Munhoz da Rocha (OS CANDIDATOS..., 1988, p. 34-5). Elliria concorrera à Prefeitura de Curitiba em 1985 e a deputada estadual em 1986, pelo PH, obtendo somente 206 votos. Seu candidato a vice-prefeito era o correligionário João Maria Conceição Santos, conhecido por “Mário Moreno”.

O candidato do PSC, Antonio Fernando Scheleder de Macedo, curitibano, nascido em 14 de julho de 1947, era filho de João Pereira de Macedo, eleito vereador pelo PL nas primeiras eleições municipais de Curitiba em 1947. Formado em Direito pela UFPR, com especialização pela mesma instituição em Direito Civil e Direito Administrativo pela PUC-PR, era advogado das Prefeituras de Curitiba, Matinhos e Quatro Barras. Foi funcionário do Departamento de Serviços de Trânsito do Paraná. Sua participação política começou quando fundou a União dos Estudantes Secundaristas em 1945; participou também da fundação do PL no Paraná em 1946. Concorreu ao cargo de vereador em Curitiba em 1951, quando ainda era estudante, ano em que o PL conquistara apenas uma cadeira, elegendo Felipe Aristides Simão. Ainda, em 1951, foi Secretário do Movimento Popular pró-Autonomia de Curitiba. Macedo foi um dos fundadores do PSC em 1985 no Paraná (OS CANDIDATOS..., 1988, p. 34-5). Para o candidato do PSC as alianças de última hora refletiam a fragilidade ideológica dos candidatos e de seus partidos, tornando o povo mais descrente na política (MACEDO: PSC VAI..., 1988, p. 5). Para vice-prefeito de Macedo foi escolhido o correligionário Clóvis Marcelo de França Taborda.

Os candidatos do PTR eram Osvaldo Buskei, ex-deputado federal pelo MDB e presidente do PTR no Paraná, e o vice, o correligionário, José Vieira Bernardes. Osvaldo Buskei, catarinense nascido a 25/12/1944, em Três Barras, formado como Técnico em Contabilidade, mas que atuava no setor gráfico. Ele migrou para o PT em 1980 e 1982 e na convenção do partido concorreu com Edésio Passos, para o qual perdeu, à candidatura a governador do Estado; em 1983 Buskei deixou o PT e tentou criar o PDL no Paraná, mas não obteve êxito (OS CANDIDATOS..., 1988, p. 34-5). Buskei teria começado na política em 1966 no MDB, concorreu à Câmara Municipal de Curitiba em 1968, pela mesma legenda, ficando como 23º suplente com 638 votos. Foi candidato a vice-prefeito de três candidatos do MDB (sublegendas) à

Prefeitura de Prudentópolis, em 1976, se elegendo com Nelson Dal Santos, o titular da vaga. Em 1980 migrou para o Partido dos Trabalhadores. Em 1986 tentou a eleição pelo PDC, partido que ajudou a fundar, para deputado federal, sem êxito. Em 1987 ajudou fundar o PTR pelo qual se candidatou a prefeito de Curitiba.

O candidato Teolino Mendonça da Paixão, pelo PMC, era jornalista e publicitário, e tinha como vice, Maria do Carmo Favaro. Teolino era o presidente do Diretório Regional do PMC; este tentou impugnar a candidatura de Lerner, alegando que este “exercia a função administrativa em empresa estrangeira, executando projetos e contratando serviços de planejamento urbano em diversos países, e que a empresa Jaime Lerner Planejamento Urbano Ltda. contrata e presta serviço ao poder público” (IMPUGNAÇÃO DE LERNER..., 1988, p.3).

E por último os candidatos do PL, o funcionário público, Naim Akel Filho, e o vice, Francisco Carlos Moreira. A candidatura de Akel Filho deveu-se à desistência do candidato Ezequias Losso, ex-vereador pela Arena na ditadura militar. Embora muitos dos candidatos a vereador pelo PL tenham manifestado apoio à candidatura de Lerner, Akel não abriu mão de sua candidatura; era a primeira vez que se candidatava a um cargo eletivo. Naim Akel Filho, nascido em 15 de julho de 1953, filho de Naim Akel e Mara de Lourdes Sabbag, era formado em Psicologia pela UFPR em 1979. Atuava como psicólogo clínico, era professor licenciado da PUC e também funcionário público municipal da Fundação Rural de Integração e Educação. Sua inserção na política começou com a criação do Diretório Acadêmico Rocha Pombo. Chegou a se filiar ao antigo MDB em 1978, e em 1986, com o pluripartidarismo aflorando, foi um dos fundadores do PL no Paraná (OS CANDIDATOS..., 1988, p. 34-5).

6.4.2 Dados estatísticos, resultados eleitorais e análise

QUADRO 6.3 – CANDIDATOS E COLIGAÇÕES - 1988

Candidatos a prefeito e vice (partidos)	Coligação	Partidos coligados
Jaime Lerner – PDT	União das Oposições	PDT, PTB, PFL, PDS e PDC
Algaci Ormário Túlio – PDT		
Maurício Roslindo Fruet – PMDB	Frente Popular de Curitiba	PMDB, PCB, PC do B, PSB, PSD e PJ
José Maria de Paula Correa – PMDB		
Claus Germer – PT	PT e PV	PT e PV
Gilberto Carvalho – PT		

QUADRO 6.3 – CANDIDATOS E COLIGAÇÕES – 1988 (continuação)

Candidatos a prefeito e vice (partidos)	Coligação	Partidos coligados
Elliria Timm – PH	-	PH
João Maria Conceição Santos – PH		
Antonio Fernando Scheleder de Macedo – PSC	-	PSC
Clóvis Marcelo de França Taborda – PSC		
Osvaldo Buskei – PTR	-	PTR
José Vieira Bernardes – PTR		
Teolino Mendonça da Paixão – PMC	-	PMC
Maria do Carmo Fávaro – PMC		
Naim Akel Filho – PL	-	PL
Francisco Carlos Moreira – PL		

FONTE: TRE-PR.

O que chama atenção nos números obtidos nessa eleição é o índice de abstenção, 7,46%, o mais baixo de todos os pleitos no período da redemocratização; ao contrário, os votos em branco têm o percentual mais alto do período, atingiu os 10,06%; isso indica que essa parcela do eleitorado não estava satisfeita com os candidatos. Entretanto, esse pleito obteve a maior mobilização eleitoral, 92,54%, equivalente ao índice de comparecimento, fator inversamente proporcional à abstenção. Foi a maior participação do eleitorado curitibano no período da redemocratização, forte indicador de mudanças, e que indica, portanto, que a população se mobilizou para mudar o governo municipal ou o quadro político-partidário. Ou seja, movido pela situação política da época, o PMDB, que era situação, estava com a imagem bastante desgastada nos cenários políticos, nacional, estadual e municipal. De um lado o candidato peemedebista Maurício Freut da situação, do outro lado, o candidato ex-prefeito do regime militar representando a oposição ao PMDB, Jaime Lerner (PDT), impulsionado pela campanha de forte apelo emocional dos “12 dias”. Conclusão: o povo, “cansado” do PMDB, foi às urnas efetivar a mudança.

Quanto à volatilidade eleitoral, consequentemente, houve uma instabilidade eleitoral, visto que mudou o partido governista, ou seja, o PMDB não consegue eleger seu candidato e o PDT, partido que fez oposição, emplaca com a vitória de Lerner e assume o governo. A entrada de Jaime Lerner no processo eleitoral teve efeito de intervenção e mudou os rumos da eleição.

A vitória de Lerner foi com o maior percentual de votos válidos do período, 57%, com a mais alta concentração de votos das eleições em estudo. Lerner obteve 22,4 pontos a mais dos votos válidos sobre o segundo lugar (Fruet), o que caracterizou uma baixa competitividade eleitoral no pleito entre os partidos fortes.

O fator que chama atenção, e que contribuiu muito com a vitória de Lerner, foi a instabilidade eleitoral, constatada na volatilidade eleitoral que indicou a maior migração de votos das eleições, os votos que “seriam” dos três candidatos renunciantes, a saber, Algaci Túlio (PDT), Enéas Faria (PTB) e Aírton Cordeiro (PFL), que somavam nas pesquisas de intenção de voto 37,2%, contra 36,7% de Fruet (PMDB). Comparando as pesquisas de intenção de voto com os resultados da disputa, percebe-se claramente que houve até mesmo leve migração de votos do PMDB para o candidato Jaime Lerner do PDT, tanto que Fruet obteve 34,60% dos votos válidos, um pouco abaixo do que indicavam as pesquisas.

TABELA 6.10 – INFORMATIVO/ESTATÍSTICO – 1988

Eleitores Aptos Totalizados	726.801	(Eleitorado)
Votos Nominais	573.315	85,24%
Votos Brancos/ Majoritárias	67.637	10,06%
Votos Nulos / Majoritárias	31.662	4,71%
Comparecimento	672.614	92,54%
Abstenção	54.187	7,46%
Seções Totalizadas	1892	100%

FONTE: TRE-PR.

TABELA 6.11 – RESUMO DA VOTAÇÃO DOS CANDIDATOS - 1988

N.	Candidato	Partido	Coligação	Qtd. Votos	Class.	% val.	% Comp.
12	Jaime Lerner	PDT	PDT, PTB, PFL, PDS e PDC	326.815	1º	57,00	48,59
15	Maurício Roslindo Fruet	PMDB	PMDB, PCB, PC do B, PSB, PSD e PJ	198.348	2º	34,60	29,49
13	Claus Germer	PT	PT e PV	36.054	3º	6,29	5,36
19	Elliria Timm	PH	-	4.613	4º	0,81	0,69

TABELA 6.11 – RESUMO DA VOTAÇÃO DOS CANDIDATOS – 1988 (continuação)

Nº	Candidato	Partido	Coligação	Qtd. Votos	Class.	% val.	% Comp.
20	Antonio Fernando Scheleder de Macedo	PSC	-	2.040	5º	0,36	0,30
28	Osvaldo Buskei	PTR	-	1.948	6º	0,34	0,29
18	Teolino Mendonça da Paixão	PMC	-	1.792	7º	0,31	0,27
22	Naim Akel Filho	PL	-	1.705	8º	0,30	0,25

FONTE: TRE-PR

6.4.3 Evolução dos candidatos nas pesquisas de intenção de voto

Os resultados obtidos por institutos de pesquisas usados neste trabalho foram do Datafolha, publicado no jornal Folha de São Paulo, e do Ibope, publicado na Gazeta do Povo (vide tab. 6.12). As pesquisas de outros institutos, e que não foram publicadas, não foram usadas nesta pesquisa.

Tem-se dois momentos nas pesquisas de intenção de voto, o primeiro com as pesquisas sem o candidato do PDT, e o segundo com o candidato Jaime Lerner na disputa.

No primeiro momento do período de campanha as pesquisas de intenção de voto mostravam o candidato Maurício Fruet (PMDB) à frente dos demais candidatos, e liderou até a entrada de Jaime Lerner. Fruet começou em alta com 32,7% (Ibope), caiu 4,7 pontos em setembro, mas logo se recuperou e fechou o mês de outubro com 36,7%. Algaci Túlio permaneceu estável na segunda posição, oscilou pouco, saiu com 18,5% e fechou com 16,3%. Enéas Faria, o candidato do PTB, foi o mais estável, ainda em terceiro lugar fechou com 15,2%. O candidato da esquerda Claus Germer, do PT, também se mostrou estável na quarta posição: subiu um ponto percentual, foi para 5,7%. Os demais candidatos não tiveram nenhuma pontuação, ou pontuação igual ou inferior a 1%.

Com a entrada de Jaime Lerner na disputa pela prefeitura de Curitiba, os números das pesquisas mudaram. Lerner liderou com boa vantagem a sua rápida trajetória nas pesquisas, 53% contra 22% de Fruet (RESULTADOS..., 1988, p. 7). E o PT subiu para a terceira posição se mantendo estável com 3,6%.

Segundo o perfil dos eleitores na pesquisa apresentada pela IstoÉ Senhor (12 nov. 1988), Lerner dominava nas classes A (65,7%), B (56,7) e C (43,4); Fruet só ultrapassou Lerner nas classes D e E, com 33% contra 32,6% de Lerner. No quesito idade, Lerner ultrapassou Fruet em todas as faixas etárias, principalmente entre os jovens, 51,6% contra 19,8% para Fruet. Quanto ao nível de instrução, Fruet lidera com 34% dos que têm o Primeiro Grau, Lerner, 29%; com Segundo Grau, Lerner tem 50,2% e Fruet, 21,1%; com Curso Superior, Lerner 57,1% e Fruet 18,1%. Estes índices demonstram que Lerner intensificou sua campanha nas Zonas Eleitorais 3ª e 145ª, onde foi derrotado por Requião em 1985.

TABELA 6.12 - PESQUISAS DE INTENÇÃO DE VOTO (ESTIMULADA)

CANDIDATOS	PARTIDOS	Ibope / Rede Globo 5- 12/08/88	Ibope / Rede Globo 22- 26/08/88	Ibope / Rede Globo 5-8/09/88	Ibope / Rede Globo 13/09/88	Ibope / Rede Globo 24- 27/09/88	Ibope / Rede Globo 03/10/88	Ibope / Rede Globo 9- 12/10/88
Maurício Fruet	PMDB	32,7	34,2	33,7	28	32,6	30	36,7
Algaci Túlio	PDT	18,5	19,0	20,2	20	22,2	20	16,3
Enéas Faria	PTB	15,8	15,2	13,3	12	14,0	14	15,2
Airton Cordeiro	PFL	4,7	5,8	5,3	5	5,0	5	5,7
Claus Germer	PT	3,5	3,7	3,0	3	3,9	3	3,7
Osvaldo Buskei	PTR		0,7		1			0,1
Antonio Macedo	PL		0,5		1			0,1
Elliria Timm	PH		0,5		1			0,4
Naim Akel Fº	PL		0,8		0			0,3
Teolino Mendonça	PMC		-		0			0,1
Branços / Nulos			12,7		16			12,9
Não sabem / Indecisos					12			7,7
Não opinou			7,0		2			0,7

FONTE: RESULTADOS..., 1988, p. 7; ÚLTIMA PESQUISA..., 1988, p. 7; PESQUISAS, p. 1988, capa; PMDB PODE..., 1988, p. 2; IBOPE INFORMA..., 1988, p. 2; PESQUISAS MOSTRAM..., 1988, p. 2.

6.4.4 Análise e hipótese da identificação do tipo de voto

Em termos de fenômeno eleitoral, a eleição de 1988 é marcada pela mudança radical de comportamento do eleitor curitibano nas urnas. Todos os resultados e índices sofreram alterações significativas, estabelecendo uma diferença absoluta em relação ao quadro de referência eleitoral de 1985. Foi verdadeiramente a eleição de mudança de grupo político no governo municipal, mas

mudança esta que caracterizou um retorno ao representante do regime anterior. A oposição de Jaime Lerner (PDT) venceu o PMDB de Fruet, Requião e Álvaro Dias.

Em busca das razões do voto, apresentam-se as seguintes sugestões de hipóteses dos fatores que motivaram o eleitor a mudar: o desgaste do PMDB (rejeição), em função do difícil recomeço da democracia; a candidatura de Lerner, com efeitos interventivo e motivador, causou impacto estratégico resultando em expectativa no eleitorado (com enfoque emocional); a avaliação de desempenho do candidato Lerner nas administrações anteriores, e a avaliação da capacidade do candidato, que está diretamente associada ao perfil técnico (engenheiro, arquiteto e urbanista), viria de encontro com as expectativas do eleitorado que nutria forte rejeição aos políticos.

Índices como a alta taxa de mobilização eleitoral e a baixa competitividade eleitoral do PMDB, o partido mais próximo em votos do PDT, indicaram que a população queria mudar o cenário da política curitibana.

O desgaste e a rejeição ao PMDB. O governo Sarney massacrou a imagem do PMDB com o Plano Cruzado, por mais que os candidatos e políticos representantes do PMDB tentassem desvincular a imagem do partido da imagem negativa do presidente Sarney; mas não tiveram resultados satisfatórios. Lerner não recebeu sua votação em forma de voto-protesto contra o governo do PMDB. Embora houvesse a rejeição ao partido governista, Lerner apresentou-se como uma alternativa, de última hora, favorável e esperada.

A curta campanha realizada por Lerner, justificada pela transferência de título de eleitor e prazos, foi a grande estratégia no jogo eleitoral. Os candidatos/partidos em campanha se desgastaram com ataques e exposições, espaço de tempo de que Lerner foi poupado preservando assim a sua imagem política. As condições eram favoráveis a Lerner, pois as pesquisas de intenção de voto demonstravam considerável apatia dos eleitores com os altos índices de brancos, nulos e, sobretudo, indecisos, ou seja, a hegemonia de Fruet não era absoluta nas intenções, porque liderava com baixa pontuação (36,6%), e ainda, certa dispersão dos votos – o que denota insatisfação com os candidatos; assim se delineava o campo fértil para a entrada de uma outra “opção” política. Ao entrar efetivamente em cena, Lerner, como elemento novo no pleito, entretanto conhecido pelo eleitorado, despertou no eleitor o voto por avaliação de desempenho, a avaliação passada, retrospectiva dos mandatos de Lerner no Regime Militar e isso ajudou a

direcionar o voto no sentido de prospecção. Havia parâmetros para avaliar as administrações anteriores de Lerner *versus* as administrações dos peemedebistas Requião e Fruet.

A entrada de Jaime Lerner na disputa, com a coligação (PDT-PTB-PFL-PDS-PDC), somada à volatilidade eleitoral que indicava instabilidade reflete a maciça migração de votos dos candidatos / partidos que renunciaram a favor de Lerner. O pedetista recebeu votos do PFL, PTB, dos partidos menores, dos flutuantes que votariam no candidato do PMDB e dos indecisos que pontuavam 7,7% nas pesquisas de intenção de voto; já os brancos e nulos, se comparados aos números obtidos nas pesquisas (12,9%) com o resultado oficial, tiveram um aumento de 14,77%, sinal de que muitos eleitores não gostaram do jogo. O que de fato interessa nessa transferência de votos é justamente que Lerner os atraiu. O ótimo escore obtido por Lerner em 1985 indicava todo o seu potencial de voto (alta competitividade eleitoral), que ele poderia contar nesse pleito, como de fato contou. Posto isto, associado à sua imagem bastante difundida como urbanista, inovador e outros atributos profissionais positivos (capacidade), juntamente com o perfil técnico, favoreceram a construção da imagem do candidato frente ao eleitorado. O Partido PDT que deveria ser de esquerda, perde a sua posição ideológica em Curitiba com Lerner, pois estava na oposição, o que favorecia ao pedetistas, uma vez que o partido governista PMDB estava sofrendo desgaste.

6.5 AS ELEIÇÕES PROPORCIONAIS DE 1988

6.5.1 Análise da base de dados e dos resultados

TABELA 6.13 - CANDIDATOS ELEITOS À CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA – 1988

PARTIDOS	CANDIDATOS ELEITOS	VOTAÇÃO	%	%	SITUAÇÃO
			VOTOS VÁL.*	VOTOS COMP.*	
PMDB	Luiz Carlos Martins Gonçalves	13.615	2,21	2,02	Eleito
PMDB	Carlos Xavier Simões	12.048	1,95	1,79	Eleito
PMDB	Carlos Roberto Massa	7.266	1,18	1,08	Eleito
PMDB	Jorge Miguel Samek	5.923	0,96	0,88	Eleito
PMDB	Nely Lídia Valente de Almeida	5.391	0,87	0,80	Eleito
PMDB	Mauro Rafael Moraes e Silva	5.197	0,84	0,77	Reeleito

TABELA 6.13 - CANDIDATOS ELEITOS À CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA – 1988
(continuação)

PARTIDOS	CANDIDATOS ELEITOS	VOTAÇÃO	% VOTOS VÁL.*	% VOTOS COMP.*	SITUAÇÃO
PMDB	Lais Peretti Gurtsten	4.767	0,77	0,71	Eleito
PTB	Geraldo Claito Bobato	4.714	0,77	0,70	Eleito
PMDB	Hidekazu Takayama	4.669	0,76	0,69	Eleito
PT	Florisvaldo Fier	4.441	0,72	0,66	Eleito
PT	Silvio Miranda	4.235	0,69	0,63	Eleito
PMDB	Jonatas Pirkiel	4.167	0,68	0,62	Eleito
PMDB	Ailton Cardozo de Araújo	4.131	0,67	0,61	Eleito
PL	Jairo Marcelino da Silva	3.866	0,63	0,57	Reeleito
PMDB	Luiz Ernesto Alves Pereira	3.818	0,62	0,57	Eleito 1ª média
PDT	Jorge Luiz Bernardi	3.754	0,61	0,56	Reeleito
PFL	Marcos Valente Isfer	3.586	0,58	0,53	Reeleito
PDT	José Gorski	3.510	0,57	0,52	Reeleito
PFL	Fabiano Braga Cortes Junior	3.497	0,57	0,52	Eleito
PDT	Paulino Pastre	3.492	0,57	0,52	Eleito
PL	João Cláudio Derosso	3.487	0,57	0,52	Reeleito
PT	Ângelo Carlos Vanhoni	3.470	0,56	0,52	Eleito 6ª média
PMDB	Mário Celso Puglielli da Cunha	3.330	0,54	0,50	Eleito 4ª média
PTB	Geraldo Atsumi Yamada	3.315	0,54	0,49	Eleito
PL	Horácio Rodrigues Sobrinho	3.254	0,53	0,48	Reeleito
PDT	José Aparecido Alves	3.241	0,53	0,48	Eleito
PFL	Júlio Hideo Ando	3.138	0,51	0,47	Eleito 2ª média
PTB	Aldemir João Manfron	3.075	0,50	0,46	Eleito
PL	César Augusto Seleme Kehrig	3.052	0,50	0,45	Eleito 7ª média
PTB	Rosa Maria Chiamulera	2.770	0,45	0,41	Reeleito
PTB	Tito Zeglin	2.699	0,44	0,40	Reeleito 3ª média
PDT	Jair Cezar Oliveira	1.807	0,29	0,27	Eleito

TABELA 6.13 - CANDIDATOS ELEITOS À CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA – 1988
(continuação)

PARTIDOS	CANDIDATOS ELEITOS	VOTAÇÃO	% VOTOS VÁL.*	% VOTOS COMP.*	SITUAÇÃO
PDT	Edson Muhlmann	1.716	0,28	0,26	Reeleito 5 ^a média

FONTE: TRE-PR.

NOTA: * As médias foram recalculadas neste trabalho.

TABELA 6.14 - INFORMATIVO/ESTATÍSTICO - 1988

Eleitores Aptos Totalizados	726.801	100 %
Nº de Candidatos	816	100 %
Proporcionais		
Vagas (A)	33	100 %
Quociente	18.681	(B+C+D)A
Votos Válidos (B+C+D)	616.505	91,66 %
Votos de Legenda (B)	99.527	14,80 %
Votos Nominais (C)	477.210	70,95 %
Votos Brancos/Proporcionais (D)	39.768	5,91 %
Votos Nulos / Proporcionais	56.109	8,34 %
Comparecimento / Apurados	672.614	92,54 %
Abstenção	54.187	7,46%
Seções Totalizadas	1892	100%

FONTE: TRE-PR.

TABELA 6.15 – DADOS E VOTAÇÕES – 1988

Coligações Legendas	Nº Cand.*	Votos Nominais Partidos*	% Vál. Nom.*	Votos de Legenda	% Leg.*	Cadeiras	Votos Totais *	% Válidos *
PMDB	97	160.477	26,03	31.762	5,15	12	197.902	32,10
PJ	18	996	0,16			-		
PCB	08	1.703	0,28			-		
PC do B	10	2.110	0,34			-		
PSD	04	854	0,14			-		
PDT	96	61.769	10,02	37.011	6,00	06	98.780	16,02
PT	33	32.737	5,31	14.134	2,29	03	47.617	7,72
PV	04	746	0,12			-		
PTB	99	79.904	12,96	4.203	0,68	05	84.107	13,64
PFL	70	49.032	7,95	2.629	0,43	03	51.661	8,38
PDS	44	6.362	1,03	2.275	0,37	-	8.637	1,40
PL	98	60.065	9,74	2.210	0,36	04	62.275	10,10
PH	05	158	0,03	1.295	0,21	-	1.453	0,24
PPB	05	532	0,09	932	0,15	-	1.464	0,24
PMC	65	2.701	0,44	873	0,14	-	3.574	0,58
PDC	23	3.955	0,64	814	0,13	-	4.769	0,77
PSC	83	8.255	1,34	725	0,12	-	8.980	1,46
PTR	40	2.559	0,42	466	0,08	-	3.025	0,49
PSB	14	2.290	0,37	198	0,03	-	2.488	0,40

FONTE: TRE-PR.

NOTAS: * Calculados neste trabalho.

** As cores indicam as coligações.

Para se entender um pouco melhor o novo papel da Câmara de Vereadores com a Constituição de 1988, no período da redemocratização, faz-se a citação de trechos de *O Poder Local e a Cidade: a Câmara Municipal de Curitiba*.

A partir da redemocratização do país, e principalmente com a Constituição de 1988, podemos perceber que as câmaras municipais recuperam, em grande parte, o seu papel tradicional de órgãos representativos, colegiados e com funções deliberativas. No caso de Curitiba, sua Lei Orgânica de 1990 recupera, em muito, as funções legislativas que as câmaras possuíam até as primeiras décadas do século XX, principalmente quanto à ordenação do espaço urbano e do território do município.

[...]

Finalmente, devemos ressaltar uma ‘novidade’ consignada pela Constituição de 1988: a “iniciativa popular”. Por este instrumento, no âmbito municipal, ao lado de se garantir aos cidadãos a prestação de serviços públicos nas áreas de saúde, abastecimento,

saneamento, habitação, educação, cultura, desportos e lazer, dispõe-se a possibilidade de a própria coletividade intervir em ações de seu interesse. (PEREIRA, M. R.; SANTOS, A. L., 2000, p. 117-118).

Entretanto, contrariamente a este ideal, sabe-se que há uma guerra de interesses entre os empresários da indústria da urbanização, grupo dos “pró-cidade” e os da coletividade.

A Câmara de Vereadores de Curitiba era composta por 33 cadeiras. Nessas eleições de 1988 foram renovadas 69,70% destas, tornando a Câmara pluripartidária e heterogênea em relação à eleita em 1982. Os 30,30% são dos dez vereadores que se reelegeram, sendo oito deles dissidentes do PMDB e PDS, reeleitos por outras legendas. Embora o PMDB, partido governista, tenha tido o seu quadro de vereadores reduzido em praticamente 55%, elegeu a maior bancada da Câmara em 1988, com 92% de renovação de seu quadro, com a exceção do vereador reeleito, Mauro Moraes. Os candidatos dissidentes do PDS e do PMDB se reelegeram pelas siglas PDT (Jorge Bernardi, José Gorski e Edson Muhlmann), PFL (Marcos Isfer), PL (Horácio Rodrigues Sobrinho, Jairo Marcelino da Silva e João Derosso) e PTB (Rosa Maria Chiamulera e Tito Zeglin). O PT foi o único partido a apresentar um quadro totalmente novo. Os demais partidos, o PDT e PL, tiveram a metade dos vereadores dissidentes reeleitos, o PTB e o PFL, tiveram um pouco menos da metade de reeleitos em seus quadros. Ou seja, dos 72% aproximadamente da renovação, o PMDB obteve 33% e os demais partidos, 39%. É fato também que o PMDB deteve a maioria dos candidatos mais bem votados.

Nas eleições municipais proporcionais, interessa saber, analisando o desempenho dos partidos políticos, os efeitos das votações obtidas e convertidas em cadeiras na Câmara.

O PMDB do prefeito Roberto Requião e do governador do Estado, Álvaro Dias, era o partido da situação, ficou com 32,10% dos votos válidos o que resultou à legenda 12 cadeiras na Câmara Municipal de Vereadores. Das duas coligações oficiais essa era a maior, embora os partidos coligados tenham contribuído muito pouco, ficando assim mesmo com a segunda maior votação de legenda, com 5,15%, ficando atrás do PDT de Brizola (6%). O PMDB recebe a maior votação nominal 26,03%, e um dos fatores que contribuiu muito com esse desempenho foram os candidatos radialistas muito populares (Luiz Carlos Martins, Carlos Xavier Simões, Carlos Roberto Massa, o “Ratinho”), que obtiveram altos índices de votação. É possível constatar na pesquisa de intenção de voto que os candidatos do PMDB já estavam na preferência do eleitorado ver a tabela a seguir.

TABELA 6.16 - PESQUISA DE INTENÇÃO DE VOTO PARA VEREADORES (Alvorada Pesquisa de Mercado e Opinião Pública S/C Ltda.)

Candidatos / Partidos	15/09/88 (%)	12/10/88 (%)
Carlos Simões - PMDB	3,30	2,84
Luiz Carlos Martins - PMDB	3,60	2,80
Mário Celso - PMDB	-	1,47
Jorge Bernardi - PDT	0,87	1,41
Luiz Ernesto - PMDB	0,85	1,35
Mauro Moraes - PMDB	-	1,26
Horácio Rodrigues - PL	1,10	1,25
Carlos Massa - PMDB	-	1,23
Luiz Cláudio Romanelli - PMDB	1,20	1,10
Valdenir Dias - PTB	1,10	1,05
Jota Pê - PDT	0,93	1,02
Haziel Pereira - PMDB	0,78	0,92
César Pelosi - PMDB	-	0,89
Neli Almeida - PMDB	-	0,88
Tito Zeglin - PTB	-	0,76
Waldir D'Angelis - PMDB	0,80	-
Indecisos	18,39	30,00

FONTE: O VAI-E-VEM DOS..., 1988, p. 2.

Um dos aspectos analisados neste trabalho é o de padrões de competição eleitoral apresentados por Kinzo, Borin e Martins no texto “Padrões de Competição Eleitoral na disputa para a Câmara Paulista” (Novos Estudos, n. 65, 2003), verificando-se a concentração ou dispersão dos votos nas bases de apoio eleitoral. Infelizmente nas eleições dos anos de 1988 e 1992 os dados registrados e apresentados pelo TRE-PR não são suficientes para o desenvolvimento dos cálculos para se obter os índices para análise dos padrões. Somente a partir de 1996 com as urnas eletrônicas é que as informações se tornam mais acessíveis possibilitando parte da verificação.

TABELA 6.17 - VOTAÇÃO MÉDIA E MÍNIMA DE VOTOS DOS CANDIDATOS ELEITOS À CÂMARA DE VEREADORES DE CURITIBA (Quociente Eleitoral= 18.681) – 1988

Partidos e Coligações	Cadeiras	Votação Média (Eleitos)*	Mínimo de Votos dos Eleitos	Distância entre Média e Mínimo (%)*	Proporção Mínimo Votos => Quociente Eleitoral (%)*
PMDB	12				
PJ	-				
PCB	-	6.193,50	3.330	53,77	17,83
PC do B	-				
PSD	-				
PDT	06	2.920,00	1.716	58,77	9,19
PT	03	4.048,67	3.470	85,71	18,58
PV	-				
PTB	05	3.314,60	2.699	81,43	14,45
PFL	03	3.407,00	3.138	92,10	16,80
PL	04	3.414,75	3.052	89,38	16,34
Total/Média	33	3.883,09			

FONTE: TRE-PR.

NOTA: * Calculados neste trabalho.

** As cores indicam as coligações.

Tanto o PDT quanto o PMDB, que polarizaram as majoritárias, tiveram seus efeitos nas votações das proporcionais; foram os partidos com melhores desempenhos. Em razão da votação que obteve, o PMDB, com seus 1.997 candidatos e mais coligação, deteve, por consequência, a menor distância entre a votação média e mínima, ou seja, o candidato eleito com a menor votação teve 53,77% de votos da média dos candidatos eleitos pelo partido e com uma proporção de 17,83% do Quociente Eleitoral, o segundo maior índice. Isto indicou que os candidatos do PMDB foram eleitos com boa votação, acima da média dos demais partidos.

Os partidos PDT, PFL e PTB não formaram oficialmente uma coligação para o cargo de vereador, ao menos não consta no “Quadro Estatístico” (vide Tab. 6.15) das eleições divulgado pelo TRE, mas juntos conquistaram 14 cadeiras. Isoladamente, tiveram bons desempenhos. O PDT sem coligações fez a maior votação, 16,02% dos votos válidos e com a maior votação de legenda do pleito, 6%; portanto, dos votos que obteve, 37,5% foram na legenda. Com 96 candidatos, o PDT ficou com a votação média mais baixa de todos os partidos, ou seja,

possibilitou ao candidato com a menor votação do partido se eleger com 9,19% do Quociente Eleitoral, com uma distância entre a média de votação dos eleitos e o mínimo de votos obtido pelo último colocado do partido de 58,7%, a segunda menor do pleito.

O PTB, o partido com maior número de candidatos, obteve cinco cadeiras na Câmara, com a segunda maior votação nominal de 12,96%; em contrapartida, teve baixa votação de legenda ,0,68%, ou seja, o peso da votação ficou a cargo das pessoas dos candidatos. Facilitou, assim, com a segunda menor média de votação dos eleitos, ao candidato com menor votação se eleger com 14,45% do Quociente Eleitoral, porém com uma distância menor entre a média e o mínimo, ou seja, o candidato com votação mínima se elege com 81,43% da média do partido.

O PFL obteve, com 70 candidatos, três cadeiras, a quinta maior votação, 8,38% dos votos válidos; com baixa votação de legenda, apenas 0,43%. O PFL teve a votação mínima mais próxima da média do partido, 92,10%; o segundo melhor índice 16,80% de proporção de votos mínimos em relação ao Quociente Eleitoral.

O PL obteve, com 1.998 candidatos, quatro cadeiras na Câmara e atingiu a quarta posição na votação com 10,10% dos votos válidos. Seu desempenho significativo foi nos votos nominais, 9,74%, e dos partidos que elegeram vereadores tem a menor votação de legenda, 0,36%; quanto ao desempenho dos candidatos fica com 89,38% do mínimo de votos em relação à média dos candidatos do partido e uma proporção de 16,34% do Quociente Eleitoral.

O PT, coligado com o PV, conquistou três cadeiras na Câmara, com o menor número de candidatos (33) dos partidos com representantes eleitos, obteve a terceira melhor votação de legenda 2,29%, praticamente 30% da votação foi de legenda, característica da força do partido, totalizando em 7,72% de votos válidos. Foi o partido que teve a maior proporção do mínimo de votos em relação ao Quociente Eleitoral, 18,58%. O candidato que obteve a menor votação ficou com 85,71% da média dos candidatos eleitos do partido.

6.6 ELEIÇÃO MUNICIPAL MAJORITÁRIA DE CURITIBA – 1992

6.6.1 Contextualização da eleição e candidatos

Era a primeira eleição para prefeito com a possibilidade de dois turnos no período da redemocratização, visto que caíra o veto de 1988, do ex-presidente Sarney. O cenário político

nacional estava todo voltado ao processo de *impeachment* do Presidente da República Fernando Afonso Collor de Mello, eleito em 1989, desencadeado por denúncias de corrupção que mobilizaram a sociedade em manifestações anti-Collor (com os chamados “caras-pintadas”). A 29 de setembro a Câmara Federal em sessão histórica, aprovava o *impeachment* de Collor, este poderia ser processado e julgado pelo Senado Federal por crime de responsabilidade; da bancada paranaense de deputados somente dois votaram contra o *impeachment*, Abelardo Lupion (PFL) e Basílio Villani (PDS) (CÂMARA APROVA ..., 1992, capa). Collor foi afastado no dia 2 de outubro, às vésperas das eleições municipais, renunciando em 29 de dezembro. O vice, Itamar Franco, assumira a Presidência. As campanhas às eleições municipais em geral foram parcialmente ofuscadas pelas mobilizações políticas e sociais em torno de Collor, no entanto, obviamente, por estratégia, todos os candidatos em campanha se manifestaram contra o presidente Collor.

Para se ter uma ideia do cenário que antecedeu as eleições municipais de 1992, retomam-se rapidamente as eleições gerais de 1990. Roberto Requião (PMDB) fora eleito pela primeira vez governador do Estado do Paraná, pela coligação PMDB-PMN-PT do B, a eleição ocorreu em dois turnos e ainda no sistema de maioria simples. Requião que, com 44,30% dos votos válidos, derrotou José Carlos de Castro Martinez, presidente do PRN de Collor no Paraná, havia concorrido pela coligação PRN-PFL-PDC-PSC. José Richa que concorreu para o seu segundo mandato, pela coligação PSDB-PCB-PC do B, ficou no primeiro turno. Seu filho, Carlos Alberto Richa, futuro prefeito de Curitiba, que concorreu ao cargo de vereador à Câmara Municipal, pelo PSDB, e também não conseguiu se eleger, obteve 1.882 votos²³. Para a única vaga ao Senado foi eleito José Eduardo de Andrade Vieira, pela coligação PTB-PDS-PTR-PST, que foi ministro da Indústria, do Comércio e do Turismo de Collor e Itamar Franco. Ainda nos rumos da organização partidária na redemocratização o eleitorado paranaense havia elegido para a Câmara federal 30 deputados²⁴, estes representavam sete partidos, sendo o PRN de Collor o que obteve mais

²³ Esta era a primeira vez que Beto Richa se candidatava a um cargo eletivo, para o cargo de vereador em Curitiba, o coordenador de sua campanha era José Carlos Jabur (CANDIDATO VISITA..., 1992, p. B2).

²⁴ Nas eleições de 1990, para deputado federal, o PDT elegeu dois representantes; o PFL elegeu quatro, o PMDB, sete; o PRN, oito, por este partido Max Rosenmann se elegeu com a maior votação dos candidatos do Paraná; o PSDB, quatro; o PT, três; e o PTB, elegeu dois deputados. Na Assembleia Legislativa do Paraná a configuração ficou com o PMDB em primeiro lugar, conquistou 16 das 54 vagas; o PRN, com 10 deputados, e elegeu o candidato mais bem votado desse pleito no Paraná, Luiz Carlos Alborghetti; o PDT e o PFL com seis representantes cada; o PSDB e o PTB com cinco cada um; o PT elegeu três deputados; o PL, dois; e o PSB, um parlamentar (TRE-PR, 1990).

cadeiras, oito. Em segundo ficou o PSDB com sete representações. No âmbito estadual, as 54 vagas de deputados à Assembleia Legislativa, ficaram distribuídas entre nove legendas, o PMDB liderou com 16 representações, seguido do PRN que de saída conquistou 10 (TRE-PR, 1990).

Nesse pleito tem-se claramente a repetição da rivalidade entre os grupos políticos que polarizaram as eleições em Curitiba no início da redemocratização – de um lado, o prefeito de Curitiba Jaime Lerner e, do outro, o governador do Estado Roberto Requião. A alternância entre os grupos rivais no poder municipal não se sucedeu mais neste período de redemocratização no período investigado.

O PMDB estava com a imagem desgastada em função do governo Sarney, do fracasso dos planos econômicos e da inflação galopante. Lerner desfrutava de muito prestígio, estava com 78% de aprovação de seu governo municipal. Embalado por Leonel Brizola, que queria disputar as presidenciais, Lerner visava à eleição ao governo do Estado em 1994, portanto, precisava de um sucessor no seu time político na Prefeitura da Capital. Como o eleitorado estava satisfeito com o desempenho de Lerner (O DESEMPENHO..., 1992, p. 1-17), este transferiria votos e o candidato indicado por ele à Prefeitura de Curitiba seria facilmente aceito.

A primeira opção de Lerner era Cássio Taniguchi, seu sócio e planejador de obras que ajudaria a alavancar o seu nome para o governo. Seria o candidato do grupo em 1992, mas foi atropelado pelo deputado estadual pedetista, Rafael Greca, fiel escudeiro de Lerner, que teria trabalhado nas bases municipais do partido, fato que o tornaria um candidato imbatível na convenção do partido. Entretanto, Taniguchi continuava sendo confiável a Lerner e seus seguidores, tanto que em 1996 disputou a sucessão de Greca e foi vitorioso (WASHINGTON, p. 12-3, 1999).

O candidato pelo partido governista, Rafael Valdomiro Greca de Macedo, candidato que representava a continuidade da administração de Lerner, liderou as pesquisas de intenção de voto e foi eleito no primeiro turno com 51,96% dos votos válidos. A vitória não seria somente de Greca, mas, sobretudo, de Lerner que consolidada a sua liderança política em Curitiba, o maior colégio eleitoral do Paraná, dando-lhe mais força para concorrer ao governo do Estado em 1994. Lerner chegou a licenciar-se da Prefeitura para trabalhar na campanha de Greca. Os discursos de Lerner, em torno dos temas Meio Ambiente e Cultura, e o sucesso dos projetos implementados na sua própria gestão e as obras da Prefeitura foram usados na campanha e foram determinantes na

eleição de seu sucessor. Greca, no discurso de Lerner, seria a garantia da continuidade desse desenvolvimento urbano.

O candidato deputado federal Maurício Fruet (PMDB) tinha o apoio do governador do Estado Roberto Requião, mas acumulava a sua segunda derrota consecutiva para Lerner e seu grupo político à Prefeitura de Curitiba, fechou o pleito com 23,14% dos votos. Fruet começou com 30% nas pesquisas, logo foi ultrapassado por Greca e se estabilizou próximo aos 20% até o fim da campanha. A oposição com discurso muito crítico a Greca e a Lerner, principalmente pelo uso da máquina administrativa da Prefeitura, resultou numa baixa competitividade.

Em terceiro lugar ficou o candidato do PFL, Luciano Pizzatto, com 12,29%, e tal qual o PMDB, foi crítico a Rafael Greca pelo uso da máquina administrativa. Em quarto lugar o PT, com o candidato Florisvaldo Fier, conhecido como “Dr. Rosinha”, obteve de sua campanha “franciscana” 6,50% dos votos.

Tony Garcia, do PRN, que não falava em nome do partido, tentando se poupar da imagem negativa do partido e de Collor, a imagem deste teria prejudicado a sua campanha, embora os jornais tenham contribuído ocultando a sigla em muitas de suas matérias, ficou em quinto lugar com 3,76%, posto que o seu perfil e estilo crítico aos governos da Prefeitura e do Estado não lhe ajudaram. Os últimos na classificação, Márcia Pradi, do PSB com 1,73% e Jonatas Pirkiel, do PSDB, com 0,62%, sofreram com os problemas de restrições financeiras em suas campanhas.

A eleição de 1992 dispunha, conforme o TRE, de 43 dias de propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão; a veiculação começou a partir do dia 17 de agosto. Nesse pleito, para se eleger seria necessário ter os 50% mais um do total dos votos válidos, portanto, os votos brancos e nulos e a soma dos demais candidatos não contavam. Esta seria a última eleição para prefeito com o uso de cédulas eleitorais.

O quadro de candidatos foi composto pela maioria do legislativo. O ex-presidente da Casa da Memória, deputado estadual, engenheiro civil e economista, formado pela UFPR, Rafael Valdomiro Greca de Macedo (PDT), oriundo de famílias tradicionais de Curitiba no judiciário e na política (OLIVEIRA, 2002), nasceu em Curitiba em 17 de março de 1956 e é casado com Margarita Sansone. O candidato da União trabalhista em Defesa de Curitiba (PDT-PTB-PTR), tinha em seu discurso a garantia da continuidade da obra de Jaime Lerner. O prefeito licenciado em seu discurso de campanha afirmava: “Votem em Rafael como se fossem votar em mim.

Vamos definir a eleição já no primeiro turno”, e assim já era ovacionado com os gritos de “governador, governador.” (RAFAEL GRECA PROMOVE..., 1992, p. B3). Lerner foi o coordenador da campanha eleitoral de Greca. Lerner em campanha para disputar o governo do Estado em 1994, juntamente com seu candidato criticavam Requião. As provocações eram constantes, Greca chegou a provocar dizendo que ganharia na 145ª zona eleitoral, que seria o tradicional reduto peemedebista. No entanto, foi justamente lá que o candidato de Lerner teria ficado abaixo de 50% dos votos (RAFAEL DIZ..., 1990, p. B4; RAFAEL ELEITO..., 1992, capa).

Segundo reportagem acerca do prefeito eleito (CONHEÇA O NOVO..., 1992, p. B1), Greca teria entrado na política aos 16 anos incentivado por Jaime Lerner, quando se conheceram em 1972 em uma exposição na Casa Romário Martins. O então prefeito na ditadura militar, impressionado pelo seu discurso e conhecimento histórico da cidade – por influência de seu avô, Greca teria se tornado um colecionador da cidade e sua história –, teria recomendado ao jovem que se candidatasse à Câmara Municipal de Curitiba, fato que ocorrera em 1982 quando Greca foi eleito vereador pelo antigo PDS, partido herdeiro da Arena. Em 1982 Greca teria passado a integrar a equipe do IPPUC, após fazer a ligação entre Fundação Cultural de Curitiba e aquela Intuição, criando áreas de preservação de sítios históricos e memória urbana. Rafael Greca presidia a Comissão dos 300 Anos de Curitiba. Uma das missões de Greca seria a de dar suporte a Jaime Lerner à sua candidatura pelo PDT ao governo do Estado. Greca havia sido eleito, até então, também, deputado estadual em 1986 e reeleito em 1990, pelo PDT.

O candidato a vice-prefeito de Greca era o empresário e bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Faculdade de Direito de Curitiba, José Carlos Gomes de Carvalho (PTB), conhecido como Carvalhinho, nascido em Santo Antonio da Platina. Foi secretário da Indústria e Comércio. (ELEITOR PASSA..., 1992, p. 8). Este estaria incumbido de criar em Curitiba uma Secretaria de Indústria e Comércio e elaborar e coordenar um programa de atração de indústrias e geração de empregos na capital paranaense. (CANDIDATOS A VICE..., 1992, p. B2). Greca tinha o apoio do prefeito em exercício Algaci Túlio, e dos assessores Lineu Thomaz e Antonio Neiva de Macedo e do candidato a vereador Edson Feltrin (PDT), que não se elegeu, e pela coligação contava ainda com o apoio do senador Andrade Vieira (PTB).

Pela coligação Curitiba Sem Fronteiras (PMDB-PST-PPS-PV-PC do B) o peemedebista, o deputado federal, advogado e jornalista Maurício Roslindo Fruet, era o único candidato que

tinha exercido o cargo de prefeito de Curitiba (1983-1985), havia concorrido à única vaga ao Senado em 1990, pelo PSDB com a coligação PSDB-PCB-PC do B, não obstante ter sido o segundo mais bem votado em Curitiba naquela eleição. Seu vice era Luiz Forte Netto, pelo PST, ex-presidente do IPPUC e professor de urbanismo na UFPR. Fruet frisava em seu discurso que teria feito uma campanha contra a fantasia, referindo-se aos programas de Lerner e Greca e a partidos atrelados a interesses de grupos econômicos, em contrapartida oferecia um programa de governo realista (FRUET ALERTA..., 1992, q B3). Maurício Fruet alimentava expectativas de ir para o segundo turno. O governador Requião, que o apoiava, fazia críticas ao poder econômico na campanha do candidato situacionista.

Pelo PT, o médico pediatra e sanitarista, deputado estadual Florisvaldo Fier, nascido em Rolândia – PR, em 12 de novembro de 1950, mudou-se para Curitiba no início da década de 1970, e a partir dos anos 1980, com seu trabalho nos postos municipais de saúde na periferia de Curitiba envolveu-se com movimentos populares; foi um dos fundadores do PT e da CUT (Central Única dos Trabalhadores) em Curitiba. Dr. Rosinha teria vencido o deputado federal Edésio Passos na convenção do partido para a indicação da candidatura à Prefeitura de Curitiba (PT APOSTA..., 1992, p. 2). Eleito vereador de Curitiba em 1988, renunciou ao cargo em janeiro de 1991, para assumir o de deputado estadual para o qual foi eleito em 1990, pelo PT. Como vice na chapa tinha a socióloga, formada na USP, Ligia Mendonça, da coligação com o PC, especialista em Saúde Pública e Epidemiologia, que trabalhava na Secretaria de Estado da Saúde e fora presidente do diretório municipal do Partido dos Trabalhadores (ELEITOR PASSA..., 1992, p. 8). A proposta do petista era elaborar um projeto de governo com a participação do eleitorado durante o período de campanha, aos moldes da prefeita Luiza Erundina, do PT, em São Paulo. O Partido dos Trabalhadores apostava na sua militância.

O candidato Luciano Pizzatto, engenheiro florestal, com 35 anos de idade na época, concorrendo pela coligação “Curitiba melhor para todos” (PFL-PL-PDC-PDS-PMN), era deputado federal, eleito em 1990 pelo PRN, filiou-se ao PFL, e enfrentou e venceu na convenção alguns candidatos internos e uma ala do partido que estava pretendendo fazer uma aliança com o PDT de Jaime Lerner. Pizzatto disputou as eleições de 1986 ao cargo de deputado estadual pelo PMDB, ficando como suplente e assumindo o cargo em 1989 (DE AZARÃO..., 1992, p. 2). O então deputado federal votara “sim” para o *impeachment* de Collor. O vice era o pastor evangélico e vereador eleito em 1988 pelo PMDB, Hidekazu Takayama, nascido em Rolândia –

PR a 20 de abril de 1948, que também concorreu ao cargo de deputado estadual em 1990, pela coligação PMDB-PMN-PT do B, mas não foi eleito.

O candidato do PSDB, Jonatas Pirkiel, formado em Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba, iniciou sua carreira como militante estudantil, presidindo diretório acadêmico. Seu primeiro partido teria sido o PMDB, no qual fora eleito vice-presidente da Juventude Nacional do partido, passando posteriormente, a ocupar o Conselho de Ética do diretório regional. Pirkiel trabalhou na gestão de Roberto Requião na administração regional do bairro Portão, onde teria formado sua base eleitoral, que o ajudou a ser eleito vereador de Curitiba em 1988, pelo PMDB. Pirkiel migrou para o PSDB e tentou alçar vôo mais alto candidatando-se a deputado federal nas eleições de 1990, mas não foi eleito. Os dirigentes regionais do PSDB pretendiam fazer uma aliança com Lerner e seu candidato, mas Pirkiel, fortalecido dentro do partido porque organizou as zonais, fato que teria contribuído para o candidato convencê-los a lançar sua candidatura, ficou sem o apoio dos principais líderes da legenda (TUCANOS BUSCAM..., 1992, p. 2). A sua campanha foi de poucos recursos. O seu candidato a vice-prefeito era o correligionário e engenheiro civil, Carlos Munhoz da Rocha, de família tradicional da política paranaense, filho de Caetano Munhoz da Rocha, que foi presidente do Paraná, e meio-irmão de Bento Munhoz da Rocha, que foi governador do Estado.

O empresário Antonio Celso Garcia, do PRN, conhecido como Tony Garcia foi candidato pela coligação “Movimento Cidadania e Justiça” (PRN-PSC-PSD-PT do B). Tony Garcia fora candidato ao Senado nas eleições de 1990, pelo PRN, ficando em segundo lugar, com 691.246 votos. Garcia tinha como candidato a vice-prefeito na chapa do PRN o médico do Hospital de Clínicas e professor da UFPR, Marcos Mocellin. O otorrinolaringologista Mocellin, em debate entre os candidatos a vice, realizado a dia 31 de agosto, promovido pela Rede OM de Televisão, teria se saído bem, segundo a imprensa, por ter demonstrando desenvoltura ao falar de saúde pública – juntamente com a candidata do PT, que teria desmentido o candidato de Greca, Carvalhinho, acerca dos valores dos salários dos professores da rede municipal de ensino. Teve, porém, a sua candidatura impugnada no dia 1º de setembro. Segundo juízes do ter, o candidato estava em situação irregular, pois não atendia duas das exigências legais para a candidatura: não estava filiado a nenhum partido político e seu domicílio eleitoral não era o município de Curitiba. A coligação teria informado a candidatura do médico oficialmente no dia 17 de agosto, em substituição a Roberto Ângelo Siqueira, do PRN, que teria renunciado por motivos pessoais.

(CANDIDATOS A VICE..., 1992, p. B2; TRIBUNAL ELEITORAL IMPUGNA..., 1992, p. B1). Entretanto, a coligação recorreu ao TSE e na última hora a candidatura de Mocellin foi aprovada. Era a história se repetindo.

O PSB compôs uma chapa com duas mulheres, a professora de história e pesquisadora, formada em História pela UFPR, Márcia Pradi, a segunda mulher a concorrer à Prefeitura de Curitiba como titular da chapa, com 34 anos na época (MÁRCIA À ESPERA..., 1992, p. 10), e para vice, a pontagrossense Berenice Muller, funcionária da Copel, advogada e dirigente estadual do partido. Pradi, que se apresentava como uma alternativa popular, foi chamada de candidata laranja pelos adversários, pois teria sido assim denunciada porque estaria na disputa para beneficiar o candidato Fruet. Marcia Pradi tinha o apoio dos dirigentes nacionais do partido, Miguel Arraes, o filólogo Antonio Houaiss, o médico Jamil Haddad, deputado federal, que pesou na imagem de seu partido, quando foi nomeado para o Ministério da Saúde do governo de Itamar Franco (MÁRCIA PRADI FAZ..., 1992, p. B4-5), e do secretário geral do partido Roberto Amaral, que levou Lula ao segundo turno em 1990 com a chamada Frente Brasil. A campanha do PSB em Curitiba estava sendo coordenada pelo presidente regional no Paraná, Graciliano Dias. (CANDIDATURA DE MÁRCIA PRADI..., 1992, p. B3).

Após a vitória de seu candidato, Jaime Lerner viajou para New York, nos Estados Unidos da América, para receber o “Prêmio Habitat”, das mãos do Secretário Geral das Nações Unidas em setembro daquele ano. Este prêmio era um reconhecimento pelo prestígio das ações e programas desenvolvidos nas áreas de habitação e meio ambiente nos seus mandatos frente à Prefeitura de Curitiba, como cidade modelo - esta era o seu marketing. Curiosamente esses prêmios surgiam sempre nas vésperas de uma eleição. (LERNER GANHA PRÊMIO..., 1992, p. C4).

6.6.2 Dados estatísticos, resultados eleitorais e análise

QUADRO 6.4 – CANDIDATOS E COLIGAÇÕES – 1992

Candidatos a prefeito e vice (partidos)	Coligação	Partidos coligados
Rafael Valdomiro Greca de Macedo – PDT	União Trabalhista	
José Carlos Gomes de Carvalho – PTB	em Defesa de Curitiba	PDT, PTB e PTR

QUADRO 6.4 – CANDIDATOS E COLIGAÇÕES – 1992 (continuação)

Candidatos a prefeito e vice (partidos)	Coligação	Partidos coligados
Maurício Roslindo Fruet – PMDB	Curitiba Sem	PMDB, PST, PPS, PV e PC
Luiz Forte Netto – PST	Fronteiras	do B
Luciano Pizzatto – PFL	Curitiba Melhor Para	PFL, PL, PDC, PDS e PMN
Hidekazu Takayama - P	Todos	
Florisvaldo Fier – PT	Frente Curitiba	PT e PC
Ligia Mendonça – PC	Popular	
Antonio Celso Garcia – PRN	Movimento	PRN, PSC, PSD e
Marcos Mocellin – (?)	Cidadania e Justiça	PT do B
Márcia Maria Hohl Pradi – PSB	-	PSB
Berenice Muller – PSB		
Jonatas Pirkiel – PSDB	-	PSDB
Carlos Munhoz da Rocha – PSDB		

FONTE: TRE-PR.

Nos quadros estatísticos e resumo da votação constam os dados fornecidos pelo TRE e outros pesquisados e calculados neste trabalho..

Nessa eleição municipal de 1992, fica evidente o começo do crescimento do índice de abstenção, 12,16%. É o maior índice de votos nulos registrados até então nas eleições no período da redemocratização, 8,02%, e o segundo maior percentual de votos em branco, fazendo história com 8,48%. Apesar das abstenções, brancos e nulos, a mobilização eleitoral em 1992 foi a segunda maior no período, 87,84%, uma ligeira queda em relação ao pleito anterior. Esses altos índices percentuais demonstraram a insatisfação de uma boa parcela do eleitorado com a composição dos atores políticos e partidos. Principalmente com os que protagonizam a eleição. É um indicativo significativo de protestos.

A eleição não teve uma polarização bem definida entre o PDT, com o candidato da situação, Greca, e o seu principal rival e opositor, Fruet, do PMDB. Não foi uma disputa acirrada, porque os votos ficaram distribuídos de forma semelhante a uma progressão aritmética, quase o dobro entre um candidato e outro. Essa distância de votos entre os partidos caracteriza indícios de fragmentação eleitoral partidária (ver Tab. 6.19). O candidato Rafael Greca se manteve na liderança das pesquisas de intenção e cresceu à medida que o principal candidato da oposição, Maurício Fruet, perdeu pontos. Os índices obtidos por Greca nas pesquisas,

confrontados com o seu resultado líquido nas urnas, indicam estabilidade em termos de volatilidade eleitoral.

Os índices obtidos pelos candidatos nas pesquisas de intenção de voto não foram muito diferentes dos resultados nas urnas e insuficientes para promover mudanças políticas. Não houve uma concentração dos votos significativa no polo que fez a oposição ao candidato da situação. A oposição dispersa, com quatro coligações, ficou dividida, não se uniu para fazer frente ao partido da situação, “desperdiçando” a regra que possibilitaria dois turnos, proporcionando a fácil vitória de Greca. Greca se elegeu com um percentual menor (51,96%) que o obtido por Lerner em 1988 (57%), porém com uma votação quase equivalente, com uma diferença de 2.467 votos.

Os baixos percentuais obtidos pelos partidos/candidatos opositores à situação demonstraram a mais baixa competitividade eleitoral no período. É a maior distância entre o primeiro e o segundo colocado (28,82 pontos) em percentuais de votos no período. Rafael Greca ganhou com larga vantagem sobre o segundo colocado, Maurício Fruet.

TABELA 6.18 – INFORMATIVO/ESTATÍSTICO – 1992

Eleitores Aptos Totalizados	851.190	(Eleitorado)
Votos Nominais	624.266	83,49%
Votos Brancos/ Majoritárias	63.415	8,48%
Votos Nulos / Majoritárias	59.993	8,02%
Comparecimento	747.674	87,84%
Abstenções	103.516	12,16%
Seções Totalizadas	1969	100%

FONTE:TRE-PR.

TABELA 6.19 – RESUMO DA VOTAÇÃO DOS CANDIDATOS – 1992

N.	Candidato	Partido	Coligação	Qtd. Votos	Class.	% val.	% Comp.
12	Rafael Valdomiro Greca de Macedo	PDT	PDT, PTB e PTR	324.348	1º	51,96	43,38
15	Maurício Roslindo Fruet	PMDB	PMDB, PST, PPS, PV e PC do B	144.479	2º	23,14	19,32
25	Luciano Pizzatto	PFL	PFL, PL, PDC, PDS e PMN	76.742	3º	12,29	10,26
13	Florisvaldo Fier	PT	PT e PC	40.567	4º	6,50	5,43
36	Antonio Celso Garcia	PRN	PRN, PSC, PSD e PT do B	23.471	5º	3,76	3,14
40	Márcia Maria Hohl Pradi	PSB	PSB	10.797	6º	1,73	1,44
45	Jonatas Pirkiel	PSDB	PSDB	3.862	7º	0,62	0,52

FONTE: TRE-PR.

6.6.3 Evolução dos candidatos nas pesquisas de intenção de voto

Rafael Greca (PDT), de acordo com o Datafolha, começou em segundo lugar nas pesquisas com 20 pontos percentuais, ultrapassou Fruet (PMDB) já na segunda rodada, somando 30% das intenções e caiu quatro pontos percentuais nas pesquisas justamente após o aumento da tarifa do transporte coletivo, no início de agosto daquele ano. A partir daí, com o forte apoio de Lerner a Greca, foi num crescente até atingir 43% das intenções de voto, atingindo a vitória no primeiro turno.

Fruet começou bem com 30% das intenções, porém, na segunda pesquisa (Datafolha), o candidato peemedebista havia caído dez pontos e não se recuperou mais. Teve uma queda de pontos percentuais quando foi ultrapassado pelo candidato Pizzatto, do PL, e se manteve na maioria das pesquisas estável até o fim do pleito.

O candidato do PL, Pizzatto, começou com seis pontos, cresceu nas pesquisas, mas terminou ainda com 11% das intenções, garantindo o terceiro lugar.

O empresário Tony Garcia fez campanha com muitas promessas, representava o partido de Collor (fator extremamente negativo), começou com ligeiro crescimento (10%, no Datafolha) nas primeiras pesquisas e caiu para 5%.

O PT, ainda no estilo de críticas sistemáticas aos governos, não incrementou sua participação nas intenções de voto, teve um percentual baixo e um leve crescimento (saiu de 4% para 5% no final da campanha) nas pesquisas, entretanto, conquistou o quarto lugar na disputa, melhorando a posição do PT.

Os candidatos, vereador Jonatas Pirkie do PSDB e Márcia Pradi do PSB, foram os lanterninhas das pesquisas, ficaram em média em torno de 1%.

TABELA 6.20 – DATAFOLHA GP – 1992 (PESQUISAS ESTIMULADAS)

CANDIDATOS	PARTIDOS	Datafolha						
		Datafolha 29/06/92	Datafolha 21/07/92	Datafolha 16/08/92	Datafolha 31/08/92	Datafolha 14/09/92	Datafolha 24- 25/09/92	Datafolha 1-2/10/92
Rafael Greca	PDT	27	30	26	32	38	37	43
Maurício Fruet	PMDB	30	20	20	19	16	20	19
Pizzatto	PFL	6	7	8	15	18	13	11
Tony Garcia	PRN	10	11	12	9	6	7	5
Dr. Rosinha	PT			4		3	6	5
Márcia Pradi	PSB			1	5		1	1
Jonatas Pirkie	PSDB			1				1
Branco / Nulos				16	16	10	9	7
Não sabem / Indecisos				11	4			

FONTE: Jornal Folha de S.Paulo. Brasil. Pesquisa. Curitiba., 03.10.1992, p.13.

TABELA 6.21 – PESQUISAS REALIZADAS PELO INSTITUTO GALLUP – REDE PARANAENSE DE TELEVISÃO/GAZETA DO POVO

CANDIDATOS	PARTIDOS	Gallup /	Gallup /	Gallup /	Gallup /	Gallup /	Gallup
		Rede Globo 27-28/08/92	Rede Globo 03-06/09/92	Rede Globo 14-17/09/92	Rede Globo 21-24/09/92	Rede Globo 30/09/92	Boca de Urna
Rafael Greca	PDT	33	35	39	43	43	45
Maurício Fruet	PMDB	19	17	16	19	18	24
Pizzatto	PFL	12	15	13	11	11	9
Tony Garcia	PRN	7	9	6	5	6	5
Dr. Rosinha	PT	3	3	5	6	5	5
Márcia Pradi	PSB	1	1	1	1	1	1
Jonatas Pirkiel	PSDB	1	1	1	1	0	1
Branços / Nulos		17	12	13	7		10
Não sabem / Indecisos		7	7	6	7		

FONTE: PESQUISA GALLUP, 1992, p. 3; GRECA LIDERA PESQUISA..., 1992, p. 7; GALLUP CONFIRMA..., 1992, p. 7; GRECA LIDERA..., 1992, p. 7; PESQUISA, 1992, capa; PDT FAZ CÁLCULO, 1992, p. 8.

6.6.4 Análise e hipóteses da identificação do tipo de voto

Nessa eleição, Lerner elegeu o seu primeiro sucessor. A hipótese que sugerimos nessa eleição de 1992 é que o comportamento do eleitor curitibano, que elegeu o candidato Rafael Greca, teve como fator-chave de orientação o voto pela continuidade, seria o da avaliação de desempenho do prefeito então em exercício, Jaime Lerner, ou seja, voto no candidato do governo. As pesquisas do Instituto Datafolha de avaliação de desempenho (PESQUISA, 1992, p.1-17) davam a Lerner os melhores índices, com os conceitos ótimo e bom. Chegou a liderar nas pesquisas com 85% de aprovação em julho, caindo para 78% em setembro (Datafolha), sendo que 28% dos entrevistados se deixariam influenciar pelo prefeito e votariam no candidato do mesmo partido, 16% não votariam nesse candidato e 51% seriam indiferentes. A indicação de Jaime Lerner de seu candidato correligionário Rafael Greca foi o bastante para definir o pleito e direcionar o voto pela continuidade. Rafael Greca foi eleito pelo mérito da boa administração de Lerner. A maioria do eleitorado aceitou Greca e desde o início das pesquisas (Gallup) o candidato liderou com excelente vantagem, fechando o período de campanha com mais de 20 pontos percentuais à frente do segundo colocado, Fruet (PMDB). Greca, impulsionado por Jaime Lerner,

cresceu nas pesquisas, à medida que o partido mais forte da oposição – o PMDB – perdeu simpatizantes e estacionou. Das intenções de voto, percebe-se que as migrações ocorreram do PMDB para o PDT, além, também, dos indecisos que flutuaram na direção do aval de Lerner. O deputado Rafael Greca não era suficientemente popular para se garantir exclusivamente de sua imagem nas eleições.

Outro fator a ser considerado e que pesou no resultado é que o candidato do PDT não enfrentou uma oposição forte ou unida com os partidos oposicionistas. Fruet e o PMDB enfraqueceram, perdendo nessa eleição 27,16% dos seus eleitores em relação a 1988. Isto mostra que houve uma migração de votos do PMDB, fossem eles flutuantes ou não.

Declaradamente uma das estratégias de Lerner e Rafael Greca foi intensificar a campanha na Zona Eleitoral 145º, onde Lerner perdeu para Requião em 1985, e onde seria o reduto de Maurício Fruet (PMDB).

O Brasil passava por mais um período difícil da democracia com o *impeachment* de Collor; as decepções com a Nova República corroboraram com a imagem negativa dos políticos brasileiros perante o eleitorado. A imagem do perfil técnico difundida por Jaime Lerner se sustentou com o respaldo do ótimo desempenho de seus governos municipais, com destaque à última administração, com muitas obras e inovações urbanas com temas ecológicos. Também, essa imagem ganhou força em detrimento da imagem dos políticos, que estava deveras desgastada.

Nesse momento, um ambiente eleitoral com a baixa competitividade do partido mais forte da oposição, o PMDB, a dispersão partidária com coligações que não fortaleceram a oposição, não efetivando uma polarização bem definida, um polo de oposição forte (agregador), e os altos índices de votos brancos e nulos e abstenções, também contribuíram e muito com um ambiente favorável à vitória do candidato da situação Rafael Greca.

6.7 AS ELEIÇÕES PROPORCIONAIS DE 1992

6.7.1 Análise da base de dados e dos resultados

TABELA 6.22 – CANDIDATOS ELEITOS À CAMARA MUNICIPAL DE CURITIBA – 1992

PARTIDOS	CANDIDATOS ELEITOS	VOTAÇÃO	% VOTOS VÁL.*	% VOTOS COMP.*	Situação
PL	Iris Xavier Simões	8.770	1,32	1,17	Eleito
PL	Horácio Rodrigues Sobrinho	6.725	1,01	0,90	Reeleito
PDT	Jairo Marcelino da Silva	6.617	1,00	0,89	Reeleito
PDT	João Cláudio Derosso	6.499	0,98	0,87	Reeleito
PDT	Jair Cezar de Oliveira	6.462	0,97	0,86	Reeleito
PTB	Aldemir João Manfron	6.374	0,96	0,85	Reeleito
PMDB	Ailton Cardozo de Araujo	5.698	0,86	0,76	Reeleito
PSDB	Nely Lídia Valente de Almeida	5.535	0,83	0,74	Reeleito
PTB	Geraldo Claito Bobato	4.679	0,70	0,63	Reeleito
PFL	Marcos Valente Isfer	4.438	0,67	0,59	Reeleito
PDT	José Gorski	4.414	0,66	0,59	Reeleito
PL	Mário Celso Puglieli da Cunha	4.378	0,66	0,59	Reeleito
PDT	Júlio Hideo Ando	4.356	0,66	0,58	Reeleito
PDT	Rosa Maria Chiamulera	4.158	0,63	0,56	Reeleito
PTB	Tito Zeglin	4.088	0,62	0,55	Reeleito
PTB	Geraldo Atsumi Yamada	4.023	0,61	0,54	Reeleito
PL	Cesar Augusto Seleme Kehrig	4.004	0,60	0,54	Reeleito
PT	Jorge Miguel Samek	3.599	0,54	0,48	Reeleito
PDT	José Aparecido Alves	3.444	0,52	0,46	Reeleito 1ª média
PDT	Jorge Luiz Bernardi	3.391	0,51	0,45	Reeleito 6ª média
PTB	Marcelo Beltrao de Almeida	3.303	0,50	0,44	Eleito 4ª média
PMDB	Luiz Roberto Accorsi Motta	3.253	0,49	0,44	Eleito

TABELA 6.22 – CANDIDATOS ELEITOS À CAMARA MUNICIPAL DE CURITIBA – 1992 (continuação)

PARTIDOS	CANDIDATOS ELEITOS	VOTAÇÃO	%	%	Situação
			VOTOS VÁL.*	VOTOS COMP.*	
PST	Aparecido Custódio da Silva	2.995	0,44	0,40	Eleito
PT	Angelo Carlos Vanhoni	2.931	0,44	0,39	Reeleito
PT	Natálio Stica	2.764	0,42	0,37	Eleito 8ª média
PFL	Josias Lacour	2.624	0,40	0,35	Eleito
PL	Osmar Stuart Bertoldi	2.604	0,39	0,35	Eleito 3ª média
PRN	Mauro Rafael Moraes e Silva	2.395	0,36	0,32	Reeleito
PFL	Fabiano Braga Cortes Junior	2.345	0,35	0,32	Reeleito 7ª média
PMDB	Celso Torquato	2.275	0,34	0,30	Eleito 2ª média
PSDB	Antonio Borges dos Reis	2.121	0,32	0,28	Eleito 5ª média
PST	José Roberto Sandoval	1.448	0,22	0,19	Eleito

FONTE: TRE-PR.

NOTA: * As médias foram recalculadas neste trabalho.

TABELA 6.23 – INFORMATIVO/ESTATÍSTICO – 1992

Eleitores Aptos Totalizados	851.190	100 %
Nº de Candidatos	869	100 %
Proporcionais*	33	100 %
Vagas (A)	20.129	(B+C+D)/A
Quociente	664.285	88,85 %
Votos Válidos (B+C+D)	81.206	10,86 %
Votos de Legenda (B)	514.981	77,52 %
Votos Nominais (C)*	68.098	9,11%
Votos Brancos/Proporcionais (D)	83.389	11,15%
Votos Nulos / Proporcionais	747.674	87,84%
Comparecimento / Apurados	103.516	12,16%
Abstenção	1969	100%
Seções Totalizadas		

FONTE: TRE-PR.

NOTA: * Calculados neste trabalho.

TABELA 6.24 – DADOS E VOTAÇÕES – 1992

Coligações Legendas	Nº Cand.*	Votos Nominais Partidos*	% Vál.*	Votos de Legenda Coligações	% Leg.*	Cadeiras	Votos Válidos Totais *	% Válidos *
PDT	98	115.281	17,35	23.044	3,47	08	140.098	21,09
PTR	13	1.773	0,27			-		
PFL	96	56.869	8,56	8.852	1,33	03	129.939	19,56
PL	67	53.341	8,03			05		
PDC	15	6.028	0,91			-		
PDS	14	4.604	0,69			-		
PMN	03	245	0,04			-		
PMDB	90	56.391	8,49	16.323	2,46	04	76.082	11,45
PPS	04	2.115	0,32			-		
PC do B	03	1.253	0,19			-		
PT	28	26.733	4,02	19.863	2,99	03	46.772	7,04
PC	01	176	0,03			-		
PTB	98	86.134	12,97	3.877	0,58	05	90.011	13,55
PSDB	84	33.558	5,05	1.850	0,28	02	35.408	5,33
PRN	31	17.784	2,68	4.087	0,62	01	31.020	4,67
PSC	80	7.874	1,19			-		
PSD	01	178	0,03			-		
PT do B	09	1.097	0,17			-		
PST	96	39.578	5,29	1.733	0,93	02	41.311	6,22
PSB	28	2.482	0,37	884	0,13	-	3.366	0,51
PV	10	1.487	0,22	693	0,10	-	2.180	0,33

FONTE: TRE-PR.

NOTA: * Calculados neste trabalho.

** As cores indicam as coligações.

A composição dessa Câmara se tornou mais heterogênea e pluripartidária que a anterior. As eleições proporcionais de 1992 seguem o ritmo da majoritária, Jaime Lerner consegue eleger seu sucessor Rafael Greca e o PDT consegue ampliar sua base na Câmara, conquista mais duas cadeiras, ficando com oito das 33 vagas. Uma das características mais marcantes nas eleições

proporcionais à Câmara Municipal foi a reeleição. Houve uma renovação de apenas 33% dos vereadores eleitos, os outros 66,67% são vereadores-candidatos reeleitos.

TABELA 6.25 – VOTAÇÃO MÉDIA E MÍNIMA DE VOTOS DOS CANDIDATOS ELEITOS À CÂMARA DE VEREADORES DE CURITIBA (Quociente Eleitoral= 20.129) – 1992

Partidos e Coligações	Cadeiras	Votação Média (eleitos)*	Mínimo de Votos (eleitos)	Distância entre Média e Mínimo (%)*	Proporção Votos
					Mínimo => Quociente Eleitoral (%)*
PDT	08	4.917,63	3.391	68,96	16,85
PTR	-				
PFL	03	3.135,67	2.345	74,78	11,65
PL	05	5.296,20	2.604	49,17	12,94
PDC	-				
PDS	-				
PMN	-				
PMDB	04				
PPS	-	3.467,25	2.275	65,61	11,30
PC do B	-				
PRN	01				
PSC	-	2.395,00	2.395	100,00	11,90
PSD	-				
PT do B	-				
PT	03	3.098,00	2.764	89,22	13,73
PC	-				
PTB	05	4.493,40	3.303	73,51	16,41
PSDB	02	3.828,00	2.121	55,41	10,54
PST	02	2.222,00	1.448	65,17	7,19
Total/Média	33	3.650,35			

FONTE: TRE-PR.

NOTA: * Calculados neste trabalho.

** As cores indicam as coligações.

O PDT, partido da situação, nessa eleição fica com a maior bancada dentre os partidos, oito vereadores; reelege quatro dos seus vereadores e recebe mais quatro vereadores-candidatos

que migraram do PL, PFL e PTB, e que se reelegeram pelo PDT. Seguindo a lógica de votos e cadeiras, o desempenho do PDT, coligado ao PTR, não obstante a votação inexpressiva do PTR, teve a maior votação de legenda 9,39%, e a segunda maior votação nominal, 11,70% dos votos válidos, somando 21,09% do total de votos válidos. O PDT ficou com a segunda maior média de votação dos eleitos, o seu candidato eleito que ficou em último lugar se elegeu com 68,96% da média do partido, e teve a melhor proporção de votos em relação ao Quociente Eleitoral, 16,85%.

O PL e o PFL coligados ainda com o PDC, PDS e PMN, formaram a maior coligação para vereadores, conquistaram oito cadeiras, sendo cinco do PL e três do PFL. Juntos, obtiveram a segunda maior votação, 19,56% dos votos válidos. O PL tem três reeleições, sendo uma delas de um ex-peemedebista, e dois novos filiados. O PFL ficou com duas reeleições e um novo filiado. Quanto ao desempenho da coligação, teve uma baixa votação de legenda, 1,33% e a maior votação nominal das coligações, 12,84%. O PL elegeu o candidato com votação mínima de 49,17% da média de seus correligionários, é a maior distância entre média e mínimo de votos. Em contrapartida o PFL teve a segunda menor distância, seu candidato eleito com votação mínima foi eleito com 74,78% de votos da média. Quanto à proporção de votos em relação ao Quociente Eleitoral, ambos ficaram próximos da média dos partidos/coligações, o PL com 12,94% e o PFL com 11,65%.

O PTB, das cinco cadeiras conquistadas, quatro foram de reeleições. Teve a terceira maior votação nominal, com 12,97%, que se deveu à popularidade de seus candidatos, ficando também com o terceiro melhor índice de votos válidos, 13,55%. O desempenho na votação de legenda não acompanhou o ritmo, ficou em sétimo com 0,58%. Com esse bom desempenho tem o candidato eleito com a menor votação com 73,51% da média do partido, o segundo melhor índice, e com 16,85% de proporção em relação ao Quociente Eleitoral, também o segundo melhor resultado.

O PMDB, coligado com o PP e PC do B, desta vez com uma coligação menor, perdeu dois terços de sua bancada, ficou com apenas quatro cadeiras e obteve somente uma reeleição. Esse desempenho ruim pode ser atribuído à imagem desgastada do partido com o difícil recomeço da democracia. A coligação obteve o quarto lugar na votação, 11,45% dos votos válidos e 9,0% dos nominais. A votação de legenda teve o terceiro lugar, com 2,46%. Quanto às proporções, elegeu seu candidato com votação mínima de 65,61% da média do partido e em relação ao Quociente Eleitoral ficou próximo da média dos partidos, 11,30%.

Os partidos PST, PRN e PSDB estrearam nessas eleições e conquistaram cadeiras na Câmara de Vereadores de Curitiba. O PST elegeu dois candidatos novos, com a quinta melhor votação, 6,22% dos votos válidos e 0,93% de votos de legenda. Foi o partido que elegeu o candidato com a menor votação, com 65,17% da média do partido, que é baixa, e 7,19% em relação à proporção do Quociente Eleitoral. O PSDB obteve duas cadeiras, sendo uma a reeleição de uma candidata dissidente do PMDB, 5,33% de votos válidos e 0,28% de legenda. Teve a segunda maior distância entre votação mínima e média, 55,41%, ou seja, o candidato foi eleito com uma proporção de 10,54% em relação ao Quociente Eleitoral. A coligação dos partidos, PRN, PSC, PSD e PT do B rendeu uma cadeira para o PRN, impulsionado ainda pelo resquício do furor de votação do partido do presidente eleito Fernando Collor, não obstante, apresentar o desempenho mais fraco dos partidos que conquistaram cadeiras na Câmara. A coligação obteve 4,07% dos votos válidos, sendo 0,62% de legenda; a distância neste caso inexistiu uma vez que somente um candidato foi eleito; a proporção em relação ao Quociente Eleitoral ficou em 11,90%.

6.8 A ELEIÇÃO MUNICIPAL MAJORITÁRIA DE CURITIBA – 1996

6.8.1 Contextualização da eleição e candidatos

As eleições gerais de 3 de outubro de 1994 já sinalizaram e configuraram o cenário para as eleições municipais de 1996. Fernando Henrique Cardoso fora eleito presidente da República pela coligação PTB-PFL-PSDB, derrotara o candidato de esquerda, Luiz Inácio Lula da Silva, que concorreu pela coligação PT-PSTU-PPS-PSB-PV. Em Curitiba, FHC conquistou 397.320 votos contra 189.632 que obteve o petista Lula. Jaime Lerner, pelo PDT, concorreu ao governo do Estado pela primeira vez, derrotando Álvaro Dias, que na época estava no PP. Lerner obteve 515.777 votos em Curitiba, sua base eleitoral, contra 143.154 votos obtidos por Álvaro Dias. Para o Senado as duas vagas foram preenchidas, uma por Roberto Requião – PMDB, e a outra por Osmar Dias – PP. Para a Câmara Federal²⁵ a bancada paranaense estava pluripartidária, senão

²⁵ As vagas para deputados federais ficaram assim distribuídas nas eleições de 3 de outubro de 1994: PFL e PP seis cadeiras cada; PMDB e PTB com quatro cada; PT e PDT com três cada, sendo Max Rosenmann, pelo PDT, o mais bem votado daquele pleito, eleito com 90.324 votos; PRP com duas; PSDB e PC do B com uma cada (TRE-PR, 1994).

fragmentada; não obstante, o PFL e o PP ficarem com mais representações, seis cadeiras cada. As 54 vagas da Assembleia Legislativa²⁶ ficaram: o PMDB tinha conquistado o maior número de cadeiras, 12 representações, o PP havia ficado com 10, em terceiro lugar havia ficado o partido do governador eleito, o PDT com nove cadeiras, o PFL e o PTB com seis cada, o PT com cinco, PSDB com três, PRP com duas, e o PSC com uma.

O governo federal achava o seu rumo com Fernando Henrique Cardoso e o seu plano econômico. O Real dava uma boa estabilizada na economia e, a partir daí, novos rumos econômicos e políticos ao país. O grupo político do então governador de Estado, Jaime Lerner (PDT), estava em plena ascensão política. O prefeito na época, Rafael Greca (PDT), era o sucessor de Lerner. As inovações urbanas em Curitiba atribuídas e realizadas por Lerner e seu sucessor fortaleceram ainda mais o perfil técnico, já em alta na preferência do eleitorado, e, em contrapartida, o perfil do político tradicional continuava a carregar ônus da imagem desgastada (pela corrupção) dos políticos brasileiros. Taniguchi, à época era desconhecido pelo eleitorado, era mais uma novidade de Lerner. Engenheiro eletrônico formado pelo ITA, há 20 anos trabalhando com urbanismo (IPPUC), e que não tinha tido, até então, um cargo político eletivo, atendia plenamente os requisitos do perfil técnico, bastante difundido por Lerner.

Os principais fatos políticos que marcaram esse pleito foram o significado da eleição de Cássio Taniguchi, ex-secretário do planejamento de Jaime Lerner, que representava para o eleitorado a continuidade do perfil técnico na administração, o fato de ainda não ter sido candidato a nenhum cargo político e a aprovação das administrações do grupo político de Lerner. Por outro lado, as oposições ainda fragmentadas não formavam coligações significativas.

O período eleitoral foi marcado por sucessivas denúncias dos principais partidos oposicionistas, PT, PSDB e PMDB, do uso das máquinas administrativas, tanto do Estado quanto da Prefeitura, para favorecer o candidato da situação, Taniguchi. Os apoios, do governador Jaime Lerner e do prefeito de Curitiba, Rafael Greca, a Taniguchi foram intensos e decisivos nessa eleição municipal.

O pedetista Taniguchi se elegeu pela coligação PFL-PPB-PDT-PTB-PSC, no primeiro turno com 54,67% dos votos válidos, seguido do candidato do PSDB, Carlos Simões, com

²⁶ O deputado estadual mais bem votado foi Carlos Xavier Simões, que havia concorrido pelo PFL, obteve 95.357 votos; o futuro prefeito de Curitiba, Carlos Alberto Richa, havia sido eleito, pela média, deputado estadual pela primeira vez, pelo PSDB, com 21.271 votos; o petista Ângelo Carlos Vanhoni fora eleito com 9.468 votos (TER-PR, 1994).

36,87%, e em terceiro lugar, Ângelo Vanhoni, do PT, com 13,35%. O peemedebista Max Rosenmann ficou em quarto lugar, com 3,0% dos votos; os demais candidatos não chegaram a 1% cada (Althair Souza, Muhlmann, Sorotiuk, Manoel Túlio e Júlio de Jesus).

Os partidos PMDB e PSDB estavam divididos entre apoiar Taniguchi ou seus candidatos. O candidato radialista e deputado estadual, Carlos Simões (PSDB), tinha popularidade entre o eleitorado, mas não entre o meio político e não conseguiu o apoio das principais lideranças políticas do PSDB no Paraná (p.ex., como o do ex-governador Álvaro Dias). A ideia de que rádio seria o suficiente para eleger não se confirmou nesse pleito. Os candidatos de esquerda e de centro-direita não conseguiram novamente formar uma frente de oposição ao candidato de Jaime Lerner, Cássio Taniguchi.

O candidato petista Vanhoni se candidatara pela primeira à Prefeitura de Curitiba pela coligação PT-PCB-PC do B-PV. Com essa campanha, Vanhoni mudou a imagem do partido perante o eleitorado; o PT começava a conquistar uma fatia, pequena, porém significativa do eleitorado curitibano, rendendo-lhe um terceiro lugar com 13,35% dos votos válidos. Foi nesse ano de eleições que o PT começou a se aproximar de partidos de direita para fazer coligações, aproximação defendida por Jorge Miguel Samek (PT), com o objetivo de melhorar o desempenho do partido nas eleições.

Nas pesquisas de intenção de voto, Simões (PSDB-PPS) liderou até o início de julho, chegando a 44% das intenções, a partir daí decresceu até fechar em 28%; Taniguchi começou bem nas pesquisas, atingiu sua pontuação máxima em meados de agosto (54%), caiu alguns pontos, mas disparado liderou todas as pesquisas até a sua vitória. O candidato da esquerda, Vanhoni (PT) demonstrou um ligeiro crescimento, saiu de quatro pontos percentuais e chegou a aproximadamente 10% no final, emplacando o terceiro lugar; foi um bom resultado para o PT naquela eleição. O estilo de campanha e discurso adotados pelo PT em Curitiba foi denominado de oposição “light”, sem ataques pessoais e a crítica renitente característica do PT. Em contrapartida, o candidato Max Rosenmann, do PMDB, com discurso crítico e de ataques à administração municipal e que não teve o apoio de Requião (e seu grupo político), amargou uma derrota com baixos percentuais, começou com quatro e terminou com 3% das intenções.

As eleições municipais de 1996 se realizaram numa quinta-feira, em 3 de outubro de 1996, em um único turno. Foi a primeira eleição em Curitiba com a nova divisão de Zonas Eleitorais somando 10 zonas eleitorais. Eram cinco Zonas Eleitorais (1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 145ª) as quais

divididas formaram mais cinco (174^a, 175^a, 176^a, 177^a e 178^a), absorvendo a redistribuição do eleitorado. As propagandas eleitorais em rádio e televisão iniciaram no dia 2 de agosto.

O candidato pelo PDT, Cássio Taniguchi, filho de imigrantes japoneses, nascido em outubro de 1941 em Paraguaçu Paulista – SP, morava em Curitiba há 31 anos. Casado com Marina Klamas Taniguchi, tem dois filhos. Em Curitiba foi presidente da URBS (Companhia de Urbanização de Curitiba) e do IPPUC (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba) (PERFIL DOS CANDIDATOS, 2000, p. 2), formado em Engenharia Eletrônica pelo ITA, e ex-secretário de Planejamento Urbano (há 20 anos) do grupo de Lerner; chegou a ser Secretário Estadual de Planejamento, Indústria e Comércio, e na ocasião dessa eleição estava licenciado do cargo de presidente do diretório estadual do PDT. Dentre seus feitos, Cássio teria sido responsável pela elaboração final, implantação e controle do sistema operacional da Estação Rodoferroviária de Curitiba, e também pela criação e implantação da CIC; além de levar em seu currículo parcerias em projetos com Lerner em outras grandes cidades do país (TRAJETÓRIA DE CASSIO..., 1996, p. A5).

O coordenador geral da campanha de Taniguchi era Antonio Carlos Araújo. Outro coordenador à frente era Gerson Guelmann, ex-chefe de Gabinete de Lerner, e a coordenadora de marketing, Cila Schulmann. Taniguchi teve apoios importantes, sobretudo, do partido aliado, os pefelistas ministro Reinhold Stephanes e Luciano Pizzato, deputado federal, e do presidente municipal do partido, Joaquim dos Santos Filho, e dos deputados estaduais Luiz Carlos Martins Gonçalves (PDT) e Luiz Carlos Alborghetti (eleito pelo PTB) (LIDERANÇAS GRAVAM..., 1996, p. A5; LERNER LICENCIA-SE..., 1996, p. A5). O candidato à vice na chapa com Taniguchi fora o correligionário e radialista, Algaci Ormário Túlio, nascido em Rio Branco do Sul, a 8 de dezembro de 1940, vice-prefeito de Lerner em 1988, e eleito deputado estadual pela mesma legenda nas eleições gerais de 3 de outubro de 1994. Foi o terceiro mais bem votado naquele pleito para deputado no Paraná, obteve 47.075 votos.

Vitório Sorotiuk (PSB) era a novidade nesse pleito. Seu partido não participou de coligações, o objetivo era que a legenda crescesse no Paraná num prazo de cinco anos e divulgasse o ideário do seu partido para futuras eleições. Sorotiuk em campanha deu maior ênfase em seu percurso de esquerda durante a ditadura. Estava como candidata à vice a correligionária e enfermeira do Hospital de Clinicas, Emília Tomaz, que era conselheira do Conselho Regional de

Enfermagem do Paraná e tesoureira da União Nacional de Auxiliares e Técnicos de Enfermagem (Unarte) (CURITIBANO TEM..., 1996, p. 5).

Por sua vez, o candidato do PT, Ângelo Carlos Vanhoni, nascido em Paranaguá a 19 de junho de 1955, pela coligação “Frente Curitiba Humana” (PT-PC do B-PCB-PV), fez uma campanha em ritmo *light*, os ataques costumeiros dos petistas foi substituído por propostas. O vice na chapa com Vanhoni era o jovem deputado federal, Ricardo Crachineski Gomyde, o único deputado federal comunista do Paraná, eleito pelo PC do B nas eleições gerais de 1994, era oriundo do movimento estudantil UNE e DCE da PUC-PR. A coordenadora de campanha do candidato petista era Magda Flores (PARTIDOS PREPARAM-SE, 1996, p. A5). Uma das estratégias de campanha do PT era destacar o candidato como a única alternativa (CANDIDATOS DA OPOSIÇÃO..., 1996, p. A5)

O candidato do PMDB, o ex-pedetista deputado federal Max Rosenmann era advogado e empresário do ramo de joias. Foi conselheiro do BADEP (1982-1985), e depois do IPE, elegeu-se deputado federal em 1986 e foi reeleito em 1990, fez uma campanha de críticas a Lerner e Greca. Como vice na chapa, o londrinense Luiz Cláudio Romanelli, nascido no ano de 1957, um dos fundadores do PMDB no Paraná, tentou uma vaga de vereador em Curitiba em 1988 pelo PMDB, mas não teve êxito de saída, atingiu 2.632 votos, ocupando a quarta posição na suplência, posteriormente assumindo a vaga; em 1994 foi eleito pela média, deputado estadual, ex-secretário municipal do prefeito Requião, ex-secretário de política habitacional (1991-1994); Romanelli acumulava a função de coordenador de comunicação de campanha. A campanha peemedebista teve dois momentos, o primeiro marcado por denúncias, o que gerou certa rejeição ao candidato, e o segundo momento de campanha foi usado para apresentação de obras e feitos participativos do candidato enquanto deputado (MAX MUDA..., 1996, p. A5). Houve no início de campanha, especulações intrapartidárias quanto à candidatura do senador Roberto Requião, mas Rosenmann foi irredutível, nem teria cogitado a ideia de renunciar à candidatura (DISSIDENTES FORÇAM..., 1996, p. A5). O deputado Maurício Requião teria sido quase expulso do PMDB por infidelidade partidária porque apoiaria a candidatura do PT (EXPULSÃO DE MAURÍCIO..., 1996, p. A5). As dissensões internas manifestadas na convenção do partido teriam indicado um racha para essas eleições.

Já o candidato tucano Carlos Simões, nascido em Verê – PR, em 17 de outubro de 1958, ex-peemedebista, quando se elegeu vereador em 1988, estava em seu segundo mandato como

deputado estadual (1990); eleito deputado estadual pelo PFL nas eleições de 1994, com a melhor votação daquele pleito no Paraná, atingiu 95.357 votos, depois migrou para o PSDB, pelo qual se candidatou a prefeito. O candidato tucano contava com o apoio do correligionário, ex-governador Álvaro Dias, que estava também à frente de sua campanha, de Luiz Forte Netto, e do secretário-geral do PSDB, Antenor Bonfim (COORDENAÇÕES DEFINEM..., 1996p. A5; PDT E PSDB INVESTEM..., 1996, p. A5). Simões concorreu com a coligação “Nossos Caminhos” (PSDB-PPS), o vice de Simões foi o correligionário, advogado, Flávio José Arns, deputado federal em seu segundo mandato, mestre em Letras e Phd em Linguística.

O candidato Júlio Cezar de Jesus (PSTU), natural de Palmeira, funcionário público, desde 1984, primeiramente da Previdência Social, na ocasião da eleição estava na área da Saúde Pública como agente administrativo. Era a sua segunda candidatura, concorreu a deputado estadual nas eleições de 1994, quando recebeu 576 votos. A sua candidatura foi de última hora em função de o partido não ter entrado em acordo com a Frente que apoiava o candidato do PT. Teve como vice na chapa a correligionária Regina Célia Giacomet, uma paulista que contava com 27 anos de idade, também funcionária pública do INSS e diretora do Sindiprev naquela época. A campanha do PSTU se restringiu às críticas ao governo de Fernando Henrique Cardoso (CURITIBANO TEM..., 1996, p. 5).

O candidato da Coligação “Aliança Cristã” (PST-PL-PSDC-PT do B), Edson Antonio Muhlmann (PST), natural de Curitiba, nascido a 16 de dezembro de 1948, empresário do ramo imobiliário, foi vereador por dois mandatos em Curitiba, eleito primeiramente pelo PMDB, com 3.988 votos, e o segundo mandato pelo PDT em 1988 com apenas 1.716 votos, conseguindo a última classificação geral nas duas eleições. Muhlmann conhecido no meio evangélico, não obstante o apelo à comunidade evangélica teria perdido o apoio da Aliança Democrática Cristã (PST-PL-PSDC-PT do B), em razão das críticas à administração de Rafael Greca e a Taniguchi (CURITIBANO TEM..., 1996, p. 5). Tinha como vice na chapa, João Carlos Tangleica, do PL, nascido em Jacarezinho, empresário do ramo de vestuário, que segundo jornal teria se rebelado juntamente com candidatos a vereadores pela coligação e abandonado Muhlmann. (CURITIBA..., p. 5, 03.10.1996). Sua campanha foi fundada em críticas ao governo.

O candidato do PMN, Althair Costa Souza, que era juiz aposentado do Tribunal de Alçada e fundador da igreja do Evangelho Eterno, ficou como primeiro suplente de deputado Federal pelo PTB nas eleições de 1986. Tinha como vice na chapa a correligionária paulista e empresária

do setor de imóveis, Cristina Inês de Gusmão. A indicação desta não teria sido aprovada com unanimidade pelo partido, uma ala contra a indicação teria contestado na Justiça.

Os candidatos a prefeito Elker Wormsbecker Tossati, fisioterapeuta, e a vice Cristiane Zemuner da Silva, pelo PTN, tiveram as candidaturas impugnadas porque as filiações não foram regularizadas dentro do prazo estabelecido pelo TRE-PR. O candidato do PTN, o policial militar Manoel Aparecido Júlio, que seria primeiramente candidato a vereador, acabou por concorrer à disputa majoritária. Nas primeiras pesquisas de intenção de voto o nome de Tossati ainda era mencionado. Aparecido Júlio candidatou-se sem o apoio da direção estadual do partido, além de ter declarado, no início da campanha, apoio à candidatura de Taniguchi. O seu candidato a vice foi, o também policial militar, da ativa, Paulo César Domingues Nunes, contando apenas com 24 anos de idade naquela eleição.

Quanto às campanhas, em resumo, segundo matéria do jornal O Estado do Paraná, no caderno Política, (CANDIDATOS..., p. 4, 08.09.1996), o que chamou a atenção dos programas dos candidatos foi: Taniguchi (PDT) reeditava as “12 ideias” usadas por Lerner na última campanha para governador; Carlos Simões (PSDB), semelhante ao programa de Maluf (PPB) de São Paulo, apresentava os programas “Leve Leite” e o projeto “Cingapura”; a estratégia do tucano seria esperar as visitas dos ministros do partido do governo federal. Os candidatos do PT, Ângelo Vanhoni, e do PMDB, Max Rosenmann, fizeram diagnósticos de muitos problemas levantados em várias áreas de Curitiba; a estratégia de Rosenmann era atacar o candidato da situação; a estratégia do petista foi realizar plenária geral com os militantes engajados no processo eleitoral. O orçamento participativo estava em quase todos os programas, com exceção dos de Taniguchi (PDT) e de Edson Muhlmannn (PST). O Pastor Althair de Souza, do PMN, propunha um programa de alfabetização por meio da Bíblia. Vitório Sorotiuk (PSB) pretendia erradicar o analfabetismo em quatro anos; Júlio de Jesus queria ampliar a licença maternidade para seis meses. Manoel Júlio – PTN, não foram encontrados detalhes de seu programa. Taniguchi lançaria o programa “cárie zero”, acabando com as cáries infantis até o ano 2000, e o projeto “BR cidade”. A estratégia de fim de campanha de Taniguchi foi a chamada “Operação cidade” intensificando o corpo a corpo nas ruas.

A coluna de Renato Schaitza, no jornal O Estado do Paraná, publicada em 05 de setembro daquele ano, apresentava que a equipe de Taniguchi não estava preocupada com a queda na pesquisa de opinião, porque já estava claro que o eleitor queria o continuísmo, com a visão

tecnicista fundada no IPPUC, mantendo as diretrizes básicas, mesmo porque, já tinham sido arrecadados os recursos financeiros suficientes para continuar com a campanha naquele ritmo. O lado medonho da democracia, os patrocinadores ou colaboradores de campanha ou eram empresários dos ramos de transporte coletivo, construção civil e/ou empreiteiros de outros segmentos.

O pleito municipal de 1996 se deu com a estreia do voto eletrônico, este determinado pela Lei nº. 9.100, aprovada em 1995. Como era a primeira vez que o eleitor curitibano votava com a urna eletrônica, a princípio, a orientação que o TRE-PR tinha era a de que o eleitor teria um minuto para votar. Se demorasse mais, teria chamada a sua atenção pelo mesário, e se não conseguisse votar voltaria para o final da fila. Se assim não o fizesse seria considerado como ausente e não receberia o comprovante de votação estando sujeito a multa. Mas, se em um minuto o eleitor tivesse conseguido votar para prefeito, mas não para vereador, ele não seria obrigado a voltar ao final da fila para votar, estaria dispensado desse voto e este seria dado como nulo. Então o presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), Marco Aurélio Mendes de Faria Mello, assinou a resolução que dizia que não haveria mais o limite de tempo para o eleitor votar. A intenção era reduzir o número de votos nulos (MAIS TEMPO..., 1996, p. 5). Porém, o TRE alertava que o voto nulo por intenção deveria ser de um número inexistente tanto de partido quanto de candidato, mas se os dois primeiros números digitados pelo eleitor coincidissem com o de um partido, este seria computado como voto de legenda para o partido que tivesse aquela numeração, se o número todo coincidissem, o voto seria para o candidato sortudo, mas antes o eleitor teria que confirmá-lo (TRE DÁ DICAS, 1996, p. 4).

6.8.2 Dados estatísticos, resultados eleitorais e análise

QUADRO 6.5 – CANDIDATOS E COLIGAÇÕES – 1996

Candidatos a prefeito e vice (partidos)	Coligação	Partidos coligados
Cássio Taniguchi – PDT	Movimento Coração Curitibano	PPB, PFL, PDT, PTB e PSC
Algaci Ormário Túlio – PDT		
Ângelo Carlos Vanhoni – PT	Frente Curitiba Humana	PT, PCB, PC do B e PV
Ricardo Gomyde – PC do B		

QUADRO 6.5 – CANDIDATOS E COLIGAÇÕES – 1996 (continuação)

Candidatos a prefeito e vice (partidos)	Coligação	Partidos coligados
Max Rosenmann – PMDB	-	PMDB
Luis Cláudio Romanelli – PMDB	-	PMDB
Carlos Xavier Simões – PSDB	Coligação Nossos	PPS e PSDB
Flávio Arns – PSDB	Caminhos	
Edson Antonio Muhlmann – PST	Aliança Democrata	PST, PL, PSDC e PT do B
João Carlos Tangleica – PL	Cristã	
Vitório Sorotiuk – PSB	-	PSB e PTN
Emília Tomaz – PSB	-	
Júlio Cesar de Jesus – PSTU	-	PSTU
Regina Célia Giacomet – PSTU	-	
Manoel Aparecido Júlio – PTN	-	PTN
Althair Costa Souza – PMN	-	
Cristina Inês de Gusmão – PMN	-	PMN

FONTE: TRE-PR e NOVE BUSCAM..., 1996, p. 4.

Cássio Taniguchi (PDT) foi eleito no primeiro turno com 54,67% dos votos válidos. No quadro-resumo a seguir, tem-se os números fornecidos pelo TRE em Curitiba. Os percentuais foram calculados neste trabalho. A maioria dos percentuais confere, com exceção do índice de abstenção, que Jairo Marconi Nicolau (1998, p. 214) apresenta Curitiba com 17,4%.

Nessa eleição, tem-se um ambiente eleitoral muito semelhante ao que se deu em 1992. Embora os índices obtidos nos fatores que servem de análise, para comparar a evolução das eleições, estivessem em queda, não evitaram a repetição do fenômeno eleitoral.

A abstenção continuou em ascensão e chegou a 14,83%. A mobilização eleitoral, que é o comparecimento às urnas do total de eleitores, e não uma mobilização deliberada com fins eleitorais, portanto não é soberania do eleitor, mas enquanto a massa votante, foi menor que as duas eleições anteriores. Atingiu 85,17% de participação, caracterizando pouca motivação política pelo eleitorado. Isso se justifica pela aceitação do candidato do governo em função do eleitorado aprovar a sua administração, e, por consequência, não ter uma oposição que incitasse o engajamento do eleitorado. Foi a eleição das estreias, todos os atores políticos estavam se candidatando pela primeira vez à Prefeitura de Curitiba, isso quer dizer que o eleitorado desconhecia a performance dos candidatos, o que implicou em baixa motivação daqueles.

A volatilidade eleitoral, para o PDT de Lerner, era estável, o partido governista vinha num contínuo de vitórias e concentrou 54,67% dos votos válidos, o segundo melhor resultado das eleições municipais depois de Lerner em 1988. Observa-se nas pesquisas de intenção de voto que a abrupta queda de Carlos Simões e ascensão de Taniguchi ocorrem no início das campanhas e depois se mantêm estáveis, com Cássio na liderança e com boa distância de Simões, o segundo colocado, até o sufrágio.

A distância entre o percentual obtido pelo PDT e o segundo colocado, o PSDB, foi muito grande, 24,42 pontos percentuais, caracterizando um ambiente de baixa competitividade eleitoral. Com isso, houve o predomínio das legendas (PDT e PFL) dos atores dos grupos políticos governistas na esfera municipal e estadual, mas é um índice que também apresenta leve declínio. As coligações, as principais, a do PT e a do PSDB, não conseguem mobilizar o eleitorado.

TABELA 6.26 – INFORMATIVO/ESTATÍSTICO – 1996

Eleitores Aptos Totalizados	962.692	(Eleitorado)
Votos Nominais	758.502	92,51%
Votos Brancos/ Majoritárias	11.030	1,35%
Votos Nulos / Majoritárias	50.421	6,15%
Comparecimento	819.953	85,17%
Abstenção	142.739	14,83%
Seções Totalizadas	2057	100%

FONTE: TRE-PR.

TABELA 6.27 – RESUMO DA VOTAÇÃO DOS CANDIDATOS ÚNICO 1º TURNO – 1996

Nº	Candidato	Partido	Coligação	Qtd. Votos	Class.	% val.	% Comp.
25	Cássio Taniguchi	PDT	PPB, PDT, PTB, PSC e PFL	414.648	1º	54,67	50,57
45	Carlos Xavier Simões	PSDB	PPS e PSDB	229.470	2º	30,25	27,99
13	Ângelo Carlos Vanhoni	PT	PT, PCB, PV e PC do B	83.052	3º	10,95	10,13

TABELA 6.27 – RESUMO DA VOTAÇÃO DOS CANDIDATOS ÚNICO 1º TURNO – 1996
(continuação)

Nº	Candidato	Partido	Coligação	Qtd. Votos	Class.	% val.	% Comp.
15	Max Rosenmann	PMDB	PMDB	18.663	4º	2,46	2,28
33	Althair Costa Souza	PMN	PMN	5.821	5º	0,77	0,71
18	Edson Antonio Muhlmann	PST	PST, PL, PSDC e PT do B	3.402	6º	0,45	0,41
40	Vitório Sorotiuk	PSB	PSB	1.833	7º	0,24	0,22
16	Júlio Cezar de Jesus	PSTU	PSTU	1.336	8º	0,18	0,16
19	Manoel Aparecido Júlio	PTN	PTN	277	9º	0,04	0,03

FONTE: TRE-PR.

A seguir, tem-se a planilha com os números de votos nominais e os respectivos percentuais obtidos, com as diferenças realçadas, pelos três principais candidatos que protagonizaram o pleito em cada Zona Eleitoral (ver Tabela 6.28.3 e Mapa 6.2). Observa-se que há três divisões bem distintas quanto aos resultados. Dividindo-se o mapa geográfico de Curitiba em três partes (ver Mapa 6.3), assim denominadas, Região Norte, uma intermediária Central e Região Sul, e localizando a concentração de eleitores por Zona Eleitoral, obtém-se facilmente a densidade eleitoral: a Região Norte (que compreende as Zonas Eleitorais 1ª, 2ª, 177ª e 178ª) implicava em 43,28% dos eleitores de Curitiba (416.700), a Região Central, a intermediária, correspondia a 290.893 eleitores, ou seja, 30,22%. E a Região Sul a maior no mapa, compreendia a menor parte de eleitores apenas 26,50% (255.099).

Com base nessa perspectiva de análise, pode-se afirmar que o candidato da situação, Taniguchi, em termos de campanha, foi insuperável nas Zonas Eleitorais que detêm as maiores densidades eleitorais, localizadas na chamada Região Norte.

No outro polo geográfico eleitoral da cidade, o candidato do PSDB, Carlos Simões, ultrapassou em número de votos o candidato do PDT, Taniguchi, somente em duas Zonas Eleitorais que compreendem os bairros da Região Sul (145ª – Xaxim, Pinheirinho, Sítio Cercado e Umbará; 175ª – Capão Raso, CIC, São Miguel, Tatuquara, Campo de Santana e Caximba) mais afastados (e talvez pouco beneficiados com as obras de Lerner e Greca) e que concentram

eleitores de baixa renda e escolaridade, que ajudaram a caracterizar o perfil do eleitor do radialista. Nas quatro Zonas Eleitorais vizinhas (3ª, 4ª, 174ª e 176ª) Simões obteve também bons índices. Verifica-se no mapa que essas Zonas Eleitorais compõem a parte centro-sul do município de Curitiba e também compreendem as regiões menos favorecidas em termos urbanos. Concentra também o maior percentual da população mais carente do município.

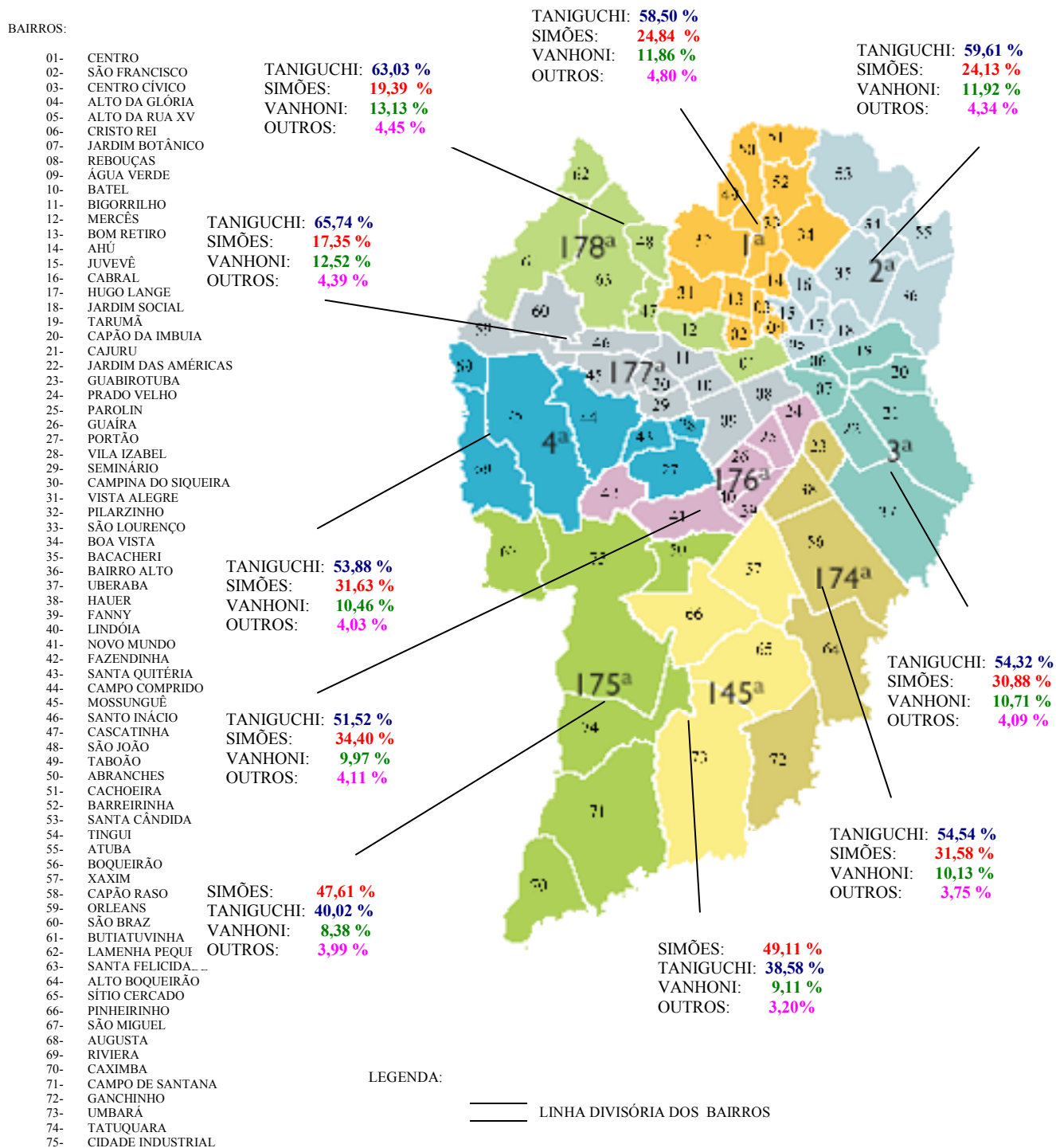
O candidato da esquerda, Vanhoni, do PT, apresentou percentuais mais equilibradamente distribuídos na maioria das Zonas Eleitorais. Teve índices mais baixos justamente onde Simões ultrapassou Taniguchi, onde a esquerda e a situação não tiveram vez com o populismo de direita.

TABELA 6.28 – RESULTADOS POR ZONAS ELEITORAIS – 1996

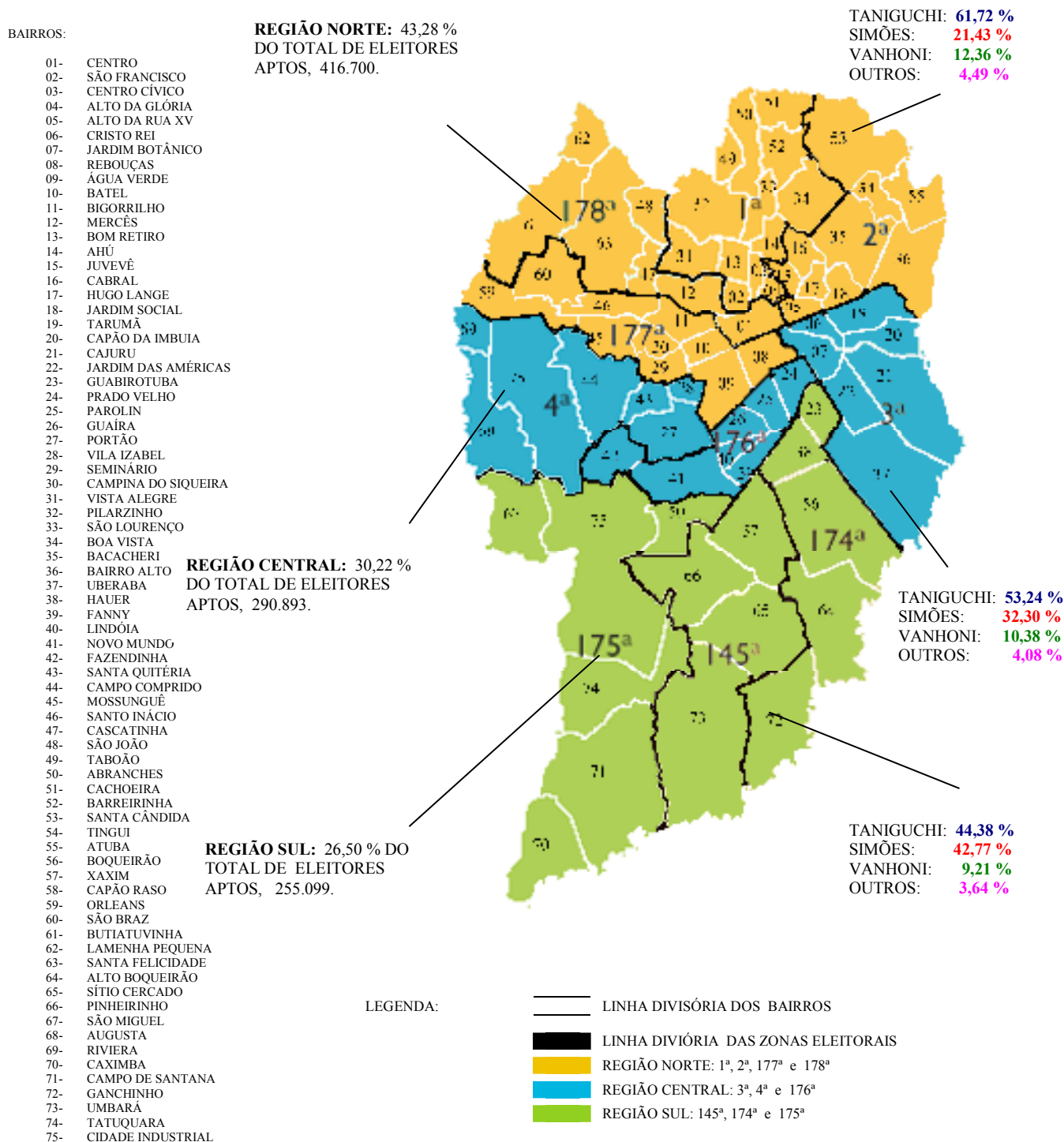
PRIMEIRO E ÚNICO TURNO (votos nominais por Zonas Eleitorais) – 1996										
ZONAS % CANDIDATOS	1ª	2ª	3ª	4ª	145ª	174ª	175ª	176ª	177ª	178ª
Taniguchi	46318	50596	52299	38072	29734	40864	20658	32321	53622	50164
Simões	19665	20477	29733	22351	37842	23666	24574	21577	14150	15435
Taniguchi	58,50	59,61	54,32	53,88	38,58	54,54	40,02	51,52	65,74	63,03
Simões	24,84	24,13	30,88	31,63	49,11	31,58	47,61	34,40	17,35	19,39
Vanhoni	11,86	11,92	10,71	10,46	9,11	10,13	8,38	9,97	12,52	13,13

FONTE: TRE-PR.

MAPA 6.2 – RESULTADO DAS PRINCIPAIS OPÇÕES POLÍTICAS DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE CURITIBA EM 1996 – DISTRIBUÍDOS POR ZONAS ELEITORAIS



MAPA 6.3 – RESULTADO DAS PRINCIPAIS OPÇÕES POLÍTICAS DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE CURITIBA EM 1996 – AGRUPADOS POR REGIÃO: NORTE, CENTRAL E SUL



6.8.3 Evolução dos candidatos nas pesquisas de intenção de voto

As pesquisas eleitorais, que foram tomadas como referência para este trabalho, são do Instituto Datafolha, em parceria com o jornal Gazeta do Povo (ver tabela 6.29), que é conhecido, tradicional e que tem os resultados de suas pesquisas divulgados nos jornais de grande circulação. Os resultados tabulados foram das pesquisas nas duas formas: as estimuladas, com a apresentação da lista de candidatos, e as espontâneas, sem a lista.

O candidato radialista e deputado estadual Carlos Simões (PSDB), no início da campanha eleitoral tinha índices bem elevados, gozava de popularidade e chegou a 44% das intenções de voto. No entanto, sofreu uma queda violenta com o início da propaganda eleitoral gratuita em rádio e televisão (02/08/1996), caindo 14 pontos e não mais se recuperando. Fechou o pleito com 27% oscilando muito pouco (Datafolha). A hipótese é de que não tenha conseguido sustentar sua imagem no decorrer da campanha.

Cássio Taniguchi (PDT), o candidato da situação, até então desconhecido da grande massa de eleitores, enceta sua corrida com 24% das intenções, impulsionado pela popularidade e aprovação dos governos de Jaime Lerner (PDT), que desfrutava de uma imagem política em alta, e do prefeito de Curitiba Rafael Greca (PDT), também com imagem favorável. Taniguchi conquistou a liderança na preferência dos eleitores nas pesquisas saltando para 51% das intenções logo no primeiro mês de campanha, permanecendo praticamente estável até fechar em 49% no final da disputa.

O candidato do PMDB, deputado federal Max Rosenmann, não desfrutava de popularidade, seus 8% em julho não se sustentaram caindo para 3% nas pesquisas no final do pleito. O candidato do PMDB foi ultrapassado em pontos pelo candidato de esquerda, do PT. Sua campanha agressiva e de ataques ao governo e à Prefeitura não conquistaram a simpatia do eleitor.

O deputado estadual Ângelo Vanhoni (PT) começou a pontuar com 2% nas pesquisas e, com o início das propagandas na mídia, subiu, empatou com o candidato do PMDB e logo ultrapassou, conquistando o terceiro lugar, ficando com 9% das intenções de voto no final da campanha. Além do candidato eleito, Cássio Taniguchi, Vanhoni foi o único que apresentou crescimento, progressivo, porém não o suficiente para polarizar a disputa, mas construiu uma imagem positiva, abrindo mais espaço para o PT em Curitiba.

Os demais candidatos – o empresário Edson Muhlmann (PST), o pastor Althair Souza (PMN), o ex-secretário estadual do Meio Ambiente e presidente estadual (PSB) Vitório Sorotiuk, Júlio de Jesus (PSTU) e Manoel Túlio (PTN) – quase não apareceram nas pesquisas devido aos baixos índices percentuais apresentados, geralmente inferiores a 1%, ou por não pontuarem, como se pode observar na tabela abaixo..

TABELA 6.29 – DATAFOLHA GAZETA DO POVO – 1996 (PESQUISAS ESTIMULADAS E ESPONTÂNEAS)

CANDIDATOS	PARTIDOS	Datafolha		Datafolha		Datafolha		Datafolha		Datafolha		Datafolha		Datafolha	
		09/07/96		13/08/96		27- 28/08/96		02/09/96		09/09/96		26-27/09/96		01- 02/10/96	
		Est.	Esp.	Est.	Esp.	Est.	Esp.	Est.	Esp.	Est.	Esp.	Est.	Esp.	Est.	Esp.
Taniguchi	PDT	24	12	51	40	50	43	47	41	50	42	49	44	49	
Carlos Simões	PSDB	44	13	30	19	28	18	28	20	30	21	29	22	27	
Vanhoni	PT	2	1	4	3	6	4	8	7	7	6	10	8	9	
Rosenmann	PMDB	8	1	5	2	6	3	5	2	3	2	3	1	3	
Althair Souza	PMN	1				0						-1		1	
Muhlmann	PST	0						-1				Outros		1	
Sorotiuk	PSB	0					1	-1						0	
Júlio de Jesus	PSTU	1												0	
Manoel Júlio	PTN	0						-1						0	
Branços / Nulos		12	13	4	5	4	5	5	6	4	4	4	4	5	
Não sabem / Indecisos		8	61	4	32	5	25	6	24	4	25	-	19	4	

FONTE: CÁSSIO CONTINUA..., 1996, p. 10; DATAFOLHA MOSTRA..., 1996, p. 9; DATAFOLHA/GP MOSTRA..., 1996, p. 10.

6.8.4 Análise e hipóteses da identificação do tipo de voto

A repetição das características do ambiente eleitoral de 1992 nos leva a sugerir as mesmas hipóteses de comportamento eleitoral para o pleito de 1996. Com o mesmo ambiente eleitoral reproduzido em 1992, ou seja, com baixa competitividade eleitoral entre os partidos, uma alta mobilização eleitoral, o PDT com seu eleitorado estável e os demais partidos com diferentes parcelas do eleitorado, Cássio Taniguchi obteve 54,67% dos votos válidos, contra 30,25% de Simões que ficou em segundo lugar.

Cássio Taniguchi era o candidato da situação, tinha todo o apoio e aval do governador de estado Jaime Lerner e do prefeito Rafael Greca. Lerner estava bem cotado no governo, as mudanças na política econômica favoreceram as políticas de desenvolvimento do estado, muitas empresas estavam se instalando no Paraná e na Região Metropolitana da grande Curitiba. O prefeito Greca dava continuidade à gestão de obras e mudanças urbanas ao estilo Lerner, este tinha aprovação de sua administração em 90,74%, isto é, 61,54% consideravam ótima e boa, 29,28% consideravam regular, segundo pesquisa do Datafolha (27-28/08/96). Ou seja, as avaliações de desempenho favoráveis dos governos, estadual de Lerner e municipal de Greca, motivaram também o eleitorado a votar em Taniguchi.

Cabe ressaltar que a imagem positiva de Lerner foi suficientemente forte para avalizar o seu candidato e induzir a transferência dos seus votos a ele. Essa imagem foi construída com muita força e intensidade nas eleições de 1988 e também nesse mesmo mandato municipal, no qual se empenhou muito. A manutenção dessa imagem se mantém com a aprovação da população das administrações dos seus sucessores, bem como com o primeiro mandato do seu governo estadual (1994-1998), fato verificado com os resultados eleitorais.

O voto por avaliação de desempenho dos antecessores que não podiam se reeleger, Greca e Lerner, é deslocado para o candidato recomendado em forma de continuidade por ser avalizado pelos bem avaliados. Taniguchi não tinha experiência anterior como prefeito e nem era tão popular assim para atrair tantos votos. Mas o seu perfil, o de técnico, até então não tido como político, e integrante da equipe de Jaime Lerner, compunham atributos suficientes para o eleitor orientar o voto na “esperança” da continuidade do estilo do grupo de administrar Curitiba.

E para ajudar no direcionamento do voto, a oposição repetiu os mesmos comportamentos da eleição anterior: continuou dividida, não formou uma frente de oposição. O candidato do PSDB, Carlos Simões, que tentava sustentar uma polarização, tentou também formar essa frente de oposição, mas não conseguiu em razão de seu estilo e propostas que não se coadunaram com os demais partidos e por não ter a simpatia dos concorrentes.

6.9 AS ELEIÇÕES PROPORCIONAIS DE 1996

6.9.1 Análise da base de dados e dos resultados

TABELA 6.30 – CANDIDATOS ELEITOS À CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA – 1996

PARTIDOS	CANDIDATOS ELEITOS	VOTAÇÃO	% VOTOS VÁL.	% VOTOS COMP.	SITUAÇÃO*
PSDB	Iris Xavier Simões	26.230	3,47	3,20	Reeleito
PDT	Aparecido Custódio da Silva	16.948	2,24	2,07	Reeleito
PSDB	Mauro Rafael Moraes e Silva	11.215	1,48	1,37	Reeleito
PDT	Jairo Marcelino da Silva	10.733	1,42	1,31	Reeleito
PTB	Ehden Abib	9.017	1,19	1,10	Eleito
PMDB	Ailton Cardozo de Araujo	8.872	1,17	1,08	Reeleito
PTB	Aldemir João Manfron	8.827	1,17	1,08	Reeleito
PDT	Jair Cezar de Oliveira	8.629	1,14	1,08	Reeleito
PSDB	Mário Celso Puglielli da Cunha	8.481	1,12	1,03	Reeleito
PDT	Rui Kiyoshi Hara	8.402	1,11	1,02	Eleito
PFL	Carlos Bortolletto	8.013	1,06	0,98	Eleito
PSDB	Renato Luiz Idiarte Loss	7.833	1,04	0,96	Eleito
PTB	Tito Zeglin	7.623	1,01	0,93	Reeleito
PPB	Osmar Stuart Bertoldi	7.442	0,98	0,91	Reeleito
PDT	João Cláudio Derosso	7.416	0,98	0,90	Reeleito
PDT	Jorge Luiz Bernardi	7.231	0,97	0,88	Reeleito
PPB	Ney Leprevost Neto	6.527	0,86	0,80	Eleito
PT	Jorge Miguel Samek	5.859	0,78	0,71	Eleito
PMDB	Celso Torquato	5.821	0,77	0,71	Eleito
PPB	José Roberto Sandoval	5.436	0,72	0,66	Eleito
PSDB	Luis Ernesto Alves Pereira	5.424	0,72	0,66	Eleito
PFL	Dino José Bronze de Almeida	5.405	0,72	0,66	Eleito
PT	Natálio Stica	5.139	0,68	0,63	Reeleito
PFL	Julieta Maria Braga Cortes Fialho dos Reis	5.123	0,68	0,62	Eleito
PPB	Elias Vidal	4.893	0,65	0,60	Eleito
PMDB	Gustavo Bonato Fruet	4.770	0,63	0,58	Eleito

TABELA 6.30 – CANDIDATOS ELEITOS À CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA – 1996
(continuação)

PARTIDOS	CANDIDATOS ELEITOS	VOTAÇÃO	% VOTOS VÁL.	% VOTOS COMP.	SITUAÇÃO
PT	Antonio Tadeu Veneri	4.075	0,54	0,50	Eleito
PDT	José Gorski	6.355	0,84	0,78	Reeleito 5ª média
PTB	Geraldo Atsumi Yamada	5.904	0,78	0,72	Reeleito 3ª média
PFL	Bernardino Barreto de Oliveira	4.967	0,66	0,61	Eleito 4ª média
PPB	Sabino Picolo	4.627	0,61	0,56	Eleito 6ª média
PMDB	Paulo Frote	4.522	0,60	0,55	Eleito 8ª média
PSDB	Nely Lídia Valente Almeida	4.511	0,60	0,55	Reeleita 1ª média
PSDB	Antonio Borges dos Reis	4.464	0,59	0,54	Reeleito 7ª média

FONTE: TRE-PR

* NOTA: As médias foram recalculadas neste trabalho

TABELA 6.31 – INFORMATIVO/ESTATÍSTICO – 1996

Eleitores Aptos Totalizados	962.692	100 %
Nº de Candidatos Proporcionais	437	100 %
Vagas (A)	35	100 %
Quociente*	21.597	(B+C+D)/A
Votos Válidos (B+C+D)	755.887	92,19 %
Votos de Legenda (B)*	97.372	11,88 %
Votos Nominais (C)	622.320	75,90 %
Votos Brancos/Proporcionais (D)	36.195	4,41 %
Votos Nulos / Proporcionais	64.066	7,81 %
Comparecimento / Apurados	819.953	85,17%
Abstenção	142.739	14,83%
Seções Totalizadas	2.057	100%

FONTE: TRE-PR.

NOTA: * Calculados neste trabalho.

TABELA 6.32 – DADOS E VOTAÇÕES – 1996

Coligações Legendas	Nº Cand.*	*Votos Nominais Part. Col.	% Vál.*	Votos de Legenda	% Leg.*	Cadeiras	Votos Válidos Totais	% Válidos*
PSDB	42	103.233	13,66	20.610	2,73	07	124.345	16,45
PPS				502	0,07	-		
PT	39	49.139	6,50	16.988	2,25	03	68.227	9,03
PCB				370	0,05	-		
PV				411	0,05	-		
PC do B				1.319	0,17	-		
PDT	36	117.156	15,50	27.623	3,65	08	144.779	19,15
PPB	42	83.059	10,99	5.816	0,77	05	88.875	11,76
PTB	38	73.848	9,77	4.437	0,59	04	78.285	10,36
PFL	41	73.978	9,79	3.405	0,45	04	77.383	10,24
PMDB	39	66.377	8,78	4.355	0,58	04	70.732	9,36
PST	40	19.279	2,55	457	0,06	-	21.595	2,86
PL				1.641	0,22	-		
PSDC				113	0,01	-		
PT do B				105	0,01	-		
PSC	42	16.936	2,24	1.069	0,14	-	18.005	2,38
PMN	22	6.601	0,87	850	0,11	-	7.451	0,99
PSB	09	5.805	0,77	646	0,09	-	6.451	0,85
PSTU	02	334	0,04	5.619	0,74	-	5.953	0,79
PSL	23	4.506	0,60	454	0,06	-	4.960	0,66
PSD	09	1.681	0,22	406	0,05	-	2.087	0,28
PTN	13	388	0,05	176	0,02	-	564	0,07

FONTE: TRE-PR.

NOTA: * Calculados neste trabalho.

** As cores indicam as coligações.

TABELA 6.33 – VOTAÇÃO MÉDIA E MÍNIMO DE VOTOS DOS CANDIDATOS ELEITOS À CÂMARA DE VEREADORES DE CURITIBA (Quociente Eleitoral= 21.606) – 1996

Partidos e Coligações	Cadeiras (35)	Votação Média (eleitos)*	Mínimo de Votos (eleitos)*	Distância entre Média e Mínimo (%)*	Proporção Votos
					Mínimo => Quociente Eleitoral (%)*
PSDB	07	9.736,86	4.464	45,85	20,66
PPS	-				
PT	03	5.024,33	4.075	81,11	18,86
PCB	-				
PV	-				
PC do B	-				
PDT	08				
PPB	05	5.785,00	4.627	79,98	21,42
PTB	04	7.842,75	5.904	75,28	27,33
PFL	04	5.877,00	4.967	84,52	22,99
PMDB	04	5.996,25	4.522	75,41	20,93
Total/Média	35	7.050,67			

FONTE: TRE-PR.

NOTA: * Calculados neste trabalho.

** As cores indicam as coligações.

A Câmara de Vereadores de Curitiba em 1996 teve um acréscimo de duas cadeiras, totalizando 35 vagas, disputadas entre os 437 candidatos, e como já fora citado, Curitiba passou de cinco para dez Zonas Eleitorais. Foram as eleições que apresentaram o menor número de candidatos a vereador, esse fato, com o aumento do eleitorado, produziu escores muito altos em relação às eleições anteriores. Com as exceções dos partidos que formaram as maiores bancadas, o PDT com oito cadeiras, permanecendo estável no quadro, e o PSDB, partido do governo federal, com sete cadeiras, a segunda maior bancada, as outras 20 cadeiras foram fracionadas entre os demais partidos.

Dos vereadores-candidatos, 60% se reelegeram, sendo que cinco destes candidatos mudaram de legenda, portanto, a renovação na Câmara foi de 40%. As coligações para a eleição majoritária se repetiram para as proporcionais, com exceção da coligação que apoiava o

candidato Cássio Taniguchi (PDT), a saber, PDT, PPB, PTB e PFL. Estes partidos optaram por resultados isolados.

O PDT dos governos do estado e municipal, representando a situação, elegeu a maior bancada, oito cadeiras; obteve a maior votação, 19,15% dos votos válidos. Também teve maiores votações, sendo a nominal com 15,50%, e a de legenda com 3,65%. Dos sete candidatos que se elegeram com apenas a votação de uma Zona Eleitoral, isto é, com uma grande e suficiente concentração de votos, três foram do PDT. O candidato do PDT eleito com a menor pontuação de votos teve 69,89% da média do partido, a segunda mais baixa entre os partidos, e 29,41% da proporção em relação ao Quociente Eleitoral (ver tabela 6.33), a mais alta da eleição. Isso significa que a votação individual dos atores foi muito boa.

A segunda maior bancada ficou com o PSDB, com sete cadeiras, coligado com o PPS. Obteve a segunda maior votação, 16,45% dos votos válidos, consequentemente as duas maiores votações de legenda (2,73%) e nominal (13,66%). O partido conseguiu eleger o candidato com a menor votação, 45,85% da média do partido. É a maior distância entre média e mínimo de votos nesse pleito, e o mesmo se elege com a proporção de 20,66% em relação ao Quociente Eleitoral.

O PPB, que até então não tinha nenhuma cadeira, conquistou cinco e teve a terceira melhor votação, 11,76% dos votos válidos. Duas reeleições com candidatos migrantes de outros partidos e três renovações. Tem a terceira melhor distância entre voto mínimo e média, 79,98%; o candidato eleito com a menor votação do partido obteve 21,42% do Quociente Eleitoral

O PTB e o PFL, cada um com quatro cadeiras e votações muito próximas. O PTB tem três reeleições e o PFL nenhuma, somente renovação. Ambos os partidos com votação nominal na casa dos 9,7%, votos válidos, o PTB com 10,36% e o PFL com 10,24%; a votação de legenda relativamente baixa, o PTB à frente com 0,59% e o PFL com 0,45%. O PTB obtém a segunda melhor proporção de mínimo de votos em relação ao Quociente Eleitoral, 27,33%, e o candidato eleito com menos votos do PTB marcou 75,28% da média do partido. Já o PFL mantém a melhor, ou menor, distância da média do partido, 84,52%, e 22,99% em relação ao Quociente Eleitoral.

O PMDB que iniciou o período da redemocratização com a maior bancada da Câmara Municipal de Curitiba, depois de perder dois terços do seu quadro consegue segurar as quatro cadeiras, sendo duas delas por reeleições. Com seu desempenho caindo o PMDB detém a sexta colocação em votos válidos, 9,36%; tem uma baixa votação de legenda, 0,58%, o que lhe garante

são os votos nominais 8,78%. A proporção de votos mínimos em relação ao Quociente Eleitoral foi de 20,93%, e a distância da média do partido foi de 75,41%.

A mesma coligação que levou o candidato Vanhoni ao terceiro lugar na majoritária se manteve nas proporcionais, PT, PCB, PV e PC do B. O PT consegue manter as suas três cadeiras, sendo duas de reeleições. Ficou em último lugar com 9,03% dos votos, sendo o terceiro melhor índice dos votos de legenda, 2,25%; a votação nominal da coligação somou 6,50%. Por consequência, o PT fica com a menor proporção do Quociente Eleitoral (18,86%) em função da baixa votação e a segunda menor distância da média do partido (81,11%), isso quer dizer que não houve uma diferença muito grande de votos entre os candidatos eleitos pelo PT.

6.10 A ELEIÇÃO MUNICIPAL MAJORITÁRIA DE CURITIBA – 2000

6.10.1 Contextualização da eleição e candidatos

É a primeira eleição municipal que possibilitara, a partir de então, ao prefeito candidatar-se à reeleição, para um único período subsequente, por meio da Emenda Constitucional nº16 votada pelo Congresso Nacional e promulgada em 04 de junho de 1997, aos moldes americanos. Benefício que foi estendido aos governadores e prefeitos, promovido pelo Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, que pretendia se reeleger em 1998.

Naquelas eleições gerais de 1998, FHC levou 59,25% dos votos válidos do eleitorado paranaense. O tucano Álvaro Dias, pela coligação PSDC-PSDB conquistava facilmente a vaga uninominal ao Senado. Dos partidos coligados que apoiaram oficialmente a candidatura de Jaime Lerner à reeleição somaram 34 cadeiras conquistadas das 54 vagas para a Assembleia Legislativa e para Câmara federal foram 17 representações das 30 vagas²⁷. Jaime Lerner (PFL) se reelegera

²⁷ No cenário federal de acordo com os resultados das eleições de 04 de outubro de 1998, as 30 vagas para deputados federais foram preenchidas por candidatos eleitos com coligações, sendo 12 deles pela coligação PTB-PTN-PL-PPS-PFL-PSD-PRP-PT do B, sendo o candidato e ex-prefeito de Curitiba, Rafael Valdomiro Greca de Macedo, o mais bem votado com 226.686 votos; cinco deputados eleitos pela coligação PPB-PRN; cinco pela coligação PSDC-PSDB; quatro pela coligação PMDB-PRTB-PSN; três eleitos pela coligação PT-PCB-PC do B; e um deputado eleito pela coligação PDT-PAN-PMN-PV. No cenário estadual, as 54 vagas da Assembleia Legislativa foram preenchidas por candidatos eleitos com coligações, sendo que a coligação PTB-PTN-PL-PPS-PFL-PSD-PRP-PT do B, elegeu a maior bancada, 23 deputados, sendo o mais bem votado o deputado Aníbal Khury, com 108.573 votos, esta coligação teve 10 dos 11 primeiros mais bem votados, sendo o futuro vice-prefeito de Taniguchi em 2000, o outrora petebista Carlos Alberto Richa o 11º colocado com 44.839 votos, superando o petista Ângelo Vanhoni que ficara em

com 52,21% dos votos válidos, pela enorme coligação PPB-PTB-PSL-PST-PTN-PSC-PL-PPS-PFL-PRN-PSB-PSD-PRP-PT do B, derrotando seu rival político Roberto Requião pela coligação PDT-PT-PMDB-PCB-PAN-PRTB-PSN-PMN-PV-PC do B. O governo de Lerner estava representativamente majoritário nas Casas, com apoio maciço, seu e de seus asseclas, ao seu candidato à Prefeitura de Curitiba, apesar das críticas ao seu segundo governo começarem a pesar na sua imagem política, permitindo que Taniguchi conquistasse a Prefeitura somente no segundo turno.

O grande destaque dessa eleição de 2000 em Curitiba foi o crescimento da esquerda com o Partido dos Trabalhadores, sobretudo no segundo turno, e a virada do discurso do candidato pefelista à reeleição. Essa eleição municipal foi marcada pela alta competitividade entre oposição e situação, entre a esquerda, representada por Ângelo Vanhoni do PT, privilegiando em seu discurso projetos sociais e administração com participação da comunidade, e a direita, representada pelo prefeito-candidato Cássio Taniguchi, PFL, preconizando os programas e as obras realizadas e que estavam em andamento na sua gestão.

Cássio Taniguchi, candidato do “Movimento Curitiba Sempre com Você” à reeleição pela coligação PFL-PPB-PRN-PRP-PSB-PSC-PDS-PSL-PST-PT do B-PTB-PTN, tinha como vice na chapa Carlos Alberto Richa (PTB), ambos representavam o continuísmo conservador, com o apoio do governador de Estado, Jaime Lerner. Taniguchi representava o perfil técnico (engenheiro), e sucessor da força política do governador no poder municipal. Essa associação de imagens quase lhe custou a reeleição. Não obstante, o candidato situacionista ter liderado todas as pesquisas de intenção de voto no primeiro turno, não conseguiu repetir seu feito como em 1996, quando ganhou com 54,67% dos votos no primeiro turno. No outro polo, o candidato de esquerda, o petista Ângelo Vanhoni, pela coligação “Curitiba Vida Melhor”, composta pelos partidos PT-PC do B-PCB-PHS-PMN-PPS-PV, representava a oposição ao grupo político de Lerner. Vanhoni tinha como candidato a vice, José Maurino de Oliveira, do PPS.

12º com 44.669 votos; a coligação PPB-PRN obteve oito cadeiras; a coligação PMDB-PRTB-PSN obteve sete; a coligação PSDC-PSDB, seis; a coligação PT-PCB-PC do B elegeu quatro deputados; a coligação PDT-PAN-PMN-PV elegeu três; e a coligação PSL-PST-PSC-PSB, que não se repetiu para a esfera federal, também elegeu três parlamentares (TRE-PR, 1998).

Fecharam o primeiro turno, Taniguchi com 43,97% dos votos válidos, Vanhoni 35,37%, Maurício Requião 10,33%, Forte 8,28%, Eduardo Requião 1,13% e Jamil Nakad e Diego Sturdze com resultados inferiores a 1%.

O senador Roberto Requião, com dois irmãos candidatos a prefeito, condenava a linha de oposição PT, PDT, e PSDB de não contestar a administração do PFL, do grupo político de Jaime Lerner, e que o candidato do PMDB, seu irmão Maurício Requião seria o único a criticar, este estaria fazendo o papel de todos (REQUIÃO..., p. 2, 09.09.2000).

Maurício Requião de Mello e Silva era formado em Psicologia pela UFPR e professor nesta instituição, pós-graduado em Psicologia Social, pela PUC-SP. Foi presidente do diretório Municipal do partido, secretário de Administrações Regionais de Curitiba e presidente da Fundepar (1991-1994), por intermédio da qual teria construído 4.784 salas de aulas. Maurício Requião foi eleito deputado federal pelo mesmo partido nas eleições gerais de 1994, sendo o quarto candidato mais bem votado (62.857 votos) daquele pleito no Paraná, quando seu irmão Roberto Requião foi eleito senador. Em 1998 Maurício Requião tentou a reeleição pela coligação PMDB-PRTB-PSN, mas não conseguiu o seu feito eleitoral anterior. Em seu programa de governo municipal pretendia promover a solidariedade com segmentos que mais precisavam do poder público, por meio de programas sociais integrados e desenvolvimento urbano. Defendia serviços públicos de qualidade, desenvolvimento humano e a cidadania. Pretendia resolver problemas de segurança pública, de desemprego, e melhorar os serviços urbanos e comunitários como saúde, educação, assistência social, transporte, abastecimento (CURITIBA ELEGE..., 2000, p. A8). Maurício Requião tinha como candidato a vice-prefeito na chapa, Ernani Moreno Silva, pela coligação com o PAN. Entretanto, o senador peemedebista teria eleito Vanhoni como o principal candidato, apesar das críticas ao estilo de campanha.

O candidato do PDT, o outro irmão do senador Requião, Eduardo Requião de Mello e Silva, nascido em Curitiba, formado em Filosofia e Psicologia, estreava a sua primeira candidatura. Foi secretário especial e secretário de Meio Ambiente do primeiro governo de seu irmão Roberto Requião. Defendia em seu discurso uma plataforma do povo, o cidadão e a cidadania e seus valores. Queria criar a secretaria Municipal de Segurança Pública, e ampliar os poderes da Guarda Municipal e sintonizando-a com as polícias militar e civil. Apoio do município aos microempresários e em defesa de geração de empregos e salários mais justos

(CURITIBA ELEGE..., 2000, p. A8). O candidato do PDT tinha como vice, Yara Loeffler, pela coligação com o PGT.

O candidato tucano, Luiz Forte Netto, nascido em 19 de fevereiro de 1935 na cidade de São Paulo, era formado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Mackenzi. Forte participou em 1965 do documento preliminar do Plano Diretor de Curitiba. Foi presidente do IPPUC em 1967/1969; foi professor da UFPR e organizador do curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC-PR. Uma das suas maiores realizações como arquiteto, foi o projeto do Hospital Pequeno Príncipe. Em seu discurso de campanha previa melhorias no contingente e viaturas da Guarda Municipal, e um grande projeto de urbanização das 150 favelas com o apoio das universidades e programas sociais (CURITIBA ELEGE..., 2000, p. A8). Em seus programas de campanha Forte contou com o apoio dos senadores, irmãos Osmar e Álvaro Dias (PERFIL..., 2000, p. 2). Estava concorrendo a vice-prefeito na chapa com o tucano, Walter Kolb, pela coligação com o PSDC.

Para a coordenação da campanha de Luiz Forte Netto do PSDB faltavam recursos que impediam a contratação de pessoal para divulgação do candidato nas ruas, por isso o partido apostava nas últimas apresentações dos programas exibidos no horário eleitoral; esta seria a forma do partido chegar aos eleitores (KAMINSKI, 2000, p. 10). Não obstante o apoio que Álvaro Dias teria dado ao seu candidato correligionário, Curitiba era dada como perdida para o partido, tanto que os esforços do senador, que estava prevendo as eleições de 2002 ao governo, seriam destinados às principais cidades do interior do Estado. (O PSDB..., 2000, p. A3).

O candidato do PSTU, Diego Sturdze, nascido em Florianópolis, Santa Catarina, formado em Física pela Universidade Federal de Santa Catarina, era professor em Curitiba das redes de ensino particular e estadual. Era de esquerda, participava do movimento de trabalhadores, e teria sido da corrente trotskista do PT. No seu discurso de campanha defendia a moratória da dívida externa e da dívida interna do Paraná; defendia políticas trabalhistas de redução de jornada de trabalho, com manutenção dos salários e geração de empregos. Dentre o seu programa de governo apregoava um plano de obras públicas, construções de hospitais, escolas, creches, postos de saúde e casas populares; defendia o fim das terceirizações e privatizações. Em contrapartida, defendia a estatização e os concursos públicos, além de mudanças na cobrança do IPTU para grandes e pequenos proprietários, beneficiando estes

últimos (CURITIBA ELEGE..., 2000, p. A8). Como vice na chapa estava Júlio Cezar de Jesus, que concorreu em 1996 para prefeito.

Por fim, o candidato do PRTB, o presidente do Diretório Regional do partido no Paraná, Jamil Nakad, nascido em Cambira, Paraná, foi juiz em Curitiba na década de 1980 e era magistrado aposentado. Propunha em seu discurso justiça tributária, fiscal, sobretudo no IPTU e ISS, e justiça social beneficiando os mais pobres. Queria transformar a indústria de multas de trânsito em multas educativas, implantar o título de cessão de espaço de área não edificável, o que promoveria a construção civil, e com a arrecadação, a construção de casas populares. Pretendia implantar o Bolsa Escola, Banco Popular, a Polícia Comunitária da Guarda Urbana, dentre outras propostas (CURITIBA ELEGE..., 2000, p. A8). Nakad tinha como candidata à vice-prefeita, Marta Mônica Coelho Cassarotti.

Logo após o resultado do primeiro turno o candidato de direita, Cássio Taniguchi, PFL, declara (CASSIO..., p. 3, 03/10/2000), que repensa a campanha, definindo uma nova estratégia com os partidos que integram a aliança. O coordenador de campanha de Taniguchi no primeiro turno era o deputado estadual Marcos Isfer (PFL) (SITUAÇÃO..., p. 2, 14.09.2000).

A situação do candidato de direita ficou dramática, demonstrada nas pesquisas de opinião no começo do segundo turno. Segundo as pesquisas do Instituto Datafolha, Cássio Taniguchi reiniciou a campanha no segundo turno com 36% das intenções de voto contra 56% de Vanhoni, somente na penúltima semana e pesquisa Taniguchi atingiu 45% das intenções de voto e ultrapassou em dois pontos percentuais o candidato de esquerda. Mas na última pesquisa divulgada no dia 28 de outubro os candidatos de direitas e de esquerda, e ficaram empatados com 46% das intenções de voto.

Para o segundo turno, o novo coordenador de campanha à reeleição de Taniguchi, sugerido por Greca, foi Heinz Georg Herwig, eleito deputado estadual em 1990 pelo PSDB, secretário dos Transportes, que trabalhou nas campanhas de Lerner em 1994 e 1998 (O Estado do Paraná. Política. Heinz coordena campanha no 2º turno, p. 3, 04.10.2000). Rafael Greca entrou como coordenador estratégico da campanha, estava encarregado de detalhar as propostas e definir como seriam apresentadas ao público. (GRECA REFORÇA EQUIPE..., p. 5, 05.10.2000).

Saiu no jornal (CURITIBA VIRTUOSA... p.18, 29/10/2000) uma declaração de Taniguchi propondo o maior avanço social da história de Curitiba, “potencializando nossas virtudes e combatendo nossas mazelas”, e ainda, em seu discurso, afirma que é “candidato à

reeleição com o firme propósito de consolidar nossas conquistas e transformar a nossa Cidade em Capital social do País”. E para isto, convoca a participação de toda a população.

Depois da vitória, Greca declarou que era o “momento de agradecer os que votaram em Cássio e os que votaram contra ele, porque a crítica aumenta a nossa responsabilidade de reinventar as políticas municipal e estadual” (FESTA DA VITÓRIA..., 2000, p. 4). Taniguchi adere, ao seu discurso, o social.

O candidato petista, Ângelo Vanhoni, representando a esquerda, manteve a campanha chamada *light*, uma vez que atingiu os 56%, das intenções de voto, na primeira semana de campanha do segundo turno, não obstante as críticas do aliado, senador Roberto Requião (PMDB), e, cair gradativamente nas pesquisas até os 44% das intenções e empatar com o adversário na última pesquisa, segundo o Instituto Datafolha. Vale lembrar que antes mesmo do pleito do primeiro turno Vanhoni começou a procurar aliados para o segundo turno, em função das pesquisas eleitorais. O PT, no entanto, também mudou de coordenador de campanha. Era coordenada por Elton Braz e no segundo turno assumiu Jorge Samek, PT, como coordenador-geral; este foi o vereador mais votado nesta eleição (SAMEK..., p. 2, 05.10.2000). A estratégia do PT foi consolidar as alianças oposicionistas com o PMDB, PSDB, PDT e outros partidos, esses três grandes partidos aliados apresentavam divisões entre seus membros.

Vanhoni, na apresentação de seu programa de governo reforçava que os projetos em jogo eram opostos e reforçava também a ideia de democracia participativa, promovendo a interlocução com todos os segmentos. Os deputados de oposição aderiram à campanha do petista Vanhoni, Orlando Pessutti (PMDB) teria sido indicado pelo líder do Bloco, para o conselho político da campanha; o líder da bancada peemedebista Nereu Moura também havia se empenhado (DEPUTADOS..., p. 2, 05.10.2000).

No segundo turno, o candidato de direita pelo PFL estava em situação desfavorável em relação ao primeiro. As diferenças políticas ideológicas estavam pesando contra a direita e a favor da esquerda e uma das jogadas da direita foi tentar neutralizar ou superar essas diferenças enfocando o *social*. A direita adota estrategicamente o lema do social, tão presente no discurso de esquerda, numa tentativa desesperada de superar as diferenças, e tentar persuadir o eleitorado com o efeito de verossimilhança, confundindo as imagens no espelho das políticas sociais.

O discurso do candidato Taniguchi (PFL), no segundo turno que prometia transformar a Capital do Paraná em Capital Social do país, foi um efeito de retórica. O lema social contribuiu

também com a divisão mais equilibrada do eleitorado no final da campanha. Taniguchi muda a ênfase do discurso, mas não perde a identidade. As políticas públicas divulgadas no jornal não se distanciaram da linha de ação política que caracteriza a direita e o grupo de Lerner. E não poderia ser diferente, senão descaracterizaria a ideologia de seu partido político. O enfoque *social* no discurso está na expectativa dos benefícios sociais que resultariam da ampliação de diversos programas em andamento e de obras públicas. Entretanto, as diferenças ideológicas se mantiveram.

O governador Lerner e o prefeito Taniguchi pediram socorro aos deputados governistas. Estes convocaram a base aliada da Assembleia Estadual para se envolver na reta final de campanha, em reunião na casa do presidente da Assembleia, o petebista Nelson Justus. No grupo de deputados constavam Luiz Carlos Martins (PSL), Hidekazu Takayma (PST), os petebistas Ricardo Chab e Algaci Túlio (PTB), e o pepebista César Seleme. Até então os cabos eleitorais do prefeito, para levar a campanha à periferia, eram os irmãos Íris Simões, deputado federal, e Carlos Simões, deputado estadual (GOVERNO..., p. 2, 21.09.2000). A estratégia eram os puxadores de voto, que seriam os deputados radialistas e populares Martins, Chab e Tulio. Havia a alegação de que Taniguchi teria administrado sozinho, com Lerner, e não teria convocado os amigos, esse seria um dos fatores que teria pesado para o prefeito em sua dificuldade de arregimentar apoio (ESFORÇO..., p. 2, 23.09.2000).

Lerner entrou na campanha de Taniguchi somente na última semana, e Greca, participou de programa eleitoral nos últimos dias na primeira etapa. O triunvirato estava disperso. Para o grupo que apoiava Taniguchi as imagens dos ex-prefeitos e atual governador, em função dos problemas financeiros do Estado que este último enfrentava, poderiam prejudicar a campanha de Cássio (CAMPANHA APARTA... 2000, p. 3).

O PT no segundo turno ampliou suas alianças com os partidos PMDB, PSDB, PDT e outros partidos, porém com algumas divisões nesses partidos. Os candidatos, representantes destes partidos, aliaram-se apoiando a campanha de Vanhoni no segundo turno, dificultando a reeleição de Taniguchi. O propósito dessa aliança era muito claro, derrubar o grupo de Lerner, força política que há 12 anos estava no governo da prefeitura de Curitiba. Então, com o eleitorado dividido, Vanhoni representava a possibilidade de mudança e, de quebra, daquele ciclo. Vanhoni liderou as pesquisas no segundo turno, somente no fim da campanha eleitoral os candidatos ficaram com empate técnico e o quadro se tornou indefinido.

Taniguchi se reelegeu no segundo turno com uma vitória apertadíssima emplacando 51,48% dos votos, contra 48,52% obtidos por Vanhoni.

Com esse resultado surpreendente foi que Vanhoni conquistou maior popularidade e se fortaleceu como candidato com potencial para se candidatar novamente à Prefeitura de Curitiba em 2004. O PT, como oposição e esquerda veio num crescente conquistar de votos, firmou-se como a terceira opção política, quebrando a hegemonia e predomínio dos partidos de centro-direita que polarizam as eleições e a política paranaense (PMDB – PFL). Nos cenários federal e estadual nas eleições de 2002 a insatisfação do povo com os governos ficou mais evidente.

As eleições municipais, majoritária e proporcionais, realizaram-se no dia 1º de outubro de 2000. O segundo turno se realizou em 29 de outubro. As propagandas eleitorais gratuitas transmitidas em rádio e televisão tiveram início no dia 15 de agosto de 2000.

6.10.2 Dados estatísticos, resultados eleitorais e análise

QUADRO 6.6 – CANDIDATOS E COLIGAÇÕES – 2000

Candidato a Prefeito e Vice (Partidos)	Coligação	Partidos Coligados
Cássio Taniguchi – PFL	Movimento	PFL, PL, PPB, PRN, PRP, PSB,
Carlos Alberto Richa – PTB	Curitiba Sempre Com Você	PSC, PDS, PSL, PST, PT do B, PTB e PTN
Ângelo Carlos Vanhoni – PT	Curitiba Vida	PC do B, PCB, PHS, PMN, PPS
José Maurino de Oliveira Martins – PPS	Melhor	e PV
Maurício Requião de Mello e Silva – PMDB	Coligação da	PMDB e PAN
Ernani Moreno Silva – PAN	Oposição	
Luiz Forte Netto – PSDB	Curitiba Forte	PSDC e PSDB
Walter Kolb – PSDC		
Eduardo Requião de Mello e Silva – PDT	Pela Vida com	PDT e PGT
Yara Loeffler – PGT	Dignidade	
Jamil Nakad – PRTB	Chega dos	
Marta Mônica Coelho Cassarotti – PRTB	Mesmos	
Diego Sturdze – PSTU	Não Vote em	
Júlio Cezar de Jesus – PSTU	Burguês, vote16	

FONTE: TRE-PR.

Essa eleição foi a primeira que chegou ao segundo turno. No primeiro turno, no panorama da participação eleitoral, apresentava-se com baixa mobilização eleitoral de 83,52%, participação semelhante ao pleito de 1985. Eleição com grandes coligações e volatilidade eleitoral, que indicaram um quadro de instabilidade, o que implica em transferência de votos (coligações). Percebe-se nas pesquisas de intenção de voto no período de campanha que os partidos PSDB e PMDB não conseguiram alavancar seus candidatos e que há pequena migração das intenções, e depois em votos, do PMDB para o PT. O candidato Vanhoni do PT é o que mais cresce nas pesquisas à medida que Cássio Taniguchi cai, indicando a mudança de apoio pelo eleitorado, migração de votos de Cássio para Vanhoni. Embora a eleição tivesse ficado polarizada entre Taniguchi e Vanhoni, havia certa heterogeneidade partidária, o PMDB e PSDB ficaram em terceiro e quarto lugares somando juntos 18,61% dos votos válidos, esse fenômeno também estaria ligado a possíveis mudanças, principalmente com a possibilidade de um segundo turno. O partido governista não conseguiu concentrar suficientemente os votos, resultado que implicou num segundo turno. O alto índice de abstenção, 6,48%, veio num crescente ao longo das eleições, chegando muito próximo do obtido em 1985, época de transição. Os votos em branco voltaram a crescer, 3,21%; em contrapartida os votos nulos caíram para 3,83% e esses resultados foram indicativos da dispersão de votos entre os partidos/candidatos. Cabe observar que os atores políticos no processo eleitoral não foram de imediato, decisivos para o eleitorado. Tanto que a competitividade eleitoral entre o primeiro e o segundo colocados é de 8,6 pontos, número muito baixo indicando um ambiente de alta competitividade eleitoral entre os candidatos / partidos (PFL e PT). Foi nessa eleição que os elementos esquerda – direita tornaram-se decisivos na opção de voto na história das eleições majoritárias de Curitiba.

No segundo turno, obviamente, a competitividade eleitoral foi muito alta, reduzindo a distância entre os candidatos/partidos em apenas 2,9 pontos. É a menor de todos os pleitos da redemocratização entre o partido situacionista e a oposição. Este resultado implicou em espaço político eleitoral conquistado pelo PT junto ao eleitorado curitibano, denotando fortes traços de mudança por vir. A participação eleitoral se manteve praticamente estável (baixa) com 83,59%, índice que, segundo análise temporal comparada, não resultou em mudanças efetivas (mas poderia encaminhá-las). A abstenção, portanto, se manteve estável em 16,40%; os índices de votos brancos reduziram bastante, ficando com 1,35%, terceiro menor do período; os votos nulos

fizeram o menor índice de todo o período 1,79%. São números que mostram a intensidade da competitividade do pleito.

Pela primeira vez ocorreu o alinhamento dos votos, estruturaram-se em esquerda e direita. Houve transferência significativa de votos dos partidos concorrentes (PMDB, PSDB e PDT) que se coligaram com o PT no segundo turno, demonstrando alto grau de instabilidade quanto à volatilidade eleitoral nesse turno, a mais fácil de observar em função do segundo turno. A quantidade de votos que migraram para o PT (131.368) foi superior aos que migraram para o PFL (83.818).

Para facilitar a análise comparada e visualização da evolução de votos, do primeiro turno para o segundo, têm-se os resultados dos dois momentos por zonas eleitorais para os dois principais candidatos que mobilizaram os eleitores dispostos nos polos esquerda-direita nessa eleição (ver tabela 7.4). No primeiro turno Taniguchi foi vitorioso em todas as zonas eleitorais, já no segundo turno o candidato do PT, Vanhoni, conquistou quatro das dez zonas eleitorais. As zonas eleitorais. 4^a, 145^a, 175^a e 176^a são vizinhas e compreendem bairros que concentram predominantemente as populações das classes mais pobres da capital paranaense. Vanhoni aumentou em média 38,04%, nas dez zonas eleitorais; em contrapartida Taniguchi aumentou em média, 16,83%.

TABELA 6.34 – INFORMATIVO/ESTATÍSTICO (1º TURNO) – 2000

Eleitores Aptos Totalizados	1.110.189	(Eleitorado)
Votos Nominais	861.993	92,96%
Votos Brancos	29.770	3,21%
Votos Nulos	35.497	3,82%
Comparecimento	927.260	83,52%
Abstenção	182.929	16,48%
Seções com Urna	2552	-
Seções Totalizadas	2552	100%

FONTE: TRE-PR.

TABELA 6.35 – RESUMO DA VOTAÇÃO DOS CANDIDATOS NO 1º TURNO – 2000

Nº	Candidato	Partido	Coligação	Qtd. Votos	Class.	% val.	% Comp.
25	Cássio Taniguchi	PFL	PFL, PL, PPB, PRN, PRP, PSB, PSC, PDS, PSL, PST, PT do B, PTB e PTN	378.993	1º	43,97	40,87
13	Ângelo Carlos Vanhoni	PT	PT, PC do B, PCB, PHS, PMN, PPS e PV	304.902	2º	35,37	32,88
15	Maurício Requião de Mello e Silva	PMDB	PMDB e PAN	89.017	3º	10,33	9,60
45	Luiz Forte Netto	PSDB	PSDB e PSDC	71.394	4º	8,28	7,70
12	Eduardo Requião de Mello e Silva	PDT	PDT e PGT	9.773	5º	1,13	1,05
28	Jamil Nakad	PRTB	-	6.783	6º	0,79	0,73
16	Diego de Sturdze	PSTU	-	1.131	7º	0,13	0,12

FONTE: TRE-PR.

TABELA 6.36 – RESUMO DA VOTAÇÃO NO 2º TURNO

Candidato	Coligação	Qtd. Votos	% val.
Cássio Taniguchi – PFL	PL, PPB, PRN, PRP, PSB, PSC, PDS, PSL, PST, PT do B, PTB e PTN	462.811	51,48
Ângelo Carlos Vanhoni – PT	PC do B, PCB, PHS, PMN, PPS e PV – PMDB, PSDB e PDT	436.270	48,52
Votos Brancos	-	12.378	1,33
Votos Nulos	-	16.605	1,79
Abstenção	-	182.125	16,40

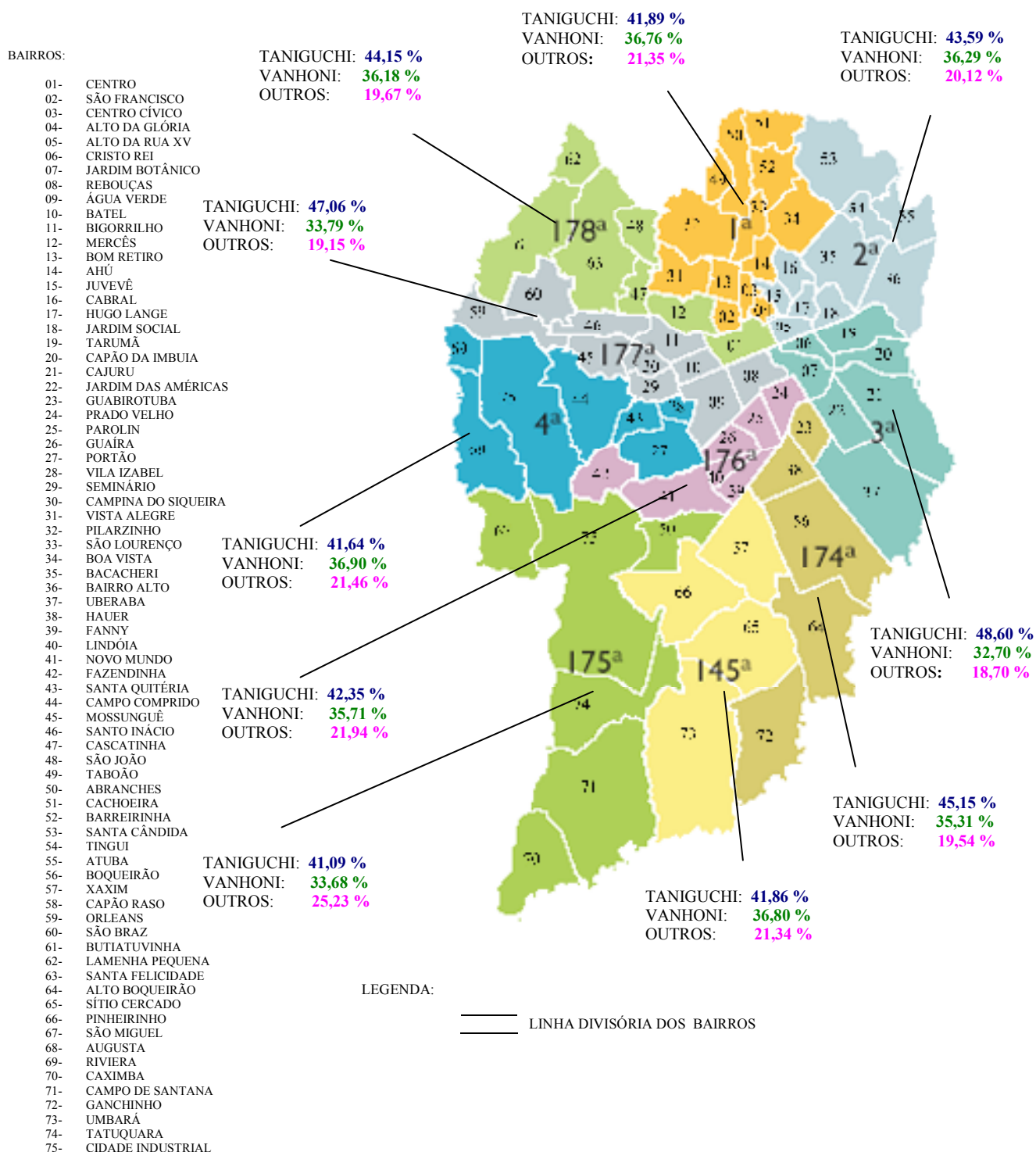
FONTE: TRE-PR

TABELA 6.37 – VOTAÇÃO NOS DOIS TURNOS DOS DOIS PRINCIPAIS CANDIDATOS – 2000

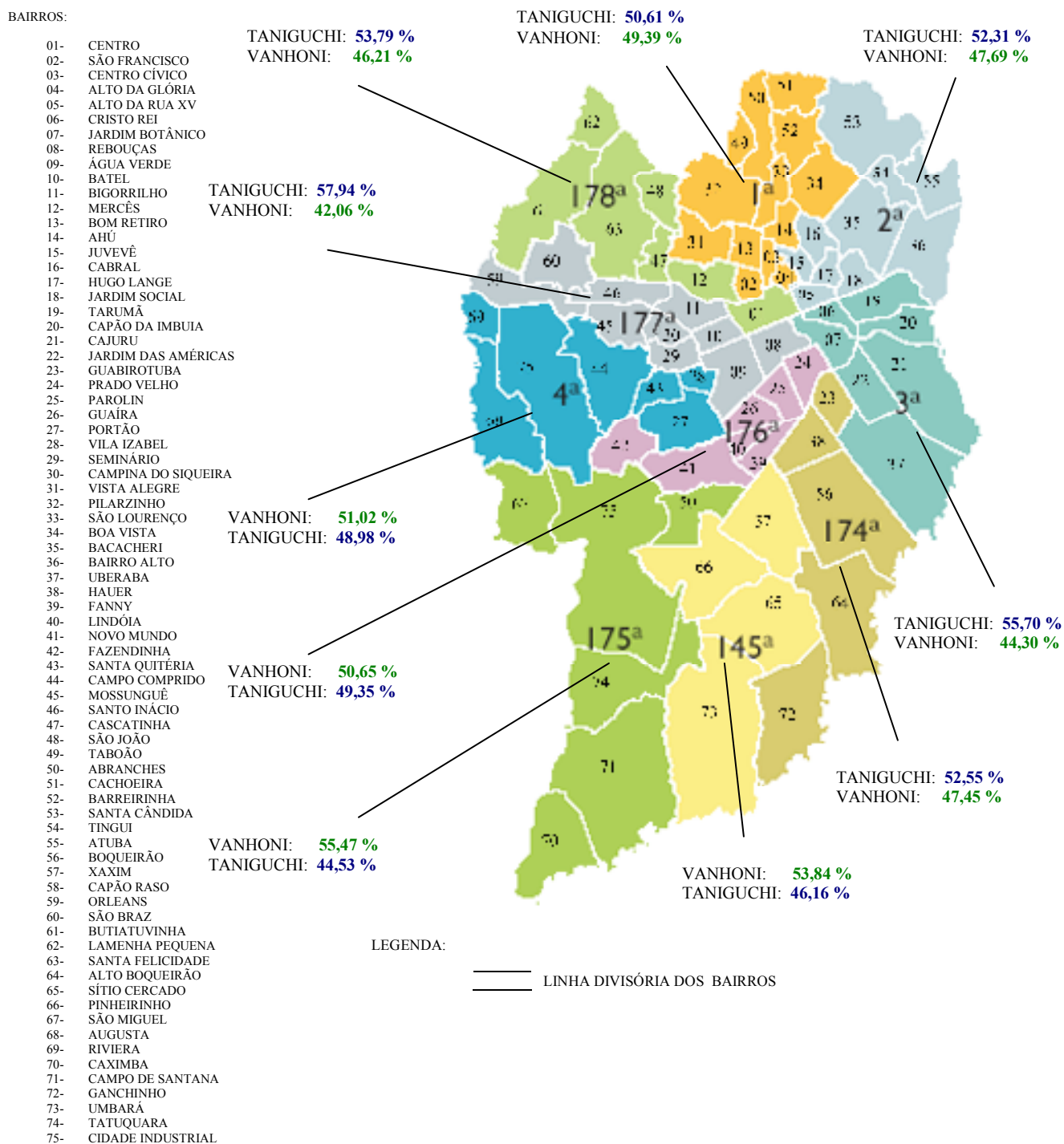
PRIMEIRO TURNO										
ZONAS % CANDIDATOS	1 ^a	2 ^a	3 ^a	4 ^a	145 ^a	174 ^a	175 ^a	176 ^a	177 ^a	178 ^a
Taniguchi	41,89	43,59	48,60	41,64	41,86	45,15	41,09	42,35	47,06	44,15
Vanhoni	36,76	36,29	32,70	36,90	36,80	35,31	33,68	35,71	33,79	36,18
SEGUNDO TURNO										
ZONAS % CANDIDATOS	1 ^a	2 ^a	3 ^a	4 ^a	145 ^a	174 ^a	175 ^a	176 ^a	177 ^a	178 ^a
Taniguchi	50,61	52,31	55,70	48,98	46,16	52,55	44,53	49,35	57,94	53,79
Vanhoni	49,39	47,69	44,30	51,02	53,84	47,45	55,47	50,65	42,06	46,21

FONTE: TRE-PR.

MAPA 6.4 – RESULTADO DAS PRINCIPAIS OPÇÕES POLÍTICAS DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE CURITIBA EM 2000 – DISTRIBUÍDOS POR ZONAS ELEITORAIS – 1º TURNO



MAPA 6.5 – RESULTADO DAS PRINCIPAIS OPÇÕES POLÍTICAS DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE CURITIBA EM 2000 – DISTRIBUÍDOS POR ZONAS ELEITORAIS – 2º TURNO



6.10.3 Evolução dos candidatos nas pesquisas de intenção de voto

As pesquisas de intenção de voto foram utilizadas neste trabalho, para demonstrar a evolução dos candidatos durante o período eleitoral na opinião dos eleitores. Estas pertencem a dois institutos de pesquisas que serviram de referência, a saber, o Datafolha e o Ibope. Os resultados aqui compilados são dos jornais, dois paranaenses de maior circulação no Paraná, a Gazeta do Povo e o Jornal do Estado, e, em nível nacional, da Folha de São Paulo (ver tabelas 6.38, 6.39, 6.40).

As eleições municipais majoritárias e proporcionais se realizaram no dia 1º de outubro de 2000. O segundo turno para prefeito ocorreu em 29 de outubro. O candidato-prefeito do PFL tinha à mão as máquinas, a própria prefeitura de Curitiba, o apoio do governo de estado, Jaime Lerner, PFL, que por sua vez apoiava o então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, do PSDB.

A partir das primeiras divulgações das pesquisas de intenção de voto, o candidato-prefeito Cássio Taniguchi, PFL, larga em alta, com 42% das intenções (09 de junho de 2000). Lidera todas as pesquisas de opinião no primeiro turno. O candidato de esquerda, Ângelo Vanhoni do PT, que faz a oposição nesse pleito, sai em baixa, com apenas 5% das intenções de voto.

Têm-se dois momentos nas pesquisas realizadas no primeiro turno que denotam o crescimento e o decréscimo dos candidatos. O primeiro momento das pesquisas delineia o seguinte cenário. Em meados de junho o nome do senador Roberto Requião, PMDB, era incluído ainda nas pesquisas e tinha 30% das intenções de voto contra 42% de Cássio. Os jornalistas (Gazeta do Povo – 09/06/2000), com a não entrada de Requião na disputa, sugeriram que isso fortaleceria Taniguchi. Ao se observar a evolução das pesquisas constata-se que os maiores beneficiados foram seus irmãos candidatos Maurício Requião e Eduardo Requião. Maurício salta de 1% (em 09/06/2000) para 10% em julho, e Eduardo começa praticamente com 9% em julho. Cássio cresceu apenas dois pontos percentuais no período e Vanhoni, 3 pontos percentuais. Brancos e nulos também aumentaram em três pontos percentuais; indecisos, aumentaram em 1%. Nesse quadro das intenções Taniguchi tem a sua progressiva ascensão. Vanhoni cresce lentamente sem chamar muita atenção. Os irmãos Requião têm uma ligeira estabilidade. Os demais candidatos ainda não são definidos ou têm uma participação inexpressiva.

Em um segundo momento, o quadro das pesquisas de intenção de voto começa a se alterar e apresenta uma nova configuração que indicava o segundo turno. As propagandas eleitorais gratuitas transmitidas em rádio e televisão iniciam no dia 15 de agosto de 2000. A partir desse fato constata-se na pesquisa subsequente do Instituto Datafolha (Folha de São Paulo em 24/08/2000) que as propagandas através da mídia surtiram efeitos significativos na opinião pública. Os percentuais individualizados em cada pesquisa oscilaram relativamente pouco. Taniguchi chega na sua pontuação máxima de 57% e a partir daí começa o seu declínio até atingir os 44 pontos. Vanhoni emplaca 12% nessa mesma pesquisa, ultrapassa o candidato do PMDB, Maurício Requião, passa a ocupar o segundo lugar nas pesquisas e impõe um crescimento progressivo até atingir 27 pontos percentuais na última pesquisa antes do sufrágio. Maurício Requião tem 11%, cresce muito pouco atingindo 14%, no entanto, termina retornando ao mesmo índice (11%). Seu irmão Eduardo Requião, pelo PDT, já em queda, com 3%, finaliza com 2% das intenções. Forte Netto, PSDB, entra no páreo com 2% e cresce lentamente chegando a 7%. Os candidatos Jamil Nakad e Diego Sturdze continuam na inexpressividade de intenção de voto. Os dois principais candidatos fecharam o primeiro turno assim, Taniguchi com 43,97% dos votos válidos e Vanhoni com 35,37%. Foi com esse quadro que Vanhoni chegou ao segundo turno com o prefeito-candidato Taniguchi.

Observou-se que o crescimento da esquerda, PT, e o decréscimo da direita, PFL, foram inversamente proporcionais. Foi pela insatisfação com o que aí estava que cresceu a opção pela mudança política.

No segundo turno o candidato da esquerda, segundo pesquisa do Datafolha do dia 5 de outubro, recomeça a sua campanha agora em alta com 56% contra 36% de Taniguchi, com uma diferença de vinte pontos percentuais. Vanhoni acumula os percentuais da oposição contra Taniguchi. O fenômeno da inversão proporcional se repetiu nas pesquisas de intenção em quase todo o período de campanha daquele segundo turno em outubro, chegando a inverter novamente as posições dos candidatos na escala de intenções e finalizando a campanha com a estabilidade de 46% das intenções de voto para ambos os candidatos. Essa tendência ao equilíbrio indicava que o pleito seria muito competitivo. Esse fenômeno observado da tendência a centralizações dos polos, esquerda-direita (Irene Delgado Sotillos, 2003), é uma tentativa de equilibrar as diferenças e de tender ao centro, como uma resultante.

TABELA 6.38 – DATAFOLHA GAZETA DO POVO – 2000 (PESQUISAS ESTIMULADAS)

CANDIDATOS	PARTIDOS	Datafolha 26/07/00	Datafolha 09/08/00	Datafolha 24/08/00	Datafolha 05/09/00	Datafolha 14/09/00	Datafolha 22/09/00	Datafolha 29/09/00
Cássio Taniguchi	PDT	49	54	57	53	51	45	44
Ângelo Vanhoni	PT	9	7	12	14	19	21	27
Maurício Requião	PMDB	10	12	11	14	12	12	11
Forte Netto	PSDB	0	1	2	5	6	5	7
Eduardo Requião	PDT	9	7	3	3	2	3	2
Jamil Nakad	PRTB	1	1	0	0	0	0	1
Diego Sturdze	PSTU	0	0	0	0	0	0	0
Branços / Nulos		13	10	8	6	5	5	4
Não sabem / Indecisos		8	7	6	4	4	6	4

FONTE: IDADE..., 2000, p. 13; 1º Turno..., 2000, p. 12; PROPAGANDA ELEITORAL..., 2000, p.20; PESQUISA APONTA QUEDA ..., 2000, p. 24.

TABELA 6.39 – IBOPE / REDE GLOBO – 2000

CANDIDATOS	PARTIDOS	22/08/00	30/08/00	13/09/00	22/09/00
Cássio Taniguchi	PFL	51	53	49	44
Ângelo Vanhoni	PT	10	10	16	17
Maurício Requião	PMDB	12	11	13	14
Luiz Forte Neto	PSDB	1	2	5	8
Eduardo Requião	PDT	4	4	2	2
Jamil Nakad	PRTB	-	- de 1%	- de 1%	1
Diego Sturdze	PSTU	-	- de 1%	- de 1%	-
Branços / Nulos		12	10	6	5
Não sabem / Indecisos		10	11	8	9

FONTE: IBOPE MOSTRA..., 2000, , p. 10; PESQUISA IBOPE MANTÉM..., 2000, p. 17; QUADRO ELEITORAL..., 2000, p. 13; V..., 2000, p. 10.

TABELA 6.40 – INSTITUTO DATAFOLHA – PESQUISAS DE INTENÇÃO DE VOTO
PARA O 2º TURNO EM % – 2000

CANDIDATOS	PARTIDOS	Datafolha 05/10/00	Datafolha 18/10/00	Datafolha 20/10/00	Datafolha 24/10/00	Datafolha 28/10/00
Cássio Taniguchi	PDT	36	42	42	46	46
Ângelo Vanhoni	PT	56	50	49	44	46
Brancos / Nulos		3	3	3		
Não sabem		5	6	7		

FONTE: ÂNGELO VANHONI TEM..., 2000, p. 12; EVOLUÇÃO..., 2000, p. 4.

6.10.4 Análise e hipóteses da identificação do tipo de voto

Neste pleito de 2000, em função dos dois turnos, teremos dois comportamentos eleitorais respectivos, o primeiro dirigido naturalmente pelo eleitorado e o segundo direcionado pela regra de turnos. A última eleição do período da redemocratização estudado fecha o ciclo de eleições com um ambiente eleitoral e com um quadro geral de resultados semelhantes em alguns aspectos, quando começou em 1985.

No primeiro turno os fatores que sugerimos como hipóteses do comportamento eleitoral da última eleição municipal majoritária, até então em estudos, são orientados primeiramente pelo ambiente eleitoral. O ambiente estava caracterizado por uma das mais baixas mobilizações eleitorais do período da redemocratização, 83,52%, índice muito próximo do obtido em 1985 (primeira eleição municipal pós-64). Consequentemente, o segundo maior índice de abstenção, 16,48%. Foi a segunda menor distância entre os partidos que polarizaram o pleito, 8,6 pontos, ou seja, alta competitividade eleitoral, só que nessa disputa a redução da distância foi feita pelo partido de esquerda, o PT. E associadas a esses dados tem-se a segunda menor taxa de votos nulos, 3,83% e a terceira menor taxa de votos brancos, 3,21%. O grau de heterogeneidade, com um partido de esquerda e outro de direita, definindo a volatilidade eleitoral. Para isto, basta comparar as pesquisas de intenção de voto com os resultados e perceber o quanto de voto migrou para a esquerda no primeiro turno. Esses números expressam um ambiente que caracteriza mudanças no cenário político curitibano.

Posto isto, tem-se o maior crescimento do Partido dos Trabalhadores nessas eleições municipais de Curitiba. Cabe lembrar que o PT foi o único partido que cresceu ao longo das

eleições no período. E encontra espaço justamente no momento de desgaste da era Lerner e seu grupo político e pelo fato do PMDB não conseguir apresentar candidatos que fizessem frente de oposição aos candidatos do grupo de sucessores de Lerner.

Vanhoni fecha o segundo turno com 35,37% dos votos válidos. A situação, com o prefeito-candidato Taniguchi, perde votos marcando 43,97% dos votos. O resultado que mais se aproximou desta eleição foi de 1985, quando Requião derrotou Lerner com uma diferença muito pequena de votos e, em seguida, na disputa de 1988, quando Lerner venceu fazendo a mudança de governo na Prefeitura. O crescimento do PT foi significativo e no âmbito nacional, não apenas localizado em Curitiba, e estava associado à sua nova postura como oposição, e identificado pela demanda do eleitorado como uma opção de mudança, sobretudo na condição social do país, que paga o preço da recessão econômica imposta pelo Real e sua estabilização nos dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso. O fato de o PMDB e o PSDB, partidos de centro-direita, e que a princípio poderiam fazer frente ao PFL de Taniguchi e Lerner, terem ficado divididos em apoiar o grupo de Lerner ou seus candidatos (interesses políticos), evidencia a fragmentação partidária dos partidos de direita que fariam oposição a Taniguchi e tem, por consequência, a dispersão dos votos. O PT ganha com isso, absorvendo boa parte dos flutuantes insatisfeitos com a situação.

Portanto, sugerimos que um dos fatores-chave que orientou o voto ideológico foi o alinhamento esquerda-direita, em razão do alto percentual de votos obtidos pelo PT, localizando-o em segundo lugar, não obstante, estar a esquerda um pouco mais fraca no primeiro turno. O PT foi o único partido que cresceu conquistando o eleitorado nas últimas três eleições em Curitiba; em 1992 ficou em quarto, em 1996 em terceiro, e naquela eleição de 2000, em segundo. Tanto é verdade que se romperam as polarizações entre os partidos governistas. O Partido dos Trabalhadores entrara, então, no jogo como uma outra opção (terceira via). O PMDB do grupo político de Requião, com o seu candidato e irmão Maurício Requião não consegue fazer frente a Taniguchi e ao grupo de Lerner. Com a subida do PT na classificação o eleitorado quebra esse ciclo PDT/PFL *versus* PMDB ou Lerner *versus* Requião.

A hipótese sugerida da orientação do voto que elegeu Cássio Taniguchi – PFL é novamente na direção da avaliação de desempenho do prefeito-candidato que era boa, mas a sua pontuação na eleição foi abalada pela avaliação de desempenho de seu avalista, Jaime Lerner, no governo do estado. Lerner estava em plena queda nas pesquisas (Datafolha) (possivelmente

exacerbada em função dos ataques em campanha). A avaliação de desempenho do governador Jaime Lerner em seu segundo mandato estava invertendo os conceitos; em junho de 2000 pontuava 44% com conceitos ótimo e bom, 27% regular e 27% ruim e péssimo, e em dezembro os conceitos se encontram em 35%. São indícios do declínio da era Lerner. A rejeição de Taniguchi em todo o período de campanha foi bem menor que a rejeição de Vanhoni, fato que também favoreceu o candidato da situação.

No segundo turno o crescimento do partido de esquerda PT se dá com a forte coligação, com a soma de parte dos votos dos partidos PMDB, PSDB e PDT. Parte desses votos, flutuantes, migra também para Taniguchi. Podemos sugerir a hipótese do voto ideológico na polarização PT (e coligações) – PFL (e coligações) no primeiro turno e mais significativamente no segundo, principalmente com os votos dados ao partido de esquerda, PT. Não podemos afirmar que essa ideologia é, na sua maioria, um posicionamento do eleitor na escala esquerda-direita, isto é, uma identificação partidária, mas foi significativa no primeiro turno, porque foi natural. Já no segundo turno, a polarização exacerba os resultados pelo favorecimento da regra e pelo reforço das novas coligações partidárias atraindo votos de diferentes naturezas e razões. O que não exclui a opção do eleitor de votar num partido de esquerda ou de direita, da situação ou da oposição, e essa opção, segundo Carreirão, terá, por mínimo que seja, um critério de avaliação para a escolha e decisão do voto.

6.11 AS ELEIÇÕES PROPORCIONAIS DE 2000

6.11.1 Análise da base de dados e dos resultados

TABELA 6.41 – CANDIDATOS ELEITOS À CAMARA MUNICIPAL DE CURITIBA – 2000

PARTIDOS	CANDIDATOS ELEITOS	VOTAÇÃO	%	%	SITUAÇÃO
			VOTOS VÁL.	VOTOS COMP.	
PSC	Mauro Rafael Moraes e Silva	22.586	2,66	2,44	Reeleito
PPB	Arlete Ivone Carames	14.160	1,66	1,53	Eleito
PPB	Osmar Stuart Bertoldi	13.873	1,63	1,50	Reeleito
PFL	Ailton Cardoso de Araujo	12.853	1,51	1,39	Reeleito

TABELA 6.41 – CANDIDATOS ELEITOS À CAMARA MUNICIPAL DE CURITIBA – 2000
(continuação)

PFL	João Cláudio Derosso	12.852	1,51	1,39	Reeleito
PFL	Reinhold Stephanes Junior	12.052	1,42	1,30	Eleito
PPB	Ney Leprevost Neto	11.908	1,40	1,28	Reeleito
PFL	Alexandre Maranhão Curi	11.777	1,38	1,27	Eleito
PPB	Valdemir Manoel Soares	10.691	1,26	1,15	Eleito 1ª média
PSDB	Sabino Picolo	10.132	1,19	1,09	Reeleito
PFL	Rui Kiyoshi Hara	9.726	1,14	1,05	Reeleito
PSC	Paulo Frote	9.631	1,13	1,04	Reeleito
PSB	Jairo Marcelino da Silva	9.512	1,12	1,03	Reeleito
PTB	Jair Cezar de Oliveira	9.478	1,11	1,02	Reeleito
PSDB	Luis Ernesto Alves Pereira	8.881	1,04	0,96	Reeleito
PSC	Fabio de Souza Camargo	8.869	1,04	0,96	Eleito
PTB	Aldemir João Manfron	8.401	0,99	0,91	Reeleito
PMDB	Marcelo Beltrão de Almeida	7.939	0,93	0,86	Eleito
PFL	Julietta Maria Braga Cortes Fialho dos Reis	7.923	0,93	0,85	Reeleita 2ª média
PSDB	Elias Vidal	7.472	0,88	0,81	Reeleito
PFL	Geraldo Claito Bobato	7.430	0,87	0,80	Reeleito 5ª média
PT	Natálio Stica	7.224	0,85	0,78	Eleito
PMDB	Celso Torquato	6.516	0,77	0,70	Eleito
PT	Antonio Tadeu Veneri	6.150	0,72	0,66	Reeleito
PDT	Jorge Luiz Bernardi	5.996	0,70	0,65	Reeleito
PSB	José Aparecido Alves	5.832	0,69	0,63	Reeleito 4ª média
PT	Adenival Alves Gomes	5.809	0,68	0,63	Eleito
PT	Clair da Flora Martins	5.807	0,68	0,63	Eleito
PMDB	Paulo Salamuni	5.211	0,61	0,56	Reeleito
PT	Andre Franco de Oliveira Passos	4.203	0,49	0,45	Eleito 6ª média
PDT	Angelo Batista	4.034	0,47	0,44	Eleito 3ª média
PSL	Antonio Osorio Bueno dos Santos	3.251	0,38	0,35	Eleito

FONTE: TRE-PR.

* NOTA: As médias foram recalculadas neste trabalho.

TABELA 6.42 – INFORMATIVO/ESTATÍSTICO – 2000

Eleitores Aptos Totalizados	1.110.189	100 %
Nº de Candidatos	3.375	100 %
Proporcionais		
Vagas (A)	35	100 %
Quociente	24.301	(B+C)/A
Votos Válidos (B+C)	850.525	91,72 %
Votos de Legenda (B)	140.786	15,18 %
Votos Nominais (C)	709.739	76,54 %
Votos Brancos/Proporcionais	55.935	6,03 %
Votos Nulos / Proporcionais	20.800	2,24 %
Comparecimento / Apurados	927.260	83,52 %
Abstenção	182.929	16,48 %
Seções Totalizadas	2.552	100 %

FONTE: TRE-PR.

TABELA 6.43 – DADOS E VOTAÇÕES – 2000

Coligações	Votos Nominais Partidos	Votos Nominais Coligações	Nom. %	Votos de Legenda	Leg. %	Cadeiras	Votos Válidos Totais	Votos Válidos %
PFL	148.650	149.345	17,56	42.953	5,05	09	192.454	22,63
PTN	695			156	0,02	-		
PT	65.191	71.540	8,41	54.954	6,46	06	127.319	14,97
PCB	271			306	0,04	-		
PC do B	4.100			356	0,04	-		
PMN	1.978			163	0,02	-		
PSC	78.763	80.831	9,50	1.803	0,21	03	82.739	9,73
PST	2.068			105	0,01	-		
PSDB	69.211	70.417	8,28	8.348	0,98	03	78.855	9,27
PSDC	1.206			90	0,01	-		
PMDB	59.116	60.010	7,06	15.803	1,86	03	76.678	9,02
PAN	894			865	0,10	-		
PTB	47.288	47.290	5,56	1.895	0,22	02	49.280	5,77
PRN	2			95	0,01	-		

TABELA 6.43 – DADOS E VOTAÇÕES – 2000 (continuação)

Coligações	Votos Nominais Partidos	Votos Nominais Coligações	Nom. %	Votos de Legenda	Leg. %	Cadeiras	Votos Válidos Totais	Votos Válidos %
PDT	42.024	42.028	4,94	3.586	0,42	02	45.704	5,37
PGT	4			90	0,01	-		
PRP	10.243	27.494	3,23	299	0,04	-	28.480	3,35
PSD	9.176			349	0,04	-		
PSL	7.311			270	0,03	01		
PT do B	764			68	0,01	-		
PPS	13.420	15.674	1,84	751	0,09	-	16.689	1,96
PV	2.254			264	0,03	-		
PSB	42.871	-	5,04	949	0,11	02	43.820	5,15
PPB	93.631	-	11,01	3.252	0,38	04	96.883	11,39
PL	7.039	-	0,83	766	0,09	-	7.805	0,92
PSTU	827	-	0,10	1.228	0,14	-	2.055	0,24
PRTB	742	-	0,09	1.022	0,12	-	1.764	0,21

FONTE: TRE-PR.

NOTA: * As cores indicam as coligações.

As eleições proporcionais à Câmara Municipal de Curitiba de 2000 têm o maior número de candidatos a vereador inscritos do período da redemocratização, 3.375 (vide Tabelas 6.41, 6.42 e 6.43). Tem-se novamente um percentual alto de reeleição, 65,71% dos vereadores-candidatos se reelegem, e 34,29% seria de renovação. Com o número recorde de candidatos e eleitores os desempenhos dos candidatos também se elevaram, alterando consideravelmente os resultados individuais e dos partidos. Foi a eleição que teve a maior representatividade na Câmara – 10 partidos têm candidatos eleitos. Tamanha é a heterogeneidade da Câmara que pode-se até sugerir uma fragmentação partidária.

O atual partido do governo estadual e municipal, PFL, de Jaime Lerner e Cássio Taniguchi, elege a maior bancada ficando com nove cadeiras na Câmara, e o partido que fez da oposição uma das mais competitivas da história do período, o PT, fica com a segunda maior bancada, seis cadeiras, demonstrando um grande crescimento nessas eleições. Com isso aumentam a distância, em percentuais de cadeiras obtidas pelos dois partidos mais votados e os demais.

Dos nove reeleitos pelo PFL, três eram dissidentes do PDT, um do PTB e outro do PMDB. Foi possível observar a ligeira migração que se deu de alguns partidos para o partido governista. Com a base eleitoral mais ampla e estável os candidatos tiveram maior probabilidade de se eleger nas eleições proporcionais. Nesses casos, a migração de candidatos aos partidos governistas determina a volatilidade do político e não do eleitorado. Esse fenômeno se repetiu em todas as eleições. Do PT, três foram reeleitos.

O PFL obteve a maior votação do pleito, 22,63% dos votos válidos; coligado com o PTN, este com resultados inexpressíveis, recebe a maior votação nominal 17,56% e a segunda posição em votos de legenda, 5,07%. Em termos de variabilidade eleitoral, característica das eleições proporcionais, o PFL teve a terceira maior média de votos dos partidos; porém o candidato eleito do partido com menor número de votos se elege com uma das maiores distâncias entre a média e o mínimo, 61,78%; e o mesmo candidato eleito em relação ao Quociente Eleitoral teve a proporção de 30,57%.

A coligação PT, PCB, PC do B e PMN, rendeu seis cadeiras ao PT. O partido tem a segunda maior votação, 14,97% dos votos; o PT, só em legenda, obtém 6,46%, e a coligação teve a terceira maior votação nominal, 8,41%. O candidato do PT eleito com a última colocação teve 61,78% da média do partido, é a maior distância entre média e mínimo de votos. Em relação ao Quociente Eleitoral se elegeu com a proporção de 17,30% de votos.

O PPB perdeu uma cadeira ficando com quatro, sendo que dois em forma de reeleições; foi o terceiro em votos, 11,39%; com uma baixa votação de legenda e alta votação nominal de 11,01%. Todos os seus candidatos eleitos tiveram boa votação. A votação mínima do candidato eleito foi de 84,46% de votos da média do partido, que por sua vez, deteve a melhor proporção do pleito comparado ao Quociente Eleitoral, de 43,99%.

Dos partidos que conquistaram três vagas cada, o PSC, coligado com o PST, conquistou suas primeiras cadeiras, no período estudado. O PSDB, coligado com o PSDC, perdeu quatro cadeiras, e o PMDB, coligado com o PAN, perdeu uma cadeira. Os três principais partidos (PSC, PSDB e PMDB) destas coligações ficaram na casa dos 9% de votos válidos. O PMDB ainda sustentou a pontuação em função dos votos de legenda. O melhor desempenho dos três partidos políticos ficou com o PST, que teve a maior média de votos do partido e a segunda melhor proporção em relação ao Quociente Eleitoral, 36,50%.

Outro bloco de partidos políticos que conquistaram duas cadeiras cada foi o PTB coligado com o PRN, o PDT coligado com o PGT, e o PSB, sem coligação. Todos ficaram com um pouco mais de 5% de votos válidos; o PTB teve o melhor desempenho dos três, com a melhor aproximação do pleito entre mínimo de votos e a média do partido, 93,98%. Em contrapartida o PDT teve uma das piores proporções entre mínimo de votos e Quociente Eleitoral, 16,60%.

O PSL, coligado ao PSD e PRP, conquistou a sua primeira cadeira na Câmara Municipal. Obtém 3,35% dos votos válidos, com esse resultado; consequentemente, o desempenho da coligação dentre os partidos políticos/coligações com candidatos eleitos foi o mais fraco do pleito. O único candidato eleito do PSL se elege com apenas 13,38% dos votos em proporção ao Quociente Eleitoral.

TABELA 6.44 – VOTAÇÃO MÉDIA E MÍNIMO DE VOTOS DOS CANDIDATOS ELEITOS À CÂMARA DE VEREADORES DE CURITIBA (Quociente Eleitoral = 24.301) – 2000

Partidos e Coligações	Cadeiras (35)	Votação Média (eleitos)	Mínimo de Votos (eleitos)	Distância entre Média e Mínimo (%)	Proporção Votos
					Mínimo => Quociente Eleitoral (%)
PFL	09	10.838,78	7.430	68,55	30,57
PTN	-				
PT	06	6.803,00	4.203	61,78	17,30
PCB	-				
PC do B	-				
PMN	-				
PSC	03	13.695,33	8.869	64,76	36,50
PST	-				
PSDB	03	8.828,33	7.472	84,64	30,75
PSDC	-				
PMDB	03	6.555,33	5.211	79,79	21,44
PAN	-				
PTB	02	8.939,50	8401	93,98	34,57
PRN	-				
PDT	02	5.015,00	4.034	80,44	16,60
PGT	-				

TABELA 6.44 – VOTAÇÃO MÉDIA E MÍNIMO DE VOTOS DOS CANDIDATOS ELEITOS À CÂMARA DE VEREADORES DE CURITIBA (Quociente Eleitoral= 24.301) – 2000 (continuação)

Partidos e Coligações	Cadeiras (35)	Votação Média (eleitos)	Mínimo de Votos (eleitos)	Distância entre Média e Mínimo (%)	Proporção Votos Mínimo => Quociente Eleitoral (%)
PRP	-				
PSD	-				
PSL	01	3.251,00	3.251	100,00	13,38
PT do B	-				
PSB	02	7.672,00	5.832	76,02	24,00
PPB	04	12.658,00	10.691	84,46	43,99
Total/Média	35	8.425,63			

FONTE: TRE-PR.

NOTA: * Calculados neste trabalho.

** As cores indicam as coligações.

6.12 ELEIÇÃO MUNICIPAL PARA PREFEITO DE CURITIBA – 2004

6.12.1 Contextualização da Eleição e Candidatos

As eleições municipais de três de outubro de 2004 ocorreram sob o clima de mudança política. Assim como foram as eleições de 2002, quando o petista Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito presidente da República, derrotando o tucano José Serra, era a primeira vez que a esquerda conquistava o poder na esfera federal. Para o governo do Estado do Paraná fora eleito Roberto Requião de Mello e Silva²⁸ (PMDB), derrotando o senador, Álvaro Fernandes Dias (PSDB). No Senado foram eleitos Flávio Arns – PT (Coligação Renova Paraná) e Osmar Dias – PDT (Coligação Vote 12). O Partido dos Trabalhadores foi o vitorioso nas eleições de 2002, o cenário político sofrera a maior transformação. A oposição, de esquerda, tornava-se governista e a direita (e parte de centro) virava oposição. As Casas estavam fragmentadas, porém formando blocos²⁹.

²⁸ Requião foi reeleito em 2006, derrotando o candidato, senador Osmar Fernandes Dias, pelo PDT.

²⁹ As 30 vagas para a Câmara dos Deputados foram preenchidas assim: a coligação “**Paraná de Todos Nós**”, PSDB-PFL-PSL-PAN, ficou com sete vagas, sendo cinco representantes do PSDB e dois do PFL; a coligação “**Vote 12**”

A eleição de 2004 foi a que apresentou o maior número de candidatos à Prefeitura de Curitiba, nos períodos investigados, foram 12 candidaturas, 26 nomes, contando com os vices. Essa eleição majoritária demarcou a polarização no primeiro turno, com os dois candidatos mais votados. Carlos Alberto Richa (PSDB) obteve 35,05% dos votos válidos, e Ângelo Vanhoni (PT), 31,18% dos votos. O prefeito eleito no segundo turno foi o tucano Beto Richa, com 54,78% dos votos. O candidato de esquerda, Ângelo Vanhoni, ficou com 45,22% dos votos. Dos demais candidatos apenas três acreditavam que poderiam chegar ao segundo turno e lutavam contra a polarização, Rubens Bueno (PPS), Osmar Bertoldi (PFL) e Mauro Moraes (PL).

Beto Richa não queria o apoio de Taniguchi porque este representava o grupo do qual ele fazia parte, e porque as imagens desgastadas dos atores do grupo político de Lerner, de seu governo, e de seus sucessores poderiam prejudicar a sua eleição, uma vez que o movimento de mudança foi expressivo na eleição anterior, levando o candidato petista Vanhoni ao segundo turno, e esse fenômeno estava presente e ameaçando a sucessão por Beto Richa. Portanto, romper e desvincular-se da imagem de vice-prefeito de Cássio Taniguchi se faziam necessários. Entretanto, ambos os candidatos, Beto Richa (PSDB) e Ângelo Vanhoni (PT), declararam-se de oposição à gestão de Cássio Taniguchi. O partido do governo municipal também tinha em suas metas a candidatura própria, o pefelista Osmar Bertoldi foi o candidato.

Em geral todos os candidatos foram semelhantes ou, senão, convergentes em torno das propostas de manter a continuidade da administração local, equilíbrio de contas públicas e integração da gestão da Capital com a Região Metropolitana.

Carlos Alberto Richa é descendente de libaneses, nascido em Londrina em 1965, conhecido como Beto Richa, filho do ex-governador e ex-senador José Richa. Beto Richa exerceu dois mandatos como deputado estadual, eleito em 1994 e 1998; eleito pelo PTB vice-prefeito de Cássio Taniguchi (PFL) na eleição anterior, acumulou o cargo de Secretário de Obras Públicas no primeiro mandato daquele. Concorreu ao governo do Estado do Paraná nas eleições de 2002 já pelo PSDB, uma forma de ensaio político eleitoral a vãos mais altos. Beto Richa foi

PDT-PTB-PTN-PPB-PRP-PT do B obteve oito cadeiras, sendo, PPB com quatro, PTB com três e PDT com duas; o PMDB sem coligação ficou com seis cadeiras; a coligação **“Vote Limpo 23”**, PPS-PV, elegeu dois representantes do PPS; e a coligação **“Renova Paraná”** PT-PHS-PCB-PC do B-PL elegeu, o PT, sete, e o PL, um deputado. As 54 vagas da Assembleia Legislativa ficaram assim distribuídas: a coligação **“Paraná de Todos Nós”** PSDB (cinco deputados) / PFL (sete) / PSL (dois) / PAN; a coligação **“Vote 12”** PDT (6) / PTB (3) / PTN / PPB (4) / PRP (1) / PT do B; coligação **“Vote Limpo 23”** PPS (3) / PV; a coligação **“Socialismo com Liberdade”** PSB (3) / PGT; coligação **“Movimento Social Cristão”** PSC (1) / PST; e a coligação **“Renova Paraná”** PT (9) / PHS / PCB / PC do B / PL (2).

apadrinhado pelos irmãos Álvaro Fernandes Dias (PSDB) e Osmar Fernandes Dias (PDT), lançou sua candidatura fazendo “oposição” ao prefeito Taniguchi e a seu candidato. Apresentava-se como independente e líder de um novo grupo político, e, representando uma nova geração de políticos em Curitiba, “sem” os vícios das administrações anteriores, embora tivesse sido o vice-prefeito de Taniguchi e tentado com êxito desvincular sua imagem a de Taniguchi, que por sua vez remete à imagem de Lerner, ele dá continuidade ao perfil técnico e ao estilo de administração pública voltada a obras públicas da engenharia que seriam traços dos seus predecessores, e, sobretudo, pelos grupos políticos e econômicos que o “cercam”; seu discurso era o de implantar um novo modelo de administração, democrática e solidária (VOU MARCAR... p. 10, 24.09.2004). Apresenta imagem de inovador. Richa ao falar de solidariedade tenta não incorrer no erro cometido por Cássio Taniguchi em campanha, que teve que mudar de discurso no segundo turno em 2000, aproximando-se das propostas do candidato do PT, Vanhoni, para conseguir vencer. Com essa estratégia da campanha de Richa, os discursos e propostas dele e de Vanhoni, os dois candidatos mais fortes e que chegaram ao segundo turno, foram muito semelhantes. Mas uma das bandeiras e estratégias que ajudou a elegê-lo foi a proposta de reduzir a tarifa do transporte coletivo. Promessa cumprida, baixou em dez centavos a tarifa. Beto Richa candidatou-se com a coligação “Curitiba Melhor pra Você”, PSDB–PSB–PDT–PP–PAN–PTN–PRONA–PSL. O candidato a vice-prefeito indicado pelo PSB na chapa com Beto Richa foi Luciano Ducci, médico concursado da Prefeitura (1988), que em 1993 assumiu a diretoria de assistência da Saúde daquela secretaria; de 1995 a 1998 foi diretor geral da Secretária de Saúde; em 1998 ficou como Secretário de Saúde até 2002, quando saiu por desincompatibilização para concorrer a deputado estadual.

Concorrendo à Prefeitura de Curitiba pela terceira vez, o candidato da oposição representado pela esquerda, o petista Ângelo Carlos Vanhoni, no terceiro mandato consecutivo de deputado estadual, era líder da Assembleia Legislativa. Vanhoni lançou candidatura pela coligação “Tá na Hora Curitiba”, PT–PTB–PMDB–PSC–PCB–PC do B. O acordo entre PT e PTB foi costurado entre Flávio Martinez, Emerson Palmieri, Roberto Jefferson e José Genoíno. No discurso de campanha de Vanhoni, sua candidatura representava mudança; como nos pleitos anteriores propunha abrir a Prefeitura para a gestão administrativa participativa; o candidato petista tinha o apoio dos governos federal e estadual. O seu candidato a vice-prefeito foi Nizan Pereira (PMDB), ex-professor de Medicina da UFPR, que entrou na política em 1982 quando

teria participado das eleições de José Richa, para o governo do estado, e de Roberto Requião, para deputado estadual em 1982. Foi secretário de Saúde (1985-1988) na administração municipal de Requião; e também assumiu a Secretaria de Saúde quando Requião foi eleito governador em 1990. No segundo mandato de Requião no governo do estado, Nizan estava comandando a pasta de Assuntos Estratégicos (2002-2004).

Cansado dos ataques e sem se defender com a campanha no estilo *light*, no mês de setembro a campanha do candidato do PT sofreu mudanças, os ataques deferidos pelo principal oponente do PSDB e de pequenos partidos são respondidos numa estratégia da nova equipe, que se somou a Maurício Requião, que se afastou posteriormente, Benoni Manfrin (PSC), Luiz Cláudio Romanelli (PMDB), o próprio candidato a vice, Nizan Pereira (PMDB), e os petistas Daniel Godoi e o deputado federal, Dr. Rosinha. O governador Requião também pediu mais empenho de seus secretários de Estado na campanha do candidato Vanhoni. Assim, mesmo a coordenação de campanha do PT enfrentava uma crise em razão das divisões dos partidos que compuseram a coligação, o PMDB era o mais crítico.

O presidente estadual do PMDB, Dobrandino Silva, o deputado Estadual, Rafael Greca, e o deputado federal, Gustavo Fruet, defendiam candidatura própria do PMDB nessa eleição, porém foram barrados pelo partido que resolveu dar apoio ao PT; participando da coligação, seria uma forma de evitar o surgimento de novas lideranças no partido. Este seria um dos motivos pelos quais Gustavo Fruet teria deixado o partido e, a partir de então, passou a declarar apoio ao candidato Beto Richa, do PSDB.

Rubens Bueno era o candidato a prefeito pelo PPS, e o vice, Augusto Canto Neto. Bueno na ocasião era presidente estadual do PPS, fora deputado estadual por dois mandatos (1982 e 1998), deputado federal em 1990, eleito prefeito de Campo Mourão em 1992, e candidato ao governo do Estado nas eleições de 2002. Em entrevista para o jornal *Gazeta do Povo* (22.09.2004, p. 9), Rubens Bueno declarou que pretendia uma administração “revolucionária” dando aos curitibanos o poder de decidir. Para ele as grandes coligações já teriam loteado os cargos e dividido o orçamento. Apresentou-se como alternativa, como uma nova forma de fazer política. No comando da campanha de Bueno estava Hélio Wirbiski, que apoiaria Vanhoni no segundo turno. O presidente do Partido, Roberto Freire, chegou a gravar programa de campanha em Curitiba. Bueno teve o apoio de “Ratinho”, Carlos Roberto Massa, com programas de televisão com apelo popular, na tentativa de atrair os eleitores de menor renda.

O candidato do prefeito Cássio Taniguchi era Osmar Stuart Bertoldi (PFL) que tinha como vice, Silvana M. Câmara V. Gioppo. Bertoldi, formado em Pedagogia, estava no terceiro mandato de vereador por Curitiba, ocupando o cargo de 1º Secretário na Comissão Executiva. O programa de campanha de Bertoldi estava alinhado à continuidade da administração de Taniguchi. Também bem orientado, queria promover mudanças sociais com a melhoria dos serviços. Na cola de Richa, também propôs baixar a tarifa do transporte público. O coordenador de campanha do PFL era o ex-deputado federal Joaquim dos Santos Filho. Cássio Taniguchi teria se utilizado de uma manobra eleitoreira, o desconto do IPTU de 20% pelo pagamento antecipado; consequentemente, o prefeito e o seu candidato foram muito criticados pelos oposicionistas. O candidato pefelista recebeu o apoio de Jorge Bornhausen e Romeu Tuma que participaram do seu programa eleitoral para televisão.

O candidato do Partido Verde (PV) era Antonio J. Melo Viana e o candidato a vice-prefeito era Paulo T. Murta Chaves. Melo Viana em seu discurso de campanha atacava a administração pública, que para ele estaria ainda na “era Vargas”. Priorizou em seu discurso a administração de Curitiba com poucas secretarias, Meio Ambiente, Cidadania, Paz, Saber, Geração de Riquezas, e Gestão Pública.

Mauro Moraes, o candidato do PL, é formado em Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba, pós-graduado pela FGV em Administração de Empresas. Foi vereador por cinco mandatos consecutivos; teve apoio da comunidade evangélica, pois seu candidato a vice-prefeito, o pastor Oliveira Filho convidou os evangélicos a participar da cruzada que levaria Moraes à vitória. Moraes tinha como plataforma o transporte coletivo, passe escolar para todos os estudantes e segurança pública, mas a sua campanha foi também de ataque à situação. Mauro Moraes se colocava como um candidato independente, apresentara-se como uma alternativa em oposição aos candidatos oficiais. Tentou passar uma imagem de ser o único candidato independente, que não estaria vinculado aos grupos políticos dominantes. Moraes foi eleito deputado estadual em 2002. Na ocasião coordenava o Movimento Curitiba Sem Violência.

Os candidatos do PSDC foram Leopoldo Castro Campos e o candidato a vice-prefeito, Luiz A. Marques. Leopoldo Campos, engenheiro, ex-secretário de Obras, diretor de saneamento de Curitiba, dizia-se conhecedor da gestão pública e dos problemas da cidade de Curitiba.

O PRTB apresentou duas mulheres para concorrer à Prefeitura, Vera Helena Teixeira, e a vice, Pascualina Baggio. A arquiteta gaúcha Vera Teixeira, teria entrado na concorrência à

Prefeitura primeiramente como vice de Avenir Rosa Filho, que acabou renunciando, e ela assumindo a posição titular. Eram três irmãos na política, o irmão Marino Teixeira, presidente do partido (PRTB), e a irmã, Sonia Teixeira, dentista, candidata a vereadora, que entrou em função da desistência do candidato a vereador Jamil Nakad. Seu programa de campanha resumia-se a investir na educação, visando uma população mais saudável, por meio do esporte e cultura. Respeito ao meio ambiente e ao social.

O PMN teve como candidatos, Pedro Manoel dos Santos Neto, ex-petista, e Odinir Barboza, como vice na chapa. Seu lema era transformar Curitiba na capital do emprego, com ações voltadas ao desemprego, à saúde, à educação e à habitação.

O PSTU apresentou como candidatos Gilberto Felix da Silva Jr. a prefeito e Raquel Eliana Polla, a vice-prefeita. Em campanha, o candidato Gilberto Félix propunha o não pagamento da dívida da prefeitura e o rompimento com a Lei de Responsabilidade Fiscal, somente assim poderia atacar os problemas básicos (falta de emprego, baixos salários, educação e saúde). O que se destacou de sua campanha foram as denúncias das campanhas milionárias financiadas pelos grandes empresários (clientelismo).

O PRP lançou as candidaturas de Jorge L. de Paula Martins, para prefeito, e André Ramires Gallego, para vice na chapa.

Os candidatos do PTC foram Achilles Batista Ferreira Jr., e o vice, Arnaldo Antonio Belle. Em discurso de campanha a máxima era renovação na administração de Curitiba; estes prometiam acabar com cargos comissionados e para isso usariam os serviços de universitários voluntários nos finais de semana em troca do passe livre no transporte urbano.

O segundo turno ocorreu no dia 31 de outubro. A eleição em Curitiba seguia nos passos de São Paulo, onde o PT, com Marta Suplicy, perdera para Alkmin do PSDB. Algumas mudanças ocorreram no segundo turno. O candidato tucano, Beto Richa, trocou de marqueteiro. Saiu Hiram Pessoa de Melo, que conduziu com sucesso a campanha no primeiro turno, e entrou Cila Schulmann, que havia feito a campanha de Beto para governador do Estado em 2002, de Lerner para governador em 1994 e de Taniguchi para prefeito em 1996. Na equipe do PSDB novos reforços foram acionados, Euclides Scalco (ex-diretor geral da Itaipu) na coordenação política, para comandar as costuras políticas. No comando geral da campanha continuava Fernando Ghignone.

No segundo turno o tucano Beto Richa, embora mantivesse o discurso de candidatura “independente” da administração de Taniguchi, contou com o apoio, então oficializado, dos pefelistas e também com o apoio de 21 deputados estaduais, pois tinha o suporte do presidente da Assembleia Legislativa, o correligionário Hermas Brandão, e do secretário geral dos tucanos, Luiz Carlos Hauly. A Câmara Municipal também sob o comando do PSDB, tinha como presidente o vereador tucano João Cláudio Derosso; os tucanos usaram os vereadores eleitos para apoio bem como o apoio da vereadora eleita, D. Lourdes (PSB). Richa recebeu visitas dos ilustres do partido, tais como Aécio Neves, Tasso Jereissati, que vieram manifestar apoio ao candidato.

Beto intensificou a campanha nos bairros, sobretudo na Vila Hauer, onde sua votação não foi expressiva.

Ângelo Vanhoni com grande respaldo político federal e estadual, teve como problema a rejeição apontada nas pesquisas. O presidente Lula esteve em Curitiba em 19 de outubro para a inauguração do Laboratório Central do Estado (LACEN) e para reforçar a campanha de Vanhoni; a vitória deste seria prioridade para o PT nacional. Os ministros do governo Lula também vieram a Curitiba apoiar Vanhoni, os petistas: o ministro das Cidades, Olívio Dutra; Tarso Genro; José Dirceu; José Genoíno (presidente nacional do PT); o ministro da Saúde Humberto Costa e o senador Eduardo Suplicy. Vanhoni também recebeu apoio do deputado estadual Carlos Simões, que acompanhou o candidato pelos bairros, e do deputado Marcos Isfer.

Nos últimos dias de campanha do segundo turno o governador Roberto Requião licenciou-se para se dedicar ao apoio a Vanhoni, na tentativa de reverter os resultados das pesquisas lutando contra o grupo político que estava há 16 no poder municipal. Requião teria sido o responsável pela mudança de tom na campanha do petista, ele queria uma campanha mais direta, agressiva, que deixasse claras as diferenças entre os candidatos e suas propostas. Vanhoni mudou de discurso e partiu para o ataque direto. O marqueteiro Dante Matiussi, da equipe de Duda Mendonça, a serviço em Curitiba, ficou com o apoio local dos publicitários Ricardo Corrêa, César Marquesini e Antonio Cescato e os jornalistas Benedito Pires e Gilmar Piola.

Quanto ao apoio do vice-presidente da República, José Alencar, este mobilizou-se para que o PL apoiasse a candidatura de Vanhoni. O partido, no entanto, dividiu-se. Os candidatos a vereador, liderados pelo pastor Valdemir, optaram por apoiar Beto Richa, e os liderados por Mauro Moraes apoiariam o candidato petista. O PT teria comemorado quando Moraes, a pedido

do empresário Eviton Machado, aderiu à campanha de Vanhoni, porque aquele teria o maior índice de transferência de votos dos candidatos derrotados.

O apoio mais cobiçado no segundo turno pelo PT e PSDB foi o de Rubens Bueno (PPS). Este teria ido a Brasília conversar com o Ministro da Casa Civil, José Dirceu, porém antes mesmo de viajar encontrou-se com Euclides Scalco. O PPS, no entanto, não satisfeito, decidiu manter a neutralidade, defendida pelos deputados estaduais Ratinho Jr., Marcos Isfer e Arlete Caramês, e pelos vereadores eleitos Zé Maria, Serginho do Posto, Sérgio Ribeiro e Tico Kusma, e ficar de fora do segundo turno. Assim, pouparia o candidato Bueno à eleição ao governo em 2006.

Um dos fatos que chamaram a atenção nesse pleito, também observado pelo cientista político Adriano Codato (professor da UFPR) em entrevista ao jornal *Gazeta do Povo* (17.10.2004, p. 18), foi a semelhança dos discursos no tocante às propostas de governo entre os candidatos da esquerda e de centro. Este fenômeno seria repetição do que ocorreu no segundo turno na eleição de 2000, quando Taniguchi apresentou um programa voltado ao social, semelhante ao programa do candidato do PT. Para Codato tal semelhança teria descaracterizado uma polarização ideológica. Entretanto, não se tratou aqui de investigar os programas de políticas públicas de campanha, mas de destacar alguns pontos em comum nos programas, tais como: proposta de desoneração dos tributos que aumentam o custo das tarifas do transporte urbano; redução do Imposto Sobre Serviço em alguns setores específicos; turismo e tratamento de resíduos, saúde, educação e creches, bem como, geração de empregos e desenvolvimento econômico.

Os dois candidatos adotaram críticas e ataques no segundo turno. O episódio da prisão do marqueteiro Duda Mendonça, envolvido com rinha, foi explorado pelo PSDB contra o PT. Em síntese, o confronto entre Vanhoni e Richa seria a continuidade da velha divisão política do Estado entre os grupos do governador Requião e do ex-governador Jaime Lerner. Não obstante esses grupos estarem de roupa nova, o conteúdo era o mesmo. Na matéria do jornal *Gazeta do Povo*, do dia 25.10.2004 (p. 9), encontra-se a demonstração de como estava configurado o grupo político que apoiava Lerner. Continuava ativo naquelas eleições e se configurando em novas formações políticas. Tanto Beto Richa quanto Ângelo Vanhoni têm, em suas equipes, remanescentes do grupo de Jaime Lerner (PSB) e Cássio Taniguchi. Vanhoni contava com as presenças de: Fabiano Braga Côrtes (foi secretário de Comunicação Social e de governo da

Prefeitura); Benone Manfrin (PSC), ex-secretário de governo de Taniguchi, ex-diretor geral da Secretaria da Fazenda; Giovani Gionedes (PSC); Valdo Zanetti; o PTB que foi coligado com Taniguchi e que indicara Beto Richa para vice-prefeito em 2000 estava coligado ao PT e tinha nessa eleição Émerson Palmieri, secretário nacional do PTB; e Mauro Moraes que declarou apoio ao PT no segundo turno. Beto Richa contava com 7 ex-secretários municipais de Taniguchi, inclusive o vice, Ducci, e na equipe de coordenação de campanha estavam Michele Caputo Neto (PSB), ex-secretário de saúde; Mário Sergio Rasera; Élson Leal; Juliano Borghetti (PP); Luiz Maluceli (PSDB); José Andregueto; e Deonilson Roldo.

6.12.2 Dados estatísticos, resultados eleitorais e análise

TABELA 6.45 – INFORMATIVO/ESTATÍSTICO – 2004

Eleitores Aptos Totalizados	1º TURNO		2º TURNO	
	1.179.223	(Eleitorado)	1.179.223	(Eleitorado)
Votos Nominais	939.712	93,13%	902.603	93,23%
Votos Brancos	26.338	2,61%	19.354	2,00%
Votos Nulos	42.995	4,26%	46.151	4,77%
Comparecimento	1.009.045	85,57%	968.108	82,10%
Abstenção	170.178	14,43%	211.115	17,90%
Seções Totalizadas	3.219	100%	3.219	100%

FONTE: TRE-PR.

Esta foi a última eleição para prefeito a ser avaliada no período da redemocratização e na investigação proposta. Semelhantemente à eleição de 2000, esse pleito ficou polarizado entre os candidatos que representam dois fortes grupos políticos paranaenses, os votos ficaram concentrados no candidato situacionista, Carlos Alberto Richa, PSDB, e no candidato de esquerda representando a oposição, Ângelo Carlos Vanhoni, pelo PT. Portanto, ocorreu novamente um alinhamento ideológico, mais evidenciado no segundo turno.

No primeiro turno os índices foram mais expressivos, a participação eleitoral configurou uma dinâmica parecida com a eleição anterior, os candidatos que polarizaram o pleito foram para o segundo turno. Embora o eleitorado curitibano tenha aumentado para 1.179.223 eleitores qualificados, a mobilização eleitoral no primeiro turno ficou em 85,57%, comparada aos pleitos anteriores foi a terceira maior no período, enquanto que a abstenção atingiu 14,43%, a terceira

mais baixa registrada no período. Os votos em branco que são variados entre os pleitos, ficaram em 2,61%, uma taxa inferior ao pleito anterior. Os votos nulos, 4,26%, foram superiores ao pleito anterior, mas também apresentam taxas bem variadas ao longo do período. Portanto, o índice de competitividade eleitoral, que é a distância entre os votos válidos recebidos pelos dois candidatos mais votados, foi de 3,88 pontos percentuais. Este índice caracterizou um pleito muito competitivo, foi o terceiro mais disputado do período da redemocratização à Prefeitura de Curitiba. Pode-se afirmar que tal competitividade foi em função dos elementos ideológicos de esquerda e de centro na disputa pelo poder municipal.

Quanto ao desempenho dos candidatos, sobretudo dos três mais votados, o tucano Beto Richa foi vitorioso em seis zonas eleitorais, a saber: 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 177ª e 178ª. Essas zonas eleitorais compreendem a parte norte da cidade, se dividida em duas partes (Norte e Sul) com uma linha imaginária; seriam as regiões/bairros mais ricos de Curitiba. Richa obteve a sua maior votação na zona eleitoral 177ª. Em contrapartida o candidato petista, Vanhoni, superou a votação de Richa, seu principal adversário, nas zonas eleitorais 176ª, 175ª e 145ª, com exceção da 174ª na qual Richa superou o petista, que correspondem à parte sul da cidade, onde se localizam os bairros mais pobres, região na qual o partido de esquerda ou candidatos que representem oposição têm melhor desempenho. Vanhoni obteve a sua melhor votação na zona eleitoral 145ª. Essa divisão do eleitorado pelas regiões e suas respectivas zonas eleitorais fica bem evidenciado nesse primeiro turno. O terceiro colocado, o candidato Rubens Bueno (PPS), obteve bom desempenho justamente nas zonas eleitorais onde Richa foi vitorioso, indicando assim que o perfil de seu eleitorado seria semelhante em bases sociais ao do tucano. Bueno superou o candidato do PT na zona eleitoral 177ª, atingiu 23,53% dos votos válidos, na qual Richa obteve a melhor votação (44,03%).

No segundo turno o comparecimento foi menor, caiu para 82,10%, ou seja, menos eleitores comparecem às urnas, o que implica numa abstenção maior, 17,90%, a mais alta registrada no período da redemocratização. Por um lado, os votos brancos também caíram, ficaram em 2,00%, sinal de definição na escolha. Por outro, os votos nulos subiram para 4,77%, ou seja, a insatisfação com os candidatos também teve um ligeiro crescimento, seriam também os votos que não teriam sido transferidos. Posto isto, a competitividade eleitoral foi reduzida, embora continuasse alta em relação aos demais pleitos, ficou em 9,56 pontos percentuais de diferença entre as votações dos candidatos. Esses números são esperados uma vez que muitos

eleitores não tiveram seus candidatos na polarização. Em relação ao primeiro turno, Beto Richa obteve um acréscimo de 50% nos votos válidos, enquanto que Vanhoni obteve 39% a mais de votos, isso significa que o tucano recebeu a maioria dos votos que foram transferidos, mas não superou o número de eleitores que se abstiveram.

TABELA 6.46 – RESUMO DA VOTAÇÃO DOS CANDIDATOS NO 1º TURNO – 2004

Nº	Candidato	Partido	Coligação	Votação	Class.	% val.	% Comp.
COLIGAÇÃO CURITIBA							
45	Carlos Alberto Richa Luciano Ducci	PSDB	MELHOR PRA VOCÊ – PSDB / PSB / PDT / PP / PAN / PTN / PRONA / PSL	329.451	1º	35,06	32,65
13	Ângelo Carlos Vanhoni Nizan Pereira Almeida	PT	COLIGAÇÃO TA NA HORA CURITIBA – PT / PTB / PMDB / PSC / PCB / PC do B	292.965	2º	31,18	29,03
15	Rubens Bueno Augusto Canto Neto Osmar Stuart Bertoldi	PPS	COLIGAÇÃO DO VOTO LIMPO – PPS / PHS	188.313	3º	20,04	18,66
25	Silvana M. Câmara V. Gioppo	PFL	-	58.154	4º	6,23	5,80
22	Mauro R Moraes e Silva Bernardino B. de Oliveira Antonio J. Melo Viana	PL	-	44.489	5º	4,73	4,41
43	Paulo T. Murta Chaves	PV	-	13.185	6º	1,40	1,31
28	Vera Helena Teixeira Pascualina Baggio Leopoldo de Castro	PRTB	-	3.726	7º	0,40	0,37
27	Campos Luiz A. Marques Pedro Manoel dos Santos	PSDC	-	3.341	8º	0,36	0,33
33	Neto Odinir Barboza	PMN	-	2.431	9º	0,26	0,24
16	Gilberto Felix da Silva Jr. Raquel Eliana Polla	PSTU	-	1.728	10º	0,18	0,17
44	Jorge L. de Paula Martins André Ramires Gallego	PRP	-	925	11º	0,10	0,09
36	Achiles Batista Ferreira Jr. Arnaldo Antonio Belle	PTC	-	644	12º	0,07	0,06

FONTE: TRE-PR.

TABELA 6.47 – RESUMO DA VOTAÇÃO NO 2º TURNO 2004

Candidato	Coligação	Qtd. Votos	% Val.	% Comp.
Carlos Alberto Richa – PSDB	PSDB / PSB / PDT / PP / PAN / PTN / PRONA / PSL PT / PTB / PMDB / PSC /	494.440	54,78	51,07
Ângelo Carlos Vanhoni – PT	PCB / PC do B	408.163	45,22	42,16

FONTE: TRE-PR.

TABELA 6.48 – VOTAÇÃO NOS DOIS TURNOS DOS DOIS PRINCIPAIS CANDIDATOS – 2000

PRIMEIRO TURNO (Votos Válidos)										
ZONAS % CANDIDATOS	1ª	2ª	3ª	4ª	145ª	174ª	175ª	176ª	177ª	178ª
RICHA (PSDB)	37,69	37,00	35,83	34,79	26,39	33,77	26,84	33,69	44,03	40,92
VANHONI (PT)	27,65	27,97	30,21	33,16	37,47	31,28	43,73	34,76	21,79	25,08
SEGUNDO TURNO										
ZONAS % CANDIDATOS	1ª	2ª	3ª	4ª	145ª	174ª	175ª	176ª	177ª	178ª
RICHA (PSDB)	58,61	58,93	56,25	52,94	55,68	53,64	58,23	52,09	67,17	62,87
VANHONI (PT)	41,39	41,07	43,75	47,06	44,32	46,36	41,77	47,91	32,83	37,13

FONTE: TRE-PR.

6.12.3 A evolução dos candidatos nas pesquisas de intenção de voto

Nas pesquisas estimuladas fica evidente que os dois candidatos que polarizaram as eleições cresceram, porém Vanhoni que partiu de 26% no dia 28 de julho finaliza o período eleitoral, na pesquisa de dois de outubro, com 31%, ou seja, cresceu seis pontos percentuais, menos que Beto Richa, que iniciou com 22%, considerando as respectivas datas, e chegou na última pesquisa com 33%, cresceu 11 pontos percentuais. Na pesquisa de dois de setembro Vanhoni cai para 24%, empatando com Beto Richa, tal empate poderia ser atribuído aos

programas de propaganda política na televisão. As propagandas estariam direcionadas a determinadas faixas de eleitores.

A partir daí o crescimento dos dois foi quase proporcional com leve vantagem para o petista. Em geral os demais candidatos permaneceram estáveis ao longo da apresentação dos resultados das pesquisas, as variações não foram significativas. Rubens Bueno cresceu cinco pontos percentuais, ficando com 13%, e Bertoldi oscilou um pouco, saindo de 5% e ficando em 6%. Nas pesquisas espontâneas o fenômeno se repetiu, Beto Richa cresceu mais que Vanhoni (ver quadro abaixo).

Na pesquisa de 23 de setembro de 2004 é possível verificar que os candidatos tiveram faixas praticamente definidas de eleitores. Na estratificação por idade, Vanhoni atingiu a maior preferência entre eleitores de 25 a 34 anos de idade, ficou com 33%; pelo grau de instrução, era o preferido com 30% entre os eleitores com até a 4ª Série; também detinha o maior índice de rejeição das quatro pesquisas realizadas, ficou com 30%. O candidato petista era o preferido dos mais pobres com renda até dois salários mínimos, 32%. Vanhoni foi o preferido entre os eleitores masculinos.

Beto Richa tinha a preferência dos mais idosos e mais jovens, 30% entre os de 16 a 24 anos, e 32% com os mais de 50 anos; foi o preferido entre os eleitores com Ensino Médio, 31%; o índice de rejeição ficou em 24%. O tucano foi o preferido na classe média alta, com renda superior a cinco salários mínimos, 31%, e também o preferido entre os eleitores com ensino superior, 28%. Beto Richa foi o preferido entre as eleitoras mulheres.

No segundo turno a Justiça Eleitoral proibiu a divulgação de pesquisas com margem de erro superior a 2%, por decisão do juiz D'Artagnan Serpa Sá, da 1ª Zona Eleitoral, responsável pela eleição na Capital, atendendo solicitação da Coligação "Curitiba melhor pra você", do candidato Beto Richa, em razão das diferenças dos resultados pesquisados por diferentes institutos no mesmo local e apresentados em espaço de tempo muito curto, além de margens de erro incompatíveis. Referia-se ao Instituto Senso, pertencente a Márcia Elisabeth Drehmer de Melo e Silva, casada com o então secretário de Educação, Maurício Requião (Gazeta do Povo. Horário eleitoral tem guerra de pesquisas, p. 8, 28.10.2004).

Foram realizadas somente duas rodadas de pesquisas pelo mesmo instituto, IBOPE, no segundo turno, nos dias 22 e 30 de outubro. Na pesquisa estimulada³⁰ Beto Richa (PSDB) estava estável com 49% das intenções e Ângelo Vanhoni (PT) tinha subido um ponto, 42%. Brancos e nulos permaneciam com 6% e, não souberam ou não opinaram, havia caído um ponto percentual, ficando em 3%. Esta última pesquisa previa que se fossem levados em conta somente os votos válidos, Beto Richa apareceria com 54% e Ângelo Vanhoni com 46%, com uma diferença de oito pontos percentuais. Observa-se que os resultados obtidos nas pesquisas foram mais estáveis para os dois candidatos. As diferenças entre os resultados oficiais e as últimas pesquisas foram mínimas, confirmando o favoritismo do candidato situacionista Beto Richa e a precisão das pesquisas, e apontando que o segundo turno não seria tão competitivo quanto o primeiro. Richa teria recebido a transferência de boa parte dos eleitores de Bueno, os dois candidatos segundo as pesquisas do primeiro turno teriam o mesmo perfil de eleitores.

TABELA 6.49 – PESQUISA IBOPE – 2004 (PESQUISAS ESTIMULADAS 1º TURNO)

CANDIDATOS	PARTIDOS	IBOPE 28./07/04	IBOPE 18./08/04	IBOPE 02./09/04	IBOPE 23./09/04	IBOPE 02./10/04
BETO RICHÁ	PSDB	22	22	24	27	31
ANGELO VANHONI	PT	26	27	24	28	33
RUBENS BUENO	PPS	8	9	8	11	13
OSMAR BERTOLDI	PFL	5	5	9	7	6
MAURO MORAES	PL	9	8	7	5	5
MELO VIANA	PV	0	0	0	0	2
Não sabe / Não opinou		17	15	19	12	4
Branco / Nulo		10	13	8	7	3

FONTE: Jornal Gazeta do Povo³¹

³⁰ Pesquisa IBOPE, encomendada pela Gazeta do Povo – RPC TV Paranaense. Registrada sob o nº 1.006/04 na 1ª Zona Eleitoral de Curitiba. Pesquisa realizada nos dias 20 e 30 de outubro, com 805 eleitores, e margem de erro de 3,5 pontos percentuais (Gazeta do Povo. Caderno Eleições 2004. Cidades. Pesquisa aponta Beto sete pontos à frente, p. 9, 31.10.2004).

³¹ Pesquisa IBOPE, encomendada pela Gazeta do Povo – RPC TV Paranaense; com margem de erro de 3,5 pontos percentuais. Pesquisa realizada nos dias 1 e 2 de outubro de 2004, foram entrevistados 805 eleitores, registrada na 1ª Zona Eleitoral de Curitiba, sob o número 968/04 (Gazeta do Povo. Caderno Eleições 2004. Curitiba. Vanhoni e Beto devem passar para o 2º turno em Curitiba. P. 3, 03.10.2004). Os demais resultados, das pesquisas anteriores, foram divulgados na mesma matéria, portanto, não são divulgados aqui os detalhes técnicos das pesquisas.

TABELA 6.50 – PESQUISA IBOPE – 2004 (PESQUISAS ESPONTÂNEAS 1º TURNO)

CANDIDATOS	PARTIDOS	IBOPE	IBOPE	IBOPE	IBOPE	IBOPE
		28./07/04	18./08/04	02./09/04	23./09/04	02./10/04
BETO RICHÁ	PSDB	8	10	19	21	-
ANGELO VANHONI	PT	12	12	16	23	-
RUBENS BUENO	PPS	2	3	5	7	-
OSMAR BERTOLDI	PFL	0	0	4	4	-
MAURO MORAES	PL	2	2	2	3	-
MELO VIANA	PV	-	-	-	-	-
Não sabe / Não opinou		55	53	48	-	-
Branco / Nulo		18	16	6	-	-

FONTE: Jornal Gazeta do Povo (Idem)

6.12.4 Análise e hipótese da identificação do tipo de voto

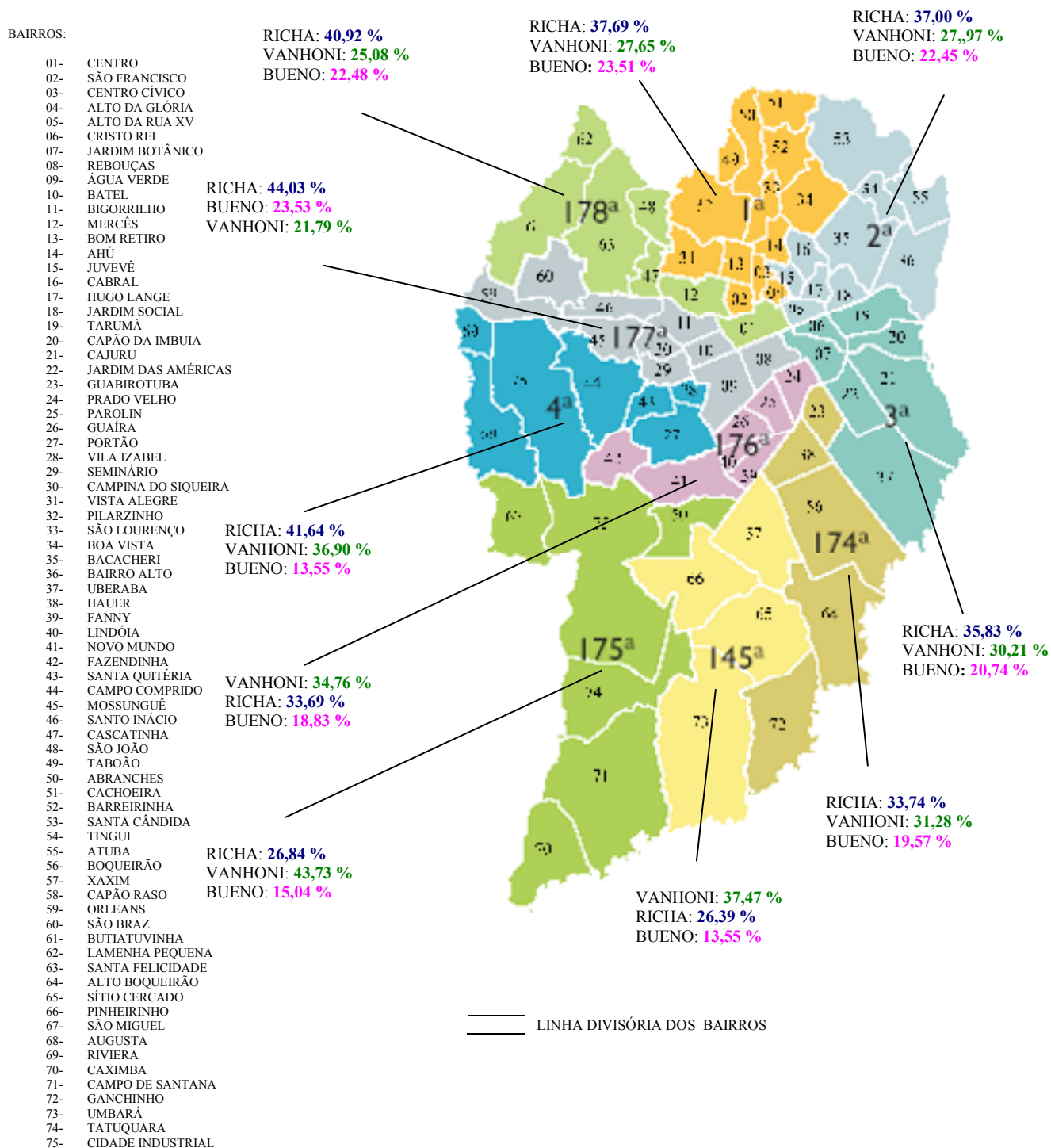
No pleito de 2004 tem-se, no 1º turno, a manifestação livre das preferências dos eleitores nos diferentes candidatos com diferentes partidos, resultando em 3 candidatos que concentraram as preferências, Richa (PSDB), Vanhoni (PT) e Bueno (PPS), mas nenhum deles ultrapassou os 50% mais um voto, para determinar a maioria absoluta. Portanto, o segundo turno demonstrou as preferências induzidas de 33,77% somados os percentuais dos votos obtidos pelos demais candidatos, agora direcionadas para Vanhoni ou Richa.

Repetiram-se alguns fenômenos nessa eleição, tais como, as diferenças ideológicas dos partidos políticos que polarizaram o pleito, um candidato situacionista se fazendo de oposição com um partido de centro (PSDB) e outro candidato de esquerda (PT), verdadeiramente na oposição, embora com o apoio dos governos federal, pela primeira vez no governo, e estadual, com partido coligado (PMDB). Outro aspecto que se repetiu, foram os dois candidatos mais votados representarem grupos políticos rivais, já mencionados, de Lerner e de Requião. O perfil dos candidatos, o tucano e seus atributos representando a continuidade daquele grupo lernista e do perfil técnico, e o petista representando a possibilidade de mudança voltada ao social com o apoio de Requião.

A hipótese sugerida da orientação do voto que elegeu Beto Richa (PSDB) a prefeito de Curitiba vai na direção do alinhamento ideológico, (SINGER, 2000), assim como se deu nas eleições para presidente da República. Em razão da história eleitoral recente dos dois partidos, ver pleito de 2000, e candidatos que ficaram majoritários no primeiro turno, de um lado o PT, representando a esquerda e a oposição, que nunca elegeu prefeito em Curitiba, com o candidato Vanhoni que estava tentando pela terceira vez a Prefeitura. Do outro lado, Beto Richa, vice-prefeito de Cássio Taniguchi (PFL), representando a situação, dividida, num partido de centro. Richa se dizia independente e se fazia de oposição para desvincular a sua imagem de Taniguchi e de Lerner, que estavam desgastados politicamente no Paraná.

Pela segunda vez Curitiba tem polarizações entre a oposição de esquerda e a situação de direita, agora centro. A distância entre centro e esquerda é menor, embora sejam partidos rivais o PT e o PSDB. A direção do voto vai pela continuidade, elegendo o vice-prefeito, rejeitando uma mudança radical do grupo político que está na Prefeitura desde 1988. A ameaça da esquerda (PT), pela segunda vez consecutiva, é rechaçada pelo voto curitibano que vem se demonstrar conservador. Fato que não impedia Beto Richa de torná-lo mais independente politicamente de tal grupo político conservador, porque aquele rompimento não o livrou de sua origem política, não do pai José Richa, mas dos seus pares na Prefeitura, estilo e das características administrativas que constituem o grupo político que ele participava e representava. Beto Richa representa uma nova geração que herda daquele grupo político a sua posição no governo municipal, agora deslocado ao centro no espectro ideológico (PSDB). Essa nova geração faz ruptura interna no grupo, em período de eleição para ganhar o jogo; claro que isso não é sem consequências. Richa dá continuidade no poder executivo municipal, porque fazia parte daquele grupo, ele foi “reeleito” e traz consigo a continuidade.

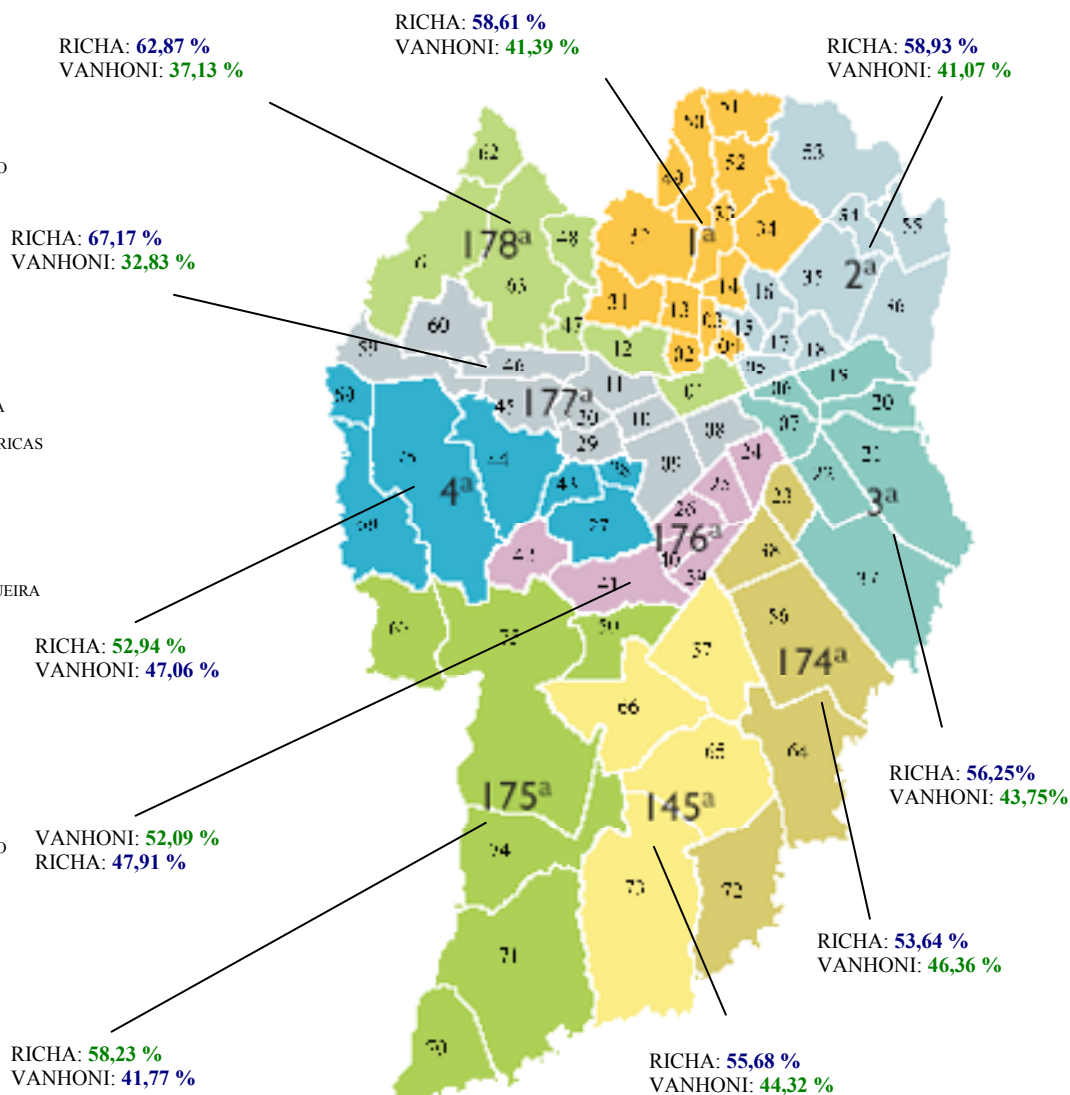
MAPA 6.6 – RESULTADO DAS PRINCIPAIS OPÇÕES POLÍTICAS DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE CURITIBA EM 2004 – DISTRIBUÍDOS POR ZONAS ELEITORAIS – 1º TURNO



MAPA 6.7 – RESULTADO DAS PRINCIPAIS OPÇÕES POLÍTICAS DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE CURITIBA EM 2004 – DISTRIBUÍDOS POR ZONAS ELEITORAIS – 2º TURNO

BAIRROS:

- 01- CENTRO
- 02- SÃO FRANCISCO
- 03- CENTRO CÍVICO
- 04- ALTO DA GLÓRIA
- 05- ALTO DA RUA XV
- 06- CRISTO REI
- 07- JARDIM BOTÂNICO
- 08- REBOUÇAS
- 09- ÁGUA VERDE
- 10- BATEL
- 11- BIGORRILHO
- 12- MERCÊS
- 13- BOM RETIRO
- 14- AHÚ
- 15- JUVENÊ
- 16- CABRAL
- 17- HUGO LANGE
- 18- JARDIM SOCIAL
- 19- TARUMÁ
- 20- CAPÃO DA IMBUÍTA
- 21- CAJURU
- 22- JARDIM DAS AMÉRICAS
- 23- GUABIROTUBA
- 24- PRADO VELHO
- 25- PAROLIN
- 26- GUAÍRA
- 27- PORTÃO
- 28- VILA IZABEL
- 29- SEMINÁRIO
- 30- CAMPINA DO SIQUEIRA
- 31- VISTA ALEGRE
- 32- PILARZINHO
- 33- SÃO LOURENÇO
- 34- BOA VISTA
- 35- BACACHERI
- 36- BAIRRO ALTO
- 37- UBERABA
- 38- HAUER
- 39- FANNY
- 40- LINDÓIA
- 41- NOVO MUNDO
- 42- FAZENDINHA
- 43- SANTA QUITÉRIA
- 44- CAMPO COMPRIDO
- 45- MOSSUNGUÊ
- 46- SANTO INÁCIO
- 47- CASCATINHA
- 48- SÃO JOÃO
- 49- TABOÃO
- 50- ABRANCHES
- 51- CACHOEIRA
- 52- BARREIRINHA
- 53- SANTA CÂNDIDA
- 54- TINGUI
- 55- ATUBA
- 56- BOQUEIRÃO
- 57- XAXIM
- 58- CAPÃO RASO
- 59- ORLEANS
- 60- SÃO BRAZ
- 61- BUTIATUVINHA
- 62- LAMENHA PEQUENA
- 63- SANTA FELICIDADE
- 64- ALTO BOQUEIRÃO
- 65- SÍTIO CERCADO
- 66- PINHEIRINHO
- 67- SÃO MIGUEL
- 68- AUGUSTA
- 69- RIVIERA
- 70- CAXIMBA
- 71- CAMPO DE SANTANA
- 72- GANCHINHO
- 73- UMBARÁ
- 74- TATUQUARA
- 75- CIDADE INDUSTRIAL



— LINHA DIVISÓRIA DOS BAIRROS

6.13 Eleições propocionais para vereadores 2004

Nas eleições à Câmara Municipal de Vereadores de Curitiba em 2004 têm-se o número de cadeiras aumentado em três e volta-se a reduzir o número de candidatos inscritos, com 26 partidos e um total de 571 candidatos concorrendo as 38 vagas.

Excetuando o pleito de 1982, as eleições de 2004, comparadas com as eleições realizadas desde 1988 (vide tabelas 6.51, 6.52, 6.53 e 6.54), marcaram pela mais baixa competitividade eleitoral, 16,34 pontos percentuais de diferença entre o primeiro e segundo colocados em votos válidos, a coligação³² PT-PTB-PMDB-PCB-PC do B e o PFL. A mobilização eleitoral no período, 85,57%, foi uma das mais baixas do período; o índice de abstenção cai para 14,43%, mas se manteve em alta; os votos nominais cresceram para 81,35%, mas, em contrapartida os votos de legenda foram reduzidos para 9,79%, os mais baixos registrados no período. Em razão de ter tido nesse pleito muitos partidos com pouca expressão ideológica, tanto que os partidos que obtiveram as maiores votações em legenda foram, a coligação de esquerda já mencionada e o PFL, seguido do PL, PSDB e as três coligações menores, PPS-PHS, PDT-PAN-PRONA, e PSB-PTN. Os votos nominais cresceram para 81,35% em relação aos demais pleitos a partir das eleições de 1988, por outro lado caíram os votos de legenda, um dos mais baixos registrados no período, 9,79%. Entretanto, com um número maior de vagas o quociente eleitoral ficou menor.

A Câmara Municipal de Curitiba tornava-se ainda mais pluripartidária nesta eleição; foram 12 partidos com representantes eleitos, sendo 23 vereadores reeleitos² 60,52% do total de vagas. Onze vereadores não conseguiram se reeleger, alguns eram veteranos. A oposição é representada por mais partidos de esquerda, o PC do B e o PV conquistaram suas primeiras cadeiras. O partido que deixava de ser situação, PFL, foi o que mais perdeu cadeiras porque Lerner deixou o governo em 2002 e Taniguchi encerrava o seu segundo mandato naquele ano de eleição. O PSDB obteve mais uma cadeira. O PT perdeu representações, duas vagas, em função das coligações.

O PFL, embora tenha perdido quatro cadeiras, ainda assim ficou com o maior número, cinco. Reelegeu quatro candidatos, Geraldo Claito Bobato, Julieta Maria Braga Cortes F. dos Reis, e Fábio Camargo, que migrou do PSC, e Sabino Picolo, que migrou do PSDB. Quatro ex-pefelistas se reelegeram com outras legendas (Derosso, Custódio, Rui Hara e Stephanes

³² O Objetivo da verticalização seria para eleições simultâneas em, pelo menos duas esferas, federal e estadual. As eleições municipais ocorrem isoladas (GIAVARINA, 2004).

Jr.). Quanto ao desempenho do PFL, o partido obteve a maior votação nominal, 10,78 % dos partidos que concorreram sem coligação, e com a segunda melhor votação, 11,52%. Os eleitos tiveram uma boa votação.

O PSDB fica com quatro cadeiras, todas de reeleições. A única candidata que já pertencia ao partido era Nely Almeida, não obstante ter ficado sem se eleger na última eleição, nesta foi eleita pela média. Os outros três candidatos são de migrações, João Cláudio Derosso e Rui Kiyoshi Hara que concorreram na última eleição pelo PFL, e Paulo Frote que migrou do PSC. O partido teve o terceiro melhor desempenho, 10,12% dos votos válidos, segunda maior votação em legenda, 2,34%.

A coligação PT, PMDB, PTB, PCB e PC do B, com exceção do PSC, foi a que se coligou para a candidatura de Vanhoni do PT. Formou a maior bancada das coligações oficiais, 12 cadeiras, sendo três do PT, PMDB e PTB com quatro cada um e uma para o PC do B. A coligação obteve as maiores votações nominais, 23,7%, e de legenda, 4,15%, ficando com a primeira posição de votos válidos do pleito, 27,86%. O PT ficou com três cadeiras, apenas reelegeu André Franco de O. Passos. É a sigla que tem os atores/candidatos mais estáveis, as migrações são raras, mas foi prejudicada no sistema proporcional, a coligação não lhe rendeu um saldo positivo. O PMDB, das quatro cadeiras conquistadas, reelegeu três candidatos, Celso Torquato, Paulo Salamuni e Reinhold Stephanes Jr. que migrou do PFL, sendo duas reeleições pela média. O vereador Stephanes Jr., filho do ex-secretário de Estado da Administração, Reinhold Stephanes (atual ministro da Agricultura, 2008), deu apoio a Beto Richa. O partido teve o segundo melhor desempenho da coligação. O PTB das quatro cadeiras reelegeu três candidatos Jair César de Oliveira e Aparecido Custódio, que migrou do PFL, e Roberto Sandoval, que estava sem mandato, mas migrou do PPB, sendo que reelegeu dois candidatos pela média. O presidente do diretório estadual do PTB, Íris Simões, atribuiu o “desempenho fraco do partido” à perda do ex-presidente nacional do PTB, José Carlos Martinez, falecido em 2003. O PC do B, com apenas dois candidatos elege um pela primeira vez, o candidato Luiz Stellfeld que teve uma boa média de votos.

Da coligação PDT–PAN–PRONA, o PDT ficou com 7,74% dos votos válidos e três cadeiras reelegendo Jorge Bernardi, pela média, Jairo Marcelino da Silva, que migrou do PSB, e Tito Zeglin, que ficou sem mandato em 2000 e que migrou do PTB.

O PL com 8,69% dos votos, que tinha ficado sem eleger nenhum candidato nas duas últimas eleições, neste pleito conquistou três cadeiras, reelegendo um candidato, Valdemir Manoel Soares que migrou do PPB, representando a Igreja Universal do Reino de Deus. O vereador eleito pelo PL, Gilberto Pires dos Santos (Beto Moraes), adotou o sobrenome do

padrinho político, Mauro Moraes, por ter sua imagem ligada a ele e por trabalharem há 13 anos juntos na política. Sua votação foi principalmente da Região Sul de Curitiba, onde se localizava o escritório da base eleitoral de Mauro Moraes.

O PP pela primeira vez no período da redemocratização conquistou três cadeiras com reeleições. Ney Leprevost Neto, que migrou do PPB e ficou em primeiro lugar na votação (Leprevost com seu terceiro mandato consecutivo e como líder das urnas em Curitiba, em 2000 foi secretário de Esporte e Turismo e, em 2002 disputou eleição para deputado federal, mas foi derrotado); Aldemir João Manfron, que migrou do PTB, e Angelo Batista, reeleito pela média, migrou do PDT. Seus candidatos foram bem votados e o partido ficou com melhor média dos eleitos, com 12.674 votos.

A coligação PPS–PHS, de Rubens Bueno, manteve-se nas proporcionais, atingiu 8,99% dos votos válidos e conquistou quatro cadeiras para o PPS; a sigla obteve a menor proporção entre o mínimo de votos e o quociente eleitoral, 13,22%, ou seja, foi o partido que elegeu um candidato com a menor votação.

A coligação PSB–PTN, com 7,78% dos votos válidos, rendeu três representações para o PSB, sendo uma reeleição, a de Mário Celso Cunha. Dona Lourdes (PSB) teve como padrinho político, o correligionário e vice na chapa de Beto Richa, Luciano Ducci. Foi eleita vereadora pela primeira vez, aos 74 anos de idade.

Segundo o professor Ricardo Costa Oliveira (UFPR), em entrevista ao jornal *Gazeta do Povo* (p. 8, 13.10.2004), a composição da CMC teria ficado até razoável em termos de representação de segmentos sociais, embora se saiba que a população mais pobre e menos instruída não consegue se organizar para eleger seus representantes políticos. Quase não há vereadores dos bairros mais pobres na Câmara, a maioria dos candidatos eleitos mora em bairros centrais da cidade.

Em entrevista ao jornal *Gazeta do Povo* (p. 4, 05.10.2004), o professor Sérgio Braga (UFPR), declarou que “nos municípios brasileiros os Legislativos são fracos e a tendência é de adesão ao governo”. A Câmara teria ficado dividida em três grandes grupos, os partidos que compunham a chapa de Beto Richa que conseguiram 13 vagas, a coligação que apoiou Vanhoni, e ficou com 12 cadeiras e os outros 13 dos vereadores eleitos que apoiaram os candidatos derrotados.

TABELA 6.51 – CANDIDATOS ELEITOS À CAMARA MUNICIPAL DE CURITIBA – 2004

PARTIDOS/COLIGAÇÕES	CANDIDATOS ELEITOS	VOTAÇÃO	%	%	SITUAÇÃO
			VOTOS VÁL.	VOTOS COMP.	
PP	NEY LEPREVOST NETO	18.582	2,02	1,84	Reeleito
PL	VALDEMIR MANOEL SOARES	18.559	2,02	1,84	Reeleito
PFL	FABIO DE SOUZA CAMARGO	17.996	1,96	1,78	Reeleito
PSDB	RUI KIYOSHI HARA	15.218	1,65	1,51	Reeleito
PSDB	JOÃO CLÁUDIO DEROSSO	14.991	1,63	1,49	Reeleito
COLIGAÇÃO ALIANÇA TA NA HORA CURITIBA (PT / PTB / PMDB / PCB / PC do B)	REINHOLD STEPHANES JUNIOR	14.541	1,58	1,44	Reeleito
PP	ALDEMIR JOÃO MANFRON	11.523	1,25	1,14	Reeleito
COLIGAÇÃO PDT/PAN/PRONA (PDT / PAN / PRONA)	JAIRO MARCELINO DA SILVA	11.405	1,24	1,13	Reeleito
PFL	SABINO PICOLO	10.843	1,18	1,07	Reeleito
PFL	GERALDO CLAITO BOBATO	9.983	1,09	0,99	Reeleito
COLIGAÇÃO ALIANÇA TA NA HORA CURITIBA (PT / PTB / PMDB / PCB / PC do B)	ANDRE FRANCO DE OLIVEIRA PASSOS	9.972	1,08	0,99	Reeleito
PFL	JULIETA MARIA B. CORTES F. DOS REIS	9.851	1,07	0,98	Reeleito
PSDB	PAULO FROTE	9.307	1,01	0,92	Reeleito
COLIGAÇÃO ALIANÇA TA NA HORA CURITIBA (PT / PTB / PMDB / PCB / PC do B)	APARECIDO CUSTÓDIO DA SILVA	9.274	1,01	0,92	Reeleito
COLIGAÇÃO SOCIALISMO COM LIBERDADE (PSB/PTN)	MANASSES OLIVEIRA DA SILVA	9.242	1,00	0,92	Eleito

TABELA 6.51 – CANDIDATOS ELEITOS À CAMARA MUNICIPAL DE CURITIBA –
2004 (continuação)

PARTIDOS/COLIGAÇÕES	CANDIDATOS ELEITOS	VOTAÇÃO	% VOTOS VÁL.	% VOTOS COMP.	SITUAÇÃO
COLIGAÇÃO					
PDT/PAN/PRONA (PDT/PAN/PRONA)	TITO ZEGLIN	9.224	1,00	0,91	Reeleito
COLIGAÇÃO ALIANÇA					
TA NA HORA CURITIBA (PT/PTB/PMDB/PCB/PC do B)	JAIR CEZAR DE OLIVEIRA	8.831	0,96	0,88	Reeleito
COLIGAÇÃO ALIANÇA					
TA NA HORA CURITIBA (PT/PTB/PMDB/PCB/PC do B)	LUIZ FERNANDO ARAUJO STELLFELD	8.592	0,93	0,85	Eleito
PSDB	NELY LÍDIA VALENTE DE ALMEIDA	8.373	0,91	0,83	Reeleita 4ª média
COLIGAÇÃO					
SOCIALISMO COM LIBERDADE (PSB/PTN)	MÁRIO CELSO PUGLIELLI DA CUNHA	8.342	0,91	0,83	Reeleito
PL	GILSO TADEU BORGES DE FREITAS	8.334	0,91	0,83	Eleito
PFL	JOACIR ROBERTO HINÇA	8.299	0,90	0,82	Eleito 6ª média
COLIGAÇÃO ALIANÇA					
TA NA HORA CURITIBA (PT/PTB/ PMDB/ PCB/PC do B)	LUIZ FELIPE GUBERT BRAGA CORTES	8.236	0,90	0,82	Eleito
COLIGAÇÃO ALIANÇA					
TA NA HORA CURITIBA (PT/PTB/PMDB/PCB/PC do B)	CELSO TORQUATO	8.233	0,90	0,82	Reeleito
COLIGAÇÃO ALIANÇA					
TA NA HORA CURITIBA (PT/PTB/ PMDB/PCB/PC do B)	ROSELI ISIDORO	8.086	0,88	0,80	Eleita
PP	ANGELO BATISTA	7.917	0,86	0,78	Reeleito 8ª média

TABELA 6.51 – CANDIDATOS ELEITOS À CAMARA MUNICIPAL DE CURITIBA –
2004 (continuação)

PARTIDOS/COLIGAÇÕES	CANDIDATOS ELEITOS	VOTAÇÃO	% VOTOS VÁL.	% VOTOS COMP.	SITUAÇÃO
PL	GILBERTO PIRES DOS SANTOS	7.801	0,85	0,77	Eleito
COLIGAÇÃO ALIANÇA TA NA HORA CURITIBA (PT/PTB/PMDB/PCB/PC do B)	JOSÉ ROBERTO SANDOVAL	7.721	0,84	0,77	Reeleito
COLIGAÇÃO ALIANÇA TA NA HORA CURITIBA (PT/ PTB/PMDB/PCB/PC do B)	JOSÉTE DUBIASKI DA SILVA	7.125	0,77	0,71	Eleita
COLIGAÇÃO ALIANÇA TA NA HORA CURITIBA (PT/PTB/PMDB/PCB/PC do B)	PAULO SALAMUNI	6.684	0,73	0,66	Reeleito 3ª média
COLIGAÇÃO PDT/PAN/PRONA (PDT/PAN/PRONA)	JORGE LUIZ BERNARDI	6.643	0,72	0,66	Reeleito 2ª média
COLIGAÇÃO DO VOTO LIMPO (PPS/PHS)	SERGIO RENATO BUENO BALAGUER	6.500	0,71	0,64	Eleito
COLIGAÇÃO SOCIALISMO COM LIBERDADE (PSB/PTN)	MARIA DE LOURDES B. DE SOUZA	6.438	0,70	0,64	Eleita 1ª média
COLIGAÇÃO ALIANÇA TA NA HORA CURITIBA (PT/PTB/PMDB/PCB/PC do B)	VALDENIR DIELLE DIAS	6.084	0,66	0,60	Eleito 5ª média
COLIGAÇÃO ALIANÇA TA NA HORA CURITIBA (PT/PTB/PMDB/PCB/PC do B)	SERGIO RIBEIRO	4.334	0,47	0,43	Eleito
COLIGAÇÃO ALIANÇA TA NA HORA CURITIBA (PT/PTB/PMDB/PCB/PC do B)	ALADIM LUCIANO	4.143	0,45	0,41	Eleito

TABELA 6.51 – CANDIDATOS ELEITOS À CAMARA MUNICIPAL DE CURITIBA – 2004 (continuação)

PARTIDOS/COLIGAÇÕES	CANDIDATOS ELEITOS	VOTAÇÃO	%	%	SITUAÇÃO
			VOTOS VÁL.	VOTOS COMP.	
COLIGAÇÃO DO VOTO LIMPO (PPS/PHS)	JOSÉ MARIA ALVES PEREIRA	3.292	0,36	0,33	Eleito
COLIGAÇÃO DO VOTO LIMPO (PPS/PHS)	LEONIDAS EDSON KUZMA	3.199	0,35	0,32	Eleito 7ª média

FONTE: TRE-PR.

TABELA 6.52 – INFORMATIVO/ESTATÍSTICO – 2004

Eleitores Aptos Totalizados	1.179.223	100 %
Nº de Candidatos Proporcionais	571	100 %
Vagas (A)	38	100 %
Quociente	24.201	(B+C)/A
Votos Válidos (B+C)	919.637	91,14 %
Votos de Legenda (B)	98.748	9,79 %
Votos Nominais ©	820.889	81,35 %
Votos Brancos/Proporcionais	51.625	5,12 %
Votos Nulos / Proporcionais	37.783	3,74 %
Comparecimento / Apurados	1.009.045	85,57 %
Abstenção	170.178	14,43 %
Seções Totalizadas	3.219	100 %

FONTE: TRE-PR.

TABELA 6.53 – DADOS E VOTAÇÕES – 2004

Coligações	N. Cand.*	Votos Nominais Partidos*	Votos Nominais Coligações	Nom. %	Votos de Legenda	Leg. %*	Cadeiras	Votos Válidos Totais	Votos Válidos %*
PT	33	98.301					03		
PTB	11	41.248					04		
PMDB	25	68.471	217.967	23,70	38.200	4,15	04	256.167	27,86
PCB	1	364					-		
PC do B	2	9583					01		
PPS	62	67.810	70.840	7,70	11.824	1,29	04	82.664	8,99
PHS	4	3.030					-		

TABELA 6.53 – DADOS E VOTAÇÕES – 2004 (continuação)

Coligações	N. Cand.*	Votos Nominais Partidos*	Votos Nominais Coligações	Nom. %	Votos de Legenda	Leg. %*	Cadeiras	Votos Válidos Totais	Votos Válidos %*
PDT	54	66.331					03		
PAN	2	578	68.103	7,41	3.117	0,34	-	71.220	7,74
PRONA	1	1.194					-		
PSB	38	69.166	70.228	7,64	1.357	0,15	03	71.585	7,78
PTN	5	1.062					-		
PFL	40	99.108	-	10,78	6.819	0,74	05	105.927	11,52
PL	42	75.560	-	8,22	4.390	0,48	03	79.950	8,69
PMN	10	5.117	-	0,56	401	0,04	-	5.518	0,60
PP	36	59.915	-	6,52	1.230	0,13	03	61.145	6,65
PRP	6	5.517	-	0,60	394	0,04	-	5.911	0,64
PRTB	2	416		0,05	608	0,07	-	1.024	0,11
PSC	38	22.045	-	2,40	691	0,08	-	22.736	2,47
PSDB	40	71.545	-	7,78	21.503	2,34	04	93.048	10,12
PSDC	38	17.573	-	1,91	413	0,05	-	17.986	1,96
PSL	29	13.276	-	1,44	301	0,03	-	13.577	1,48
PSTU	3	755	-	0,08	1.177	0,13	-	1.932	0,21
PT do B	4	0	-	-	138	0,02	-	138	0,02
PTC	3	127	-	0,01	122	0,01	-	249	0,03
PV	43	22.797	-	2,48	6.063	0,66	01	28.860	3,14

FONTE: TRE-PR.

NOTA: * Calculados neste trabalho.

** As cores indicam as coligações.

TABELA 6.54 – VOTAÇÃO MÉDIA E MÍNIMO DE VOTOS DOS CANDIDATOS ELEITOS À CÂMARA DE VEREADORES DE CURITIBA (Quociente Eleitoral= 24.201) – 2004

Partidos e Coligações	Cadeiras (38)	Votação Média (eleitos)*	Proporção Votos		
			Mínimo de Votos (eleitos)*	Distância entre Média e Mínimo (%)*	Mínimo => Quociente Eleitoral (%)*
PT	03	8.394,33	4.203	50,07	17,37
PTB	04	7.977,50	6.084	76,26	25,14
PMDB	04	9.423,50	6.684	70,93	27,62
PCB	-				
PC do B	01	8.592,00	8.592	100,00	35,50

TABELA 6.54 – VOTAÇÃO MÉDIA E MÍNIMO DE VOTOS DOS CANDIDATOS ELEITOS À CÂMARA DE VEREADORES DE CURITIBA (Quociente Eleitoral= 24.201) – 2004 (continuação)

Partidos e Coligações	Cadeiras (38)	Votação Média (eleitos)*	Mínimo de Votos (eleitos)*	Distância entre Média e Mínimo (%)*	Proporção Votos
					Mínimo => Quociente Eleitoral (%)*
PPS	04	4.331,25	3.199	73,86	13,22
PHS	-				
PDT	03	9.090,67	6.643	73,08	27,45
PAN	-				
PRONA	-				
PSB	03	8.007,33	6.438	80,40	26,60
PTN	-				
PFL	05	11.394,40	8.299	72,83	34,29
PL	03	11.564,67	7.801	67,46	32,23
PP	03	12.674,00	7.917	62,47	32,71
PSDB	04	11.972,25	8.373	69,94	34,60
PV	01	4.143,00	4.143	100,00	17,12
Total/Média	38	8.963,74			

FONTE: TRE-PR.

NOTA: * Calculados neste trabalho.

** As cores indicam as coligações.

7 CONCLUSÕES ACERCA DAS ELEIÇÕES NA REDEMOCRATIZAÇÃO (1985 A 2004)

7.1 AS ELEIÇÕES MAJORITÁRIAS (1985-2004)

Do quadro-resumo das eleições para prefeito (vide Quadro 7.1), pode-se extrair, do panorama geral das eleições majoritárias de Curitiba, comportamentos que caracterizam os processos eleitorais indicando a orientação do voto, a evolução e as dinâmicas estabelecidas com os resultados desses pleitos, até o presente momento, e que resulta em uma primeira tentativa de delinear uma hipótese de ciclo eleitoral dentro do período estudado.

Com um espaço de tempo mais longo e com seis eleições, para prefeito de Curitiba, realizadas até então no atual período da redemocratização pode-se observar no quadro resumo alguns fatos que caracterizam a dinâmica das eleições e que possibilitam a leitura dos processos eleitorais. Com os índices utilizados para avaliar os pleitos pode-se estabelecer algumas correlações eleitorais e os resultados. Os fenômenos que mais chamam atenção na evolução temporal das eleições majoritárias de Curitiba caracterizam-se pela existência de duas fases distintas que parecem demarcar um ciclo. A primeira fase é marcada pelo fenômeno da mudança, o da troca de elenco político (situação e oposição); a segunda fase, a mais longa, é marcada pelo fenômeno da continuidade do elenco político no governo, que se dá pela eleição do candidato indicado pelo governo e ou a sua reeleição.

O primeiro prefeito eleito com a abertura política em 1985 foi Roberto Requião de Mello e Silva, pelo PMDB, derrotando Jaime Lerner, PDT. Essa eleição tinha como regra o sistema de maioria simples e um único mandato. Foi a partir da eleição de Requião a prefeito que este despontou como liderança política. Essa eleição foi um confronto entre as duas maiores lideranças políticas paranaenses firmadas a partir de 1985.

QUADRO 7.1 RESUMO DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE CURITIBA / 1985 – 2004

ANO	1985	1988	1992	1996	2000 (1ºt)	2000 (2ºt)	2004 (1ºt)	2004 (2ºt)
Prefeitos eleitos	Roberto Requião	Jaime Lerner	Rafael Greca	Cássio Taniguchi	Cássio Taniguchi	Cássio Taniguchi	Carlos Alberto Richa	Carlos Alberto Richa
Partidos	PMDB	PDT	PDT	PDT	PFL	PFL	PSDB	PSDB
Evolução do eleitorado	624.303	726.801	851.190	962.692	1.110.189	1.110.189	1.179.223	1.179.223
Votos	45,48	57,00	51,96	54,67	43,97	51,48	35,06	54,78
Válidos %								
Mobilização Eleitoral %	83,29	92,54	87,84	85,17	83,52	83,59	85,57	82,10
Competitividade Eleitoral	3,78	22,40	28,82	24,42	8,6	2,96	3,88	9,56
Abstensão %	Alta	baixa	baixíssima	baixa	alta	altíssima	Altíssima	Alta
	16,71	7,46	12,16	14,83	16,48	16,40	14,43	17,90
Votos em Branco %	0,97	10,06	8,48	1,35	3,21	1,33	2,61	2,00
Votos Nulos %	2,92	4,71	8,02	6,15	3,83	1,79	4,26	4,77
Hipóteses	Preferência partidária; imagens	Avaliação de desempenho, retrospectiva e prospectiva ; avaliação de capacidade; perfil técnico.	Continuidade com o voto no candidato do governo, avaliação de desempenho de Lerner; perfil técnico.	Continuidade com o voto no candidato do governo, avaliação de desempenho de Lerner e Greca; perfil técnico.	Continuidade com Avaliação de desempenho Lerner e Cássio; perfil técnico; voto ideológico pelo alinhamento Esquerda-direita.	Continuidade com Avaliação de desempenho Lerner e Cássio; perfil técnico; voto ideológico pelo alinhamento Esquerda-direita.	Voto conservador pela manutenção da continuidade do grupo governista; voto ideológico pelo alinhamento Esquerda-centro/direita pela mudança.	
Comportamento Eleitoral	partidárias; defensor da democracia; (JL) avaliação de desempenho.							

FONTE: TRE-PR.

Naquela eleição a prefeito de 1985, de um lado, Roberto Requião representando o PMDB, que por sua vez representava o MDB, a oposição que lutou pela democracia na ditadura, do outro lado, Jaime Lerner, nomeado prefeito de Curitiba duas vezes durante a ditadura, referendado pela ARENA, representava aquele regime. O PMDB estava no governo, José Richa era o governador do Estado, Fruet era o prefeito de Curitiba e Álvaro Dias, senador; os três apoiaram Requião em campanha. Lerner tinha o apoio de Leonel Brizola e dos políticos conservadores, como Ney Braga.

A característica marcante do pleito foi a segunda mais baixa mobilização eleitoral registrada na redemocratização, fato que se repetiu com a retomada de eleições pelo voto direto, democráticas. Tem-se a primeira polarização do período, já na primeira eleição da redemocratização, em função dos candidatos que representavam, o peemedebista Requião a luta pela democracia, e Lerner o regime militar pelo qual foi prefeito, isso resultou em alta competitividade eleitoral, e, por conseguinte, baixos índices de votos em branco e nulos. Observou-se que a eleição de Requião firmava a continuidade do PMDB no governo municipal, partido que lutou pela democracia. Foi com essa preferência partidária pela imagem do partido que Requião conquistou o cargo. Mas também denota que o eleitorado estava dividido, Lerner tinha a seu favor as administrações anteriores, que estavam bem avaliadas. Essa eleição demarca claramente a fase de sinalização de mudança que ocorreu na eleição de 1988.

Para Requião esse confronto eleitoral remontava ao passado, quando seu pai Wallace de Mello e Silva havia perdido a eleição para prefeito de Curitiba, em 1954, para Ney Braga, que por sua vez apoiara Lerner. Mas evidenciou-se também desses resultados a força eleitoral das duas lideranças políticas, Requião firmando-se pela legenda PMDB e Lerner pelas administrações anteriores e não pela legenda. A rivalidade entre esses dois líderes políticos ficou a partir de então demarcada.

Na eleição de 1988, Jaime Lerner (PDT) derrota o candidato Maurício Fruet – PMDB com 57% dos votos válidos. O PMDB estava em declínio em razão do difícil recomeço da redemocratização e do governo Sarney. Entretanto, o candidato Fruet estava liderando as pesquisas, mas o quadro era de instabilidade. Lerner utiliza-se da estratégia de postergar sua entrada no jogo eleitoral, com o processo de transferência de título eleitoral, e tem a campanha realizada pelo candidato Algaci Túlio (PDT), que no momento oportuno renuncia com a entrada de Lerner como o titular da chapa da candidatura pedetista. É deflagrada a campanha dos “12

dias” e o retorno do “Coração Curitibano”. Esta eleição teve a maior mobilização eleitoral do período, demonstrando o poder eleitoral de Lerner. Em contrapartida, como protesto por parte dos eleitores foi registrado o maior índice de votos em branco do período (10,06%). Foi com essa eleição e com a sua gestão administrativa (1989-1992) que Jaime Lerner inicia o domínio político do executivo municipal de Curitiba, que se estende até a reeleição de Beto Richa em 2008.

As eleições de 1992, quando Lerner elege o seu sucessor Rafael Greca (PDT), que derrotou o peemedebista Fruet, e de 1996, quando elege Cássio Taniguchi (PDT), que derrotou o tucano Carlos Simões; ambos os prefeitos eleitos no primeiro turno, já no sistema de maioria absoluta, foram eleições caracterizadas pela continuidade. Lerner dava o aval da garantia da continuidade de suas administrações com a vitória de seus candidatos. São pleitos com características parecidas, porque não suscitaram lutas acirradas, o PMDB estava em declínio e os demais partidos não conseguiram formar um bloco oposicionista. Nesses dois pleitos foram registrados os mais baixos índices de competitividade eleitoral, isto é, havia uma boa distância em votos válidos entre os candidatos eleitos e os que ficaram em segundo lugar.

Nas eleições de 2000, com a possibilidade de reeleição, o prefeito candidato Taniguchi foi eleito no segundo turno com uma vitória apertada contra o candidato da oposição o petista Ângelo Vanhoni. Taniguchi com as imagens desgastadas, dele e do governo Lerner, não obteve o desempenho anterior, e a oposição representada pelo PT cresceu e foi para o segundo turno. Registrou-se nesse pleito, no segundo turno, a mais alta competitividade eleitoral e por consequência os mais baixos índices de votos em branco e nulos, em Curitiba, no período da redemocratização. Tal comportamento eleitoral sugeria a mudança na administração pública. Entretanto, a continuidade prevaleceu. Com a regra da possibilidade de dois turnos, o candidato Vanhoni do PT e o prefeito-candidato Taniguchi do PFL realizaram a segunda polarização, foi a disputa mais acirrada no segundo turno deste atual período da redemocratização. Sinalizou-se com esse pleito, o desejo de mudar do eleitorado e o possível declínio da continuidade, fatos que sugerem as características da fase que indicaria a possibilidade de mudança, senão, a divisão do eleitorado.

Em 2004 o candidato do PSDB, Beto Richa, ex-petebista e vice-prefeito de Taniguchi, conseguiu a vitória no segundo turno, derrotando o petista Vanhoni com certa folga. Porém, o primeiro turno foi mais concorrido entre os dois, a competitividade eleitoral entre eles foi a terceira maior no período. No segundo turno registrou-se a maior abstenção, 17,90%. Trata-se da

terceira polarização se nesse pleito, em razão do declínio da força político eleitoral dos sucessores do grupo político de Lerner e do crescimento do PT enquanto oposição. Como o PMDB perdeu espaço e desgastou-se nas eleições, o Partido dos Trabalhadores assumiu a frente de oposição ao governo da “continuidade”, atraindo também partidos de centro-direita em coligações, em função do espaço que foi conquistando, da sua aceitação pelo eleitorado e crescimento real ao longo das eleições nas três esferas de governo.

Além da continuidade do grupo político de Lerner, com a reeleição de Taniguchi e a eleição de Beto Richa, o que se destacou nessas duas últimas eleições investigadas (2000 e 2004) foi o crescimento do PT enquanto oposição, provocando o realinhamento esquerda-direita e esquerda-centro/direita, e que ameaçou a hegemonia do grupo político dominante conservador.

As eleições dos anos de 1988, 1992, 1996, 2000 e 2004, fecham um ciclo de 20 anos do grupo político de Jaime Lerner no poder municipal³³. Isto significa que o eleitorado avaliou favoravelmente o desempenho administrativo de Jaime Lerner. Por extensão, avalizou, por meio do voto, as administrações de Lerner, tanto na prefeitura como no governo de estado por duas vezes, e, portanto, naturalmente deu continuidade com os seus candidatos sucessores, Rafael Greca, por um mandato, Cássio Taniguchi, por dois mandatos, e Beto Richa, com dois mandatos, concorrendo à reeleição em 2008. À medida que a imagem política de Lerner vai se desgastando com seus governos, tornando-se crítica no imaginário do eleitor paranaense e mais precisamente no eleitor curitibano, a população vai se dividindo quanto aos conceitos avaliativos do governo; por conseguinte, seus candidatos sucessores foram associados diretamente às imagens desgastadas e incitando o chamado sentimento de mudança nos eleitores, e o sistema de dois turnos, implica na polarização, dificultando as reeleições dos candidatos do grupo conservador.

Há que considerar que as duas grandes lideranças políticas do Paraná são personificadas em Roberto Requião – PMDB e Jaime Lerner - (PDT, PFL e etc.) neste período, que protagonizam, direta ou indiretamente, e nesta última condição com seus representantes, a maioria das eleições municipais de Curitiba no período proposto. Apesar de Requião não ter conseguido inocular seus correligionários com o perfil da continuidade, impõe no nível estadual, a princípio, as grandes disputas políticas pelo poder com Jaime Lerner e seus aliados políticos.

³³ Com a reeleição de Beto richa em 2008, esse ciclo sobiu para 24 anos no governo municipal de Curitiba.

7.2 AS ELEIÇÕES PROPORCIONAIS (1982-2004)

As eleições gerais de 1982 ocorreram com o voto vinculado, portanto, somente os dois grandes partidos mais organizados o PSD e o PMDB, herdeiros da ARENA e MDB respectivamente, conseguiram eleger candidatos (vide Quadros 7.2 e 7.3). Era vez da oposição, o PMDB foi hegemônico e obteve o dobro de cadeiras em relação ao PDS. Nessa eleição obtiveram-se os maiores índices de votos nominais e em branco do período e a mais baixa competitividade eleitoral entre PMDB e PDS na redemocratização, em razão da votação expressiva do PMDB, que colhia seus frutos de oposição durante o regime da ditadura militar.

Em 1988, as eleições majoritárias voltaram a ocorrer simultaneamente com as proporcionais, tiveram-se as coligações, somente duas, PMDB–PJ–PCB–PC do B-PSD, a mesma para prefeito, que apoiou Fruet, e PT–PV; A coligação feita para a candidatura de Lerner não se constituiu oficialmente para as proporcionais, entretanto, os partidos PDT, PFL, PTB, PDS e PDC não coligados nas proporcionais, somando-se as vagas conquistadas formaram maioria, superando o PMDB, que sozinho obteve 12 representações. O PDT de Lerner conquistou o segundo melhor resultado em votação e cadeiras. O PMDB sentia o peso das divisões partidárias do novo pluripartidarismo. Era a queda do partido na Câmara Municipal e a ascensão dos partidos que apoiaram a partir de então o prefeito Jaime Lerner e seus sucessores. Foram 19 partidos disputando as 33 vagas. Foram nessas eleições de 1988 que os partidos, sobretudo o PDT e PFL, que apoiaram Lerner ao longo do período começaram a despontar nos resultados das eleições.

Nas eleições de 1992 o partido governista, PDT, obtém o maior número de cadeiras, oito, e o PMDB acentuou o declínio, caiu para quatro. As coligações foram praticamente as mesmas para prefeito, com alguns partidos que deixaram de se coligar nas proporcionais (PST, PV e PTB) e optaram por disputar sozinhos. O Partido Trabalhista teve um bom resultado, cinco cadeiras. O PL também cresceu, foi a legenda que teve a maior vantagem na distribuição proporcional (cadeiras/votos). Foi a eleição mais competitiva do período, em razão do número elevado de partidos.

Já nas eleições de 1996, o PDT foi o que elegeu a maior bancada, oito cadeiras; os partidos que apoiaram Taniguchi, em coligação, não estenderam oficialmente as coligações às eleições para vereadores, não obstante, os resultados foram muito bons, o PFL, PTB, PPB e PFL,

obtiveram na soma juntos 21 cadeiras. Ficaram hegemônicos ou dominantes. Foi o segundo pleito mais competitivo do período.

Em 2000, com a troca de partido do grupo lernista, que saiu do PDT e migrou para o PFL, resultou em nove cadeiras para o novo partido hospedeiro do grupo político. Em contrapartida, ocorreu o crescimento do partido de esquerda o PT, conquistou seis cadeiras. Foram as eleições que apresentaram o maior número de candidatos e partidos, consequentemente teve-se um Câmara Municipal fragmentada. 10 partidos conquistaram vagas. Registrou-se a maior votação de legenda do período. Foram nove coligações. As únicas coligações que se mantiveram as mesmas da majoritária foram as PMDB–PAN e PSDB–PSDC, as demais se diluíram em outras composições.

Nas últimas eleições em 2004, com 38 vagas, com as novas migrações partidárias das lideranças, Lerner havia saído do PFL, Taniguchi encerrava seu segundo mandato, o PFL não tinha candidato natural em potencial, portanto, o partido até então governista, inicia o seu rápido declínio, não obstante ser o partido que obteve a maior representação, cinco vereadores, em uma coligação com o PTN. O PSDB partido do prefeito eleito Beto Richa, voltou a crescer, com quatro representações. Novamente registrou-se uma Câmara Municipal fragmentada, pois 10 partidos elegeram vereadores. Embora a maior bancada tenha ficado com a coligação do PT–PMDB–PTB–PCB–PC do B, 12 cadeiras, que apoiou o candidato petista Vanhoni. A coligação que apoiou Richa, nas proporcionais fragmentou-se, optaram pelos resultados solteiros.

QUADRO 7.2 – RESULTADOS DAS PRINCIPAIS OPÇÕES POLÍTICAS NAS ELEIÇÕES PARA VEREADORES (1982-2004)

Eleições		1982			1988			1992			1996			2000			2004		
Partidos		Votação	Vv%	C	Votação	Vv%	C	votação	Vv%	C	votação	Vv%	C	votação	Vv%	C	votação	Vv%	C
PMDB		267.355	57,21	22	197.902*	32,10	12	76.082*	11,45	04	70.732	9,36	04	76.678*	9,02	03	256.167*	27,86	04
PDT		2.409	0,52	-	98.780	16,02	06	140.098*	21,09	08	144.779	19,15	08	45.704*	5,37	02	71.220*	7,74	03
PT		4.653	1,00	-	47.617*	7,72	03	46.772*	7,04	03	68.227*	9,03	03	127.319*	14,97	06	256.167*	27,86	03
PDS		137.371	29,39	11	8.637	1,40	-	4.604	0,69	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PFL		-	-	-	51.661	8,38	03	129.939*	19,56	03	77.383	10,24	04	192.454*	22,63	09	105.927	11,52	05
PL		-	-	-	62.275	10,10	04	-	-	-	21.595	2,86	-	7.805	0,92	-	79.950	8,69	03
PST		-	-	-	-	-	-	41.311	6,22	02	-	-	-	82.739*	9,73	-	-	-	-
PSC		-	-	-	8.980	1,46	-	31.020*	4,67	-	18.005	2,38	-	-	-	03	22.736	2,47	-
PRN		-	-	-	-	-	-	-	-	01	-	-	-	49.280*	5,77	-	-	-	-
PTB		12.637	2,70	-	84.107	13,64	05	90.011	13,55	05	78.285	10,36	04	-	-	02	256.167*	27,86	04
PSDB		-	-	-	-	-	-	35.408	5,33	02	124.345*	16,45	07	78.855*	9,27	03	93.048	10,12	04
PPB		-	-	-	1.464	0,24	-	-	-	-	88.875	11,76	05	96.883	11,39	04	-	-	-
PSL		-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.960	0,66	-	28.480*	3,35	01	13.577	1,48	-
PSB		-	-	-	2.488	0,40	-	3.366	0,51	-	6.451	0,85	-	43.820	5,15	02	71.585*	7,78	03
PPS		-	-	-	-	-	-	-	-	-	124.345*	16,45	-	16.689*	1,96	-	82.664*	8,99	04
PP		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	61.145	6,65	03
Vot.Vál.		467.336 (96,88%)			616.505 (91,66%)			664.285 (88,85%)			755.887 (92,19%)			850.525 (91,72%)			919.637 (91,14 %)		
Censo		581.088			726.801			851.190			962.692			1.110.189			1.179.223		
Quociente Eleitoral		14.161			18.681			20.129			21.606			24.301			24.201		
V. Brancos%		9,18			5,91			9,11			4,41			6,03			5,12		
V Nulos%		3,12			8,34			11,15			7,81			2,24			3,74		
Mob. Eleitoral%		83,02			92,54			87,84			85,17			83,52			85,57		

QUADRO 7.2 – RESULTADOS DAS PRINCIPAIS OPÇÕES POLÍTICAS NAS ELEIÇÕES PARA VEREADORES (1982-2004)

(continuação)

Nº de Candidatos	357	816	869	437	3.375	571
Abstenção%	16,98	7,46	12,16	14,83	16,48	14,43
Competitividade eleitoral	27,82	16,08	1,53	2,70	7,66	16,34
V. Nominais%	90,13	70,95	77,52	75,90	76,54	81,35
V. Legenda%	0,26	14,80	10,86	11,88	15,18	9,79
Vagas	33	33	33	35	35	38

FONTE: TRE-PR.

NOTA: *Soma dos Votos com a Coligação

QUADRO 7.3 – DIFERENÇAS ENTRE PORCENTAGENS DE CADEIRAS (C) E VOTOS (V) DOS PRINCIPAIS PARTIDOS NA CÂMARA DE VEREADORES DE CURITIBA NO PERÍODO DA REDEMOCRATIZAÇÃO 1982-2004

Partidos	1982			1988			1992			1996			2000			2004		
	C %*	V %	% C-V *	C %*	V %	% C-V *	C %*	V %	% C-V *	C %*	V %	% C-V *	C %*	V %	% C-V *	C %*	V %	% C-V *
PMDB	66,67	57,21	+9,46	36,36	32,10	+4,26	12,12	11,45	+0,67	11,43	9,36	+2,07	8,57	9,02	-0,45	10,53	27,86	-17,33
PDT	-	0,52	-	18,18	16,02	+2,16	24,24	21,09	+3,15	22,86	19,15	+3,71	5,71	5,37	+0,34	7,89	7,44	+0,45
PT	-	1,00	-	9,09	7,72	+1,37	9,09	7,04	+2,05	8,57	9,03	-0,46	17,14	14,97	+2,17	7,89	27,86	-
PFL	-	-	-	9,09	8,38	+0,71	9,09	9,89 19,56	-0,80	11,43	10,24	+1,19	25,71	22,63	+3,08	13,16	11,52	+1,64
PL	-	-	-	12,12	10,10	+2,02	15,15	9,36	+5,79	-	2,86	-	-	0,92	-	7,89	8,69	-0,8
PST	-	-	-	-	-	-	6,06	6,22	-0,16	-	2,86	-	-	9,73	-	-	-	-
PSC	-	-	-	-	1,46	-	-	4,67	-	-	2,38	-	8,57	-	-1,16	-	2,47	-
PRN	-	-	-	-	-	-	3,03	-	-1,64	-	-	-	-	5,77	-	-	-	-
PTB	-	2,70	-	15,15	13,64	+1,51	15,15	13,55	+1,60	11,43	10,36	+1,07	5,71	9,27	-0,06	10,53	27,86	-
PSDB	-	-	-	-	-	-	6,06	5,33	+0,73	20,00	16,45	+3,55	8,57	9,27	-0,70	10,53	10,12	+0,41
PPB	-	-	-	-	0,24	-	-	-	-	14,29	11,76	+2,53	11,43	11,39	+0,04	-	-	-
PSL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,66	-	2,86	3,35	-0,49	-	1,48	-
PSB	-	-	-	0,40	-	-	0,51	-	-	-	0,85	-	5,71	5,15	+0,56	7,89	7,78	+0,11
PPS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16,45	-	-	1,96	-	10,53	8,99	+1,54
PP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7,89	6,65	+1,24
PDS	33,33	29,39	+3,94	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

NOTA: Calculados neste trabalho.

8 CONCLUSÕES FINAIS

8.1 CONCLUSÕES ACERCA DAS ELEIÇÕES NA QUARTA REPÚBLICA (1945 A 1964)

8.1.1 As eleições majoritárias (1954-1962)

Em conformidade com as teses de Campello de Souza (1990), pode-se observar dos três pleitos o declínio dos partidos conservadores tradicionais (PSD, UDN e PR). Ficou constatado, também, que as votações obtidas pelos candidatos dos três principais partidos do período (PSD, UDN e PTB) nos três pleitos majoritários foram dispersas. Tal fenômeno pôde ser observado nos resultados registrados nas quatro Zonas Eleitorais no nível municipal, os resultados foram distribuídos em progressão do último até o primeiro colocado, em percentuais significativos.

De fato os percentuais de votos brancos e nulos aumentaram ao longo dos três pleitos, como afirma Campello de Souza, mas como os votos eram e são personalistas, sobretudo, em eleições majoritárias, é difícil afirmar que tais votos de protesto, ou simplesmente erros no preenchimento das cédulas eleitorais, teriam sido por desinteresse ou protesto do eleitorado contra o sistema partidário ou contra os candidatos no caso das eleições para prefeito. Ney Braga concentrou as características do voto personalista, pois estava sem partido e candidatou-se por uma coligação.

Uma das constatações que reforçou a tese do realinhamento partidário foi o crescimento dos partidos ideológicos, o PDC de Ney Braga, seria um dos partidos ideológicos, segundo classificação de Fleischer (1981). O PDC foi um dos partidos que realmente cresceu na capital paranaense, grande centro urbano, impulsionado pela presença de Ney Braga, seu principal ator político; não obstante, o PDC ter iniciado sua participação nas eleições de 1954 em Curitiba, culminou com a eleição de Arzua em 1962, coligado com os partidos conservadores UDN e PL.

Outra constatação foi o crescimento do PTB em Curitiba, sua concentração de eleitores em determinadas Zonas Eleitorais. Destaca-se aqui a 3ª Zona Eleitoral de Curitiba, onde se concentrava a classe dos ferroviários, sindicalizada, constituindo assim a base eleitoral petebista que representava a esquerda no período da Quarta República.

As votações recebidas pelos candidatos eleitos estão diretamente relacionadas à evolução dos índices obtidos nos pleitos e ao momento político da Capital paranaense. Tendo no horizonte a alternância no poder municipal e o comportamento eleitoral a partir dos resultados, desses três pleitos majoritários constata-se o domínio político de Ney Braga, quando eleito em 1954, e por ter conseguido eleger o seu candidato Ivo Arzua, em 1962. A alternância no poder ocorreu somente no pleito de 1958, com a eleição do petebista Iberê de Mattos, representando o que seria a esquerda da época e a oposição a Ney Braga e a ao governador Lupion. A eleição de 1958 foi marcada pelas maiores mobilização e competitividade eleitorais, e a menor abstenção, registrados na Quarta República, índices que caracterizam mudanças políticas no cenário eleitoral.

8.1.2 As eleições proporcionais à Câmara Municipal de Curitiba (1947-1963)

Concluindo, as teses de Campello de Souza (1990), a respeito dos partidos políticos no Brasil na Quarta República, tiveram como unidade eleitoral de análise as eleições à Câmara dos Deputados, do período de 1945 a 1962. Entretanto, as afirmações podem ser observadas nas eleições proporcionais municipais de Curitiba. De fato foi possível constatar a correspondência do PTB, no nível nacional, em relação ao nível municipal nas eleições de Curitiba. O PTB foi o partido que teve o melhor desempenho nas eleições municipais de Curitiba, no período da Quarta República, em representatividade e votação. Ficou visível no mapeamento do voto, sobretudo, nas eleições majoritárias, que o PTB tinha bases eleitorais muito bem definidas em Curitiba, nas 3ª e 4ª Zonas Eleitorais, que concentravam bairros mais pobres, e principalmente as vilas onde se localizavam os ferroviários da RVPSC, classe com sindicato atuante. Pode-se observar o crescimento do PTB em Curitiba, nos dois primeiros pleitos (1947 e 1951), uma queda em 1955, ficando com 12,86% dos votos e três representações, voltando a crescer nos dois últimos pleitos, atingindo em média 17% dos votos válidos, porém ficou um pouco aquém do PSD em 1959, em cadeiras e votos, e do PDC, em 1963, apenas em votos.

O PTB foi o primeiro em votos e em cadeiras na bancada municipal confirmando a tese de Campello de Souza do crescimento do PTB no período investigado. Obteve 27 cadeiras e 61.065 votos ao longo do período. Outro crescimento significativo que fundamenta a tese do realinhamento das forças partidárias foi o

desempenho relâmpago, do partido tido como ideológico, o PDC, a partir das eleições de 1955, começando com 9,35% dos votos válidos, conquistando duas vagas, e chegando em 1963 com a maior votação, atingindo 18,72% dos votos e ficando com quatro cadeiras na Câmara Municipal; tal desempenho já mencionado se deveu à liderança política do pedecista Ney Braga.

Em contrapartida, é possível constatar o declínio dos partidos conservadores, PSD, UDN e PR, em seus desempenhos nas eleições, em termos de conversão de votos em cadeiras na Câmara Municipal de Vereadores de Curitiba. O PSD foi o mais resistente, ficou em segundo lugar em votos e cadeiras. Começa com 17,90% dos votos válidos em 1947, cai para aproximadamente 13% dos votos em 1951 e 1955, teve um crescimento expressivo em 1959, atingindo a maior votação do partido e do pleito, 20,59%, quando Lupion era governador, e voltou a cair em 1963, fechando o período com três cadeiras na Câmara, com 13,46% dos votos. A UDN teve o pior desempenho dos conservadores, começou com 16,17% dos votos em 1947 e caiu para 6,65% em 1959, e um ligeiro crescimento em 1963, 8,26% dos votos válidos. O PR do governador Bento Munhoz, começou o período com 11,46%, dos votos e terminou com 7,08% dos votos válidos e com apenas uma cadeira na bancada de 1963. Estes dados evidenciaram bem o declínio eleitoral dos partidos conservadores na Capital paranaense.

A dispersão eleitoral foi visível na distribuição de votos entre as principais legendas. Pelos desempenhos dos cinco partidos mais fortes, primeiramente, dos classificados como progressistas vem o PTB, em segundo, o conservador mais forte em Curitiba, o PSD, em terceiro o PDC, como ideológico, e em quarto e quinto, os conservadores, PR e a UDN, respectivamente. Esses partidos concentraram as maiores votações e, portanto as maiores bancadas na Câmara Municipal. Em 1963, 10 partidos elegeram representantes na Câmara Municipal, o PTB e o PDC ficaram majoritários com quatro cadeiras cada e as demais vagas divididas entre as outras oito legendas, ou seja, uma composição de vereadores fragmentada no final do período do pluripartidarismo.

Quanto aos votos brancos e nulos, que segundo Campello de Souza, expressariam o desinteresse ou protesto do eleitorado contra o sistema partidário, correspondem, pois atingiram percentuais significativos. Os votos em branco crescem progressivamente, começaram em 1947 com 1,96% dos votos, tem uma queda em 1959 (1,61%), e atinge 3,86% na última eleição em 1963. Os votos nulos oscilam mais ao

longo do período, mas partem de 1,61% em 1947 e atingem o seu máximo com 5,14%, em 1963. Mas o que mais chamou atenção foram os percentuais de abstenção, os mais altos dos três períodos investigados.

Em consonância com Campello de Souza, faz-se necessário acrescentar à conclusão alguns fatos preponderantes que caracterizariam o eleitorado e as transformações sociais e urbanas. Curitiba cresceu muito na década de 50, das eleições de 1947 às eleições de 1963, o eleitorado de Curitiba triplicou, de 46 mil foi para 155 mil eleitores. E é nos resultados das eleições ao longo do período que percebe-se as mudanças sociais do eleitorado. Uma população urbana crescente e a industrialização, bem como o crescimento da classe operária, na região da Capital paranaense, implicaram em transformações sociais e econômicas, consideráveis na formação do eleitorado, tendência nas capitais brasileiras, sobretudo na região Sul do país, na sua composição ocupacional na sociedade, e, por conseguinte, fatores significativos que influenciariam nos resultados obtidos pelo PTB nas eleições legislativas, e no caso, municipais, bem como, no realinhamento partidário proposto por Campello de Souza.

8.2 CONCLUSÕES ACERCA DOS REFERENDOS PARA PREFEITOS E ELEIÇÕES À CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA NO REGIME MILITAR (1964 A 1985)

8.2.1 Referendos para prefeitos (1966-1983)

Nas ditas eleições indiretas para prefeito de Curitiba, a ARENA dominou todo o período do sistema do bipartidarismo no regime militar. Somente na fase de transição do regime, com a abertura política, extinção do bipartidarismo e a retomada do pluripartidarismo, o herdeiro do MDB, o então PMDB, chegou ao poder executivo municipal com a indicação, referendo e nomeação do deputado federal pemedebista Maurício Fruet.

O MDB, em manifesto de oposição, aprovado em reunião pelo Diretório Nacional e do Comitê Executivo do partido declarava e definia como meta do partido a luta pelo restabelecimento do sistema democrático-representativo, com eleições diretas em todos os níveis e autonomia legislativa e judiciária, além de criticar as práticas

antidemocráticas do governo e sua política econômica que assolava o país. Em cinco, dos seis referendos realizados no sistema do bipartidarismo, o MDB expressou o seu manifesto e absteve-se em plenária nas votações para aprovação dos indicados para prefeito de Curitiba, em prol da democracia e da eleição de prefeito pelo voto direto. O MDB foi coerente com seu manifesto e sua linha ideológica.

Mesmo nos referendos dos prefeitos indicados na ditadura foi possível observar o declínio da ARENA e a ascensão do MDB, como afirma Kinzo (1988). Pode-se observar nos quadros resumos das eleições indiretas (vide quadros 5.1 e 8.1), em conformidade com as teses da autora, primeiramente o crescimento da ARENA, em número de deputados estaduais até as eleições de 1970. Portanto, nos três primeiros referendos, a saber, em 1966, 1968 e 1971, com a aprovação dos prefeitos Ivo Arzua, Omar Sabbag e Jaime Lerner, respectivamente, a ARENA, majoritária absoluta, não encontrou dificuldades em constituir consenso em suas bancadas. Mas a partir das eleições de 1974, em que o cenário político e as composições das bancadas sofreram consideráveis alterações, com o crescimento em representações do MDB, enquanto oposição, passando de nove deputados estaduais em 1970 para 25, verificou-se o declínio do partido governista. Os referendos tornaram-se mais apertados, e não obstante, a ARENA continuasse majoritária, a ameaça era então *interna corporis*,— qualquer diferença entre os arenistas suscitava ameaça à coesão nas tomadas de decisão do partido. Tanto que no referendo de Saul Raiz em 1975, a ARENA encontrou dificuldades em estabelecer consenso entre seus deputados, estes se sentiram ameaçados com o crescimento do MDB, e oportunamente tentaram negociar com o governador Jaime Canet Jr. mais poder e atuação do partido em troca de firmar consenso em torno do nome de Raiz.

Os engenheiros políticos do regime militar em resposta ao desespero pelo declínio da ARENA aumentaram casuisticamente o número de vagas nas Assembleias Legislativas e Câmara Federal para as eleições seguintes. Tal estratégia foi suficiente para manter a maioria arenista nas bancadas e estabilizar o crescimento de representações do MDB, ao menos no Paraná. Mas assim mesmo o MDB manteve a média, perdeu apenas uma cadeira nas eleições de 1978.

O governador Ney Braga ao indicar Jaime Lerner para prefeito de Curitiba em 1979, recebeu o primeiro e único “não” arenista dos referendos. Apesar de Ney Braga

ter contornado a situação de crise, o voto contrário à indicação de Lerner demonstrou conflitos internos e desequilíbrio da ARENA.

No último referendo, já com a extinção do bipartidarismo e passadas as eleições gerais de 1982, o governador eleito José Richa, PMDB, indicou o nome do deputado federal Maurício Fruet, para prefeito de Curitiba. Este foi aprovado por unanimidade pemedebista, com 34 votos pelo “sim”, a ARENA de roupa-nova, vestida de PDS, absteve-se, além de alguns ausentes. Tanto o PMDB quanto o PDS, sofreram os efeitos do outro lado da moeda, mas evidentemente o momento foi oportuno para o PDS criticar o PMDB pela sua ação, em aparência, contraditória. Esse resultado demonstrou claramente, por um lado, a consolidação do MDB, então PMDB, como oposição e que chegou ao governo no Paraná, e por outro, o declínio da ARENA, enquanto PDS, nas eleições de 1982 em todos os níveis, federal, estadual e municipal. O PMDB foi o grande vencedor naquelas eleições. A derrota do PDS demonstrou que o eleitorado não aprovava mais o regime militar. Kinzo afirma, concluindo, que o MDB, mesmo pelo fato de ter sido criado artificialmente, acabou ao longo do período da ditadura por adquirir a legitimidade para se tornar um autêntico partido de oposição.

Foi no regime militar que Jaime Lerner iniciou sua carreira política como prefeito de Curitiba, nomeado em 1971 pelo governador também indicado, o *outsider* da política paranaense, Haroldo Leon Peres, este deposto do cargo logo em seguida. Lerner foi nomeado novamente prefeito biônico em 1979, por indicação de Ney Braga. Referendado duas vezes e aprovado pelos deputados estaduais da ARENA, as duas gestões de Lerner no executivo municipal da capital paranaense lhe proporcionaram respaldo político e administrativo suficientes para retornar na redemocratização, elegendo-se prefeito em 1988, pelo voto direto, e posteriormente governador do Estado por dois mandatos, e consolidar a sua liderança em um grupo político que permanece até hoje (2008) na Prefeitura de Curitiba. São 20 anos no poder municipal, na manutenção da continuidade deste grupo político de sucessores de Lerner. Fica registrado, assim, como Ney Braga começou a liderar a política paranaense no final da Quarta República e durante o regime militar – formou-se durante a ditadura a nova liderança, Jaime Lerner, que despontaria a partir das eleições para prefeito de 1988.

8.2.2 As eleições proporcionais (1968-1976)

Conclusões, os votos de legenda recebidos pelos dois partidos durante a ditadura militar foram poucos, mas o fato de o MDB receber nos três pleitos mais que a ARENA, sendo no primeiro e no último mais que o dobro, e considerando os números de votos recebidos pelas legendas, sendo a do partido governista sempre superior ao da oposição, sugere que os votos recebidos por este em legenda foram votos por identificação partidária. Em geral os votos são personalistas; entretanto, quando o partido minoritário, que fazia oposição ao governo, obteve mais votos de legenda que o partido governista, isso implicou numa identificação partidária. Evidentemente pequena, porém inegável. Portanto, o voto de legenda recebido pelo MDB sugere traços de uma identidade partidária. Kinzo (1988) afirma que o MDB tinha entre seus eleitores uma imagem partidária, como consequência, de sua atuação, como partido do povo, dos pobres.

Tanto a ascensão quanto o declínio da Arena nos centros urbanizados e industrializados, conforme afirmou Kinzo, mesmo sendo apenas três pleitos para vereadores, foi possível constatar os dois movimentos da legenda. As eleições de 1968 e 1972 marcam a fase de crescimento da ARENA, diante do desempenho eleitoral do MDB. No quadro a seguir com as representações paranaenses eleitas nas diferentes Casas, pode-se observar o crescimento e declínio dos partidos (Quadro 8.1).

QUADRO 8.1 – COMPOSIÇÃO PARTIDÁRIA DAS BANCADAS PARANAENSES (1964-1985)

Eleições	Composições das Bancadas Paranaenses e Curitibanas								
	Partidos	1966	1968	1970	1972	1974	1976	1978	1982*
Câmara	ARENA	-	14	-	15	-	12	-	11
Municipal	MDB	-	07	-	06	-	09	-	22
Assembleia	ARENA	37	-	38	-	29	-	34	24
Legislativa	MDB	08	-	09	-	25	-	24	34
Câmara	ARENA	20	-	19	-	15	-	19	14
Federal	MDB	05	-	04	-	15	-	15	20

FONTE: TRE-PR

* Com as novas legendas: o MDB torna-se o PMDB, e a ARENA torna-se o PDS.

O declínio da ARENA, apontado por Kinzo, pôde ser traduzido em números nos pleitos para vereadores de Curitiba. À medida que o eleitorado cresceu, de 1968 até 1976, entretanto, a ARENA reduziu o percentual de votos válidos consideravelmente, do auge em 1972 com 69,10% dos votos, caiu para 53,64% no último pleito, e teve reduzida em três vagas a sua bancada. E no sistema do bipartidarismo, enquanto medindo forças, as diferenças em números foram inversamente proporcionais, com tendências ao equilíbrio – portanto, àquelas três cadeiras passaram a ser ocupadas e representadas por emedebistas.

A eleição de 1974 foi o divisor de águas, marcando o início do crescimento do MDB e o consequente declínio da ARENA. Pode-se observar melhor como as vagas preenchidas pela ARENA e MDB, nas eleições municipais proporcionais, acompanharam as tendências das outras eleições legislativas no Paraná. Observa-se que o MDB não ultrapassou a ARENA, mas ampliou suas representações em todas as casas, reduzindo o poder eleitoral do partido governista. Para o governo militar as eleições tornaram-se plebiscitárias, e nessas avaliações por meio das urnas forçaram cada vez mais os engenheiros políticos do regime militar aos casuísmos, apontados por Fleischer (in SOARES, 1994), aumentando o número de vagas nas Casas na tentativa de suplantarem os avanços da oposição, porém sem sucesso. Entretanto, não aumentaram as vagas na Câmara Municipal, somente em 1982. “É o feitiço contra o feiticeiro” (idem).

8.3 CONCLUSÕES ACERCA DAS ELEIÇÕES NA REDEMOCRATIZAÇÃO (1985 A 2004)

8.3.1 As eleições majoritárias (1985-2004)

Concluindo, o atual período democrático, conhecido como a redemocratização, teve como características principais nos processos eleitorais majoritários a hegemonia de um grupo político, nomeadamente o grupo político de Jaime Lerner, que conquistou a Prefeitura pelo voto direto em 1988 e a partir daí fez mais três sucessores, Rafael Greca em 1992, Cássio Taniguchi em 1996 e 2000, e por último, Carlos Alberto Richa em 2004 e 2008. Este grupo político está no poder municipal há mais de 20 anos. Essa sequência de sucessores se fez assim: primeiramente como não era possível a reeleição

até 1997, fazia-se o sucessor, posteriormente com o artifício legal da reeleição, o sucessor Taniguchi se reelegeu, e Beto Richa concorre e conquistou à reeleição em 2008.

A continuidade de um grupo político no executivo municipal de Curitiba, por meio de sucessivas vitórias implica em organização e ações políticas. E a grande e primeira articulação política eleitoral que deu início à chegada à vitória desse grupo começou na eleição municipal de 1988 com a campanha dos “12 dias” com o retorno do “Coração Curitibano”, campanha de Jaime Lerner, na qual derrotou o candidato Maurício Fruet do PMDB, que estava liderando as pesquisas. Ocorreu que o candidato Algaci Túlio (PDT), que fazia campanha para e com o programa de Lerner, e este utilizou-se da estratégia do impedimento da transferência do título eleitoral, do Rio de Janeiro para Curitiba. Após ganhar o tempo que precisava com certo grau de risco, o TSE autorizou a transferência, sem respeitar o prazo legal. Com isso Algaci Túlio renunciou à candidatura, ficando como vice na chapa com Lerner, e outros dois candidatos envolvidos com o grupo político de apoio a Lerner renunciaram, Airton Cordeiro (PFL), a pedido de Ney Braga, e Enéas Faria (PTB), por conta de Andrade Vieira e Jayme Canet Junior. Foi uma estratégia sem precedentes nos processos eleitorais do Paraná. Essa foi a grande jogada política em campanha eleitoral que levou Lerner a retomar a Prefeitura de Curitiba. Depois dessa grande vitória Lerner foi elegendo seus sucessores.

As administrações de Lerner, Greca e Taniguchi e Beto Richa, lhes proporcionaram as sucessões e as reeleições, respectivamente. Essa sequência de sucessores e reeleições garante o domínio político da máquina administrativa da capital paranaense, fato que favorece à organização e às ações do grupo político para a manutenção do poder, garantindo apoios políticos e econômicos.

Na última eleição em 2004, Beto Richa se utilizou da estratégia de baixar a tarifa do transporte urbano em dez centavos, quando ainda era vice-prefeito de Taniguchi, como estratégia de marketing político, tal medida teve além da repercussão, uma duração efêmera, mas virou bandeira de campanha e possivelmente teve seu efeito eleitoral. Outra estratégia foi se desvincular da administração de Taniguchi (PFL), do qual era vice-prefeito e secretário de obras, para se lançar como oposição a este governo do qual ele fazia parte e representava, não obstante ser do PSDB. Ou seja, Beto Richa rompe com Taniguchi para tomar o lugar dele na Prefeitura, e como era tucano não

poderia ser o candidato natural do prefeito pefelista. Além do mais precisava desvincular a sua imagem do grupo de Lerner e de Cássio Taniguchi que estavam com suas imagens desgastadas. No entanto, o PFL derrotado no primeiro turno com seu candidato Osmar Bertoldi, apoiou Richa no segundo turno, contra o candidato Vanhoni do PT. Assim, Beto Richa chega à vitória permanecendo na prefeitura, por mais quatro anos. São oito anos, em verdade, contando com a sua reeleição em 2008.

O prefeito Beto Richa representa aquele grupo oligárquico, porque não houve uma ruptura real entre os sucessores. Aquela desvinculação foi eleitoreira, foi uma ação estratégica para se eleger, pois ele ainda atende aquele perfil, foi eleito como vice-prefeito pelo grupo, e para tanto, precisaria fazer parte do grupo – foi secretário de obras no primeiro mandato de Taniguchi (1997-2000). A estratégia era “ser e fazer” oposição ao governo Taniguchi. Essa movimentação explica em parte as ações no âmbito pré-eleitoral para uma candidatura que obteve êxito. Portanto, Beto Richa representa a continuidade, porque não houve ruptura real, foi reeleito, agora na condição de titular. Está se encaminhando para o seu terceiro mandato? Beto Richa representa uma nova geração do grupo que constitui a oligarquia que domina a Prefeitura de Curitiba desde 1988, porém com partido diferente (PSDB). E o perfil jovem faz uma diferença, mas só por se tratar de outra geração na política paranaense.

Portanto, observa-se que não houve uma hegemonia ou domínio de um partido político, mas de um grupo político, que transitou e transita por partidos conservadores, de centro e direita. O período da redemocratização é caracterizado essencialmente pela continuidade no executivo municipal de Curitiba de um grupo político, representado pela figura de Lerner, configurando o voto curitibano como conservador.

8.3.2 As eleições proporcionais (1982-2004)

Para classificação ideológica dos partidos faz-se uso das referências de alguns pesquisadores apresentadas e utilizadas por Rodrigues (2002), que localiza alguns partidos no espectro ideológico da seguinte forma: PPB e PFL são de direita (podendo incluir PRN e PTB), PMDB e PSDB, são de centro, e PDT e PT, são de esquerda. No entanto, no Paraná, temos que considerar que alguns partidos não correspondem simetricamente às posições ideológicas da classificação de Rodrigues. Faz-se necessário justificar que classificar ideologicamente os partidos políticos não é o objetivo deste

trabalho e também constitui uma tarefa complexa devido às mutações e migrações que os partidos sofreram ao longo da história política da redemocratização. Portanto, vamos considerar alguns fatores históricos de posicionamento político em relação às coligações, administrações na Prefeitura e tendências partidárias dos políticos em suas migrações. Por exemplo, o PDT é classificado como de esquerda por Rodrigues no cenário nacional; no Paraná, no entanto, o PDT recebeu políticos que partiram do PDS (oriundo da antiga Arena) que era a situação no regime militar. Então não se aplica a categoria de esquerda ao partido nas eleições municipais curitibanas. A sugestão de classificação abaixo é resultado do que foi observado ao longo das eleições no período da redemocratização.

Alguns partidos de acordo com suas coligações e apoios ficaram classificados da seguinte forma:

- Direita: **PDS, PFL, PL, PTB, PDT, PRN e PSL** (apoiam partidos de direita: PSC, PDC e PPB; o PP antigo PPB que se originou da fusão PPR e PP; o PST foi incorporado pelo PL).
- Centro: **PSDB, PMDB** (apoiam partidos de centro, direita e esquerda: PPS e PSB).
- Esquerda: **PT, PV, PC do B e PCB**.

Essa sugestão de classificação serve somente para o caso curitibano, não tem a intenção de determinar e estabelecer posições ideológicas definitivas. Alguns partidos oscilaram nas coligações entre direita-esquerda e por conseguinte é muito difícil de serem identificados no espectro ideológico. Entretanto, essas referências obtidas das eleições aqui trabalhadas foram suficientes para acompanhar simplesmente as trajetórias partidárias dos vereadores reeleitos. Abaixo segue o quadro com as migrações e suas direções no espectro direita-centro-esquerda.

QUADRO 8.2 – MIGRAÇÕES PARTIDÁRIAS NA REDEMOCRATIZAÇÃO

Eleições	D	D→D	D→C	C→D	C	C→C	C→E	E→C	E
1982	-	6	2	-	-	3	-	-	-
1988	-	6	-	3	2	-	-	-	-
1992	12	4	-	2	-	1	1	-	1
1996	9	3	3	-	4	-	-	-	2
2000	5	6	4	3	3	-	-	-	3
2004	4	8	4	2	3	1	-	-	1
Total	30	33	13	10	12	5	1	-	7
%	27,03	29,73	11,71	9,01	10,81	4,5	0,9	-	6,31

* São 111 casos de reeleição.

* A seta (→) indica a direção da migração.

* D = Direita, C = Centro e E = Esquerda.

De acordo com a classificação partidária e período de eleições propostos nesta conclusão de pesquisa percebe-se que dos 111 casos de reeleições nas eleições proporcionais à Câmara Municipal de Vereadores de Curitiba aqui registrados, pode-se afirmar que 44,15% dos vereadores são reeleitos na própria legenda e 55,85% se reelegeram trocando de legenda. A maioria se deu no próprio bloco ideológico de direita, foram 29,73% no total do período. Isto quis dizer que os vereadores reeleitos dos partidos classificados como de direita foram os que mais migraram. E também foram os que migraram mais para os partidos de centro, 11,71%. Portanto, as movimentações migratórias dos vereadores candidatos à reeleição dos partidos do bloco de direita foram dentro do próprio bloco ou em direção ao centro, e totalizam 41,44% das migrações. Entretanto, como os partidos de direita concentraram mais reeleitos, 27,03% permaneceram no próprio partido.

A estabilidade dos reeleitos dos partidos de centro, 10,81%, superou os transfugas que adotaram legendas de direita; a migração intrabloco foi de 4,50%. Houve apenas um caso de migração de um partido de centro para um de esquerda. Em contrapartida foram 10 casos que saíram de legendas de centro e foram para legendas de direita, 9,01%.

O bloco ideológico de partidos de esquerda, além de ser o menor, não apresentou movimentações migratórias de saída dos partidos em direção a outros partidos de centro e ou direita.

Como conclusão pode-se dizer que as migrações partidárias dos vereadores, até então acompanhadas nas eleições proporcionais do período da redemocratização, foram

coerentes com os blocos ideológicos. Isto reforça a ideia de que os grupos políticos se articularam conforme interesses comuns.

Isso demonstrou o fato de que a direita se movimentou ou se deslocou mais para articular as possibilidades de reeleições e também o fato de que a direita foi ou é ideologicamente mais elástica/plástica, prevalecendo a posição ideológica de direita (ou a força da tradição), mas não a sigla, o que reforça a característica da tradição da direita no exercício do poder.

Fica evidenciado também que a maioria das migrações dos candidatos reeleitos foi para o partido do governo municipal, dos sucessores de Lerner. A única exceção ocorreu na eleição de 1996 na qual o partido governista, PDT, recebeu apenas um candidato migrante, esta pouca movimentação deveu-se à estabilidade no governo municipal e estadual do grupo político de direita. Portanto, as duas maiores migrações ocorreram nos pleitos de 1992 e 2000. Em 1992, Lerner conseguiu reeleger seu sucessor Rafael Greca. Então, além da estabilidade do PDT, o partido recebeu mais quatro transfugas, e em 2000 o governador Lerner, reeleito em 1998, este havia mudado de legenda, foi para o PFL. Novamente, tem-se a maior migração de todos os pleitos que confluíram para o PFL; foram seis.

Os partidos governistas o PDT, PFL e PSDB, do grupo político que detém a Prefeitura de Curitiba até a eleição de 2008, ficaram praticamente, com um terço das reeleições por migrações nas seis eleições. Isso demonstrou que os candidatos-vereadores migraram de partidos, não para qualquer partido, mas para o partido governista ou que teria as melhores chances de ter o seu candidato eleito. Essa é uma demonstração do cálculo que os candidatos fazem, não só da reeleição, mas de como podem se reeleger na legenda governista. E as demais migrações ficaram por conta das movimentações dentro do próprio bloco de direita, já mencionado acima, e de centro para direita e vice-versa; foram os candidatos que se reelegeram em partidos coligados oficialmente, ou não, com o partido governista.

Outra demonstração do cálculo de ‘elegibilidade’ foram os resultados estatísticos demonstrados nas eleições. Os partidos governistas a partir de 1988, o PDT, tem o segundo melhor desempenho, ficando atrás do PMDB que ficou em primeiro, apesar de reeleger só um candidato.

Em 1988, Jaime Lerner havia se candidatado pela coligação PDT–PTB–PFL–PDS–PDC. Esta coligação não se estendeu aos vereadores oficialmente, todos esses

partidos concorreram isoladamente, mas o PDT, o PTB e o PFL receberam candidatos trânsfugas que se reelegeram. Não obstante, o PMDB tenha elegido a maior bancada, o PTB, PDT e PFL obtiveram vantagem na distribuição proporcional. O PDT atingiu a segunda melhor votação, chegou a eleger o candidato com voto mínimo de 9,19% da proporção do quociente eleitoral.

Em 1992 o PDT, enquanto partido governista, no nível municipal, elegeu Greca com a coligação PDT-PTB-PRT; nas proporcionais não repetiu a coligação, ficou só com o PTR, atingiu o melhor desempenho de votos válidos do pleito e o maior percentual de votos de legenda. Ficou com a maior bancada, as oito cadeiras conquistadas foram de reeleição, sendo quatro delas por candidatos trânsfugas. Foi a legenda que recebeu a segunda maior vantagem na divisão proporcional. O PMDB estava em declínio. O PL foi quem levou a maior vantagem na distribuição das cadeiras, reelegeu cinco, sendo só um candidato migrante.

Em 1996, com a eleição de Taniguchi pela coligação PDT-PTB-PPB-PSC-PFL, para as eleições proporcionais esta coligação foi diluída, estes partidos não participaram de nenhuma outra coligação para as proporcionais. Entretanto, a maioria desses partidos, com exceção do PSC, elegeu representantes. O PDT foi majoritário, obtve os melhores resultados. O PDT, PFL, PTB e PPB ficaram com saldo positivo na distribuição de vagas. Das 21 reeleições, 12 ficaram com aquelas legendas que elegeram Taniguchi. No entanto, a segunda maior bancada ficou com o PSDB, que reelegeu cinco das sete vagas conquistada, sendo três com trocas de legenda.

Em 2000, o grupo lernista aderiu ao PFL, Taniguchi se reelegeu pela maior coligação já vista em Curitiba, PFL-PPB-PC do B-PRN-PRP-PSB-PSC-PDS-PSL-PST-PTB-PTN, ficou em primeiro lugar no percentual de votos válidos. A coligação não se repetiu para as eleições proporcionais. O partido governista, PFL, primeiro em votos válidos do pleito, liderou as migrações e coligando-se com o PTN, obteve sete reeleições, sendo seis de candidatos que migraram de outras legendas; pelos resultados o PFL obteve a maior vantagem na distribuição proporcional.

Em 2004, com a nova liderança, Beto Richa, eleito pela coligação PSDB-PSB-PDT-PP-PAN-PTN-PRONA-PSL, o PSDB concorreu solteiro nas proporcionais, em função da transição de partido governista, e teve a terceira melhor posição na votação, ficando atrás do PFL, que ficou em segundo. Em primeiro lugar ficou o bloco de esquerda liderado pelo PT. No PSDB, as quatro cadeiras obtidas na Câmara foram de

reeleições, sendo três de candidatos que migraram. O PDT (coligado com o PRONA e PAN) e o PFL reelegeram quatro candidatos cada, sendo dois de cada legenda por migração.

Não se sabe como se deu o recrutamento, mas ambas as partes, partidos e candidatos, se organizaram. As migrações não foram aleatórias e sim direcionadas, resultando em sucessivas reeleições; portanto, houve organização entre candidatos e partidos.

Percebe-se que, segundo Michels, em função das constantes migrações seguidas de sucessivas reeleições da maioria dos candidatos a vereador, os programas dos partidos que constituem seus princípios não passaram de letra morta. Para Michels quem diz organização diz oligarquia, há um domínio dos reeleitos sobre os eleitores e também constituem assim, com as reeleições, uma elite dos vereadores. Ficou evidenciado que “a lei de ferro da oligarquia” de Michels se aplica nas eleições à Câmara Municipal de Curitiba, em razão das migrações praticamente dobrarem nas duas últimas eleições e pelo fato das reeleições se manterem com altos índices: em 1982 foram 33,33% de reeleitos, em 1988 se repete o percentual, 33,33%; em 1992 foi de 63,63%; em 1996 foi de 60%; a mais alta da redemocratização foi em 2000 com 68,57%; e em 2004 foi de 60,52% de reeleições. Portanto, a renovação na Câmara Municipal é inferior às reeleições, o que implicou em dizer que há um grupo hegemônico eleitoralmente e que se apropriou do poder, constituindo uma oligarquia ou uma elite de vereadores dentro da Câmara Municipal de Curitiba, e que boa parte dos eleitos foram e são assimilados pelo grupo de reeleitos nas eleições subsequentes. O predomínio de reeleitos vai contra o princípio da renovação nas democracias.

Pode-se concluir também e afirmar que os partidos governistas, que se movimentaram nos processos eleitorais para manutenção do continuísmo, sejam por meio de reeleições ou financiamento de campanhas por grupos econômicos, que serviram à oligarquia do grupo político de Lerner e seus asseclas até então na redemocratização, com seu domínio e formando maiorias nas bancadas de vereadores, descaracterizaram a autonomia da Câmara Municipal de Curitiba.

QUADRO 8.3 – CANDIDATOS REELEITOS 1982 - 2004

TRAJETÓRIA PARTIDÁRIA – VEREADORES REELEITOS						
CANDIDATOS	1982	1988	1992	1996	2000	2004
Ivanir Ivay Stival	PDS					
Santiago Losso	PDS					
Jefferson Weigert Wanderlei	PDS					
João Queiroz Maciel	PDS					
Moacir Tosin	PMDB					
Luiz Gil de Leão Filho	PMDB					
Ivan Ribas	PMDB					
Lauro de Carvalho Chaves	PMDB					
Mauro Rafael Moraes da Silva	PMDB	PMDB	PRN	PSDB	PSC	-
Jairo Marcelino da Silva	PDS	PL	PDT	PDT	PSB	PDT
Jorge Luiz Bernardi	PMDB	PDT	PDT	PDT	PDT	PDT
Marcos Valente Isfer	PDS	PFL	PFL	-	-	-
José Gorski	PDS	PDT	PDT	PDT	-	-
João Cláudio Derosso	PDS	PL	PDT	PDT	PFL	PSDB
Horácio Rodrigues Sobrinho	PMDB	PL	PL	-	-	-
Rosa Maria Chiamulera	PDS	PTB	PDT	-	-	-
Tito Zeglin	PMDB	PTB	PTB	PTB	-	PDT
Edson Muhlmann	PMDB	PDT	-	-	-	-
Jair César de Oliveira	-	PDT	PDT	PDT	PTB	PTB
Aldemir João Manfron	-	PTB	PTB	PTB	PTB	PP
Ailton Cardoso de Araújo	-	PMDB	PMDB	PMDB	PFL	-
Nely Lúcia Valente de Almeida	-	PMDB	PSDB	PSDB	-	PSDB
Geraldo Claito Bobato	-	PTB	PTB	-	PFL	PFL
Mário Celso Puglieli Cunha	-	PMDB	PL	PSDB	-	PSB
Júlio Hideo Ando	-	PFL	PDT	-	-	-
Geraldo Atsumi Yamada	-	PTB	PTB	PTB	-	-
César Augusto Seleme Kehring	-	PL	PL	-	-	-
Jorge Miguel Samek	-	PMDB	PT	PT	PT	-
José Aparecido Alves	-	PDT	PDT	PDT	PSB	-
Ângelo Carlos Vanhoni	-	PT	PT	-	-	-
Fabiano Braga Cortes Jr.	-	PFL	PFL	-	-	-
Íris Xavier Simões	-	-	PL	PSDB	-	-
Aparecido Custódio da Silva	-	-	PST	PDT	PFL	PTB
Osmar Stuart Bertoldi	-	-	PL	PPB	PPB	-
Celso Torquato	-	-	PMDB	PMDB	PMDB	PMDB

QUADRO 8.3 – CANDIDATOS REELEITOS 1982 – 2004 (continuação)

TRAJETÓRIA PARTIDÁRIA – VEREADORES REELEITOS						
CANDIDATOS	1982	1988	1992	1996	2000	2004
José Roberto Sandoval	-	-	PST	PPB	-	PTB
Natálio Stica	-	-	PT	PT	PT	-
Antonio Borges dos Reis	-	-	PSDB	PSDB	-	-
Paulo Salamuni	-	-	PMDB	-	PMDB	PMDB
Ney Leprevost Neto	-	-	-	PPB	PPB	PP
Ehden Abib	-	-	-	PTB	PFL	-
Sabino Picolo	-	-	-	PPB	PSDB	PFL
Rui Kiyoshi Hara	-	-	-	PDT	PFL	PSDB
Paulo Frote	-	-	-	PMDB	PSC	PSDB
Luis Ernesto Alves Pereira	-	-	-	PSDB	PSDB	-
Julieta Mª Braga Cortes F. dos Reis	-	-	-	PFL	PFL	PFL
Elias Vidal	-	-	-	PPB	PSDB	-
Antonio Tadeu Veneri	-	-	-	PT	PT	-
Valdemir Manoel Soares	-	-	-	-	PPB	PL
Fabio de Souza Camargo	-	-	-	-	PSC	PFL
Reinhold Stephanes Jr.	-	-	-	-	PFL	PMDB
André Franco de Oliveira Passos	-	-	-	-	PT	PT
Ângelo Batista	-	-	-	-	PDT	PP

FONTE: TRE-PR.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA JR., A. M. Do declínio do Estado Novo ao suicídio de Getúlio Vargas. In: **História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano**. São Paulo: Difel, 1981. Tomo 3.
- AMARAL, R. As eleições municipais de 1996 (primeira avaliação). **Revista Comunicação & Política**, Rio de Janeiro, vol. 3, n. 3, p. 4-14, nova série, set./dez. 1996.
- ARAÚJO, C. As cotas por sexo para a competição legislativa: o caso brasileiro em comparação com experiências internacionais. **Revista Dados**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 1, jan. 2001.
- BAUDOUIN, J. **Introdução à Sociologia Política**. Lisboa: Editorial Estampa, 2000.
- BRASIL. Emenda Constitucional n. 25 de 15 de maio de 1985. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 16 maio 1985. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc25-85.htm>. Acesso em: 25 nov. 2009.
- CAMPELLO DE SOUZA, M. C. **Estado e partidos políticos no Brasil (1939 a 1964)**. São Paulo: Alfa-Omega, 1990.
- CARREIRÃO, Y. S. **A decisão do voto nas eleições presidenciais brasileiras**. Florianópolis; Rio de Janeiro: Ed. da UFSC; Ed. Da FGV, 2002.
- CARVALHO JR., M. R. de. A votação do MDB no Paraná. In: CODATO, A. N.; SANTOS, F. J. dos. (Org.). **Partidos e eleições no Paraná: uma abordagem histórica**. Curitiba: TRE-PR, 2007.
- COSTA, E. **A legislação eleitoral brasileira (histórico, comentários e sugestões)**. Departamento de Imprensa Nacional, 1964.
- DIRETÓRIO NACIONAL DO MDB. MDB em ação nos municípios: manual para as eleições de 15 de novembro de 1976. **Coleção Alberto Pasqualini**, Brasília, vol. 12, 1976.
- FLEISCHER, D. V. **A política de coligações no Brasil: antes e depois da verticalização (1994 e 1998 vs. 2002 e 2006): Impactos sobre os partidos**. Brasília, Sério Ceppac vol. 6. CEPPAC/UNB, 2007.
- _____. As desventuras da engenharia política: sistema eleitoral *versus* sistema partidário. In: BARROS, A. et al. (Org.). **Da distensão à abertura: as eleições de 1982**. Brasília: Ed. da UNB, 1988.
- _____. **Deputados brasileiros: repertório biográfico dos senhores deputados, abrangendo o período de 1946-1967**. Brasília: Câmara dos Deputados; Coordenação de Publicações, 1981.

FLEISCHER, D. V. **Las consecuencias políticas del sistema electoral brasileño**: partidos políticos, poder legislativo y gobernabilidad. Costa Rica: IIDH-Capel, 1995.

_____. Manipulações casuísticas do sistema eleitoral durante o período militar, ou como usualmente o feitiço se volta contra o feiticeiro. In: SOARES, G. A. D.; D'ARAUJO, M. C. (Org.). **21 anos de regime militar**: balanços e perspectivas. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1994. p. 154-197.

_____. **O novo pluripartidarismo**: perfil socioeconômico da câmara dos deputados (1979 versus 1983). In: BARROS, A.; FLEISCHER, D. et. al. **Da distensão à abertura**: as eleições de 1982. Brasília: Ed. da UnB, 1988.

_____. Os partidos políticos. In: AVELAR, L.; CINTRA, A. O. (Org.). **Sistema político brasileiro**: uma introdução. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2007. p. 265-310.

_____. O pluripartidarismo no Brasil: dimensões sócio-econômicas e regionais do recrutamento legislativo, 1946-1967. **Revista de Ciência Política**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 49-75, jan./abr. 1981.

FRANCO SOBRINHO, M. de O. Balanço das eleições de 1974 no Paraná. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, n. 43, jul. 1976.

GIAVARINA, V. **Eleições municipais 2004 (prefeitos, vice-prefeitos e vereadores)**. Brasília: [s.n.], 2004.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. **Constituição Estadual do Paraná 1947**. Arquivo Público. 1947.

HELLER, M. I.; DUARTE, M. DE L. A. G. **Memórias de 1964 no Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2000.

IPPUC. **Curitiba em dados 2004**. Curitiba, 2004. 1 CD-ROM.

IPARDES. **Resultados eleitorais Paraná 1945-1982**. 2. ed. Curitiba: Fundação Édisson Vieira, 1989.

KINZO, M. D. G. O legado oposicionista do MDB, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro. In: SOARES, G. A. D.; D'ARAUJO, M. C. (Org.). **21 anos de regime militar**: balanços e perspectivas. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1994.

_____. **Oposição e autoritarismo**: gênese e trajetória do MDB (1966-1979). São Paulo: Vértice, 1988.

KINZO, M. D. G.; BORIN, I.; MARTINS JR. J. P. Padrões de competição eleitoral na disputa para a Câmara Paulista. 1992-2000. **Novos Estudos**, n. 65, mar. 2003.

- KUNHAVALIK, J. P. Ney Braga: trajetória política e bases do poder. In: OLIVEIRA, R. C. (Org.). **A Construção do Paraná Moderno: políticos e políticas no governo do Paraná de 1930 a 1980**. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2004.
- LAMOUNIER, B. Partidos políticos e sistema eleitoral. **Textos Idesp**, São Paulo, n. 13, 1986.
- LAMOUNIER, B.; MENEGUELLO, R. **Partidos políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- LIMA JUNIOR, O. B. **Os partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional, 1945 – 1964**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- MACHADO, A. A lógica das coligações no Brasil. In: KRAUSE, S.; SCHMITT, R. (Org.). **Partidos e coligações eleitorais no Brasil**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2005. p. 43-83.
- MARTINS, W. B. **Levantamento das legislaturas e vereadores (1947-2000)**. Curitiba: Biblioteca da Câmara Municipal de Curitiba, 1999.
- MICHELS, R. **A sociologia dos partidos políticos**. Brasília: Ed. da UNB, 1982.
- MOREIRA, C. D. **Planeamento e estratégias da investigação social**. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1994.
- MOSQUERA, J. E. F. A votação da ARENA no Paraná. In: CODATO, A. N., SANTOS, F. J. dos (Org.). **Partidos e eleições no Paraná: uma abordagem histórica**. Curitiba: TRE-PR, 2007.
- NICOLAU, J. C. M. A participação eleitoral no Brasil. In: WERNECK VIANNA, L. (Org.). **A democracia e os três poderes no Brasil**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2002. p. 255-295.
- _____. **Dados eleitorais do Brasil (1982-1996)**. Rio de Janeiro: Revan, 1998.
- _____. **História do voto no Brasil**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2002.
- _____. **Multipartidarismo e democracia**. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1996.
- _____. **Sistemas eleitorais**. 5. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2002.
- OLIVEIRA, D. **Curitiba e o mito da cidade modelo**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2002.
- OLIVEIRA, R. C. **O silêncio dos vencedores: genealogia, classe dominante e estado no Paraná**. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.
- _____. **Análise dos parlamentares paranaenses na entrada do século XXI**. Curitiba: APUFPR, 2002.
- PARANÁ (Estado). Tribunal Regional Eleitoral. Relatório de Autuação. Processo n. 4.898. Resultados, 1959, Caixa 369.

- PEREIRA, M. R. M.; SANTOS, A. C. A. **O poder local e a cidade**: a câmara municipal de Curitiba. séculos XVII a XX. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000.
- PORTO, W. C. **Dicionário do Voto**. Brasília: Ed. da UNB, 2000.
- _____. **O voto no Brasil**: da Colônia à 6ª República. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.
- REYNOLDS, A.; ELLIS, B. (Org.). **Diseño de sistemas electorales**: el nuevo manual de Idea Internacional. México: Idea, 2006.
- RODRIGUES, L. M. **Partidos, ideologia e composição social**. São Paulo: Edusp, 2002.
- SCHMITT, R. **Partidos políticos no Brasil (1945 – 2000)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- SEBASTIANI, S. **Por dentro do MDB Paraná**. Curitiba: [s.n.], 1992.
- SKIDMORE, T. E. **Brasil**: de Castello a Tancredo, 1964-1985. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SINGER, A. V. **Esquerda e direita no eleitorado brasileiro**. São Paulo: Ed. da USP, 2002.
- SOARES, G. A. D. A política brasileira: novos partidos e velhos conflitos. In: FLEISCHER, D. V. (Org.). **Da distensão à abertura**: as eleições de 1982. Brasília: Ed. da UnB, 1988. p. 91-118.
- SOUSA, V. de. O comportamento das coligações eleitorais entre 1954-1962: peritos majoritários coincidentes com proporcionais. In: KRAUSE, S.; SCHMITT, R. (Org.). **Partidos e coligações eleitorais no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2005. p. 27-41.
- SOTILLOS, I. D.; LÓPEZ NIETO, L. **Comportamento político, partidos y grupos de presion**. Sociologia Electoral – Addenda. Madrid: Uned, 2003.
- SOTILLOS, I. D.; LÓPEZ NIETO, L. **Comportamento político, partidos y grupos de presion**. Guia Didáctica Madrid: Uned, 2003.
- SPONHOLZ, L. H. B. (Pesq.). **Tribunal Regional Eleitoral do Paraná – 50 anos 1945-1995**. Curitiba: Artes & Textos, 1995. (Edição Histórica).
- TRE-PR. Resultado final por candidato. **Eleições proporcionais de 2000**. 04 out. 2000.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Sistemas de Bibliotecas. **Redação e editoração**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2001.
- WASHINGTON, P. de A. **Paraná político de cabo a rabo**. Curitiba: Noé, 1999.

FONTES

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ. **Anais da assembleia**. Curitiba, Ano I, n. 17, 31 mar.1975.

_____. _____. Curitiba, Ano I, n. 18, 1 abr. 1975.

_____. _____. Curitiba, Ano I, n. 20, 3 abr. 1975.

_____. _____. Curitiba, Ano I, n. 21, 4 abr. 1975.

_____. _____. Curitiba, Ano V, n. 11, 15 mar. 1979.

_____. _____. Curitiba, Ano V, n. 14, 20 mar. 1979.

_____. _____. Curitiba, Ano V, n. 16, 22 mar. 1979.

_____. _____. Curitiba, Ano IX, n. 15, 17mar. 1983.

_____. _____. Curitiba, Ano IX, n. 17, 21mar. 1983.

_____. _____. Curitiba, Ano IX, n. 18, 22 mar. 1983.

_____. _____. Curitiba, Ano IX, n. 20, 24 mar. 1983.

_____. **Diário da assembleia**. Curitiba, Ano IX, n. 2553, 15 mar. 1971.

_____. _____. Curitiba, Ano IX, n. 2554, 18 mar. 1971.

_____. _____. Curitiba, Ano IX, n. 2555, 18 mar. 1971.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ. **Anuário estatístico eleitoral do Paraná**. Arquivo, 1997.

_____. **Ata geral de apuração das eleições de 03/10/1992**: no município de Curitiba, para os cargos de Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores. Curitiba: Cópia, 1992.

_____. **Brancos para Prefeito**. Curitiba, Arquivo, 1992.

_____. **Brancos para vereador**, Curitiba, Arquivo, 1992.

_____. **Candidatos a vice-prefeito**. Curitiba, Arquivo, 2000.

_____. **Curitiba 1996**. Curitiba, Arquivo, 1996.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ. **Eleições de 15/11/1985**. Votação total dos candidatos em Curitiba: proclamação final 07/01/1986. Curitiba, 1986.

_____. **Eleições Municipais 1985 a 2000**. Arquivos em CD.

_____. **Eleições Municipais de 1988**: quadro estatístico. Curitiba, Arquivo, 1988.

_____. **Eleições municipais de 1996**: resumo da votação. Curitiba, Arquivo, 1996.

_____. **Eleições municipais de 2000**: relatórios de resultado da votação. Curitiba, Arquivo, 1996.

_____. **1996 – Prefeitos Curitiba**: por zona eleitoral. Curitiba, Arquivo, 1996.

_____. **1996 – Prefeitos e vices PR**. Curitiba, Arquivo, 1996.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ. **Nulos para Prefeito**. Curitiba, Arquivo, 1992.

_____. **Nulos para vereador**. Curitiba, Arquivo, 1992.

_____. **Prefeitos eleitos**. Curitiba, Arquivo, 1992.

_____. **Prefeitos não eleitos**. Curitiba, Arquivo, 1992.

_____. **Proporcional por zona eleitoral**. Curitiba, Arquivo, 2000.

_____. **Proporcional por zona eleitoral**. Curitiba, Arquivo, 2000.

_____. **Proporcional: candidatos eleitos**. Curitiba, Arquivo, 1996.

_____. **Proporcional: todos os candidatos**. Curitiba, Arquivo, 1996.

_____. **Relatório de resultado da votação dos candidatos por zona**. Curitiba, Arquivo, 2000.

_____. **Relatório de resultado por coligação**. Curitiba, Arquivo, 2000.

_____. **Relatório de resultado por coligação**. Curitiba, Arquivo, 2000.

_____. **Relatório de resultado por partido**. Curitiba, Arquivo, 2000.

_____. **Relatório de resultado por partido**. Curitiba, Arquivo, 2000.

_____. **Relatórios finais**. Curitiba, Arquivo, 2000.

_____. **Resultado final das eleições à câmara municipal de Curitiba**. Arquivo, 1982.

_____. **Resultado final das eleições gerais**. Arquivo, 1982.

_____. **Resultados estatísticos: para câmara municipal de Curitiba**. Mapa n. 66, Arquivo, 1982.

_____. **Resumo Curitiba**. Curitiba, Arquivo, 1996.

_____. **Resumo de votação** Curitiba, Arquivo, 1996.

_____. **Resumo de votação dos partidos**. Curitiba, Arquivo, 2000.

_____. **Resumo de votação por partidos**. Curitiba, Arquivo, 2000.

_____. **Resumo**. Curitiba, Arquivo, 1992.

_____. **Vereadores eleitos**. Curitiba, Arquivo, 1992.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ. **Ata da sétima sessão ordinária**. Arquivo, 1954.

_____. **Ata da sexta sessão ordinária**. Arquivo, 1954.

_____. **Paraná eleitoral**. Curitiba, Ano I, n. 3, 31 out. 1955.

_____. **Paraná eleitoral**. Curitiba, Ano III, n. 28-29, nov./dez. 1958.

_____. **Resultado Final das Eleições à Câmara Municipal de Curitiba**. Arquivo, 1951.

_____. **Resultado final das eleições à câmara municipal de Curitiba**. Arquivo, 1955.

_____. **Resultado final das eleições à câmara municipal de Curitiba**. Arquivo, 1963.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ. **Resultado final das eleições à câmara municipal de Curitiba.** Arquivo, 1968.

_____. **Resultado final das eleições à câmara municipal de Curitiba.** Arquivo, 1972.

_____. **Resultado final das eleições à câmara municipal de Curitiba.** Arquivo, 1976.

_____. **Resultado final das eleições.** Arquivo, 1974.

_____. **Resultado geral:** eleições. Arquivo, 03 out. 1965.

_____. **Resultado geral:** eleições. Arquivo, 07 out. 1962.

_____. **Resultado geral:** eleições. Arquivo, 15 nov. 1966.

_____. **Resultado geral:** eleições. Arquivo, 15 nov. 1966.

_____. **Resultado geral:** eleições. Arquivo, 15 nov. 1970.

_____. **Resultado geral:** eleições. Arquivo, 15 nov. 1974.

_____. **Resultado geral:** eleições. Arquivo, 15 nov. 1978.

_____. **Resultado geral:** eleições. Arquivo, 15 nov. 1982.

_____. **Resultado geral:** eleições. Arquivo, 1962.

_____. **Resultado geral:** eleições. Arquivo, 1966.

_____. **Resultados eleitorais:** eleições municipais. Arquivo, 1963.

_____. **Resultados:** eleições gerais. Arquivo, 1947.

_____. **Resultados:** eleições gerais. Arquivo, 1950.

_____. **Vereadores não eleitos a Ivatuba.** Curitiba, Arquivo, 1992.

_____. **Votação de legenda em Curitiba:** eleições. Curitiba, Arquivo, 1996.

_____. **Votos de legenda/eleições proporcionais.** Curitiba, Arquivo, 1996.

TRE-PR. ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Arquivo Resultado Final das Eleições à Câmara Municipal de Curitiba, 1959.

_____. Ata da Proclamação do Prefeito Eleito da Capital. 10 out. 1958.

_____. Ata de Apuração Final – 4ª Zona Eleitoral, 1951. APPR, ref. cx. 21.

_____. Ata de Apuração Final da 1ª Zona Eleitoral, 1954. Arquivo Público do Paraná, mapa 139.

TRE-PR. ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Ata de Apuração Final da 2ª Zona Eleitoral, 1954. Arquivo Público do Paraná, cx. 492.

_____. Ata de Proclamação dos Candidatos eleitos aos Cargos de Vereadores do Município de Curitiba. 25 nov. 1947. Arquivo Público. Caixa 452.

_____. Ata Final de Apuração – 2ª Zona Eleitoral. 18 nov. 1947. Arquivo Público do Paraná. Caixa 452.

TRE-PR. ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Ata Final de Apuração – 3ª Zona Eleitoral. 19 nov. 1947. Arquivo Público do Paraná. Caixa 452.

_____. Ata Final de Apuração – 4ª Zona Eleitoral. 19 nov. 1947. Arquivo Público do Paraná. Caixa 452.

_____. Ata Final de Apuração Geral da Eleição Municipal Realizada em 03 out. 1954. Arquivo Público do Paraná, cx. 89, 03 nov. 1954.

_____. Ata Final de Apuração: Da Eleição Majoritária Para Prefeito Municipal de Curitiba. 1ª Zona Eleitoral. APPR, 18 out. 1962, cx 73.

_____. Ata Final de Apuração: para efeito de proclamação do prefeito eleito para Curitiba. 20 out. 1962.

_____. Ata Final de Apuração: para governador do Estado. 1ª, 2ª e 3ª Zonas, Curitiba. APPR, ref. Mapa 106.

_____. Autos de pedidos de registros de candidatos a vereadores do município de Curitiba, Capital do Estado do Paraná.

_____. Edital. Registros de Candidaturas. 29 out. 1947. Ref. Cx. 452. APPR.

_____. Extrato da Ata Final da Apuração das Eleições para Prefeito Municipal de Curitiba. 14 nov. 1958.

_____. Fórmula para a Ata Final da Apuração da Junta Apuradora, 1947. Arquivo Público do Paraná. Ref. Caixa 452.

_____. Mapa de Apuração das Eleições realizadas no Município de Curitiba e suplementares que lhe seguirem, (3 de outubro de 1958) – para escolha do Prefeito Municipal de Curitiba. 3ª e 4ª Zonas Eleitorais. Arquivo Público do Paraná. Referência: 03/02/32/428.

_____. Mapa de Apuração Totalizador. 1959.

_____. Mapa do Eleitorado 1962. APPR, mapa 104.

_____. Mapa Totalizador – Eleição Majoritária para Prefeito - Curitiba 4ª Zona Eleitoral. 1958. Arquivo Público do Paraná, mapa 104.

_____. Mapa Totalizador da 2ª Zona Eleitoral – Eleição Majoritária para Prefeito 1954. APPR, referência mapa 139.

TRE-PR. ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Mapa Totalizador da 3ª Zona Eleitoral – Eleição Majoritária para Prefeito 1954. APPR, referência mapa 139.

_____. Mapa Totalizador da 4ª Zona Eleitoral – Eleição Majoritária para Prefeito 1954. APPR, referência mapa 139.

_____. Mapa Totalizador de 03 out. 1965.

_____. Partido Trabalhista Nacional. 1955. APPR, ref. Caixa 424.

TRE-PR. ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Referência: caixa 428.

_____. Registro de candidatos: partido republicano. 1955. APPR, ref. Caixa 424.

_____. Registro de diretório regional do PTB. Ref. Caixa 424.

_____. Relatório de autuação. **Processo n. 4898**. Resultados, 1959, referência: caixa 369.

_____. União Democrática Nacional. 1955. APPR. Referência: caixa 424.

_____. Referência: caixa 349.

_____. 3ª Zona Eleitoral de Curitiba. Eleição Majoritária para Prefeito Municipal de Curitiba. 1954.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Resolução n. 3.354, de 31 de janeiro de 1950. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 31 jan. 1950.

ARTIGOS DE JORNAIS

UM PARTIDO bem familiar em Curitiba. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 24 set. 2004, p. 14.

FRENTINHA vai definir-se sobre a Prefeitura de Curitiba. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 21 jul. 1962, p. 3.

FUMAÇA ensina a votar. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 03 out. 1962, p. 8.

MINHA candidatura representa mudança. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 23 set. 2004, p. 9.

O PMDB perdeu a sua identidade. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 12 set. 2004, p. 13.

SOU mais experiente e preparado. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 22 set. 2004, p. 9.

SOU um candidato independente. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 21 set. 2004, p. 8.

VOU marcar um novo ciclo. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 24 set. 2004, p. 10.

18 MILHÕES. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 03 set. 1954, p. 3.

1º TURNO pode definir pleito na capital. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 18 ago. 2000, p. 12.

9 CANDIDATOS querem o seu voto em Curitiba. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 09 ago. 1988, Caderno Política, p. 2.

90% DOS CURITIBANOS aprovam Greca. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 03 set. 1996, p. 7.

A CIDADE que eu quero. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 29 out. 2000, p. 19.

A ELEIÇÃO para Senador e Prefeito será feita com a cédula oficial. **Diário do Paraná**, Curitiba, 02 out. 1958, p. 5.

A LONGA jornada, de três anos, hoje, apenas começa. **Jornal Indústria & Comércio**, 16 nov. 1985. p. 8.

A PARTICIPAÇÃO da mulher na política. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 11 nov. 1947, p. 5.

- A PLATAFORMA de Iberê. **Diário do Paraná**, Curitiba, 24 ago. 1958. Primeiro Caderno, p. 5.
- A PROCURA de soluções. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 18 mar. 1975, p. 10.
- ACONTECIMENTO histórico para o povo de Curitiba. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 30 set. 1954, p. 3.
- ADHEMAR para Suplência e Wallace para Prefeitura. **O Dia**, Curitiba, 05 jul. 1958, p. 4.
- AFLITO o Prefeito para entrar na Frente Democrática. **O Dia**, Curitiba, 24 jul. 1958, p. 4.
- AL em eleição surpresa faz Mansur presidente e Erondy primeiro secretário. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 02 fev. 1967, p. 3.
- ALLEA jacta est, a sorte está lançada. Ontem, para os candidatos a prefeito; hoje, para toda a população de Curitiba. **Jornal Indústria & Comércio**, 16 nov. 1985, p. 4.
- ALGUNS especulados. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 09 fev. 1979, p. 11.
- ALTERAÇÃO no quadro de Curitiba. **Gazeta do Povo**, Curitiba, set. 1996, p. 7.
- ÁLVARO, na rua, pede voto a Fruet. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 10 nov. 1988, p. 7.
- ÂNGELO VANHONI TEM 50% e Cássio Taniguchi 42%. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 19 out. 2000, p. 12.
- AO POVO de Curitiba. **Diário do Paraná**, Curitiba, 6 out. 1962. Capa, p. 1.
- APENAS 24 por cento. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 02 abr. 1975. Notas Políticas, p. 3.
- APENAS Três Candidatos no Páreo Municipal: Arzua, Moro e Abílio. **Diário do Paraná**, Curitiba, 25 ago. 1962. Fórum Político, p. 3.
- APOIO de cinco partidos. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 08 nov. 1988, p. 7.
- APOIO de Rubens Bueno é o mais disputado. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 05 out. 2004, p. 6.
- ARENA recomenda a deputados à aprovação do nome de Raiz. **Diário do Paraná**, Curitiba, 25 mar. 1975. Polinotas, p. 3.
- ARISTIDES, Simão. “Desaparecido” em Monte Castello. **Tribuna do Paraná**, Curitiba, 02 out. 1958, p. 8.
- ARZUA: extensa folha de serviços a Curitiba. **O Estado do Paraná**, 15 nov. 1985, p. 3.
- ARZUA (sabatinado) causa boa impressão a deputados. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 24 nov. 1966, p. 3.
- ARZUA sai em Lágrimas. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 17 nov. 1966. Capa, p. 1.
- ARZUA tem 82% também na Assembleia, que o mantém. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 30 nov. 1966. Capa, p. 1.
- ARZUA, o último eleito. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 15 nov. 1985, p. 7.
- ÀS 8 horas começa o pleito. **Diário do Paraná**, Curitiba, 15 nov. 1972, p. 6.

AS GRANDES Linhas Políticas do Estado Influenciarão a Corrida para a Prefeitura. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 07 jul. 1962. *Gazeta Política*, p. 3.

AS RENÚNCIAS das candidaturas. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 27 out. 1988, p. 3.

ASSEMBLEIA aprova a nomeação de Ivo. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 30 nov. 1966, p. 3.

ASSEMBLEIA Aprova Ivo. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 30 nov. 1966, *Política Estadual*, p. 3.

ASSEMBLEIA aprovou indicação de Sabbag para o Governo Municipal, 18 mar. 1967. *Fórum Político*, p. 3.

ASSEMBLEIA VOTA hoje nome de Ivo. **Diário do Paraná**, Curitiba, 25 nov. 1966, p. 3.

ATIVIDADES do Sr. Ney Braga. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 11 set. 1959. *Notas Políticas*, p. 3.

ATO REDUZ para 18 os vereadores de Curitiba. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 24 nov. 1966, p. 6.

BAIRROS DERAM vitória a Iberê. **O Dia**, Curitiba, 08 out. 1958, p. 9.

BETO aumenta favoritismo no 2º turno. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 03 set. 2004, p. 10.

BETO Richa ouve queixas de moradores e lojistas no Hauer. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 12 out. 2004, p. 6.

BOCA-DE-URNA. Novidade. Vereadora pela primeira vez aos 74 anos. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 04 out. 2004, p. 6.

BRIZOLA CONCLAMA eleitorado curitibano a votar em Lerner. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 10 nov. 1985, p. 7.

BRIZOLA, na Boca Maldita, faz comício pró-Lerner. **Jornal Indústria & Comércio**, 30 out. 1985, p. 3.

BRIZOLA PARTICIPA hoje do comício de Lerner na Boca. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 10 nov. 1988, p. 7.

BUENO e Moraes anunciam apoio hoje. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 13 out. 2004, p. 12.

CALENDÁRIO Eleitoral: Pleito de três de Outubro. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 08 ago. 1958, p. 3.

Jornal Indústria & Comércio. Política. Câmara aprova o impeachment. Itamar é o novo presidente, capa, 30/09/1992

CÂMARA dividida em três grandes grupos. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 05 out. 2004, p. 7.

CÂMARA Municipal de Curitiba: Uma das mais democráticas do País. **O Dia**, Curitiba, 01 jul. 1958, p. 5.

CAMINHO do MDB será agora a reestruturação em todo o país. **Diário do Paraná**, Curitiba, 18 nov. 1972, p. 3.

CAMPANA, F. Com que, então... **Gazeta do Povo**, Curitiba, 21 set. 2004, p. 8.

_____. Aleluia Gretchen. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 19 nov. 2004, p. 8.

_____. O terço de indecisos. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 15 out. 2004, p. 8.

CAMPANA, F. Perdigueiro. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 15 out. 2004, p. 8.

CAMPANHA aparta o grupo lernista. **O Estado do Paraná**, Política, p. 3, 28 set. 2000.

Jornal Indústria & Comércio. Campanha de Fruet – Será mantida a atual Coordenadoria, p. 3, 04/11/1988

CAMPANHA de Lerner. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 20 nov. 1988.

CANDIDATO visita I&C. **Jornal Indústria & Comércio**, Política, p. B2, 16 set. 1992.

CANDIDATOS à Câmara Federal mais votados em Curitiba. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 12 out. 1962, p. 3.

CANDIDATOS a vice debatem propostas. **Jornal Indústria & Comércio**, Política, p. B2, 2 set. 1992.

CANDIDATOS apresentam seus programas. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 08 set. 1996, p. 4.

CANDIDATOS da oposição mantêm suas estratégias. **Jornal Indústria & Comércio**, Eleições/Curitiba, p. A5, 5 set. 1996.

CANDIDATOS exibem propostas. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 29 set. 2000, p. 6-7.

CANDIDATOS mais votados nas Zonas de Curitiba. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 11 out. 1962, p. 3.

CANDIDATOS negam renúncia ao pleito. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 27 out. 1988, p. 7.

CANDIDATOS usam apoios na tevê. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 15 out. 2004, p. 9.

CANDIDATURA Amâncio Moro. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 04 set. 1954, p. 3.

Jornal Indústria & Comércio. Política. Candidatura de Márcia Pradi tem novas adesões, p. B3, 10/09/1992

CANET enviou à Assembleia Legislativa indicação de Saul. **Diário do Paraná**, Curitiba, 25 mar. 1975. Capa, p. 1.

CANET, hoje, governador do Paraná. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 15 mar. 1975, p. 17.

CARÁTER plebiscitário às próximas eleições. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 21 out. 1982, p. 8.

CÁSSIO CONTINUA na liderança, diz Datafolha. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 29 set. 1996, p. 10.

CÁSSIO diz que recebe a pesquisa com humildade. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 08 ago. 1996, Política.

CÁSSIO eleito no 1º turno. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 04 out. 1996, p. 3.

CÁSSIO lidera e Vanhoni é 2º lugar. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 27 ago. 2000, p. 20.

CÁSSIO pode vencer no 1º turno. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 22 ago. 1996, p. 13.

CASSIO Taniguchi é reeleito por 51,48% dos Curitibanos. **Gazeta do povo**, 03 out. 2000, p. 3.

CÁSSIO Taniguchi é reeleito por 51,48% dos Curitibanos. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 30 out. 2000, p. 3.

CÁSSIO Vence em seis das 10 Zonas Eleitorais. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 30 out. 2000, p. 8.

CHAGAS, C. G. Rescaldos em um Pleito. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 09 out. 1958, p. 3.

CHAGAS, K. Bueno, Bertoldi e Mauro lutam contra “polarização”, **Gazeta do Povo**, Curitiba, 26 set. 2004, p. 11.

_____. Candidatos criticam desconto do IPTU, **Gazeta do Povo**, Curitiba, 17 set. 2004, p. 12.

CHAGAS, K. Governo se une pela campanha de Vanhoni, **Gazeta do Povo**, Curitiba, 16 set. 2004, p. 14.

_____. O governador pede empenho do PMDB para Vanhoni. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 15 set. 2004, p. 8.

CHAGAS, K., KAMINSKI, K., GONÇALVES, M. F. Taniguchi repensa campanha e Vanhoni consolida alianças. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 03 out. 2000. Caderno Eleições, 2000, p. 3.

CIDADE Industrial em rotina de trabalho. **Diário do Paraná**, Curitiba, 06 mar. 1975, p. 9.

CLAUS abre o jogo: PT vai democratiza a Prefeitura. **Jornal Indústria & Comércio**, Eleições/88, p. 5, 15-17 out. 1988.

CLAUS Germer Rever Estatuto dos Servidores. **Jornal Indústria & Comércio**, Eleições/88, p.5, 7 out. 1988.

CLAUS não contesta, mas critica. **Jornal Indústria & Comércio**, Pesquisa, p. 5, 09 nov. 1988.

COLIGAÇÕES. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 03 out. 1992, p. 7.

COLLOR prejudicou a campanha, diz Tony. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 04 out. 1992, p. 11.

COM PEDIDO de licença à AL, Richa dá tempo integral à campanha. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 05 nov. 1985, p. 7.

- COM Richa no governo, Enéas Faria seguirá para o Senado. **Diário do Paraná**, Curitiba, 18 nov. 1982, p. 3.
- COMEÇA era da abertura. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 15 mar. 1979, p. 3.
- COMISSÃO vai ouvir Sabbag. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 16 mar. 1967, p. 4.
- COMISSÃO vai ouvir Sabbag. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 16 mar. 1967, p. 4.
- Comitê de Lerner acha que Algacy traz apoio de pobre. **Jornal Indústria & Comércio**, 10 out. 1985, p. 3.
- COMO fica a Câmara Municipal. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 06 out. 1992, p. 2.
- COMO se deve votar. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 01 out. 1954, p. 7.
- COMO VOTAR em 3 de outubro. **O Dia**, Curitiba, 24 set. 1958, p. 2.
- COMPORTAMENTO do MDB na indicação de Lerner. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 17 fev. 1979, p. 3.
- COMPOSIÇÃO do futuro governo do Estado do Paraná. **Diário do Paraná**, Curitiba, 15 mar. 1979, p. 6.
- COMPOSIÇÃO SOCIAL das Quatro Zonas Configura Equilíbrio Arzua e Moro. **Diário do Paraná**, Curitiba, 22 set. 1962. Fórum Político, p. 3.
- CONFIRMADO: Lerner é o prefeito. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 10 fev. 1979, p. 11.
- CONHEÇA o novo prefeito eleito de Curitiba. **Jornal Indústria & Comércio**, Política, p. B1, 5 out. 1992.
- COORDENAÇÕES definem último programa. **Jornal Indústria & Comércio**, Eleições/Curitiba, p. A5, 26 set. 1996.
- CRISTO REI com Souza Naves e Iberê. **Diário do Paraná**, Curitiba, 25 set. 1958, p. 5.
- CURITIBA Desponta com Munhoz da Rocha. **Tribuna do Paraná**, Curitiba, 01 out. 1958, p. 6.
- CURITIBA deve decidir no primeiro turno. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 14 ago. 2000. Caderno Eleições 2000, p. 10.
- CURITIBA elege seu prefeito neste domingo. **Jornal Indústria & Comércio**, Caderno Especial, 29 set./1 out. 2000, p. A8.
- CURITIBA ganha hoje sua Cidade Industrial. **Diário do Paraná**, Curitiba, 05 mar. 1975. Capa, p. 1.
- CURITIBA já conhece os vereadores eleitos. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 05 out. 1992, p. 44.
- CURITIBA requer mais que um técnico: Moro é a solução para a Prefeitura. **Diário do Paraná**, Curitiba, 2 out. 1962, p. 3.

CURITIBA tem a eleição mais acirrada dos últimos 15 anos. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 28 out. 2000, p. 11.

CURITIBA virtuosa e social. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 29 out. 2000, p. 19.

CURITIBA VIRTUOSA..., **Gazeta do Povo**, 29 out. 2000, p. 18.

CURITIBA: Vanhoni e Beto devem passar para o 2º turno em Curitiba. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 03 out. 2004, p. 3.

Curitiba: Vanhoni e Beto devem passar para o 2º turno em Curitiba. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 03 out. 2004, p. 3.

CURITIBANOS aprovam o prefeito. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 31 ago. 1988, p. 2.

CURITIBANOS DÃO 40% dos votos a Lerner. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 02 set. 1985, p. 10.

CURITIBANO tem nove opções. **O Estado do Paraná**, Política, p. 5, 3 out. 1996.

DATAFOLHA MOSTRA números finais. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 03 out. 1996, p. 9.

DATAFOLHA/GP MOSTRA quadro inalterado. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 01 set. 1996, p. 10.

DE AZARÃO a ameaça real. **O Estado do Paraná**, 3 out. 1992, p. 2.

DE MOCHILEIRO a exilado político, Nizan cresceu ao lado de líderes. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 17 out. 2004, p. 13.

DEBATE. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 09 set. 1988. Caderno Política, p. 2.

DECISÃO de Paulo. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 18 nov. 1966, p. 4.

DEFECÇÃO de prefeitos: Uma hipótese ainda inquietante para oposição. **Diário do Paraná**, Curitiba, 07 nov. 1972. Fórum Político, p. 3.

DEPOIS DE 23 ANOS, os curitibanos vão às urnas para eleger o novo prefeito. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 15 nov. 1985, p. 3.

DEPUTADO da ARENA contra nomeação de prefeitos de Capitais. **Diário do Paraná**, Curitiba, 18 mar. 1971. Fórum Político, p. 3.

DEPUTADOS se incorporam à campanha, **O Estado do Paraná**, 05 out. 2000, Político, p. 2.

DERROTADOS não conseguem transferir votos, afirma especialista, **Gazeta do Povo**, Curitiba, 04 out. 2004, p. 6.

DESENVOLVIMENTO progressista da Capital paranaense. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 30 set. 1958. Seção 3: Bairros e Subúrbios, p. 8.

DESMASCARANDO a fraude e o impostor, **Jornal Indústria & Comércio**. 12 nov. 1985, p. 3.

DINAMIZAÇÃO dos ônibus, proposta bem acolhida. **Jornal Indústria & Comércio**, 31 out. 1985, p. 3.

DISSIDENTES forçam entrada de Requião. **Jornal Indústria & Comércio**, Paraná Político, p. A5, 03 set. 1996.

DOIS médicos tentam ser vice-prefeito. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 17 out. 2004, p. 13.

DOS 10 primeiros candidatos a vereador melhores colocados numa pesquisa obtida por O Estado, 4 são apresentadores de programa de rádio. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 18 set. 1988, p. 2.

EHLERT, A. Pesquisa DataFolha aponta vitória de Cássio com 44%, no primeiro turno. **Jornal do Estado**, Curitiba, 03 out. 2000. Caderno Política, p. A5.

ELEIÇÃO CONFIRMA polarização PT – PSDB, **Gazeta do Povo**, Curitiba, 17 out. 2004, p. 18.

ELEIÇÃO DE HOJE é prévia para 1970. **Diário do Paraná**, Curitiba, 15 nov. 1968, p. 6.

ELEIÇÃO POLARIZADA na capital. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 12 ago. 1996, p. 7.

ELEIÇÃO RENOVOU 70% da Câmara de Curitiba. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 20 nov. 1988. Caderno Geral, p. 10.

O Estado do Paraná. Eleição sem contra. Nenhum voto contra Omar, p. 3, 18.03.1967

ELEIÇÕES e o Paraná. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 09 out. 1962, p. 3.

ELEIÇÕES EM CURITIBA. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 11 set. 2004, p. 10.

ELEIÇÕES: OPÇÃO entre passado de corrupção e a continuidade da obra administrativa de Ney Braga. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 07 set. 1962, p. 4.

ELEITOR CURITIBANO ainda não se empolgou. Poucos recursos e os escândalos envolvendo Collor, as causas principais. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 30 ago. 1992, p. 2.

ELEITOR DESAFIA intuição política: Perfil do Eleitor Curitibano. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 01 set. 1996, p. 4.

ELEITOR PASSA a prestar maior atenção nos vice. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 01 out. 1992, p. 8.

EM 113 municípios serão eleitos novos prefeitos e em 118 novos vereadores. **Diário do Paraná**, Curitiba, 03 out. 1963, p. 3.

EM 1968 e 69 a oposição disputou 99 prefeituras e vitoriou-se em 28. **Diário do Paraná**, Curitiba, 14 nov. 1972, p. 3.

ENCERRADO domingo a 6ª legislatura, terá hoje início a 7ª no Congresso. **Diário do Paraná**, Curitiba, 02 fev. 1971. Fórum Político, p. 3.

ENCERRAMENTO da qualificação e proclamação dos eleitores. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 17 ago. 1958, p. 8.

ENÉAS renuncia para unir Oposição. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 08 nov. 1988, p. 7.

EQUIPE de Lerner orienta o programa de Greca. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 12 jul. 1992, p. 12.

ERONDY CONSERVA equipe anterior e prorroga “sisá”. **Diário do Paraná**, Curitiba, 17 nov. 1966, p. 9.

ERONDY é hoje o novo prefeito de Curitiba. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 16 nov. 1966, p. 3.

ESFORÇO concentrado contra 2º turno, **O Estado do Paraná**, 23 set. 2000, p. 2.

ESTE será o sexto prefeito eleito. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 03 out. 1992, p. 2.

EUFÓRICOS os vereadores com mandatos de 5 anos. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 16 mar. 1967, p. 3.

Jornal Gazeta do Povo. Evolução da disputa na Capital, p. 4, 30.10.2000

EXPRESSIVA vitória da ARENA no Paraná, **Diário do Paraná**, Curitiba, 17 nov. 1972. Capa, p.1.

EXPULSÃO de Maurício é sepultada até as eleições. Jornal Indústria & Comércio, 6-8 set., 1996. p. A5.

FAMEPAR JÁ prepara cursos para orientar futuros vereadores. **Diário do Paraná**, Curitiba, 17 nov. 1972, s/p.

FATOS políticos da semana. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 12 mar. 1967, p. 3.

FATOS Políticos em Destaque. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 07 out. 1962. Gazeta Política, p. 3.

FATOS Políticos em Destaque. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 21 jul. 1962, Gazeta Política, p. 3.

FERROVIÁRIOS escolheram: Buffara, Iberê e Moro. **Diário do Paraná**, Curitiba, 29 ago. 1962, p. 3.

FESTA. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 15 out. 2004, p. 8.

Jornal Gazeta do Povo. FESTA DA VITÓRIA começou antes da divulgação do resultado final, p. 4, 30/10/2000

FIGUEIREDO: fim da inflação, reconciliação e democracia. **Diário do Paraná**, Curitiba, 16 mar. 1979, p. 11.

FIM DO JEJUM eleitoral de 23 anos. **Jornal Correio de Notícias**, Eleições 85, p. 2, 15 nov. 1985.

FINALMENTE as Eleições de 1954: O pleito eleitoral polariza as atenções gerais. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 03 out. 1954, p. 7.

- FORTALECIMENTO de Lerner. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 05 out. 1992, p. 4.
- FRANCISCANO. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 24 set. 2004. Notas Políticas, p. 9.
- FRUET alerta para importância do horário do TER. *Jornal Indústria & Comércio*, Política, p. B3, 01 out. 1992.
- FRUET ASSUME hoje a Prefeitura. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 04 abr. 1983, p. 6.
- FRUET DESTACA democratização. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 15 jul. 1992, p. 2.
- FRUET LIDERA e Enéas cresce. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 03 out. 1988, p. 7.
- FRUET VOLTA a criticar marketing de Lerner. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 04 jul. 1992, p. 2.
- FUTURO prefeito virá dia 15. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 03 mar. 1979, p. 3.
- GALLUP CONFIRMA crescimento de Greca. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 27 set. 1992.
- GAZETA do Povo, Curitiba, 01 set. 1954. Notas Políticas, p. 3.
- GAZETA do Povo, Curitiba, 01 set. 1962, *Gazeta Política*. Fatos Políticos em Destaque, p. 3.
- GAZETA do Povo, Curitiba, 02 out. 1962, Notas Políticas, p. 3.
- GAZETA do Povo, Curitiba, 02 set. 1958. Notas Políticas, p. 3.
- GAZETA do Povo, Curitiba, 04 set. 1958. Notas Políticas, p. 3.
- GAZETA do Povo, Curitiba, 05 set. 1958. Notas Políticas, p. 3.
- GAZETA do Povo, Curitiba, 06 set. 1962, *Gazeta Política*. Fatos Políticos em Destaque, p. 3.
- GAZETA do Povo, Curitiba, 07 set. 1958. Notas Políticas, p. 3.
- GAZETA do Povo, Curitiba, 09 ago. 1962, *Gazeta Política*. Fatos Políticos em Destaque, p. 3.
- GAZETA do Povo, Curitiba, 12 out. 1962, *Gazeta Política*. Fatos Políticos em Destaque, p. 3.
- GAZETA do Povo, Curitiba, 14 set. 1962, *Gazeta Política*. Fatos Políticos em Destaque, p. 3.
- GAZETA do Povo, Curitiba, 18 set. 1962, *Gazeta Política*. Fatos Políticos em Destaque, p. 3.
- GAZETA do Povo, Curitiba, 20 ago. 1958. Notas Políticas, p. 3.
- GAZETA do Povo, Curitiba, 20 ago. 1962, *Gazeta Política*. Fatos Políticos em Destaque, p. 3.
- GAZETA do Povo, Curitiba, 23 out. 1962, *Gazeta Política*. Fatos Políticos em Destaque, p. 3.
- GAZETA do Povo, Curitiba, 23 set. 1958. Notas Políticas, p. 3.
- GAZETA do Povo, Curitiba, 24 jul. 1962, *Gazeta Política*, Fatos Políticos em Destaque, p. 3.
- GAZETA do Povo, Curitiba, 27 jul. 1962, *Gazeta Política*, p. 3.
- GOMES, R. Munhoz de Mello e sua campanha: Curitiba ouviu grandes discursos. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 02 out. 1958, p. 4.
- GOVERNO chama aliados para campanha, **O Estado do Paraná**, Política, 21 set. 2000, p. 2.
- GOVERNO chama aliados para campanha, **O Estado do Paraná**, Política, 21 set. 2000, p. 2.

GOVERNO de continuidade é opção dos curitibanos. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 29 set. 1996, p. 10.

GRECA diz que Brizola vem para arrancada final. **Jornal Indústria & Comércio**, p. 3, 29 out. 1985.

GRECA faz campanha no centro de Curitiba. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 05 jul. 1992, p. 3.

GRECA LIDERA na 2ª pesquisa Gallup. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 10 set. 1992, p. 7.

GRECA LIDERA PESQUISA de Gallup/Gazeta. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 03 set. 1992, p. 7.

GRECA reforça equipe de Taniguchi, **O Estado do Paraná**, Política, 05 out. 2000, p. 5.

HAROLDO, o 103º governador. **Diário do Paraná**, Curitiba, 14 mar. 1971, p. 11.

HOJE a posse de Raiz. **Diário do Paraná**, Curitiba, 08 abr. 1975. Capa, p. 1.

HORÁRIO eleitoral tem guerra de pesquisas. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 28 out. 2004, p. 8.

IBERÊ de Matos contra a Petrobrás! **Gazeta do Povo**, Curitiba, 01 out. 1958, p. 7.

IBERÊ de Mattos e os Esportes. **Diário do Paraná**, Curitiba, 17 ago. 1958, p. 5.

IBERÊ diz que na indicação do Premier venceu o bom senso. **Diário do Paraná**, Curitiba, 11 jul. 1962, p. 3.

IBERÊ RECOMENDA um engenheiro civil para Prefeito. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 19 set. 1962, p. 4.

IBOPE aponta novo empate entre Vanhoni e Beto Richa, **Gazeta do Povo**, Curitiba, 24 set. 2004, p. 8.

IBOPE INFORMA que Fruet cresce Algaci fica igual e Enéas desce. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 04 set. 1988, p. 2.

IBOPE MOSTRA Vanhoni com 47% e Taniguchi com 41%. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 17 out. 2000, p. 10.

IDADE e escolaridade alteram índices. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 01 out. 2000, p. 3.

IMPUGNAÇÃO de Lerner. Teolino tenta: pode ganhar o processo. **Jornal Indústria & Comércio**, 1988.

INIMIGOS de Ontem, aliados de hoje. Ou vice-versa. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 25 out. 2004, p. 9.

Instruções do TSE para as próximas eleições. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 02 set. 1954, p. 3.

IRÁ o leitor duas vezes à cabine indevassável. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 19 set. 1958, p. 7.

IVO [PALMEIRENSE] agora já é cidadão curitibano. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 24 nov. 1966, p. 3.

IVO é o 31º Prefeito Nomeado na Capital. **Diário do Paraná**, Curitiba, 18 nov. 1966, p. 6.

IVO em intensa atividade. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 05 set. 1962. Panorama Político, p. 4.

IVO transmite, hoje, o cargo. **Diário do Paraná**, Curitiba, 14 mar. 1967, p. 6.

JAYME CANET. No palanque para ajudar os amigos. **Jornal Indústria & Comércio**, 9 nov. 1988. p. 3.

JAIME Lerner descarta compromisso com MDB. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 21 mar. 1979, p. 13.

JUNIOR, M. Eleitores engraçadinhos. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 09 out. 1958, p. 3.

JUSTIÇA Eleitoral proíbe pesquisas. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 28 out. 2004, p. 9.

KRISTHIAN KAMINSKI. Campanha entra na reta final e promete esquentar. **Jornal Gazeta do Povo**, Paraná Política/Eleições 2000, p. 10, 25 set. 2000.

LEÃO e Túlio coordenam Sabbag. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 18 mar. 1967, p. 3.

LERNER 1º (38%); Requião avança (26%). **Gazeta do Povo**, Curitiba, 23 set. 1985, p. 12.

LERNER aceita a candidatura do PDT. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 02 nov. 1988, p. 7.

LERNER acredita em vitória no primeiro turno. Licenciado, Lerner dedica-se integralmente à campanha de Greca. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 20 set. 1992, p. 2.

LERNER afirma ser favorável a escolha direta dos prefeitos, **Gazeta do Povo**, Curitiba, 22 mar. 1979, p. 6.

LERNER assume no RJ. **Diário do Paraná**, Curitiba, 01 abr. 1975. Capa, p. 1.

LERNER certeza da vitória nos 12 dias de sua campanha. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 16 nov. 1988, p. 7.

LERNER condena violência a jornal. **Jornal Indústria & Comércio**, Nota Oficial, p. 3, 14 nov. 1985.

LERNER deixa hoje cargo de prefeito. **Diário do Paraná**, Curitiba, 25 mar. 1975. Primeiro e Segundo Cadernos.

LERNER fala de programa. **Diário do Paraná**, Curitiba, 11 fev. 1979. Capa, p. 1.

LERNER licencia-se nos últimos 15 dias. **Jornal Indústria & Comércio**, Curitiba, Paraná Político, p. A5, 5 set. 1996.

LERNER ganha prêmio da ONU. **Jornal Indústria & Comércio**, Prefeitura, p. C4, 16 set. 1992.

LERNER na cabeça segundo Aníbal. **Jornal Indústria & Comércio**, p. 2, 4 nov. 1988.

LERNER não tem unanimidade. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 23 mar. 1979, p. 3.

LERNER no Rio. **Diário do Paraná**, Curitiba, 02 mar. 1975. Polinotas, p. 3.

LERNER, o candidato; PDT encaminha hoje o registro. **Jornal Indústria & Comércio**, p. 3, 1 nov. 1988.

LERNER pode voltar caso Raiz saia da Prefeitura. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 08 fev. 1979, p. 13.

LERNER prega adoção de novos conceitos. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 03 jul. 1992, p. 2.

LERNER promete humanizar a cidade. **Diário do Paraná**, Curitiba, 25 mar. 1971, p. 6.

LERNER reafirma que quer a integração de Curitiba. **Jornal Indústria & Comércio**, Eleições/88, p. 3, 18 nov. 1988.

LERNER realiza passeata na XV. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 12 nov. 1988, p. 7.

LERNER recebeu alvará para votar. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 15 nov. 1988, p. 7.

LERNER venceu. E insinua que pode disputar a eleição. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 30 out. 1988. Capa, p. 1.

LERNER: município deve ser fortalecido com mais recursos. **Diário do Paraná**, Curitiba, 22 mar. 1979, p. 3.

LÍDER do ideal municipalista Roberto Barroso Filho: um valor jovem que se destaca pela elevação dos princípios que defende. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 05 set. 1954, p. 19.

LIDERANÇAS gravam apoio a Taniguchi. **Jornal Indústria & Comércio**, Eleições/Curitiba, p. A5, 17 set. 1996.

LULA reforça campanha de Vanhoni, **Gazeta do Povo**, Curitiba, 19 nov. 2004, p. 12.

LUTA nos bastidores políticos pelo 1º lugar na cédula única. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 22 ago. 1962, *Gazeta Política*, p. 3.

MACEDO: PSC VAI às urnas sem alianças. **Jornal Indústria & Comércio**, Prefeitura/88, p. 5, 5-7 nov. 1988.

MAIORIA ABSOLUTA elege Saul Prefeito de Curitiba. **Diário do Paraná**, Curitiba, 05 abr. 1975. Polinotas, p. 3.

MAIORIA está com voto definido. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 12 ago. 1996, p. 7.

MAIS de 32 milhões votam amanhã em 3948 municípios. **Diário do Paraná**, Curitiba, 14 nov. 1972, p. 3.

MAIS tempo para votar. *Jornal O Estado do Paraná, Política*, p. 5, 1 out. 1996.

MARCELINO, W. **Algumas informações sobre a Curitiba política 1956/1966**. Disponível em: <http://walmormarcellino.blogspot.com/2008/08/algumas-informaes-sobre-curitiba.html>>. Acesso em: 25 nov. 2009.

- MÁRCIA à espera do voto dos indecisos. **Jornal Gazeta do Povo**, 4 out. 1992. p. 10.
- MÁRCIA Pradi faz críticas à Justiça Eleitoral. **Jornal Indústria & Comércio**, Política, p. B4-5, 4 out. 1992.
- MAURÍCIO sofre terceira derrota. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 05 out. 1992, p. 4.
- MAURO apóia Vanhoni e Rubens se diz independente. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 15 out. 2004, p. 8.
- MAX muda o tom da campanha. **Jornal Indústria & Comércio**, 17 set. 1996, p. A5.
- MDB pelas eleições diretas. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 16 mar. 1967, p. 3.
- MDB PODE realmente conquistar Londrina, Maringá e Ponta Grossa. **Diário do Paraná**, Curitiba, 15 nov. 1968. Fórum Político, p. 3.
- MDB TAMBÉM comenta a mudança de Prefeito, **Gazeta do Povo**, Curitiba, 09 fev. 1979, p. 6.
- MDB VAI se abster na eleição do prefeito. **Diário do Paraná**, Curitiba, 06 mar. 1975. Polinotas, p. 3.
- MENDONÇA, M. M. Allea jacta est, a sorte está lançada. Ontem, para os candidatos a prefeito; hoje, para toda a população de Curitiba, **Jornal Indústria & Comércio**, 16 nov. 1985a. p. 4.
- _____. A longa jornada, de três anos, hoje, apenas começa. **Jornal Indústria & Comércio**, 16/11/1985b. p. 8.
- MENSAGEM chega à Assembleia. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 26 mar. 1975. Notas Políticas, p. 3.
- MENSAGEM na Assembleia. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 16 mar. 1967, p. 3.
- MOTORISTAS FARÃO passeata homenageando Maurício Fruet. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 03 abr. 1983, p. 8.
- MOVIMENTO Municipalista de Curitiba: Eleitoras! **Gazeta do Povo**, Curitiba, 04 out. 1962, p. 3.
- NEVES, D. Ministro faz caminha com Vanhoni. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 18 set. 2004, p. 9.
- NETO de Tancredo participa de comício na Boca maldita. **Jornal Gazeta do Povo**, 11 nov. 1985. p. 7.
- NEY BRAGA confiante na administração de Canet. **Diário do Paraná**, Curitiba, 16 mar. 1975. Polinotas, p. 3.
- NEY BRAGA confirma Lerner na Prefeitura de Curitiba. **Diário do Paraná**, Curitiba, 10 fev. 1979, p. 3.
- NEY BRAGA pede a expulsão de arenistas. **Diário do Paraná**, Curitiba, 18 nov. 1972, p. 3.

- NEY busca pacificação. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 30 mar. 1979, p. 6.
- NEY no TER. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 17 nov. 1966, Política Estadual, p. 3.
- NEY, o político. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 23 set. 1962, p. 4.
- NEY: “Existir com dignidade”. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 16 mar. 1979, p. 3.
- NEY: “se não for eleito, não sairei para a Presidência”. **Diário do Paraná**, Curitiba, 17 nov. 1982, p. 3.
- NEY: Sim, a Lerner, não a Brizola. **Jornal Indústria & Comércio**, Eleições/88, p. 3, 16 nov. 1988.
- NO DIVÃ, PFL e PMDB perdem votos. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 18 out. 2004, p. 19.
- NO LEGISLATIVO Municipal – sessão solene especial. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 27 jul. 1954, p. 7.
- NO LEGISLATIVO Municipal: A maioria não apoiará o candidato oficial. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 10 set. 1958, p. 3.
- NO PARANÁ, 859.548 eleitores aptos. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 15 nov. 1985, p. 5.
- NOMEAÇÃO de Ivo pode sair hoje. **Diário do Paraná**, Curitiba, 30 nov. 1966. Primeiro Caderno, p. 3.
- NOMES dos 45 estaduais e dos 25 federais no fim da semana. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 20 nov. 1966, p. 3.
- NOTA do MDB. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 16 mar. 1967, p. 4.
- NOTAS Políticas. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 16 jul. 1954, p. 3.
- NOVA Câmara não espelha a sociedade curitibana, **Gazeta do Povo**, Curitiba, 13 out. 2004, p. 8.
- NOVA Fase da Campanha de Oposição. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 02 set. 1954, p. 3.
- NOVA troca de “farpas”. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 11 nov. 1985, p. 7.
- NOVE BUSCAM o voto dos curitibanos. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 25 ago. 1996, p. 4.
- NOVO Prefeito de Curitiba. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 24 mar. 1967, p. 3.
- NOVO Prefeito. **Diário do Paraná**, Curitiba, 21 fev. 1967, p. 3.
- NOVOS comícios do candidato Pinheiro Junior. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 01 set. 1954, p. 3.
- NOVOS GOVERNADORES assumem em todo o País. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 15 mar. 1983. Capa, p. 1.
- NÚMEROS finais em Curitiba a prefeito e vereador. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 05 out. 1996, p. 10.
- NUNCA DUVIDEI da vitória de Iberê. **Tribuna do Paraná**, Curitiba, 08 out. 1958, p. 6.

O “NÃO” a Lerner esquentou a sessão do Legislativo. **Diário do Paraná**, Curitiba, 24 mar. 1979, p. 3.

O BOM de voto, **Gazeta do Povo**, Curitiba, 04 out. 2004, p. 6.

O CASO da propaganda gratuita. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 23 ago. 1962. *Gazeta Política*, p. 3.

O DESEMPENHO de prefeitos em 11 capitais. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 13 de set. 1992. *Caderno Brasil, Avaliação da Datafolha*, p. 1-17.

O DESEMPENHO de prefeitos em 11 capitais. **Folha de S. Paulo**, Brasil, 13 set. 1992, p. 1-17.

O GRUPO de Lerner sai fortalecido. **Gazeta do Povo**, Curitiba, p. 4, 30 out. 2000.

O NOVO prefeito, **Gazeta do Povo**, Curitiba, 05 mar. 1967, p. 3.

O PARANÁ de pé ao lado do PTB. **Diário do Paraná**, Curitiba, 23 set. 1958, p. 5.

O PDT de Curitiba já tem pronto o programa de governo para ser apresentado pelo seu candidato: Algaci Túlio, na campanha eleitoral. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 30 ago 1988, p. 2.

O PREFEITO da Capital já solicitou exoneração. **Diário da Tarde**, Curitiba, 21 nov. 1947. *Capa*, p. 1.

O PROBLEMA dos comandos políticos. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 09 abr. 1975, *Notas Políticas*, p. 3.

O QUE pensa Beto Richa x O que pensa Vanhoni, **Gazeta do Povo**, Curitiba, 23 out. 2004, p. 6-7.

O QUE REPRESENTAM as candidaturas ao Senado para o eleitor do Paraná. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 11 jul. 1962, *Gazeta Política*, p. 3.

Jornal O Estado do Paraná. *Política*. O VAI-E-VEM DOS números, 14/10/1988, p. 2

O VOTO em branco. **Diário do Paraná**, Curitiba, 08 abr. 1975. *Enfoque*, p. 6.

OLIVEIRA, F. F. O Pleito do Dia: Especial para *Gazeta do Povo*. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 10 out. 1954, p. 3.

OPINIÃO dos números. **Diário do Paraná**, Curitiba, 05 nov. 1968. *Polinotas*, p. 3.

OPOSIÇÃO TEM dois postos na Edilidade Curitibana. **Diário do Paraná**, Curitiba, 04 fev. 1971. *Fórum Político*, p. 3.

ORGANIZAÇÃO Partidária. **Diário do Paraná**, Curitiba, 13 nov. 1966, p. 9.

OS CANDIDATOS à Prefeitura. **Jornal Indústria & Comércio**, 12-14 nov. 1988. p. 34-5.

OS 35 VEREADORES eleitos. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 05 out. 1996, p. 6.

OS CUNHADOS brigam: Tourinho critica a campanha de Iberê. **O Dia**, Curitiba, 30 ago. 1958, p. 4.

OS VEREADORES Eleitos. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 03 out. 2000, p. 4.

PARA FORTALECER Lerner - Depois de Airton, agora foi Enéas quem desistiu. **Jornal Indústria & Comércio**, 8 nov. 1988, p. 3.

PARA JOSÉ RICHA a maior crise é política. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 24 mar. 1983, p. 6.

PARA PREFEITO da Capital: Resultado final das quatro zonas. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 13 out. 1954.

PARA PREFEITO DE CURITIBA Wallace. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 02 out. 1958, p. 7.

PARANÁ empossa Haroldo amanhã. **Diário do Paraná**, Curitiba, 14 mar. 1971. Capa, p. 1.

PARANÁ tem hoje seu novo governo. **Diário do Paraná**, Curitiba, 15 mar. 1975. Primeiro e Segundo Cadernos.

PARLAMENTARES Arenistas. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 21 mar. 1975, Notas Políticas, p. 3.

“PARTIDÃO” sem candidatura quer apoiar chapa do PMDB. **Jornal Indústria & Comércio**, Eleições, p. 3, 9 out. 1985.

PARTIDOS de oposição têm crescimento na Câmara. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 03 out. 2000, p. 4.

PARTIDOS preparam-se para reta final. **Jornal Indústria & Comércio**, Eleições/Curitiba, p. A5, 23 set. 1996.

PAULO CAMARGO com Ivo Arzua. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 05 set. 1962. Panorama Político, p. 4.

PAULO E NEY falam sobre as eleições. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 17 nov. 1966, p. 3.

PAULO EMPOSSA Arzua na Prefeitura. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 02 dez. 1966, p. 3.

PAULO ESCOLHEU Omar no Domingo: Trânsito positivo na Assembleia. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 15 mar. 1967, p. 3.

PAULO INDICA Ivo para Prefeito: Começa o estudo do Secretariado. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 17 nov. 1966, p. 3.

PAULO INDICA IVO. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 18 nov. 1966, Política Estadual, p. 3.

PAULO INDICA SABBAG para prefeito. **Diário do Paraná**, Curitiba, 14 mar. 1967, p. 3.

PAULO MANTÉM ARZUA na Prefeitura. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 18 nov. 1966, p. 3.

PAULO NOMEIA hoje Sabbag. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 18 mar. 1967. Capa, p. 1.

- PAULO RECONDUZ Arzua à Prefeitura. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 18 nov. 1966. Capa, p. 1.
- PDT e PSDB investem no corpo-a-corpo na reta final. **Jornal Indústria & Comércio**, Eleições/Curitiba, p. A5, 10 set. 1996.
- PDT FAZ CÁLCULO para vencer já no 1º Turno. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 1 out. 1992. p. 8.
- PDT inicia ofensiva para assegurar votos. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 15 set. 1992, p. 2.
- PDT oficializa candidatura Lerner. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 12 ago. 1985, p. 7.
- PELO IBOPE, indecisos decidem. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 03 out. 1996, p. 9.
- PELOS Bairros - Por Curitiba - O passado garante o futuro. **Diário do Paraná**, Curitiba, 02 set. 1958, p. 4.
- PEQUENOS mostram o que querem. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 02 out. 2004, p. 6.
- PERFIL dos candidatos. **O Estado do Paraná**, Política, p. 2, 1 out. 2000.
- PERFIL dos eleitos. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 17 nov. 1985, p. 7.
- Péricles recomenda Lerner. **Jornal Indústria & Comércio**, 9 out. 1985, p. 3.
- PESQUISA aponta Beto 7 pontos à frente. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 31 out. 2004, p. 9.
- PESQUISA APONTA QUEDA de Vanhoni. **Jornal do Estado**, Curitiba, 23 out. 2000. Política, p. 24.
- PESQUISA confirma estabilidade. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 12 set. 1996, p. 9.
- PESQUISA dá a vitória para Lerner. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 16 nov. 1988, Capa, p. 1.
- PESQUISA Datafolha. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 24 ago. 2000.
- PESQUISA Datafolha. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 13 set. 1992, p. 1-17.
- PESQUISA Datafolha. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 21 set. 1992, p. 8.
- PESQUISA Datafolha. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 jul. 2000, p. A12.
- PESQUISA GALLUP. **Jornal O Estado do Paraná**, Política, p. 3, 1 out. 1992.
- PESQUISA IBOPE MANTÉM Cássio em 1º. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 23 ago. 2000, p. 17.
- PESQUISA Ibope. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 13 set. 1988, p. 2.
- PESQUISA Ibope. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 24 ago. 1988, p. 2.
- PESQUISA influencia programa eleitoral. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 02 set. 2004, p. 9.
- PESQUISAS MOSTRAM estabilidade dos prefeituráveis em Curitiba. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 04 out. 1988, p. 2.
- PESQUISAS mostravam quadro de indefinição. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 30 out. 2000.
- PESQUISAS. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 14 out. 1988. Capa, p. 1.
- PESSUTI governa até domingo. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 27 out. 2004, p. 9.

- PFL condiciona apoio ao PSDB. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 07 out. 2004, p. 10.
- PIMENTEL fala por Curitiba e indica Ivo Arzua à Assembleia. **Diário do Paraná**, Curitiba, 18 nov. 1966, p. 7.
- PIMENTEL indica Omar Sabbag para Prefeito, **Diário do Paraná**, Curitiba, 14 mar. 1967. Capa, p. 1.
- PLEITO DE HOJE. **Diário do Paraná**, Curitiba, 02 fev. 1971, p. 3.
- PLEITO DO DIA 15. **Diário do Paraná**, Curitiba, 05 nov. 1968. Polinotas, p. 3.
- PMDB não teme o apoio de comunistas. **Jornal Indústria & Comércio**, 8 out. 1985. p. 3.
- PMDB NÃO RECEBE bem apoio comunista. **Jornal Indústria & Comércio**, Eleições, p. 3, 9 out. 1985.
- PMDB PODE eleger mais vereadores em Curitiba. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 14 out. 1988, p. 2.
- POLÍTICA Sobretudo. Com Moro. **Diário do Paraná**, Curitiba, 12 ago. 1962. Polinotas, p. 3.
- POSIÇÃO de Sabbag. **Diário do Paraná**, Curitiba, 05 nov. 1968. Polinotas, p. 3.
- PR em quarto lugar. **Diário do Paraná**, Curitiba, p. 6, 15 nov. 1972.
- PREFEITO até quarta. **Diário do Paraná**, Curitiba, 05 mar. 1967. Polinotas, p. 3.
- PREFEITO conhecido. **Diário do Paraná**, Curitiba, 13 mar. 1967. Polinotas, p. 3.
- PREFEITO eleito fez 54,62% dos votos em Curitiba, segundo resultado oficial. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 05 out. 1996, p. 6.
- PREFEITO segunda. **Diário do Paraná**, Curitiba, 19 nov. 1966, p. 3.
- PREFEITOS escolhidos hoje irão decidir pleito de 60. **Diário do Paraná**, Curitiba, 04 out. 1959, p. 3.
- PREFEITURA de Curitiba a Erondy, Ivo Arzua (em lágrimas) entrega. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 17 nov. 1966, p. 3.
- PREFEITURA Municipal de Curitiba: Nota Oficial. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 07 out. 1962, p. 3.
- PRESIDÊNCIA da ARENA: acordo de alto nível. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 25 mar. 1975, Notas Políticas, p. 3.
- PRESIDENTE nacional da ARENA conclama povo para as eleições. **Diário do Paraná**, Curitiba, 11 nov. 1972, p. 3.
- PRESTÍGIO e Pujança do PSD. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 07 out. 1958, Capa, p. 1.
- PRÉVIA Eleitoral de Curitiba. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 14 set. 1958, p. 4.
- PRIMEIRO Caderno. Comissão ouve Ivo e dá Parecer hoje. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 24 nov. 1966, p. 3.

- PRIMEIROS RESULTADOS não trouxeram muitas surpresas. **Diário do Paraná**, Curitiba, 17 nov. 1972. Polinotas, s/p.
- PROGRAMA em TV. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 07 out. 1988, p. 2.
- PROGRAMAS tentam cativar eleitor. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 24 set. 1996, p. 4.
- PROPAGANDA ELEITORAL altera 14% dos votos. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 27 ago. 2000, p. 20.
- PROPAGANDA eleitoral no Município. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 11 set. 1954.
- PROPAGANDA Política. **Tribuna do Paraná**, Curitiba, 01 out. 1958, p. 4.
- PROPOSTA democrática e nacionalista. **Jornal Indústria & Comércio**, 30 out. 1985, p. 3.
- O PSDB e as eleições. **Jornal Indústria & Comércio**, I&C Exclusivo, p. A3, 5 set. 2000.
- PT Edésio Passos. **Jornal Indústria & Comércio**, 8 out. 1985, p. 3.
- PT aposta na sua militância. **O Estado do Paraná**, 3 out. 1992, p. 2.
- PTN ficou de fora da disputa. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 26 jul. 1996, p. 4.
- QUADRO ELEITORAL em Curitiba se altera pouco, diz Ibope. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 30 ago. 2000, p. 13.
- QUADRO Partidário Brasileiro. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 04 ago. 1985, p. 10.
- QUEM é Ivo Arzua. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 04 dez. 1966, p. 27.
- QUEM está na frente após as convenções. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 18 ago. 1988.
- QUINTETO ensaboadado, **Gazeta do Povo**, Curitiba, 19 set. 2004, p. 3.
- RAFAEL diz que a “Prefeitura vai continuar em boas mãos”. **Jornal Indústria & Comércio**, Política, p. B4, 4 out. 1990.
- RAFAEL eleito no 1º turno, **Jornal Indústria & Comércio**, Capa, 4 out. 1992.
- RAFAEL Greca promove em grande comício para encerrar campanha. **Jornal Indústria & Comércio**, Política, p. B3, 1 out. 1992.
- RAINHA 1 e 2. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 23 out. 2004. Notas Políticas, p. 9.
- RAIZ: Bairros terão atenção prioritária. **Diário do Paraná**, Curitiba, p. 9, 09 abr. 1975.
- REFORÇO. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 09 set. 2004. Notas Políticas, p. 15.
- REPERCUTE O EMPATE na pesquisa Gallup. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 15 out. 1985, p. 13.
- REPULSA do Povo à Fraude do PSD. **Diário do Paraná**, Curitiba, 02 out. 1958, p. 5.
- REQUIÃO COLOCA 5 pontos sobre Lerner. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 28 out. 1985, p. 13.
- REQUIÃO condena linha da oposição, **O Estado do Paraná**, 09 set. 2000. Política, p. 2.
- REQUIÃO, R. Os Candidatos à Prefeitura de Curitiba. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 29 jul. 1954, p. 11.

- RESULTADO de pesquisa surpreende candidatos. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 19 jul. 1996, p. 3.
- RESULTADO do Pleito Municipal. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 20 nov. 1947. Capa, p. 1.
- RESULTADO FINAL para Deputado Federal em Curitiba. **Tribuna do Paraná**, Curitiba, 08 out. 1958, p. 6.
- RESULTADOS de pesquisa Datafolha. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 20 set. 1988, p. 7.
- RESULTADOS de pesquisa Ibope/Rede Globo. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 13 set. 1988, p. 7.
- RESULTADOS de pesquisas. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 03 out. 1992, Capa, p. 1.
- REUNIÃO da ARENA. **Diário do Paraná**, Curitiba, 20 mar. 1975. Polinotas, p. 3.
- RICHA DEFENDE, na fronteira, Valorização política do Paraná. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 30 out. 1985, p. 7.
- RICHA E VANHONI disputam voto jovem. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 26 set. 2004, p. 13.
- RICHA LEMBRA, em comício, as dificuldades da Prefeitura. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 09 nov. 1985, p. 7.
- RICHA NÃO QUER volta ao passado em Curitiba. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 07 set. 1985, p. 7.
- RICHA NOS BAIRROS. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 07 ago. 1962. Panorama Político, p. 4.
- RICHA SOLICITA serenidade: PMDB. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 26 fev. 1982, p. 6.
- ROSINHA discute programa de governo. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 03 jul. 1992, p. 3.
- Roteiro Eleitoral. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 03 out. 1954, p. 3.
- SABBAG ASSUME prometendo trabalho enérgico, sem déficit nem milagres. **Diário do Paraná**, Curitiba, 23 mar. 1967, p. 7.
- SABBAG E PREFEITURA. **Diário do Paraná**, Curitiba, 14 mar. 1971. Polinotas, p. 3.
- SABBAG VAI a voto. **Diário do Paraná**, Curitiba, 17 mar. 1967. Notas-Políticas, p. 3.
- SAMEK assume o comando da campanha petista, **O Estado do Paraná**. Político, Brasil, 05 out. 2000, p. 2.
- SAUL deixa a Prefeitura no fim do Governo. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 09 fev. 1979, p. 6.
- SAUL Raiz entrega a Prefeitura às 10 horas. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 26 mar. 1979, p. 6.
- SAUL renunciou. Lerner ainda tem muitos vetos. **Diário do Paraná**, Curitiba, 09 fev. 1979, p. 3.
- SECRETÁRIOS, idade média 46,5 anos. **Diário do Paraná**, Curitiba, 16 mar. 1971, p. 6.
- SECRETÁRIOS, idade média de 46,5 anos. **Diário do Paraná**, Curitiba, 16 mar. 1971. Fórum Político, p. 3.

SEGUIRÁ Adhemar a quase totalidade da bancada do PSP: Previa Eleitoral. **O Dia**, Curitiba, 08 jul. 1958, p. 2-4.

SEMANA começa com novo prefeito: Celidônio é o presidente do MDB. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 21 mar. 1967, p. 3.

SENADO: Resultados Finais. **Tribuna do Paraná**, Curitiba, 08 out. 1958, p. 6.

SERVIÇO Público. **Diário do Paraná**, Curitiba, 01 abr. 1975. Polinotas, p. 3.

SILVIA, C. A origem dos novos partidos. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 14 jul. 1985, p. 4.

SITUAÇÃO mantém confiança no 1º turno. **O Estado do Paraná**, 14 set. 2000, Política, p. 2.

TABLÓIDE. Ok a Arzua bisa o índice de 82%. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 30 nov. 1966, p. 3.

TANIGUCHI cai 3 pontos no Ibope. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 29 ago. 1996, p. 9.

TANIGUCHI e Vanhoni disputam o segundo turno em Curitiba. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 02 out. 2000, p. 3.

TANIGUCHI foi eleito com 412 mil votos. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 05 out. 1996, p. 6.

TANIGUCHI LIDERA com 44%; opositoristas somam 42%. **Gazeta do Povo**, Curitiba, p. 10, 22 set. 2000.

TENTATIVA inútil de Enganar o Eleitorado. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 01 out. 1954, p. 7.

TRAJETÓRIA de Cassio em Curitiba. **Jornal Indústria & Comércio**, 7 out. 1996, p. A5.

TRE dá dicas sobre voto eletrônico. **O Estado do Paraná**, Política, p. 4, 15 set. 1996.

TRE decide que Lerner não é eleitor em Curitiba. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 16 set. 1988, p. 3.

TRE decide: Lerner poderá votar em qualquer secção. **Jornal Indústria & Comércio**, Eleições/88, p. 5, 12-14 nov. 1988.

TRIBUNAL Eleitoral impugna candidato a vice-prefeito de Tony Garcia, por Valtemir Soares Júnior. **Jornal Indústria & Comércio**, Política, p. B1, 3 set. 1992.

TRIBUNAL Regional Eleitoral: Demonstrativo das quatro zonas e respectivas secções. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 02 out. 1958, p. 10-11.

//TRINTA amigos foram opinar sobre a eleição.//Tarde de catarse político-afetiva.// E Lerner pediu meia hora... **Jornal Indústria & Comércio**, 17 nov. 1988, p. 2.

TSE pode apreciar hoje o recurso feito por Lerner. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 29 out. 1988, p. 7.

TUCANOS buscam marcar presença. **O Estado do Paraná**, 3 out. 1992, p. 2.

TUCANOS mantêm estratégia do 1º turno. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 10 out. 2004, p. 11.

TUPAN, F. Coordenação de Campanha de Vanhoni sofre mudanças. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 14 set. 2004, p. 12.

TUPAN, F. Pesquisa do Ibope é o principal destaque do programa eleitoral. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 04 set. 2004. Eleições 2004, p. 8.

ÚLTIMA PESQUISA favorece a Maurício. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 14 out. 1988, p. 7.

VANHONI e Beto Richa dividem favoritismo. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 04 set. 2004, p. 9.

VANHONI faz caminhada na Região Sul com Carlos Simões. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 12 out. 2004, p. 6.

VANHONI muda discurso e parte para ataque direto. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 07 out. 2004, p. 9.

VANTAGEM de Simões está diminuindo. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 14 jul. 1996, p. 4.

VEREADOR Assume. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 26 mar. 1975, Notas Políticas, p. 3.

VEREADORES adotam pauta “light” em período eleitoral. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 01 out. 2004, p. 3.

VEREADORES mais votados. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 04 out. 1996, p. 3.

VÉSPERAS DE PLEITO Municipal em todo o Estado. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 01 out. 1959, p. 7.

VITÓRIAS confirmam partido como maior força. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 17 nov. 1985, p. 7.

VOTAÇÃO da indicação de Sabbag caberá exclusivamente à ARENA. **Diário do Paraná**, Curitiba, 17 mar. 1967, p. 3.

VOTAM, pela 1ª vez, os cegos no Paraná. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 04 out. 1958, p. 7.

VOTO contra Lerner dá crise entre arenistas. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 24 mar. 1979, p. 3.

VOTO contra não surpreende. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 23 mar. 1979, p. 6.

VOTO contra preocupou. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 23 mar. 1979, p. 6.

VOTO do MDB sobre indicação de Raiz. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 04 abr. 1975. Notas Políticas, p. 3.

ARTIGOS DE REVISTAS

ARRANCADA fulminante. **Veja**, São Paulo, n. 898, p. 52, 1985.

CURITIBA: Lerner dispara na frente. **IstoÉ Senhor**, São Paulo, n. 1000, p. 51, 1988.

ISTOÉ Senhor, São Paulo, n. 999, 1988.

O GRANDE eleitor: Richa elege Requião contra Brizola. **Veja**, São Paulo, n. 898, p.59, 1985.
POLÍTICA e Economia. **IstoÉ Senhor**, São Paulo, n. 1000, p. 44, 1988.
TRIPREFEITO. **IstoÉ Senhor**, São Paulo, n. 1001, p. 55, 1988.